



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

**SECRETARIA-GERAL DA MESA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA**

**Atas de Comissões Permanentes do Senado Federal
e suas Subcomissões**

ANO LXVIII – SUP. “A” AO Nº 126 – SÁBADO, 17 DE AGOSTO DE 2013 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE Renan Calheiros - (PMDB-AL)	3º SECRETÁRIO Ciro Nogueira - (PP-PI)
1º VICE-PRESIDENTE Jorge Viana - (PT-AC)	4º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI)
2º VICE-PRESIDENTE Romero Jucá - (PMDB-RR)	SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º SECRETÁRIO Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)	1º - Magno Malta - (PR-ES)
2ª SECRETÁRIA Angela Portela - (PT-RR)	2º - Jayme Campos - (DEM-MT)
	3º - João Durval - (PDT-BA)
	4º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 28 Líder Eunício Oliveira - Bloco (62,70) Líder do PMDB - 20 Eunício Oliveira (62,70) Vice-Líderes do PMDB Ricardo Ferraço (105) Romero Jucá (40,104) Vital do Rêgo (107) Líder do PP - 5 Francisco Dornelles (64) Vice-Líder do PP Ana Amélia (12,88) Líder do PSD - 2 Sérgio Petecão (84,87) Vice-Líder do PSD Kátia Abreu (11,13,52,60,85) Líder do PV - 1 Paulo Davim (75)	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PSOL) - 24 Líder Wellington Dias - Bloco (24,65,90) Vice-Líderes Acir Gurgacz (49,55,67,97) Rodrigo Rollemberg (69,98) Inácio Arruda (89,99) Líder do PT - 12 Wellington Dias (24,65,90) Vice-Líderes do PT Walter Pinheiro (22,27,93) Anibal Diniz (25,94) Paulo Paim (95) Eduardo Suplicy (96) Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz (49,55,67,97) Vice-Líder do PDT Zeze Perrella (86) Líder do PSB - 4 Rodrigo Rollemberg (69,98) Vice-Líder do PSB Lídice da Mata (29,38,82) Líder do PCdoB - 2 Inácio Arruda (89,99) Vice-Líder do PCdoB Vanessa Grazziotin (1,91) Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (18,76)	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15 Líder Mário Couto - Bloco (34,61) Vice-Líderes Wilder Moraes (101) Cyro Miranda (31,103) Líder do PSDB - 11 Aloysio Nunes Ferreira (7,68) Vice-Líderes do PSDB Cássio Cunha Lima (74) Alvaro Dias (78) Paulo Bauer (5,35,79,80) Líder do DEM - 4 José Agripino (2,10,14,44,46,77) Vice-Líder do DEM Jayme Campos (28,106)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 14 Líder Gim - Bloco (56,58,59) Vice-Líderes Alfredo Nascimento (41,66) Eduardo Amorim (17,47,48,72) Blairo Maggi (19,51) Eduardo Lopes (37,45,63,100,109) Líder do PTB - 6 Gim (56,58,59) Líder do PR - 6 Alfredo Nascimento (41,66) Vice-Líder do PR Antonio Carlos Rodrigues (92) Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (17,47,48,72) Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes (37,45,63,100,109)	Governo Líder Eduardo Braga - Governo (39) Vice-Líderes Gim (56,58,59) Benedito de Lira Lídice da Mata (29,38,82) Jorge Viana Vital do Rêgo (107)	

As notas referentes às Lideranças do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

EXPEDIENTE	
Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Coordenador Industrial	Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Rogério de Castro Pastori Diretor da Secretaria de Registros Legislativos de Plenários e de Elaboração de Diários Zuleide Spinola Costa da Cunha Diretora da Secretaria de Taquigrafia e Redação de Debates Legislativos

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA		
1.1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL E SUAS SUBCOMISSÕES		
1.1.1 – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ		
Ata da 39ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de julho de 2013	4	
Ata da 40ª Reunião, Ordinária, realizada em 17 de julho de 2013	20	
1.1.2 – Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE		
Ata da 34ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de julho de 2013	44	
1.1.3 – Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA		
Ata da 21ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de julho de 2013	48	
Ata da 22ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de julho de 2013	66	
1.1.3.1 – Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016		
Ata da 1ª Reunião, realizada em 16 de abril de 2013	87	
		Ata da 2ª Reunião, realizada em 19 de junho de 2013
		90
		1.1.4 – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH
		Ata da 27ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de junho de 2013
		91
		Ata da 28ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de junho de 2013
		116
		Ata da 29ª Reunião, Extraordinária, realizada em 1º de julho de 2013
		142
		Ata da 30ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de julho de 2013
		168
		Ata da 31ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de julho de 2013
		179
		Ata da 32ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de julho de 2013
		209
		Ata da 33ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de julho de 2013
		219
		1.1.5 – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT
		Ata da 21ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de julho de 2013
		265

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO,
JUSTIÇA E CIDADANIA**

ATA DA 39ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE JULHO DE 2013, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e trinta e três minutos, do dia onze de julho de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Vital do Rêgo, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Eduardo Lopes, Eduardo Suplicy, Sérgio Souza, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Francisco Dornelles, Romero Jucá, Cássio Cunha Lima, Alvaro Dias, José Agripino, Mozarildo Cavalcanti, Antonio Carlos Rodrigues, Rodrigo Rollemberg, Waldemir Moka, Paulo Bauer, Flexa Ribeiro, Gim, Blairo Maggi, Vicentinho Alves e das Senadoras Ana Rita, Ângela Portela, Lídice da Mata e Lúcia Vânia, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Anibal Diniz, Raulo Rodrigues, Eduardo Braga, Pedro Simon, Sérgio Petecão, Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Armando Monteiro e Magno Malta. A Presidência registra a presença dos Senhores Henrique Nelson Calandra, Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros; Carlos Eduardo de Azevedo Lima, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Marcelo Weitzel Rabello de Souza, Procurador-Geral de Justiça Militar; Juliano Baiocchi Villa-Verde de Carvalho, Procurador-Chefe da Procuradoria Regional da República da 1ª Região – Brasília; Irapuan Camurça, advogado; e da Senhora Norma Angélica Cavalcanti, Presidente em Exercício da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Vital do Rêgo) declara aberta a Reunião, propondo a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 36ª a 38ª Reuniões, que são dadas por aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **ITEM 1) OFÍCIO “S” Nº 31, de 2013.** Não Terminativo. Indicação do Sr. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, na forma do art. 130-A, VI, da Constituição Federal. **Autoria:** Líderes Partidários. **Relatoria:** Senador Vital do Rêgo. **Relatório:** Votação secreta. Na 37ª Reunião Extraordinária, realizada em 09/07/2013, a matéria foi incluída como item Extrapauta nº 2, sendo submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ. A Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais. **Resultado:** Apro-

vado o Parecer favorável à escolha do nome do Senhor LEONARDO HENRIQUE DE CAVALCANTE CARVALHO para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, com dezenove (19) votos favoráveis. **ITEM 2) OFÍCIO “S” Nº 32, de 2013.** Não Terminativo. Indica o Sr. Fabiano Augusto Martins Silveira, para compor o Conselho Nacional de Justiça, em conformidade com o disposto no art. 103-B da Constituição Federal. **Autoria:** Líderes Partidários. **Relatoria:** Senador Eunício Oliveira. **Relatório:** Votação secreta. Na 37ª Reunião Extraordinária, realizada em 09/07/2013, a matéria foi incluída como item Extrapauta nº 3, sendo submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ. A Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Senhor FABIANO AUGUSTO MARTINS SILVEIRA, para compor o Conselho Nacional de Justiça, com dezoito (18) votos favoráveis e um (1) voto contrário. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião às doze horas e vinte e nove minutos; e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Vital do Rêgo) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Vital do Rêgo**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 39ª Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 36ª a 38ª Reuniões.

As Srs. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

As atas são aprovadas e serão publicadas no Diário do Senado Federal.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens 1 e 2.

ITEM 1**OFÍCIO “S” Nº 31, de 2013****– Não Terminativo –**

Indicação do Sr. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, na forma do art. 130-A, VI, da Constituição Federal.

Autoria: Líderes Partidários

Relatoria: Senador Vital do Rêgo

Relatório: Votação secreta.

Observações:

Na 37ª Reunião Extraordinária, realizada em 09/07/2013, a matéria foi incluída como item Extrapauta nº 2, sendo submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ. A Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais.

ITEM 2

OFÍCIO “S” Nº 32, de 2013

– Não Terminativo –

Indica o Sr. Fabiano Augusto Martins Silveira, para compor o Conselho Nacional de Justiça, em conformidade com o disposto no art. 103-B da Constituição Federal.

Autoria: Líderes Partidários

Relatoria: Senador Eunício Oliveira

Relatório: Votação secreta.

Observações:

Na 37ª Reunião Extraordinária, realizada em 09/07/2013, a matéria foi incluída como item Extrapauta nº 3, sendo submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ. A Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais.

Na presente reunião procederemos à arguição dos indicados, em cumprimento à alínea “b”, do art. 2º do ato supracitado, referente ao processo de apreciação das escolhas de autoridades no âmbito da CCJ.

Convido os Srs. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho e Fabiano Augusto Martins Silveira para o recinto desta reunião. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Sr. Fabiano Augusto Martins Silveira para a sua exposição, antes registrando a presença do Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, Dr. Henrique Nelson Calandra; da Dra Norma Angélica Cavalcanti, Presidente em exercício da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; do Dr. Carlos Eduardo de Azevedo Lima, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; e do Dr. Marcelo Weitzel Rabello de Souza, Procurador-Geral da Justiça Militar. Registro também a presença do Sr. Juliano Villa-Verde de Carvalho, Procurador-Chefe da Procuradoria Regional da República da 1ª Região, Brasília.

Sejam todos muito bem-vindos.

Com a palavra Dr. Fabiano Augusto Martins Silveira para a sua exposição.

SR. FABIANO AUGUSTO MARTINS SILVEIRA

– Muito obrigado, Sr. Presidente desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador Vital do Rêgo, Sr^{as} e Srs. Senadores, aqui presentes, que nos distinguem com sua presença, Senador Mozarildo Cavalcanti, Senador Antonio Carlos Rodrigues, Senadora Angela Portela, Senador Blairo Maggi. Saúdo de modo muito especial o Senador Eunício Oliveira e expresso, nesta oportunidade, a S. Ex^a os meus mais profundos agradecimentos pelo relatório apresentado perante esta douta Comissão.

Permitam-me ainda, Sr^{as} e Srs. Senadores, agradecer a presença de todos os servidores desta Casa, consultores legislativos, advogados, assessores com quem travei uma relação de amizade ao longo de todos esses anos.

Também gostaria de cumprimentar, aqui, o Dr. Leonardo Cavalcante, brilhante advogado, indicado ao Conselho Nacional do Ministério Público e companheiro nessa jornada.

Também saúdo o Senador Pedro Taques pela sua presença.

Sr. Presidente, também faço questão de, neste momento inicial, expressar o meu reconhecimento, os meus respeitos aos líderes partidários que subscreveram a minha indicação e que, com isso, me permitem, me conferem esta oportunidade de que a minha indicação seja submetida ao Plenário desta Casa.

Eu serei bastante econômico com as palavras, porque este rito constitucional, Senador Mozarildo Cavalcanti, como eu penso, destina-se especialmente às intervenções e aos questionamentos feitos pelas Sr^{as} Senadoras e pelos Srs. Senadores. Mas eu não poderia deixar de contar um pouco da minha historinha de vida, da minha história pessoal, da minha trajetória profissional, Senador Vital do Rêgo.

Eu nasci em Belo Horizonte, tenho 38 anos, estudei toda a minha vida em escola pública, formei-me pela Universidade Federal de Minas Gerais, onde prolonguei os meus estudos no mestrado, no doutorado, vim para Brasília, em 2002, onde fui aprovado no concurso para Consultor Legislativo desta Casa. E eu me orgulho muito disto: tenho 11 anos de serviços prestados a esta Casa. Amadureci, cresci, formei-me dentro do Senado Federal. E o Senado Federal concedeu-me a distinção, a honrosa distinção de representá-lo, de ter recebido essa indicação, no biênio 2011-2013, de exercer o mandato de Conselheiro no Conselho Nacional do Ministério Público.

Procurei, Sr^{as} e Srs. Senadores, exercer esse mandato com dignidade, à altura das tradições tão

honrosas desta Casa, e sempre atento ao que me parece ser uma obrigação, que é a de prestar contas periodicamente de minhas atividades naquele Conselho a esta Casa.

Os conselhos, como todos sabemos, Senador Vital do Rêgo, foram criados pela Emenda nº 45, de 2004, e foram instalados em 2005, ou seja, foram fruto de uma feliz – felicíssima, eu diria – iniciativa do Congresso Nacional. Por que feliz, Senador Blairo Maggi? Por que feliz foi essa iniciativa? Porque os conselhos – esta é a grande verdade – sacudiram as estruturas tanto do Poder Judiciário como também do Ministério Público. Eles ofereceram a essas instituições um ponto de observação crítica; transformaram-nas em instituições mais abertas, mais conectadas à sociedade.

Se nós observarmos bem, os conselhos contribuíram significativamente para a democratização dessas instituições. Por que digo isso? Porque as forças hegemônicas que estavam bastante acomodadas dentro dessas instituições, as forças políticas hegemônicas – os conselhos representavam certo desarranjo – precisaram se reorganizar, porque as decisões político-administrativas passaram a ser transferidas para outra instância, que não era a instância que estava ali no calor dos fatos.

Portanto, vozes sufocadas, vozes minoritárias, dentro dessas instituições, poderiam, a partir de então, recorrer aos conselhos e, digamos, elas passaram a ser ouvidas, passaram a ter voz e passaram a ter influência, porque o conselho, eu digo, trouxe esse elemento novo para as instituições.

Veja, Senador Pedro Taques, como Conselheiro do Conselho do Ministério Público, não foram poucas as vezes que ouvi diretores da cúpula da instituição dizendo o seguinte: “Olha, é bom que o conselho decida dessa forma, porque, para mim, fica mais fácil tomar essa decisão que seria impopular dentro da instituição” – repito: dentro do concerto político daquela instituição.

Então, veja como o conselho representou, os conselhos representaram esse elemento de novidade. São órgãos de controle administrativo, disciplinar. São órgãos de controle, eu poderia sintetizar nessa expressão, mas, mais do que isso, são órgãos de fomento. Não sei se o Senador Pedro Taques aprovará esta expressão, que eu gosto de utilizar: “Os conselhos não são apenas órgãos de controle, Senador Pedro Taques, são órgãos de fomento.” E por quê? Como assim, órgãos de fomento? Porque eles favorecem, precipitam, induzem, estimulam políticas de gestão no âmbito da administração de justiça, políticas que poderão redundar na melhor prestação do serviço público.

Quero dar um exemplo, Senadora Angela Portela, um exemplo modesto: o Conselho Nacional do Ministé-

rio Público aprovou um projeto de resolução, de minha autoria, que proíbe, ou melhor, que estabelece, com muita clareza, que um membro do Ministério Público tem o dever de prestar atendimento à população, às partes, aos advogados. Veja, não se tergiversa mais sobre isso. Trata-se, verdadeiramente, de um dever. O Membro do Ministério Público tem de atender a prefeito, a vereador, as partes envolvidas. Construímos essa resolução por quê? Porque nós tínhamos queixas de membros que não prestavam a devida atenção a esse dever que, digamos, está visceralmente ligado à sua atuação.

Então, vejam como os Conselhos podem trazer elementos que interferem construtivamente na cultura, seja do Ministério Público, seja do Poder Judiciário.

Eu poderia citar inúmeros exemplos com relação ao Conselho Nacional de Justiça. Poderíamos falar, Senador Vital, dos Mutirões Carcerários, do Projeto Justiça Plena, das resoluções do Conselho Nacional de Justiça que determinavam a realização de concursos públicos no âmbito dos cartórios. Então, os exemplos são inúmeros e fecundos no sentido de que a presença dos conselhos realmente trouxe um dinamismo maior a essas instituições, que são caríssimas para a democracia brasileira.

Como eu disse, não vou me alongar. Neste momento, estou bastante ansioso para ouvir as intervenções das eminentes Sr^{as} e dos Srs. Senadores.

Saúdo aqui a presença do Senador Alvaro Dias.

Senador Pedro Taques, sei que cada conselho tem seus caminhos e seus desafios. Eles são diferentes em cada espaço. Sei também que esse posto exige qualificações técnicas. O que eu posso dizer é que eu me sinto muito motivado a percorrer esses novos caminhos, a enfrentar esses novos desafios.

Se eu digo que esse posto exige qualidades técnicas, eu poderia dizer que, se há alguma coisa que aprendi nesta Casa, é que a técnica, sozinha, de nada serve. Ela não dá conta da complexidade da vida nem da complexidade do mundo. Eu poderia aqui, Senador, citar um pequeno trecho de um poema de Drummond, que diz o seguinte: “As leis não bastam. Os lírios não nascem das leis.” Mais do que a técnica, que eu aprecio – e a vida parlamentar dá mostras abundantes dessas lições e desses valores –, mais do que a técnica, ouvir, dialogar, abrir-se a novas perspectivas e possibilidades, renunciar eventualmente ao acessório para preservar o principal, saber conviver com as divergências, sobretudo em órgãos colegiados, e aprender com humildade a cada dia. Como eu disse, a vida parlamentar dá exemplos cotidianos e abundantes dessas lições, desses valores.

Fico inteiramente à disposição das Sr^{as} e dos Srs. Senadores e agradeço mais uma vez ao ilustre Senador Vital do Rêgo, que conduz com tanto talento e com tanta autoridade os trabalhos desta Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Essas foram as manifestações iniciais do Conselheiro Fabiano Augusto Martins Silveira.

Passo de pronto a palavra, para a sua exposição, também de forma preliminar, ao Sr. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho.

O SR. LEONARDO HENRIQUE DE CAVALCANTE CARVALHO – Sr. Presidente, Senador Vital do Rêgo, é com muito orgulho que compareço à Comissão de Constituição e Justiça. Gostaria de agradecer a atenção de V. Ex^a por ter assumido a relatoria da minha indicação. Agradeço o Senador Eunício Oliveira, Líder partidário, que com os demais Líderes subscreveu a minha indicação.

Gostaria de ressaltar a presença do Senador Pedro Taques, que esteve lá no nosso Estado do Ceará, contribuindo para o debate do Código Penal, agradecer a presença do Senador Alvaro Dias, do Senador Blairo Maggi, da Senadora Portela, do Senador Mozarildo e demais Senadores aqui presentes.

Eu venho do Estado do Ceará. A exemplo de muitos lutadores que saíram daquele Estado para batalhar pelo Brasil, nasci e me criei no Estado do Ceará, no nosso Nordeste, Presidente.

Formei-me na Universidade de Fortaleza em 1999, mas o contato com o Direito e o contato com as relações jurídicas já vêm de muito tempo, em razão de o meu pai, Sabino Henrique Elpídio de Carvalho, ser um dos precursores na realização de eventos jurídicos no Estado do Ceará. Se não me falha a memória, ele é o responsável pela realização de um dos eventos mais antigos do Brasil, que se chama “Direito” e, desde de 1989, é realizado em Fortaleza. E já jovem, participando e ajudando-o naqueles eventos, o Direito me despertou esta vontade e necessidade de contribuir para uma melhor sociedade.

Concluindo o curso de Direito na Universidade de Fortaleza, realizei pós-graduação em processo civil, e a área do Direito a que busquei me dedicar foi a eleitoral. Desde 1998 participo ativamente dessa seara, que reputo uma das mais importantes do Direito. Já ouvi a expressão de que é o direito eleitoral que se constata ser o filtro da democracia. É nessa fase do processo eleitoral que nós escolhemos os nossos representantes.

Ao longo desses quinze anos, Senador Taques, vivi e convivi com a vida política e sei da importância de todos aqueles que se dedicam à vida pública, não apenas aos louros, mas sobretudo também aos ônus.

E nessa caminhada de quinze anos, quero registrar que apesar da minha juventude, tive a oportunidade de adquirir grandes experiências, não apenas com colegas profissionais – posso destacar o Prof. Djama Pinto, um jurista que tem diversos livros publicados na área –, mas também com magistrados, promotores, procuradores. E nessa convivência política, Presidente, nós percebemos a ampla necessidade de haver um diálogo permanente entre as instituições, porque, ao passo em que se busca implementar políticas públicas no nosso País, observamos também dificuldades que a própria estrutura coloca à frente dos agentes públicos.

Diante desse quadro, sinto-me habilitado, caso seja da vontade de V. Ex^{as}, a representar a Casa no Conselho Nacional do Ministério Público. Foi bem destacado pelo Professor, colega e amigo Fabiano aqui, agora há pouco, a importância desses Conselhos para a contínua, e até posso dizer, necessária construção de uma sinergia entre todos os Poderes do nosso Estado.

O advento do Conselho Nacional de Justiça e, sobretudo, do Conselho Nacional do Ministério Público foram conquistas da democracia. O Ministério Público, que detém parcela da soberania, a partir da Constituição de 88, assumiu papel preponderante nas discussões públicas do nosso País, e o advento do Conselho Nacional do Ministério Público, que teve sua representação na oportunidade já com o nosso grande jurista Bruno Dantas – a quem, aqui, registro também o meu apoio e agradecimento –, vem conquistando inúmeras ações e resultados propositivos, Dr. Fabiano, para este contínuo aperfeiçoamento do exercício do Ministério Público, do exercício funcional.

Senador Pedro Taques, se, antes da Constituição de 88, o Ministério Público não estava investido das prerrogativas que lhe são inerentes, a partir da Constituição de 88, temos observado que ele é fundamental para a construção da nossa democracia.

Venho do Estado do Ceará, tenho advocacia também aqui, em Brasília, por conta das lides eleitorais, e, caso seja da vontade de V. Ex^a, colocar-me-ei à inteira disposição para continuar o trabalho que o Dr. Fabiano estava realizando no Conselho Nacional do Ministério Público e contribuir ainda mais para a proximidade das instituições.

É necessário o constante diálogo entre os Poderes, Sr. Presidente, para que, a partir desse diálogo, tenhamos possibilidade de nortear desafios e conquistas para a sociedade.

Gostaria também de registrar o agradecimento a todos os que contribuíram para que fosse possível a minha caminhada a esta indicação ao Conselho Nacional do Ministério Público. Pretendo, caso esco-

lhido por V. Ex^{as}, honrar a representação do Senado naquele Conselho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Antes de passar a palavra aos Srs. Senadores para as suas arguições, eu queria prestar uma homenagem, convidando-o para a Mesa, ao Conselheiro Bruno Dantas. É uma homenagem do Senado Federal. Ele está concluindo o seu mandato agora, em agosto. Por força da sabatina e do voto dos Srs. Senadores, confiamos a ele nossa representação junto ao Conselho Nacional de Justiça. Desempenhou com zelo, com destemor, abraçou causas importantes, tem um acervo de serviços prestados ao Poder Judiciário e, por absoluta imprescindibilidade em outras tarefas na sua vida, não poderá renovar o mandato, que era de muito gosto para todos nós.

A Casa se sentirá muito honrada, tendo na pessoa do Dr. Fabiano a sucessão nas tarefas do Dr. Bruno.

Passo a palavra ao Senador Antonio Carlos Rodrigues.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (Bloco/PR – SP) – Quero cumprimentar o nosso Presidente, Senador Vital, e todos os Senadores.

Minha primeira pergunta vai para o Dr. Fabiano. Qual a opinião de V. S^a sobre o ativismo judicial?

Para o Dr. Leonardo: eu gostaria de saber qual a opinião que o senhor tem em relação aos membros do Ministério Público de diversas cidades e Estados da Federação que, em processos que envolvem autoridades, proclamam, perante a mídia falada e escrita, sua opinião em relação ao resultado do processo, mesmo antes de sua conclusão final perante o Poder Judiciário. Eu faço essa pergunta até com certa tranquilidade, porque presidi a Câmara Municipal de São Paulo por quatro legislaturas, fui Vice-Prefeito e acompanhei o que alguns integrantes do Ministério Público fizeram perante a mídia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra, o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, ilustres indicados: Dr. Fabiano, para o Conselho Nacional de Justiça; Dr. Leonardo, para o Conselho Nacional do Ministério Público – quero cumprimentar o Dr. Bruno –, quero dizer, iniciando pelo Dr. Fabiano, que o Dr. Fabiano é um servidor público decente – eu quero reconhecer isso –, é um profissional competente – eu quero reconhecer isso. Mas eu tenho uma posição, e gostaria de externá-la, a respeito da violação da Constituição, ao menos como eu penso, e gostaria de que isso ficasse registrado. Eu fiz isso já no passado, por

ocasião da indicação do Dr. Bruno para o Conselho Nacional de Justiça.

A Constituição da República, ao criar o Conselho Nacional de Justiça, o Conselho Nacional do Ministério Público, em particular o Conselho Nacional de Justiça, com relação à sua composição, ela diz no inciso XIII do art. 103-B: “XIII – dois cidadãos, de notável saber jurídico e reputação ilibada” – eu quero reconhecer o notável saber jurídico e a reputação ilibada do Dr. Fabiano, isso é bom que se diga, conheço a sua vida acadêmica, conheço a sua vida funcional – “indicados um pela Câmara dos Deputados e outro pelo Senado Federal”. A Constituição diz isso.

A Constituição, ao criar o Conselho Nacional de Justiça, ao criar o Conselho Nacional do Ministério Público, através da Emenda Constitucional 45, ela quis, ao menos ao meu juízo, podemos ver isso se nós acompanharmos os trabalhos que resultaram na Emenda Constitucional 45, ela quis trazer para a fiscalização e controle do Poder Judiciário e do Ministério Público a oxigenação do cidadão. Não que o Dr. Fabiano não seja cidadão; ele é cidadão no sentido restrito e no sentido amplo do termo; mas o que está a acontecer é que os indicados, como cidadãos, só são consultores legislativos do Senado. Isso, ao menos ao meu juízo, não atende à determinação constitucional. Eu digo isso com total tranquilidade e respeito ao Dr. Fabiano.

Para que não paire nenhuma dúvida, Sr. Presidente, eu quero novamente ressaltar que o Dr. Fabiano preenche os dois requisitos aqui estabelecidos: “notável saber jurídico e reputação ilibada”. Não tenho dúvidas disso. Se eu as tivesse, eu aqui as levantaria. Não tenho dúvida disso.

Agora, nós temos de fazer uma reflexão sobre isto: a Constituição diz que os dois cidadãos são indicados pelo Senado e pela Câmara. Eles não são representantes da Câmara, não são representantes do Senado da República. Se isso não for considerado, nós vamos continuar nessa toada, nesse caminho de indicar consultor legislativo.

Eu respeito a Consultoria Legislativa desta Casa. Aliás, faz um trabalho excepcional, e eu quero ressaltar isso. O Dr. Bruno, no Conselho Nacional de Justiça – e ele é consultor – fez um trabalho excepcional. O Dr. Fabiano, no Conselho Nacional do Ministério Público, fez um trabalho excepcional, eu quero reconhecer. Mas eu tenho esta posição de que não é possível nós fazermos isso. Nós estamos incorrendo no mesmo vício.

Seria interessante que, no tocante aos representantes da cidadania no Conselho Nacional do Ministério Público e no Conselho Nacional de Justiça, nós convidássemos a sociedade civil para que ela se ma-

nifestasse. Por que só consultor? Nos últimos tempos, tem sido só consultor.

Eu queria deixar essa reflexão aqui a todos nós, ressaltando que o consultor legislativo é cidadão também, sob pena de nós aparelharmos o Conselho Nacional do MP e o Conselho Nacional de Justiça. Eu usei aqui um termo pesado, forte: “aparelharmos”, porque o membro do Conselho Nacional do MP e do Conselho Nacional de Justiça vai julgar. E esse julgamento deve ser feito com capacidade subjetiva, com imparcialidade.

Eu tenho certeza de que o Dr. Bruno fez, o Dr. Fabiano fez no Conselho Nacional do MP... Mas, sempre consultor legislativo, eu tenho dúvidas da constitucionalidade disso.

Muito bem. Passada essa preliminar, eu tenho algumas indagações ao Dr. Fabiano e, depois, ao Dr. Leonardo.

Dr. Fabiano, o senhor fez um trabalho no Conselho Nacional do MP – esse trabalho deve ser ressaltado e quero parabenizá-lo por isso – e vai para o Conselho Nacional de Justiça, em sendo aprovado aqui. O que o Conselho Nacional de Justiça pode fazer para que nós possamos superar a omissão do Supremo Tribunal Federal e não apresentar o projeto de lei para a nova Loman? Há uma omissão do Supremo há 25 anos, e o Supremo, há muito, nos acusa de sermos omissos, os Deputados Federais e os Senadores. E nós estamos discutindo a PEC 53 e a 75, que trata da aposentadoria, quando isso já está lá no art. 42, parece-me, da Lei Complementar 35, o que poderia ter sido resolvido lá. Mas o Supremo Tribunal Federal, há 25 anos, não apresentou esse projeto de lei. É lógico que parte da Loman foi recepcionada pela Constituição de 1988, agora, é uma lei que veio ao mundo, nasceu num período escuro da nossa história. Se nós tivéssemos já uma nova Loman, essa discussão que estamos fazendo sobre a PEC 53 não caberia aqui mais. O que o Conselho Nacional de Justiça pode fazer para resolver isso?

De que maneira o Conselho Nacional de Justiça pode combater o filhotismo no Poder Judiciário? Filhotismo: parentes, filhos de julgadores advogando direto por interposta pessoa. Eu sei que uma lei não muda o homem, dificilmente; o homem pode mudar a lei. Muitas vezes, é até falta de caráter, mas o Conselho Nacional de Justiça precisa, de alguma maneira, pensar algo para superar esse filhotismo, que nós sabemos que existe.

Na semana passada, Dr. Fabiano, foi divulgado o projeto de valorização da magistratura e do Judiciário, formulado pelo Conselho Nacional de Justiça a partir de encontros regionais do Poder Judiciário. Quais são os principais pontos desse projeto que V. S^a poderia

ressaltar e a sua contribuição no Conselho Nacional de Justiça nesses pontos?

V. Ex^a ressaltou que o Conselho, os conselhos não podem ser só instrumentos de fiscalização e controle – há mais de 90 tribunais.

O sistema de metas estabelecido pelo Conselho, na opinião de V. S^a, tem surtido efeito?

São essas as indagações ao Dr. Fabiano.

Passo ao Dr. Leonardo. Em continuidade à pergunta do Senador Antonio Carlos, como é possível compatibilizar o princípio da publicidade, estabelecido no art. 37 da Constituição, que prevê que, se o membro do Ministério Público não dá ciência ao cidadão do que está fazendo, ele pode cometer improbidade administrativa – está no art. 11 da Lei 8.429, de 1992 –, com a intimidade, com o sigilo? Como compatibilizar isso? Como compatibilizar isso na opinião do senhor?

O senhor militou na Justiça Eleitoral. Quanto às prestações de contas que são apresentadas pelos candidatos já eleitos e mesmo aqueles não eleitos, a Justiça Eleitoral, na opinião do senhor, vem desempenhando sua atribuição ou é meramente formal o controle de contas?

Na opinião do senhor, nas doações de campanha, se o candidato presta conta só após as eleições, mesmo daquelas contas parciais – das parciais ele revela o valor, não revela quem doou –, não seria interessante também ele revelar quem doou?

Como compatibilizar hoje no Brasil? O Ministério Público tem que cumprir direitos sociais previstos no art. 6º da Constituição. O Ministério Público tem que buscar fazer com que o art. 6º da Constituição seja concretizado. Como compatibilizar isso com a discricionariedade do agente político em escolher a melhor política pública? Muitos membros do Ministério Público ajuízam ações em desfavor de prefeitos em razão de escolhas de políticas públicas. Qual é a opinião do senhor a respeito disso?

São essas as indagações, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Sr. Presidente, cumprimento V. Ex^a e também nossos sabatinados e convidados, como o Dr. Bruno, que está aqui conosco, o Dr. Fabiano, o Dr. Leonardo.

Primeiro, gostaria de fazer uma pergunta – na verdade, deixar uma pergunta aberta para os dois nossos sabatinados. Gostaria de saber qual é a opinião dos senhores sobre a questão do auxílio-moradia concedido a juízes, enfim, essa discussão que nós estamos tendo agora também no CNJ, entre juízes e todos aqueles que trabalham e militam na área do CNJ e também do Ministério Público. Eu sei que quando um ganha, o

outro ganha. Quando um perde, o outro também. Vão, mais ou menos, se equilibrando essas forças.

Então, gostaria de deixar essa pergunta aos senhores e também ao Fabiano. Ele vem do CNMP; lá ficou por dois anos de mandato, certamente tem uma experiência, hoje, bastante grande, atuando naquele Conselho. Eu li aqui alguns trabalhos que V. S^a apresentou, resoluções.

Eu gostaria de fazer uma pergunta bem clara, Fabiano: o que você acha que é um ganho para o CNJ, de onde você vem, com a experiência que tem, que adquiriu no Conselho do Ministério Público e que poderá ter ao ocupar um cargo lá no CNJ? Pergunto isso para eu entender um pouco se é importante trabalharmos com pessoas que já passaram por um conselho e chegarão a outro conselho.

São essas duas perguntas que quero fazer.

Quero cumprimentar o Dr. Leonardo e também o Dr. Fabiano – certamente, serão elevados e conduzidos a esses conselhos –, desejar que tenham sucesso, que possam fazer um bom trabalho, e, principalmente, que o trabalho de vocês venha não só olhar para dentro das instituições, da magistratura como Poder também do Ministério Público, mas que possa refletir, que possa ajudar no dia a dia da magistratura brasileira, fazer com que ela seja mais célere, seja mais correta, que ela seja, enfim, algo que dê confiança aos investidores, àqueles que demandam com a Justiça.

Eu estou relatando a PEC 53, que diz respeito à magistratura. Tenho conversado bastante com juízes, com desembargadores, nos últimos dias, e tenho ouvido as aflições que esse Poder e essa categoria têm em relação ao dia a dia das suas condições de trabalho e também a insegurança, e tudo o mais.

Sei que, para o País ser forte, ser de Primeiro Mundo, como todo mundo quer, com uma economia forte, nós precisamos de segurança jurídica. Ninguém, absolutamente ninguém, gosta de fazer negócio com qualquer país, com qualquer empresa, com qualquer Estado, com qualquer Município, se não houver segurança jurídica. Aqui, dentro do Brasil mesmo, sem citar Estados, para não ser deselegante, há Estados que são mais bem avaliados. As empresas se sentem mais tranquilas em fazer negócio com o Estado A e, muitas vezes, abrem mão de fazê-lo com o Estado B, porque não há segurança, não há a convicção de que a Justiça é imparcial e autônoma e toma as decisões sem medo de retaliação, sem nada.

Então, acho que o CNJ precisa trabalhar no sentido de, cada vez mais, dar à Magistratura brasileira essa condição de independência, sem medo, sem medo de retaliação, sem nada. É preciso punir quando necessário, ser rígido quando necessário, mas sem fazer

ameaças bobas, administrativas, coisas que coloquem o magistrado na parede.

Parabéns! Sigam em frente!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra, o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, nossos sabatinados e convidados, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, primeiramente, pergunto para o Dr. Leonardo: quais são suas sugestões acerca do combate à corrupção, à lavagem de dinheiro e à improbidade administrativa? Que medidas o conselho poderia adotar nessa direção?

O Ministério Público sofre, atualmente, um verdadeiro cerco no Congresso Nacional com projetos que procuram reduzir os seus poderes. A Associação Nacional dos Membros do Ministério Público elenca, pelo menos, 11 projetos que interferem na rotina das promotorias e esvaziam as atribuições da instituição. Um deles, por exemplo, prevê a instalação do controle externo a atividades das promotorias. Outro aplica sanções a promotores alvo de reclamações. Outro impõe o recrudescimento do sigilo investigatório e amplia o rol de penalidades para o vazamento de informações. E se discute até a possibilidade de o procurador ter de pagar as custas de advogados nas ações que, posteriormente, são arquivadas.

A extensa rede de propostas e de emendas que tramitam na Câmara e no Senado soma-se a outras nas Assembleias Legislativas. Alguns projetos são recorrentes e afrontam a Constituição. Outros chegam a ser literalmente bizarros. Eu gostaria de ouvir a sua opinião sobre esse cerco de proposições legislativas direcionadas à redução de poderes do Ministério Público e sobre como agir contra isso.

Ao Dr. Fabiano, pergunto: qual a sua posição sobre o patrocínio de entidades privadas a encontros de magistrados? Esses patrocínios configuram algum tipo de infração à norma legal ou ética?

O Conselho Nacional de Justiça, vinculado ao Poder Judiciário, é destituído do poder normativo. O que pensa de atos normativos editados pelo CNJ? Esses atos não seriam inconstitucionais do ponto de vista formal? Em sua opinião, o Conselho Nacional de Justiça vem correspondendo às expectativas? Há contradições em relação ao desempenho do Conselho Nacional de Justiça. Há os que não sentiram ainda uma presença mais eficiente do conselho desde a sua criação. Teria sugestões para que o conselho pudesse cumprir com maior eficiência os seus propósitos e corresponder a essas expectativas?

Um dos grandes temas jurídicos no País é a busca, na legislação penal e processual penal, de

mecanismos que evitem a impunidade. Muitos juristas consideram que a legislação brasileira nessa matéria é extremamente permissiva, diferente da de outros países, nos quais a condenação, em primeira ou segunda instância, implica a execução da pena.

Considera que a nossa legislação deve ser alterada, para que seja mais rigorosa a aplicação das decisões em matéria penal, a exemplo do que ocorre em outros países?

A propósito, nós estamos discutindo, nesta pauta positiva do Senado, a questão do foro privilegiado. Historicamente, há uma cobrança, a sociedade cobra o fim do foro privilegiado. As autoridades são privilegiadas, porque possuem um foro especial. Agora, quando há a tramitação de uma proposta com o fim de acabar com o foro privilegiado, há aqueles que condenam essa proposta, entendendo que, ao contrário, é um tiro na impunidade acabar com o foro privilegiado. Mas há governador que cria uma secretaria especial para que o amigo possa ter foro privilegiado e seja julgado no Tribunal de Justiça, não pela primeira instância.

Então, é uma questão polêmica. A vida toda, Congressistas são cobrados porque existe o foro privilegiado. E, no momento em que se deseja extinguir o foro privilegiado, há contestação. Então, queremos saber também a sua opinião a respeito disso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra, o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Permita-me, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Primeiro, fala o Senador Mozarildo Cavalcanti e, depois, V. Ex^a.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Tem a palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti e, depois, o Senador Valadares.

O Senador Mozarildo está com a palavra.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Bom, Sr. Presidente, quero dizer que, realmente, acho que tanto a criação do Conselho Nacional de Justiça quanto a do Conselho Nacional do Ministério Público foram, realmente, inspirações muito boas do Congresso Nacional. Tenho acompanhado, inclusive, até porque tenho dois filhos juizes, como é importante realmente a existência desses dois órgãos.

Conheço tanto o Dr. Bruno quanto o Dr. Fabiano e entendo que a indicação deles, pelo fato de serem também consultores do Senado, não prejudica a presença deles em nenhum dos dois conselhos. Pelo contrário, acho até que o Senado se sente mais segu-

ro ao indicar uma pessoa que tem formação, que tem condições de exercer esses cargos. O Dr. Leonardo, pelo que ouvimos na explanação dele, tem também essas qualidades.

Então, acho importante que nós até... A minha única colocação é a seguinte: realmente, tanto o Conselho Nacional de Justiça quanto o Conselho Nacional do Ministério Público têm de exercer um papel mais proativo e, eu diria, mais educativo, tanto do lado do Judiciário quanto do lado do Ministério Público, principalmente – eu sou de um Estado pequeno – nos Estados pequenos, onde, parece, o próprio Ministério Público e o Poder Judiciário não absorveram ainda adequadamente a existência desses dois órgãos. De qualquer forma, testemunho que houve muita mudança desde a instalação dos dois órgãos.

Portanto, quero cumprimentar os dois candidatos. E também ressalto a presença do Dr. Bruno, que está concluindo o seu mandato.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra, o Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, cumprimento o Dr. Bruno, o Dr. Leonardo e o Dr. Fabiano.

Eu gostaria de saber se os senhores, como componentes do Ministério Público, teriam como aceitar uma proposta do Congresso Nacional, discriminando, esclarecendo, através do Código de Processo Penal, quais os pontos ou quais os requisitos necessários para que o Ministério Público possa renunciar de uma denúncia formulada no início do processo.

Ontem mesmo eu conversei com representantes do Ministério Público do meu Estado de Sergipe, que estiveram aqui, a propósito da PEC relatada pelo Senador Blairo, e eles me afirmaram que, mesmo que eles queiram, na tramitação do processo, desistir da renúncia, não há como, a não ser no final, quando do julgamento da ação penal.

Então, como os senhores receberiam uma proposta, dando a possibilidade de o Ministério Público renunciar às denúncias?

O segundo ponto é sobre o sigilo – o Senador Alvaro Dias falou – do inquérito investigatório quando chegar à Justiça. O que é que os senhores acham? Durante a investigação policial do próprio Ministério Público, mantém-se o sigilo, mas, quando o processo for enviado à Justiça para decisão, quando iniciar a fase propriamente dita do processo judicial, os senhores são favoráveis à abertura do sigilo?

No Supremo Tribunal Federal, recentemente foi tomada uma decisão colegiada que não permite abertura do sigilo de inquéritos que estejam tramitando no Supremo, inquéritos que já vieram de instâncias infe-

riores e que bateram aí por causa da condição que se dá ao Parlamentar de responder no Supremo. Então, eu gostaria de saber a esse respeito.

Só essas duas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – O Senador Pedro Taques tem uma manifestação a fazer.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sim. Só na esteira da pergunta do Senador Alvaro para o Dr. Fabiano, que é mestre, doutor em Direito, com estudos também na Itália, pergunto se ele conhece no mundo, no Direito Comparado, algum país que tenha no seu sistema judicial quatro graus de jurisdição: Juiz, Tribunal, STJ e Supremo, tendo em conta que nós sabemos que os recursos extraordinários vão discutir direito, e não fato. O senhor conhece algum sistema em que a execução deixa de ser feita em segundo grau?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra o Dr. Fabiano Augusto Martins Silveira.

O SR. FABIANO AUGUSTO MARTINS SILVEIRA – Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer a cada um dos Srs. Senadores pelas qualificadíssimas intervenções, pelos posicionamentos que, de algum modo, engrandecem este momento; de algum modo, não, de todos os modos engrandecem este momento. Pelo menos para mim, este é um momento muito incomum, muito raro.

O Senador Antonio Carlos Rodrigues faz uma indagação inicial que acho que tem tudo a ver, Senador, me permita, quando pede a minha opinião sobre o denominado ativismo judicial.

O Poder Judiciário não se submete a vínculos de maioria, ao contrário do Poder Executivo e também do Poder Legislativo. Esses Poderes, esses dois últimos Poderes retiram a sua legitimidade dos consensos, das maiorias que eles conseguem formar. Diferentemente, o Poder Judiciário não está submetido a vínculos de maioria. E de onde ele retira, portanto, o seu título de legitimidade? Ele retira o seu título de legitimidade da sua condição de imparcialidade, de distanciar-se um pouco do conflito, de ter a capacidade de avaliar, de ponderar, de mediar e de extrair uma síntese das posições antagônicas que se colocam no processo judicial.

Portanto – e eu acredito que seja assim –, se a imparcialidade diz respeito ao que há de mais caro para a magistratura, a palavra “ativismo judicial”, de alguma forma, significa uma nota destoante. Eu tenho alguma reserva em relação a essa expressão, mas reconheço, ao mesmo tempo, que o juiz não é boca da lei, o juiz não é máquina; reconheço o papel criativo da jurisprudência, reconheço a cota ineliminável de ideologia

que se expressa nas manifestações judiciais, mas é preciso sempre resguardar.

Senador Antonio Carlos Rodrigues, se nós observarmos a história da legislação processual, há nela sempre essa busca, Senador Pedro Taques, de criar mecanismos objetivos para garantir esse mínimo afastamento. É algo inalcançável? Sim. A imparcialidade é algo inalcançável na prática, mas devemos empenhar todos os esforços para que os juízes possam decidir com equidistância. Não há nada mais agressivo, que coloque mais em xeque a autoridade de um juiz do que apontar a sua tendenciosidade.

Então, eu tenho reservas em relação ao movimento que se chama de ativismo judicial, se ele, digamos, flerta com o perigo de colocar em xeque essa imparcialidade, que, para mim, é onde repousa o título de legitimidade da atividade do Poder Judiciário.

Agradeço a sua intervenção, Senador, por, digamos, ter a oportunidade de expressar um pouco a minha opinião sobre o tema. São tantas as questões que eu quero, enfim, com a condescendência dos senhores, tentar aqui responder de forma mais objetiva. O Presidente também me coloca essa situação.

Senador Pedro Taques, V. Ex^a saiba que recebo a sua posição, primeiro, com muita humildade. Segundo, recebo-a de um Parlamentar que tenho na mais alta conta, pela sua atuação, pelo seu brilhantismo. E não só respeito, Senador. V. Ex^a representa para mim também uma fonte de inspiração para a minha atuação, seja no Conselho Nacional do Ministério Público, seja no Conselho Nacional de Justiça, se esta Casa assim decidir, em seu soberano julgamento. Então, entendo. É uma posição já conhecida a de V. Ex^a, que absolutamente não me diminui. E me parece o caso de não aqui, enfim, contrapor posições. Não me parece seja esse o caso, mas de respeitar a posição de V. Ex^a, que também me faz questionamentos, se eu anoto bem aqui, sobre a questão da omissão do Supremo em relação à Loman.

O que o Conselho Nacional de Justiça poderia fazer nesse sentido? Ele poderia provocar, ele poderia expedir notas técnicas, provocar a instância decisora, que é o Supremo Tribunal Federal. O que nós temos assistido, em contrapartida, é também, legitimamente, diante dessa omissão, que o Congresso começa a discutir alternativas que poderiam ser colocadas numa discussão mais aberta de uma Lei Orgânica da Magistratura Nacional.

Então, o Supremo realmente está em dívida nesta questão. Talvez, aqui, o campo das desconfianças institucionais esteja na raiz desta questão, mas o Congresso Nacional também tem legitimidade para buscar alternativas para solucionar questões que já não são mais

admitidas, Senador Pedro Taques. V. Ex^a me permita, mas me parece que, qualquer que seja a solução – a penalidade da aposentadoria, a questão dos 60 dias de férias –, não se coloca mais hoje no contexto da cidadania, da modernidade. É como eu vejo.

V. Ex^a fala em filhotismo. O Congresso Nacional – veja, sempre o Congresso Nacional –, na Emenda nº 45, cria uma quarentena, o que me parece que já foi um avanço. Há regras de impedimento processuais que devem ser aplicadas. E V. Ex^a toca num ponto: talvez, o Conselho Nacional de Justiça deva realmente prestar atenção redobrada sobre essa prática, que, digamos, não engrandece a magistratura brasileira.

V. Ex^a menciona ainda a proposta recentemente veiculada sobre a valorização da magistratura. Eu confesso a V. Ex^a que não tenho conhecimento integral daquele documento, até um documento muito recente, que foi divulgado. Mas soube que fala, em vários pontos, por exemplo, em informatização e na instituição até de um fundo que poderia acolher algumas demandas dos magistrados, mas confesso, sinceramente, que não tive acesso e não pude fazer uma análise crítica mais consistente em relação a esse documento.

Eu acho que enfrentei as questões tão relevantes colocadas pelo Senador Pedro Taques.

Senador Blairo Maggi...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – O Senador Pedro Taques colocou as quatro instâncias...

O SR. FABIANO AUGUSTO MARTINS SILVEIRA – Ah, sim. Sim. Volto a essa questão, se V. Ex^a me permite, quando for responder ao Senador Alvaro Dias.

Senador Blairo Maggi. Eu aproveito a intervenção do Senador Blairo Maggi sobre a segurança jurídica, e talvez possamos aqui pegar o mesmo fio condutor. De fato, tramita perante esta Comissão de Constituição e Justiça a PEC 15, que tem como primeiro signatário o Senador Ricardo Ferraço, já relatada pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira. Não dá para entender como realmente, no sistema brasileiro, o trânsito em julgado só chega na quarta instância. Por quê? Porque isso favorece a litigância. Se retardar a definição da lide, do litígio, pode ser atraente para as partes envolvidas, e as partes envolvidas às vezes são partes poderosas, como o próprio Estado brasileiro, diga-se de passagem, se o nosso sistema admite esse longo percurso, ora, sinceramente, algo não funciona bem. E me parece que a proposta trazida aqui é uma proposta ousada, uma proposta que certamente enfrentará resistências, porque não é uma mudança cosmética, não é perfumaria, é uma proposta que realmente muda a estrutura. Qual é? O trânsito em julgado é alcançado no segundo grau de jurisdição, garantindo-se o princípio do duplo

grau de jurisdição. Então, eu vejo de forma positiva essa iniciativa. E no âmbito das justiças estaduais. E caberia em ações rescisórias ou poderíamos discutir a violação de lei federal ou a violação da Constituição da República.

V. Ex^a, Senador Blairo, pergunta-me também se haveria alguma vantagem nesse percurso do CNMP para o CNJ. Eu sempre vi essa oportunidade, e vejo apenas como oportunidade honrosa, se me for concedida, de diversificação de minha experiência profissional. Acho, modestamente, que a experiência no Conselho Nacional de Justiça, entendendo um pouco melhor essa instituição tão poderosa como é o Ministério Público, que é uma peça fundamental na engrenagem do sistema de Justiça, entendendo essa instituição que goza das mesmas prerrogativas dos magistrados, talvez – e eu digo talvez porque essa conclusão cabe exclusivamente a V. Ex^a – possa significar um ganho de percepção na minha atuação dentro do Conselho Nacional de Justiça.

Por exemplo, Senador Blairo, nós passamos por uma reforma do Regimento recente. E me parece que o Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça pode sofrer alterações que permitam uma agilidade maior, Senador Cássio, no processo administrativo disciplinar. Acho que o processo administrativo disciplinar no CNJ ainda depende de fórmulas que dilatam muito esse processo, como, por exemplo, comissões processantes e comissões sindicantes. Nós fizemos modificações muito importantes, agora, no Conselho Nacional de Justiça. Quem sabe, eu possa, trazendo um pouco essa experiência, levar essa discussão e a representação da sociedade. Porque eu sou indicado pelo Senado, mas a indicação não representa necessariamente o Senado. Recebo a indicação, muito honrosa para mim. Ela tem essa especial responsabilidade de provocar, provocar o debate. Eu acho que vejo dessa forma.

Concordo com V. Ex^a. De fato, os dias desse sistema de quatro graus de jurisdição estão contados. Na Itália, por exemplo, nós temos três, mas a corte constitucional nem sequer faz parte do Poder Judiciário. Ela atua verdadeiramente como corte constitucional.

O Senador Alvaro Dias me distingue com uma intervenção sobre o patrocínio de entidades. Novamente, o Congresso Nacional, em 2004, na reforma do Judiciário, colocou claramente que os juízes não poderiam, a qualquer pretexto, a qualquer título, receber contribuições de entidades privadas, de quaisquer pessoas. Ora, se é assim, os patrocínios a eventos, não quero fazer aqui generalizações inconsequentes, mas, digamos, acende uma luz amarela, pelo menos. E acho que o CNJ andou bem ao enfrentar esse tema.

Eu poderia dizer aqui que, ora, 30% é um valor... Não existe. Ou seja, ou recebe ou não recebe.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FABIANO AUGUSTO MARTINS SILVEIRA

– Exatamente. Eu poderia fazer esse discurso. Realmente, colocar um determinado percentual deixa alguma interrogação. Ficamos ainda com alguma interrogação. Mas, de qualquer modo, eu prefiro, de maneira mais comedida, entender a dificuldade até. V. Ex^{as} trabalham com mediação de conflito o tempo inteiro, 24 horas por dia. Eu prefiro elogiar essa resolução e entendê-la como um avanço. Quem sabe, mais adiante, o Conselho Nacional consiga apertar mais essa ferida.

O poder regulamentar. Eu tenho, Senador, e expressei aqui na minha intervenção inicial, uma visão muito favorável a essa iniciativa regulamentadora. O CNJ pisa no acelerador. Nós temos 165 resoluções, mais ou menos 165 resoluções. O CNMP tem sido um pouco mais comedido com esse poder regulamentador. Eu acredito que a questão que se coloca é a seguinte: determinados temas, Senador Antonio Carlos Rodrigues, são mais bem aceitos; outros não. Quando esses temas não são muito aceitos pela própria categoria, questiona-se o poder regulamentar do CNJ. Então, me parece que a questão que se coloca mais é a da aceitação ou não de determinados temas por parte do CNJ. Mas vejo como algo positivo, que possa unificar a atuação do Poder Judiciário, do Ministério Público.

V. Ex^a também me pergunta sobre a execução da pena. Em 2008, por uma decisão do Ministro Eros Grau, o Supremo Tribunal Federal entendeu que não há execução provisória da pena privativa de liberdade; depende do trânsito em julgado, sem prejuízo que o Poder, que o tribunal ou juiz determine desde já, mas a título preventivo, a prisão. Essa posição colocou na vitrine esse problema levantado pelo Senador Pedro Taques, que é dos quatro graus. Ou seja, recorrer é melhor, porque, ora, se não pode executar... E eu acho até que, teoricamente falando, o Supremo está correto na leitura do princípio nesse ponto. O que nós devemos mexer é no problema, verdadeiramente, que é a estrutura verticalizada de quatro degraus de instâncias. Realmente, não me parece que a sociedade brasileira entenda esse longo percurso, essa longa trajetória.

Agradeço as manifestações do Senador Mozarildo Cavalcanti. Digo que os conselhos ainda passam pelo processo de aceitação; ainda há, dentro das categorias, dentro da base, movimentos de contestação – não nos iludamos em relação a isso.

O Senador Valadares fala do poder de renúncia. Parece-me que seria uma decisão honesta daquele que ingressa ou assume a causa poder dar um passo atrás, vendo que na instrução não houve coleta de ma-

teriais probatórios suficientes. Parece que seria uma postura, Senador Valadares, honesta do membro do Ministério Público que apresentou uma denúncia que não reuniu todos os elementos.

O que eu gosto de dizer, Senador, é o seguinte: o nosso processo é escrito. Nos Estados Unidos, na cultura americana, as provas é que ganham destaque. Elas são realmente... Ali se decide o destino do processo. Então, menos o texto escrito, mais as provas. E o primeiro ponto a ser ultrapassado para entrar num processo é um juízo de admissibilidade: essa causa é razoável?

No Brasil, ou muito me engano ou há uma prodigalidade, uma facilidade na denúncia, é muito fácil denunciar. E na cultura dessas instituições – eu me refiro agora, especialmente, ao querido Ministério Público, porque lá passei, vivi esse período que me enriqueceu –, há certa, digamos, se adiante não prosperar essa ação, nenhum problema. Ao contrário, se um promotor nos Estados Unidos apresentar uma ação e não for bem sucedido, isso pega muito mal para a sua carreira. No Brasil, parece que é o contrário, se não estiver muito enganado. No Brasil, parece que é o contrário.

Eu, mais uma vez, agradeço de uma forma até entusiasmada e sensibilizada as intervenções de todos os Senadores, do Senador Pedro Taques, do Senador Blairo, do Senador Cássio Cunha Lima, que nos honra com a sua presença. E eu me coloco, se não consegui aqui satisfatoriamente responder às indagações que me foram formuladas, ainda à disposição para tentar aprofundá-las um pouco mais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço a manifestação e exposição muito lúcida...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Pela ordem também.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Eu não sei se eu não prestei...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Eu não passei a palavra pela ordem ainda.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Obrigado.

Eu não sei se eu não prestei atenção, mas ficou faltando a questão do auxílio-moradia para os juízes.

O SR. FABIANO AUGUSTO MARTINS SILVEIRA (*Fora do microfone.*) – Sim, perdão.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – E no meu caso...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Presidente, é sobre o sigilo da investigação na Justiça, seja na primeira instância ou na segunda instância. O que o senhor acha sobre a quebra do sigilo?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – E se puder, Dr. Fabiano, a questão do foro privilegiado, a sua opinião.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Permite-me também, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Sim.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – O senhor falou sobre ativismo judicial. Eu tenho uma professora alemã, que o senhor deve conhecer, chamada Ingeborg Maus. Ela escreveu um trabalho sobre o Judiciário como superego da sociedade. O senhor acha que o Judiciário no Brasil, em razão do nosso sistema jurídico, vira um pai que todo mundo quer que resolva os seus problemas?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Dr. Fabiano com a palavra.

O SR. FABIANO AUGUSTO MARTINS SILVEIRA – Eu achei que, colocando dessa forma – não sei se respondi –, ficaria tudo como está. Mas, pelo visto... (*Risos.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FABIANO AUGUSTO MARTINS SILVEIRA – Mas, novamente, agradeço, e eu me penitencio aqui, Senador: fiz as minhas anotações um tanto ao improviso. Mas, por favor, não é nenhum...

Com relação, primeiramente, ao auxílio-moradia, parece-me que não é a forma adequada de remunerar servidores já tão bem remunerados dentro da realidade brasileira, a não ser que haja circunstâncias objetivas que justifiquem essa rubrica de auxílio-moradia. E o CNJ está prestes a decidir sobre esse tema; já foi inclusive anunciada a pauta de julgamento em que o CNJ fará uma avaliação sobre essa questão.

Parece-me que nós devemos lutar – e eu digo isso com tranquilidade – por uma magistratura que seja muito bem remunerada para que não possa ceder a nenhum tipo de tentação, para que possa sempre dedicar as suas melhores atenções, os seus melhores esforços a atividade tão nobre que é a atividade de julgar.

E seja auxílio-moradia, sejam outras rubricas que vez ou outra aparecem, até desconhecidas do grande público, não me parecem ser o caminho mais adequado para a composição da remuneração dos membros da magistratura.

Com relação ao sigilo – dirijo-me agora ao Senador Antonio Carlos Valadares –, veja: na fase pré-processual de investigação, o sigilo, a meu ver, é a regra, para que não seja exposta desnecessariamente a vida privada, a intimidade das pessoas. Por quê? Porque aqueles fatos ainda estão em ebulição; ainda não há uma clareza sobre aqueles fatos. Portanto, a regra deve ser o sigilo. Uma vez concluído o relatório da autoridade, concluída a atuação da autoridade policial, eu não vejo nenhuma razão para que persista o sigilo. Por quê? Porque, logo adiante, nós entraremos na fase da publicidade, que é a regra, que é a fase processual, salvo exceções previstas na própria Constituição.

Então, se trabalharmos por essa lógica durante a investigação... E eu me refiro, Senador, evidentemente, a um sigilo externo, porque um sigilo interno não cabe, porque isso seria segredo, seria ato secreto. Aí não, ou seja, o investigado tem o direito de conhecer o desenrolar da investigação. Então, sigilo dirigido ao investigado e ao seu advogado, não, nem mesmo durante a investigação, a não ser dos atos ainda não documentados ou de diligências em andamento, porque revelá-las poderia resultar na própria frustração dessa diligência. Mas eu me refiro a um sigilo externo.

A autoridade deve ser responsável. Permita-me, rapidamente, Sr. Presidente, dizer – fui membro aqui da comissão redatora do Código de Processo Penal, indicado pelo Senado Federal, comissão que redigiu, que concluiu seus trabalhos e o Senado aprovou o texto – que nós deixávamos muito claro que a autoridade policial tinha o dever de zelar pelo sigilo, não expondo a vida, a intimidade das pessoas, inclusive em relação aos meios de comunicação.

Com relação à questão do foro privilegiado, Senador Alvaro Dias, V. Ex^a aponta para uma verdadeira contradição, um verdadeiro paradoxo, que, de alguma forma, terá que ser solucionado pelo Senado e pela Câmara, pelo Congresso Nacional. O que eu ouço, Senador, de bons advogados é que eles detestam o foro privilegiado. Por quê? Porque aquela decisão que poderia demorar dez ou quinze anos, o jogo jogado, ocorre num espaço curto de tempo. Então, eu vejo com muitas reservas a afirmação, comum, de que o foro privilegiado – eu nem gosto dessa expressão, porque é, na verdade, foro especial por prerrogativa da função, porque não há privilégio, decorre da função elevada de determinadas autoridades – é um mecanismo de proteção, inclusive, de ações precipitadas, de que órgãos colegiados possam se manifestar, que opiniões conflitantes possam surgir em órgãos colegiados.

Não subscrevo a afirmação, comum, de que o foro privilegiado se trata de privilégio ou que seja foro privilegiado. Nem gosto tanto dessa expressão. Parece-me

foro especial por prerrogativa de função. Por outro lado, todos reconhecem que esse mecanismo nem sempre é bem compreendido por aqueles que respondem, que têm suas ações, enfim, perante os juízos de primeira instância. Também reconheço isso.

Enfim, o Congresso Nacional tem toda a autoridade, legitimidade e maturidade para resolver essa difícil questão.

O Senador Pedro Taques, numa expressão muito sugestiva, fala em superego da sociedade judiciária. Eu, digamos, como pessoa física, não gostaria de delegar a ninguém a função do meu superego, que, por sinal, é muito alto, pela minha formação, pela criação que recebi dos meus pais...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – ... seminários de Lacan.

O SR. FABIANO AUGUSTO MARTINS SILVEIRA – Exatamente.

Parece-me que os conflitos devem ser decididos no palco. Nós não precisamos, uma sociedade madura, dona de seu destino, de um palco tão restrito. Uma sociedade aberta, diversificada, plural, dinâmica, pulsante, vibrante não precisa ser tutelada por determinados espaços bastante reduzidos. Então, eu responderia a V. Ex^a dessa forma.

Muito obrigado e me desculpe, Senador Presidente, por me estender nas minhas respostas.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Não, não, nós estamos aqui para...

Esse exercício da sabatina pressupõe a extensão completa das indagações e as respostas.

Saúdo a presença do advogado cearense Irapuan Camurça.

Com a palavra o Dr. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho.

O SR. LEONARDO HENRIQUE DE CAVALCANTE CARVALHO – Sr. Presidente, agradeço todas as intervenções formuladas pelos Senadores aqui presentes.

Início as respostas ao Senador Antonio Carlos Rodrigues, que, de certa forma, têm um *link* com a indagação do Senador Pedro Taques em relação ao princípio da publicidade dos atos praticados pelos promotores que, no exercício da sua função, digamos, vazam informações ou até mesmo expressam juízos de valor pessoais em relação ao processo que está em curso.

De fato, esse é um tema bastante complexo e é necessário que o Conselho Nacional do Ministério Público exerça o seu papel com firmeza, para que o princípio da presunção de inocência daquele que está sendo objeto daquela ação de improbidade ou ação penal não venha, ao final do processo, sendo absolvido, a já ter sido condenado pela sociedade.

Também quero registrar que temos excelentes promotores, o Ministério Público é formado por grandes representantes, mas, lamentavelmente, ainda existe uma pequena parcela que traz para o processo, para a investigação, traços ideológicos, políticos, que se aproveitam daquela função que exercem para atingir a honra e a dignidade das pessoas.

No interior, é muito comum o membro do Ministério Público, muitas vezes por falta até mesmo de formação por parte da entidade – e aí, caso V. Ex^{as} me honrem com a oportunidade de estar no Conselho Nacional do Ministério Público, quero despertar para um olhar de aperfeiçoamento e orientação aos membros do Ministério Público ao lidar com a imprensa, porque, muitas vezes, pela sua formação técnica, o profissional, não tem na sua universidade, no seu curso de Direito, a habilidade ou mesmo a perspectiva de se apresentar para um repórter –, no interior, a juíza assina uma ação de improbidade e o Ministério Público, ao invés de se limitar a destacar os fatos que estão em apuração, de forma, muitas vezes, entusiasmada, ele acaba por lançar um juízo de valor de natureza condenatória. E aí, quando a imprensa, Sr. Presidente, avalia esses fatos, em três dias aquela pessoa já foi denunciada, processada e condenada; em três dias.

Então, é preciso aperfeiçoar esses mecanismos de controle para que o membro do Ministério Público, não se privando da aplicação do princípio da publicidade, destacado pelo Senador Pedro Taques, até mesmo para não incorrer em improbidade administrativa, tenha responsabilidade pelo que for afirmado perante a sociedade.

Então, esse tema que o Senador Antonio Carlos Rodrigues destaca é de absoluta relevância.

Ressalvo que nós temos excelentes promotores e excelentes procuradores, mas o Conselho Nacional do Ministério Público tem que agir com firmeza para que esses desvios sejam, de certa forma, apurados e, de acordo com o caso concreto, sancionados.

Espero ter respondido à indagação de V. Ex^a

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (Bloco/PR – SP) – Excelente. Mas você vai ter muito trabalho com o Estado de São Paulo.

O SR. LEONARDO HENRIQUE DE CAVALCANTE CARVALHO – Em relação às indagações do não menos extraordinário Parlamentar Senador Pedro Taques, espero ter sintetizado a perspectiva dessa compatibilização do princípio da publicidade e a divulgação dos atos praticados pelo membro do Ministério Público.

V. Ex^a destacou a situação da prestação de contas de campanha. É célebre uma afirmação do Ministro Marco Aurélio que diz que a prestação de contas seria uma prestação de faz-de-conta. Diante desse

quadro, o Tribunal Superior Eleitoral tem, a cada pleito, buscado estabelecer normas e condições de controle dessa prestação de contas para que o pleito eleitoral não seja contaminado pelo abuso do poder econômico e para que a sociedade não seja vítima da escolha de um representante que tenha sido sufragado a partir de uma distorção econômica, em que o poder econômico estaria se sobrepondo à manifestação legítima dos eleitores.

Eu vejo, Senador, que a legislação eleitoral tem avançado, mas precisa avançar ainda mais. V. Ex^{as} estão debatendo tema da mais absoluta relevância que diz respeito ao financiamento das campanhas eleitorais. Certamente, o Congresso Nacional implementará mecanismos para tornar mais transparente o processo de prestação de contas e, sobretudo, mais equilibrado, para que o poder econômico não seja o grande vetor da escolha daqueles que representam a sociedade.

V. Ex^a também destacou a questão das doações de campanha. Concorro plenamente com V. Ex^a quando diz que é necessário revelar os doadores. Em relação à prestação de contas, seja no âmbito público, seja no âmbito privado, eleitoral, em que as empresas e as pessoas físicas fazem as suas doações de campanha, é, sobretudo, necessário haver uma transparência em absoluto, para que a sociedade saiba quem são aqueles que estão, ideologicamente, acompanhando os projetos de governo, os propósitos políticos daqueles que estão ali a representar a parcela do eleitorado.

Mas esse tema, Senador Pedro Taques, também está umbilicalmente ligado às discussões que o Congresso Nacional está fazendo no momento atual, que dizem respeito ao financiamento público, que suprime as doações por parte de pessoas jurídicas, mantém as doações por parte de pessoas físicas, mas os candidatos seriam beneficiados por fontes públicas de recursos, o que gera outro debate, Senador. Se a sociedade clama por recursos públicos para a infraestrutura, para a saúde, para a educação, como ela reagiria com a perspectiva de que o Estado subsidiaria financeiramente aqueles candidatos?

Esse é um tema que está em debate. Certamente esta Casa encontrará a melhor solução para a sociedade.

V. Ex^a também indagou a respeito do cumprimento dos direitos sociais e a relação da discricionariedade com a escolha de políticas públicas por parte do gestor. Essa pergunta de V. Ex^a é espetacular, porque, no nosso Estado do Ceará, estamos vivenciando um caso *sui generis*. A exemplo do Estado da Paraíba, do Presidente Vital e do Senador Cássio Cunha Lima, nós vivemos uma seca violenta, estamos vivenciando uma seca devastadora. Determinado Município possui uma

barragem que ainda tem água, mas essa barragem alimenta outro Município contíguo. O Município contíguo está prestes a ficar sem água, e a população do Município que tem a barragem não autoriza a liberação dela para alimentar de água o Município vizinho. O Ministério Público preparou uma ação civil pública para obrigar a abertura da barragem.

Então V. Ex^{as} podem observar que, nos rincões deste País, não apenas essa situação peculiar da disputa pela água, que acontece no interior sofrido do Nordeste, mas também e certamente lá no Estado do Senador Mozerildo e em outros que V. Ex^{as} representam aqui há situações peculiares que exigem uma dedicação fundamental por parte do Ministério Público e do Poder Público.

Certamente, o prefeito daquele Município que tem a barragem não quer liberar a água, porque será cobrado pela população, mas o gestor público daquele que não tem água está sendo premido pela população a cobrar das autoridades o fornecimento de água.

É preciso diálogo, é preciso serenidade, para que o Ministério Público, no exercício da sua função constitucional, até mesmo para estabelecer os termos de ajustamento de conduta, não substitua o gestor público.

Já ouvi de prefeitos que determinaram: “Não, não assino mais nenhum termo de ajustamento de conduta. Vamos discutir no Judiciário.” Situações que poderiam ser objeto de diálogo entre o Ministério Público e a Administração estão sendo levadas ao Judiciário, contribuindo para a avalanche de processos judiciais que poderiam ser resolvidos administrativamente. Mas, por conta dessa inflação de termos de ajustamento de conduta... Certa feita, um prefeito destacou: “Se eu espiro, o promotor me chama para assinar um termo de ajustamento de conduta.”

É importantíssimo esse instrumento e louvo a aplicação dos termos de ajustamento de conduta por parte do Ministério Público, mas é preciso que nós tenhamos esse instrumento e que ele não desvirtue até mesmo a função da Administração Pública.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Permita-me, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – A respeito dos TACs, que não têm nada a ver com a minha família, os termos de ajustamento de conduta, o senhor, como conselheiro, em sendo aprovado, do Conselho Nacional do MP, acredita que esse conselho tenha atribuição constitucional para se imiscuir nos TACs? Não na família Taques, mas nos termos.

O SR. LEONARDO HENRIQUE DE CAVALCANTE CARVALHO – Não, Excelência, até porque

o Ministério Público, o promotor tem autonomia para estabelecer esses termos de ajustamento de conduta. Agora, certamente, havendo um extravasamento daquela autonomia que se desborde para a ilegalidade, o Conselho Nacional do Ministério Público, sobretudo as corregedorias do Ministério Público, entendo eu, teriam, sim, essa função de regular. Mas entendo que o membro do Ministério Público está plenamente legitimado para, verificando naquele caso concreto o princípio de uma ilegalidade, com plena autonomia constitucional, estabelecer regras para o cumprimento da lei, que não é o termo de ajustamento de conduta.

Espero, Senador Taques, ter atendido às indagações de V. Ex^a.

Passo para a manifestação do Senador Blairo Maggi, que, registro, foi muito bem colocada pelo colega Fabiano. No que diz respeito ao auxílio moradia, têm-se aquela expressão do promotor “tqq” ou do magistrado “tqq”, que é muito comum no interior. É aquele que chega à comarca na terça, fica na quarta, e na quinta-feira volta para a capital. Então comungo com a ideia de haver uma fiscalização por parte do Ministério Público para vigiar a presença do promotor nas comarcas e que esse auxílio-moradia realmente seja implementado a partir de condições objetivas que o justifiquem. Se naquela comarca não existe uma residência do promotor, se há necessidade por parte daquele representante de alugar um imóvel para residir, haveria, sim, a implementação, mas, de forma efetiva, com a fiscalização da presença do promotor na comarca, porque, como V. Ex^a destacou, o Ministério Público hoje é uma parcela que absorve de forma significativa a ressonância daqueles que fazem parte da comunidade, seja num Município de cinco mil habitantes, seja numa capital de dez milhões de habitantes.

No que diz respeito à segurança jurídica, Senador, vejo também a importância do Conselho Nacional do Ministério Público de, a partir desse diálogo premente, não fazer com que os investidores ou mesmo a população ou o cidadão tenha os seus interesses prejudicados por conta de condutas que poderiam ser certamente afastadas.

No que diz respeito à atribuição do Conselho Nacional do Ministério Público, eu entendo que, a exemplo do Conselho Nacional de Justiça, ele está em constante aperfeiçoamento ao buscar exercer o seu papel constitucional, não só na fiscalização da autonomia administrativa e financeira, sem descuidar, certamente, da autonomia que o Ministério Público dos Estados possui, mas aplicando de forma firme a legislação que lhe diz respeito.

Espero, Senador Maggi, ter atendido aos anseios de V. Ex^a.

Estou à disposição, caso queira, para responder a outras indagações.

Passo agora às intervenções do Senador Alvaro Dias, e agradeço a manifestação de V. Ex^a.

Registro também a presença do Senador Agripino Maia, que, como o Ceará, o Nordeste, sofre com a seca – acabei de exemplificar um fato. Muito me honra a presença de V. Ex^a.

Combate à corrupção, lavagem de dinheiro, improbidade administrativa. Como o Conselho Nacional do Ministério Público poderia aprimorar essas frentes de luta?

Eu vejo que o Conselho Nacional do Ministério Público tem, sim, grande importância e responsabilidade nisso, Senador, até porque lhe compete fiscalizar a tramitação dessas investigações. Imagine V. Ex^a que seja instaurada uma investigação por conta de indícios de improbidade e essa investigação não tenha término para as suas conclusões. Como, então, combater o mal que assola a sociedade sem cobrar do Ministério Público uma atuação enérgica e eficaz para que sejam concluídos esses procedimentos investigatórios?

Não se pode, inclusive, até mesmo em respeito àquele que está sendo investigado, saber se as conclusões do Ministério Público tencionam para a sua responsabilização ou não.

Então, eu vejo que o Conselho Nacional do Ministério Público tem essa responsabilidade, em comum acordo com as demais corregedorias, no âmbito dos Estados, de fiscalizar essa tramitação célere desses pleitos investigatórios no âmbito criminal, no âmbito da improbidade administrativa, no âmbito da lavagem de dinheiro.

V. Ex^a destacou que o Parlamento tem sido objeto de um cerco, que estão produzindo um cerco ao Ministério Público. Eu entendo que o Ministério Público deve ser a cada dia reforçado, a cada dia implementado, porque tem mostrado, sim, que a sua atuação é em benefício da defesa do patrimônio público. Na defesa do interesse público, ele tem sido bastante atuante. Certamente, por conta das distorções que são constatadas de forma isolada, têm surgido debates, perante o Congresso Nacional, para estabelecer novas perspectivas para o exercício dessa função.

Eu vejo, Senador, que é necessário, até mesmo no âmbito do próprio Conselho Nacional do Ministério Público, estabelecermos regras de conduta, estabelecermos e implementarmos um código de ética para os promotores, para que eles certamente possam atuar de forma mais enérgica, sem passarem a ser vítimas de propostas legislativas. Aqui não quero afirmar que os autores dessas propostas as estão fazendo com o objetivo de dinamitar a ação do Ministério Público, mas,

sim, de trazer ideias e debates para o órgão, para o Poder que tem essa competência de legislar.

A redução dos poderes do Ministério Público. Eu entendo que o Ministério Público tem que ser forte para implementar o exercício múnus constitucional que lhe é devido.

Espero, Senador, ter atendido a V. Ex^a. Se houver algo, alguma intervenção que ficou em aberto, estou à disposição para outras indagações.

Gostaria de agradecer ao Senador Mozarildo pelas referências que foram feitas não só à minha pessoa, mas à pessoa do colega Fabiano, a quem tenho como referência para o exercício da função, caso V. Ex^{as} entendam que estou habilitado.

Senador Valadares, em resposta às indagações de V. Ex^a, eu tenho um exemplo claro. Na qualidade de advogado, percebi, *in loco*, a atuação de um membro do Ministério Público que, após formular uma representação eleitoral por uso indevido de recursos em campanha, reconheceu em seu parecer e pediu a improcedência da representação. Então eu vejo – e tive oportunidade de vivenciar isso num caso concreto – que o Ministério Público está abrindo os olhos, verificando e sendo mais responsável na análise dessas representações. Isso não quer dizer que ele deixa de ser enérgico. Se entender a presença de indícios, ele tem a obrigação de ajuizar as ações criminais, as ações de improbidade administrativa que entender de direito, ao mesmo tempo em que, detectando a presença de indícios, também terá que ter a responsabilidade de, verificando que aqueles fatos não se subsumem à aplicação das normas, abster-se de promover o expediente do qual é investido, seja ação penal, seja ação civil pública, seja ação de improbidade administrativa.

Concordo, Senador, com as ponderações feitas pelo Fabiano no que diz respeito ao sigilo. É necessário imprimir, na fase pré-processual, o sigilo não à parte e ao seu advogado, mas à sociedade, para que as provas que ali estão sendo obtidas não venham a ser, diante daquele contexto, desvirtuadas. Mas, em juízo, a regra é a publicidade e o magistrado tem a plena competência para, em entendendo a natureza e a complexidade do caso, na sua convicção e na sua discricionariedade, implementar o sigilo como assim bem entender.

Espero, Senador, ter atendido às indagações de V. Ex^a.

Eu agradeço as intervenções de todos que aqui se encontram presentes. Espero ter atendido aos anseios do Parlamento. Espero ter atendido, Sr. Presidente, à obrigação legal constitucional de aqui estar defronte a V. Ex^{as} para ser objeto de questionamentos, indagações e verificação se tenho a habilitação necessária para

representar a sociedade através do Senado Federal no Conselho Nacional do Ministério Público. Ficam aqui os meus agradecimentos a todos os Senadores que aqui se encontram presentes, a todos os Senadores que compõem a Comissão de Constituição e Justiça, ao Senador Eunício Oliveira, ao Senador Vital do Rêgo, que foi o Relator do meu processo.

Estou à disposição de V. Ex^{as} para, quando bem entenderem, me convocarem para prestar esclarecimentos e contas das atividades que tenho – e caso V. Ex^{as} assim decidam – e esteja desenvolvendo perante o Conselho Nacional do Ministério Público.

Eu agradeço a todos por esta oportunidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço a V. S^a, Dr. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho.

Esta Presidência comunica aos Srs. Senadores que vai encaminhar à Presidência do CNJ e à Presidência do Supremo Tribunal Federal as manifestações de V. Ex^{as}, inclusive desta Presidência, a respeito do atraso no envio da Loman.

Não havendo mais quem queira arguir os candidatos, vamos dar início ao processo de votação.

Sobre a mesa encontram-se, à disposição dos Senadores e Senadoras, cédulas de votação, devidamente rubricadas pela Presidência, que deverão ser utilizadas após chamada nominal.

Será procedida a chamada nominal, obedecidas as composições partidárias, para que os Srs. Senadores possam exercitar o direito de voto.

Em atenção aos Senadores presentes, faço a chamada começando pelo Senador Mozarildo Cavalcanti.

Senado Blairo Maggi.

Senador Cássio Cunha Lima.

Senador Pedro Taques.

Senadora Lúcia Vânia.

Senador José Agripino.

Senador Antonio Carlos Valadares.

Senador Alvaro Dias.

Senador Eduardo Lopes.

Senador Vital do Rêgo.

Senador Francisco Dornelles.

Senador Rodrigo Rollemberg.

Senador Gim Argello, meu líder.

Senador Antonio Carlos Rodrigues, meu líder.

Concluído o Bloco União e Força.

Senador Eunício Oliveira.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Estou aqui, para obedecer.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Tomei conta.

Senador Anibal Diniz.

Completa a representação do Bloco União e Força.

Senador José Pimentel.

Senadora Ana Rita.

Senador Pedro Taques.

Senador Aníbal Diniz já votou.

Senador Valadares já votou.

Senador Inácio Arruda.

Senador Sérgio Souza.

Senador Eduardo Lopes já votou.

Senador Randolfe Rodrigues.

Senador Eduardo Suplicy.

Senadora Angela Portela.

Senadora Lídice.

Eu vou encerrar o processo de votação.

Consulto a assessoria se há algum Senador se dirigindo à Comissão.

Eu consulto a Secretaria se posso...

Vou encerrar o processo de votação.

Está encerrado o processo de votação.

Peço ao Senador Eunício Oliveira e ao Senador Aníbal Diniz...

Há ainda o Senador Randolfe Rodrigues.

Em atenção ao esforço do Senador Randolfe Rodrigues, como a urna não foi aberta ainda, nós...

E há a Senadora Ana Rita. Senadora, vote.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Estará concluído com o voto da Senadora Ana Rita.

Vamos iniciar o processo de apuração.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Pode abrir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Podemos abrir.

Vou proclamar o resultado.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço para considerar mais dois votos “sim”. Do Senador Eduardo Suplicy, voto aberto, e inteiramente a favor, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – E sem recurso.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, o meu voto também é aberto, é “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Sem recurso, não é?

Vou proclamar o resultado em relação ao Dr. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho: 19 votos SIM para o Dr. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho, e ainda vou fazer constar em ata as duas manifestações: a do Senador Suplicy e a do Senador Inácio Arruda.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Vou proclamar o resultado em relação ao indicado Fabiano Augusto Martins Silveira: 18 votos SIM; 1 voto NÃO.

A escolha do nome do Sr. Fabiano Augusto Martins Silveira foi aprovada por esta Comissão.

A escolha do nome do Sr. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho foi aprovada por esta Comissão.

O SR. GIM (Bloco/PTB – DF) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Gim Argello.

O SR. GIM (Bloco/PTB – DF) – Sr. Presidente, é só para pedir a V. Ex^a, em meu nome e em nome da Liderança do Bloco União e Força, e a pedido também do nobre Senador Eunício Oliveira, que o senhor, por favor, aprove também a urgência para hoje.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Vou encaminhar o pedido de urgência de V. Ex^a, Senador Gim Argello.

Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Em votação. *(Pausa.)*

Aprovada a urgência.

Encerrada a reunião.

Tenham todos um bom-dia!

Fiquem com Deus.

(Iniciada às 10 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 29 minutos.)

ATA DA 40ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE JULHO DE 2013, QUARTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e vinte e dois minutos, do dia dezoito de julho de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Vital do Rêgo, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares, Eduardo Lopes, Randolfe Rodrigues, Eduardo Suplicy, Eduardo Braga, Pedro Simon, Sérgio Souza, Sérgio Petecão, Alvaro Dias, José Agripino, Aloysio Nunes Ferreira, Armando Monteiro, Mozarildo Cavalcanti, Antonio Carlos Rodrigues, Acir Gurgacz, Rodrigo Rollemberg, Humberto Costa, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Flexa Ribeiro, Vicentinho Alves e das Senadoras Ana Rita e Lídice da Mata, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Aníbal Diniz, Inácio Arruda, Luiz Henri-

que, Eunício Oliveira, Francisco Dornelles, Romero Jucá, Aécio Neves, Cássio Cunha Lima e Magno Malta. Registra a presença a Senadora Ana Amélia. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Vital do Rêgo) declara aberta a Reunião, propondo a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 39ª Reunião e 11ª Reunião Conjunta, que são dadas por aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **ITEM 1) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 20, de 2012.** Terminativo. Dispõe sobre os serviços de medicina legal. **Autoria:** Senador Vital do Rêgo. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. Votação nominal. **Resultado:** Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 2) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 2, de 2013.** Terminativo. Acrescenta o art. 34-A à Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, para regulamentar a impugnação das pesquisas e testes pré-eleitorais. **Autoria:** Senadora Ana Amélia. **Relatoria:** Senador Acir Gurgacz. **Relatório:** Pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto e, no mérito, por sua aprovação. Votação nominal. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 3) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 121, de 2011.** Terminativo. Acrescenta o inciso VII ao art. 1º, altera a redação do art. 4º, bem como a da alínea “b” do inciso V do art. 5º, todos da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, para incluir entre as finalidades da ação civil pública a proteção do patrimônio público e social. **Autoria:** Senador Walter Pinheiro. **Relatoria:** Senador Pedro Taques. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. Votação nominal. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 5) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 65, de 2006.** Terminativo. Padroniza o boletim de ocorrência e dá instruções sobre seu preenchimento. **Autoria:** Senador Valdir Raupp. **Relatoria:** Senador Waldemir Moka. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. Votação nominal. **Resultado:** Lido o Relatório, é adiada a discussão. **ITEM 12) PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 11, de 2013.** Não Terminativo. Altera a Resolução do Senado Federal nº 93, de 1970, o Regimento Interno do Senado Federal, acrescentando os §§ 3º e 4º ao art. 99, para disciplinar o comparecimento trimestral do Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) à Comissão de Assuntos Econômicos, em audiência pública, a fim de expor e discutir a execução e os fundamentos da política de financiamento de investimentos em todos os segmentos da economia nos quais o Banco atua, incluindo-se as suas dimensões social, regional e ambiental. **Autoria:** Senador José Agripino. **Relatoria:** Senador Aloysio Nunes Ferreira. **Relatório:** Favorável ao Projeto. *A matéria será apreciada pela Comissão Especial da Reforma do*

Regimento Interno. **Resultado:** Concedida vista ao Senador Sérgio Souza, nos termos regimentais. **ITEM 13) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 33, de 2011.** Não Terminativo. Altera o art. 159 da Constituição Federal, para aumentar a entrega de recursos pela União ao Fundo de Participação dos Municípios. **Autoria:** Senador Clésio Andrade e outros. **Relatoria:** Senador Aloysio Nunes Ferreira. **Relatório:** Favorável à PEC nº 31, de 2011 e contrário às PECs nº 65, de 2005; 17, de 2007; 9, 12, 20, 23 e 35, de 2009; 33 e 125, de 2011 e 2, de 2012. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 16) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 18, de 2013.** Não Terminativo. Altera o art. 55 da Constituição Federal para tornar automática a perda do mandato de parlamentar nas hipóteses de improbidade administrativa ou de condenação por crime contra a Administração Pública. **Autoria:** Senador Jarbas Vasconcelos. **Relatoria:** Senador Eduardo Braga. **Relatório:** Favorável à Proposta, nos termos da emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Concedida vista ao Senador Antonio Carlos Rodrigues, nos termos regimentais. **EXTRAPAUTA: ITEM 17) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 281, de 2013.** Terminativo. Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, para instituir prazo para o partido fornecer à Justiça Eleitoral ata de convenção partidária. **Autoria:** Senador Vital do Rêgo. **Relatoria:** Senador Pedro Taques. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CCJ. **ITEM 18) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 47, de 2013.** Não Terminativo. Institui a indenização devida a ocupante de cargo efetivo das Carreiras e Planos de Cargos que especifica, em exercício nas unidades situadas em localidades estratégicas vinculadas à prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos transfronteiriços. **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Senador Sérgio Petecão. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. **ITEM 19) PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 8, de 2013.** Não Terminativo. Altera o art. 291 do Regimento Interno do Senado para determinar que as votações secretas no Senado Federal só ocorrerão nos casos previstos na Constituição. **Autoria:** Senador Pedro Taques. **Relatoria:** Senador Sérgio Souza. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo). **ITEM 20) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 35, de 2013.** Requeiro, nos termos do inciso I do art. 93 do Regimento Interno do Senado

Federal, sejam designados dia e hora desimpedidos dessa Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para realização de audiência pública com o objetivo de instruir o PLC nº 37, de 2013, que “Altera as Leis nºs 11.343, de 23 de agosto de 2006, 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, 8.069, de 13 de julho de 1990, 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e 9.503, de 23 de setembro de 1997, os Decretos-Lei nºs 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas e para tratar do financiamento das políticas sobre drogas”. **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 21) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 36, de 2013.** Requeiro, nos termos do artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PLC nº 47, de 2013. **Autoria:** Senador Sérgio Petecão. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião às doze horas e vinte e quatro minutos, restando adiados os demais itens constantes da pauta, a saber: ITEM 4) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 41, de 2011; ITEM 6) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 479, de 2011; ITEM 7) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 36, de 2012; ITEM 8) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 130, de 2013; ITEM 9) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 167, de 2010; ITEM 10) PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 5, de 2012; ITEM 11) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 34, de 2011; ITEM 14) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 544, de 2011; e ITEM 15) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 97, de 2009; e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Vital do Rêgo) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Vital do Rêgo**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Muito bom dia a todos! Peço a V. Ex^{as} para assumirem as suas respectivas bancadas.

Havendo número regimental, declaro aberta a 40ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição,

Justiça e Cidadania da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 39ª Reunião e da Reunião Conjunta com a Comissão de Assuntos Sociais e a Comissão de Assuntos Econômicos destinada à apreciação das contas da Agência Nacional de Saúde.

São duas Atas.

Os Srs. Senadores e Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

As Atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens 1 a 16.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra, o Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, é visível que não temos quórum para apreciar as matérias terminativas. Então, gostaria de sugerir a V. Ex^a que apreciasse as matérias não terminativas. E faço aqui uma sugestão adicional: tendo em vista a presença do Senador Eduardo Braga entre nós, que é relator do item 16, eu sugiro a V. Ex^a e ao Plenário a antecipação do item 16 para o item 1 da pauta, com a concordância do Plenário evidentemente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Nós estamos ...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PSD – AC) – Presidente ...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Deferida a solicitação do Senador José Agripino. Com a palavra, Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PSD – AC) – Presidente, na mesma linha do nobre Senador José Agripino, eu gostaria que o senhor incluísse na pauta o PLC 47, cujo relatório é de minha autoria.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Em votação a inclusão extrapauta solicitada pelo Senador Sérgio Petecão do Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2013.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Sr. Senador Pedro Taques...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Se fosse possível, gostaria também incluir extrapauta um projeto que relatei ontem, de autoria de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Em discussão a inclusão extrapauta solicitada pelo Senador Pedro Taques.

Em votação. (*Pausa.*)

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada por unanimidade.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço a V. Ex^a.

Nós vamos aos itens 10 a 16, que são não terminativos.

Por solicitação do Senador José Agripino, iremos logo ao item 16.

O Senador Eduardo Braga se encontra presente.

ITEM 16

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 18, de 2013

– Não Terminativo –

Altera o art. 55 da Constituição Federal para tornar automática a perda do mandato de parlamentar nas hipóteses de improbidade administrativa ou de condenação por crime contra a Administração Pública.

Autoria: Senador Jarbas Vasconcelos

Relatório: Favorável à Proposta, nos termos da emenda substitutiva que apresenta.

Relatoria: Senador Eduardo Braga

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Braga para proferir o seu relatório.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras da CCJ, meu caro Senador Vital do Rêgo, vamos ao relatório, portanto, da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2013, cujo primeiro signatário é o Senador Jarbas Vasconcelos, e que altera o art. 55 da Constituição Federal para tornar automática a perda do mandato de parlamentar nas hipóteses de improbidade administrativa ou de condenação por crime contra a Administração Pública.

Relatório.

Vem à análise desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, (CCJ), a Proposta de Emenda à Constituição, PEC nº 18, de 2013, cujo primeiro signatário, como já dito, é o Senador Jarbas Vasconcelos.

A PEC busca alterar o art. 55 da Constituição Federal (CF), que cuida das hipóteses e procedimentos de perda do mandato dos parlamentares.

Pretende-se inserir dois novos parágrafos (§§ 3º-A e 3º-B), para prever que seja automática a perda do mandato do Deputado ou Senador, em caso de

condenação por improbidade administrativa ou crimes contra a Administração Pública.

Dessa maneira, uma vez transitada em julgado a condenação do Parlamentar pela prática de um desses atos ilícitos, a Mesa da Casa a que pertence o condenado deverá limitar-se a declarar-lhe extinto o mandato, como efeito secundário da sentença condenatória.

Promove-se, ainda, pequena alteração na redação do § 4º do art. 55, apenas para compatibilizar o dispositivo com os novos parágrafos que se intenta incluir.

Na justificativa, aponta-se que a PEC visa a estabelecer que a condenação por atos ímprobos ou por delitos contra a Administração Pública, por acarretarem a suspensão dos direitos políticos, tem como efeito secundário a perda do mandato parlamentar.

Vamos à análise, Sr. Presidente.

Nos termos do *caput* do art. 356 e do inciso I do art. 101 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), cabe a esta Comissão emitir parecer sobre a PEC, quanto à sua regimentalidade, juridicidade e constitucionalidade, mas também quanto ao aspecto do mérito.

No aspecto da constitucionalidade, nada há que impeça a aprovação da Proposta. Sua apresentação e tramitação foram regulares, não se encontrando em vigor qualquer das medidas extremas que configuram limites circunstanciais à reforma da Constituição (CF, art. 60, § 1º).

Ademais, a PEC foi subscrita por um terço dos Senadores, o que atesta a regularidade da iniciativa, nos termos do inciso I do art. 60 da Carta Magna.

Por outro lado, a Proposta não tende a abolir qualquer dos princípios gravados como cláusulas pétreas pelo Constituinte Originário (CF, art. 60, § 4º), amoldando-se aos insuperáveis limites materiais do poder de reforma.

Não havendo, também, qualquer vício de juridicidade ou regimentalidade, a PEC é admissível.

Quanto ao mérito, a proposta mostra-se altamente relevante, merecendo elogios, por efetivar o princípio da moralidade e da probidade para o exercício do mandato eletivo, afastando imediatamente do exercício do cargo público o parlamentar condenado, em sentença transitada em julgado, por improbidade administrativa ou por delito contra a Administração Pública.

Com efeito, existe grande controvérsia doutrinária acerca da matéria, havendo quem sustente que, mesmo em casos de condenação criminal ou por ato ímprobo, a cassação do mandato dependeria de aprovação da Casa a que pertence o parlamentar, por maioria absoluta.

É certo que, no julgamento da Ação Penal nº 470/MG, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu

que, sendo o réu parlamentar, a perda do mandato é pena acessória, podendo ser imposta pelo órgão julgador e, nesse caso, devendo ser observada pela Casa Legislativa.

Todavia, a Corte não considerou a perda do mandato como *efeito* da condenação, mas como pena acessória. Em outras palavras: naquele acórdão, ficou consignado que a condenação criminal pode ensejar a perda do mandato do Parlamentar, se essa pena for decidida pelo órgão julgador, mas não como efeito automático de qualquer condenação.

Nesse contexto, a PEC vem solucionar dois problemas: por um lado, traz maior segurança jurídica à matéria, estabelecendo, desde já, as consequências da condenação em casos tais; e, por outro, efetiva o princípio constitucional da moralidade, fazendo com que a condenação transitada em julgado por esses atos infamantes acarrete, por si só, a perda do mandato, que deverá ser apenas declarada pela Mesa da Casa a que pertence o Parlamentar.

A proposta, por fim, se compatibiliza com o clamor popular pelo respeito à coisa pública e pela efetividade das condenações dos agentes públicos envolvidos em malfeitos. Representa, portanto, mais uma demonstração desta Casa, no sentido de atender aos legítimos anseios da população, de quem somos todos nós, em última análise, representantes.

Consideramos, porém, que a redação da proposta precisa de algumas alterações, para se adequar aos ditames da melhor técnica legislativa.

Por conta disso, apresentamos substitutivo, unificando no §3º as disposições dos §§3º-A e 3º-B. Foi alterada, também, a redação do §2º do art. 55, para evitar interpretações ambíguas, deixando claro que o procedimento previsto nesse dispositivo constitui a norma geral, e que, em caso de condenação por crime contra a Administração Pública, sua aplicação cede em relação à norma especial do inciso II do §3º. Com essa alteração, fica desnecessário promover qualquer modificação no §4º do artigo em questão.

Voto.

Por todos esses motivos, opinamos pela admissibilidade da PEC, em virtude de sua constitucionalidade, regimentalidade e juridicidade, e, no mérito, votamos por sua aprovação, com a seguinte emenda substitutiva:

**EMENDA Nº – CCJ (SUBSTITUTIVO)
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 18, DE 2013**

Altera o art. 55 da Constituição Federal para tornar automática a perda do mandato de Parlamentar nas hipóteses de improbidade admi-

nistrativa ou de condenação por crime contra a Administração Pública.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do §3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 55 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 55
.....”*

§2º Nos casos dos incisos I, II e VI do caput, ressalvado o previsto no inciso II do §3º, a perda do mandato será decidida pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal, por voto secreto e maioria absoluta, mediante provocação da respectiva Mesa ou de partido político representado no Congresso Nacional, assegurada ampla defesa.

§3º A perda do mandato será declarada pela Mesa da Casa respectiva:

I – nos casos previstos nos incisos III a V do caput, ressalvado o previsto no inciso II deste parágrafo, de ofício ou mediante provocação de qualquer de seus membros, ou de partido político representado no Congresso Nacional, assegurada ampla defesa;

II – nas hipóteses dos incisos IV e VI do caput, quando resultar de condenação transitada em julgado por improbidade administrativa ou por crime contra a Administração Pública de forma automática, mediante comunicação do Poder Judiciário.

Art. 2º Esta emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (Bloco/PR – SP) – Pela ordem, Presidente. Pela ordem, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Coloco em discussão a matéria.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (Bloco/PR – SP) – Pela ordem! Eu solicito vista.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Concedida vista ao Senador Antonio Carlos Rodrigues.

Voltamos à matéria, para o item 1 da pauta.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra, pela ordem, Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Tive a oportunidade de ver aqui na nossa pauta que, no item 11, está em discussão e votação a proposta da qual V. Exª é o Relator, que trata da carreira do médico.

Sr. Presidente, V. Ex^a sabe que, nesta semana, tivemos uma conversa. O Senador Moka, na condição de Presidente da Comissão de Assuntos Sociais nos convidou – a mim, ao Senador Paulo Davim e ao Senador Eduardo Lopes – para conversarmos um pouco não somente sobre essa proposta, mas também sobre aquela emenda à Constituição que trata da possibilidade de o médico militar ter a oportunidade de desenvolver outras atividades na sua profissão. Lá, surgiu a ideia de que tentássemos trabalhar juntamente com a comissão do Ministério da Saúde que já há muito tempo debate a carreira médica, para tentarmos construir um substitutivo que fosse consensual. Eu pergunto a V. Ex^a se está mantido esse encaminhamento ou se realmente hoje vamos votar? Qual seria o procedimento se votássemos aqui?

Por sinal, ele está aí.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – V. Ex^a sugere que aguardemos a manifestação desta Comissão para darmos continuidade à votação nesta Comissão?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – A nossa ideia seria essa. Poderia ser?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra, o Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, compreendendo a importância e a relevância do tema, não só por ter uma alta admiração pelo trabalho e pelo conhecimento que o Senador Humberto Costa tem sobre a matéria, bem como o Senador Paulo Davim, aqui presente, e o Senador Moka. No entanto, eu gostaria de dar aqui um testemunho sobre a relevância dessa matéria para determinadas regiões do Brasil.

O senhor imagine, Sr. Presidente, que eu tive, pela generosidade do povo do Amazonas, a honra de governar aquele Estado por oito anos. No Estado do Amazonas, temos grandes dificuldades de levar médicos para o interior. O que dizer de médicos especialistas? A gravidade e a dificuldade de levar esses médicos especialistas para o interior são maiores ainda. Para as regiões de fronteira, o que dizer disso, Senador Humberto Costa?

Eu quero dar casos concretos para que esta Comissão e para que V. Ex^a, juntamente com os Senadores já citados, possam avaliar: Tabatinga e São Gabriel da Cachoeira. Lá, temos dois hospitais que têm médicos militares, médicos especialistas militares, que cumprem única e exclusivamente a carga horária militar. Esses médicos poderiam, se tivessem a possibilidade de ter contratos com o Estado do Amazonas, com a Prefeitura de Tabatinga e com a Prefeitura de São Gabriel da Cachoeira, turnos adicionais e contratos adicionais nos hospitais civis daquela região. Com isso, teríamos ortopedista para atender a população, obstetra para

atender a população, anestesista para fazer cirurgias gerais, e teríamos um avanço muito grande.

Sempre ouvi daqueles médicos a questão clara, de que, se não havia contrato, não se tinha como cobrar deles uma carga horária diferenciada para atender os civis. Eles atendiam aquilo que sobrava no tempo que ele tem, como militar, a cumprir. Nos plantões, aquilo que sobrava do que ele tinha a cumprir reservava aos civis dentro do hospital que é do Estado, que é do SUS, mas que atende à tropa e aos familiares da tropa naquela região.

Por esse testemunho, Sr. Presidente, eu gostaria aqui de fazer um apelo ao Senador Humberto Costa, de que essa matéria fosse tratada com peculiaridade e com excepcionalidade em relação ao conjunto das outras matérias que nós estamos discutindo nesse momento sobre a carreira do médico, que inclusive é uma PEC de autoria de V. Ex^a que nós estamos debatendo nesse momento no Senado. Nós temos a MP que transita no Congresso Nacional do Mais Médico, que já recebeu mais de 500 emendas. Nós temos uma série de temas e projetos que estão sendo debatidos sobre a questão da saúde pública e com relação ao médico.

No entanto, essa é uma questão específica e peculiar. É do médico militar, que já está aprovada nesta Comissão, mas que, no entanto, houve, como disse o Senador Humberto Costa...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Tudo resolvido? O.k.. Então, Sr. Presidente, perdoe-me. Eu havia entendido que ele estava pedindo que encaminhasse. Que bom, então, que poderemos votar. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Como Relator desta PEC, que foi...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Esta PEC já está na pauta.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – É isso que eu quero dizer aos pares da CCJ.

Ontem até falei com o Presidente Renan. A PEC já está pronta. Fizemos ontem uma reunião, como foi dito, e ela já está pronta para ser votada.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Na condição de autor da matéria, do item 11, atendendo à solicitação do Senador Humberto Costa e em atenção ao Senador Paulo Davim e ao Senador Mozarildo, que são Relatores constituídos para essa proposta de emenda à Constituição, nós vamos aguardar a conclusão por mais um tempo. Até a primeira sessão ordinária, nós vamos votar essa proposta do item 11.

Com a palavra o Senador Sérgio Souza.

Vamos ao item 1 da pauta. Vamos voltar à nossa pauta original.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, eu fui designado por V. Ex^a para ser o Relator da Resolução nº 8, que é a resolução que trata do fim do voto secreto para a eleição da Mesa e das comissões do Senado Federal. Protocolei, agora há pouco, um requerimento para inclusão extrapauta desse item, que é um tema da maior importância e sobre o qual nós podemos avançar e aprovar.

Recebi um abaixo-assinado no meu gabinete de mais de 400 mil assinaturas eletrônicas. Tenho recebido milhares de *e-mails*, e acho que todas as Sr^{as} e Srs. Senadores têm recebido essa reivindicação. Acho que podemos avançar e votar aqui, na CCJ.

A matéria não é terminativa. Ainda vai para a Mesa Diretora, depois ainda vai ao plenário.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Em discussão o requerimento de V. Ex^a extrapauta. (*Pausa.*)

Aprovado por unanimidade.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, apenas uma consideração a propósito do requerimento do Senador Sérgio Souza.

O povo saiu das ruas, e parece que o Congresso começa a sair dos trilhos. Eu soube que, na Câmara dos Deputados, cinco partidos se recusam a indicar os membros da comissão especial para possibilitar a votação da proposta de emenda à Constituição que institui o voto aberto para os casos de cassação de mandatos. Portanto, nós estamos aqui propondo a votação do voto aberto para todas as situações, e a Câmara dos Deputados dificulta a votação de uma proposta que institui o voto aberto apenas nos casos de cassação de mandatos.

Faço este apelo a todos, inclusive ao Senador Sérgio Souza, já que ele tem um caminhão de *e-mails* recebidos, para que transfira à Câmara dos Deputados esse contêiner cheio de *e-mails*, para tentar contribuir, a fim de que a Câmara não saia dos trilhos depois que o povo saiu das ruas.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – O.k.. Vamos à nossa pauta, senhoras e senhores.

Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, essas reflexões que estão sendo feitas hoje aqui mostram a angústia dos Parlamentares em razão da demora da aprovação dos projetos. E nós precisamos fazer uma outra reflexão: a respeito do bicameralismo que existe no Brasil. Projetos são aprovados aqui e são engavetados na Câmara; aprovados na Câmara, são engavetados aqui.

Vamos pegar, recentemente, o Presidente da Câmara dos Deputados. Ele criou uma comissão para

debater a reforma política. Nós precisaríamos nos utilizar mais do que se denomina de delegação interna, ou delegação imprópria, que a nossa Constituição copiou da Constituição italiana, que é dar poder às comissões mistas do Congresso Nacional.

Há uma Comissão Mista do Congresso Nacional formada por seis Deputados Federais e por seis Senadores, que estão debatendo a regulamentação da Constituição, que estão debatendo as normas subconstitucionais que não foram recepcionadas pela Constituição de 1988.

Agora, vamos debater a reforma política na Câmara dos Deputados. Aqui, já houve uma Comissão Especial para debater a reforma política presidida pelo Senador Dornelles. Isso não funciona! Isso não funciona! Vota-se lá, e se para aqui; vota-se aqui, e se para lá. O ideal seria a formação de uma Comissão Mista para debater a reforma política, atendendo o que diz o art. 58 da Constituição e o Regimento Comum do Congresso Nacional, porque o trabalho dessas comissões dispensa a aprovação das comissões temáticas ou materiais, porque, senão, não adianta absolutamente nada.

A forma como o bicameralismo existe no Brasil já não mais atende à realidade de hoje, para que os projetos legislativos sejam votados no tempo que nós todos desejamos. Agora, também existe aquele adágio que diz o seguinte: quando você não quer trabalhar, forma-se uma comissão. No Brasil, é mais ou menos assim.

Então, aqui fica uma sugestão a V. Ex^a, que é o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e que é do Partido que tem o maior número de Deputados Federais e de Senadores: nós poderíamos formar uma Comissão Mista para resolver isso. E essa Comissão Mista poderia efetivamente exercer seu papel conforme determina a Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – V. Ex^a faz uma reflexão importante a respeito do bicameralismo e da dificuldade de funcionamento de propostas que precisam tramitar nas duas Casas com a relevância que a sociedade exige. Nós precisamos levar essa reflexão de V. Ex^a, na condição de Presidente desta Comissão, aos Presidentes das duas Casas.

Passo ao item 1 da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 20, DE 2012

– Terminativo –

Dispõe sobre os serviços de medicina legal.

Autoria: Senador Vital do Rêgo.

Relatoria: Senador Humberto Costa.

Relatório: pela aprovação do Projeto.

Observações: – *Votação nominal.*

Concedo a palavra ao Senador Humberto Costa, para fazer a leitura do seu relatório. *(Pausa.)*

Enquanto o Senador Humberto Costa chega aqui, vamos ao item 2 da pauta, que trata do Projeto de Lei do Senado nº 2, de 2013. *(Pausa.)*

O Senador Humberto Costa está chegando aqui.

Com a palavra, o Senador Humberto Costa, para proferir seu relatório sobre a matéria referente ao item 1.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 20, de 2012, de autoria do Senador Vital do Rêgo, que dispõe sobre os serviços de medicina legal. Trata-se de proposição legislativa apresentada com fulcro no art. 24, *caput*, inciso XVI e § 1º, da Constituição, que confere à União, ou seja, ao Congresso Nacional, competência para legislar concorrentemente com os Estados sobre “organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis”.

Como a competência da União cinge-se, na espécie, à definição de normas gerais, a proposição é singela, e seu escopo normativo limita-se a determinar que os Estados e o Distrito Federal, entes responsáveis pela atividade, adotarão as providências legislativas e administrativas necessárias a assegurar que os serviços de medicina legal sejam prestados em tempo hábil em toda a extensão de seus territórios, por meio de postos em número bastante e em localização adequada.

Ao justificar sua iniciativa, o Senador Vital do Rêgo ressalta que é expressiva a demanda para que sejam criadas unidades responsáveis pela prestação do serviço de medicina legal em quantidade adequada, seja nas capitais dos Estados e suas regiões metropolitanas, seja nos Municípios interioranos.

E ressalta a essencialidade das atividades inadiáveis, realizadas por esses entes, “como a realização de perícias médico-legais e exames laboratoriais requisitados por autoridades policiais e judiciárias, além de pesquisas científicas”.

Sua Excelência informa estar ciente de que esse serviço, que integra as atribuições da Polícia Civil, insere-se na competência dos Estados, em razão do disposto no art. 144, §6º, da Constituição. Assim, compete a cada unidade federada a disciplina da organização e do funcionamento de cada um dos órgãos responsáveis pela atividade.

Tendo em vista tais disposições constitucionais, e com base na competência legislativa concorrente a que se refere o art. 24, supracitado, apresenta-se ao exame do Senado este projeto, cujos termos buscam atender aos reclamos da sociedade, por um lado, e respeitar a disciplina constitucional da matéria, por outro.

Não foram apresentadas emendas ao projeto, no lapso regimental.

Análise.

Trata-se de proposição legislativa cujos termos respeitam, com rigor, a disciplina constitucional da matéria, seja no que tange ao aspecto da iniciativa, seja no que se relaciona com o seu âmbito material, conforme expõe o relatório. Nada há, portanto, que impeça o Senado de se debruçar sobre o mérito da iniciativa.

Quanto a este, parece-nos claro que a atividade pública que aqui se busca fortalecer e prestigiar, a perícia médica, realizada pelos Institutos de Medicina Legal, tem importância evidente, como bem anotado na justificação do Senador Vital do Rêgo.

Acréscio, apenas, que, conforme entendo, tal atividade, na forma, no contexto e nas circunstâncias em que se realiza, vincula-se ao princípio constitucional que muitos entendem como um superprincípio, ou o princípio base de todos os demais, ao lado do próprio princípio democrático: a dignidade da pessoa humana.

Sou, portanto, em conclusão, favorável a que esta iniciativa seja aprovada por esta Comissão e por esta Casa, e parabeno seu autor, o Senador Vital do Rêgo por sua feliz iniciativa.

Em face do exposto, opino pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Lei do Senado nº 20, de 2012, e voto, quanto ao mérito, por sua aprovação.

É esse o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, pedindo vênias ao autor, V. Ex^a, e ao Relator, que fez um belíssimo relatório, eu tenho dúvida sobre a constitucionalidade do projeto em razão da legislação nacional não ter competência para tratar de temas estaduais.

Nós poderíamos estabelecer aqui que este dispositivo, este projeto traria normas gerais e aos Estados-membros resultaria a necessidade de complementar essas normas gerais. Mas eu penso que o art. 2º do projeto, atendendo e respeitando quem pensa em contrário, não traz normas gerais. Por isso, eu vou votar contra o projeto.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Eu havia pedido a palavra para, primeiramente, ressaltar o mérito dessa proposição que V. Ex^a apresentou. Quem conhece a realidade, especialmente a do Nordeste brasileiro, sabe o que representa em termos de desrespeito

à pessoa humana, não apenas a quem, por exemplo, morre e precisa de uma autópsia ou a alguém que sofre uma morte violenta – às vezes, levam-se horas e horas, até mais que um dia, para que se possa fazer a remoção adequada do cadáver para se fazer a perícia das causas daquela morte –, mas também às próprias famílias, que passam por um enorme constrangimento.

Então, quanto ao mérito da proposição, eu acho que nós tínhamos que reconhecer que é importante e que é preciso que haja alguma coisa que permita essa descentralização dos trabalhos da área da Medicina Legal.

Eu acho que nós não devíamos aqui deixar de ter uma posição sobre isso. E se o Senador Pedro Taques tem algum questionamento, eu sugeriria, com a vênua de V. Ex^a, Presidente, que ele pedisse vista para nós tentarmos construir alguma coisa um pouco diferente ou nos convenceremos da constitucionalidade – eu estou convencido disso – e apresentarmos, num outro momento, uma proposta que não deixe esse tema sem um posicionamento do Congresso Nacional.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Permita-me, Sr. Presidente.

Eu concordo inteiramente com o Senador Humberto Costa. O mérito do projeto é muito bom. Eu conheço essa realidade. Já officiei em 12 Estados. Conheço essa realidade. Ele está coberto de razão. E essa sugestão que ele trouxe é a melhor. E, se for possível, vou pedir vista do projeto e me comprometo, Senador Humberto, a me reunir com V. Ex^a, com o autor, para que nós possamos buscar resolver isso.

Concordo inteiramente com o Senador Humberto Costa.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Vista concedida.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Presidente, antes da concessão da vista, eu gostaria de opinar também.

Quanto ao mérito, há consenso. Ninguém discute a conveniência do projeto quanto ao mérito.

Quanto à constitucionalidade, concordo também com o Senador Pedro Taques. Considero inconstitucional. Mas há outro inconveniente: nós estamos transferindo mais encargos a Estados e Municípios. Eu creio que cabe à União assumir sua responsabilidade. Nós verificamos que os Municípios brasileiros e os Estados estão asfixiados, já que há essa concentração brutal de recursos nos cofres da União. E creio que nós não deveríamos aprovar nenhuma matéria no Congresso Nacional que transfira mais encargos a Estados e Municípios sem a necessária contrapartida do Governo da União.

Nós tivemos recentemente a visita dos prefeitos a Brasília – o auditório Petrônio Portella estava lotado – e todos os discursos, tanto da oposição como do Governo, eram em defesa dos interesses dos Municípios brasileiros. Creio que defender os interesses dos Municípios brasileiros é se recusar a votar qualquer matéria que repasse mais encargos a eles, já que estão sobrecarregados. Se nós tivermos aqui uma fonte geradora de recursos para atender a essa nova demanda, o projeto de V. Ex^a se torna perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Vista coletiva concedida.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 2, de 2013

– Terminativo –

Acrescenta o art. 34-A à Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, para regulamentar a impugnação das pesquisas e testes pré-eleitorais.

Autoria: Senadora Ana Amélia. Está presente, para nossa honra, essa extraordinária Senadora

Relatoria: Senador Acir Gurgacz

Relatório: Pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto e, no mérito, por sua aprovação.

Observações: **Votação nominal.**

Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Saúdo o Sr. Presidente, também a Senadora Ana Amélia, que tomou a iniciativa deste projeto de lei tão importante para as nossas eleições. Vamos ao relatório, Sr. Presidente.

Trata-se de proposição legislativa de iniciativa da nobre Senadora Ana Amélia, que tem por objetivo alterar a Lei que estabelece normas para as eleições para nela incluir dispositivo pelo qual se viabiliza a impugnação de pesquisas e testes pré-eleitorais.

Essas pesquisas e testes são disciplinados, na Lei Eleitoral, por capítulo específico, que compreende, entre outras normas, a determinação dos elementos necessários ao registro de uma nova pesquisa (art. 33), assim como o mecanismo de acesso dos Partidos ao sistema interno de controle, verificação e fiscalização da coleta de dados das entidades que divulgarem pesquisa de opinião relativa às eleições (§1º do art. 34), assim como a definição de que o representante legal da empresa ou entidade de pesquisa pode ser responsabilizado por eventual crime praticado nesse processo (art. 35, *caput*).

A norma cuja adoção ora se discute confere legitimidade ativa ao Ministério Público Eleitoral, aos

candidatos e aos partidos políticos, assim como às coligações, para impugnar o registro ou a divulgação de pesquisa eleitoral, “quando não atendidas as exigências contidas nos arts. 33 e 34 desta lei e em outras normas pertinentes”. O foro para tal ação é o juízo eleitoral competente.

É o que consta do *caput* do art. 34-A, que ora se propõe acrescentar à Lei Eleitoral. Os três parágrafos desse artigo cingem-se à especificação de normas e critérios procedimentais para a admissibilidade e o processo de uma ação dessa natureza, assim como para permitir eventual decisão judicial de natureza liminar no âmbito dessa lide.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

Vamos à análise.

A proposição, ademais, dispõe de modo adequado, equilibrado, proporcional e razoável sobre a circunstância em que uma pesquisa, desde que elaborada de modo flagrantemente contrário à disciplina legal da matéria, e, em dado contexto eleitoral, voltada à evidente promoção de prejuízo eleitoral a uma das partes, e desde que, naturalmente, se comprovem tais fatos em juízo, possa ter a sua divulgação circunstancialmente restringida.

Aqui nos encontramos em campo conhecido do Direito e do Direito Constitucional, assim como da hermenêutica jurídica: o conflito entre distintos princípios constitucionais. De uma parte, a soberania popular, a verdade eleitoral, a vontade do eleitor, a autonomia da sociedade civil, e, de outra, a liberdade de imprensa. Como prescreve a melhor doutrina, um direito não pode afirmar-se em detrimento de outro. Entretanto, um princípio pode ter a sua aplicação afastada circunstancialmente, em benefício de todo o complexo de direitos civil e políticos, da democracia.

São inúmeras as abordagens teóricas e doutrinárias a respeito do tema e talvez não seja este o momento adequado para nos aprofundarmos no estudo do tema. Mas o constitucionalismo moderno tem se debruçado sobre a matéria e já se encontra assentado o entendimento de que, tratando-se de conflito entre princípios constitucionais, o caso pode equacionar-se mediante uma harmonização em que a afirmação de um deles – o direito de realizar e divulgar pesquisas – não imponha a negação nem a anulação do outro – na hipótese, a equidade de meios entre os candidatos às eleições.

Recorde-se do que declara a respeito do assunto, debatendo-o na perspectiva da interpretação da Constituição e discutindo os princípios pertinentes a essa interpretação, o respeitado constitucionalista português José Joaquim Gomes Canotilho:

Princípio da concordância prática ou da harmonização. (...) Reduzido ao seu núcleo essencial, o princípio da concordância prática impõe a coordenação e combinação de bens jurídicos em conflito de forma a evitar o sacrifício (total) de uns em relação aos outros.

O campo de eleição do princípio da concordância prática tem sido até agora o dos direitos fundamentais (colisão entre direitos fundamentais ou entre direitos fundamentais e bens jurídicos constitucionalmente protegidos). Subjacente a este princípio está a ideia do igual valor dos bens constitucionais (e não diferença de hierarquia) que impede, como solução, o sacrifício de uns em relação aos outros, e impõe o estabelecimento de limites e condicionamentos recíprocos de forma a conseguir uma harmonização ou concordância prática entre esses bens.

Enfim, o que se pretende, com a proposição ora sob apreço, é que seja mantida a liberdade de realizar a divulgar pesquisas, até porque tal liberdade respeita os mandamentos constitucionais pertinentes e corresponde, ademais, ao interesse público. E propõe-se, por outra parte, que seja constituído um meio legal para eventual contestação de pesquisa, na circunstância, que não parece implausível, de que esse mecanismo de aferir a vontade popular e sua divulgação seja manejado de modo a fraudar essa vontade, e distorcer, dolosamente, a verdade eleitoral, em detrimento da soberania popular.

Voto.

Em face do exposto, opino pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Lei do Senado nº 2, de 2013, e voto, quanto ao mérito, pela sua aprovação. Esse é o relatório e o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Em discussão a matéria.

Com a palavra a autora, Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Presidente Vital do Rêgo, caro Relator, Senador Acir Gurgacz, quero lhe agradecer o trabalho.

Na verdade, vou resumir jornalisticamente. Esse meu projeto tenta simplesmente botar ordem na bagunça que é a realização de pesquisas num país de dimensão continental.

Temos, no interior do País, em Municípios, especialmente na eleição municipal, um instituto de pesquisa de fundo de quintal contratado na hora, que faz uma pesquisa, coloca em manchete e distribuí para a comunidade. Quem é que vai reparar o dano que isso provoca, já que o eleitor gosta sempre de apostar em quem está ganhando? E uma pesquisa pode, sem dúvida, fazer isso.

No entanto, isso não atinge absolutamente nada do que está em vigor hoje em relação às pesquisas

de opinião feitas pelos grandes institutos. Eles próprios sabem da relevância disso, porque são afetados pela concorrência desleal desses institutos de fundo de quintal.

Então, na verdade, o que esse meu projeto faz é pôr uma ordem, dar legalidade e evitar injustiça de uma concorrência desleal, quando se manipulam as pesquisas com esses tais institutos de fundo de quintal.

Esse é o objetivo singelo e sintético desse meu projeto. Quero agradecer muito ao Relator e ao Senador Vital do Rêgo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Vamos ao voto.

Como vota o Senador José Pimentel?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE. *Fora do microfone.*) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senadora Ana Rita.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Cumprimento a autora e o Relator. Eu me recordo do discurso que a Senadora Ana Amélia fez sobre esse tema no ano passado e parabeno-a; é muito bom o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS. *Fora do microfone.*) – Com a autora e o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN. *Fora do microfone.*) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP. *Fora do microfone.*) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE. *Fora do microfone.*) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Pela aprovação, portanto acompanhando o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Antonio Carlos Rodrigues.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (Bloco/PR – SP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Acir Gurgacz é voto conhecido, pois é o Relator.

Senador Valdir Raupp? (*Pausa.*) Acabou de sair. Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PSD – AC) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Aprovado o projeto, a matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Só para concluir, quero agradecer aos Senadores e cumprimentar mais uma vez a autora. Quero dizer que este é mais um instrumento, Sr. Presidente, que nós trazemos para as eleições a fim de que sejam mais democráticas e mais justas. Esse é o objetivo. E cumprimento mais uma vez a autora do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Cumprimento V. Ex^a.

Senador Antonio Carlos Valadares com a palavra, pela ordem.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, por designação de V. Ex^a sou Relator do Projeto de Lei da Câmara nº 37, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas.

Há um requerimento na Mesa, com V. Ex^a, para o qual peço prioridade para a sua votação, pois estamos convidando, nesse requerimento, várias autoridades especialistas na matéria, como o Dr. Vitore Maximiano, Secretário Nacional de Políticas sobre Drogas do

Ministério da Justiça, o representante do Conselho Federal de Psicologia, o representante nacional das comunidades terapêuticas, o representante da Rede de Justiça Criminal, o Dr. Dráuzio Varella, Dr. Ronaldo Laranjeiras, professor da Faculdade Paulista de Medicina; Dr. Dartiu Xavier, da Unifesp; e Dr. Clóvis Benvides, de Minas Gerais...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Em discussão...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Eu agradeço a V. Ex^a a sua presteza.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Em discussão o requerimento do Senador Valadares. (*Pausa.*)

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado por unanimidade, Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – V. Ex^a sempre tem prioridade nesta Casa.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 121, de 2011

– Terminativo –

Acrescenta o inciso VII ao art. 1º, altera a redação do art. 4º, bem como a da alínea “b” do inciso V do art. 5º da Lei nº 7.347, julho de 1985, para incluir entre as finalidades da ação civil pública a proteção do patrimônio público e social.

Autoria: Senador Walter Pinheiro.

Relatoria: Senador Pedro Taques.

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações: Votação será nominal.

Com a palavra o Sr. Relator, Senador Pedro Taques.

Em seguida, vamos aos dois itens extrapauta, Senador Sérgio Souza.

Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, submete-se a exame o Projeto de Lei do Senado nº 121, de 2011, de autoria do Senador Walter Pinheiro, que tem por objetivo a alteração dos arts. 1º, 4º e 5º da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985 (Lei da Ação Civil Pública), para incluir a proteção do patrimônio público e social entre as possíveis finalidades da ação civil pública.

A proposição compõe-se de dois artigos, descritos a seguir.

O art. 1º promove, concomitantemente, as alterações aos arts. 1º, 4º e 5º da Lei da Ação Civil Pública, da seguinte forma: inclui um inciso VII no art. 1º, para estabelecer que são regidas pelas disposições da Lei nº 7.347, de 1985, também as ações de responsabilidade por danos morais e patrimoniais causados ao patrimônio público e social; altera a redação do *caput* do art. 4º, de modo a autorizar o ajuizamento de ação cautelar com o objetivo de evitar dano a tal espécie de patrimônio; e modifica o texto da alínea “b” do inciso V do art. 5º, a fim de estender a legitimidade para a propositura da ação civil pública, bem como da ação cautelar de que trata o art. 4º, às associações que incluam entre suas finalidades institucionais precisamente a proteção ao sempre aludido patrimônio público e social.

O art. 2º fixa a chamada cláusula de vigência.

Não foram apresentadas emendas, Sr. Presidente. Análise.

Nos termos do art. 101, incisos I e II, alínea “d”, do Regimento Interno desta Casa, cabe à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade dos temas que lhe são submetidos, bem como, no mérito, sobre as matérias de competência da União e, mais especialmente, sobre direito processual.

Quanto aos requisitos formais e materiais de constitucionalidade, nada há a opor ao projeto, Sr. Presidente. Penso que estejam todos atendidos.

No que concerne à juridicidade, o projeto se afigura correto. Dessa feita, atende ao art. 101 do Regimento Interno.

Quanto ao aspecto da inovação do ordenamento jurídico, no entanto, cabem algumas observações, que guardam relação com o exame do próprio mérito deste projeto de lei.

A expressão “patrimônio público e social”, que constitui a essência do PLS nº 121, de 2011, é, evidentemente, importada do art. 29, III, da Constituição Federal e parece ter surgido como uma forma sintética de que se utilizou o Constituinte para se referir ao conjunto de bens materiais e imateriais arrolados nos incisos do art. 1º da então já existente Lei nº 7.347, de 1985. Esse cabedal se afigura mais amplo do que aquele definido meramente como “patrimônio público” no art. 1º (§1º combinado com o *caput*) da Lei nº 4.717, de 29 de junho de 1965 (Lei da Ação Popular).

Com efeito, nota-se que, em seu *caput*, o art. 1º da Lei da Ação Popular vincula à propriedade do Estado e das entidades das quais este participa “os bens e direitos de valor econômico, artístico, estético, histórico ou turístico” integrantes do patrimônio público – e, portanto, sujeitos à proteção da ação popular –, semelhantemente ao que faz, a propósito, o art. 5º,

LXXIII, da Carta Magna. Tal vinculação, porém, inexistente para o rol de bens passíveis de proteção pela ação civil pública, conforme definido no art. 1º da Lei nº 7.347, de 1985.

Dessa forma, ainda que os “bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico” pertençam a particulares, os danos que lhes forem eventualmente causados poderão ensejar a propositura da ação civil pública, mencionada no art. 129, III, da Constituição Federal, porquanto terão ofendido valores cuja titularidade transcende a esfera meramente individual das pessoas. Isso poderia, enfim, justificar a opção do Constituinte pelo redimensionamento da locução “patrimônio público”, que, dessa maneira, se teria tornado “patrimônio público e social”, a fim de abarcar, de modo indiscutível, o universo mais amplo de bens a que visa a Lei nº 7.347, de 1985.

Independentemente dessas conjecturas, e seja qual for a definição que se queira impor ao patrimônio público e social, poder-se-ia argumentar que, de qualquer sorte, sua proteção por meio da ação civil pública é, já hoje, assegurada pelo inciso IV do art. 1º da Lei nº 7.347, de 1985, que confere ao complexo de bens ali encartado natureza meramente exemplificativa, estabelecendo que podem dar causa ao ajuizamento de ação civil pública danos perpetrados contra quaisquer outros interesses difusos e coletivos que não tenham sido discriminados na referida lei. Através desse prisma, o PLS nº 121, de 2011, padeceria de vício de injuridicidade, visto que não implicaria inovação do ordenamento jurídico vigente.

Ocorre, Sr. Presidente, em contrapartida, que é bastante notório o caráter indeterminado dos interesses difusos, os quais, justamente por não comportarem rol exaustivo, têm o condão de gerar, na doutrina e na jurisprudência, variadas discussões acerca de seus limites. O jurista – e, a propósito, Ministro do Supremo Tribunal Federal – José Celso de Mello Filho chega a argumentar, em sua *Constituição Federal anotada* (2ª edição, São Paulo: Saraiva, 1986, p. 434-5), que “a complexidade desses múltiplos interesses não permite sejam discriminados e identificados na lei”, até porque, “[a] cada momento, e em função de novas exigências impostas pela sociedade moderna e pós-industrial, evidenciam-se novos valores, pertencentes a todo o grupo social, cuja tutela se impõe como necessária”.

Não à toa, a redação do art. 1º da Lei da Ação Civil Pública tem sofrido tantas alterações ao longo dos anos, as quais, por vezes, contradizem umas às outras (o exemplo mais gritante é o do mencionado inciso IV, que trata dos interesses difusos, foi vetado pelo Poder Executivo quando da apreciação original do projeto, em 1985, mas reintroduzido no texto da lei, em 1990,

por iniciativa do Legislativo), além de se contraporem a interesses facilmente caracterizáveis como difusos (veja-se o parágrafo único, que, inserido em 2001, proíbe a ação civil pública para “veicular pretensões que envolvam tributos, contribuições previdenciárias, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço ou outros fundos de natureza institucional cujos beneficiários podem ser individualmente determinados”).

Conclui-se, Sr. Presidente, assim, que as alterações alvitadas pelo PLS nº 121, de 2011, este que estamos a relatar, para a Lei nº 7.347, de 1985, são, mais que oportunas, prudentes, pois não apenas afastarão parte considerável das interpretações jurisdicionais que pretendam restringir o objeto da ação civil pública, como também – aqui outro mérito do projeto – dificultarão iniciativas legiferantes futuras com semelhante finalidade, doravante tratadas, muito provavelmente, como retrocesso.

Por fim, cumpre registrar como irretocável a técnica legislativa empregada na confecção da proposição sob exame, nos moldes exigidos pela Lei Complementar nº 95.

Pelo exposto, concluímos pela aprovação do Projeto, que vai resolver dúvidas que existem na doutrina e na jurisprudência.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, encerro a discussão.

Em votação.

Quem acompanha o Relator vota “sim”.

Senadora Ana Rita.

A votação é nominal.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Pela aprovação, Sr. Presidente. Pela aprovação, conforme o Relator.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Senador Pedro Taques, voto conhecido.

Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. *Fora do microfone*) – Sim, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Senador Eduardo Braga, nosso Líder.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM. *Fora do microfone*) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS. *Fora do microfone*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – O.k.. Com o Relator. (*Fora do microfone.*)

Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PSD – AC. *Fora do microfone*) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. *Fora do microfone*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN. *Fora do microfone*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP. *Fora do microfone*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE. *Fora do microfone*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Senador Antonio Carlos Rodrigues.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (Bloco/PR – SP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE. *Fora do microfone*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Encerrada a votação, aprovado o projeto por unanimidade.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 281, DE 2013

– Terminativo –

Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que *estabelece normas para as eleições*, para instituir prazo para o partido fornecer à Justiça Eleitoral ata de convenção partidária.

Autoria: Senador Vital do Rêgo.

Relatoria: Senador Pedro Taques.

Relatório: pela aprovação do projeto, com uma emenda que apresenta.

Concedo a palavra ao Senador Pedro Taques para proferir o seu relatório.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Esse foi aprovado extrapauta.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trata-se do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 281, de 2013, de autoria do Senador Vital do Rêgo, cujo propósito é acrescentar o § 13 ao art. 11 da Lei 9.504/1997 – Lei das Eleições –, para definir que a ata da convenção partidária, definidos os candidatos e as coligações para as eleições, deverá ser enviada à Justiça Eleitoral em 24 horas após sua realização.

De acordo com o autor, trata-se de proposição que visa ao fortalecimento da democracia partidária para que seja retratada com a maior veracidade possível a deliberação realizada em convenção.

Análise.

Compete a esta Comissão avaliar o PLS nº 281, de 2013, em seu mérito, visto que ele foi distribuído em caráter terminativo, e também com respeito a sua constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, como determina o art. 101, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal.

No que se refere à constitucionalidade, não há nenhum vício a reparar. Compete à União legislar sobre direito eleitoral, nos termos do art. 22, inciso I, da Constituição Federal. Tampouco há aspectos de regimentalidade a serem corrigidos. Abaixo será apenas indicada uma sugestão de aprimoramento do projeto em termos de técnica legislativa.

A proposta em questão é meritória e deve ser aprovada.

De fato, busca-se maior fortalecimento das instituições democráticas brasileiras. Essa iniciativa passa, inevitavelmente, pelo fortalecimento da democracia interna dos partidos políticos – veículos por excelência da participação do cidadão na vida política. A proposta estabelece prazo adequado para que a Justiça Eleitoral receba a ata da convenção partidária em que se definem os candidatos ao pleito, bem como as coligações partidárias.

Essa medida é positiva, Sr. Presidente, pois reduz o risco de que a ata da convenção seja elaborada após lapso temporal que prejudique a descrição adequada das decisões partidárias tomadas, por ocasião da convenção, afastando-se possíveis discrepâncias entre a realidade e sua descrição.

Sugere-se apenas emenda abaixo indicada para que o dispositivo seja introduzido como § 3º ao art. 8º da Lei 9.504/1997, que trata especificamente das convenções partidárias, e não no art. 11, que trata do registro de candidaturas ao pleito.

Em face disso, Sr. Presidente, passo ao voto.

Voto.

O nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da proposição e, no mérito, pela aprovação do PLS nº 281, de 2013, com essa sugestão de emenda.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço a V. Ex^a pela presteza e rapidez no relatório ante a urgência da matéria.

Em discussão a matéria.

Com a palavra o Senador Alvaro Dias e, depois, o Senador Humberto Costa e o Senador Eduardo Braga.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Meus cumprimentos ao Senador Vital do Rêgo, autor, e ao Senador Pedro Taques pelo parecer.

O projeto é muito bom, na esteira dessa necessidade de construirmos partidos de verdade no Brasil, valorizando a vida partidária, o que propõe esse projeto.

E aproveito, Sr. Presidente, para manifestar preocupação com o noticiário de ontem. A Câmara dos Deputados constituiu mais uma comissão. Eu indago: quantas comissões já constituímos no Congresso, na última década ou quase em duas décadas, para a apresentação de um modelo político compatível com as aspirações do povo brasileiro? Inúmeras Comissões.

Desde 1999, quando aqui cheguei, votamos propostas oriundas de uma Comissão Especial da Reforma Política. Se não me falha a memória, à época, o relator foi o então Senador Sérgio Machado. Portanto, o receio é o desgaste, é a desmoralização do Congresso como instituição essencial ao Estado de direito democrático. Mais uma comissão que certamente não alcançará seus objetivos.

Imagino, Sr. Presidente – e faço esta afirmativa até com tristeza –, que o atual Congresso não está em condições de elaborar uma proposta de reforma política. Contaminado, confuso, sem orientação, sem comando, o Congresso está vivendo um momento de anarquia institucional. Basta verificar o que ocorreu na Câmara estes dias: até a constituição de uma Comissão para apresentar uma proposta de reforma política.

Eu imagino que, diante dessa circunstância, adequado seria transferir ao próximo Congresso, eleito no próximo ano, a tarefa de elaborar, de propor e de aprovar uma reforma política, conferindo ao País o modelo adequado. Porque nós teríamos a oportunidade de um grande debate exatamente na campanha eleitoral. O povo brasileiro teria a oportunidade de cobrar dos seus representantes compromissos em relação à reforma política. Creio que o novo Congresso teria mais legitimidade, mais autoridade. Seria até uma espécie de Constituinte, porque, se previamente anunciássemos que caberá ao novo Congresso a proposta de reforma política para o País, funcionaria até como uma espécie de Constituinte com esse objetivo.

Portanto, Sr. Presidente, é óbvio que todos nós nos preocupamos com isso. Tivemos posicionamentos diferentes, até contraditórios, em determinados momentos, mas a evolução dos fatos nos leva... Se antes eu próprio defendia a tese de que deveríamos elaborar uma reforma política agora, apresentar uma proposta de reforma política, aprová-la e submetê-la ao referendo em 2014, hoje, penso, Sr. Presidente, muito mais em defender esta tese: transferir ao próximo Congresso Nacional a tarefa de propor uma reforma política e de oferecer ao País um modelo político compatível com as exigências nacionais.

Mas o seu projeto é bom e eu voto favoravelmente.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Eu tenho o Senador Humberto Costa, o Senador Eduardo Braga e o Senador Valadares para discutir o projeto.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – E Senador Sérgio Souza.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – E Senador Sérgio Souza.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente, primeiro, quero elogiar a intenção de V. Ex^a. Nós todos conhecemos a realidade, principalmente quem já foi candidato em eleição majoritária, o que acontece entre o dia da realização das convenções e a entrega da ata na Justiça Eleitoral. Existem alguns verdadeiros mercados de votos, lamentavelmente, pequenos partidos, não são todos, que ficam com aquela ata em aberto esperando quem dá mais.

Eu acho que existe uma intenção boa nessa proposta. A minha preocupação é a seguinte: é que prazo para entrega de ata, entre outras coisas, pode ser objeto de pedido de impugnação. Às vezes, a gente sabe que, por uma razão qualquer, por uma convenção que foi feita adequadamente, principalmente por uma convenção em que há partidos coligados, pode-se extrapolar um prazo como esse. É a assinatura de um convencional, é a assinatura de um presidente de partido.

Enfim, eu só queria ponderar que, se fosse o caso, teríamos de tentar pensar em alguma saída, porque pode uma candidatura ser impugnada por um problema de ordem formal. Se não se consegue a assinatura de fulano de tal, entrega-se a ata com 24 horas, e aquilo ali pode ser...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Mas aí se pode substituir, Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Eu queria saber se não há esse inconveniente, se há alguma possibilidade...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Pode-se substituir se houver a impugnação do candidato.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sim! Mas, se você é candidato ao governo do Amazonas e se você não entrega a ata com 24 horas, é justo que você seja impugnado? Eu acho que não. Então, só estou levantando essa preocupação.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Essa preocupação do Senador Humberto Costa é válida, mas essa preocupação também existe hoje com relação ao prazo de cinco dias. Se a ata não for entregue em cinco dias, existe impugnação? Existe.

Agora, penso que o projeto, Sr. Presidente – por isso, eu o relatei favoravelmente; tenho a certeza disto, pois não é um pensamento, já que, ao se protocolar no Tribunal Regional Eleitoral, as eventuais impugnações são feitas a partir desse prazo, a partir dessa data –, o mérito do projeto evita o que o Senador Humberto Costa bem disse, evita que a assinatura se transforme em mercadoria. E dá a certeza à Justiça e à própria sociedade, a partir do protocolo na Justiça Eleitoral, que isso seja algo certo, que as impugnações podem existir.

Agora, se isso não fosse protocolado no prazo de 24 horas, se o prazo fosse de cinco dias, como é de cinco dias, também haveria o problema, bem como se o prazo fosse de 20 dias ou de 30 dias. Aí os candidatos têm de buscar resolver isso internamente, fortalecendo o partido político.

Então, essa preocupação do Senador Humberto eu também tive, mas nós a resolvemos com a pergunta: com o prazo de cinco dias, nós também não temos essa possibilidade? Sim, há a possibilidade de impugnação. Então, não vejo entre...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Tem de cumprir a obrigação, e acabou.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Já entregou ao Tribunal!

Então, há esse prazo de cinco dias. Participei de uma eleição só e sofri, nesse prazo de cinco dias, o que o Senador Humberto está dizendo. O prazo de 24 horas é muito mais interessante.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, eu queria, em primeiro lugar, destacar o mérito da propositura de V. Ex^a e a presteza do Senador Pedro Taques ao apresentar seu relatório.

Tal qual já foi dito aqui, efetivamente, Sr. Presidente, não compreendo a necessidade de darmos um prazo de cinco dias após a realização da convenção para se entregar a ata com o pedido de registro das candidaturas, primeiro porque os partidos, organiza-

mente, deveriam pedir aos seus pré-candidatos que, antecipadamente, apresentassem a documentação, para que pudessem estar habilitados a disputar a convenção como pré-candidatos.

Em segundo lugar, toda e qualquer impugnação na Justiça eleitoral abre prazo de ampla defesa, ou seja, se a Justiça impugnar a apresentação de algum documento de algum candidato, a própria Justiça eleitoral abre prazo de ampla defesa. E os prazos do Direito Eleitoral são extremamente rigorosos e definitivos. No passado, inclusive, tínhamos de realizar as convenções partidárias com a presença de um representante do TRE, porque, ao cabo do mesmo dia, encerrava-se a ata, que era encaminhada ao representante do TRE.

Portanto, quero aqui parabenizar, pela iniciativa, V. Ex^a. Acho que isso efetivamente vai trazer mais representatividade e autenticidade à ata, àquilo que representará as convenções partidárias, que estavam virando mera pró-forma no processo eleitoral. Os partidos, inclusive, estavam fazendo convenções protocolares. Isso fazia com que esse deixasse de ser efetivamente um grande momento do debate político, dando início ao processo das candidaturas e da disputa eleitoral.

Portanto, eu voto favoravelmente, fazendo o comentário de que este projeto vem em resposta a mais transparência e a mais identidade com o desejo dos membros das representações partidárias e, ao mesmo tempo, assegurando aos candidatos os seus direitos de ampla defesa, caso o Tribunal Regional Eleitoral ou a autoridade eleitoral impugne uma das candidaturas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço a V. Ex^a.

Senador Antonio Carlos Valadares, depois, Senador Sérgio Souza e Senador Humberto Costa.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, esta proposta de autoria de V. Ex^a e relatada pelo Senador Pedro Taques é altamente moralizadora e merece os nossos aplausos, de vez que, entre o dia da convenção e o dia do registro da candidatura, que pode ocorrer cinco dias após a convenção, coisas do arco da velha acontecem na calada da noite.

Há atas que são verdadeiros “falsificol”, Sr. Presidente. Há atas que sequer são assinadas no dia da convenção, ficam em aberto. Tudo fica em aberto para as confabulações políticas e financeiras. É a fraude institucionalizada que existe hoje no sistema eleitoral brasileiro. E V. Ex^a tocou na ferida ao propor um dia apenas – 24 horas – para a entrega da ata. Ainda assim, eu acho que vai haver fraude. Sou pessimista demais!

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – O pessoal é criativo.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – No entanto, Sr. Presidente, V. Ex^a faz um esforço magnânimo em dar um cunho moralizador à realização das convenções.

Mas a reforma política, Sr. Presidente – aproveitando a dica do Senador Alvaro Dias –, já se tornou uma lenda no Congresso Nacional, para não dizer um folclore, um faz de conta. E agora o Presidente da Câmara dos Deputados acaba de oficializar, levando de barriga a reforma política, a sua derrocada.

Eu esperava tudo, menos usar desta verdadeira ofensa contra o povo brasileiro em dizer que haverá mais três meses de uma comissão, que será criada ou que já foi criada, para discutir a famosa reforma política, que nunca acontece.

Presidente, o Senado já fez não sei quantas sugestões em termos de projeto e já mandou para lá, para a Câmara. A Câmara passou mais de um ano numa comissão presidida por um integrante do PMDB – do Partido de V. Ex^a –, o ex-Senador Almeida Lima. O Relator, do Rio Grande do Sul, um dos maiores Parlamentares deste Congresso, Henrique Fontana, do Partido dos Trabalhadores, fez um primor de relatório, que sequer foi votado.

Nesse período, entre o começo das discussões da reforma política na Câmara e a sua finalização, dezenas de audiências foram feitas, a comissão viajou o Brasil inteiro colhendo sugestões e, agora, o Presidente da Câmara diz que vai formar uma comissão para, em três meses, definir a reforma política. É querer manganhar do povo brasileiro!

Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço, Senador Valadares. Nada melhor do que a experiência política de V. Ex^a para constatar determinadas verdades.

Senador Sérgio Souza para concluir com o Senador Humberto Costa, para que possamos votar.

Concito os Srs. Senadores para não perdermos o quórum.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, a matéria é um projeto de lei de autoria de V. Ex^a, de relatoria do Senador Pedro Taques, e trata-se de algo que vem resolver, Senador Pedro Taques, um problema que há em todos os partidos, principalmente nos pequenos, porque, às vezes, nem convenção é feita. O que se faz, às vezes, é um documento que fica aguardando o último momento para ser encaminhado à Justiça Eleitoral, enquanto são feitas as conversas para ver com quem vamos nos coligar.

Conheço alguns casos em que os candidatos saíram muito depois das convenções. E isso, às vezes, acontece nos grandes partidos, em que se outorga

poder à Executiva, que faz a reunião, mas não fecha a ata, que fica aberta até o último dia, no último horário, ocorrendo conversações que entendem necessárias.

Então, quero parabenizar V. Ex^a pela iniciativa. O relatório ...

(intervenção fora do microfone)

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – ...Precisamos uma moralização dos partidos políticos. E nós precisamos, Sr. Presidente, de fato dar essa resposta aos correligionários, aos partidários, aos filiados aos partidos que, às vezes, transferem ao diretório, aos delegados, às comissões executivas o direito de decidir por eles. E não é aquilo que foi decidido na convenção que está sendo decidido no calar da noite, no último segundo do terceiro tempo já das convenções.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Humberto Costa, para que possamos passar à votação.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Eu não quero ser espírito de porco, não. Inclusive se não for acatada nenhuma sugestão que eu der, votarei no projeto, pois o acho meritório.

Pergunto ao Senador Pedro Taques... Eu estou preocupado realmente com essa questão da formalização, porque também já passei por essa situação. De repente você tem que entregar a ata, o fulano de tal do partido tal viajou. Eu pergunto: haveria possibilidade de uma ressalva de que desse um prazo para eventuais correções de problemas formais da ata? É possível isso, Senador?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – A própria legislação eleitoral já estabelece essa possibilidade. Hoje, a partir do momento em que você entrega a ata até cinco dias, existem já na legislação os prazos de impugnação. Esses prazos não mudarão. Já existe a possibilidade de você impugnar.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Eu estou falando sobre a situação que descrevi. Por exemplo, você teve a convenção, formou-se a coligação, falta uma assinatura de um fulano de tal, você vai entregar na Justiça Eleitoral. O que pergunto é: haveria algum prazo, que não é prazo que corre para a impugnação, que pudesse haver complementação de ata ou algo assim? É possível?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Entendi.

O Senador Humberto está buscando uma salvaguarda. Digamos que na convenção um dos convencionais passe mal, não assine a ata no encerramento da convenção. Vá para o hospital. E aí temos uma situação em que ele poderia assinar posteriormente.

A importância do projeto é que estas assinaturas posteriores às 24 horas serão feitas junto à Justiça Eleitoral.

Já existe na legislação eleitoral, hoje, essa possibilidade; essa exigência.

Então a ideia, Senador Humberto... Entendi a sua preocupação, que é louvável, mas com os cinco dias também existem essas possibilidades. O que vai existir: até 24 horas, isso é protocolado na Justiça Eleitoral, porque pode ser eleição municipal e não necessariamente no TRE. E aí, eventuais alterações, após 24 horas, dar-se-ão na Justiça Eleitoral, não na calada da noite, não na maracutaia, não em situações como essa, porque, durante esses cinco dias... Numa única eleição de que participei, por exemplo, um partido político, o presidente do partido disse: “Não, eu não vou assinar agora.” E aí disse: “Não vai assinar.” “Sim, mas passou na convenção.” “Ah, mas eu quero fazer uma reflexão maior”. Agora, essa reflexão maior... cinco dias de reflexão?

Então, quanto a essa preocupação V. Ex^a tem razão, mas a legislação já estabelece.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Como vota o Senador José Pimentel?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE. *Fora do microfone*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Com o Relator.

Senadora Ana Rita?

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – O Senador Pedro Taques é o Relator da matéria. Senador Antonio Carlos Valadares?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Com o Relator e o autor.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Randolfe Rodrigues?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Eduardo Braga?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM. *Fora do microfone*) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Pedro Simon?

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS. *Fora do microfone*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Sérgio Souza?

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR. *Fora do microfone*) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Sérgio Petecão?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PSD – AC. *Fora do microfone*) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador José Agripino?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN. *Fora do microfone*) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Aloysio?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, até onde eu sei, ninguém conhece mais mecânica de convenção, de organização de partido do que o Senador Antonio Carlos Rodrigues. Sempre do lado do bem. Eu perguntei a ele como deveria votar, e ele fez um sinal de positivo.

Então, acompanho o projeto de V. Ex^a e o parecer de Pedro Taques e o sinal de positivo do Senador Antonio Carlos Rodrigues.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Alvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. *Fora do microfone*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Armando Monteiro?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE. *Fora do microfone*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Mozarildo Cavalcanti?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – E, agora, o especialista, como disse o Senador Aloysio, o Senador Antonio Carlos Rodrigues.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (Bloco/PR – SP) – Com o Relator. E agradeço ao Senador Aloysio.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Rodrigo Rollemberg?

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Com o autor, com o Relator e com o especialista.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Humberto Costa?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE. *Fora do microfone*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Waldemir Moka?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Com o Relator, parabenizando o autor da matéria por este projeto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Aprovado o projeto.

Em votação a emenda. (*Pausa.*)

Os Srs. Senadores que concordam se poderemos repetir a votação do projeto. Poderemos? A emenda está aprovada.

Aprovados o projeto e a Emenda nº 1.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Agradeço a manifestação de V. Ex^a.

Matéria extrapauta, conforme entendimento de V. Ex^{as}.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 47, DE 2013

– Não terminativo –

Institui a indenização devida a ocupante de cargo efetivo das Carreiras e Planos de Cargos que especifica, em exercício nas unidades situadas em localidades estratégicas vinculadas à prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos transfronteiriços.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Sérgio Petecão

Relatório: Favorável ao projeto

A matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Concedo a palavra ao Senador Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PSD – AC) –

Já agradecendo, Presidente, pela sua sensibilidade em trazer o projeto, atendendo ao nosso pedido de colocá-lo extrapauta, dada a importância deste projeto.

Relatório.

Recebemos, para exame e parecer, o Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2013, com origem no Poder Executivo, que institui a indenização devida a ocupante de cargo efetivo das Carreiras e Planos de Cargos que especifica, em exercício nas unidades situadas em localidades estratégicas vinculadas à prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos transfronteiriços.

A proposição, pelos seus termos:

– institui gratificação em favor de servidores públicos federais em exercício de atividade nas delegacias e postos do Departamento de Polícia Federal e do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, e em unidades da Secretaria da Receita Federal do Brasil, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Ministério do Trabalho e Emprego, situadas em localidades estratégicas;

– indica, expressamente, como carreiras a serem beneficiadas, a Carreira de Policial Federal, a Carreira de Policial Rodoviário Federal, a Carreira de Auditoria da Receita Federal, o Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Federal, o Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, o Plano Especial de Cargo do Ministério da

Fazenda, a carreira de fiscal federal agropecuário e a carreira de auditoria fiscal do trabalho.

Determina que o ato do Poder Executivo definirá as localidades estratégicas que compõem as áreas de percepção do benefício. Determina que a indenização referida será devida por dia de efetivo trabalho nas localidades definidas enquanto durar o exercício ou atividade do servidor na localidade. Fixa em R\$91,00 o valor da indenização, veda seu pagamento cumulativo com diárias, indenização de campo ou qualquer outra parcela indenizatória decorrente do trabalho na localidade. Isenta o valor devido com base na indenização criada da incidência do imposto de renda de pessoa física. Finalmente, ordena a produção dos efeitos retroativos a 1º de janeiro do corrente ano de 2013.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

É o relatório.

Análise.

Preliminarmente, cabe assentar que não se divisa inconstitucionalidade formal por vício de iniciativa na proposição sob exame por ter sido o processo legislativo provocado pela chefia do Poder Executivo da União. Igualmente, não há óbice de inconstitucionalidade material a opor. A técnica legislativa é satisfatória e não demanda reparos.

No mérito, no que tange a esta Comissão, a inovação do regime jurídico dos servidores públicos federais assenta-se em razões bastante a sua sustentação lógica jurídica, vez que a gratificação, cuja criação se pretende, terá seu pagamento atrelado ao exercício da função ou atividade pública em regiões fronteiriças, notoriamente mais complexas para fins de lotação, manutenção e exercício pelo funcionalismo público das carreiras referidas, mormente as policiais.

Preservam-se, também, a proporcionalidade legislativa, já que o pagamento será devido por dia de efetivo exercício atrelado ao desempenho da função nas regiões definidas.

Voto.

Com base em todo o exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2013, nesta Comissão.

Presidente, eu queria apenas citar como exemplo, pois sou de uma região fronteiriça, o Acre, e, ao relatar este projeto, eu quero dar um testemunho: essa gratificação de fronteira, como é chamada, é um incentivo para que essas classes já aqui citadas possam permanecer na região. Antes de dar o parecer, fiz questão de fazer uma reunião com o pessoal da Polícia Federal, lá, no meu Estado. E ouvimos vários depoimentos de pessoas que estão na região, que são verdadeiros, eu diria, acervos de informações. E, de repente, essas pessoas são desmotivadas e saem da região. Portan-

to, tenho certeza de que, com essa gratificação como incentivo, nós possamos segurar esses profissionais nessas regiões de fronteira.

Então, eu queria pedir aos meus pares, aos colegas Senadores, para que possamos votar esse projeto, que, com certeza, irá ajudar, e muito, essas instituições aqui citadas e, conseqüentemente, ajudar as nossas regiões de fronteira.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, evidentemente, o projeto me parece meritório. No entanto, do ponto de vista da constitucionalidade, constato que foram enxertados na Câmara dois incisos contemplando categorias de servidores que não constavam do projeto original. De modo que são emendas parlamentares que acrescentam despesa à despesa prevista originalmente por um projeto de iniciativa exclusiva do Executivo.

Então, desse ponto de vista, os incisos VII e VIII, no meu entender, são inconstitucionais. Não vejo como aprovar esses dois incisos, que são incisos do art. 1º, § 1º, porque não constavam no projeto original. Foram enxertados na Câmara. E a própria Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara já havia levantado esse problema.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PSD – AC) – O senhor poderia citar, Senador?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – É o inciso... Deixe-me ver aqui, espere aí.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PSD – AC) – Trata de quê?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Incisos VII e VIII, que tratam da carreira de fiscal federal agropecuário e a carreira de auditoria fiscal do trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Exatamente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Isso poderia vir por um projeto autônomo...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Inciso VII e inciso VIII.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) –... ou até por medida provisória.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PSD – AC) – Mas Presidente, esse projeto já passou na CAE, foi

aprovado na CAE e está aqui nesta Comissão. Não dá para desvincular. Estou falando pelo meu Estado. Qualquer ação que nós temos lá, essas ações são conjuntas, são conjuntas com o pessoal da agricultura, com o pessoal do trabalho. Estou falando das ações no meu Estado. Eu queria dar aqui um testemunho, de que não dá para se desvincular e sacrificar essas duas entidades.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores. O projeto, Sr. Presidente, é muito bom. Ele é meritório, é necessário, sim, que nós possamos aprovar esse projeto. Agora, lá na Câmara dos Deputados, houve um jabuti no pau, Sr. Presidente, com todo o respeito, a expressão mais pedestre. Lá na Câmara dos Deputados, houve uma inclusão de algumas categorias que não estavam no projeto original.

E qual é a razão por que a Constituição, no §1º, do art. 61, afirma que isso não é possível? É porque é o Poder Executivo que tem a chave do cofre. É o Poder Executivo que sabe o que vai ser pago posteriormente à aprovação do projeto. Agora, a Liderança do Governo, se estiver de acordo com isso, Sr. Presidente...

Então, a questão aqui é... Eu entendo, o Senador Petecão está coberto de razão, da necessidade dessas categorias. Lá na Presidência da República há o chamado veto jurídico, no art. 66, §1º da Constituição. Então, ela é que vai resolver lá no veto jurídico.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PSD – AC) – Exatamente. O projeto é de autoria do Governo. Se tiver que vetar, a Presidente veta. Então acho...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Vamos fazer um esforço, até porque o Poder Executivo poderia excluir essas duas categorias através do veto.

Agradeço a V. Ex^{as} a compreensão.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, eu gostaria de manifestar o meu apoio a esse projeto. Inclusive eu tenho recebido vários sindicatos, como o Sindifisco, que esteve comigo ontem no gabinete, esteve com a minha assessoria, defendendo esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Vamos aprovar.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Acho que nós precisamos avançar, porque a fronteira do Brasil é enorme, e nós precisamos realmente valorizar essas classes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Encerrada a discussão.

Em votação a matéria.

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PSD – AC) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – ... com as duas ressalvas dos Srs. Senadores.

Um momento, Senador. Eu quero ressaltar... Eu devo, na condição de Presidente desta Comissão, ressaltar a posição dos Senadores Pedro Taques e Aloysio Nunes Ferreira, que, na condição de juristas, arguíram de forma procedente as suas argumentações a respeito da inclusão dessas duas categorias que não estavam no projeto original.

Todavia, o Senador Petecão, entendendo, na sua argumentação, que a matéria transcorreu no Congresso Nacional sem nenhuma alusão de inconstitucionalidade, os Senadores, entendendo a importância do mérito da matéria, votaram pela aprovação do projeto, e esta Presidência agradece aos Srs. Senadores e por isso entende ressaltar as suas posições.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PSD – AC) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Vou colocar em discussão também...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PSD – AC) – A urgência.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – ... o pedido de urgência do Senador Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PSD – AC) – O.k., Presidente.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Favorável à urgência, Sr. Presidente. Favorável à urgência.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Favorável à urgência.

Aprovado por unanimidade.

A matéria vai a Plenário.

Vamos a mais uma matéria terminativa. Depois a matéria do Senador Sérgio Souza, que não é terminativa, Senador Moka.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 65

– Terminativo –

Padroniza o boletim de ocorrência e dá instruções sobre seu preenchimento.

Autoria: Senador Valdir Raupp

Relatoria: Senador Waldemir Moka.

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

É a padronização do boletim de ocorrência no inquérito policial.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS)

– Sr. Presidente, venho a esta Comissão para exame, em decisão terminativa, nos termos do art. 101, inciso II, alínea “d”, do Regimento Interno, o Projeto de Lei do Senado nº 65, de 2006, de autoria do Senador Valdir Raupp, que visa padronizar o boletim de ocorrência e dá instruções sobre seu preenchimento.

O projeto sob exame chegou a ser apreciado na Legislatura anterior com relatório pela aprovação de autoria da Senadora Kátia Abreu. Todavia, o mesmo não foi votado nesta Comissão e terminou arquivado ao final da legislatura. A matéria foi desarquivada por força do Requerimento nº 324, de 2011, de autoria do autor do projeto, e, assim, retorna a esta Comissão.

O projeto objetiva padronizar os boletins de ocorrência policiais em todo o território nacional, prevendo quais informações devem constar e como devem ser registradas.

O autor da proposta argumenta que o boletim de ocorrência é de fundamental importância para as estatísticas criminais e seu preenchimento adequado ajuda o planejamento dos órgãos de segurança pública.

Até o momento não foram apresentadas emendas nesta Comissão.

Sr. Presidente, a análise do projeto vem no mesmo sentido.

Então, eu penso que é um projeto que, embora simples, tem uma importância grande, que é você padronizar esses boletins de ocorrência até para facilitar realmente o seu preenchimento e essa questão da estatística.

Voto.

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 65, de 2006.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – A matéria exige quórum qualificado. E é evidente que nós não temos mais o quórum qualificado. Eu nem abro a discussão da matéria. Nós vamos encerrar a apreciação do projeto, sem abrir a discussão, mas já dado como lido o projeto do Senador Moka, que passa a ser prioridade na próxima reunião.

Temos outro projeto não terminativo – para liberar os senhores – importante.

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO

Nº 8, DE 2013

Altera o art. 291 do Regimento Interno do Senado para determinar que as votações secretas no Senado Federal só ocorrerão nos casos previstos na Constituição.

Autoria: Senador Pedro Taques.

Relatoria: Senador Sérgio Souza.

O relatório é favorável ao projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta.

A matéria será apreciada pela Comissão Especial da Reforma do Regimento Interno.

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Souza, para proferir o seu relatório.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Trata-se de analisar o Projeto de Resolução do Senado (PRS) nº 8, de 2013, do Senador Pedro Taques, que promove alteração no Regimento Interno do Senado Federal (RISF), quando esta norma estabelece as disposições gerais sobre as votações no Senado Federal, e discrimina as modalidades de votação.

O faz para determinar que a regra geral das votações nesta Câmara Alta do Parlamento brasileiro é a do voto aberto e das votações públicas. Para tanto, precisa, na nova redação que confere ao art. 291 do RISF que “a votação será secreta exclusivamente nos casos em que houver expressa determinação na Constituição Federal”.

O autor da iniciativa argumenta, em sua justificção, que “a representação parlamentar faz parte de um processo político indissociável da vontade popular, uma vez que o mandato obtém o consentimento eleitoral pelo voto e não escapa da regulação por parte da sociedade civil”.

E assevera “se o deputado ou senador, como mandatário do eleitor, destoa do pensamento de seu eleitorado será punido nas urnas por esta falta. Pare que essa conformidade seja aferida é necessário o conhecimento da manifestação do parlamentar, ou seja, do seu voto”.

O eminente autor da matéria ressalta conhecer a história do voto secreto no Parlamento brasileiro, e, nesse passo, destaca o fato de que esse procedimento de votação foi instituído em outras circunstâncias, “como meio de proteger a independência do representante popular em relação ao poder dos dirigentes das forças políticas dominantes, especialmente quando se tem um poder executivo com características despóticas”.

No entanto, argumenta, “considerando nosso atual estágio de amadurecimento democrático, não subsistem razões para temores de represálias que tenham força suficiente para determinar o voto de um parlamentar. Escorado pela soberania popular e pelas garantias do mandato, o parlamentar necessita de coragem para bem exercer suas atribuições. Nesse sentido, a transparência democrática se mostra mais útil e adequada. É por isso que o sistema parlamentar constitucional brasileiro, apesar de prever exceções, sempre manteve como regra o voto aberto e público”.

E acresce que, no sistema constitucional brasileiro, “se a publicidade é essencial ao ato público, se o voto é a principal atividade do parlamentar, a sua ocultação sem prévia autorização constitucional se torna uma contradição no sistema e, portanto, uma inconstitucionalidade”.

Não foram oferecidas emendas à proposição.

Passamos, então, à análise do projeto, Sr. Presidente.

Compete aos Senhores Senadores e às Senhoras Senadoras apresentar proposição legislativa para aperfeiçoar os procedimentos legislativos dispostos no Regimento Interno do Senado Federal. A espécie legislativa adequada para tanto é o projeto de resolução.

No caso, o projeto propõe alterar o RISF para determinar que, nesta Casa, as votações serão em regra públicas e abertas, como, aliás, já o faz a norma interna. Na espécie, entretanto, a disciplina da matéria se faz mais rigorosa e clara: nenhuma votação poderá ocorrer de forma secreta, a não ser que exista regra constitucional específica a esse respeito, determinando que assim se faça.

Parece-nos cabível o argumento de que a Constituição, nos termos como vigente, dado o princípio da publicidade administração pública e a responsabilidade dos agentes políticos, já poderia ser interpretada de modo a determinar que o que aqui se propõe já se encontra em vigor. Como a regra é a votação aberta em sessão pública, a votação secreta somente poderia ocorrer nas hipóteses em que exista mandamento constitucional claro nesse sentido.

Entretanto, existem dois problemas a conturbar esse entendimento: o primeiro é o fato de ele não ser o dominante, durante o funcionamento do Senado Federal, e o segundo, ainda mais forte, reside no fato de o RISF determinar, precisamente no art. 291, que ora se altera, que as eleições para a Mesa Diretora se realizam de forma secreta, além de outras situações “por determinação do plenário”, como o diz o inciso III do art. 291.

Assim, torna-se oportuna, e mesmo imperiosa, além de conveniente, diante dos claros argumentos em boa hora expendidos pelo autor, a aprovação da medida que ora esta Comissão aprecia.

Com efeito, o funcionamento dos entes de representação política democrática deve ocorrer à vista da sociedade, e a regra das votações pública e abertas deve prevalecer, como o propõe, em boa hora, o PRS nº 8, de 2013.

Cabe notar, entretanto, que se impõe promover ajustes em diversos dispositivos do RISF, além do seu art. 291, para se atingir o fim almejado, uma vez que a matéria é tratada em várias de suas partes. Por

tal motivo, propomos que a aprovação do PRS nº 8, de 2012, se dê na forma da emenda substitutiva que apresentamos.

Sabemos que esta Casa e a Câmara dos Deputados apreciam, nos dias atuais, proposta de emenda à Constituição com o objetivo de eliminar todas as hipóteses de votação secreta. A promulgação de emenda constitucional nesse sentido implicará a nulidade, por inconstitucionalidade, do quanto disposto no art. 291 do RISF. Entretanto, enquanto isso não ocorrer, não podemos legislar *de lege ferenda*, quer dizer, neste plano regulamentar, devemos respeitar o quanto dispõe a Constituição em sua redação vigente, pois, caso contrário, incidiríamos em inconstitucionalidade.

Assim, a emenda substitutiva que apresentamos visa contemplar todos os avanços que são possíveis no presente contexto constitucional.

Voto.

Em face do exposto, opino pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Resolução do Senado nº 8, de 2013, e voto, quanto ao mérito, por sua aprovação, adotada a seguinte emenda:

**EMENDA Nº – CCJ (SUBSTITUTIVO)
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO
Nº 8, DE 2013**

Altera o Regimento Interno do Senado Federal, para regulamentar os casos de votação secreta determinados pela Constituição Federal.

Art. 1º O Regimento Interno do Senado Federal passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 60. A eleição dos membros da Mesa será feita em escrutínio público e voto aberto, exigida maioria de votos, presente a maioria da composição do Senado, e assegurado, tanto quanto possível, a participação proporcional das representações partidárias ou dos blocos parlamentares com atuação no Senado.

Art. 88. No início da legislatura, nos cinco dias úteis que se seguirem à designação de seus membros, e na terceira sessão legislativa, nos cinco dias úteis que se seguirem à indicação dos líderes, cada comissão reunir-se-á para instalar seus trabalhos e eleger, em escrutínio público e voto aberto, o seu Presidente e o Vice-Presidente.

.....”(NR)

Art. 295. A votação secreta realizar-se-á pelo sistema eletrônico, salvo o disposto no art. 297.

.....”(NR)

Art. 295 A votação secreta realizar-se-á pelo sistema eletrônico, salvo o disposto no art. 297.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se os incisos II e III do art. 291, a alínea b do inciso II do art. 292 e o art. 296 do Regimento Interno do Senado Federal.

É o relatório e o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Permita-me, apenas para parabenizar o Senador Sérgio.

Sr. Presidente, trocando em miúdos, o Senado da República, as votações internas, só aquelas previstas na Constituição Federal. O Regimento Interno, por mais que seja *interna corporis*, não pode dizer mais do que a Constituição diz.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Em votação o relatório favorável ao projeto, nos termos da emenda substitutiva do Relator.

Os Srs. e Sr^{as} Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o relatório que passa a constituir parecer da Comissão favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1, da CCJ-Substitutivo do Relator.

A matéria vai à Comissão Especial da Reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

Parabenizo o Senador Pedro Taques e o Senador Sérgio Souza pelo brilhante trabalho.

Item 12. Último item da nossa pauta.

**ITEM 12
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO
Nº 11, de 2013
– Não Terminativo –**

Altera a Resolução do Senado Federal nº 93, de 1970, o Regimento Interno do Senado Federal, acrescentando os §§ 3º e 4º ao art. 99, para disciplinar o comparecimento trimestral do Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) à Comissão de Assuntos Econômicos, em audiência pública, a fim de expor e discutir a execução e os fundamentos da política de financiamento de investimentos em todos os segmentos da economia nos quais o Banco atua, incluindo-se as suas dimensões social, regional e ambiental.

Autoria: Senador José Agripino.

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira.

É favorável ao projeto.

A matéria será também apreciada pela Comissão Especial da Reforma do Regimento Interno.

Concedo a palavra a S. Ex^a o Sr. Relator.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, a ementa lida por V. Ex^a resume bem a presente proposição.

Eu enfatizaria, nessa fase de relatório, uma afirmação do ilustre autor, Senador José Agripino, que registra que o debate entre os Senadores da CAE e o Presidente do BNDES tem uma grande importância tendo em vista o fato de que a Constituição da República reserva ao Senado Federal, além da função clássica de Casa revisora, um papel de extrema relevância no que diz respeito ao necessário e imprescindível equilíbrio federativo – tanto no seu aspecto de representação política quanto no seu aspecto de equilíbrio econômico regional e setorial.

S. Ex^a lembra, ainda, que a experiência adquirida com as audiências públicas trimestrais e regularmente realizadas na CAE para tratar de questões monetárias cambiais e creditícias, mediante o comparecimento do Banco Central, para expor e discutir a execução da política monetária no trimestre anterior, tem sido extremamente positiva, o que justificaria a sua extensão ao Presidente do BNDES.

Não houve emendas.

A matéria é regimental.

Não há nenhum óbice de natureza jurídica.

Portanto, votamos pela aprovação do presente projeto de resolução.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Em discussão a matéria.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente. Gostaria de pedir vista deste projeto de resolução para melhor estudá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Vista concedida.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, pela ordem. Queria só fazer uma observação.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra, pela ordem, para encerrar.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – É claro que respeito a posição do Senador Sérgio Souza. Agora, a pretensão que ousei ter ao apresentar este projeto foi colocar ordem numa involução que, em minha opinião, encontra-se em curso no País. Lá atrás, a conta movimento era o buraco negro para onde todos os recursos da União convergiam. Que se lixe o Orçamento! Era a conta movimento.

O começo da ordenação das contas públicas no Brasil começou pelo fim da conta movimento e pela Lei de Responsabilidade Fiscal, um dado que veio a seguir, o respeito ao Orçamento votado e respeitado. E o que está ocorrendo, neste momento, é a volta – é o que suponho – da conta movimento através da to-

mada de empréstimos de recursos em poder do público pela emissão de Letras do Tesouro, pagando a taxa Selic e jogando esse dinheiro no BNDES, que, a partir daí, empresta a juros menores do que os juros pagos pelo Tesouro, pelo Banco Central na tomada desse dinheiro, com claro deságio, e jogando esses recursos que maquiavam a dívida e a relação dívida/PIB, porque se anuncia a relação dívida/PIB como se fosse a dívida bruta; não o é; é a dívida líquida, numa enorme barafunda.

Então, o que eu estou pretendendo – e é bom que o Senador Sérgio Souza entenda a minha pretensão – é colocar ordem nas finanças. É voltar a ser aquilo que nós já fomos, nada mais, fazendo com que, de três em três meses, como o Presidente do Banco Central já vem, e cada vinda dele significa um alerta de procedimento à diretoria do Banco Central, que tem que prestar contas ao Congresso de forma transparente, isso coloca ordem também na equipe econômica como um todo e no Presidente do BNDES, porque em aqui vindo ele vai prestar contas daquilo que fez e não vai fazer malfeito, porque se fizer malfeito vai ter que dizer o que fez nesta Comissão do Senado.

Ou seja, o que nós queremos é espírito público e avanço no rumo das coisas que já foram certas e que eu temo que estejam pegando um trilho desarrumado que não interessa ao povo do Brasil. É esse o objetivo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Vista concedida.

Senador Pedro Taques, com a palavra.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, muito rapidamente. A CCJ, hoje, aprovou dois projetos muito simples. Aliás, aprovou um muito simples e este é outro projeto muito simples, mas com repercussões gigantescas. Então, a simplicidade é o que conta.

O projeto de V. Ex^a, de cinco dias para 24 horas, muda muito no aspecto republicano das convenções. E esse projeto de resolução do Senador Agripino, permita-me parabenizá-lo e ao Senador Aloysio, faz com que o Legislativo exerça a sua função de fiscalizar. Não vivemos no parlamentarismo, mas o presidencialismo não pode ser imperial, não pode ser monárquico. E o Legislativo tem essa função. E quero parabenizá-lo por isso, notadamente o BNDES, que faz empréstimos de longo prazo, que é um dos instrumentos da política...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Inclua também, Senador Pedro Taques, o Projeto de Resolução nº 8, de grande simplicidade, mas também de grande alcance.

Sr^{as} e Srs. Senadores, não havendo mais nada a tratar, quero agradecer a compreensão, o trabalho, a assistência e o apoio de todos.

Está encerrada a reunião.
Tenham todos um bom-dia!
Fiquem com Deus!

(Iniciada às 10 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 24 minutos.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 34ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE JULHO DE 2013.

Às doze horas e cinco minutos do dia dezesseis de julho de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Cyro Miranda**, e com a presença dos Senhores Senadores Paulo Paim, Ana Rita, Lídice da Mata, Inácio Arruda, Ana Amélia, Alvaro Dias, Vanessa Grazziotin, Valdir Raupp e Flexa Ribeiro, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Wellington Dias, Ângela Portela, Randolfe Rodrigues, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, João Alberto Souza, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Kátia Abreu, Paulo Bauer, Maria do Carmo Alves, José Agripino, Armando Monteiro e Cristovam Buarque, que justifica a ausência. Neste momento, a Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, o Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda, inicia a deliberação da pauta. **Item 2: Requerimento nº 38/2013-CE**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Lídice da Mata, que requer "... na forma do disposto no art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, e nos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública conjunta, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) e da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para promover consulta junto a entidades da sociedade civil, órgãos públicos e organismos internacionais a respeito da proposta de instituição, por lei, de uma semana voltada à conscientização dos cuidados a serem garantidos às crianças de 0 a 24 meses (bebês), inclusive o do aleitamento materno. Também se devem debater as ações a serem realizadas durante esse período para alcançar, do modo mais amplo e efetivo, os resultados almejados. A título de sugestão, apresentamos o seguinte rol de entidades para que sejam convidadas a se fazer representar na referida audiência pública: – Rede Nacional da Primeira Infância (RNPI); – Associação Brasileira de Estudos sobre

o Bebê (ABEBÊ); – Ministério da Saúde (MS); – Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR); – Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF); – Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS)". O Requerimento é aprovado. **Item 3: Requerimento nº 39/2013-CE**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Ana Amélia, que requer "... nos termos regimentais, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, destinada a ouvir a adolescente paquistanesa Malala Yousafza, sobre a sua luta em defesa da educação". O Requerimento é aprovado. **Item 4: Requerimento nº 40/2013-CE**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Cyro Miranda, Ana Amélia, Paulo Paim e Lídice da Mata, que requerem "... nos termos do art. 93, inciso II, combinado com o art. 113, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública conjunta entre a Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR e a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, para debater a importância da realização do 'WORLD SKILL' na cidade de São Paulo, no ano de 2015, e a contribuição do Sistema 'S' para a educação profissional, devendo ser convidados o Sr. Robson Braga de Andrade – Presidente da Confederação Nacional da Indústria – CNI; o Sr. Rafael Lucchesi – Diretor Geral do SENAI e Diretor de Educação e Tecnologia da CNI; o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação, Aloizio Mercadante, ou seu representante; e o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia e Inovação, Marco Antonio Raupp, ou seu representante". O Requerimento é aprovado. Fica adiada a seguinte matéria: **Item 1: Requerimento, de autoria do Senhor Senador Paulo Bauer**. Prosseguindo, a Presidência determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda**, encerra a reunião às doze horas e vinte e um minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. Senador **Cyro Miranda**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 34ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação,

Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a proposta de dispensa de leitura da ata da reunião anterior e a aprovação da mesma.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Quanto ao item 1, o requerente não está presente, Senador Paulo Bauer.

Passamos, em seguida, ao item 2.

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 38, de 2013

Requeiro, na forma do disposto no art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, e nos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública conjunta, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) e da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para promover consulta junto a entidades da sociedade civil, órgãos públicos e organismos internacionais a respeito da proposta de instituição, por lei, de uma semana voltada à conscientização dos cuidados a serem garantidos às crianças de 0 a 24 meses (bebês), inclusive o do aleitamento materno. Também se devem debater as ações a serem realizadas durante esse período para alcançar, do modo mais amplo e efetivo, os resultados almejados. A título de sugestão, apresentamos o seguinte rol de entidades para que sejam convidadas a se fazer representar na referida audiência pública: – Rede Nacional da Primeira Infância (RNPI); – Associação Brasileira de Estudos sobre o Bebê (ABEBÊ); – Ministério da Saúde (MS); – Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR); – Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF); – Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS).

Autoria: Senadora Lídice da Mata.

Passo a palavra para a Senadora, para leitura e aprovação do seu requerimento. Com a palavra, a Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, trata-se de um requerimento para que possamos fazer uma audiência pública conjunta, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte e da Comissão de Assuntos Sociais, para promover consulta junto a entidades da sociedade civil, órgãos

públicos e organismos internacionais a respeito dos cuidados a serem garantidos às crianças de zero a 24 meses, bebês, inclusive o do aleitamento materno. Também se devem debater as ações a serem realizadas durante esse período, para alcançar de modo mais amplo e efetivo os resultados almejados.

A título de sugestão, apresentamos o seguinte rol de entidades, para que sejam convidadas a se fazer representar na referida audiência: Rede Nacional da Primeira Infância, Associação Brasileira de Estudos sobre o Bebê, Ministério da Saúde, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Fundo das Nações Unidas para a Infância e Organização Pan-Americana da Saúde.

A ideia, Sr. Presidente, é exatamente realizar esse requerimento para que possamos aprovar um projeto que prevê a Semana da Primeira Infância.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Está em discussão o requerimento da Senadora Lídice da Mata.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Para discutir, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, quero cumprimentar a iniciativa da querida Senadora Lídice da Mata e vou fazer questão de estar aqui, porque lá, no Rio Grande do Sul, temos, em Gramado, a chamada Semana do Bebê, que é um evento magnífico.

Tive oportunidade de participar diversas vezes, a Ministra Maria do Rosário, então, é cadeira cativa lá, que tem compromisso com essa causa, e, por isso, eu queria reafirmar aqui... E a Senadora Ana Amélia sempre me auxiliando, ela disse aqui baixinho, mas faço questão porque auxiliou, como Canela e Gramado são colados, seguidos, acabamos trocando: é em Canela esse belo evento, a Senadora já esteve lá, tenho certeza também, que todo ano acontece, e é um evento brilhante.

Por isso, quero cumprimentar a Senadora pela iniciativa e, quem sabe, daqui saia uma missão para participar desse evento em Canela, numa data adequada, combinando, naturalmente, com as autoridades locais.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Ainda para discutir, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Para discutir. Como o Senador Paim, eu estive este ano na Semana do Bebê, estava lá um Parlamentar do nosso Estado que é muito envolvido com essa questão, que é o Deputado Osmar Terra, inclusive fez alguns eventos contando com a Universidade de Harvard, nessa matéria, que é extremamente relevante. Estava lá, não

só o Osmar Terra, mas também o Senador Pedro Simon e o Prefeito Cléo Port, da minha cidade, porque a prefeitura é estimuladora desse evento, o Dr. Salvador Célia, que foi uma figura política que deu à educação um relevo muito importante, e a nossa Vice-Prefeita Carmen, da mesma forma, é uma educadora. Então, envoldíssimos pessoalmente.

Então, eu queria agradecer ao Senador Paim por essa lembrança oportuna e cumprimentar a Senadora Lídice da Mata, com o apoio integral à sugestão dela através desse requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Presidente, faço questão de cumprimentar a Senadora Ana Amélia, que baixinho, me disse: “Paim, é Canela”.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Tenho que defender, é porque tenho irmã, moro lá, meu tio também é de lá, Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Cyró Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Não havendo mais quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Antes de pedir à Senadora Ana Amélia para fazer a leitura e encaminhar o seu requerimento, eu gostaria de agradecer profundamente, na minha ausência, à Senadora Ana Amélia e ao Senador Paulo Paim, que conduziram de uma forma brilhante, inclusive conseguindo encerrar esse semestre com todas as matérias que nós tínhamos nos proposto a que fossem votadas. E quero dizer que, oportunamente, farei um relato mais amplo sobre a WorldSkills, que são as Olimpíadas do Conhecimento, uma das coisas que me deixou impressionado e emocionado. O Brasil, há dois anos, na WorldSkills da Inglaterra, foi o segundo colocado, perdendo só para a Coreia do Sul. Este ano nós somos o quinto, mas é uma coisa impressionante! É uma necessidade fortalecermos mais ainda o ensino profissionalizante, e essa oportunidade nós temos através do PNE, do Plano Nacional da Educação. Então, oportunamente eu gostaria mais de detalhar.

Mas quero agradecer, de coração, o empenho, a dedicação, principalmente da Senadora Ana Amélia e do Senador Paulo Paim, que não deixaram que o regime de urgência urgentíssimo atropelasse esta Comissão, o mérito do Plano Nacional da Educação, e, mesmo não estando presente, agradeço ao Senador Wellington Dias, que, desde o começo, se posicionou favoravelmente a que a Comissão de mérito fosse esta, nesta Casa.

Para leitura do seu requerimento, a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu acho que é até dispensável.

Eu fiz um requerimento para que a Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado – e, eventualmente, também envolvendo a Mesa do Senado – convide a Malala Yousafzai, que é paquistanesa, e todos acompanharam o depoimento comovente e emocionante dela perante as Nações Unidas.

Então, essa menina de 16 anos está – eu acho – sendo um símbolo no mundo, assim como aqueles pacifistas o foram no passado, como Gandhi, Martin Luther King, Mandela. Tivemos a demonstração de que a paz é o grande caminho, mas, para chegar à paz, é preciso educação. E ela mostrou realmente que é nesse caminho que nós temos que seguir.

Então, eu proponho que a gente faça uma reunião para ouvir a Malala, se ela puder, que o Senado também entre nesse processo com formas de viabilizar. Penso que, para o Brasil, o que ela pode nos dizer, nesse momento, é muito importante, dada a relevância que a educação, especialmente básica, tem no nosso País.

Então, por isso, eu fiz esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Cyró Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Senadora Ana Amélia, quero cumprimentá-la, parabenizá-la pela iniciativa. Tenho certeza de que, conseguindo esse intento, será histórico para esta Comissão.

Realmente, é um momento histórico de que nós podemos tirar uma lição muito grande, não só para o Brasil, mas para o mundo.

Está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, a matéria está em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento da Senadora Ana Amélia permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

(É a seguinte a matéria aprovada:

ITEM 3 REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 39, de 2013

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, destinada a ouvir a adolescente paquistanesa Malala Yousafza, sobre a sua luta em defesa da educação.

Autoria: Senadora Ana Amélia.)

Vamos ao item 4, requerimento de autoria deste Senador. Peço para a Senadora Ana Amélia fazer

as vezes aqui da Presidência para que eu possa ler o requerimento.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Eu passo a palavra imediatamente ao Senador Cyro Miranda, que é autor do requerimento do item 4 da pauta de hoje.

Com a palavra, o Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, combinado com o art. 113, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública conjunta entre a Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR e a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, para debater a importância da realização do “WORLD SKILL” na cidade de São Paulo, no ano de 2015, e a contribuição do Sistema “S” para a educação profissional, devendo ser convidados o Sr. Robson Braga de Andrade – Presidente da Confederação Nacional da Indústria – CNI; o Sr. Rafael Lucchesi – Diretor Geral do SENAI e Diretor de Educação e Tecnologia da CNI; o Senhor José Henrique Paim Fernandes – Secretário Executivo do Ministério da Educação e o Sr. Luiz Antonio Rodrigues Elias – Secretário Executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

É justamente o que eu estava falando antes, trata-se de demonstrar a importância no ensino profissionalizante através dessa realização das Olimpíadas do WorldSkills.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Para discutir, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Para discutir, Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Eu quero parabenizar o Presidente, nosso querido Senador Cyro Miranda. Achei que a Mesa está grande, mas queria colocar um representante da experiência da Bahia, do Cimatec baiano, que é um polo avançado de desenvolvimento tecnológico do Sistema S. Eu gostaria de vê-lo participando. É verdade que Rafael Lucchesi é baiano, conhece a nossa experiência, mas, talvez, fosse o caso de tentarmos uma representação da Federação das Indústrias da Bahia podendo falar.

Deixo à disposição de V. Exª acrescentar ou, então, conversar com Rafael Lucchesi para que ele possa falar, expor a experiência baiana.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Senadora, aceito, com muito bom grado, porque acho que a Bahia vem contribuir também com todo o conhecimento do Lucchesi e acho que é uma experiência também regional, que é muito importante.

E a convido para também fazer parte, como coautora, deste requerimento, incorporando o ilustre baiano.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Obrigada. O Lucchesi é um rapaz que conheço desde muito jovem. Ele foi, digamos assim, meu calouro na universidade. Eu sou amiga do irmão dele, Dante, que é também um historiador de muito destaque. Lucchesi, apesar de muito jovem, já foi Secretário de Ciência e Tecnologia do Estado da Bahia.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Para discutir, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Srª Presidente, Senadora Ana Amélia, Senador Cyro, autor do requerimento, o que estou recebendo aqui de contribuição não é indicação de nenhum nome, embora eu gostaria de ver aqui o Jair Meneguelli, porque é Presidente da CUT e Presidente também do sistema, mas já está contemplado, no meu entendimento, quando vem o representante do Senai.

Agora, o que eles estão me informando aqui, como uma contribuição para aprimorarmos o requerimento, da brilhante iniciativa de V. Exª... V. Exª sabe o carinho e o amor que tenho pelo ensino técnico. Eu devo minha vida toda ao Senai. Nunca neguei isso. Já fiz esse debate positivo no plenário do Senado. Eles me dizem: quem sabe o ideal não seria o Secretário Executivo do Ministério da Educação, mas um representante do MEC que seja especialista na área. E a mesma coisa na questão da indicação do Secretário Executivo do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação. Eu proporia isto: deixaria o nome dos secretários ou dos representantes da área respectiva do ensino técnico. Tenho certeza de que será uma brilhante audiência pública. Eu digo isso de forma antecipada e não abro mão de ser convidado – só isso –, já que não podemos ir à Alemanha, já que ambos havíamos sido convidados, não é, Senadora?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Abrimos mão, não é, Senador Paulo Paim? Eu concordo com a argumentação do Senador, mas o autor é que tem, digamos, o poder para tomar essa decisão, mas se poderia convocar o Ministro e que ele indicasse o responsável pela área.

Senador Cyro Miranda, autor do requerimento, para a palavra final.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Aceito, com muito prazer. Só pediria para conversar com o outro requerente, o Senador Antonio Carlos Valadares, se ele concorda. Eu concordo plenamente, até porque viria uma pessoa do Ministério específica da área. Também está aceita a sugestão da Senadora Ana Amélia. Gostaria, então, já que estamos bem afi-

nados, de convidá-lo para ser coautor, como também a Senadora Ana Amélia.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Aceitamos.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Não havendo mais nada a tratar, aprovado o requerimento do Senador Cyro Miranda para essa audiência pública para discutir esse tema relacionado ao WorldSkills, em São Paulo, no ano de 2015. Coloco em votação... Já está aprovado. Todos aprovaram. Não houve nenhuma manifestação contrária. Está aprovado, com mérito e louvor ao Senador Cyro Miranda.

(É a seguinte a matéria aprovada:

ITEM 4
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
Nº 40, de 2013

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, combinado com o art. 113, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública conjunta entre a Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CRD e a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, para debater a importância da realização do “WORLD SKILL” na cidade de São Paulo, no ano de 2015, e a contribuição do Sistema “S” para a educação profissional, devendo ser convidados o Sr. Robson Braga de Andrade – Presidente da Confederação Nacional da Indústria – CNI; o Sr. Rafael Lucchesi – Diretor Geral do SENAI e Diretor de Educação e Tecnologia da CNI; o Sr. José Henrique Paim Fernandes – Secretário Executivo do Ministério da Educação e o Sr. Luiz Antonio Rodrigues Elias – Secretário Executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Autoria: Senador Cyro Miranda.

Observações:

1– Subscreveram o Requerimento os Senhores Senadores Ana Amélia, Paulo Paim e Lídice da Mata.

2– O Requerimento foi alterado no seguinte sentido: onde se lê “Sr. José Henrique Paim Fernandes – Secretário Executivo do Ministério da Educação e o Sr. Luiz Antonio Rodrigues Elias – Secretário Executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação” leia-se: “o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação, Aloizio Mercadante, ou seu repre-

sentante; e o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia e Inovação, Marco Antonio Raupp, ou seu representante”.)

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Vamos encerrar a reunião.

Está encerrada a presente reunião.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Aproveito e convoco a todos para, no dia 06/08, às 11 horas, a nossa primeira reunião ordinária do segundo semestre.

Obrigado.

Agradeço a presença de todos.

(Iniciada às 12 horas e 5 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 21 minutos.)

ATA DA 21ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 2 DE JULHO DE 2013, TERÇA-FEIRA, ÀS 08H30, NA ALA SENADOR NILO COELHO, SALA Nº 6.

Às oito horas e trinta e quatro minutos do dia dois de julho de dois mil e treze, na sala de reuniões nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **BLAIRO MAGGI**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **ACIR GURGACZ, JORGE VIANA, VALDIR RAUPP, IVO CASSOL, ATAÍDES OLIVEIRA, CÍCERO LUCENA, BLAIRO MAGGI, EDUARDO AMORIM, DELCÍDIO DO AMARAL, VANESSA GRAZZIOTIN, SÉRGIO SOUZA e FLEXA RIBEIRO**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores **ANÍBAL DINIZ, ANA RITA, RODRIGO ROLLEMBERG, ROMERO JUCÁ, LUIZ HENRIQUE, GARIBALDI ALVES, KÁTIA ABREU, JOSÉ AGRIPINO e FERNANDO COLLOR**. A Presidência declara abertos os trabalhos e submete a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior. A ata foi aprovada. O Presidente faz, então, a leitura de um resumo da última reunião, ocorrida em 25 de junho de 2013. Após o término do resumo, faz um pronunciamento. Usam da palavra os Senhores Senadores **ATAÍDES OLIVEIRA, ACIR GURGACZ, WALTER PINHEIRO, VANESSA GRAZZIOTIN e VALDIR RAUPP**. Passa-se à **PAUTA. ITEM 1) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 36, de 2013**, que “Requer, nos termos regimentais, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, que seja convidado para Audiência Pública os Senhores Nestor Cerveró e José Sergio Gabrielle, ex– Diretor Internacional e ex-Presi-

dente da PETROBRAS, respectivamente, no sentido de esclarecer fatos contidos em matéria veiculada na revista VEJA – Edição 2300 – ano 45 – nº 51, de 19 de dezembro de 2012, intitulada “1 BILHÃO PELO RALO” – páginas 84 a 86, daquela publicação semanal. Peço aos meus ilustres pares da Comissão do Meio Ambiente que aprovelem o Requerimento supracitado, para que possamos ouvir os esclarecimentos competentes.” Autoria: Senador Ivo Cassol. Resultado: Aprovado. **ITEM 2) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 37, de 2013**, que “Nos termos do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, requer a Vossa Excelência que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja realizada Audiência Pública desta para discussão sobre o funcionamento da telefonia celular no país, notadamente nos estados da Região Norte, com a presença dos seguintes convidados: – Sr. João Batista de Resende, presidente da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL; – Sr. Zeinal Abedin Mahomed Bava, presidente da Oi S.A.; – Sr. Antonio Carlos Valente, presidente da Vivo S.A.; – Sr. Carlos Zenteno, presidente da Claro Serviços de Telecomunicações do Brasil S.A.; e – Sr. Andrea Mangoni, presidente da TIM Participações S.A.” Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. Resultado: Aprovado. **ITEM 3) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 38, de 2013**, que “Requer, nos termos do disposto no art. 58, § 2º, IV, da Constituição Federal, combinado com os artigos 90, inciso IV, e artigo 102-A, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja autorizada solicitação ao Tribunal de Contas da União, nos termos do artigo 71, inciso XI, da Constituição, para apuração de denúncia feita pelo prefeito de Emas – PB e divulgada no Jornal da Paraíba de 05.06.2013, de que ‘o Governador Ricardo Coutinho mandou cortar os três carros-pipa que abasteciam a população da cidade, que sofre com a falta de água na região, simplesmente porque ele disse que não iria aderir ao seu projeto de reeleição’. Ressalte-se que os recursos para essa atividade são contemplados no Orçamento da União”. Autoria: Senador Vital do Rêgo. Resultado: Aprovado. **ITEM 4) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 39, de 2013**, que “Requer nos termos do disposto no art. 58, § 2º, IV, da Constituição Federal, combinado com os artigos 90, inciso IV, e artigo 102-A, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja apurada por esta Comissão, nos termos do artigo 71, inciso XI, da Constituição, denúncia feita pelo prefeito de Emas – PB e divulgada no Jornal da Paraíba de 05.06.2013,

de que ‘o Governador Ricardo Coutinho mandou cortar os três carros-pipa que abasteciam a população da cidade, que sofre com a falta de água na região, simplesmente porque ele disse que não iria aderir ao seu projeto de reeleição’. Ressalte-se que os recursos para essa atividade são contemplados no Orçamento da União.” Autoria: Senador Vital do Rêgo. Resultado: Aprovado. **ITEM 5) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 40, de 2013**, que “Requeremos, nos termos do art. 71, incisos IV e VII, da Constituição Federal, combinado com o disposto nos arts. 102-A, inciso I, alínea “e”, e 102-B, inciso I e parágrafo único, do Regimento Interno do Senado Federal, seja solicitada ao Tribunal de Contas da União a realização de auditoria nas instâncias gestoras e operacionais do Sistema Único de Saúde: (a) Registros hospitalares de câncer (RHC) nas unidades habilitadas em alta complexidade em oncologia e, b) Registros de Câncer de Base Populacional (RCBP), com a finalidade de avaliar o cumprimento do disposto na Lei nº 12.732, de 22 de novembro de 2012, que dispõe sobre o primeiro tratamento de paciente com neoplasia maligna comprovada e estabelece prazo para seu início, bem como a situação em que se encontra a atenção à saúde dos portadores de câncer no tocante: (i) à incidência; (ii) à realização de exames complementares para diagnóstico, estadiamento e pré-tratamento operatório, radioterápico ou quimioterápico; (iii) ao estadiamento da doença na ocasião do diagnóstico e no início do tratamento; (iv) ao referenciamento do paciente para unidades de atenção oncológica; (v) ao tempo de início de tratamento a partir do diagnóstico confirmatório da doença, (vi) mortalidade com causa do óbito; (vii) idade, sexo e localidade.” Autoria: Senadora Sérgio Souza, Ana Amélia e Waldemir Moka. Resultado: Aprovado. **ITEM 6) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 448, de 2012 – Não Terminativo**, que “Acrescenta § 3º ao art. 66 do Código de Defesa do Consumidor, para tipificar como crime contra as relações de consumo a afixação de aviso de isenção de responsabilidade por danos ocorridos nas dependências de estabelecimento comercial.” Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues (Substituído por Ad hoc). Relatoria Ad hoc: Senador Ivo Cassol. Relatório: Pela aprovação com duas emendas. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela aprovação do projeto com as emendas nºs 1 e 2-CMA. **ITEM 7) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 59, DE 2010 – Terminativo**, que “Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências – Es-

tatuto da Cidade, no que diz respeito à arborização urbana.” Autoria: Deputado Miguel Martini. Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues (Substituído por Ad hoc). Relatoria Ad hoc: Senador Ataídes Oliveira. Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo. Resultado: Lido o Relatório, tendo sido adiadas a discussão e a votação da matéria. **ITEM 8) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 99, DE 2012 – Terminativo**, que “Fomenta e incentiva a recuperação florestal em assentamentos rurais, em áreas desapropriadas pelo poder público e em áreas degradadas de posse de agricultores familiares, em especial, de comunidades quilombolas e indígenas e dá outras providências.” Autoria: Deputado Maurício Rands e outros. Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg (substituído por ad hoc). Relatoria Ad hoc: Senador Sérgio Souza. Relatório: Pela aprovação com as emendas nºs 1, 2 e 3-CCJ/CRA. Resultado: Lido o Relatório, tendo sido adiadas a discussão e a votação da matéria. **ITEM 9) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 577, DE 2009 – Terminativo**, que “Altera o artigo 4º da Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, para estabelecer que as declarações de bens exigidas nas prestações de contas ao Tribunal de Contas da União sejam disponibilizadas mediante acesso aos dados informatizados disponíveis na autoridade tributária.” Autoria: Senador Renato Casagrande. Relatoria: Senador Ataídes Oliveira. Relatório: Pela aprovação do projeto e das emendas nºs 1, 2 e 3-CAE, com uma subemenda à emenda nº 1-CAE que apresenta. Resultado: Lido o Relatório, tendo sido adiadas a discussão e a votação da matéria. **ITEM 10) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 131, DE 2010 – Terminativo**, que “Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, e a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, e dá outras providências, para determinar que rótulos, embalagens, etiquetas, bulas e materiais publicitários de produtos elaborados com recurso à nanotecnologia contenham informação sobre esse fato.” Autoria: Senador Tião Viana. Relatoria: Senador Cícero Lucena, substituído por relator ad hoc. Relatoria ad hoc: Senador Ivo Cassol. Relatório: Pela rejeição. Resultado: Lido o Relatório, tendo sido adiadas a discussão e a votação da matéria. **ITEM 11) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 164, DE 2010 – Terminativo**, que “Altera a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que “Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC e dá outras providências” Autoria: Senador Pedro Simon. Relatoria: Senador Sérgio Souza. Relatório: Pela rejeição. Resultado: Adiado. **ITEM**

12) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 537, DE 2011 – Terminativo, que “Estabelece a forma de recolhimento e destinação final de baterias automotivas e industriais, compostas por Chumbo e Ácido Sulfúrico.” Autoria: Senador Eduardo Amorim. Relatoria: Senador José Agripino. Relatório: Pela rejeição. Resultado: Retirado de pauta pelo Relator. **ITEM 13) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 112, DE 2013 – Terminativo**, que “Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nºs 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências, com o objetivo de instituir incentivos e programas para implantação de sistemas de coleta, armazenamento e utilização de águas pluviais em condomínios residenciais e comerciais.” Autoria: Senador João Durval. Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Lido o Relatório, tendo sido adiadas a discussão e a votação da matéria. É aprovada a inclusão **EXTRAPAUTA** da seguinte matéria: **ITEM 14) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 42, DE 2013**, que “Requeiro, nos termos do art. 58, da Constituição Federal do Brasil e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão do nome do Sr. REGINALDO MEDEIROS, da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia – Abraceel, membro do Fórum das Associações Empresariais Pró-Desenvolvimento do Mercado de Gás Natural, entre os convidados para participar da audiência pública que trata o Requerimento 31/2013-CMA, que pretende realizar Audiência Pública sobre gás de xisto.” Autoria: Senador Delcídio do Amaral. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Presidente convoca seus pares para comparecer à próxima reunião e encerra a reunião às dez horas e dez minutos, lavrando eu, Raymundo Franco Diniz, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Blairo Maggi**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

REGISTRO DA TAQUIGRAFIA DA REUNIÃO DE 11-6-2013

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Declaro aberta a 21ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura.

Submeto aos Srs. e Sras. Senadoras a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Farei, agora, a leitura de um resumo da nossa última reunião do dia 25 de junho.

Foram aprovados os seguintes requerimentos nesse dia:

– Requerimento nº 32, de 2013, da CMA, de autoria do Senador Vital do Rêgo, que requer a realização de auditoria pelo Tribunal de Contas da União no processo mais recente da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), por meio do qual foi efetuada a revisão tarifária periódica do grupo Energisa S.A., referente à distribuição de energia elétrica para o Estado da Paraíba. Requer, ainda, que sejam auditadas as informações organizadas pela Aneel, a fim de verificar se a redução tarifária decorrente da Medida Provisória nº 574, de 2012, está, efetivamente, resultando em diminuição dos valores pagos pelos consumidores finais, especialmente nas residências.

– Requerimento nº 33, de 2013, da CMA, de autoria do Senador Cícero Lucena, para que seja criada a Subcomissão Temporária de Resíduos Sólidos, com a finalidade de acompanhar e fiscalizar a implantação do Plano Nacional de Resíduos Sólidos. Volto a informar que, como já existem quatro subcomissões em andamento na CMA, a instalação da referida Subcomissão dependerá do encerramento de uma dessas subcomissões.

– Requerimento nº 34, de 2013, da CMA, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, que solicita a tradução de estudo da Globe Internacional, que trata da legislação do uso de recursos naturais em oito países.

– Requerimento nº 41, de 2013, da CMA, de autoria dos Senadores Jorge Viana e Vanessa Grazziotin, propondo a realização de um ciclo de debates sobre os diversos temas levantados nas mobilizações populares em relação à qualidade de vida da população, iniciando pela discussão sobre a mobilidade urbana.

– Também foram lidos os cinco requerimentos que constam da pauta desta reunião: um de autoria do Senador Ivo Cassol, um de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, dois de autoria do Senador Vital do Rêgo e outro de autoria dos Senadores Sérgio Souza, Ana Amélia e Waldemir Moka.

Foram deliberados os seguintes projetos:

– Aprovado o parecer pelo conhecimento e arquivamento do Aviso nº 27, de 2000, que trata de auditoria realizada pelo TCU na Superintendência Estadual do INSS no Espírito Santo, com a relatoria do Senador Cícero Lucena.

– Aprovado o parecer pelo conhecimento e arquivamento do Aviso da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle nº 4, de 2012, que trata de relatório de auditoria operacional sobre alteração estrutural do setor de aviação civil, criação da Secretaria de Aviação Civil e atuação da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), com a relatoria *ad hoc* do Senador Cícero Lucena.

– Aprovado o parecer pelo arquivamento dos Avisos da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle nºs 26, de 2012, e 5, de 2013, ambos com relatoria *ad hoc* do Senador Cícero Lucena. O primeiro trata da reforma do Estádio Mineirão e o segundo, das obras de ampliação do Aeroporto Internacional de Confins, em Belo Horizonte, Minas Gerais.

– Aprovado o parecer pelo arquivamento do Aviso nº 6, de 2013, também com relatoria *ad hoc* do Senador Cícero Lucena, que trata da fixação dos percentuais individuais e participação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na distribuição dos recursos relativos à parcela de Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide).

Os demais itens foram adiados para esta reunião. Bom dia, Senador Ataídes.

Antes de entrarmos na pauta, lerei um breve pronunciamento:

É hora de trabalhar. O Brasil precisa de uma agenda positiva. Passada a euforia da conquista da Copa das Confederações, o sentimento que aflora na população brasileira é de êxtase, mas o nosso já é de preocupação, uma vez que a balança comercial brasileira registrou um déficit de US\$3 bilhões no primeiro semestre deste ano – o pior em 18 anos.

As informações são do próprio Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, divulgadas ainda esta semana.

Não bastasse essa apreensão, temos a inflação que sobe a passos largos enquanto o crescimento reduz, pois o Banco Central do Brasil já reduziu a projeção do PIB, em queda, de 3,1% para 2,7%. Esses números não animam. Pelo contrário, mostram que temos muito trabalho pela frente em algumas questões, eu diria, até de enfrentamento.

Na infraestrutura, por exemplo, sabemos que a precariedade na logística brasileira é o que impede o País de produzir e exportar cada vez mais.

Se tomássemos, dentre outras medidas, a decisão do orçamento impositivo, evitaríamos as peças de ficção em que tornaram os orçamentos hoje e trabalharíamos com números mais reais, fazendo aquilo que é possível fazer, tornando obras palpáveis aos olhos da população e dando respostas às questões emergentes em áreas como saúde, transporte público, segurança e também na educação.

De encontro a isso, os Estados e Municípios vivem de pires na mão, porque constantemente se veem obrigados a trabalhar com anúncios de desoneração feitos pelo Governo Federal, frutos de arrecadação dos caixas dos Municípios, que ferem toda a base do planejamento no Brasil.

Os Estados, por sua vez, trabalham de forma isolada, esperando o retorno e o reconhecimento, que, por muitas vezes, não chegam.

O Mato Grosso bateu recorde de produção na safra de grãos, atingindo 43 milhões de toneladas em 2013 – isso representa 23,4% de participação na produção total nacional. O agronegócio, carro-chefe da economia mato-grossense, foi responsável por 98,2% das exportações do Estado, e numa receita global de US\$ 7,01 bilhões em exportações, US\$ 6,88 bilhões foram originados com as vendas de produtos do agronegócio.

Números que só mudaram e foram possíveis ao longo de 30 anos, com passos firmes e decisivos, na construção de uma agenda positiva, porque sem diálogo, vontade política e sem projeto não se constrói, absolutamente nada.

Quando ainda era Governador do Estado de Mato Grosso, chamei à mesa de debate ambientalistas e produtores rurais para que juntos chegássemos a um consenso, uma vez que, todos queriam um Estado capaz de oferecer a mesma qualidade de vida de outros países com economia semelhante e até inferior à do Brasil.

Penso que precisamos avançar em questões importantes, como o pagamento por serviços ambientais prestados. Pensamos e planejamos o REED, que é a Redução de Emissões para o Desmatamento e Degradação. Assim, um poluidor, país ou empresa, poderá compensar suas emissões comprando créditos de quem ainda tem o que conservar ou, se um dono de floresta mantiver sua mata em pé, será compensado financeiramente.

Não víamos e não vemos a questão do progresso na contramão da preservação ambiental. Apenas foi preciso repensar a forma de se fazer e como envolver a todos, e deu certo. Assim, penso também deve acontecer daqui para frente com o Brasil, que passa e passará por profundas e necessárias mudanças. Mudanças de conceitos, quebras de paradigmas, e

a voz que vem das ruas nos fala da necessidade de ampliarmos nosso campo de visão. Não adianta mais colocar a sociedade na terceira pessoa, tentando nos isentar de qualquer responsabilidade.

O modelo de democracia representativa, também passará por transformações, porque a população nos mostra a cada segundo, com a popularização do uso de Internet, que não se sente mais representada, ou que não chegue a isso, mas, ao menos, ela diz que quer mais. Ela quer participar. Quer passar de mera espectadora para coadjuvante no processo, ou até, autora da própria história do seu país, e começou, no mês passado, a escrever as primeiras páginas.

Não é só porque há reivindicação nas ruas que nós devemos votar temas polêmicos. Nós temos de votar sempre temas polêmicos, vença aquele que tiver mais voto. Cada Senador, cada Senadora deve vir aqui neste plenário e discutir a matéria: “Sou contra ou sou a favor”. Vota-se. Ganhou? Tudo bem. Não ganhou? Também está tudo bem, porque este é o papel da democracia: é a discussão, é fazer com que as pessoas mudem de ideia ou com que você mude de ideia em relação a alguns temas que são importantes para a sociedade. Mas que dê respostas – é isso que ela espera.

As mudanças precisam e devem ser feitas, a começar por aqui. O Congresso tem por obrigação estar à frente dessa transformação. Estamos diante de uma crise de representação política, e temos que arregaçar as mangas, para juntos, sociedade, Executivo, Legislativo e Judiciário, construirmos uma agenda positiva para o País e despertar no povo o mesmo sentimento que levou milhares de cidadãos ontem às ruas, de alegria e de orgulho de ser brasileiro.

Mas pouco adiantará se a sociedade como um todo não continuar, daqui para frente, com a participação que houve nas ruas, para discussão de temas de interesse nacional. Medidas paliativas, eleitoreiras, pirotécnicas, mudanças para inglês ver devem ficar definitivamente fora da nossa agenda positiva. Devem fazer parte de um passado que não pode ser mais reprisado.

Consulto se o Senador Ataídes quer fazer uso da palavra. *(Pausa.)*

V. Ex^a tem todo o tempo.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Bom dia, Presidente. Bom dia a todos.

Enquanto os nossos pares, nossos companheiros não chegam, vamos aqui colocando as nossas palavras, Presidente.

Sr. Presidente, ouvindo seu pronunciamento, percebo que, além do político que V. Ex^a é, ex-governador duas vezes do seu Estado e Senador da República, vejo também que V. Ex^a também fala como empresá-

rio brasileiro, como eu também o sou. Estou político há pouco tempo.

Bom dia ao nosso Senador Raupp, que acaba de chegar.

Percebo que, como empresário, tenho dito que este País não está indo bem, há longa data. Entre os nossos negócios, Presidente, sou um representante Honda há mais de 20 anos. A motinha Honda, que chamo de primeira necessidade para a nossa sociedade, principalmente para a classe mais baixa – serve para carregar o filho para a escola, para trabalhar, para namorar, etc. –, é o termômetro da análise que faço da economia brasileira. Percebi que, só nos últimos dois anos, nesse segmento, nós tivemos uma redução em torno de 30% nas nossas vendas. Por aí, dá para a gente medir como o nosso País anda.

Eu estava analisando, Sr. Presidente e Senador Raupp, o problema da dívida interna deste País. A dívida interna do nosso País, em 2002, era de R\$640 bilhões. Hoje, dez anos depois, essa dívida ultrapassou os R\$2 trilhões! Ou seja, em dez anos, a nossa dívida interna quadruplicou. E eu pergunto, e a sociedade também pergunta, para onde foi esse rio de dinheiro, Presidente.

Esse dinheiro não foi para a educação, esse dinheiro não foi para a saúde, não foi para a segurança, não foi para a infraestrutura, nem para a logística. Então, isso é muito grave. Portanto, o País está endividado, e esse dinheiro não foi para o lugar para onde deveria ter ido.

Percebo também e tenho falado sobre a folha de pagamento, nós que somos empresários. A folha de pagamento em 2002, de R\$64 bilhões, hoje foi para R\$215 bilhões. Nas nossas empresas, se quadruplicarmos nossa folha de pagamento, obviamente temos de ter uma receita muito superior a isso, e não foi o que aconteceu com nosso País. Pelo contrário. Apesar da bolha que aconteceu, o nosso País tem amargado um PIB insignificante nos últimos anos. Ou seja, que coisa extremamente ortodoxa! É inversamente proporcional. Como se aumenta o endividamento, como se aumenta assustadoramente essa folha de pagamento, e o nosso PIB, ou seja, as nossas vendas...

Vi ontem na televisão que a nossa balança amargou o pior prejuízo já visto, o que V. Ex^a acabara de dizer. São coisas que eu não entendo, são coisas que o povo brasileiro não entende, mas eles agora querem respostas.

E se V. Ex^a me permite, Presidente, continuar falando, em 2007 o Presidente Lula disse que pagou a dívida interna brasileira. Eu estava fora do Senado nesse ano. Eu me tornei político em 2011. Fiquei muito contente com aquela informação e ele fez uma propa-

ganda avassaladora do pagamento da dívida externa. Que maravilha! Esse é o cara mesmo. Esse chegou para resolver o problema do nosso País.

Só que hoje não, Presidente. Hoje eu percebo que, para pagar a dívida externa, o Presidente Lula tomou dinheiro emprestado internamente. E pouca gente sabe disso. Ou seja, deixou, inclusive, de pagar um juro mais barato, que é o juro lá fora, para pagar um juro mais caro aqui dentro. Isso é um dos fatores que fez com que a nossa dívida hoje tenha ultrapassado um ou dois trilhões de reais.

Então, o Lula tem que explicar isso ao povo. Ele e a Presidente Dilma têm que explicar o porquê desse aumento da dívida e como foi que pagou a dívida externa. E digo mais, Presidente, a nossa dívida externa hoje, não sei se é do conhecimento do povo brasileiro, já bateu os R\$250 bilhões. A nossa dívida externa também voltou, já atingiu R\$250 bilhões.

Vejo também que a União está inchada. Essa folha de pagamento está inchada. Esses 39 Ministérios, esses quase 30 mil cargos comissionados – o povo brasileiro não merece isso. Essas medidas adotadas pela Presidente Dilma e pelo nosso Presidente Renan Calheiros são medidas boas, necessárias, porém atrasadas e não trarão resultados de imediato a este País. Não trarão! Isso é lamentável.

A Presidente Dilma tem que ir à televisão e trazer resultados imediatos, porque se não trouxer resultados imediatos e satisfatórios ao povo brasileiro, a esta sociedade, temo até, Sr. Presidente, pelo futuro deste País. Preocupa-me muito.

Essa história de plebiscito e referendo. Plebiscito, nem pensar em plebiscito. Isso é um atraso. Custa tão caro para o País! Temos uma reforma política que está há longa data nesta Casa, então é só tirá-la da gaveta e votá-la. Só isso. Tenho certeza que vai satisfazer o povo brasileiro. E depois podemos fazer um referendo e perguntar o que o povo acha, porque o povo precisa participar. E o povo está participando.

Mas quanto a essa reforma política, Sr. Presidente e Senador Raupp, queria fazer três comentários. Acho esse período de quatro anos de mandato uma barbaridade, como também essa história de eleição de dois em dois anos neste País. Faço a seguinte análise: o político brasileiro está sempre em campanha política. Sempre em campanha política! Ele acaba de ganhar o governo do Estado e já tem que se preocupar com a eleição dos prefeitos, imediatamente; ele tem que se preocupar em fazer prefeitos, para que sua reeleição – com a qual sou contra – estar garantida. Então, ele tem que fazer prefeitos. O prefeito é eleito e imediatamente já tem que começar uma campanha para ser reeleito quatro anos depois.

Ou seja, os nossos políticos estão sempre em campanha, não têm tempo de trabalhar. E estou falando que isso acontece do vereador à Presidência da República. Isso é lamentável! Sem dizer o seguinte, Sr. Presidente: com essa tal da reeleição, da qual sou contra, o último ano de governo – e V. Ex^a foi governador de Estado e se fez ao contrário que me perdoe –, um governador que tenta a reeleição, no último ano ele não trabalha, ele faz campanha para ser reeleito. Estou percebendo isso na Presidente Dilma. Há quatro meses, a Presidente Dilma, pelo ex-Presidente Lula, foi lançada como candidata à reeleição em 2014. Inclusive, criou – isso é coisa minha – um novo ministério virtual que chamo de MVESP, que é o Ministério Virtual da Estratégia Política. Olha que coisa está acontecendo por aí.

Então, no último ano, os nossos gestores não trabalham. Eles têm de largar as suas atividades e se debruçarem sobre a campanha política. Então, sou a favor de um mandato de cinco ou seis anos, de até seis anos, sem reeleição. Eu acho isso um atraso para o País.

Outra coisa, Sr. Presidente: as eleições, tanto a de vereadores, como a de Deputados, todas as nossas eleições, acontecerem tão somente em uma data. Eleição para todo mundo! O custo de uma eleição no Brasil, já é sabido por todos nós, é de milhões e milhões para o Governo Federal. Sem falar da motivação que existe, na campanha eleitoral, para a corrupção no País. Digo que a corrupção, hoje, virou um câncer em estado de metástase.

E mais, Presidente: acho que o financiamento privado de campanha é uma utopia, um verdadeiro engodo. Financiamento privado, tem de acabar com essa porcaria! Empresário nenhum vai botar dinheiro em campanha de graça. Para que os empresários e que os empreiteiros – é tão necessário o serviço terceirizado desses empresários – tenham retorno desse dinheiro dado à campanha, eles têm de superfaturar essas obras, porque nós empresários – está aqui o Senador Acir, que é um empresário bem sucedido – sabemos que hoje, quando a rentabilidade de uma empresa bem administrada, com competência e responsabilidade, chega a atingir rentabilidade anual de 5%, tem-se de soltar foguete, tem-se fazer festa. Como, então, vai haver retorno de uma campanha política de um governador, de um Presidente, de um Senador, etc., de 20%? Está errado. Esse dinheiro não é privado, esse dinheiro é público.

Então, digo que esse financiamento – entre aspas – “privado”, para mim, é um financiamento público de campanha.

Obrigado, Presidente, pela oportunidade de falar tudo isso aqui.

E repito: referendo, sim; plebiscito, não!

Obrigado.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Obrigado, Senador Ataídes.

Pela ordem, Senador Acir Gurgacz.

O Senador Ataídes já aprendeu que, como eu começo cedo a reunião, ele vem cedo e tem tempo para falar. Então, convido os demais Senadores que queiram fazer o mesmo a ficarem à vontade. Às 8h30 eu toco a campanha, faço o meu pronunciamento e abro a palavra aos colegas Senadores.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Senadores presentes, quero justificar o meu atraso. Eu também chego junto com V. Ex^a, às 8h30, para abrirmos a Comissão e também dar o nosso recado. Mas nós estamos tratando de um assunto que entendo ser da maior importância e que será votado daqui a pouco na CAE: o Reitup, a questão da desoneração das tarifas urbanas. E nós estávamos com a Consultoria do Senado conversando sobre a questão do passe livre para o estudante e vou ter de voltar para continuar essa reunião.

A Consultoria do Senado fez um parecer muito interessante, positivamente, para que nós tenhamos, Senador Raupp, Senador Ataídes e Senador Blairo Maggi, a partir de agora, imediatamente, a tarifa zero para todos os estudantes, se colocarmos que, através da Cide, todos os Municípios possam receber esse imposto e repassar para o transporte.

Entendo que é uma matéria importantíssima. É o anseio de toda a comunidade de estudantes do País. O nosso Presidente da CAE, Senador Lindbergh Farias, que é Relator dessa matéria, foi Presidente da UNE e conhece muito bem as questões dos estudantes. Entendo que ele deve ter o maior interesse em colocar essa matéria, em colocar essa emenda em seu relatório, que tem parecer positivo da Consultoria do Senado.

Semana passada, estive em uma reunião com o nosso Presidente, Senador Renan Calheiros, em que se mostrou favorável a essa matéria. É uma questão transitória, enquanto não vêm os *royalties* do petróleo. Enquanto se discute na Câmara a matéria dos *royalties*, façamos aqui, de forma intermediária, através da Cide. Que possamos atender, imediatamente, aos nossos estudantes do Brasil inteiro com tarifa zero no transporte coletivo.

Quero aqui pedir licença a V. Ex^a, pois vou ter que retornar à discussão. Mas temos que colocar esta matéria dentro do Reitup e entendo que o nosso Presidente da CAE, Relator da matéria, pelo fato de ser

ex-Presidente da UNE, conhece e tem um compromisso com os estudantes – além de se dizer também candidato ao governo do Rio de Janeiro –, temos que achar uma solução imediata, porque os *royalties* do petróleo vão demorar para acontecer. Isso não é uma coisa para já. Essa questão dos *royalties* fica um pouco mais complexa, embora seja importante destinarmos uma parte dos *royalties* para a questão do passe livre dos estudantes.

Estive conversando com o Presidente Sarney na sexta-feira e ele entende é importante que essa transição seja feita para que possamos atender aos estudantes brasileiros.

E peço licença a V. Ex^a para continuar a minha reunião, mas continuamos à disposição. Caso haja alguma deliberação, V. Ex^a me chama e eu volto imediatamente para fazermos a votação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Obrigado, Senador Acir. Só gostaria de fazer um pequeno comentário sobre o assunto.

Ainda não fiz as contas sobre isso, mas tenho que fazer hoje, porque a matéria está aí sendo discutida, como V. Ex^a colocou. Mas quero fazer uma pequena observação. Gostaria que V. Ex^a pedisse para que os Consultores da Casa pegassem todo o montante possível que venha dos *royalties*, pelo volume proposto pelo projeto de lei aqui da Casa, apresentado pelo Presidente Renan e que todos nós subscrevemos, e tentassem transformar isso para o seu Estado e para o meu Estado.

A impressão que eu tenho, nas contas de padeiro, rápidas, que isso não será possível. Quer dizer, mesmo que se destinem recursos dos *royalties* para o pagamento das empresas que vão fazer o transporte, os recursos serão muito pequenos e nós estaremos abrindo uma esperança que não será realizada lá na frente.

Na mesma linha de raciocínio, o que o Senador Ataídes colocou aqui sobre a questão do financiamento público de campanha. Eu sou absolutamente contra, porque entendo que as contas não fecham e essas contas eu já fiz, pois no financiamento público de campanha – e nós devemos fazer o mesmo paralelo para o passe livre – o custo do voto no Brasil é em torno de R\$7,00, o custo que é declarado nas eleições. O valor total da campanha dividido pelo número de eleitores dá em torno de R\$7,00 por voto.

O Estado de Mato Grosso tem três milhões de eleitores, o seu Estado tem um milhão de eleitores. Quer dizer, seriam R\$14 milhões para o Mato Grosso e R\$7 milhões para o seu Estado fazer as eleições. Aí eu pergunto: é possível com R\$7 milhões fazer as eleições no Estado de Rondônia com cinco ou seis

candidatos a governador, mais dois candidatos a Senador, mais oito Deputados Federais e 24 deputados estaduais? É claro que não.

Se formos por esse caminho, estaremos incentivando o caixa dois. Em vez de taparmos um buraco, arrumarmos uma transparência, estamos criando mais uma dificuldade e mais uma maneira de fazer as coisas de forma errada.

E na questão do passe livre, eu não fiz as contas, mas a impressão que tenho é de que elas não fecham, pelo número de alunos que precisamos transportar e o volume de recursos que ficariam disponíveis por parte dos *royalties* para cobrir essa diferença.

Só como uma provocação, já que V. Ex^a está no grupo discutindo o assunto, gostaria que fizesse essas contas a fim de que não tivéssemos nenhuma surpresa lá na frente.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Muito bem, Sr. Presidente. Só para colaborar, estamos colocando o passe livre do estudante na Cide enquanto se discute a questão dos *royalties*.

Hoje quem paga a meia passagem dos estudantes são as pessoas que viajam no ônibus e pagam inteira. Eu considero a tarifa mais injusta que existe no Brasil: a pessoa que ganha menos paga para quem paga meia.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – É o único que não recebe subsídio de ninguém.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – E é o cara mais lascado que tem, porque não consegue comprar uma bicicleta, uma moto, um carro e não tem uma empresa que vai buscá-lo e levá-lo em casa. É o coitado, é o desempregado, que está buscando emprego, e que paga por todos. Às vezes, paga até para aquele estudante que tem família rica, mas que tem direito à meia passagem.

Então, o passe livre, Presidente, é importante para todos os estudantes, mas nós não podemos colocar para o trabalhador pagar. Nós temos de distribuir isso para quem compra combustível, e, na Cide, nós distribuiríamos isso para todo o nosso País.

Entendo que essa é uma maneira justa, e estamos falando de R\$5 bilhões. Senador Walter, nós fizemos as contas na semana passada, e o custo seria de R\$5 bilhões por ano para dar gratuidade a todos os estudantes brasileiros do transporte coletivo urbano.

Então, está muito bem calculado, e a nota técnica da Consultoria do Senado é muito clara: a Cide pode resolver isso, e é o meio, eu diria, mais justo, porque nós vamos cobrar de quem está andando de automóvel no Brasil inteiro – tanto automóvel, como caminhão e ônibus também –, porque a Cide é geral para todos.

Então, antes dos *royalties* do petróleo, a Cide vem atender essa reivindicação, e vamos atender, de

imediatamente, à população brasileira que clama por esse passe livre. Espero que o nosso ex-Presidente da UNE nos dê o apoio, para que possamos incluir isso no seu relatório agora pela manhã.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Muito obrigado, Senador Acir.

Pela ordem, com a palavra o Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, ainda assistia ao pronunciamento de V. Ex^a enquanto registrava minha presença. Por isso, perguntei ao Senador Acir...

Eu acho que esta Comissão, inclusive, tem um papel importante nesse debate, Sr. Presidente e meu caro Senador Raupp, do ponto de vista do que agora há pouco levantava o Senador Acir: quem verdadeiramente paga.

Nós temos um conjunto de gratuidades, Senador Ataídes, ou, pelo menos, de liberalidade no transporte público, que é algo de que me lembro desde 1993, quando debatíamos isso nos conselhos. Fui Vereador em 1993, e nós debatíamos isso no Conselho de Transportes.

Aí, eu me refiro, por exemplo, a serviços de correio. Naquela época, dizia-se que o servidor dos Correios tinha de entrar pela porta da frente para facilitar o trabalho. Não há problema algum. Pode-se até discutir qual é o melhor acesso para ele desempenhar suas funções. E o que a gente dizia na época é que não havia problema algum: ele entraria pelo fundo, registraria na borboleta; com o sistema de convênio, os Correios pagam. No horário de trabalho, quando o servidor dos Correios está se deslocando, a responsabilidade não é dele; é da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

A mesma coisa se aplicou a um debate durante anos, anos e anos, sobre a questão do policial. Se entrava ou não entrava pela frente, enfim, e se não pagava o transporte quando fardado. Quando fardado, é em serviço. Então, a responsabilidade tem de ser da corporação.

Essa conta, Senador Blairo Maggi – e aí me refiro ao ponto de vista da fiscalização – sempre entrou na hora de fazer o cálculo da tarifa.

Então, quando me refiro à importância desta Comissão, é a gente também abrir um pouquinho essa caixa fechada do cálculo de tarifa de transporte, e haver um grau de participação – aí, é necessário um controle municipal – sobre como se processam os custos, como se inclui na tarifa e como se coloca esse quantitativo transportado para fazer a remuneração da tarifa em cada Município.

Então, na realidade, é importante que essas coisas também sejam colocadas, senão vamos dizer que vamos ter gratuidade... Aí eu concordo que o passe livre... Fiquei surpreso com o valor apontado pelo Senador Acir, até porque, nas minhas contas, daria um pouquinho mais. Mas acho que a Cide, por si só, já tem problemas de outra natureza. Pendurar na Cide mais a questão da contribuição para a tarifa de transporte talvez seja inviabilizar o sistema.

E também tenho muito receio desse negócio de jogar tudo para o pré-sal, pré-sal, pré-sal, pré-sal! Só para lembrar uma coisa: pré-sal, efetivamente, começa a entrar no caixa, Senador Raupp, em 2017. Pré-sal é para 2017. Você está falando dos contratos já firmados. Aí, é diferente! As primeiras coisas começam a ser processadas, do ponto de vista da arrecadação, em 2017. Outra coisa são os contratos anteriores. Inclusive, é bom lembrar que nós perdemos essa batalha no Supremo. Então, é preciso que o Supremo reformule a sua posição em relação aos contratos anteriores.

O projeto que nós recebemos da Câmara e que vamos votar aqui vem com os contratos anteriores; ele fala em 75% dessa questão com a inclusão dos contratos.

E perdemos, Senadora Vanessa, porque não foi decidido ainda. Nós votamos...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Mas nós perdemos. Nós aprovamos um projeto aqui, e cadê? Está vigorando a distribuição dos *royalties* dos Municípios?

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. *Fora do microfone.*) – Não.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Então, pronto: nós perdemos. Se tivéssemos ganhado, estariam pagando os *royalties* do petróleo.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. *Fora do microfone.*) – Podemos ganhar ainda.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sim, mas essa história de “podemos” é o mesmo que “balaio de pinha, vontade se tinha”. Então, não dá.

A discussão, aqui, está em torno de trabalhar a partir do elemento que a gente tem e fixar o parâmetro da seguinte forma: essa é a conta do passe livre. Diante disso, nós temos que dizer que essa verba vai sair exatamente dessa fonte de arrecadação, sem nenhum problema, nem tampouco condicionar.

A mesma coisa é quando a gente discute aqui, Senador Blairo Maggi, eu já vi várias propostas no sentido, inclusive, de também incluir o setor de mineração. Eu acho que a gente deveria reservar um pouquinho o setor de mineração para fazer recuperação, inclusive ambiental, ou seja, a estrutura urbana, a infraestrutura

urbana. Até porque o setor de mineração degrada. Em todos os lugares onde nós temos exploração mineral, nós temos um processo de degradação ambiental, de desagregação urbana. Basta a gente ver o seguinte: nos lugares onde nós temos novas minas, as cidades maiores da região, Senador Ataídes, começam a conviver com um problema urbano gravíssimo, sem contar a infraestrutura de estradas, de escoamento. E, ainda, quando o processo de exploração se encerra, deixa lá as sobras, o passivo ambiental, o passivo urbano.

Então, na realidade, seria importante que a gente pudesse também enxergar essas coisas e fazer a conta direito. Eu acho que a proposta da Câmara em relação a incluir a saúde na distribuição dos recursos do petróleo não é de todo ruim, apesar de que nós já havíamos apontado aqui a possibilidade de aprovar os 10% do PIB para educação e os 10% da receita bruta – portanto, da arrecadação bruta, não da receita corrente líquida – para a saúde.

Então, com essa inclusão, aqui, dos 25%, tal como colocada pela Câmara, eu acho que a gente também resolve um problema seriíssimo na questão da saúde, que é o financiamento. E temos de fixar, nessa distribuição dos *royalties* ou na distribuição dos recursos para a educação, Senador Blairo, uma certa amarra para a educação básica. Isso porque, senão, nós vamos, cada vez mais, tratando dessa questão na ponta quando o nosso problema está exatamente na origem ainda. Ou seja, quando a gente fala, principalmente, na qualidade da educação, ainda que esteja enraizada, nesse processo, para se chegar a um nível superior – e a reclamação que a gente faz hoje é de baixa formação –, isso acontece, obviamente, a partir da formação básica do ensino de base, que é a formação básica para esse crescente.

Então, penso que seria importante ter a agilidade para aprovar as matérias, mas, ao mesmo tempo, a acuidade para apontar os critérios, até para, depois, não cairmos naquela história: aprovamos algo que não tivemos capacidade de viabilizar.

Então, é importante que a gente vá fazendo essas coisas, primeiramente, para não dar respostas sem fundamento e sem substância. Então, seria importante que esses debates sejam travados dessa forma.

Agora, acredito que essa coisa da reestruturação do transporte, no que vai do seu nível de qualidade, de oferta e de gratuidade, é um debate que chega num tempo bom e resolve também um dos graves problemas das cidades, que é o problema da mobilidade urbana.

Então, eu acho que a gente tem condição, sim, hoje de criar um sistema de qualidade, tem condição de criar um sistema de fiscalização rigorosa para coibir

os abusos, principalmente no setor de transportes. E ao mesmo tempo um sistema que atenda à demanda.

Eu ainda continuo muito preso a um debate que a gente sempre fez nessa época de estudante. Na minha época, o estudante que pagava meia era estudante pagando meia, não era estudante pagando meia para ir para a escola. A tese de o estudante ter direito à meia era a tese correta, ou seja, o estudante não tem a remuneração, portanto ele pagava meia para ter exatamente a oportunidade de se locomover. Porque a pergunta que a gente sempre tem que fazer é a seguinte: vem cá, o estudante não pode ir para a praia? O estudante não pode ir passear? O estudante só tem o direito de ser estudante quando ele vai à escola?

Então, esse é um debate que nós vamos enfrentar na questão do passe livre. Sei que o primeiro centro do debate é exatamente o estudante como matriculado, etc. e tal, mas nós precisamos entender isto: e aí, qual vai ser a tese do deslocamento para essa figura do estudante, no passe livre? Nós vamos manter a tese de que é a tese do deslocamento? Porque num tempo muito recente isso modificou inclusive, Senadora Vanessa, para a quantidade de passes que os estudantes tinham direito. Quer dizer, é um negócio meio complicado, porque, na realidade, nós inclusive sempre batemos de frente contra isso.

Inclusive, no próprio sistema atual ainda havia uma anomalia. Estávamos falando aqui de quem pagava, de quem não pagava, o estudante inclusive, quando se compravam as quotas, se pagava antecipado. O estudante tinha que ir lá preencher o seu cartão e fazia o pagamento antecipado do seu deslocamento. Então, portanto, eu sei que é um debate polêmico, mas é importante a gente introduzir.

Garantir a melhoria, garantir ao estudante que ele chegue à escola, e de preferência no horário, portanto, é mexer de novo, volto a dizer, na qualidade. Mas esse é um papel, Senador Blairo, e eu quero mais uma vez invocar aqui o papel desta Comissão, porque todo o sistema de modelagem do transporte no Brasil hoje é sustentado numa estrutura que foi produzida para garantir a fiscalização desse serviço.

Então, o Brasil passou por um processo de transformação profunda. As empresas públicas deixaram de existir, abriram-se concessões para o sistema de transporte, associado a um processo rigoroso de fiscalização através das estruturas municipais. Seria importante também que a gente pudesse entender como reformular o papel, em alguns casos dessas agências, em outros das estruturas municipais, que têm a competência para o processo de fiscalização e de funcionamento do sistema de transporte no País.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Valdir Raupp.

Só me somando à preocupação com respeito aos *royalties*, há muitas coisas, Senador Valdir Raupp, que estão sendo jogadas para a frente. Não tem onde colocar, pendura nos *royalties*; não tem onde colocar, pendura nos *royalties*. Nós já penduramos a Petrobras nos *royalties*, não é?

O Brasil já aceitou, e a Petrobras foi capitalizada, ela já vendeu petróleo futuro para a Nação. Quer dizer, se lá na frente não acontecer de termos petróleo de forma abundante, e houver um retrocesso, como aconteceu ontem com a petroleira do Eike Batista, que simplesmente começou com 50 mil barris por dia, passou para 30 e ontem avisou que não tem petróleo...

Então, nós temos que tomar muito cuidado com isso. Não devemos, aqui no Senado, ir simplesmente aceitando, pendurando no prego do petróleo, do pré-sal as coisas, porque em engenharia tudo é possível; pode dar tudo certo, pode dar tudo errado.

Muitos discutem ainda que nós não temos tecnologia suficiente, e aliás ontem a CVM, ou melhor dizendo, a empresa alegou que não consegue tirar petróleo porque não tem tecnologia conhecida e suficiente para explorar e tirar o petróleo que ainda diz que há lá embaixo.

É muito perigoso o que nós estamos fazendo, e pendurar mais uma vez agora, na expectativa de botar o passe escolar em cima dos *royalties*, que é uma coisa que ainda vai acontecer para o futuro, daqui a pouco nós estamos frustrando as ruas de novo. Nós temos que ter serenidade e responsabilidade neste momento.

Decisões açodadas, decisões na emoção podem custar muito caro no futuro. Então, acho que a discussão que está sendo travada aqui é extremamente importante.

Com a palavra o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Presidente Blairo, eu acho que a hora já está avançando e nós temos outras Comissões, mas eu queria apenas dar uma contribuição a esse debate.

Acho que o Senador Acir está no caminho certo quando diz que a Cide, no momento, é mais real, pois o pré-sal ainda é para 2017, como falou o Senador Walter Pinheiro, e olha lá. Então, a Cide, que é a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – essa sigla que pouca gente sabe o que quer dizer – é mais real.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Senador, só que vai tirar dinheiro dos Estados, que estão colocando nas rodovias. Cobertor curtinho mesmo: botou no passe escolar, vai tirar da rodovia, que arrumar a estrada para o aluno andar também. É um problema.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – É aquele velho ditado: não existe jantar ou almoço de graça. Alguém pode estar comendo sem pagar, mas alguém está pagando essa conta. Hoje, vejo que a pressão da sociedade é muito forte e que muitas dessas reivindicações são justas, mas alguém vai ter que pagar essa conta.

O Senador Ataídes falava da situação fiscal, do déficit fiscal do Brasil, que eu acho que não é tão alarmante, tão catastrófico, Senador Ataídes, porque, no passado, as passeatas no Brasil eram contra o FMI e, agora, são contra a FIFA. Tudo começa com F. Eram contra o FMI e, agora, são contra a FIFA, contra o valor dos estádios, os custos das obras. Mas o Brasil não deve mais ao FMI.

Nós não podemos, também, negar os ganhos, o crescimento que o Brasil teve nos últimos anos. Vamos fazer justiça, começando pelo governo Fernando Henrique, que teve um governo senão extraordinário, pelo menos dentro do razoável. Avançou muito também nos oito anos do governo Lula. Também não se pode negar que o Brasil avançou muito nesses dois anos da Presidente Dilma. Nós estamos vivendo o que os economistas chamam de pleno emprego. Se o Brasil não vai bem, por que, hoje, a população está toda empregada? Hoje, não trabalha quem não quer, porque há emprego para todo mundo. Há problemas, há gargalos crônicos, mas isso não é de dois ou dez anos para cá, mas de 30, 40, 50 anos para cá, com a infraestrutura de transportes, as rodovias, as ferrovias, os portos, os aeroportos. Mas estão avançando. Hoje, há obras em aeroportos pelo Brasil afora, os portos vão melhorar, as rodovias estão... Se bem que ainda muito lentamente, porque a burocracia está engolindo o País. E eu tenho falado que, se não mudar essa burocracia da fiscalização, do acompanhamento das obras, vamos continuar patinando, porque dinheiro, por um momento... Não sei hoje, mas ainda hoje tem recurso do PAC parado porque as obras não andam. Sempre tenho citado o caso da BR-101 Sul, que começou há 16 anos, ainda no governo do Fernando Henrique, acho que com financiamento do Banco Interamericano ou do Banco Mundial, e até hoje não terminou, porque a burocracia é muito grande neste País.

Então, não vamos negar todos os ganhos, todos os avanços que o Brasil teve. Precisamos avançar? Precisamos avançar.

Então, o Brasil vive um enigma: pleno emprego, variando entre a sexta e a sétima economia do mundo, sendo que, há dez anos, éramos a décima quarta. Então, o Brasil avançou, Senador Walter Pinheiro, Senador Cassol, e não podemos negar isso. Há demandas? Há. Nem todo o povo que está na rua está

desempregado ou é aquele que vive do Bolsa Família ou de um emprego que paga um ou dois salários mínimos. Há filho de industrial reclamando na rua; há gente reclamando sobre as provas da OAB, porque não quer fazer as provas da OAB; há gente reclamando porque roubaram a Bíblia; há gente reclamando das coisas mais variadas. Agora, são os caminhoneiros reclamando do pedágio. Isso é típico de um país democrático. Graças a Deus, o Brasil vive uma democracia, uma democracia consolidada.

Mas não vamos negar, também, os ganhos que tivemos até agora.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO)

– Só um apartezinho, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Senador, só se for um segundinho, porque eu quero começar a votar nossos requerimentos.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO)

– O meu amigo e brilhante Senador disse que a nossa dívida não é tão preocupante. Se o Brasil, hoje, tiver que pagar, anualmente, a parcela da dívida que nós devemos hoje, interna e externa, mais juros, é algo em torno de R\$500 bilhões ao ano. Ou seja, comprometeria, no mínimo, 45% de toda a arrecadação do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT)

– Muito obrigado, Senador Ataídes.

Eu pergunto à Senadora Vanessa se nós podemos deixar que S. Ex^a faça sua fala logo após a leitura dos requerimentos.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, eu falarei somente por dois minutos.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT)

– Dois minutos para V. Ex^a.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Primeiro, quero concordar com o que foi dito aqui.

Pedi uma cópia e agora acabei de recebê-la. Seria importante que todos tivessem, Sr. Presidente, a nota técnica que foi elaborada pela Consultoria do Senado a pedido do Senador Acir Gurgacz. Acho que isso contribui muito para o debate.

O projeto do Senador Renan, Presidente da Casa, trata do passe livre com recursos do pré-sal. Aqui, há outra sugestão: a Cide. Existe ainda outra sugestão adotada em cidades desenvolvidas que têm sistema de transporte muito melhor do que o nosso, que é o pagamento de pedágio dos automóveis nas cidades para subsidiar o sistema de transporte coletivo. Isso contribui com o trânsito, com a melhoria do transporte. Enfim, sugestões nós temos, entretanto, acho que nós temos de decidir.

Preocupa-me, Senador Walter – e por isso fiz questão de falar –, não ver a luta dos *royalties* em

relação aos contratos já assinados como uma luta perdida. Acho que o Poder Executivo, não só em nível da União, mas dos Estados e Municípios, está se mexendo muito diante dessa grande mobilização popular. O Parlamento, a mesma coisa. E o Poder Judiciário, Presidente Blairo? Nós votamos quantas vezes aqui a lei que reformula a distribuição de *royalties* no País? Quantas vezes? A primeira foi vetada, votamos de novo, foi vetada novamente, votamos, votamos e votamos. Agora, está no Supremo para decidir o mérito. Por que o Supremo não decide? Acho que está na hora também de todos nós, que, além de sermos Parlamentares, somos gente do povo, pressionarmos o Poder Judiciário, o Supremo, para que decida.

Há um parecer do Ministério Público que acho muito interessante. Ele considera que não há inconstitucionalidade nenhuma de mudar as regras, inclusive com os contratos já assinados. Esse é o parecer do Ministério Público. Então, cabe ao Supremo votar isso, porque isso ajudaria muito o Brasil na busca de soluções e de recursos para poder fazer com que as soluções vigorem.

Era isso.

Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT)

– Muito obrigado, Senadora Vanessa.

Vamos à nossa pauta.

Esses requerimentos já foram lidos na reunião anterior e agora serão aprovados ou não por V. Ex^{as}.

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR N° 36, de 2013

Requeiro, nos termos regimentais, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, que seja convidado para Audiência Pública os Senhores Nestor Cerveró e José Sergio Gabrielle, ex– Diretor Internacional e ex-Presidente da PETROBRAS, respectivamente, no sentido de esclarecer fatos contidos em matéria veiculada na revista VEJA – Edição 2300 – ano 45 – nº 51, de 19 de dezembro de 2012, intitulada “1 BILHÃO PELO RALO” – páginas 84 a 86, daquela publicação semanal. Peço aos meus ilustres pares da Comissão do Meio Ambiente que aprovem o Requerimento supracitado, para que possamos ouvir os esclarecimentos competentes.

Autoria: Senador Ivo Cassol

Observações: Requerimento lido na reunião do dia 25/06/2013.

Em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permanecem como se encontram; aqueles que rejeitam o requerimento se manifestem em contrário. *(Pausa.)*

Está aprovado o requerimento do Senador Ivo Cassol.

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR N° 37, de 2013

Nos termos do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja realizada Audiência Pública desta para discussão sobre o funcionamento da telefonia celular no país, notadamente nos estados da Região Norte, com a presença dos seguintes convidados: – Sr. João Batista de Resende, presidente da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL; – Sr. Zeinal Abedin Mahomed Bava, presidente da Oi S.A.; – Sr. Antonio Carlos Valente, presidente da Vivo S.A.; – Sr. Carlos Zenteno, presidente da Claro Serviços de Telecomunicações do Brasil S.A.; – Sr. Andrea Mangoni, presidente da TIM Participações S.A.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

Observações: Requerimento lido na reunião do dia 25/06/2013.

Em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permanecem como se encontram; aqueles que o rejeitam se manifestem. *(Pausa.)*

Está aprovado o requerimento.

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR N° 38, de 2013

Requeiro, nos termos do disposto no art. 58, §2º, IV, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso IV, e art. 102-A, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja autorizada solicitação ao Tribunal de Contas da União, nos termos do art. 71, inciso XI, da Constituição, para apuração de denúncia feita pelo prefeito de Emas – PB e divulgada no Jornal da Paraíba de 05.06.2013, de que “o Governador Ricardo Coutinho mandou cortar os três carros-pipa que abasteciam a população da cidade, que sofre com a falta de água

na região, simplesmente porque ele disse que não iria aderir ao seu projeto de reeleição”. Ressalte-se que os recursos para essa atividade são contemplados no Orçamento da União.

Autoria: Senador Vital do Rêgo

Observações: Requerimento lido na reunião do dia 25/06/2013.

Em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permanecem como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o requerimento.

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR N° 39, de 2013

Requeiro nos termos do disposto no art. 58, §2º, IV, da Constituição Federal, combinado com os art. 90, inciso IV, e art. 102-A, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja apurada por esta Comissão, nos termos do art. 71, inciso XI, da Constituição, denúncia feita pelo prefeito de Emas – PB e divulgada no Jornal da Paraíba de 05.06.2013, de que “o Governador Ricardo Coutinho mandou cortar os três carros-pipa que abasteciam a população da cidade, que sofre com a falta de água na região, simplesmente porque ele disse que não iria aderir ao seu projeto de reeleição”. Ressalte-se que os recursos para essa atividade são contemplados no Orçamento da União.

Autoria: Senador Vital do Rêgo

Observações: Requerimento lido na reunião do dia 25/06/2013.

Em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permanecem como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o requerimento.

Só um adendo ou uma observação à nossa Secretaria. Eu, pessoalmente, acho que nós não temos essa função ou essa competência. Portanto, quero solicitar depois à nossa Secretaria que faça o devido estudo, e, se nós não tivermos a competência de fazer essa investigação, informe o Senador Vital do Rêgo sobre o assunto.

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR N° 40, de 2013

Requeremos, nos termos do art. 71, incisos IV e VII, da Constituição Federal, combinado com o disposto nos arts. 102-A, inciso I, alínea “e”, e

102-B, inciso I e parágrafo único, do Regimento Interno do Senado Federal, seja solicitada ao Tribunal de Contas da União a realização de auditoria nas instâncias gestoras e operacionais do Sistema Único de Saúde: (a) Registros hospitalares de câncer (RHC) nas unidades habilitadas em alta complexidade em oncologia e, b) Registros de Câncer de Base Populacional (RCBP), com a finalidade de avaliar o cumprimento do disposto na Lei nº 12.732, de 22 de novembro de 2012, que dispõe sobre o primeiro tratamento de paciente com neoplasia maligna comprovada e estabelece prazo para seu início, bem como a situação em que se encontra a atenção à saúde dos portadores de câncer no tocante: (i) à incidência; (ii) à realização de exames complementares para diagnóstico, estadiamento e pré-tratamento operatório, radioterápico ou quimioterápico; (iii) ao estadiamento da doença na ocasião do diagnóstico e no início do tratamento; (iv) ao referenciamento do paciente para unidades de atenção oncológica; (v) ao tempo de início de tratamento a partir do diagnóstico confirmatório da doença, mortalidade com causa do óbito e também a idade, sexo e a localidade.

Autores: Senador Sérgio Souza, Senadora Ana Amélia e Senador Waldemir Moka.

Observação: Requerimento lido na reunião do dia 25 de junho deste ano.

Em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permanecem como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Nós temos alguns projetos terminativos; não temos quórum para votar, mas podemos ler.

Passo ao item 9, cujo relator é Senador Ataídes Oliveira.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 577, de 2009

– Terminativo –

Altera o artigo 4º da Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, para estabelecer que as declarações de bens exigidas nas prestações de contas ao Tribunal de Contas da União sejam disponibilizadas mediante acesso aos dados informatizados disponíveis na autoridade tributária.

Autoria: Senador Renato Casagrande

Relatoria: Senador Ataídes Oliveira

Relatório: Pela aprovação do projeto e das emendas nºs 1, 2 e 3-CAE, com uma subemenda à emenda nº 1-CAE que apresenta

Observações:

-Matéria apreciada pela CAE, com parecer pela aprovação do projeto com as emendas nºs 1, 2 e 3-CAE.

-A matéria constou na pauta do dia 25/06/2013.

Com a palavra o Relator, Senador Ataídes Oliveira.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO)

– Vamos ao relatório, Sr. Presidente.

Submete-se à análise desta Comissão, em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 577, de 2009, de autoria do então Senador Renato Casagrande, cuja finalidade está descrita na ementa.

Sem a apresentação de emendas pelos senhores Senadores, a proposição iniciou sua tramitação nesta Casa pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde recebeu parecer favorável à sua aprovação, com três emendas do Relator, Senador José Agripino.

O PLS traduz o objetivo de, alterando o art. 4º da Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, simplificar o processo de prestação de contas que os administradores ou responsáveis por bens e valores públicos devem fazer ao Tribunal de Contas da União (TCU).

A pretendida simplificação consistiria em substituir a obrigatoriedade de juntada de cópia da declaração de rendimentos e de bens prestada ao órgão próprio nos termos da legislação do imposto de renda, pela juntada de autorização expressa de acesso a essa mesma declaração.

Nos termos do projeto, com base na autorização, o Tribunal de Contas requisitará à autoridade tributária o acesso informatizado aos dados e, excepcionalmente, a cópia dos documentos que os instruem, podendo utilizá-los como elemento hábil na instrução dos processos de controle que instaurar.

O projeto autoriza expressamente o TCU a estabelecer procedimentos de controle informatizado para o exercício das funções de controle previstas na lei ora alterada.

Outro dispositivo acrescentado determina que o órgão de administração tributária e o Tribunal de Contas regulamentarão em suas respectivas esferas os procedimentos objeto do projeto, no prazo de 60 dias, facultada a edição de ato normativo conjunto.

O autor argumenta que a lei atual é anacrônica, ao exigir entrega de cópia impressa da declaração de rendimentos e bens, em face das práticas atuais da administração fiscal, totalmente informatizadas. Outro fundamento para a alteração proposta é que o procedimento hoje adotado permite um considerável risco de violação do sigilo fiscal, ante o fato de que as de-

clarações são manipuladas por um sem-número de agentes desprovidos da titularidade do dever de exame das declarações de renda.

Outrossim, ocorrem dificuldades operacionais originadas do descasamento entre procedimentos automatizados, vigentes na administração tributária, e alguns procedimentos ainda baseados em papel impresso, no âmbito do Tribunal de Contas.

Vamos ao voto, Sr. Presidente.

Ante o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 577, de 2009, com aprovação das Emendas nºs 2-CAE e 3-CAE, e com a seguinte subemenda à Emenda nº 1-CAE:

Subemenda.

Dê-se à Emenda nº 1-CAE, a seguinte redação:

Art. 4º É obrigada a juntar à documentação correspondente à prestação de contas entregue à repartição competente autorização expressa para o Tribunal de Contas da União acessar as declarações de rendimentos e de bens relativas ao período-base da gestão, de conformidade com a legislação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza, qualquer pessoa, física ou jurídica, que:

I – utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores da administração direta, indireta e fundacional de qualquer dos Poderes da União;

II – assuma obrigações de natureza pecuniária em nome da União ou de qualquer das entidades de sua administração indireta.

§3º

II – mediante solicitação motivada, acesso à cópia documental da declaração, nas situações excepcionais em que esta não tenha sido prestada por meio eletrônico.

§5º O Tribunal de Contas da União e o órgão de administração fiscal disciplinarão, no âmbito de suas respectivas atribuições e competências, os procedimentos necessários ao cumprimento do disposto neste artigo. (NR).

Esse é o relatório, esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Ataídes.

Nós não temos número para...

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Só um esclarecimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Pois não, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – É porque, se não fizermos a discussão e ela ficar aberta para a próxima sessão...

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Ficará aberta para a próxima sessão, ou ainda nesta, se nós tivermos número suficiente...

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Seria bom, porque ficaria só a leitura hoje, e nós teríamos uma discussão que chegasse até a próxima sessão. Seria interessante para que pudéssemos olhar um pouco melhor o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – De acordo, Senador.

Então, vamos fazer o seguinte: vamos ler todos os que pudermos ler hoje, e, próxima reunião, eu peço um esforço de todos os membros da Comissão para que venham e possamos votar, então, os projetos que serão lidos hoje.

Vamos ao item 13 da pauta, de relatoria da Senadora Vanessa Grazziotin.

ITEM 13

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 112, de 2013

– Terminativo –

Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nºs 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências, com o objetivo de instituir incentivos e programas para implantação de sistemas de coleta, armazenamento e utilização de águas pluviais em condomínios residenciais e comerciais.

Autoria: Senador João Durval

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatório: Pela aprovação

Com a palavra, a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdB – AM) – Sr. Presidente, como V. Exª já falou, o projeto do Senador João Durval, pretende alterar a Lei nº 11.445, de 2007, que, entre outras providências, estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico.

A iniciativa, em síntese, Sr. Presidente, primeiro, conceitua o que é o desperdício quantitativo de água, de tal forma que considera desperdício “o volume de água potável desperdiçado em usos abusivos ou em vazamentos na rede de abastecimento”. Segundo, estabelece que a cobrança pela prestação do serviço público de drenagem “sofrerá redução de, no mínimo,

50% no caso de condomínios residenciais ou comerciais e equipamentos hospitalares ou educacionais que adotarem sistemas de captação e uso de águas pluviais”. E terceiro – que é a parte importante do projeto –, determina a implementação de “programas de uso racional e de aproveitamento de águas pluviais”, fixando as suas características essenciais.

O autor do projeto, Sr. Presidente, relembra a própria constatação da ONU de que, até 2025, nada menos que três bilhões de pessoas estarão sujeitas ao estresse hídrico. Segundo o autor ainda, “o uso inadequado de água potável para limpeza de calçadas, irrigação de áreas verdes urbanas e descargas sanitárias, entre outras formas impróprias de utilização, indica que há muito a avançar no campo das políticas públicas”.

A análise, Sr. Presidente.

Nos termos do art. 102-A do Regimento Interno do Senado Federal, compete, sim, a esta Comissão opinar sobre a matéria. Encontram-se, da mesma forma, atendidos os requisitos de constitucionalidade e juridicidade.

De outra parte, o projeto conforma-se adequadamente ao ordenamento jurídico vigente e trata de matéria que não integra o campo reservado pelo §1º do art. 61 à iniciativa privativa do Presidente da República. É lícita, portanto, a autoria parlamentar.

No tocante à técnica legislativa, a proposição também não merece reparos, Sr. Presidente.

E, quanto ao mérito, eu quero aqui me associar aos argumentos do autor para considerar que o estabelecimento de diretrizes nacionais para o uso racional de recursos hídricos nas edificações constitui efetiva contribuição para o estímulo à adoção dessas medidas no âmbito local.

Portanto, eu voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 112, de 2013, registrando, Sr. Presidente, a importância desse projeto, porque aparentemente o que poderia trazer custos para o Poder Público poderá provocar uma economia inestimável, tanto de recursos como também no uso racional dos recursos da natureza, especialmente da água, que é a matéria do projeto.

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Senadora Vanessa Grazziotin.

Então, nós vamos deixar a discussão em aberto também, para que possamos votar, na próxima reunião, esse projeto.

O próximo item da pauta a ser relatado é o item 11, do qual o Relator é o Senador Sérgio Souza.

ITEM 11

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 164, de 2010

– Terminativo –

Altera a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que “institui a Política Nacional sobre Mudança Climática (PNMC) e dá outras providências”.

Autoria: Senador Pedro Simon

Relatoria: Senador Sérgio Souza

Segundo me informa a Secretaria, Senador Sérgio, o relatório desse projeto já foi lido no dia 11 de junho, portanto não há necessidade de V. Exª lê-lo novamente, a não ser que queira fazer algum comentário sobre o mesmo.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Não, Sr. Presidente. É uma pena realmente não termos quórum para poder votá-lo. Outras duas Comissões já estão abrindo os trabalhos aqui no Senado, entre elas a CCT, em que eu também tenho assento. Esta será uma semana, ao que sei, de bastante trabalho, inclusive com convocação de sessões deliberativas até sexta-feira. Talvez, se na sexta-feira realmente tivermos deliberativa e houver quórum, de repente a gente possa até convocar uma extraordinária, para limpar também a pauta das comissões.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Nós temos um projeto não terminativo, no item 6. Eu vou pedir para o Senador Ivo Cassol ser o Relator *ad hoc* do projeto.

Por favor, peço a Secretaria que passe o relatório ao Senador Ivo Cassol.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 448, de 2012

– Não Terminativo –

Acrescenta § 3º ao art. 66 do Código de Defesa do Consumidor, para tipificar como crime contra as relações de consumo a afixação de aviso de isenção de responsabilidade por danos ocorridos nas dependências de estabelecimento comercial.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin.

Relator: Senador Randolfe Rodrigues. Como *ad hoc*, o Senador Ivo Cassol.

Relatório: pela aprovação, com duas emendas. Com a palavra, o Relator, Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Obrigado, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores.

Trata-se do Projeto de Lei do Senado nº 448, de 2012, da Senadora Vanessa Grazziotin, que acrescenta o inciso III do art. 66 do Código de Defesa do

Consumidor, para tipificar como crime contra as relações de consumo e fixação de avisos de isenção de responsabilidade por danos ocorridos nas dependências de estabelecimento comercial.

Vamos ao voto, Sr. Presidente.

Em vista do exposto, manifestamo-nos pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Lei do Senado nº 448, de 2012, e, no mérito, por sua aprovação, com as seguintes emendas:

Acrescenta o art. 66-A à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor –, para tipificar como crime contra as relações de consumo a afixação de aviso de isenção de responsabilidade por danos ocorridos nas dependências de estabelecimento comercial.

Dê-se ao art. 1º do PLS nº 448, de 2012, a seguinte redação:

Art. 1º A Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo: 'Art. 66-A. Afixar aviso que informe a isenção de responsabilidade por dano ocorrido nas dependências de estabelecimento comercial. Pena: detenção de três meses a um ano e multa.

Portanto, em vista do exposto, manifestamo-nos pela constitucionalidade e juridicidade do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Obrigado, Senador Ivo Cassol.

Em discussão, o projeto. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o projeto.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela aprovação do projeto, com as Emendas nºs 1 e 2 da CMA.

O item 7 já constou das pautas dos dias 11/06/2013 e 25/06/2013, e pode ser designado um Relator *ad hoc*. Eu convido o Senador Ataídes Oliveira, que foi o primeiro a comparecer à nossa reunião hoje, a ler o relatório do Senador Randolfe Rodrigues.

Que fique nomeado, então, como Relator *ad hoc* o Senador Ataídes Oliveira.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 59, de 2010

– Terminativo –

Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências

– Estatuto da Cidade, no que diz respeito à arborização urbana.

Autoria: Deputado Miguel Martini

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues (Substituído por *Ad hoc*)

Relatoria Ad hoc: Senador Ataídes Oliveira

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo apresentado.

Informo que a matéria foi apreciada pela CDR, com o parecer pela aprovação do projeto, com a Emenda nº 1, da CDR, Substitutivo.

Com a palavra, o Relator, Senador Ataídes.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Sr. Presidente, no Senado Federal, a proposição foi enviada à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), onde foi aprovado um Substitutivo ao projeto, e à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), para decisão terminativa.

O substitutivo da CDR substitui o Plano de Arborização Urbana por Plano de Paisagismo Urbano, que é um conceito mais amplo.

O Substitutivo também estabelece que o instrumento jurídico para a criação do Plano de Paisagismo Urbano é o decreto municipal.

Essa é a análise do projeto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Ataídes.

Fica adiada a discussão do projeto para a próxima reunião.

Passamos ao item 8.

Consulto o Senador Jorge Viana se quer relatar *ad hoc* esse projeto. A matéria constou nas pautas dos dias 21/5/2013, 11/6/2013 e 25/6/2013. Então pode ser designado Relator *ad hoc*.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – *(Fora do microfone.)*

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Pode. Só queria fazer em homenagem a V. Ex^a por ter vindo cedo à nossa reunião também, mas sem nenhum problema.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC. *Fora do microfone.)* – Entrei mudo e vou sair calado.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – É verdade, mas estou lhe devendo cinco minutos de conversa aqui.

Muito obrigado.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 99, de 2012

– Terminativo –

Fomenta e incentiva a recuperação florestal em assentamentos rurais, em áreas desapropriadas pelo poder público e em áreas de

gradadas de posse de agricultores familiares, em especial, de comunidades quilombolas e indígenas e dá outras providências.

Autoria: Deputado Maurício Rands e outros

Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg, agora substituído pelo Relator *ad hoc*, Senador Sérgio Souza.

Relatório: Pela aprovação com as emendas nºs 1, 2 e 3-CCJ/CRA

Observações: *Matéria apreciada pela CCJ e pela CRA, com parecer pela aprovação do projeto, com as três emendas apresentadas na CCJ. A matéria constou nas pautas dos dias 21/05/2013, 11/06/2013 e 25/06/2013. Conforme entendimento adotado pela CMA, poderá ser designado relator “ad hoc” para o projeto.*

Com a palavra, Senador Sérgio Souza, para ler o seu relatório.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Sr. Presidente. O relatório é do Senador Rodrigo Rollemberg.

Agradeço a designação como Relator *ad hoc*.

Submete-se ao exame terminativo da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 99, de 2012, dos Deputados Maurício Rands e Weliton Prado.

Estruturada em cinco artigos, a proposição tem por objetivo fomentar e incentivar ações que promovam a recuperação florestal e a implantação de sistemas agroflorestais em áreas rurais desapropriadas pelo Poder Público e em áreas degradadas em posse de agricultores familiares assentados, quilombolas e indígenas, entre outras providências.

As ações previstas no projeto serão conduzidas pelo Governo Federal, no contexto dos programas e das políticas públicas já existentes, devendo representar alternativa econômica e de segurança alimentar e energética para os beneficiários. Por fim, a proposição estipula que tais ações poderão ser financiadas com recursos de fundos nacionais voltados para a temática ambiental, também já existentes atualmente.

No Senado Federal, o PLC nº 99, de 2012, foi distribuído às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e, em decisão terminativa, à CMA.

Segundo parecer adotado na CCJ, a proposição não incorre em vício de regimentalidade, constitucionalidade ou juridicidade. Contudo, aquela Comissão aprovou três emendas de redação, com o objetivo de melhorar a técnica legislativa do projeto.

Na CRA, o PLC nº 99, de 2012, recebeu manifestação favorável, incluídas as emendas acatadas pela

CCJ. Por fim, a CRA sugere o oferecimento, pela CMA, de substitutivo à proposta, para incluir as novas prescrições no Código Florestal Brasileiro – Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 –, evitando-se, assim, a edição de legislação extravagante.

Até o momento, não foram oferecidas novas emendas.

Passo, então, Sr. Presidente, à análise.

De acordo com as alíneas “a”, “b” e “c” do inciso II do art. 102-A do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CMA, Comissão de Meio Ambiente, opinar sobre assuntos atinentes à defesa do meio ambiente, especialmente sobre política e sistema nacional do meio ambiente, bem como sobre preservação, conservação, exploração e manejo de florestas e da biodiversidade.

O PLC nº 99, de 2012, procura estimular a conjugação de dois objetivos meritórios. Por um lado, consolida mecanismos de recuperação florestal e de implantação de sistemas agroflorestais e, por outro, cria meios de garantir a segurança econômica, alimentar e energética para os beneficiários. Desse modo, procura coordenar soluções que atendam, simultaneamente, a critérios econômicos, ambientais e sociais, estratégia em plena consonância com o conceito de desenvolvimento sustentável.

Após dois anos de tramitação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, consideramos que o projeto assumiu uma forma plenamente satisfatória para os objetivos a que se propõe.

Resta apenas apreciar a sugestão elaborada pela CRA quanto a incorporar o conteúdo do projeto ao art. 58 da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que substitui o anterior Código Florestal brasileiro e que trata, entre outras medidas, da proteção da vegetação nativa.

Entendemos que o conteúdo do projeto de lei em exame complementa e dá maior concretude ao disposto naquele art. 58, do novo Código Florestal. Entretanto, consideramos que a medida encontra melhor acolhida em legislação autônoma, conforme preconizado no texto aprovado pelas comissões que antecederam o exame da CMA.

O voto, Sr. Presidente, é pela aprovação do Projeto de Lei nº 99, de 2012, com as emendas aprovadas na CCJ e na Comissão de Agricultura.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Sérgio Souza.

Então, a discussão fica adiada para a próxima reunião, quando faremos a votação.

Vamos ao último item da nossa pauta.

Convido o Senador Ivo Cassol para ser o Relator *ad hoc* do item 10. Antes, quero dizer que a matéria

constou nas pautas dos dias 11/06/2013 e 25/06/2013. Portanto, pode ser designado Relator *ad hoc*, que passa a ser o Senador Ivo Cassol.

ITEM 10
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 131, de 2010
– Terminativo –

Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, e a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, e dá outras providências, para determinar que rótulos, embalagens, etiquetas, bulas e materiais publicitários de produtos elaborados com recurso à nanotecnologia contenham informação sobre esse fato.

Autoria: Senador Tião Viana

Relatoria: Senador Ivo Cassol, substituído pelo Relator *ad hoc* Senador Cícero Lucena.

Relatório: Pela rejeição.

Informo que a matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com parecer pela rejeição do projeto.

Com a palavra, o Senador Ivo Cassol

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Obrigado, Sr. Presidente.

O Projeto de Lei do Senado nº 131, de 2010, do Senador Tião Viana, altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, e a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, e dá outras providências, para determinar que rótulos, embalagens, etiquetas, bulas e materiais publicitários de produtos elaborados com recurso à nanotecnologia contenham informação sobre esse fato.

O voto, Sr. Presidente.

Isso exposto, opinamos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 131. Sala da Comissão, Relator *ad hoc*, Senador Ivo Cassol.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Ivo Cassol.

A discussão, então, fica adiada para a próxima reunião, quando faremos a votação.

O último item da nossa pauta é um aditamento a um requerimento que o Senador Delcídio do Amaral

está fazendo para quando da audiência pública em que vamos discutir o gás de xisto.

EXTRAPAUTA
ITEM 14
REQUERIMENTO DA COMISSÃO
MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS.,
FISC. E CONTR Nº 42, de 2013

Requeiro, nos termos do art. 58, da Constituição Federal do Brasil e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão do nome do Sr. REGINALDO MEDEIROS, da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia – Abraceel, membro do Fórum das Associações Empresariais Pró-Desenvolvimento do Mercado de Gás Natural, entre os convidados para participar da audiência pública que trata o Requerimento 31/2013-CMA, que pretende realizar Audiência Pública sobre gás de xisto.

Autoria: Senador Delcídio do Amaral

Em votação. (*Pausa.*)

Está aprovado o aditamento.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião e convoco os meus pares para terça-feira, às 8h30 da manhã, para que possamos, então, limpar a nossa pauta dos projetos que foram lidos e que não foram votados no dia de hoje.

Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 8 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 10 minutos.)

ATA DA 22ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA
COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CON-
SUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 3ª
SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGIS-
LATURA, REALIZADA EM 9 DE JULHO DE 2013,
TERÇA-FEIRA, ÀS 08H30, NA ALA SENADOR NILO
COELHO, SALA Nº 6.

Às oito horas e trinta e um minutos do dia nove de julho de dois mil e treze, na sala de reuniões nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **BLAIRO MAGGI**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **ANIBAL DINIZ, ACIR GURGACZ, ANA RITA, RODRIGO ROLLEMBERG, VALDIR RAUPP, IVO CASSOL, ATAÍDES OLIVEIRA, CÍCERO LUCENA, BLAIRO MAGGI, VANESSA GRAZZIOTIN, SÉRGIO SOUZA e FLEXA RIBEIRO**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores **JORGE VIANA, ROMERO JUCÁ, LUIZ HENRIQUE, GARIBALDI ALVES, KÁTIA ABREU, JOSÉ AGRIPINO, EDUARDO AMORIM e FERNANDO COLLOR**. A Presidência declara abertos os trabalhos e submete a dispensa da leitura

e a aprovação da ata da reunião anterior. A ata foi aprovada. O Presidente comunica o recebimento do seguinte documento, que está à disposição dos senhores senadores para consulta na secretaria da comissão: Ofício nº 19425/2013/GM/CGU-PR, informando que está disponibilizado no sítio eletrônico da Controladoria-Geral da União versão alterada do relatório de fiscalização do município de Piçarra/PA – 37ª Etapa do Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos. Comunica, ainda, o recebimento, na data de 8 de julho de 2013, de requerimento de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, em que “requer, nos termos do inciso V, do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, o comparecimento do Senhor Ministro das Cidades, Aguinaldo Velloso Borges Ribeiro, para prestar esclarecimentos acerca do cancelamento da missão da ONU, cujo objetivo era avaliar a situação do acesso à água e saneamento no país”. Após, o Presidente faz a **LEITURA DE AVISOS**, em conformidade ao Ato nº 02, de 2009, da comissão. Conforme análise prévia, os seguintes avisos estarão à disposição dos senadores membros para consulta na secretaria da comissão por 7 dias. após este prazo, se não houver manifestação, os avisos serão arquivados: Aviso do TCU nº 760, de 19 de junho de 2013. Cuida de relatório de auditoria realizada no Ministério dos Transportes com o objetivo de verificar a evidenciação contábil da programação institucional e da situação patrimonial do órgão a partir dos resultados gerais do exercício de 2009, em comparação com os do exercício de 2008, demonstrados no balanço orçamentário. Enquadrado no inciso V do art. 2º do Ato 02/2009-CMA; Aviso do TCU nº 826, de 3 de julho de 2013. Cuida de auditoria em obras localizadas no município de Santarém/PA, integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), as quais continham indícios de sobrepreço constatados por fiscalização realizada pela CGU. Enquadrado no inciso V do art. 2º do Ato 02/2009-CMA; Aviso do TCU nº 769, de 19 de junho de 2013. Cuida de auditoria relativa à reforma e ampliação do terminal de passageiros, do sistema viário de acesso e demais obras complementares do Aeroporto Internacional Afonso Pena, em São José dos Pinhais/PR - região metropolitana de Curitiba. Enquadrado no inciso V do art. 2º do Ato 02/2009-CMA. A seguir, o Presidente lê e comenta o editorial veiculado no jornal Estadão, intitulado “Paradoxo Ambiental”. Usam da palavra os Senhores Senadores **RODRIGO ROLLEMBERG, VALDIR RAUPP, SÉRGIO SOUZA e IVO CASSOL**. Passa-se à **PAUTA**. **ITEM 1) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 43, de 2013**, que “Com amparo no art. 58, § 2º, incisos II, III e V, da Constitui-

ção Federal, e nos arts. 90, incisos II e III, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública conjunta desta Douta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) com a Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), para que sejam prestadas informações a respeito da opção pela construção de usinas hidrelétricas a fio d’água como opção preferencial para a expansão da geração hidrelétrica no Brasil. Tendo em vista o tema a ser abordado, sugiro que, para a mencionada audiência, sejam convidadas as seguintes personalidades: Dra. Izabela Mônica Vieira Teixeira, Ministra de Estado do Meio Ambiente; Sr. Edison Lobão, Ministro de Estado de Minas e Energia; Dr. Francisco Luiz Sibut Gomide, engenheiro civil, economista, PhD pela Colorado State University (USA) e Ex-ministro de Estado de Minas e Energia; Professor Sérgio Bajay, departamento de Energia, Faculdade de Engenharia Mecânica da Unicamp, SP, especialista em planejamento energético”. Autoria: Senador Flexa Ribeiro e outros. Resultado: Aprovado com aditamento, substituindo-se o convidado Edison Lobão, Ministro de Estado de Minas e Energia, por Márcio Zimmermann, Secretário Executivo do Ministério de Minas e Energia. **ITEM 2) AVISO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS. E FISC. E CONTROLE Nº 27, de 2012 - Não Terminativo**, que “Encaminha cópia do Acórdão nº 3130/2012 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente à concessão de crédito relativa à demolição e reconstrução do Estádio Octávio Mangabeira, em Salvador/BA, celebrada entre o Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB e a Sociedade de Propósito Específico Fonte Nova Negócios e Participações S.A. - FNP, realizada em cumprimento ao Acórdão 3.270/2011 - Plenário (TC 027.354/2012-1)”. Autoria: Tribunal de Contas da União. Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatório: Pelo arquivamento. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pelo arquivamento da matéria. **ITEM 3) AVISO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS. E FISC. E CONTROLE Nº 9, de 2013 - Não Terminativo**, que “Encaminha cópia do Acórdão nº 575/2013 - TCU - Plenário, e do Relatório e Voto que o fundamentam, referente ao acompanhamento da operação de concessão de crédito relativa ao financiamento do projeto Bus Rapid Transit (BRT) Transcarioca, corredor T5, que liga a Barra da Tijuca ao Aeroporto Internacional Tom Jobim (Galeão), celebrada entre o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e a prefeitura do Município do Rio de Janeiro. (TC 015.235/2011-4)”. Autoria: Tribunal de Contas da União. Relatoria: Senadora Va-

nessa Grazziotin. Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pelo conhecimento e arquivamento da matéria. **ITEM 4) AVISO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS. E FISC. E CONTROLE Nº 12, de 2013 - Não Terminativo**, que “Encaminha cópia do Acórdão nº 657/2013 - TCU - Plenário proferido nos autos do processo nº TC 010.147/2012-8, acompanhado do Relatório e do Voto que fundamentam, referente a Auditoria que visa conhecer e avaliar a forma como a ANP realiza o controle da medição da produção de petróleo e de gás natural”. Autoria: Tribunal de Contas da União. Relatoria: Senador Anibal Diniz (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad Hoc: Senador Rodrigo Rollemberg. Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela apresentação de requerimento de informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia. **ITEM 5) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 50, de 2006 - Não Terminativo**, que “Autoriza o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS a receber em dação em pagamento o imóvel que especifica”. Autoria: Presidente da República. Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatório: Pela rejeição. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela rejeição do projeto. **ITEM 6) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 50, de 2013 - Não Terminativo**, que “Altera a Lei nº 11.265, de 3 de janeiro de 2006, que regulamenta a comercialização de alimentos para lactentes e crianças de primeira infância e também a de produtos de puericultura correlatos, para aumentar a segurança de produtos de puericultura e para vedar a produção, a importação, a distribuição e a doação de andador infantil”. Autoria: Senador Paulo Davim. Relatoria: Senador Anibal Diniz. Relatório: Pela rejeição. Resultado: Retirado de Pauta pelo Relator. **ITEM 7) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 59, de 2010 – Terminativo**, que “Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências - Estatuto da Cidade, no que diz respeito à arborização urbana”. Autoria: Deputado Miguel Martini. Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad Hoc: Senador Ataídes Oliveira. Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo. Resultado: Aprovado o projeto na forma da emenda nº 1-CMA (Substitutivo), por unanimidade. Nos termos do art. 282 do RISF, a matéria será submetida a turno suplementar de discussão na próxima reunião da Comissão, estando aberto o prazo para apresentação de emendas ao

substitutivo. **ITEM 8) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 99, de 2012 – Terminativo**, que “Fomenta e incentiva a recuperação florestal em assentamentos rurais, em áreas desapropriadas pelo poder público e em áreas degradadas de posse de agricultores familiares, em especial, de comunidades quilombolas e indígenas e dá outras providências”. Autoria: Deputado Maurício Rands e outros. Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad Hoc: Senador Sérgio Souza. Relatório: Pela aprovação com as emendas nºs 1, 2 e 3-CCJ/CRA. Resultado: Aprovado o projeto com as emendas nºs 1, 2 e 3-CCJ/CRA/CMA, por unanimidade. **ITEM 9) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 577, de 2009 – Terminativo**, que “Altera o artigo 4º da Lei no 8.730, de 10 de novembro de 1993, para estabelecer que as declarações de bens exigidas nas prestações de contas ao Tribunal de Contas da União sejam disponibilizadas mediante acesso aos dados informatizados disponíveis na autoridade tributária”. Autoria: Senador Renato Casagrande. Relatoria: Senador Ataídes Oliveira. Relatório: Pela aprovação do projeto e das emendas nºs 1, 2 e 3-CAE, com uma subemenda à emenda nº 1-CAE que apresenta. Resultado: Concedida vista coletiva do projeto, nos termos do art. 132 do RISF. **ITEM 10) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 131, de 2010 – Terminativo**, que “Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, e a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, e dá outras providências, para determinar que rótulos, embalagens, etiquetas, bulas e materiais publicitários de produtos elaborados com recurso à nanotecnologia contenham informação sobre esse fato”. Autoria: Senador Tião Viana. Relatoria: Senador Cícero Lucena (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad Hoc: Senador Ivo Cassol. Relatório: Pela rejeição

Resultado: Rejeitado o projeto, por unanimidade.

ITEM 11) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 164, de 2010 – Terminativo, que “Altera a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que “Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e dá outras providências”. Autoria: Senador Pedro Simon. Relatoria: Senador Sérgio Souza. Relatório: Pela rejeição. Resultado: Rejeitado o projeto, por unanimidade. **ITEM 12) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 52, de 2012 – Terminativo**, que “Altera o art. 3º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para aprimorar o direito à informação sobre as condições de fruição dos serviços pré-pagos”. Autoria: Senadora Lídice da Mata. Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatório: Pela aprova-

ção. Resultado: Aprovado o projeto, por unanimidade.

ITEM 13) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 112, de 2013 – Terminativo, que “Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nºs 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências, com o objetivo de instituir incentivos e programas para implantação de sistemas de coleta, armazenamento e utilização de águas pluviais em condomínios residenciais e comerciais”. Autoria: Senador João Durval. Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Concedida vista coletiva do projeto, nos termos do art. 132 do RISF. Nada mais havendo a tratar, o Presidente convoca seus pares para comparecer à próxima reunião e encerra a reunião às dez horas e sete minutos, lavrando eu, Raymundo Franco Diniz, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Blairo Maggi**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

REGISTRO DA TAQUIGRAFIA DA REUNIÃO DE 09/07/2013

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Declaro aberta a 22ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Comunico o recebimento do seguinte documento, que está à disposição das Sras e dos Srs. Senadores para consulta na Secretaria da Comissão: Ofício nº 19.425, de 2013, da CGU, informando que está disponibilizado no sítio eletrônico da Controladoria-Geral da União versão alterada do Relatório de Fiscalização do Município de Piçarra, no Pará, da 37ª Etapa do Cronograma de Fiscalização a partir dos Sorteios Públicos.

Comunico ainda o recebimento, na data de 08 de julho de 2013, de requerimento de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que propõe, nos termos do inciso V do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, o comparecimento do Sr. Ministro das Cidades, Aguinaldo Velloso Borges Ribeiro, para prestar esclarecimentos acerca do cancelamento da missão da ONU, cujo objetivo era avaliar a situação de acesso à água e saneamento no País.

Informo que o requerimento é dado como lido nesta reunião e será apreciado quanto ao mérito na próxima pauta deliberativa.

Leitura dos avisos, em conformidade ao Ato nº 2, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, do Senado Federal.

Informo que todos os avisos estão relacionados na pauta da reunião.

Conforme análise prévia, os seguintes avisos estarão à disposição dos Senadores-membros para consulta na Secretaria da Comissão por sete dias. Após esse prazo, se não houver manifestação, os avisos serão arquivados.

Aviso do TCU nº 760, de 19 de junho de 2013. Cuida de relatório de auditoria realizado no Ministério dos Transportes, com objetivo de verificar a evidencição contábil da programação institucional e da situação patrimonial do órgão, a partir dos resultados gerais do exercício de 2009, em comparação com o exercício de 2008, demonstrados no balanço orçamentário enquadrado no inciso V do art. 2º do Ato nº 2 da CMA.

Bom dia, Senador Rodrigo! Bem-vindo.

Aviso do TCU nº 826, de 3 de julho de 2003. Cuida de auditoria de obras realizadas no Município de Santarém, no Pará, integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), as quais continham indícios de sobrepreço constatados por fiscalização realizada pela CGU, enquadrados no inciso V do art. 2º do Ato nº 2, de 2009, da CMA.

Aviso do TCU 769, de 19 de junho de 2013. Cuida de auditoria relativa à reforma e à ampliação do terminal de passageiros do sistema viário de acesso e demais obras complementares do Aeroporto Internacional Afonso Pena, em São José dos Pinhais, no Paraná, região metropolitana de Curitiba, enquadrado no inciso V do art. 2º do Ato nº 2, de 2009, da CMA.

Antes de passarmos à pauta, gostaria de fazer um breve resumo da última reunião da nossa Comissão, realizada no dia 2 de julho. Então, vamos ao resumo do dia 2 de julho.

Foram aprovados os seguintes requerimentos.

Requerimento nº 36, 2013, da CMA, de autoria do Senador Ivo Cassol, que convida os Srs. Nestor Severo e José Sérgio Gabrielli, ex-diretor internacional e ex-Presidente da Petrobras, respectivamente, com a finalidade de esclarecer fatos contidos em matéria veiculada na revista *Veja*, intitulada “Um Bilhão pelo Ralo”.

Requerimento nº 37, de 2013, da CMA, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, para que seja realizada audiência pública sobre o funcionamento da telefonia celular no País, notadamente nos Estados da Região Norte.

Requerimentos nºs 38 e 39, de 2013, da CMA, de autoria do Senador Vital do Rêgo, que solicita que o Tribunal de Contas da União e esta Comissão apurem denúncias feitas pelo Prefeito de Emas e divulgadas no jornal da Paraíba de que o Governador Ricardo Coutinho mandou cortar os três carros-pipas que abastecem a população da cidade, que sofre com a falta de água na região, simplesmente porque ele, o Prefeito, disse que não iria aderir ao seu projeto de reeleição.

Requerimento nº 40, de 2013, da CMA, de autoria dos Senadores Sérgio Souza, Ana Amélia e Walde-mir Moka, que solicita a realização de auditoria, pelo Tribunal de Contas da União, nas instâncias gestoras operacionais do Sistema Único de Saúde, com a finalidade de avaliar o cumprimento do dispositivo da Lei 12.732, de 2012, acerca do primeiro tratamento de pacientes com neoplasia maligna comprovada e estabelece prazos para o seu início, bem como a situação em que se encontra a atenção de saúde dos portadores de câncer.

Requerimento nº 42, de 2013, também da CMA, de autoria do Senador Delcídio do Amaral, que solicita a inclusão do nome do Sr. Reginaldo Medeiros, da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (Abraceel), membro do Fórum das Associações Empresariais Pró-Desenvolvimento do Mercado de Gás Natural, entre os convidados para participar da audiência pública de que trata o Requerimento 31, de 2013, da CMA, sobre a extração de gás natural de xisto pelo sistema de fraturamento.

O seguinte projeto foi deliberado: aprovado parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 448, de 2012, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, com Emendas nº 1 e 2, da CMA, que tipifica o crime contra as relações de consumo, a fixação de avisos de isenção de responsabilidade por danos ocorridos nas dependências de estabelecimentos comerciais, com a relatoria *ad hoc* do Senador Ivo Cassol.

Também foram lidos os seguintes projetos terminativos nesta Comissão, que constam na pauta desta reunião.

Projeto de Lei da Câmara nº 59, 2010; Projeto de Lei da Câmara nº 99, 2012; Projeto de Lei do Senado nº 577, de 2009; Projeto de Lei do Senado nº 131, de 2010; e Projeto de Lei do Senado 112, de 2013.

Os demais itens foram adiados e serão apreciados nesta nossa reunião.

Eu gostaria de fazer a leitura de um editorial que foi publicado hoje no *Estadão* e reflete um pouco das nossas opções e tomadas de decisões políticas que o País tem feito sobre a questão da matriz energética. Estão relatadas neste editorial cuja leitura farei neste

momento. O título é “Paradoxo Ambiental”, de 9 de julho de 2013, do jornal *O Estado de S. Paulo*:

A realização, em agosto, do primeiro leilão em cinco anos para oferta de energia elétrica a ser gerada em usinas térmicas que utilizam o carvão como combustível sintetiza o que o presidente da empresa de Pesquisa Energética (EPE), Maurício Tolmasquim, chama de “paradoxo ambiental” no setor.

De fato, a maior utilização de usinas térmicas – inclusive as que usam o carvão, cuja combustão resulta em lançamento de poluentes no ambiente – tende a piorar a qualidade do ar, mas ela decorre de restrições ambientais à ampliação da geração hidroelétrica, que não polui o ambiente.

Bom dia, Senador Valdir Raupp. Bem-vindo!

Há tempos, o presidente da EPE, a empresa federal encarregada de planejar a expansão das fontes de energia do País, vem observando que será necessário incluir novas usinas térmicas na próxima revisão anual do Plano Decenal de Expansão de Energia, cujo horizonte será estendido para 2022.

A geração hidrelétrica representa cerca de 70% da matriz elétrica brasileira e, até 2021, o governo pretende ampliá-la em 39%. No entanto, esse aumento será insuficiente para atender à demanda, e não poderá ser maior porque dois fatores, ambos de natureza ambiental, vêm limitando a expansão da geração hidrelétrica.

Um deles, lembrado por Tolmasquim ao anunciar o leilão de térmicas a carvão, é o atraso na concessão de licenças ambientais para diversos projetos hidrelétricos, o que resultará no atraso da entrega da energia que eles deverão gerar. Isso exigirá a geração dessa energia por outras formas, o que implicará o aumento da participação das termoeletricas no sistema, inclusive as que utilizam carvão.

Outro fator que reduz a geração hidrelétrica é a exigência de diminuição, ou até a eliminação, dos reservatórios, para evitar a inundação de florestas ou áreas consideradas intocáveis por ambientalistas e indigenistas. Os reservatórios asseguram às usinas em operação no País o fluxo regular da água por suas turbinas, independentemente do regime dos rios.

Novas usinas licenciadas, como as de Jirau, Belo Monte e Teles Pires, no entanto, operarão no regime de fio d’água, isto é, suas turbinas serão movidas pelo fluxo natural do rio, que varia de acordo com as estações. Isso reduz de maneira expressiva sua capacidade efetiva de geração, na comparação com a capacidade das usinas com reservatórios.

Para evitar uma crise de abastecimento no futuro é preciso programar o aumento da geração por outras fontes que cubram o déficit de geração hidrelétrica. “O mercado precisa ter a garantia do suprimento da ener-

gia”, disse Tolmasquim, “então foi necessário incluir usinas a carvão, além das de biomassa e a gás natural.”

A intenção do governo é que a expansão da participação das usinas termoeletricas no sistema de geração de energia elétrica nos próximos anos seja sustentada por unidades que utilizem o gás natural como combustível, por sua eficiência energética e por seu baixo potencial de poluição.

Quanto mais gás se utilizar, menor será a necessidade de usar carvão, mais poluente, ou de expandir a geração nuclear, cujo custo é muito mais alto. O mais recente planejamento energético do governo previu a necessidade de construção de quatro a oito usinas nucleares até 2030, mas Tolmasquim admite que isso será revisto.

A desejada intensificação do uso do gás natural, no entanto, esbarra em um problema concreto. Qualquer que seja o combustível, o custo da geração termoeletrica é mais alto do que o da hidrelétrica, mas, mesmo intensificando o uso das termoeletricas, o governo quer assegurar o fornecimento sem onerar excessivamente o consumidor. Isso será mais difícil com a expansão da geração a gás, pois o gás natural liquefeito que o País importa é caro e não se dispõe de alternativa economicamente viável a ele.

O leilão de agosto será para oferta de energia em 2018, a ser gerada por usinas térmicas. A necessidade de garantir o fornecimento futuro de energia elétrica, sem que o consumidor pague demais por isso, forçou a escolha das usinas a carvão.

Esse editorial que acabo de ler reflete bem o dilema que o País vive nas questões de escolhas ambientais contra escolhas de geração de energia e de crescimento. Se nós temos hoje usinas hidrelétricas com reservatórios pequenos ou não temos reservatórios, como se disse aqui no editorial – nós temos usinas a fio d’água como Jirau, Santo Antônio, Belo Monte e Teles Pires, que serão construídas –, é óbvio que nós vamos ter uma energia regulada pelas chuvas. Se chove mais, nós temos mais energia; se chove menos, temos menos energia.

A quem nos assiste em casa informo que é mais ou menos assim que acontece com quem, na sua casa, recebe água da rua: é como se você não tivesse caixa d’água e toda a água dependesse da concessionária, de ela estar injetando na tubulação. No momento em que quebra uma bomba, no momento em que estoura um cano na rua, você fica sem água; enquanto, tendo a caixa d’água, que seria o reservatório da usina, se para de chover um dia, dois, três meses, como são os ciclos de chuva principalmente na Região Norte, os reservatórios mantêm a capacidade de geração de energia.

Então nós, o Brasil, segundo o Dr. Maurício Tolmasquim, estamos fazendo uma opção. Não queremos reservatórios, mas temos que ter então outra opção de geração de energia e essa outra opção, aliás, é a termoeletrica a partir de carvão, a partir de gás, biomassa e também de energia nuclear.

Se não quisermos ter reservatórios, temos que ter outras alternativas, e essas alternativas são mais caras e, certamente, na minha opinião, muito mais prejudiciais ao meio ambiente, porque as usinas nucleares estão dentro das cidades, em áreas que são densamente povoadas, e se ocorrer qualquer acidente numa delas, os transtornos serão muito maiores. Quanto ao gás, está explicado que nós não temos gás suficiente; resta a usina de biomassa, a partir de resíduos de bagaço de cana, que logo será concorrente da produção de etanol a partir de celulose.

O usineiro terá que fazer uma opção: vai fazer etanol a partir do bagaço ou vai fazer energia a partir do bagaço. Certamente, vai fazer aquilo que dá mais dinheiro. Se der mais dinheiro fazer etanol, ele vai deixar de gerar energia, o que agravará o problema que temos de geração de energia, já que a geração de energia a partir de bagaço de cana é significativa para o País, o volume de energia elétrica produzido por esse setor é bastante grande. Então, o Brasil vive numa encruzilhada.

Obviamente, nós, aqui, da Comissão de Meio Ambiente, temos também o dever e a obrigação de discutir essas matérias, de dar a nossa opinião, porque as nossas decisões de hoje serão o nosso futuro no País. Nós seremos o que nós programarmos hoje.

Eu concedo a palavra ao Senador Rodrigo Rollemberg para suas considerações.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Blairo Maggi. Bom dia a V. Ex^a, ao Senador Valdir Raupp, aos demais membros da Comissão e aos que nos ouvem e assistem pela TV e Rádio Senado.

Eu considero esse tema da maior importância, Senador Blairo Maggi. V. Ex^a traz um tema estratégico para o Brasil, e eu quero aqui sugerir que V. Ex^a avalie a possibilidade de fazermos um seminário, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, com calma, com tranquilidade, para analisar, para estudar esse tema com muita profundidade.

É importante registrar que todos os países, qualquer país para crescer precisa ter a energia como insumo básico. E o Brasil é um País que, felizmente, tem uma possibilidade muito grande de se desenvolver, porque tem uma matriz energética extremamente diversificada. Mas é claro que todas as opções têm os seus benefícios e têm os seus problemas.

O que temos que fazer de forma profunda, de forma científica, deixando as paixões de lado, é efetivamente identificar, descobrir qual o melhor caminho a ser seguido pelo País e qual a melhor alternativa para cada região.

O fato é que o Brasil tem uma grande vocação para energia eólica. Está crescendo o nosso parque eólico, especialmente no Nordeste brasileiro e no Estado do Rio Grande do Sul. E nós precisamos saber qual é a efetiva capacidade de ampliação desse parque eólico, sabendo também que, embora seja uma atividade que tem pouco impacto ambiental do ponto de vista da emissão de gases de efeito estufa, por exemplo, é uma atividade também que tem um impacto cênico especialmente nas áreas litorâneas brasileiras.

Qual é a perspectiva e o potencial adequado ou o potencial economicamente viável para ser explorado, por exemplo, no que se refere à energia fotovoltaica? O Brasil também já tem algumas experiências bem sucedidas. É importante estudar isso com profundidade porque muitas vezes o estímulo dado pelo Governo no início de uma atividade econômica como essa, como foi com o álcool no passado, pode fazer com que essa atividade, com que essa forma de energia seja economicamente viável.

Agora, o que me parece óbvio, e me orgulho muito de ter contribuído para a implantação da Embrapa Agroenergia aqui no Distrito Federal, é o desenvolvimento da agroenergia no Brasil, seja através de óleos vegetais.

Tivemos um grande entusiasmo no Brasil com o biodiesel. Depois, senti que, a partir da descoberta do pré-sal, parece que houve um arrefecimento desses programas.

Temos o etanol de primeira, de segunda, de terceira geração, nós temos a energia através da biomassa, nós temos as florestas energéticas, enfim, um conjunto de possibilidades e de potenciais que precisam ser estudados e estimulados com políticas públicas consistentes, com oferta de crédito, com assistência técnica e extensão tecnológica que permita efetivamente o Brasil crescer.

E temos a questão da hidrelétrica, cujo debate precisamos fazer. A ANA (Agência Nacional de Águas) defende um potencial maior de reservação de água. Por outro lado, percebemos também que as usinas a fio d'água, embora reduzam a capacidade de geração de energia elétrica, também reduzem consideravelmente o impacto ambiental, e nós não podemos deixar de levar isso em consideração, porque estamos falando de geração de energia em um bioma frágil como é o bioma amazônico.

Agora mesmo está-se discutindo a implementação de indústrias hidrelétricas no Teles Pires, próximo ao Rio Tapajós. Isso realmente é extremamente delicado e certamente vai gerar uma grande polêmica.

Há a questão também das usinas nucleares que, embora sejam usinas que emitam poucos gases de efeito estufa, têm outro tipo de problema, que é o alto custo, a questão da segurança, e especialmente a questão do lixo radioativo, ou seja, não temos nenhuma alternativa que seja, digamos, perfeita, que não tenha algum tipo de impacto ambiental.

O que precisamos fazer, tendo como base a ciência, o conhecimento e as características de cada região, de cada bioma onde serão produzidas essas energias, é efetivamente compreender os enormes desafios e a necessidade, no Brasil, de novas energias e quais os melhores caminhos a serem trilhados. Fato é que, para o Brasil se desenvolver, e se desenvolver de forma sustentável, um insumo é indispensável, e esse insumo é a energia. E é uma sorte, digamos assim, um privilégio para o Brasil poder dispor de todas essas alternativas energéticas – e não falei do petróleo, do pré-sal, que é fundamental também que saibamos utilizar no momento adequado, porque ainda, por muitos anos, o petróleo será a alternativa energética mais importante no mundo. Que saibamos também aproveitar os recursos auferidos com o petróleo do pré-sal para, efetivamente, darmos um salto de qualidade no desenvolvimento do País.

Portanto, fica aqui a sugestão de que esta Comissão possa aprofundar esse debate, com um conjunto de audiências públicas, trazendo os maiores especialistas brasileiros nessa temática, para que possamos, compreendendo o tamanho do problema, formular as soluções adequadas para tal.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Rodrigo Rollemberg.

Passo a palavra ao Senador Valdir Raupp, Senador por Rondônia, Estado que, neste momento, tem duas grandes usinas hidrelétricas sendo construídas, Jirau e Santo Antônio, que são usinas a fio d'água. Acho que lá, se tivessem sido feitas barragens com alturas maiores, talvez se aproveitasse melhor o potencial do rio e o volume de água.

Passo a palavra ao Senador Valdir Raupp para suas considerações.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Senador Blairo Maggi, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, senhoras e senhores ouvintes e telespectadores da Rádio Senado, da TV Senado, esse é um tema muito importante a ser debatido. Vejo que, na linha que o Senador Rodrigo Rollemberg apontou, já temos, aqui na Comissão, para votar hoje um requerimento de

autoria do Senador Flexa Ribeiro que convida várias autoridades para debaterem esse tema, justamente, da capacidade das nossas usinas hidrelétricas.

V. Ex^a falou das usinas construídas no rio Madeira, Jirau e Santo Antônio, e que poderiam ter sido construídas usinas com o dobro da capacidade. Hoje, elas vão gerar em torno de 7 mil megawatts; poderiam chegar a 14 mil megawatts se tivessem aumentado um pouco mais o reservatório para gerar mais energia.

Mas acredito que temos ainda muitos potenciais. Lá no rio Madeira mesmo, há mais um grande potencial, com que, mesmo a fio d'água, como Jirau e Santo Antônio, poderemos ampliar em mais 3,7 mil megawatts, na usina de Cachoeira Ribeirão, próxima a Guajará-Mirim, no mesmo rio. Seria binacional, em parceria com a Bolívia.

Ainda temos uma quarta usina, no rio Machado, de 350 mega, reduzindo; ela seria de 500 mega, e foi reduzida a cota para poder impactar menos o meio ambiente.

A usina de Belo Monte, estivemos lá visitando – V. Ex^a esteve junto; eu, V. Ex^a, o Senador Ivo Cassol e outros Senadores –, poderia praticamente dobrar sua capacidade aumentando pouca coisa além da cota para gerar mais energia. Mas vejo que, no futuro, se for preciso e a população assim entender, e os técnicos estudarem, poderá ser ampliada a capacidade de todas essas usinas.

Temos ainda aproveitamentos vários na Amazônia, como no rio Juruena, no rio Tapajós, mesmo no Xingu, no Teles Pires e em outros rios, com que ainda poderemos ampliar a nossa capacidade de geração de energia hídrica. E o Brasil continua sendo o país com maior matriz energética com energia limpa, e não necessitamos, no momento, de ampliar a nossa geração térmica, a carvão, enfim, basta aproveitarmos os nossos potenciais.

As pessoas convidadas – eu queria acrescentar aqui que isso é de comum acordo com o Governo – são: Dr^a Izabella Mônica Vieira, Ministra de Estado do Meio Ambiente; o Ministro Edison Lobão, que eu pediria, isso aqui em um consenso, para que fosse substituído, se a Comissão assim bem entender, pelo Secretário Executivo do Ministério de Minas e Energia, Dr. Márcio Zimmermann, que é especialista nessa área de geração de energia elétrica – isso seria um entendimento feito até com o Governo, com o Ministério –; e temos ainda outros professores e pessoas especialistas nessa área de geração de energia elétrica. Então, eu faria aqui essa ponderação, para convidar o Dr. Márcio Zimmermann.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Obrigado, Senador Valdir Raupp.

Vamos conversar com o autor, o Senador Flexa Ribeiro, para, com a concordância dele, fazermos essa substituição que V. Ex^a está propondo.

Passo a palavra ao Senador Sérgio Souza, Senador pelo Paraná, para suas considerações.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Sr. Presidente, Senador Blairo Maggi.

Caros colegas Senadores, senhoras e senhores, há uma semana, Presidente Valdir Raupp, estive visitando Itaipu. A vazão que saía naquele momento pelo vertedor dava para tocar mais uma Itaipu. E olha que Itaipu, sozinha, gera em torno de 17% a 18% de toda a energia no Brasil. Na década de 80, gerava 60% a 70% da energia no Brasil, e é uma usina fio d'água. O reservatório que ela tem, na verdade, não é para tocar a usina. E, sim, pela calha do rio, houve um pouco de alagamento. Como grande parte das usinas no Brasil, é uma usina a fio d'água.

Ouvi recentemente um anúncio do Governo dizendo que vamos instalar usinas a carvão no Rio Grande do Sul para aproveitar o potencial energético, porque precisamos, na época de seca, compensar. A única forma de se guardar energia é o reservatório ou baterias. Mas de que tamanho de baterias se precisa? Hoje a indústria automobilística não tem baterias para que um carro ande mais do que 150 quilômetros. Como guardar energia para tocar uma cidade, para tocar um país? Então não tem como. Na verdade, a única forma de guardar grandes quantidades de energia é reservatório. Quando não há reservatório, se o regime de chuvas é baixo, você tem que queimar combustíveis fósseis – carvão, gás natural e assim por diante. Lógico, temos alternativas como a eólica, a solar; mas, no Brasil, isso não se justifica, Sr. Presidente, de maneira alguma, pois o custo da energia hidrelétrica é muito mais barato.

De que precisamos no Brasil hoje? Precisamos de energia para termos um desenvolvimento sustentável a um custo mais barato. Não estamos preparados para construir um País com uma energia cara. E a energia hidrelétrica, até o Jorge Samek, que é o Presidente da Itaipu, alertava para isso, até mais dez anos – 2023 ou 2024 –, o Brasil terminará de pagar, a Itaipu terminará de pagar os empréstimos contraídos por ocasião da construção da usina. E nós teremos a energia mais barata do mundo produzida em Itaipu, que tem uma estimativa de vida útil de mais 100, 200 anos, dependendo das condições de manutenção que serão dadas.

Agora, temos que fazer uma reflexão sobre o que é mais barato, não para o País, mas para o Planeta. Por

exemplo, o impacto ambiental derivado de um eventual alagamento de uma área maior é mais nocivo ao Planeta do que queimar combustível fóssil para transformar em energia durante décadas ou para sempre? Qual o custo que a sociedade vai pagar por isso?

Não sei se privilegiar o combustível fóssil para gerar energia é o mais adequado para o Planeta.

O Brasil é um País exemplar para o globo terrestre do ponto de vista de normatização ambiental e de preservação ambiental; é um País que tem, na sua base da matriz energética, a hidroeletricidade, que é uma das mais limpas do Planeta, tem biocombustíveis – ninguém tem da forma como temos – à base de cana-de-açúcar, que, inclusive, é considerado pelos Estados Unidos da América um combustível limpo e renovável, recebe um selo americano e um subsídio americano, tanto que o Brasil exporta o etanol de cana para os Estados Unidos e traz de lá o etanol de milho. É fato isto no Brasil: importamos dos Estados Unidos da América o etanol de milho e exportamos o etanol de cana.

Então, o Brasil tem, na sua base energética, o princípio da sustentabilidade, do ecologicamente correto. Agora, a longo prazo, o inteligente é fazer hidrelétrica somente a fio d'água ou fazer com reservatórios, é lógico, onde dá para fazer com reservatório? Há algumas regiões em que o reservatório realmente não compensa se considerarmos a quantidade de energia gerada – diz aqui o Senador Raupp – e também o grande impacto ambiental que ele causa.

Acho que o Congresso Nacional, esta Comissão de Meio Ambiente, outras Comissões também estão debatendo isso aqui no Senado Federal, precisa realmente avançar, porque, sem energia suficiente, não teremos um País desenvolvido como queremos, e não falo só do desenvolvimento da indústria. Inclusive, o próprio cidadão, a partir do momento em que há uma inclusão social e que ele melhora a sua posição dentro das classes econômicas, passa a consumir mais, compra mais aparelhos eletrodomésticos, compra um automóvel, começa a consumir mais energia, que tem que ser produzida em algum lugar.

Então, nós temos que ter responsabilidade.

O Senador Raupp, como Vice-Presidente da Comissão da Frente Parlamentar de Biocombustíveis, tem participado, junto com o Governo, Senador Blairo Maggi, de debates sobre a importância de termos, nas frotas de ônibus, nos grandes centros, uma quantidade mínima de biodiesel. A nossa proposta é de 20% pelo menos. Inclusive, há uma emenda apresentada por V. Ex^a, Senador Blairo, no Reitup, que está tramitando aqui no Congresso Nacional, no Senado, para que possamos ter cidades, grandes centros mais respiráveis.

De um lado, nós buscamos a sustentabilidade, do ponto de vista do desenvolvimento econômico, e, de outro lado, temos que buscar a sustentabilidade do ponto de vista energético e também ambientalmente correto.

Então, as reflexões trazidas por V. Ex^a, Sr. Presidente, hoje, no editorial do *O Estado de São Paulo*, do Tolmasquim, são prudentes para que nós, Congressistas, façamos as reflexões e possamos nos pautar no rumo da sustentabilidade e daquilo que é mais viável, daquilo que é mais propício ao Brasil e ao cidadão brasileiro.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Sérgio Souza.

Com a palavra, o Senador Ivo Cassol, Senador por Rondônia.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Obrigada, Senador e Presidente Blairo Maggi.

Nobres colegas, essa fórmula que o Brasil está usando nos últimos anos nessa área de energia limpa, infelizmente, nos trará um problema grave no futuro. Por mais que os ambientalistas – de repente, algumas vozes não brasileiras, mas americanas, estrangeiras, de outros países, não só dos Estados Unidos – tenham gritado contra esses reservatórios, eu quero dizer que eles são a garantia de estabilidade, de termos condições de continuar crescendo.

Essa seca que veio agora, no começo do ano, final do ano passado, infelizmente, atingiu a população brasileira e o Governo Federal não apenas na perna, mas no corpo inteiro.

Os nossos reservatórios e as poucas usinas que temos são pequenos. As duas usinas do Rio Madeira são fio a d'água; a Belo Monte também está sendo construída a fio d'água, só que a usina de Belo Monte é diferente das duas usinas do Madeira. A usina de Belo Monte tem 90m de queda. Então, toda a água armazenada produz, no mínimo, dez vezes mais energia do que a mesma água produziria em energia nas usinas de Santo Antônio e Jirau.

Portanto, se nós continuarmos com essa metodologia, com essa maneira de fazer essas usinas, o Brasil não estará deixando nada preparado em caso de seca ou para o período da seca, e aí acabará utilizando motores a diesel e importando combustível, como aconteceu, gastando milhões de litros por dia. Então, o prejuízo é muito grande.

Temos que continuar, Sr. Presidente, nos preocupando com o Brasil. Nós devemos parar de ficar olhando para os outros países, especialmente para países que ficam nos espionando, como aconteceu agora com

os Estados Unidos, e temos que nos preocupar com a nossa maneira correta para produzir energia.

Há usinas em que não temos como fazer reservatório, mas na maioria dos locais há como fazer, e onde tiver de fazer reservatório é fundamental que o Brasil esteja preparado para, a qualquer instante, aproveitar para poder ter energia, a fim de que não aconteça o que ocorreu em 2002, ou em 2000, quando o próprio Governo Federal, o atual Governo criticou o anterior porque disse que houve um apagão. Agora só não houve apagão por causa das térmicas no Brasil inteiro. Praticamente 20 mil megawatts foram gerados de derivados de petróleo. Portanto, o prejuízo é muito grande.

É fundamental que o Ministério de Minas e Energia, a ANEEL, instituições que são obrigadas a trabalhar com base nessa perspectivam o façam, para que a gente possa, Sr. Presidente, trabalhar de forma a poder adequar, ao mesmo tempo, produzindo e otimizando o que já está instalado. Senão se gastam milhões para fazer uma usina que só vai funcionar seis ou sete meses por ano. Se for feito um reservatório, estará otimizando o ano inteiro. Então, é esse o custo Brasil.

É por isso que o nosso Brasil tem muitas obras superfaturadas, muitas coisas caras. Por quê? Porque a maioria fala: “Não pode assim, não pode assim, não pode assim.” Com essa história de que não se pode, por exemplo, fazer, na BR de Rondonópolis a Cuiabá, a terceira faixa, a quarta faixa, a duplicação, o Brasil vai pagando esse custo. E infelizmente se cria muito no País o que não pode e, ao mesmo tempo, há gente ganhando dinheiro de tudo quanto é lado. Isso é ruim para o País.

Nós temos que mudar o sistema. O que é de interesse nacional parte de cima para baixo, e o resto cumpre. E quem ganha com isso é o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Ivo Cassol.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente, rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Pela ordem, Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Eu tive aqui a informação de que lá na CI, que também tem convite para essas autoridades, o Senador Flexa Ribeiro – vai ser em conjunto a reunião – já autorizou, já aceitou a substituição do Ministro Edison Lobão pelo Ministro Márcio Zimmermann. Se vai ser conjunta, então, automaticamente, já está decidido também que aqui será convidado o Márcio Zimmermann.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Obrigado. V. Ex^a está mais rápido do que os meus universitários aqui.

Muito obrigado, Senador Ivo Cassol. V. Ex^a não estava no começo da reunião, quando eu li um editorial, fiz um comparativo para que as pessoas que estão em casa possam entender do que nós estamos falando. Eu disse: é a mesma coisa de você estar ligado na rede de água de uma cidade e não ter caixa d'água em casa ou não ter cisterna. No momento em que falta água no cano, falta água na rua porque quebrou uma bomba ou estourou um cano, você fica sem água em casa. Assim é uma usina fio d'água. Parou de chover, entrou no período de seca, não há água para tocar as turbinas.

O reservatório de uma usina é a caixa d'água, a cisterna da sua casa. Se não vem água da rua, a sua reserva de casa lhe permite tomar banho, lavar roupa, cozinhar, limpar a casa. Quer dizer, é bem simples, para as pessoas entenderem, o debate que é feito entre ambientalistas – no caso aqui indigenistas, porque temos problemas com áreas indígenas – e a população da cidade, que muitas vezes não entende o que está sendo discutido. Na prática, é isto: estar ligado na rede de água na cidade e não poder ter caixa de água. Não é que você não queira ter; você não pode ter. No momento em que falta água na rua, você não toma banho, você não cozinha, você não faz mais nada. Quer dizer, qual que é a opção? A opção é ter caixa de água; a opção é ter reservatórios para que se possa passar por esses momentos de dificuldade.

Os regimes de chuva no Brasil, principalmente na Região Centro-Oeste e na Região Norte, são bem definidos. Chove de setembro, outubro a abril e, depois, não chove mais.

O Rio Madeira, do seu Estado de Rondônia e do Estado do Senador Valdir Raupp, tem uma variação de 12m da vazante para a cheia. Imaginem, então, o volume de água que desce por aquele rio o ano inteiro. E há milhares, milhões de anos é assim. Não adianta a gente brigar com a natureza; é daquele jeito que está lá.

Então, infelizmente, na minha opinião, eu acho que o Brasil anda num caminho errado quando deixa de fazer a opção pelo modelo mais simples, pelo modelo mais barato e mais eficiente de geração de energia elétrica, que são as hidrelétricas que nós fizemos com reservatórios suficientes para passar a curva de baixas águas e voltar a chover depois, como acontece com Itaipu, com Balbina, com as usinas do São Francisco e, no Pará, com essa grande usina que temos no Rio Tocantins. As grandes obras do passado permitiam que se fizesse isso. Hoje, não se permite mais. Então, é essa discussão.

Passo então, ao primeiro item da pauta, que trata exatamente desse assunto, que é um requerimento do Senador Flexa Ribeiro.

ITEM 1
REQUERIMENTO
Nº , DE 2013

Com amparo no art. 58, §2º, incisos II, III e IV da Constituição Federal, e nos arts. 90, incisos II e III, e 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública conjunta desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) com a Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), para que sejam prestadas informações a respeito da opção pela construção de usinas hidrelétricas a fio d'água como opção preferencial para a expansão da geração hidrelétrica no Brasil. Tendo em vista o tema a ser abordado, sugiro que, para a mencionada audiência, sejam convidadas as seguintes personalidades: Dra. Izabela Mônica Vieira Teixeira, Ministra de Estado do Meio Ambiente; Sr. Márcio Zimmermann, Secretário-Executivo do Ministério de Minas e Energia; Dr. Francisco Luiz Sibut Gomide, engenheiro civil, economista, PhD pela Colorado State University (USA) e ex-ministro de Estado de Minas e Energia; Professor Sérgio Bajay, departamento de Energia, Faculdade de Engenharia Mecânica da Unicamp, SP, especialista em planejamento energético.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro

Informo que o requerimento constou da pauta da reunião do dia 23 de abril de 2013, que foi cancelada, e que já foi aprovado pela Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Como hoje é a última reunião deliberativa da nossa Comissão antes do recesso parlamentar, consulto os Srs. Senadores se posso colocá-lo em votação. *(Pausa.)*

Não havendo objeção, coloco em votação o requerimento.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado, então, o requerimento.

Vamos ao item 2 da nossa pauta.

Convido o Senador Rodrigo Rollemberg para ser Relator *ad hoc* deste segundo item.

ITEM 2
AVISO DA COMISSÃO DE
MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS.
E FISC. E CONTROLE Nº 27, de 2012
- Não Terminativo -

Encaminha cópia do Acórdão nº 3130/2012 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente à

concessão de crédito relativa à demolição e reconstrução do Estádio Octávio Mangabeira, em Salvador/BA, celebrada entre o Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB e a Sociedade de Propósito Específico Fonte Nova Negócios e Participações S.A. - FNP, realizada em cumprimento ao Acórdão 3.270/2011 - Plenário (TC 027.354/2012-1).

Autoria: Tribunal de Contas da União

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatório: Pelo arquivamento

A Senadora acabou de chegar. Então, peço escusas ao Senador Rodrigo e passo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Estamos abrindo aqui, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Então, o relatório é pelo arquivamento.

Concedo a palavra à Senadora Vanessa para o seu relatório.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Como V. Exª já anunciou, vem à Comissão o Acórdão nº 3.130, de 2012, do Tribunal de Contas da União, que vem acompanhado de relatório e voto que o fundamentam.

Análise, Sr. Presidente.

Avisos do Tribunal de Contas encaminhados ao Congresso Nacional ou às suas comissões constituem procedimento usual daquela Corte, que visa formalmente informar-lhes sobre as ações levadas a efeito com a execução de suas funções precípuas, ou especificamente demandadas.

Nesse sentido, aos membros do Congresso Nacional, de suas comissões, cabe fundamentalmente, Sr. Presidente, tomar conhecimento do seu teor.

Então, o objetivo é esse.

Penso que todos os Srs. Parlamentares já leram o relatório, que apresenta uma série de encaminhamentos e indicações ao Governo no sentido de fiscalização para que a obra ande da forma mais correta possível.

Relativamente ao aviso em exame, Sr. Presidente, quero dizer que o voto é pelo conhecimento do Acórdão nº 3.130, de 2012, do Tribunal de Contas da União e pelo arquivamento do Aviso nº 27, de 2012, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Senadora Vanessa Grazziotin. O relatório está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, está em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CMA pelo arquivamento da matéria.

Item 3, também de relatoria da Senadora Vanessa Grazziotin. V. Ex^a chegou e vai trabalhar bastante agora, Senadora.

ITEM 3

AVISO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS. E FISC. E CONTROLE Nº 9, de 2013 - Não Terminativo -

Encaminha cópia do Acórdão nº 575/2013 - TCU - Plenário, e do Relatório e Voto que o fundamentam, referente ao acompanhamento da operação de concessão de crédito relativa ao financiamento do projeto Bus Rapid Transit (BRT) Transcarioca, corredor T5, que liga a Barra da Tijuca ao Aeroporto Internacional Tom Jobim (Galeão), celebrada entre o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro. (TC 015.235/2011-4).

Autoria: Tribunal de Contas da União

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento.

Com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Relatório do projeto que V. Ex^a acaba de ler.

O Acórdão nº 575, de 2013, do Tribunal de Contas da União, trata de procedimentos de acompanhamento da operação de concessão de créditos do BNDES para financiamento do projeto *Bus Rapid Transit* (BRT) Transcarioca, que ligará a Barra da Tijuca ao Aeroporto do Galeão na cidade do Rio de Janeiro.

O acórdão contém algumas determinações das quais, Sr. Presidente, selecionamos duas. Primeiro, que a Prefeitura do Rio de Janeiro determine que seja mantida atualizada a página eletrônica Portal Acompanhamento dos Gastos da Copa do Mundo, sob pena de interrupção dos desembolsos originados do BNDES. Segundo, ao BNDES determina que o Banco suspenda o repasse de recursos da Prefeitura do Rio de Janeiro caso o referido portal na Internet não seja atualizado em um prazo de 30 dias contados a partir da notificação da decisão.

Isso é importante, Sr. Presidente, porque é uma forma não só dos Parlamentares, mas da população como um todo fiscalizar o andamento de uma obra que está diretamente ligada à Copa do Mundo, que é o modal transporte, no caso.

Então, ante o exposto, manifestamo-nos para que esta Comissão tome conhecimento do teor do referi-

do acórdão e proceda ao arquivamento desse Aviso nº 9, de 2013.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Senadora Vanessa Grazziotin. Está em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem quera discutir, em votação.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório que passa a constituir parecer da CMA pelo conhecimento e arquivamento da matéria.

Antes de irmos ao item 4, comunico que, o item 1, o requerimento de autoria do Senador Flexa Ribeiro, o Senador Valdir Raupp e o Senador Blairo Maggi também assinaram como autores.

Item 4.

Peço ao Senador Rodrigo Rollemberg, que foi o primeiro a chegar à nossa reunião hoje, que seja Relator *ad hoc* do item 4.

ITEM 4

AVISO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS. E FISC. E CONTROLE Nº 12, de 2013 - Não Terminativo -

Encaminha cópia do Acórdão nº 657/2013 - TCU - Plenário proferido nos autos do processo nº TC 010.147/2012-8, acompanhado do Relatório e do Voto que fundamentam, referente a Auditoria que visa conhecer e avaliar a forma como a ANP realiza o controle da medição da produção de petróleo e de gás natural.

Autoria: Tribunal de Contas da União.

Relatoria: Senador Anibal Diniz (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria *Ad Hoc*: Senador Rodrigo Rollemberg.

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia.

Com a palavra o Relator *ad hoc*, Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, estou querendo fazer o relatório utilizando aqui os meios eletrônicos, mas, infelizmente não está... Acessei agora.

Parecer do Senador Anibal Diniz. Vou ler o relatório.

Submete-se ao exame desta Comissão o Aviso nº 297, de 2013, de autoria do Ministro João Augusto Ribeiro Nardes, Presidente do Tribunal de Contas da União, referente à Auditoria Operacional na Agência

Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, com o objetivo de conhecer e avaliar a forma como a Agência Nacional do Petróleo realiza o controle (acompanhamento e fiscalização) da medição da produção de petróleo e gás natural, aferindo os aspectos operacionais para a execução dessas atividades.

A medição dos volumes de hidrocarbonetos produzidos impacta diretamente a receita do Estado, em suas três esferas federativas, em termos de *royalties* e de participações especiais, pois constitui a base sobre a qual essas participações governamentais são calculadas.

O relatório está disponível.

Vou direto à análise, Sr. Presidente.

A auditoria realizada pelo TCU, relatada no Aviso nº 297, de 2013, deixou à mostra as fragilidades do controle exercido pela Agência Nacional do Petróleo sobre a medição da produção de petróleo e gás natural no País. Considerando que tais medições são referência para o processamento da arrecadação fiscal, revela-se de absoluto interesse para todos os entes federados – mormente diante da grandeza dos recursos envolvidos, da ordem de dezenas de bilhões de reais – a busca de soluções que aumentem a confiabilidade dos sistemas de quantificação da produção de hidrocarbonetos.

O Congresso Nacional, no exercício de sua atribuição constitucional de fiscalização, não pode se omitir diante do grave quadro retratado.

Voto.

À luz do exposto, concluo pela apresentação do seguinte Requerimento de Informação:

Senhor Presidente, considerando a competência exclusiva do Congresso Nacional de fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, prevista no art. 49, inciso X, e nos termos do disposto no art. 50, § 2º, ambos da Constituição Federal, e no art. 102-A, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, e atendendo aos arts. 215, inciso I, alínea a, e 216, inciso I, também do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitados ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia esclarecimentos sobre as medidas já adotadas – ou, se não adotadas ainda, as razões da demora e o prazo em que a adoção se dará – pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) para atendimento das recomendações, reproduzidas abaixo, de nºs 9.1.1, 9.1.2, 9.1.3 e 9.1.4, do Acórdão nº 657/2013 – Tribunal de Contas da União (TCU), Processo nº TC 010.147/2012-8, referente à Auditoria Opera-

cional na ANP, com o objetivo de conhecer e avaliar a forma como a ANP realiza o controle (acompanhamento e fiscalização) da medição da produção de petróleo e gás natural, aferindo os aspectos operacionais para a execução dessas atividades (...)

Em seguida, transcreve as recomendações do Tribunal de Contas da União.

Esse é o requerimento, que vai com a justificativa a seguir.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Rodrigo Rollemberg, Relator *ad hoc* desse parecer do Senador Anibal Diniz.

Senador, antes de colocar em votação, eu diria que o tema é muito importante e oportuno.

Nessa semana, a empresa OGX comunicou a desistência da exploração de petróleo num dos poços que ela estava explorando por não ter capacidade, segundo ela, técnica de fazer a retirada desse petróleo e também porque os volumes não são aqueles que estavam previstos.

A agência fiscalizadora precisa ter responsabilidade – e muita responsabilidade – com esse assunto, porque, se levarmos para o lado de que a Agência Nacional do Petróleo avaliou, referendou, avalizou a quantidade de petróleo dita que teria aquele poço em que a OGX estava trabalhando, que comprou e começou a explorar – ela foi ao mercado e vendeu ações, cada uma chegou a R\$23,00, porque havia a previsão de muito petróleo naquele poço, e o poço é micado, não tem petróleo, não há condições de tirar o petróleo –, não tenho dúvida de que a Agência Nacional do Petróleo será chamada a essa lide, porque ela deu o aval, ela fiscalizou e tem a responsabilidade de dizer tudo aquilo que está acontecendo na área de petróleo.

Tenho a preocupação de que aconteça a mesma coisa, antes de levar à votação, que aconteceu com a OGX com outras petroleiras, inclusive com a Petrobras. E, aí, nós estamos, todos nós aqui no Senado, vi isso já várias vezes, pendurando um monte de coisas no prego do futuro do petróleo do pré-sal: venda de óleo, no futuro, para capitalização da Petrobras; dinheiro dos *royalties* para fundo social; dinheiro dos *royalties* para saúde; dinheiro dos *royalties* para pagamento de passagens de estudantes. Estamos pendurando o futuro deste País em um prego pregado na areia. Pregado na areia! Então, temos de tomar muito cuidado.

Esse pedido de informação que o TCU está fazendo para a ANP, na volta dele para cá, teremos de nos debruçar sobre ele para saber quais são os métodos e, principalmente, saber onde é que falhou a ANP em dizer que havia petróleo nesse poço, e não há petróleo, ou não dá para tirá-lo de lá. Em consequência disso,

o empresário fez um investimento, vendeu um futuro bonito, e esse futuro não existe. E milhares e milhares de pequenos investidores e grandes investidores ficaram. Quem colocou R\$10 mil na conta da OGX, em 2010, tem R\$420,00 hoje disponíveis para tirar. Quer dizer, é o maior calote que nós já vimos, nos últimos tempos, aqui, com a bênção de uma agência nacional, que tem de vir a público explicar o que aconteceu.

Está em discussão a matéria.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Permite-me, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Claro. Para discutir, Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Só para concluir as suas palavras. É uma vergonha para nós brasileiros assistir ao que estamos assistindo, especialmente contra a nossa Agência Nacional de Petróleo.

Ao mesmo tempo em que se criou uma expectativa em cima dos *royalties* para a educação e para a saúde, vejo que, na verdade, há um desvio de foco, porque se criou uma expectativa de algo que praticamente não existe. Todo mundo sabe que a extração do petróleo do pré-sal é, no mínimo, cinco vezes mais cara do que a extração de petróleo em terra firme. Portanto, está a OGX aí, com suas ações que arrebentaram todo mundo, e a expectativa que existia foi por terra, como se fosse um sorvete no verão: está derretido. Ao mesmo tempo, criou-se a expectativa, no passado, da Petrobras como uma companhia, uma empresa auto-produtora, autossuficiente para o Brasil, e hoje vimos a nossa balança comercial caindo da maneira como está caindo, prejudicando todo mundo.

Portanto, nós desta Comissão precisamos e temos o dever de tirar essas dúvidas, sob pena de pagarmos um preço muito caro lá na frente.

Cria-se uma expectativa em cima dos *royalties*, em cima da extração de combustível. Essa empresa, mesmo sendo privada, agora é uma empresa privada e pública, a exemplo da Petrobras, que já está com dificuldade, a exemplo da ANP, que acompanhou e assistiu à Petrobras comprando empresa obsoleta e quebrada no exterior, a exemplo de quando compraram aquela empresa, aquela refinaria do Texas, que custava US\$42 milhões, e pagaram US\$1,180 bilhão. Isso é um absurdo! São negócios podres em cima de negócios podres que têm acontecido, e o povo pagando a conta.

É por isso que, muitas vezes, a população vai às ruas, e os políticos não entendem o que a população está fazendo. Eu já entendi desde o começo: o povo não quer uma reforma política; o povo quer uma reforma da conduta dos políticos com o dinheiro público. É isso que é preciso.

Portanto, nós precisamos, urgentemente, ouvir, para que todos os órgãos responsáveis sejam responsabilizados e venhamos evitar problemas futuros, porque isso pode até atrapalhar a balança comercial brasileira. Já está balançando; imagine, amanhã, se a situação piorar ainda mais.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Obrigado, Senador Ivo Cassol.

Não havendo mais quem queira discutir, em votação.

Sr^{as} e Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado, então.

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CMA pela apresentação de requerimento de informação ao Ministro de Estado de Minas e Energia.

Vamos, então, ao item nº 5.

Eu pediria aos colegas Senadores que se mantivessem no recinto, porque temos vários assuntos, na pauta, não terminativos, já lidos em reuniões anteriores. Portanto, falta só fazer a discussão e a votação.

Vamos, então, ao item nº 5, não terminativo, também da Senadora Vanessa Grazziotin.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 50, de 2006

- Não Terminativo -

Autoriza o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS a receber em dação em pagamento o imóvel que especifica.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatório: Pela rejeição

Com a palavra, a Relatora, Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras, o Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 2006 (na origem, nº 7.074, de 2002), de autoria do Poder Executivo, autoriza o INSS (Instituto Nacional de Seguro Social) a receber, em dação em pagamento, o imóvel que especifica.

A Exposição de Motivos do Poder Executivo que acompanha o projeto registra que o Programa Nacional de Florestas (PNF), instituído pelo Decreto nº 3.420, de 20 de abril de 2000, prevê a criação de 50 milhões de hectares de novas Florestas Nacionais (Flona) na Amazônia. A medida, Sr. Presidente, buscava concretizar compromisso firmado com a comunidade internacional em 1988, pelo qual 10% do território da Amazônia Legal seria transformado em unidade de

conservação da natureza – disso discordo, porque acho que a quantidade de área de preservação quem tem que definir é o Brasil, e não firmar acordos internacionais em relação a isso.

O projeto em exame, Sr. Presidente, trata de imóvel localizado no Município de Tailândia, no Estado do Pará, com área superior a 33,6 mil hectares, oferecido em pagamento de débitos perante a Previdência Social. Após vistoria na propriedade, o Ibama constatou, de fato, a presença de cobertura florestal em bom estado de conservação e grande estoque de madeira de valor comercial. Para o Instituto, a área tem potencial para ser transformada em Floresta Nacional.

As principais disposições aprovadas pela Câmara dos Deputados são as seguintes – são várias, e eu vou citar apenas algumas: o Ibama fica autorizado a receber o imóvel em questão, com o propósito específico de transformá-lo em Floresta Nacional; se o valor de avaliação do imóvel for inferior ao da dívida previdenciária, subsistirá o crédito em favor do INSS, porém, se o valor de avaliação exceder o da dívida previdenciária, os proprietários deverão renunciar ao excesso, em favor da União. Depois vêm outras sugestões.

Análise.

Não se podem negar as boas intenções que motivaram a apresentação do projeto em exame. A iniciativa do Poder Executivo teve em mira o cumprimento do dever estatal de assegurar o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, conforme disposto no art. 225 da Constituição Federal. Com efeito, nos termos do inciso III do §1º do referido artigo, para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos.

Deve-se ponderar, no entanto – e é para este ponto que eu quero chamar a atenção –, que a proposição se encontra, há mais de dez anos, em tramitação no Parlamento, período no qual a realidade alterou-se substancialmente na região onde o imóvel está localizado. Levantamento feito pelo próprio Poder Executivo, mais precisamente pelo Instituto Chico Mendes, indica que a área não mais ostenta as características necessárias para a criação de uma Floresta Nacional. Com efeito, imagens recentes de satélite demonstram não mais haver, no imóvel, considerável área de cobertura vegetal em bom estado de conservação.

Voto.

Por essa razão, optamos pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 2006.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Senadora Vanessa Grazziotin.

Está em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO)

– Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Pela ordem ou para discutir?

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO)

– Para discutir, perdão.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Para discutir, então, Senador Ataídes.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO)

– Eu gostaria, Sr. Presidente, de perguntar à nossa nobre Senadora: essa dação em pagamento, Senadora...

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Senador Ataíde, eu pediria que o senhor fosse breve, porque agora estamos com quórum para deliberar.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO)

– Mas o assunto é interessante, na minha visão.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Vamos lá.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO)

– O Estado do Pará tem uma dívida com a Previdência Social – não é isso? – e está dando essa área em dação em pagamento. É isso, Senadora?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Não é o Estado, eu creio. Eu creio que seja um particular que ofereceu a área em pagamento.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO)

– Eu peço vista...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – E caducou, porque o projeto é de 2002, Senador.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO)

– Já caducou? É?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Caducou, porque o projeto é de 2002, Senador.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO)

– Ah, está bem, está bem...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – O projeto é de 2002, são 12 anos e a área já tem outra característica completamente diferente da inicial.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – E é pela rejeição, não se está buscando nada.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO)

– Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Então, encerrada a discussão.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Está aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CMA, pela rejeição do projeto.

O item nº 6 é de autoria do Senador Paulo Davim e relatoria do Senador Anibal Diniz. O Senador Anibal ligou há pouco para a Comissão e pediu para retirar de pauta esse projeto.

Bem-vindo, Senador Flexa! Já votamos o seu requerimento, já está aprovado.

Senador Cícero, também seja bem-vindo!

Vamos, então, ao item nº...

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, o item nº 8, cujo parecer é de minha autoria, já foi lido pelo Senador Sérgio Souza, *ad hoc*, na última reunião. Acho que nós poderíamos apreciá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Senador Rodrigo, vamos na sequência. O item 7 também já foi lido. Vamos, então, à discussão e à votação deste e, logo em seguida, chegaremos ao item 8.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 59, de 2010

- Terminativo -

Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências - Estatuto da Cidade, no que diz respeito à arborização urbana.

Autoria: Deputado Miguel Martini

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria Ad Hoc: Senador Ataídes Oliveira

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

Observações:

- *Matéria apreciada pela CDR, com parecer pela aprovação do projeto nos termos da emenda nº 1-CDR (substitutivo).*

O relatório do Senador Randolfe Rodrigues foi lido pelo Relator *ad hoc* da reunião no dia 2/07/2013. A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação o projeto, nos termos do substitutivo apresentado.

Aqueles que concordam com o Relator votam “sim” e os contrários, obviamente, votam “não”.

Senador Anibal Diniz, como vota V. Ex^a?

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Vota “sim”, com o Relator.

Senador Jorge Viana.

Senador Acir.

Como vota a Senadora Ana Rita?

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Com o Relator, vota “sim”.

Como vota o Senador Rodrigo Rollemberg?

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – “Sim”, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – “Sim”, com o Relator.

Senador Romero Jucá.

Senador Luiz Henrique.

Senador Garibaldi.

Senador Valdir Raupp, do PMDB de Rondônia.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Com o Relator.

Senador Ivo Cassol, também de Rondônia.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Com o Relator.

Senadora Kátia.

Senador Ataídes, voto conhecido.

Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Com o Relator, vota “sim”.

Senador José Agripino.

Senador Blairo Maggi, não vota.

Senador Amorim.

Senador Collor.

Senador Randolfe.

Senador Delcídio.

Senadora Vanessa.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Com o Relator.

Senador Cristovam.

Senador João Capiberibe.

Senador Sérgio Souza, do Paraná.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Com o Relator.

Senador Eduardo Braga.

Senador João Alberto.

Senador Vital.

Senador Eunício.

Senador Aloysio Nunes.

Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) –

Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Com o Relator.

Senador Gim.

Senador Armando.

Então, 10 votos SIM; nenhum contrário.

O projeto é aprovado, nos termos da Emenda nº 1-CMA (substitutivo), por 10 votos favoráveis, nenhum voto contra e nenhuma abstenção.

Comunico, nos termos do art. 282, do Regimento Interno do Senado Federal, que o projeto será submetido ao turno suplementar na próxima reunião desta Comissão, estando aberto o prazo para apresentação de emendas ao substitutivo.

Passamos ao item 8, também já lido.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 99, de 2012

- Terminativo -

Fomenta e incentiva a recuperação florestal em assentamentos rurais, em áreas desapropriadas pelo poder público e em áreas degradadas de posse de agricultores familiares, em especial, de comunidades quilombolas e indígenas e dá outras providências.

Autoria: Deputado Maurício Rands e outros

Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg (Substituído por *Ad Hoc*).

Relatoria Ad Hoc: Senador Sérgio Souza

Relatório: Pela aprovação com as Emendas nºs 1, 2 e 3-CCJ/CRA.

Informo que a matéria foi apreciada pela CCJ e pela CRA, com parecer pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1, 2 e 3-CCJ/CRA.

O relatório do Senador Rodrigo Rollemberg foi lido pelo Relator *ad hoc* na reunião do dia 02/07/2013.

A matéria está em discussão.

O relatório é pela aprovação.

Para discutir, concedo a palavra ao Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu quero cumprimentar o Senador Sérgio Souza pelo brilhante relatório. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – O que é isso! Agradeça, Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Relatório lido por mim, mas elaborado por V. Ex^a.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Quero agradecer ao nosso querido Senador Sérgio Souza.

Sr. Presidente, esse projeto, realmente, é de extrema importância, e foi por isso que fizemos um relatório favorável, visto que ele atende a uma preocupação demonstrada quando da apreciação do Código Florestal.

Há um entendimento muito claro de que especialmente os pequenos produtores precisam ter incentivos que lhes permitam ter condições de recuperar as áreas de preservação permanente, as áreas de reserva legal. E o que esse projeto faz é criar instrumentos para que o Governo, inclusive utilizando os recursos dos fundos nacionais como o Fundo de Mudanças Climáticas, o Fundo Amazônia, o Fundo do Meio Ambiente e o Fundo de Desenvolvimento Florestal, além de outras fontes provenientes de acordos bilaterais ou multilaterais, ou mesmo recursos orçamentários, estimule a recuperação de áreas degradadas.

Portanto, agradecendo ao Senador Sérgio Souza pela leitura desse relatório na última reunião, resalto a importância de a Comissão de Meio Ambiente... Nós ouvimos o Governo em relação a isso; o Governo, num determinado momento, pediu para que não lêssemos esse relatório, pois queria estudar esse projeto e avaliar, inclusive, a possibilidade de oferecer sugestões. Porém, a informação é a de que o Governo desistiu de apresentar qualquer tipo de emenda, portanto, também, está favorável à apreciação e votação dessa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Rodrigo Rollemberg. Vamos, então, à votação.

Como vota o Senador Anibal Diniz?

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Com o Relator. Voto “sim”.

O Senador Acir Gurgacz não está presente.

Senadora Ana Rita.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com o Relator, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Com o Relator. Voto “sim”.

Senador Rodrigo Rollemberg, voto conhecido.

Senador Valdir Raupp, do PMDB, Rondônia.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Com o Relator. Voto “sim”.

Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Com o Relator.

Senador Ataídes Oliveira, do PSDB, Tocantins.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Com o Relator.

Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Com o Relator.

Senador Randolfe.

Senador Delcídio.

Senadora Vanessa.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Com o Relator.

Senador Cristovam.

Senador Capiberibe.

Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Com o Relator.

Senador Eduardo Braga.

Senador Vital do Rêgo.

Senador Eunício.

Senador Aloysio.

Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Com o Relator.

Então, temos 10 votos no total.

São 10 votos SIM; nenhum voto NÃO.

Nenhuma abstenção.

Aprovado, então, o relatório.

Consulto o Plenário se posso repetir a mesma votação para as Emendas de nºs 2 e 3-CAE.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Passamos agora à votação da Emenda nº 1-CAE, ressalvada a subemenda a ela apresentada.

Consulto se posso repetir a votação para a Emenda nº 1-CAE.

Aqueles que concordam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada.

Por último, consulto o Plenário se posso repetir a votação para a subemenda apresentada à Emenda nº 1-CAE.

Aqueles que concordam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada.

Proclamo, então, o resultado: 10 votos SIM, nenhum voto contra e nenhum voto de abstenção.

O projeto é aprovado, com a Emenda nº 1, da CAE e da CMA, com a modificação constante nas subemendas a ela apresentadas, e as Emendas nºs 2 e 3, da CAE.

Por dez votos a zero, está aprovado.

Item 9 já lido.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 577, de 2009

- Terminativo -

Altera o artigo 4º da Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, para estabelecer que as declarações de bens exigidas nas prestações de contas ao Tribunal de Contas da União sejam disponibilizadas mediante acesso aos dados informatizados disponíveis na autoridade tributária.

Autoria: Senador Renato Casagrande

Relatoria: Senador Ataídes Oliveira.

Relatório: Pela aprovação do projeto e das emendas nºs 1, 2 e 3-CAE, com uma subemenda à emenda nº 1-CAE que apresenta.

Informo que a matéria foi apreciada pela CAE, com parecer pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1, 2 e 3-CAE.

O relatório do Senador Ataídes Oliveira foi lido na reunião no dia 02/07/2013.

A matéria está em discussão.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT– AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Para discutir?

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT– AC) – Senador Anibal.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Senador Aníbal, com a palavra.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT– AC) – É só para informar a esta Comissão que a Receita Federal tem discordância em relação a esta matéria e até encaminhou uma nota técnica fundamentando o porquê da sua discordância.

Eu gostaria de pedir vista desta matéria, para que a gente possa fazer a conversa com o Senador Ataídes a respeito dessa discordância da Receita Federal.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Anibal.

Então, o relatório está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO *(Fora do microfone.)* – Vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Vista coletiva? Desculpe. Então, vista coletiva ao projeto, item 9.

Vamos, então, ao item 10.

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 131, de 2010

- Terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, e a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, e dá outras providências, para determinar que rótulos, embalagens, etiquetas, bulas e materiais publicitários de produtos elaborados com recurso à nanotecnologia contenham informação sobre esse fato.

Autoria: Senador Tião Viana

Relatoria: Senador Cícero Lucena

Relatoria Ad Hoc: Senador Ivo Cassol

Relatório: Pela rejeição

Informo que a matéria foi apreciada pela CAS, com parecer pela rejeição do projeto.

O relatório do Senador Cícero Lucena foi lido pelo Relator *ad hoc* na reunião do dia 02/07/2013.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queria discutir, está encerrada a discussão.

Em votação o projeto.

Aqueles que concordam com o relatório votam “não”.

Então, como vota o Senador Anibal Diniz?

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Com o Relator, o Senador Anibal Diniz.

Senadora Ana Rita.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Com o Relator, Senadora Ana Rita.

Senador Rodrigo Rollemberg?

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Com o Relator, Rodrigo Rollemberg.

Romero.

Luiz Henrique.

Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – “Não”.

Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Voto conhecido, “não”.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Relator *ad hoc*.

Senador Ataídes.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Com o Relator.

Senador Cícero Lucena. Voto conhecido também.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB. *Fora do microfone.*) – Também, agradecendo ao Relator *ad hoc*.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito bem.

Senador Randolfe.

Senador Delcídio.

Senadora Vanessa.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Com o Relator.

Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Com o Relator.

Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Votos NÃO, 10. Foram 10 votos favoráveis ao Relator.

O projeto é rejeitado.

Foram 10 votos favoráveis à rejeição; nenhum voto contrário e não houve abstenção.

Vamos então ao item nº 11 da nossa pauta.

ITEM 11

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 164, de 2010

- Terminativo -

Altera a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que “Institui a Política Nacional sobre

Mudança do Clima - PNMC e dá outras providências”.

Autoria: Senador Pedro Simon

Relatoria: Senador Sérgio Souza

Relatório: Pela rejeição

Observações:

- Matéria apreciada pela CI, com parecer pela rejeição do projeto, e pela CAE, com parecer pela aprovação do projeto, com as emendas nº 1 e 2-CAE.

- A matéria constou na pauta do dia 11/06/2013, ocasião na qual foi lido o relatório e adiada a discussão.

A matéria está em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação o projeto.

Aqueles que concordam com o Relator votam “não”.

Como vota o Senador Anibal Diniz?

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Vota “não”, com o Relator.

Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Voto “não”, com o Relator.

Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Vota “não”, com o Relator.

Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Com o Relator, vota “não”.

Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Vota “não”.

Senador Ataídes Oliveira.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Vota “não”.

Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Vota “não”, com o Relator. Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Com o Relator.

Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Voto conhecido.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Voto conhecido.

Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Com o Relator.

Dez votos acompanharam o Relator.

O projeto é rejeitado por 10 votos; não houve votos contra e nenhuma abstenção.

Vou fazer uma rápida inversão de pauta, porque o item nº 13 também já foi lido e o nº 12, não.

Passo ao item nº 13.

ITEM 13

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 112, de 2013

- Terminativo -

Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nºs 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências, com o objetivo de instituir incentivos e programas para implantação de sistemas de coleta, armazenamento e utilização de águas pluviais em condomínios residenciais e comerciais.

Autoria: Senador João Durval

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatório: Pela aprovação

Observações:

- A matéria constou na pauta do dia 02/07/2013, ocasião na qual foi lido o relatório e adiada a discussão.

A matéria está em discussão.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Senadora Ana Rita, para discutir.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Nós temos a posição de que a matéria é meritória, de grande relevância para o País. No entanto, ela precisa de um debate maior porque trata de impactos ambientais que envolvem também questão social e econômica. Portanto, Sr. Presidente, ela precisa também tramitar em outras Comissões como a Comissão de Assuntos Sociais e a Comissão de Assuntos Econômicos.

Eu solicito vista da matéria para que nós possamos ter mais tempo para fazer o debate.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – A Senadora Ana Rita pede vista. Por enquanto, apenas a Senadora pediu vista.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PDT – DF) – Vista coletiva, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Vista coletiva concedida, então, ao item nº 13. Vamos ao nosso último item da pauta, o de nº 12.

ITEM 12

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 52, de 2012

- Terminativo -

Altera o art. 3º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para aprimorar o direito à informação sobre as condições de fruição dos serviços pré-pagos.

Autoria: Senadora Lídice da Mata

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatório: Pela aprovação

Com a palavra, a Senadora Vanessa Grazziotin para ler seu relatório.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Item nº 12, Sr. Presidente.

Decisão terminativa do Projeto de Lei do Senado nº 52, da Senadora Lídice da Mata, que altera a Lei nº 9.472, de 1997, para aprimorar o direito à informação sobre as condições de fruição dos serviços pré-pagos.

A proposição pretende modificar essa Lei 9.472, conforme já falei. E entre os argumentos apresentados para motivar a proposta, segundo sua autora, Senadora Lídice da Mata, destaca-se a grande quantidade de reclamações recebidas pelos órgãos de defesa do consumidor quanto à qualidade das informações prestadas pelas operadoras de serviços de telecomunicações e a necessidade de facilitar a obtenção dessas informações a partir de sua disponibilização por meio da Internet.

Análise do projeto, Sr. Presidente.

Conforme já disse, ela pretende aprimorar o direito dos usuários já previstos na Lei Geral de Telecomunicações no sentido de determinar que as operadoras disponibilizem, em seu sítio eletrônico, informações sobre as condições de prestação de serviços, com

ênfase naquelas relativas aos planos pré-pagos. Nesse contexto, preocupa-se com o aspecto fundamental, qual seja a devida informação via Internet acerca da utilização dos créditos antecipadamente contratados pelos usuários.

Sr. Presidente, é de se notar que, segundo dados da Anatel, o Brasil contava, em abril de 2013, com mais de 264 milhões de linhas ativadas na telefonia móvel, denominada serviço móvel pessoal, sendo que cerca de 211 milhões eram contratadas por meio de modalidade pré-paga.

Em virtude do caráter terminativo da decisão, a Comissão deve aprimorar-se também na constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do projeto. No tocante a esse aspecto, não há óbices a sua aprovação.

Diante do exposto, Sr. Presidente, é que voto, considerando meritório o projeto, pela aprovação do Projeto nº 52/2012, da Senadora Lídice da Mata.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Senadora Vanessa Grazziotin. Está em discussão o parecer, o relatório. *(Pausa.)* Não havendo quem queira discutir, está em votação o projeto.

Aqueles que concordam com a Relatora votam “sim”.

Como vota o Senador Anibal Diniz?

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Voto “sim”, com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Voto “sim”, com a Relatora.

Senadora Ana Rita.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Com a Relatora.

Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSD – DF) – Voto com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Com a Relatora.

Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – “Sim”, com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Senador Ataídes de Oliveira.

O SR. ATAÍDES DE OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Transparência, Sr. Presidente, é tudo o que este País precisa. Quero parabenizar a Senadora Lídice da Mata e a nossa Senadora Vanessa Grazziotin.

Meu voto é “sim”. Voto com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Voto “sim”.

Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB - PB) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Vota “sim”.

Senadora Vanessa. Voto conhecido.

Senador Sérgio Souza. Como vota o Senador Sérgio Souza? (*Pausa.*)

Não está.

Senador Flexa Ribeiro, como vota?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Vota “sim”.

Temos então 9 votos favoráveis, com a Relatora.

Então o projeto está aprovado por 9 votos, com nenhum voto contra e nenhuma abstenção.

O projeto está aprovado, portanto.

Eu agradeço a presença de cada uma e cada um dos Senadores.

Nós fechamos a nossa reunião de hoje com pauta zerada.

Agradeço a presença de todos.

Não tendo nada mais a tratar declaro...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Pela ordem, Senador Ataídes.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Nós temos hoje quantas subcomissões? V. Ex^a poderia me informar quantas subcomissões nós temos hoje na nossa Comissão de Meio Ambiente e Fiscalização?

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Nós temos quatro subcomissões. E há uma subcomissão aprovada a pedido do Senador Cícero Lucena para tratar de resíduos sólidos que está aguardando a desativação de uma das subcomissões ativas para que possa entrar em funcionamento. Portanto, são quatro e uma na fila para funcionar.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado Senador Ataídes.

Não tendo nada mais a tratar, declaro encerrada a reunião e convido todos os colegas para terça-feira, às 8h30, para a próxima reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 08 horas e 31 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 07 minutos.)

**COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE,
DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO
E CONTROLE
SUBCOMISSÃO PERMANENTE
DE ACOMPANHAMENTO DA COPA
DO MUNDO DE 2014
E DAS OLIMPÍADAS DE 2016**

**ATA DA 1ª REUNIÃO, DE INSTALAÇÃO, DA
SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE ABRIL DE 2013, TERÇA-FEIRA, APÓS A 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE.**

Às onze horas e quarenta e oito minutos do dia dezesseis de abril de dois mil e treze, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **EDUARDO AMORIM**, reúne-se a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016. Assinam a lista de presença os Senhores Senadores **RODRIGO ROLLEMBERG**, **ANÍBAL DINIZ**, **SÉRGIO SOUZA**, **ALOYSIO NUNES FERREIRA**, **VANESSA GRAZZIOTIN**, **VALDIR RAUPP**, **FLEXA RIBEIRO** e **EDUARDO AMORIM**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores **EUNÍCIO OLIVEIRA**, **EDUARDO BRAGA**, **CÍCERO LUCENA** e **BLAIRO MAGGI**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos. A seguir, passa-se à deliberação da pauta destinada à eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Subcomissão. São eleitos por aclamação os Senadores **SÉRGIO SOUZA** e **ANÍBAL DINIZ**, respectivamente, para Presidente e Vice-Presidente. Dando prosseguimento à reunião, o Senhor Senador Eduardo Amorim passa a direção dos trabalhos ao Presidente eleito, Senhor Senador **SÉRGIO SOUZA**, que designa o Senador **CÍCERO LUCENA** como Relator da Subcomissão. É aprovada a inclusão **EXTRAPAUTA** das seguintes matérias: **1) REQUERIMENTO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016 Nº 01, DE 2013**, que “Requer, nos termos do art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com a finalidade de informar a CMACOPOLIM sobre os últimos acontecimentos, as vistorias já realizadas, os prazos para conclusão de obras e todas as demais providências necessárias para a realização da Copa das Confederações de 2013 e da Copa do Mundo de 2014. Para tanto, sugere-se o convite das

seguintes autoridades: Exmo Sr. Aldo Rebelo – Ministro de Estado dos Esportes; e Ilmo Sr. Ronaldo Nazário de Lima – Membro do Comitê Organizador da Copa 2014”. Autoria: Senador SÉRGIO SOUZA. Resultado: Aprovado; **2) REQUERIMENTO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016 Nº 02, DE 2013**, que “Requer, nos termos regimentais, com intuito de avaliar e vistoriar a situação das obras inacabadas de estádios que receberão jogos da Copa das Confederações 2013, a realização de visita dos membros da CMACOPOLIM ao Estádio Nacional Mané Garrincha, na cidade de Brasília”. Autoria: Senador SÉRGIO SOUZA. Resultado: Aprovado; **3) REQUERIMENTO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016 Nº 03, DE 2013**, que “Requer, nos termos regimentais, com intuito de avaliar e vistoriar a situação das obras inacabadas de estádios que receberão jogos da Copa das Confederações 2013, a realização de visita dos membros da CMACOPOLIM ao Estádio Fonte Nova, na cidade de Salvador”. Autoria: Senador SÉRGIO SOUZA. Resultado: Aprovado; **4) REQUERIMENTO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016 Nº 04, DE 2013**, que “Requer, nos termos regimentais, com intuito de avaliar e vistoriar a situação das obras inacabadas de estádios que receberão jogos da Copa das Confederações 2013, a realização de visita dos membros da CMACOPOLIM ao Estádio do Maracanã, na cidade do Rio de Janeiro”. Autoria: Senador SÉRGIO SOUZA. Resultado: Aprovado; **5) REQUERIMENTO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016 Nº 05, DE 2013**, que “Requer, nos termos regimentais, com intuito de avaliar e vistoriar a situação das obras inacabadas de estádios que receberão jogos da Copa das Confederações 2013, a realização de visita dos membros da CMACOPOLIM ao Estádio Arena Pernambuco, na cidade de Recife”. Autoria: Senador SÉRGIO SOUZA. Resultado: Aprovado. Usam da palavra os Senhores Senadores Aníbal Diniz, Flexa Ribeiro e Cícero Lucena. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e dois minutos, lavrando eu, Estevão Hagel Ledur, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Sérgio Souza**, Presidente da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016

REGISTRO DE TAQUIGRAFIA DA REUNIÃO DE 16/4/2013

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/PSC – SE) – Declaro aberta a 1ª Reunião da Subcomissão de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014, das Olimpíadas de 2016, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura.

Aqueles que concordam com a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior permaneçam como se encontram. (Pausa.)

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião tem por finalidade a eleição do Presidente e do Vice-Presidente desta Subcomissão para o biênio 2013/2014.

Foi registrada até o presente momento a seguinte chapa: Presidente – Senador Sérgio Souza; Vice-Presidente – Senador Aníbal Diniz.

Questiono V. Ex^{as} se a eleição pode ser feita por aclamação. (Pausa.)

Por aclamação, está eleito o Senador Sérgio Souza para Presidente da Subcomissão; para Vice-Presidente, Senador Aníbal Diniz.

Havendo unanimidade, como já foi dito, convido os eleitos Srs. Senadores para ocuparem os seus lugares à mesa e, em seguida, usarem da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Boa tarde a todos!

Primeiramente, quero agradecer aos meus pares, em especial ao Senador Blairo Maggi, que me convidou para ser o Presidente desta Subcomissão, e agradecer aos meus colegas que me escolheram, no dia de hoje, juntamente com o Senador Aníbal, para dirigir esta Subcomissão, que tem um papel todo especial. Estamos falando aqui de Copa do Mundo, Copa das Confederações, Olimpíadas, que são as grandes obras e a grande esperança do Brasil de superar esse desafio de realizar um evento desse porte, que vai mobilizar não somente a sociedade brasileira como toda sociedade esportiva mundial.

Para promover e para consolidar as informações a respeito dos trabalhos desta Comissão durante este ano, vou designar o Senador Cícero Lucena para a relatoria desta Subcomissão.

Se V. Ex^a assim aceitar.

Dado já o adiantado do ano, estamos no mês de abril, Senador Cícero e temos uma Copa das Confederações que se aproxima, em pouco mais de um mês nós teremos... Vou sugerir à Comissão, se me permite, colocarmos hoje, extrapauta, dois requerimentos, um deles sugerindo ao Plenário nós convidarmos aqui, para se fazer presente nos próximos dias – vamos ajustar

uma audiência – o Ministro Aldo Rebelo e, também, o Ronaldo Nazário, que é o Embaixador da Copa, aqui nesta Subcomissão, ainda agora neste mês ou no mês de maio, antes da Copa das Confederações, a fim de que nós possamos entender como estão os preparativos, como está a organização do Governo. Este seria um dos requerimentos.

Outro requerimento seria para que nós, membros desta Subcomissão, possamos diligenciar, ir até esses estádios que vão sediar agora a Copa das Confederações. Salvo engano, são quatro estádios. Assim, através da Subcomissão, nós poderíamos conhecer a estrutura que está sendo preparada e gestada para a realização desse grande evento.

Então, não havendo objeção do Plenário, eu gostaria de incluir, já agora, como extrapauta, esses requerimentos e submetê-los à deliberação do Plenário.

Aqueles que concordam com a inclusão extrapauta permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a inclusão extrapauta.

Repito: são dois requerimentos. Um para nós convidarmos o Ministro Aldo Rebelo e o Ronaldo Nazário, a fim de comparecerem perante esta Subcomissão para dar informações a respeito da Copa das Confederações, da Copa do Mundo e também das Olimpíadas; o outro, para nós visitarmos os estádios da Copa das Confederações.

Aqueles que os aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovados os presentes requerimentos, eu passo a palavra ao Senador Anibal Diniz e, na sequência, ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AV) – Sr. Presidente da Subcomissão, Senador Sérgio Souza, Srs. Senadores, uso da palavra apenas para cumprimentá-lo e colocar-me completamente à disposição dos trabalhos desta Subcomissão, por entender que ela pode trazer uma grande contribuição ao País, principalmente nesse período que antecede a Copa das Confederações, a Copa do Mundo e também as Olimpíadas. E ainda me coloco à disposição no sentido de prestar o melhor dos meus esforços para o sucesso, o bom trabalho e o bom andamento desta Subcomissão.

Quero dizer ainda ao Senador Cícero Lucena, designado Relator desta Subcomissão, que me coloco também plenamente à disposição de S. Ex^a para contribuir com esse trabalho. Acho que nós vamos fazer um trabalho de grande relevância para o Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente, Senador Sérgio Souza, Vice-Presidente,

Senador Anibal Diniz, Relator, Senador Cícero Lucena, Senadora Vanessa Grazziotin, quero apenas fazer minhas as palavras do Senador Anibal Diniz, parabenizando o Senador Sérgio Souza, que preside esta Subcomissão de Acompanhamento das Obras da Copa do Mundo, da Copa das Confederações e das Olimpíadas, bem como o Senador Anibal, nosso Vice-Presidente, e o Senador Cícero Lucena, Relator.

Acho da maior importância, Senador Sérgio Souza, a instalação desta Subcomissão da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle do Senado Federal, tão bem presidida pelo Senador Blairo Maggi. Como V. Ex^a bem disse, nós já estamos praticamente às portas da realização da Copa das Confederações, em atividade agora, em junho e julho. Assim, V. Ex^a, de forma bastante expedita, já aprovou dois requerimentos de importância para que a Subcomissão possa visitar esses quatro estádios que sediarão os jogos da Copa das Confederações.

Eu diria, Senador Sérgio Souza, que essa é uma preocupação de todos os brasileiros. Como é que o País vai propiciar uma estrutura de logística, de infraestrutura para que esses eventos todos ocorram da maneira como nós queremos que ocorram, isto é, com o maior êxito em nível nacional e internacional? Isso preocupa. V. Ex^a, com esse requerimento, vai poder ter uma visão da situação, em especial no primeiro teste, que é o da Copa das Confederações, não só nos estádios – os estádios são o palco do evento –, mas também no acesso a esse local.

Pelo que a gente ouve falar, a questão da mobilidade, hoje, é um assunto que preocupa todos, não só aquelas cidades que irão sediar os eventos, mas também as capitais, eu diria, e as cidades de médio porte por todo o Brasil. Lá na minha querida Belém, locomover-se por distâncias pequenas – o que se fazia em torno de dez minutos – pode levar, hoje, até uma hora e quarenta minutos, tal o caos que se instalou no processo da mobilidade.

Então, é importante que o Senado acompanhe essas obras e que todos nós possamos dar a nossa contribuição para que o País realmente saia reconhecido internacionalmente, mundialmente como capaz de sediar esses grandes eventos. Tenho certeza de que isso irá acontecer.

E, na Presidência desta Subcomissão, V. Ex^a vai poder identificar as dificuldades ou os gargalos que por acaso existam.

Então, quero parabenizar todos.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Senador Flexa.

Eu acho que o entrave da mobilidade urbana hoje, no Brasil, é um tema recorrente que tem sido debatido

em várias comissões do Senado Federal e não vai ser diferente aqui nesta Subcomissão, que trata da fiscalização nas capitais onde estão sendo construídos os estádios para sediar a Copa do Mundo.

Com a palavra, meu colega Relator desta Comissão, Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Presidente Sérgio, a minha fala será bastante rápida.

Quero apenas agradecer a indicação de V. Ex^a para esta missão que considero muito importante, estando ao lado de V. Ex^a e dos demais Senadores e das Senadoras que compõem esta Comissão, de cumprimos o nosso papel de acompanhar, de fiscalizar e de dar transparência a essa questão da Copa e das Olimpíadas.

Então, para mim, é um imenso prazer estar ao seu lado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Senador Cícero. O prazer será dos membros desta Comissão em tê-lo como Relator.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 11 horas e 48 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 52 minutos.)

ATA DA 2ª REUNIÃO, DE TRABALHO, DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE JUNHO DE 2013, QUARTA-FEIRA.

Às quatorze horas e quatorze minutos do dia dezoito de junho de dois mil e treze, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **SÉRGIO SOUZA**, reúne-se a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016. Assinam a lista de presença os Senhores Senadores **SÉRGIO SOUZA, CÍCERO LUCENA, VALDIR RAUPP, FLEXA RIBEIRO e EDUARDO AMORIM**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores **RODRIGO ROLLEMBERG, ANÍBAL DINIZ, IVO CASSOL, EDUARDO BRAGA, ALOYSIO NUNES e BLAIRO MAGGI**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos. Passa-se à pauta: **1) REQUERIMENTO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016 Nº 06, DE 2013**, que “Nos termos regimentais, com intuito de realizar diligências em estádios e nas obras de infra-estrutura e mobilidade urbana nas cidades-sede que receberão jogos da Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016, requeiro a realização de visita

dos membros da CMACOPOLIM às seguintes capitais: a) Rio de Janeiro (relativamente à Copa 2014 e Olimpíadas 2016); b) São Paulo; c) Belo Horizonte; d) Porto Alegre; e) Curitiba; f) Natal; g) Fortaleza; h) Manaus; i) Cuiabá; j) Brasília (relativamente à infra-estrutura e mobilidade urbana)”.
Autoria: Senador **SÉRGIO SOUZA**. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e dezesseis minutos, lavrando eu, Raymundo Franco Diniz, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Sérgio Souza**, Presidente da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

REGISTRO DE TAQUIGRAFIA DA REUNIÃO DE 19/6/2013

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Havendo número legal, declaro aberta a 2ª Reunião da Subcomissão de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura. Passamos diretamente à pauta.

O item 1 da pauta é requerimento de minha autoria:

ITEM 1 REQUERIMENTO Nº 6 , DE 2013

Nos termos regimentais, com intuito de realizar diligências em estádios e nas obras de infra-estrutura e mobilidade urbana nas cidades-sede que receberão jogos da Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016, requeiro a realização de visita dos membros da CMACOPOLIM às seguintes capitais: a) Rio de Janeiro (relativamente à Copa 2014 e Olimpíadas 2016); b) São Paulo; c) Belo Horizonte; d) Porto Alegre; e) Curitiba; f) Natal; g) Fortaleza; h) Manaus; i) Cuiabá; j) Brasília (relativamente à infraestrutura e mobilidade urbana).

Autoria: Senador Sérgio Souza.

O que não foi alcançado quando da visita anterior. Está em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 14 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 16 minutos.)

ATA DA 27ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 19 DE JUNHO DE 2013, QUARTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e vinte e dois minutos do dia dezoito de junho de dois mil e treze, na sala número dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da Senhora Senadora Ana Rita, reúne-se a Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senhores Senadores e Senadoras Ana Rita, João Capiberibe, Paulo Paim, Angela Portela, Eduardo Suplicy, Lídice da Mata e Wilder Moraes. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Justifica ausência o Senador Cristovam Buarque. A Senhora Presidenta declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação da seguinte Pauta: Audiência Pública, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 41, de 2013, aprovado em 06/06/2013 e de autoria do Senador Randolfe Rodrigues e da Senadora Lídice da Mata, que requerem a realização de Audiência Pública para *debater o casamento civil igualitário com a sociedade civil organizada e o Governo Federal*. A Senhora Presidenta apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa e profere suas considerações iniciais. A Senhora Presidenta passa a palavra aos convidados, que fazem suas explanações, nesta ordem: Gustavo Carvalho Bernardes, Coordenador-Geral de Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, em representação à Senhora Ministra Maria do Rosário Nunes; Deputado Federal Jean Wyllys, (PSOL/RJ); Paulo Roberto Iotti Vecchiatti, Advogado, Mestre em Direito Constitucional, Autor do livro *Manual da Homoafetividade*; Kátia Ozório, Representante do Movimento LGBT; Letícia Perez, Representante do Movimento LGBT; e Deputada Federal Érika Kokay. Às dez horas e vinte minutos a Senadora Ana Rita passa a Presidência para o Senador Eduardo Suplicy. Às dez horas e cinquenta e sete minutos o Senador Eduardo Suplicy passa a Presidência para a Senadora Lídice da Mata. Às onze horas e treze minutos a Senadora Lídice da Mata passa a Presidência para o Senador João Capiberibe. O Senhor Presidente concede a palavra a diversas pessoas presentes no Plenário da Comissão: Lurdinha Nunes, professora aposentada da Universidade Federal do Piauí; Ana Vitória Sampaio Castanheira Rocha, mestrandia em história

da Universidade de Brasília - UnB; Antônio Lopes de Souza Neto, do Movimento Social LGBT Socialista, no Estado do Espírito Santo; Thaís Dumê Faria, advogada, Grupo Candango de Criminologia - Repensando Sociedade, Controle Penal e Sistema de Justiça, da Universidade de Brasília – UnB. Logo após, é concedida a palavra à Deputada Federal Janete Rocha Pietá. O Senhor Senador João Capiberibe, Vice-Presidente no exercício da Presidência, passa a palavra para os convidados para suas considerações finais e, em seguida, ao Deputado Federal Chico Alencar. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores e Senadoras Ana Rita, Eduardo Suplicy, Lídice da Mata e João Capiberibe. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e dois minutos, lavrando eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Ana Rita**, Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

(*Texto com revisão.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES)

– Declaro aberta a 27ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 41, de 2013, da Comissão de Direitos Humanos, aprovado em 6 de junho de 2013, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues e da Senadora Lídice da Mata, para debater o casamento civil igualitário com a sociedade civil organizada e com o Governo Federal.

Dessa forma, convido para compor a Mesa o Sr. Gustavo Carvalho Bernardes, Coordenador Geral de Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, em representação à Srª Ministra Maria do Rosário Nunes. (*Palmas.*)

Seja bem-vindo, Gustavo!

Convido também para compor a Mesa o Deputado Federal Jean Wyllys, do PSOL do Rio de Janeiro. (*Palmas.*)

É sempre um prazer receber o Deputado Jean Wyllys aqui. Já estive em outras ocasiões.

Muito bem, Deputado, seja bem-vindo!

Paulo Roberto Iotti Vecchiatti, advogado, mestre em Direito Constitucional, autor do livro *Manual da Homoafetividade*.

Seja bem-vindo, Paulo Roberto! (*Palmas.*)

Convido também para compor a Mesa Kátia Ozório, representante do movimento LGBT. (*Palmas.*)

Letícia Perez, representante do movimento LGBT. (*Palmas.*)

Jean Wyllys está me dizendo que a Kátia e a Letícia são um casal.

Sejam bem-vindos e bem-vindas!

Quero apenas justificar, por enquanto, a ausência da Deputada Erika Kokay. Está previsto ela estar aqui. Assim que ela chegar, nós a convidaremos para compor a Mesa.

Quero, aqui, registrar a presença também do nosso querido Senador Paulo Paim, que já foi Presidente desta Comissão de Direitos Humanos e que tem sido um grande colaborador na Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal.

Posteriormente, registraremos também a presença – a Assessoria vai providenciar – das demais pessoas que aqui estão representando os movimentos sociais aqui presentes.

Quero também informar a vocês que nós estamos com problema de tempo, porque, às 10h, nós temos a Comissão de Constituição e Justiça. E tanto eu quanto o Senador Paim somos membros efetivos dessa Comissão, que hoje vota também a PEC do Trabalho Escravo, que para nós é muito importante – e para todos vocês também, não é, Deputado? Então, nós vamos conduzindo a nossa audiência pública e, assim que der o horário, nós vamos avaliar como iremos proceder.

Portanto, sem mais delongas, vamos passar a palavra aos nossos convidados e convidadas, para que possamos, de imediato, entrar no tema da nossa audiência pública, que vai debater o casamento civil igualitário com a sociedade civil organizada e com o Governo Federal.

Concedo a palavra ao Gustavo Carvalho Bernardes, Coordenador-Geral de Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, em representação à Sr^a Ministra Maria do Rosário Nunes.

Vamos combinar aqui uma dinâmica, em termos de horário. Vamos conceder dez minutos para cada palestrante, para cada convidado e convidada. Se houver necessidade, nós colocaremos mais cinco minutos. Pode ser? (*Pausa.*)

Aproveito para registrar também a presença do Senador Eduardo Suplicy. O Senador estava presente também.

Gustavo, com a palavra.

O SR. GUSTAVO CARVALHO BERNARDES – Bom dia, Senadora Ana Rita! Quero agradecer o con-

vite em nome da Ministra Maria do Rosário; saudar os demais componentes da Mesa; o Senador Paulo Paim, Relator do PLC nº 122.

Quero aqui, em nome da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, dizer que a questão do casamento igualitário, da igualdade de condição para o casamento entre pessoas heterossexuais e homossexuais é um avanço importante, garantido pelo Poder Judiciário, é uma concretização dos direitos previstos na Constituição Federal: o direito da não discriminação em razão do sexo, o direito da não discriminação em sentido mais amplo. E nós da Secretaria de Direitos Humanos recebemos isso de uma forma muito positiva. Entendemos que há o reconhecimento de um direito extremamente relevante para a população LGBT.

Antes de assumir meu cargo na Secretaria de Direitos Humanos, eu trabalhei como advogado do movimento social, e nós víamos, seguidamente, o quanto esse direito não ter sido reconhecido, durante grande parte do tempo no Brasil, trazia prejuízos para a população LGBT. O fato de muitos casais não terem sua união tutelada pelo Estado, reconhecida pelo Estado brasileiro, trazia uma série de injustiças para a população LGBT que repercutiam na vida deles de uma forma realmente dramática.

Não foram poucos os casos em que os companheiros e companheiras desses casais do mesmo sexo faleceram e que a família foi até a casa dessas pessoas, trocou a chave, para não deixar que seus companheiros voltassem para a casa e não tivessem nem mesmo acesso aos seus pertences pessoais. Não foram poucos os casos em que o não reconhecimento da família, composta por casais do mesmo sexo, trouxe sofrimento inclusive para as crianças adotadas por esses casais. Por não verem reconhecida essa união, essas adoções, muitas vezes, obrigavam a que apenas um do casal fizesse a adoção sozinho da criança. E, quando viessem a falecer ou a faltar, acabava que essas crianças ficavam afastadas do outro pai ou da outra mãe, e isso causava um sofrimento terrível a essas crianças.

Então, são inúmeros os fatos que aconteceram e que justificaram que o Supremo Tribunal Federal reconhecesse a igualdade entre a união estável homossexual e a união estável heterossexual. Esse reconhecimento trouxe, conseqüentemente, o reconhecimento do casamento entre pessoas do mesmo sexo, porque a Constituição Federal fala que o Estado facilitará a conversão da união estável em casamento. Portanto, a partir do reconhecimento, da equiparação da união estável heterossexual com a união estável homossexual, o Estado também se tornou obrigado a reconhecer,

a possibilitar e a facilitar a conversão do casamento entre pessoas do mesmo sexo.

Então, nesse sentido, no sentido do reconhecimento dos direitos da população LGBT, da dignidade da pessoa humana, nós nos somamos à decisão do Supremo Tribunal Federal e reconhecemos o casamento entre pessoas do mesmo sexo. Achamos que isso vai contribuir para os direitos humanos da população LGBT.

Já, naquele momento, a Ministra Maria do Rosário – e isso foi pautado no Supremo Tribunal Federal – procurou a Advocacia-Geral da União. Nós construímos memoriais para os ministros, a Ministra teve uma reunião com o Presidente do Supremo Tribunal Federal sobre o tema, e a Advocacia-Geral da União fez uma defesa, uma sustentação oral, no momento do julgamento, defendendo essa equiparação. Portanto, o Estado brasileiro, o Poder Executivo brasileiro, desde o primeiro momento, se somou aos esforços de reconhecimento do casamento entre pessoas do mesmo sexo.

O que nós devemos aqui problematizar é, talvez, se devemos avançar numa proposta de lei a respeito do tema, considerando que temos um Poder Legislativo um tanto conservador nesses aspectos. Ou se podemos continuar com o que a Constituição Federal nos diz, que, segundo a interpretação do Supremo Tribunal Federal, garante o direito ao casamento e à união estável entre pessoas do mesmo sexo. Devemos aqui também problematizar se essa é a estratégia conveniente de pautar um tema, porque eu fico com receio, muitas vezes, de emendas que possam ser feitas e de se criar uma figura diferente para o casamento entre pessoas do mesmo sexo. Não, nós queremos que o mesmo instituto do casamento que serve para pessoas heterossexuais sirva também para pessoas homossexuais. Nesse sentido é que o Supremo Tribunal Federal decidiu e nós, o Governo Federal, nos somamos a essa interpretação, que a Constituição Federal garante.

Outra questão que o Supremo Tribunal Federal colocou foi a da não discriminação por gênero. A primeira vez que vi essa tese, como advogado, foi no Rio Grande do Sul, quando atuei em ações de casamento, em que entrei com algumas ações de casamento no Rio Grande do Sul. E, lá, o primeiro desembargador que votou a favor foi o Desembargador Rui Portanova. Ele mencionou que, quando o Estado trata um homem que vai casar com uma mulher de determinada forma e um homem que vai casar com outro homem de forma diferente, está fazendo uma discriminação por gênero, que é vedada pela nossa Constituição.

Eu acho que essas teses jurídicas que o nosso Poder Judiciário construiu, que estão bem embasadas e que interpretam a Constituição favoravelmente ao cidadão e à cidadã, têm que ser reforçadas por nós. Nós

temos condições de avançar mais nessa interpretação. E espero que o Poder Legislativo também consiga avançar. Porque, Senadora, nós não temos, até hoje, uma legislação que explicitamente fale dos direitos da população LGBT, uma legislação federal no Brasil. E nós precisamos de uma legislação federal, de uma sinalização do Poder Legislativo, de que a população LGBT também merece atenção deste Poder, como tem merecido do Poder Executivo e do Poder Judiciário. Nós precisamos que o Poder Legislativo se some e que o Estado brasileiro, por fim, deixe claro para a sociedade que a população LGBT vai ser protegida e tutelada pelo Governo, pelo Estado brasileiro, porque merece proteção desse Estado.

Tramita nesta Comissão o PLC 122, que criminaliza a homofobia e que está com a relatoria do Senador Paulo Paim. E é fundamental que nós avancemos. Nós precisamos avançar e pautar essa criminalização, que é urgente. Porque existe um aumento, de 2011 para 2012, de 11% nos homicídios da população LGBT no Brasil. Precisamos avançar na proteção a essa população. Proteção quanto ao reconhecimento dos direitos de cidadania, como direito ao casamento, mas também proteção do Estado no que diz respeito à segurança dessa população contra os homicídios, contra os assassinatos, contra as violações que vemos, cotidianamente, aqui no Brasil.

Encerro por aqui. Depois, se houver mais algum comentário, eu concluo.

Muito obrigado, Senadora. (*Palmas.*)

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES)

– Obrigada, Gustavo Carvalho Bernardes. Ocupou exatamente os dez minutos. Teria mais cinco, mas, posteriormente, com certeza, vai se pronunciar novamente. Então, agradecemos ao Gustavo, que aqui hoje está representando a Ministra Maria do Rosário Nunes, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Concedo, agora, a palavra ao Deputado Federal Jean Wyllys, do PSOL do Rio de Janeiro.

O SR. JEAN WYLLYS – Bom dia a todos e a todas!

Saúdo a Senadora Ana Rita e minhas amigas, Letícia e Kátia, em nome de quem saúdo toda a Mesa e todos os presentes.

Fico muito feliz com a presença do Gustavo aqui porque significa a presença da Secretaria de Direitos Humanos do Governo, portanto, a presença do Governo, em que pese o silêncio da Presidenta Dilma Rousseff, silêncio absoluto, acerca das questões da cidadania LGBT. Aliás, a Presidenta Dilma não menciona sequer a expressão LGBT e a palavra homossexual em seus discursos. Então, a presença do Gustavo aqui é muito

importante porque, embora silente, o Governo se faz presente nesta discussão.

A nossa República se sustenta em três Poderes: o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. Desses três Poderes, o Judiciário é o que mais avançou em termos de estender a cidadania à população LGBT. Isso porque o Poder Judiciário entende que ausência de lei não significa ausência de direito. E foi exatamente por entender que ausência de lei não significa ausência de direito que o Supremo Tribunal Federal, quando provocado, reconheceu a união estável entre pessoas do mesmo sexo, com efeito vinculante. Depois, as instâncias abaixo do STF, na interpretação de que, uma vez que a união estável homoafetiva foi reconhecida, valem todas as prerrogativas, inclusive a conversão em casamento, as instâncias abaixo do STF começaram não só a converter uniões estáveis em casamento, mas habilitar o casamento direto.

Mais tarde, o CNJ – Conselho Nacional de Justiça, regulamentando essa situação no Brasil inteiro, disse para os cartórios que, a partir de então, nenhum cartório poderia negar pedido de conversão de união estável nem de casamento direto. Na prática, materialmente, nós temos o casamento garantido no Brasil, graças a uma decisão do CNJ, do Poder Judiciário. Mas isso está no âmbito do Judiciário, é uma jurisprudência. Não há reconhecimento da lei.

Então, não havendo reconhecimento da lei – nós todos sabendo que a nossa luta é uma luta também por reconhecimento; não basta garantir materialmente o direito, é necessário o reconhecimento na lei – é que a batalha pelo casamento civil igualitário continua. Ela não está ganha. E não está ganha por vários motivos. Um deles são as proposições legislativas que tramitam nesta Casa não só para submeter decisões do STF ao Congresso Nacional, mas proposições que querem instituir plebiscitos e referendos em relação ao casamento civil. Ou seja, a decisão do STF não é uma decisão. Mesmo sendo o Poder Judiciário autônomo, há uma tentativa aqui, por exemplo, de submeter decisões do STF a esta Casa. Portanto, a pessoa, o Deputado que fez essa proposta legislativa é reconhecidamente um Deputado contrário à cidadania LGBT.

O objetivo último, portanto, é tirar esses direitos garantidos materialmente pelo Poder Judiciário. Ou seja, além de não haver o reconhecimento na lei, ainda se quer tirar o direito garantido pelo Judiciário. O que significa que temos que continuar a luta e temos que concentrar a luta na alteração da lei. Não podemos nos dar como satisfeitos. O Governo Federal pode ter se dado como satisfeito com a decisão do Judiciário, mas nós não vamos nos dar por satisfeitos. Eu acredito que o movimento não pode se dar por satisfeito,

e nós, Parlamentares, não vamos nos dar por satisfeitos, porque é tarefa nossa legislar, e é tarefa nossa reconhecer no plano da lei.

Vocês sabem que a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara ontem aprovou um projeto que derruba uma resolução do Conselho Federal de Psicologia que proíbe as terapias de reversão da homossexualidade.

Em que pese a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara não ter legitimidade nenhuma – tem legalidade, mas não tem legitimidade; as pessoas que compõem a Comissão hoje são fundamentalistas religiosos que não estão habilitados para avaliar, para julgar, para votar os direitos de uma minoria estigmatizada como a minoria LGBT –, tem legalidade. O projeto foi aprovado. E esse projeto sendo aprovado, foi uma vitória nessa batalha que nós travamos entre estima e estigma. Ou seja, foi uma vitória do estigma sobre os homossexuais. Uma vitória do estigma da nossa forma de amar, da nossa forma de viver o nosso amor, que mais uma vez é visto na perspectiva do transtorno mental, da doença, do distúrbio psicológico.

Então, se por um lado os conservadores, reacionários, contrários à nossa cidadania avançam nesse aspecto, a gente não pode deixar de avançar também no aspecto da lei. Nós temos que dar uma contrapartida. E a luta pelo casamento é uma luta por estima. O reconhecimento do casamento na lei, ou seja, a mudança do conceito de casamento na lei e do conceito de família na lei é uma batalha que não pode cessar. E a gente não pode dar essa batalha como dada porque uma parte dela foi travada no Judiciário e isso não quer dizer que nós não tenhamos que travar essa batalha aqui.

Por isso, eu e a Deputada Erika Kokay apresentamos duas proposições legislativas, uma é um PL, um projeto de lei, que não depende de assinatura, que é uma alteração do Código Civil baseado, inclusive, na decisão do Judiciário, tanto do STF quanto do STJ, ou seja, pegando os argumentos que estão nos votos dos ministros para justificar por que o Código Civil pode ser alterado diretamente. Nós temos essa proposta e nós temos outra proposta, que é uma PEC, uma proposta de emenda à Constituição, e essa depende da assinatura de Deputados. Então, fizemos duas frentes legislativas para tentar garantir o casamento no plano da lei.

Se nós conseguirmos garantir no plano da lei, nós vamos não só garantir o direito ao casamento e todos os direitos correlatos ao casamento, que correspondem a mais de 70 direitos que hoje nos são negados, como vamos fazer um avanço em termos de estima e reconhecimento. Os homossexuais não são obrigados a casar depois que a lei é garantida; os héteros todos

não casam porque eles têm esse direito garantido em lei. Casa quem quer. Mas, quando quer, o direito está garantido. Quando forma a família, a família é protegida.

Nós não podemos deixar que essa exclusão jurídica continue. E a única maneira de enfrentar essa exclusão jurídica é alterando essas duas leis, tanto a lei infraconstitucional – o Código Civil – quanto a própria Constituição na definição de casamento.

Por isso mesmo, esta audiência foi construída. Ela foi construída pela Senadora Lídice da Mata, pelo Senador Randolfe, pela Senadora Ana Rita, pela Frente Parlamentar Mista pela Cidadania LGBT, da qual eu faço parte, porque nós precisávamos marcar um contraponto em relação ao que está acontecendo na Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara. Enquanto a Comissão de Direitos da Câmara avança no estigma, nós batalhamos pela estima. Fizemos esta audiência e recrutamos pessoas militantes que, depois dela, vão coletar assinaturas. É a nossa estratégia.

Então, essa batalha não está ganha, não está dada, e não achem que não há movimento aqui para retroceder em relação à conquista do STF. Então, eu discordo do Gustavo nesse sentido. Não acho que seja uma estratégia ruim nesse sentido. Para mim, é a melhor das estratégias, porque nós temos que mudar na lei – na lei. Precisamos do reconhecimento e da segurança jurídica. E essa só virá quando alterarmos o texto da lei, quando dermos legitimidade do casamento, legalidade e legitimidade ao casamento por meio da alteração da lei.

Por fim, nós não temos que contrapor – e eu sei que o Gustavo não fez isso – uma pauta a outra, a pauta da criminalização da homofobia com a pauta do casamento civil igualitário, em que pese a pauta do casamento civil igualitário ser uma pauta positiva, propositiva e afirmativa de direitos e não, uma pauta restritiva.

O Direito Penal é sempre um direito restritivo; nós temos que nos lembrar disso. E por isso estamos preocupados aqui, todos nós, na construção de um relatório para o PLC 122 que não deixe o enfrentamento da homofobia tão somente no âmbito do tipo penal. Não nos interessa tratar a homofobia apenas como tipo penal, porque homofobia é um sistema. E quando o Estado brasileiro, por meio da sua legislação, não contempla as relações homoafetivas, a homofobia está presente, a homofobia institucional. Então, não basta enfrentar a homofobia na sua expressão dura, de violência dura, de violência letal, através do Código Penal. Até porque o Código Penal já tem dispositivos suficientes para enfrentar essa violência. O homicídio já está previsto e o homicídio qualificado já está previsto. Portanto, a motivação torpe do crime homofóbico já poderia estar

sendo reconhecida há muito tempo, por delegados e investigadores dos crimes contra homossexuais. Se não há é porque não há boa vontade, é porque não há política pública de formação desses agentes da segurança pública, de sensibilização desses agentes. Portanto, nossa preocupação é não tratar a homofobia apenas como um tipo penal e achar que está resolvido, sem se preocupar com política de educação, por exemplo, de enfrentamento do *bullying* homofóbico nas escolas; com políticas de saúde, que estão sendo ameaçadas no Brasil, por exemplo, em relação à população com HIV e AIDS. A homofobia é um sistema e tem que ser enfrentada sistematicamente.

Por isso, nós não queremos o relatório do PLC 122 que seja um relatório reacionário, que nos aparte de lutas outras importantes aqui que estamos travando, por redução do Código Penal, como a descriminalização do aborto, por exemplo, como a descriminalização das drogas leves, contra a redução da maioridade penal, contra a violência nas prisões, a prática de tortura e coisas do tipo.

Nós precisamos lembrar que nós, comunidade LGBT, comunidade difamada, comunidade estigmatizada e alijada de direitos, temos que ser solidários a outras minorias que são igualmente alijadas de direito. Portanto, não queremos bancar os conservadores e enfrentar a homofobia apenas como tipo penal.

Eu não gosto desse contraponto entre as duas pautas. As duas pautas são complementares. Nós lutamos, sim, pela proteção, pelo direito à vida, mas nós queremos mais que isso, queremos enfrentar uma homofobia sistêmica, que se expressa, inclusive, na exclusão jurídica, na exclusão jurídica dos homossexuais.

Então, minha fala, por enquanto, é só. Depois, a gente abre para o debate.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Deputado Jean Wyllys. Obrigada pela sua presença, pela sua fala e, ao mesmo tempo, quero parabenizá-lo pelo trabalho que realiza na Câmara Federal.

Convido agora para fazer a sua fala Paulo Roberto Iotti Vecchiatti, que é Advogado, Mestre em Direito Constitucional e autor do livro *Manual da Homoafetividade*.

Paulo, são dez minutos; se houver necessidade, há mais cinco. Nenhum dos dois precisou do tempo todo, mas fique à vontade.

O SR. PAULO ROBERTO IOTTI VECCHIATTI – Eu acho que vou usar esse tempo que eles não usaram. (*Risos.*)

Bom dia a todas e todos.

Primeiramente, eu queria agradecer o convite, agradecer ao Deputado Jean Wyllys, que foi quem

efetivamente me convidou; agradecer a Comissão de Direitos Humanos do Senado, que, aparentemente, ainda é a única Comissão de Direitos Humanos que não se limita a heterossexuais, mas que também aos que se identificam com o próprio gênero; ao contrário da comissão da Câmara. E queria agradecer e parabenizá-los por este evento tão importante sobre o casamento igualitário.

A minha fala e ideia é explicar um pouco a evolução da luta judicial que culminou com a decisão do Supremo Tribunal Federal, bem brevemente – até brinquei dizendo que dou uma palestra de mais de uma hora só sobre isso, normalmente. Então, vou só explicar como começou, o que se consolidou com a decisão do Supremo e justificar a resolução do Conselho Nacional de Justiça, que determinou a obrigatoriedade dos cartórios de registro civil celebrarem o casamento civil homoafetivo, como já mencionado aqui nas falas anteriores.

Então, no Brasil, o debate começou no tema da união estável, como foi mencionado. A união estável, que é o chamado casamento sem papel passado. Pela lei, a união estável é a união pública, contínua e duradoura, com intuito de constituir família. Intuito de constituir família não significa ter filhos, poder ter filhos nem querer ter filhos. Significa você ter uma comunhão plena de vida, um embaralhamento de vidas e patrimônios, como diz a Maria Berenice Dias.

Nos anos 2000, casais formados por pessoas do mesmo sexo começaram a pleitear, no Poder Judiciário, o reconhecimento da sua união conjugal como uma união estável. Então, a Maria Berenice Dias começou a usar o termo homoafetividade para destacar que casais formados por pessoas do mesmo sexo não desejam a mera luxúria sexual – como um preconceito hoje um pouco mitigado, mas um preconceito que ainda diz hoje –, mas se pautam no mesmo afeto – afeto romântico conjugal – que casais formados por pessoas de sexos opostos. Então, pleiteou-se reconhecimento da equivalência das uniões homoafetivas relativamente às heteroafetivas. Então, invocou-se o instituto jurídico da analogia.

A analogia tem como pressuposto lógico que a lei disciplinou um fato e nada dispôs sobre o outro. Então, a lei dispôs sobre o casamento civil e a união estável entre pessoas de sexos opostos, mas não reconheceu nem o proibiu entre pessoas do mesmo sexo. Então, isso, longe de significar uma proibição implícita, algo inexistente no Direito, significa uma lacuna, uma falha da legislação que você pode resolver por analogia, reconhecendo que as situações são equivalentes.

E por que são equivalentes? A meu ver, elas são até idênticas. Elas são idênticas porque ambas formam

uma família conjugal. A união estável e o casamento civil visam proteger a família conjugal. Onde, sendo a união homoafetiva uma família conjugal idêntica ou, no mínimo, equivalente à heteroafetiva, merece a proteção do casamento civil e da união estável.

Isso foi debatido na jurisprudência, nos anos 2000, por aproximadamente dez anos. Era minoritária a jurisprudência que reconhecia o cabimento da analogia, embora já consolidada, até que, nos dias 4 e 5 de maio de 2011, o Supremo Tribunal Federal reconheceu essa equivalência, ou seja, reconheceu que a união pública, contínua e duradoura, em comunhão plena de vida, entre pessoas do mesmo sexo é uma família conjugal que merece igual proteção relativamente à família conjugal heteroafetiva. Assim, equiparou-se a união estável homoafetiva à heteroafetiva.

E, como o Gustavo já mencionou aqui, equiparada a união homoafetiva à união estável, os casais homoafetivos passaram a pleitear a conversão da união estável em casamento, porque a Constituição Federal e o Código Civil dizem que o Estado deve facilitar a conversão em casamento. E, para minha agradável surpresa, a maioria dos juízes concedeu essa conversão.

Eu costumo dizer que quem diz que o Supremo Tribunal Federal decidiu só sobre união estável e não sobre casamento demonstra, claramente, que não entendeu ou não quis entender absolutamente nada do que disse o Supremo Tribunal Federal. Ele reconheceu a união homoafetiva como união estável por ela ser uma família, e o casamento visa proteger a família.

E, posteriormente, neste ano, o Conselho Nacional de Justiça aprovou a Resolução nº 175, de 2013, que determinou a obrigatoriedade do casamento, tanto direto quanto por conversão, pautado na decisão do Supremo e na decisão do Superior Tribunal de Justiça que julgou o caso das caríssimas Letícia e Kátia, que estão aqui na mesa, permitindo o casamento civil direto, sem a necessidade de união estável anterior, sob o fundamento de que o Código Civil não proíbe o casamento entre pessoas do mesmo sexo e que essa proibição geraria uma discriminação, violaria diversos dispositivos constitucionais.

Depois dessa decisão do Conselho Nacional de Justiça, surgiu muita polêmica. Agora está na moda dizer que não se é contra a união homoafetiva, mas que caberia ao Congresso Nacional regulamentá-la. Então, adotam-se interpretações jurídicas extremamente restritivas, extremamente simplórias, com a máxima vênias. Mas, a falar-se que o Conselho Nacional de Justiça não poderia ter decidido como decidiu, reafirmo que ele pode.

Aprofundando um pouco o estudo da resolução, você percebe que o Conselho Nacional de Justiça

não usurpou competência do Congresso Nacional. Por quê? Como o Deputado Jean já mencionou, a decisão do Supremo tem efeito vinculante. Neste tipo de ação – e a decisão foi proferida em ação direta de inconstitucionalidade –, a decisão do Supremo tem efeito vinculante e eficácia *erga omnes*. Isso significa que ela é de obrigatório cumprimento no País inteiro; ela tem força de lei.

Então, na parte dispositiva da decisão, que tem força de lei, o Supremo falou que o reconhecimento da união estável homoafetiva é – abro aspas – “reconhecimento que há de ser feito segundo as mesmas regras e consequência da união estável heteroafetiva” – fecho aspas. Ora, uma das consequências da união estável heteroafetiva é a conversão em casamento. Então, é obrigatório. Os cartórios de registro civil já são obrigados, pela decisão do Supremo, de 2011, a converter a união estável homoafetiva em casamento civil. É desnecessária, pois, uma lei formal, uma lei aprovada pelo Congresso Nacional que crie essa norma jurídica autorizativa, porque essa norma já foi criada pela decisão do Supremo, com força de lei.

E, se você pode se casar por conversão, você pode se casar diretamente também. Seria um contrasenso. Você estaria exigindo que a união homoafetiva passasse por uma espécie de estágio probatório da união estável para se fazer merecedora do casamento civil. Isso viola tanto o princípio da igualdade, pela arbitrariedade da diferenciação entre homoafetivos e heteroafetivos quanto da dignidade da pessoa humana. Tu estarias dizendo que a união heteroafetiva seria mais digna que a homoafetiva e, portanto, poderia ingressar no casamento civil diretamente, porque o casamento civil é um regime jurídico dá mais direitos e maior proteção no ordenamento jurídico brasileiro.

Então, o Partido Social Cristão, o PSC, entrou com um mandado de segurança, primeiro, contra essa Resolução do CNJ. Não sei o que no advogado pensou, porque é evidente que não cabia mandado de segurança. O Ministro Luiz Fux extinguiu a ação por causa disso, como a gente tinha argumentado no *amicus curiae*. Eu apresentei uma manifestação pelo PSOL, intermediado pelo Deputado Jean Wyllys e pela Associação dos Registradores de Pessoas Naturais do Rio de Janeiro, e a ação foi extinta porque não cabe mandado de segurança contra isso. Mas o Ministro Fux também falou que o Conselho Nacional de Justiça pode criar regulamentações, normas jurídicas de cunho geral e abstrato com base em interpretação direta da Constituição. Ele citou decisão do Supremo na Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 12, sobre o nepotismo. Lembrando: o CNJ proibiu o nepotismo no Poder Judiciário, sem lei, e o Supremo referendou

a decisão porque isso é uma consequência lógica do princípio da moralidade administrativa, que está consagrada na Constituição Federal.

Então, a Resolução do CNJ é constitucional e não usurpou competência do Congresso Nacional por dois motivos: porque ela é uma consequência do efeito vinculante da força de lei da decisão do Supremo Tribunal Federal e porque o CNJ tem competência para fazer regulamentações gerais e abstratas com base na aplicação direta das normas constitucionais.

(*Soa a campanha.*)

O SR. PAULO ROBERTO IOTTI VECCHIATTI –

Agora vou usar aqueles cinco minutos extras.

Então, basicamente, é isso. Peço desculpas porque eu já falo rápido normalmente, mas é muita coisa para falar. A gente pode abrir para perguntas depois.

Um pouco sobre o que o Gustavo e o Deputado Jean Wyllys falaram. Eu concordo com o Gustavo que a gente tem que tomar muito cuidado para não se aprovar algo paralelo ao casamento civil destinado às uniões homoafetivas. Criar uma união civil paralela, uma união civil destinada apenas a casais do mesmo sexo, para se reservar o casamento civil a casais de sexos opostos, passa a sinistra mensagem de que casais homoafetivos não seriam dignos do casamento e que, portanto, o casamento deveria ser reservado apenas a casais heteroafetivos. Quem diz isto não sou eu, mas a Suprema Corte do Canadá, quando disse que seria inconstitucional essa diferenciação. Assim, você instituiria na parte da união conjugal regimes separados, mas iguais.

No passado, nos Estados Unidos, na África do Sul, dizia-se, em algum momento, que negros tinham o mesmo direito que os brancos, em outros lugares. Assentos com igual qualidade no ônibus, na parte de trás. Isso é segregacionista. É você ressuscitar os separados, mas iguais. É um absurdo! Então, a gente tem que ter cuidado.

É importantíssimo a gente alterar o Código Civil e alterar a Constituição. É um debate com que a gente tem que ter cuidado. Não é necessária alteração legislativa para reconhecer o direito. Como o Deputado Jean bem falou, a ausência de lei não significa a ausência de direito. Na omissão da lei, o juiz julgará por analogia, como diz o art. 4º da Lei de Introdução às Normas, e você pode concretizar os princípios constitucionais para reconhecer direitos. Isso é fato. Contudo, enquanto a gente não alterar o Código Civil e a Constituição, o tema sempre vai ficar aberto a discussão. Sempre vai haver juristas reacionários, ligados a associações de juristas fundamentalistas, digo evangélicos ou católicos, como eles se dizem... Então, sempre vai haver juristas se opondo ao casamento civil, à união

estável por casais homoafetivos. Daqui a dez ou vinte anos, pode mudar a composição do Supremo Tribunal Federal. Além disso, o Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, cujo nome até me fugiu à memória, enfim, aquele cujo nome não se deve nem pronunciar, falou: “Temos que chegar à Presidência da República e ao Supremo Tribunal Federal.”. Se o Supremo for invadido por fundamentalistas religiosos, como Ives Gandra da Silva Martins – tudo bem que ele já passou da idade, mas há o filho dele; há juristas conservadores –, pode ser que, futuramente, o Supremo mude de opinião e revogue esses avanços. Talvez não anule os casamentos já realizados, mas a se depender do Poder Judiciário, fica-se sempre ficar sujeito a eventuais mudanças de entendimento.

Então, é importantíssimo alterar o Código Civil e alterar a Constituição Federal. O Congresso Nacional, o Parlamento brasileiro tem de sair do armário. Ele tem que dizer se é a favor dos direitos humanos universais, dos direitos humanos da população LGBT, ou se ele é homofóbico, porque, se ele negar os direitos ao casamento civil, à união estável, se ele não criminalizar a homofobia e a transfobia, ele estará sendo homofóbico.

E, no Congresso Nacional a gente enfrenta uma situação que transcende o cúmulo do absurdo, que é: os Deputados conservadores fundamentalistas não querem aprovar os projetos favoráveis à população LGBT porque, enfim, a bancada é conservadora, tem a população que vota neles, mas também não querem votar contra, para não serem vistos como politicamente incorretos e não serem criticados. Eles deixam a gente no limbo – e aí o Deputado Jean pode falar melhor que eu – e, depois, ficam pressionando o Governo Federal, ficam chantageando o Governo Federal falando: “Olha, se você votar, se você apoiar esse projeto, a gente vai chamar o Palocci para depor.”. Foi a história do *kit* Escola sem Homofobia. Vetou-se o *kit*, naquela fala catastrófica da Presidenta da República, que demonstrou ignorância, para dizer o mínimo, na sua fala. Enfim, depois ficam pressionando o Governo Federal com esse limbo jurídico. É uma situação muito complexa.

Eu só queria dizer também – vai acabar meu tempo – que concordo plenamente com o Deputado Jean quando ele fala que você não pode simplesmente criminalizar a homofobia, que realmente é um sistema que tem que ser combatido em diversas frentes. Então, eu defendo que as pautas realmente são complementares. Ele está certíssimo. Eu não entendo quando há alguns setores que contrapõem criminalização e casamento civil, até porque a gente não está numa situação em que seja preciso escolher entre um e outro. Então, são demandas complementares.

(*Soa a campanha.*)

O SR. PAULO ROBERTO IOTTI VECCHIATTI – O que eu defendo é o seguinte: o sistema penal brasileiro é punitivista. O Código Penal, a Lei de Racismo pega um viés só punitivista, e não de justiça restaurativa. Então, a homofobia tem que ser incluída dentro do sistema penal brasileiro, porque, se você xingar um negro, um religioso – lembrando que racismo, hoje, é discriminação por cor, etnia, procedência nacional e religião –, se você discriminar um negro ou um religioso, dá cadeia e, se você discriminar ou xingar alguém, dá cesta básica, tu estás hierarquizando opressões. Então, você está dizendo que uma opressão é mais grave do que a outra. Então, ou você muda o sistema punitivo, o sistema penal brasileiro como um todo, ou você inclui a homofobia dentro do viés punitivo. Claro, você também pode aprovar leis como o casamento igualitário...

Fica a sugestão, Jean, de você falar com a Maria Berenice Dias, porque ela quer propor um projeto de estatuto da diversidade sexual por iniciativa popular. Mas talvez valesse a pena fazer audiências públicas aqui no Congresso Nacional. Esse projeto recebeu algumas críticas de alguns outros juristas favoráveis à causa, mas ele pode ser melhorado. Então, é um projeto nessa linha que você fala, da pauta propositiva. Eu acho que o Congresso tem que legislar.

Eu critico muito o movimento LGBT brasileiro por esse pavor que ele tem de colocar em votação. Coloque em votação. Em vários lugares do mundo, o casamento igualitário foi aprovado nos Parlamentos depois de algumas derrotas. Então, coloque a criminalização da homofobia em votação, coloque o casamento igualitário em votação, se bem que o projeto do casamento foi proposto agora e não tem tanta urgência quanto à criminalização. Se perder, apresenta de novo. Só que aí, se perder, o Congresso Nacional está se assumindo homofóbico e transfóbico. Então, eu defendo as duas pautas. Não acho que você tenha que hierarquizá-las neste momento, tanto que defendo o casamento igualitário há muito tempo e, pela ABGLT, eu propus um mandado de injunção no Supremo Tribunal Federal para que o Supremo declare que há uma obrigação constitucional de criminalizar a homofobia, porque a homofobia é espécie do gênero racismo.

O Supremo Tribunal Federal, no Habeas Corpus nº 82.424, disse que racismo é qualquer ideologia que pregue a superioridade ou inferioridade de um grupo relativamente a outro. A homofobia e a transfobia se enquadram nesse conceito ontológico de racismo. O Supremo decidiu isso para falar que o antissemitismo é espécie de racismo, racismo social. Então, são pau-

tas complementares, que devem caminhar concomitantemente.

Eu falei que iria aproveitar o tempo dos outros dois. Peço desculpas por falar rápido, mas é muita coisa que a gente tem para falar.

Fico à disposição para eventuais debates.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Paulo, pela sua brilhante exposição. O Paulo é advogado, mestre em Direito Constitucional e também autor de um livro. Você não mostrou o livro, não é, Paulo? Eu acho que é importante mostrá-lo. Depois, você pode falar um pouquinho sobre ele. Muito bom.

Agora, passo a palavra à Kátia Ozório, representante do Movimento LGBT.

O SR. JEAN WYLLYS (PSOL – RJ) – Eu posso dar um recado?

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Desculpa, Kátia, mas o Deputado Jean Wyllys pediu para dar um aviso antes.

Então, passo a palavra para ele agora, neste momento.

O SR. JEAN WYLLYS (PSOL – RJ) – Kátia, peço desculpas. Foi a assessoria que pediu para eu fazer este aviso. A assessoria sempre traz os avisos com um pouco de atraso à Mesa.

Mas quero explicar para vocês o seguinte: a PEC, a proposta de emenda à Constituição depende das assinaturas de Parlamentares. Nós temos de colher 171 assinaturas de Parlamentares, não de cidadãos. Então, ela só pode ser protocolada se nós conseguirmos o mínimo de 171 assinaturas. Já há um contingente de assinaturas. A ideia é a de que a gente faça a força-tarefa hoje, para colher o restante das assinaturas com os Deputados.

A assessoria vai estar disponível para dar a orientação necessária, para identificar os Deputados, e avisa que a concentração vai acontecer na entrada, no *hall* das comissões, no Anexo II. Então, na entrada do Anexo II, no *hall*, na entrada das comissões, vai haver uma concentração, e as pessoas das nossas assessorias vão estar com vocês, identificando os Parlamentares, para que vocês peçam as assinaturas, na altura do busto de Mário Covas.

Às 13 horas, todo esse grupo que colherá as assinaturas vai tirar uma foto com a cantora Ellen Oléria, que é de Brasília e que veio dar uma força para essa campanha em prol da coleta de assinaturas, na frente do balão do casamento civil igualitário. Esse balão vai estar na frente do Anexo II também. E, às 14 horas, haverá um lanche no mesmo local da concentração.

Então, está dado o aviso para vocês.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Deputado. Boa sorte na coleta de assinaturas!

Kátia Ozório, a palavra está com você.

A SRª KÁTIA OZÓRIO – A gente está aqui como representante do Movimento LGBT, mas, mais do que isso, eu me sinto representante da sociedade civil, porque eu não acho que essa pauta seja uma pauta exclusiva do movimento. Eu me sinto uma cidadã, independentemente de ser homossexual ou não, lutando por um direito. Desde o início, nós tivemos essa postura de achar que esse é um direito de qualquer cidadão, independentemente de sua orientação sexual.

Estou feliz por estar aqui, muito bem acompanhada pelo Jean, que está fazendo toda essa força-tarefa com muita coragem; pelo Gustavo, que foi quem começou a nossa ação de casamento no Rio Grande do Sul; e pelo Paulo, que fez a sustentação oral no julgamento do Superior Tribunal de Justiça, onde nós ganhamos o direito ao casamento.

Então, eu queria falar de uma coisa que eu chamo de cinismo cultural no Brasil. E falo isso olhando para outros países muito mais conservadores até do que o Brasil em relação à homofobia especialmente, como a África do Sul e alguns países que eram muito mais conservadores, mas que, quando foram tratar a questão, mudaram a lei. E, no Brasil, onde a gente acha que é todo mundo muito para frente, muito liberal, a gente não consegue tratar as coisas como iguais, e aí fica esta questão: “Ah, mas por que não serve para vocês a união estável?” Não serve, porque não é igual, porque me diferencia. Em nenhuma outra instância, nós somos diferenciados. A gente usa todo o sistema jurídico, as universidades, os financiamentos. Os nossos impostos são os mesmos. Quer dizer, não há nada que nos diferencie em nenhuma outra instância de cidadania. E, nesse sentido, somos diferenciados.

Acho que a maior situação que eu já senti como homofobia, como discriminação, foi quando a gente entrou com esse processo de casamento no Rio Grande do Sul, na primeira instância, no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, quando a gente ouviu o três desembargadores votarem contra. Essa é uma homofobia institucional. Isso é muito desrespeitoso. É muito desagradável ouvir os desembargadores falando isso. E o representante do Ministério Público, que estava lá também, foi extremamente contrário. Então, isso foi muito desagradável.

Quando entramos com a ação no STJ, não estávamos tão confiantes porque tínhamos visto votações contrárias. Então, foi uma surpresa muito agradável. Todos os votos foram grandes incentivos jurídicos, para que a gente avançasse nesse aspecto. Então, é isso.

No Legislativo, é importante justamente tratar do cinismo cultural ao se achar: “Não é preciso ser igual. Vocês já têm o que vocês querem”. A gente está aqui lutando por isso. Embora a gente já tenha esse direito, a gente está aqui lutando, porque acho que isso serve para todo mundo. Quando a gente trata isso no Judiciário, a gente também está segmentando o aspecto financeiro, o acesso às políticas, o acesso aos direitos que nem todo mundo tem. Embora já haja essa decisão do CNJ, eu ainda acho que isso é insuficiente. E querer parar a pauta nesse estágio é uma maneira de não dialogar sobre isso.

Eu acho que, embora haja esse crescimento fundamentalista, o grande avanço desse movimento, o grande ganho foi o de que, pela primeira vez, a gente viu isso sendo falado massivamente nas redes sociais, nos canais, pelos artistas, por todo mundo. Então, a sociedade está se posicionando. Está mostrando a cara quem é contra, quem é a favor, demonstrando por que o é. Acho que esse debate é importante, mesmo que a gente leve muita porrada e ouça absurdos, como a gente ouve, dos fundamentalistas. A gente não acredita que está em 2013 ouvindo as coisas que a gente ouve. Mas falar sobre isso é importante. Isto é sair do armário: falar sobre isso com naturalidade.

É isso. Eu queria parabenizar, mais uma vez, pela sua atuação, o Jean, a Erika, todas as pessoas que estão apoiando e pegando isso pela mão com muita coragem. (Palmas.)

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Kátia. Que bom que você está aqui, como também a Letícia!

Concedo a palavra, agora, a Letícia Perez, que também é representante do Movimento LGBT.

A SR^a LETÍCIA PEREZ – Bom dia, Senadora! Bom dia, Jean, o nosso querido e estimado Gustavo e Paulo Iotti, um queridíssimo amigo! Estamos bem cercadas aqui.

Vejam bem: a Kátia falou sobre a questão de nós nos tratarmos como iguais. Quando na minha família surgiu o assunto de por que nós queríamos esse casamento, esse direito, eu disse: “Olha, todos pagamos os mesmos impostos, todos somos obrigados a votar. Na urna, quando você vai votar, ninguém pergunta a sua orientação sexual. No banco, quando vão abrir uma conta corrente, isso não é questionado”.

Então, falta por parte do Estado brasileiro um posicionamento. Acho que, sobretudo, a instância do Legislativo está nos devendo essa pauta. Acho que, pela formação do Legislativo até então, essa era uma pauta não discutida, uma pauta difícil. Mas, felizmente, com a mobilização do Jean, da Erika, da Senadora Ana Rita, que nos está convidando gentilmente para

esta audiência no Senado, e de outros Parlamentares também, a gente está colocando isso na mesa para se discutir.

Vejam bem: a minha preocupação sempre foi... A Kátia teve muita sorte na família, na vida, nunca teve episódio de homofobia. Eu sofri muita homofobia. Então, eu penso que sobretudo o Estado tem, sim, obrigação de nos legitimar; precisamos, sim, alterar a Constituição; precisamos, sim, rever essas questões do Código Civil; precisamos, sim, garantir isso *ad eternum*. Nós não podemos ficar reféns do STF nem de decisões que podem ser derrubadas a qualquer momento.

Somos extremamente gratos às decisões que até aqui tivemos, mas nós não vamos nos colocar em uma situação de refém.

Eu acho que a Câmara dos Deputados, com a eleição do Presidente da Comissão de Direitos Humanos, andou para trás, no mínimo 150 anos. Isso é uma vergonha, internacionalmente é uma vergonha e eu acho que a gente precisa encontrar – acho que o Jean, a Erika e a Senadora Ana Rita também – alternativas e caminhos que nos levem a conseguir aquilo que nos é de direito, sobretudo o que falta ao Estado. Digo isso do Legislativo; o Judiciário já andou bastante adiante e tem nos dado essas garantias; o Governo Federal, o Poder Executivo também tem traçados políticas na medida do possível para nos ajudar e reconhecer – o Gustavo é o representante aqui, muito importante, por sinal. Mas ainda não contemplou com o que precisamos.

Essa discussão precisa ser levada adiante, sim. E esses caminhos precisam ser percorridos.

Eu gostaria de deixar uma mensagem, para finalizar, porque vocês falaram muito melhor do que eu sobre todos os aspectos, jurídicos e legislativos. Eu gostaria de deixar uma mensagem para quem eventualmente tenha sofrido alguma situação de homofobia, na escola, na família, no trabalho, enfim. Não perca a sua dignidade, não perca a noção de que você é importante, de que você é igual, absolutamente igual a qualquer pessoa e que você pode e deve se manifestar como acha que deve. A sua liberdade é garantida pela Constituição e você tem todo o direito de ser quem você é. Então, seja quem você quer ser plenamente.

Era isso. Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – A Senadora Ana Rita precisou se ausentar para votar na Comissão de Constituição e Justiça, onde eu estava e precisei votar. Ela me informou que todos os membros da Mesa já expuseram seus pontos de vista. É possível que alguns membros da Mesa, tendo em conta as observações feitas pelos seus co-

legas aqui nesta audiência queiram fazer alguma observação adicional.

Concedo a palavra ao Deputado Jean Wyllys.

O SR. JEAN WYLLYS (PSOL – RJ) – Eu prefere abrir para plateia para que eles façam perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Prefere. Então, essa é a sua palavra.

A senhora pode fazer o favor de se identificar e se quiser dirigir alguma observação ou consideração ao que os expositores já falaram, por favor.

A SRª LURDINHA NUNES – Bom dia a todos que estão aqui. Eu sou Lurdinha Nunes, professora aposentada da Universidade Federal do Piauí. Vim do Piauí para este evento. Sou bióloga e jornalista, mestre e doutora em educação. Meu marido também é professor da Universidade Federal.

O que eu queria aqui é dar um depoimento. Minha filha, em 2006, aos 13 anos, disse para mim e para meu marido: “Papai, mamãe, eu sou menina que de menina.” E aí, no primeiro momento – e vou falar como mãe –, a gente pensa: eu trabalho com direitos humanos desde 1980, tenho 55 anos de idade, sou uma das fundadoras do Grupo Matizes no Piauí, trabalho com a Marinalva, a Srª Marinalva é uma pessoa conhecida. Na época em que comecei a trabalhar foi com a Monique Alves, uma travesti do Piauí, ainda na década de 90, em um jornal em que ela escrevia e que fez todo o monitoramento desse processo de homofobia e de criminalização das pessoas que manifestavam seu desejo por pessoas do mesmo sexo.

Quando minha filha me falou, eu sabia tudo que acontecia com as pessoas que assumiam sua identidade, a sua orientação. E num primeiro momento a gente fica pensando o que vai acontecer, de que forma podemos ajudar. E aí, se eu era engajada no movimento, passei a ser mais engajada ainda.

A questão da homofobia, principalmente na escola, é muito grave, porque, quando a escola descobriu a orientação da minha filha, ela foi expulsa da escola. E nós não pudemos provar. Eu trabalho com direitos humanos desde 1980. Fiz todo o processo de procurar, de investigar, de saber e não consegui. É feito de uma maneira que não tem como. Eu acho que este meu depoimento é o de muitas pessoas também.

A luta é verdadeira, é necessária e é preciso que o Estado brasileiro assuma, de fato, que essa é uma questão nossa. A dignidade da pessoa humana não tem que ser só no discurso, mas tem que se tornar evidente, para todo mundo. O processo educativo está em todas as instâncias e nós temos que garantir.

Aqui fica o meu depoimento e gostaria de dizer também que a forma como se faz essa discriminação – e é um trabalho também do Grupo Matizes e peço

permissão agora para ficar de costas para a mesa – é a nossa campanha para doação de sangue. Os homossexuais e bissexuais não podem doar sangue. Então, nós temos uma campanha, que gostaríamos que fosse conhecida nacionalmente – peço permissão para ficar em pé, não sou manequim, mas vou ficar em pé. *(Risos.)*

Gostaria que lessem e gostaria de contar com a colaboração de todo mundo.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Eu pediria a Srª Lurdinha Nunes para ficar novamente em pé por 30 segundo para que eu possa ler, então, o que está escrito.

“Campanha pelo direito de gays e bissexuais doarem sangue. Grupo Matizes.”

Tem mais uma palavra embaixo que está muito pequena. Pode ler, Srª Lurdinha.

A SRª LURDINHA NUNES – Campanha pelo direito de gays e bissexuais doarem sangue. Grupo Matizes. Pela livre expressão sexual. Teresina, Piauí. Brasil. Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito bem. Pode falar, por favor. Mas, primeiro, se identifique.

A SRª ANA VITÓRIA – Meu nome é Ana Vitória. Eu sou daqui de Brasília mesmo. Estou estudando mestrado em História aqui na Universidade.

Antes de tudo, é uma honra estar acompanhando este debate aqui, tanto por uma causa que eu abracei este ano – lutar contra a homofobia, contra o fundamentalismo religioso – quanto pela minha paixão pessoal por este tema do casamento civil.

Sobre alguns pontos que eu anotei aqui em cujo debate eu gostaria de tentar contribuir, nós temos que frisar algumas coisas. Primeiramente, ampliar esse conceito de família, que só vê como legítimos os casamentos de quem tem filhos, e ainda os filhos biológicos.

Lembro que quem ataca o casamento igualitário sob o argumento de que não podem gerar filhos biológicos e tudo mais não está só atacando os casais homoafetivos, está atacando os casais estéreis, está atacando os casais que não querem ter filhos. Eu vivo maritalmente com um homem, eu e ele não pensamos em ter filhos e eu não aceito que minha união com ele seja vista de forma menor por nós não termos uma vontade. Somos uma família, eu e ele constituímos uma família. Todas as formas de organização familiar devem ser contempladas.

Outro ponto seria lembrar a importância, sempre batendo na tecla – o próprio Jean, a Erika já estão batendo –, para nunca nos esquecermos da importância da luta pela laicidade no tema do casamento civil.

Atualmente, no meu mestrado, estou trabalhando com a discussão sobre o casamento civil e divórcio no século XIX e os argumentos que usavam para rechaçar o casamento civil mesmo entre heterossexuais eram praticamente idênticos aos argumentos utilizados hoje para rechaçar o casamento igualitário. Eu listei aqui alguns que, com minhas fontes, fui identificando.

O primeiro é de que o casamento não pode ser realizado pelo Estado, pois vai destruir a família. A natureza do casamento é sagrada e não pode existir senão na forma de um sacramento de uma instituição religiosa.

O outro ponto é o casamento civil. Uma coisa que achei muito interessante é que muitos que eram contra a instituição dele no século XIX, tanto no Brasil Império como no primeiro ano da República, porque ele daria maior abertura para a entrada de imigrantes protestantes no País. Ou seja, quem hoje está cassando esse direito a uma parcela da população já teve esse mesmo direito negado.

Então, eu acho que são discursos que podem, inclusive, ajudar nessa defesa. Eu, hoje, até iria trazer uma cópia do meu projeto de dissertação, mas, como já vou defender na semana que vem, só estou com uma cópia, mas depois quero passar no gabinete do Jean e da Erika para deixar, porque eu acho que seria muito legal pegar esses discursos de ataque numa suposta defesa da família para ver qual a modificação de um discurso, mas ainda numa mesma linha. Acho muito interessante.

Outra coisa também: existe muita gente que diz que a favor só da união civil e que acha que falar de casamento já é demais. Lembro que a cidadania é a igualdade de um conjunto de direitos, seja eles civis, sociais, políticos, trabalhistas, humanos. Então, quem é contra o mesmo direito para uma parcela da população é contra a igualdade e contra a cidadania.

É isso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigado, Sr^a Ana Vitória.

Deputado Jean Wyllys vai fazer uma observação.

O SR. JEAN WYLLYS (PSOL – RJ) – Muito boa a sua contribuição, Ana Vitória. Eu quero muito ler a sua dissertação. Traga mesmo a cópia. Muito boas as suas considerações.

Só para acrescentar que os argumentos que se apresentaram no nascimento da República em relação ao casamento civil retornaram quando da discussão sobre o divórcio.

A SR^a ANA VITÓRIA – Isso. Eu trabalho com casamento civil e o divórcio.

O SR. JEAN WYLLYS (PSOL – RJ) – Então, a gente vê esse movimento cíclico da história, sempre

na perspectiva de barrar a extensão da cidadania plena aos cidadãos.

Primeiro, os religiosos católicos, fundamentalistas católicos empreenderam um debate contra o casamento civil. No fundo esse debate era um debate sobre a influência da Igreja sobre o Estado através da pauta do casamento.

Depois esse debate retorna quando da discussão sobre o divórcio. Ou seja, as pessoas que hoje gozam do divórcio, graças à laicidade do Estado, graças ao Estado laico, se opõem ao casamento igualitário. O que é uma contradição.

Muito bom você trazer esse aspecto da laicidade, porque, não bastasse o efeito material do reconhecimento de direitos que nos são negados, embora Silas Malafaia diga que nós queremos privilégios – esse é o argumento dele –, a pergunta é: como se quer privilégios quando não se tem direitos? Na verdade, nós temos mais de 70 direitos negados. A gente quer tão somente a igualdade, a equidade.

Enfim, não bastasse esse efeito, ainda há o efeito de fortalecer a laicidade do Estado. Então, a pauta do casamento – e eu concordo com a Kátia – não pertence a nós a nós, LGBTs. A porta do casamento é de toda a sociedade que acredita na laicidade do Estado, que acredita no Estado democrático de direito e que quer ver realizado aquele objetivo da República que está na Constituição, que é a promoção do bem de todos sem discriminação. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Deputado Jean Wyllys.

Passamos a palavra ao Toninho. O senhor pode dizer o nome completo, por favor?

O SR. ANTÔNIO LOPES – Bom dia a todos e a todas.

Meu nome é Antonio Lopes. Nome social Toninho Lopes, que é como todos me conhecem, às vezes, nem conectam com o nome Antonio. Então, Toninho Lopes, do Estado do Espírito Santo. Neste momento, vou me pronunciar como Secretário-Geral do Movimento LGBT Socialista.

Eu gostaria de fazer algumas considerações, mas, antes de fazê-las, eu quero, primeiramente, parabenizar esta Comissão que abriu espaço, atendendo a sugestão dos Senadores Randolfe e Lídice da Mata, companheira. Parabéns à Comissão, que hoje é presidida pela Senadora Ana Rita e pelo Senador João Capiberibe na Vice-Presidência em um momento de muita tristeza para nós, por tudo o que vem acontecendo na Câmara Federal.

Deputado Jean, nesta oportunidade parabenizá-lo por ser um representante da maior altura, não só pelas questões LGBT, mas por todo o envolvimento

em outras questões que todos nós bem sabemos. Parabéns e obrigado! Você nos representa.

Companheiros e companheiras, a colega que me antecedeu na fala tocou na questão da laicidade do Estado. Uma ameaça bastante concreta, que já tem número, é a PEC 99. A PEC 99 propõe exatamente que as associações religiosas possam adentrar com ações no Supremo Tribunal Federal numa reação imediata à decisão que nos favoreceu, primeiramente, com o reconhecimento da união estável homoafetiva.

Mas o que me preocupa, e a reflexão que gostaria de fazer com todos e com todas, não são os fundamentalistas religiosos que já estão aí com posições muito bem definidas e colocadas publicamente com muita tranquilidade. Esses a gente já sabe de que lado estão e o que pensam. Preocupa-me, sim, o avanço. Em 2014, tomara que eu esteja errado, mas a exemplo do acontecido nas eleições de 2012 eu imagino que haverá um crescimento dessa bancada de fundamentalistas religiosos gigantesca. Tomando Vitória como exemplo, que é a capital do meu Estado, nós tínhamos, na legislatura passada, um vereador fundamentalista; agora, são seis, em quinze. De um passou para seis. Isso é preocupante.

Mais preocupante ainda do que este aumento do número de parlamentares fundamentalistas religiosos de todas as denominações são aqueles que se colocam favoráveis às bandeiras, às causas, mas, na hora que a gente vai com o requerimento – como o Deputado Jean nos orientou –, quando a gente chega com um papel para colocarem a assinatura: “Não, deixa para a gente pensar depois.” “Cadê a fundamentação?” A gente sabe que, por detrás disso, tem a pressão das religiões, inclusive da Igreja Católica também. Então, a gente tem que explicitar isso e tem, como militante, que fazer um debate sério sobre essa questão do respeito e da defesa intransigente da laicidade do Estado.

O Movimento LGBT do Espírito Santo, Estado da onde venho, onde milito, teve uma experiência muito interessante: foi bater à porta da Arquidiocese para conversar com os bispos do Estado do Espírito Santo. Fomos lá apresentar *tête-à-tête*, olho no olho, as nossas bandeiras e tentar buscar, Deputado Jean, Senador Suplicy e demais companheiros, convergência naquilo que é possível e colocar verdadeiramente qual é a nossa pauta. Não dá para o nosso diálogo ser por meio da imprensa, dos jornais, das televisões. Então, devemos – fica aí uma sugestão aos nossos companheiros militantes LGBT – ir a todos os espaços religiosos a começar pela Igreja Católica. Muitos dos Deputados e Senadores que aqui estão dizendo “amém”, literalmente, ao que a Igreja Católica coloca, a começar por ela, que ainda é uma grande força. O

que me preocupa é isto: que essas pessoas não se colocam, não se comprometem publicamente. Nos bastidores, vão lá, fazem uma colocação conosco, mas na hora em que a gente vai pegar a assinatura a coisa é bastante complexa. Então, vamos procurar, sim, a senhora Igreja Católica, com todo o respeito a essa instituição – temos milhões de brasileiros, inclusive LGBTs, que são seguidores dessa religião –, vamos procurar as igrejas protestantes, as evangélicas.

Esse fenômeno ocorrido na Câmara, na Comissão de Direitos Humanos, foi interessante. Tudo tem o lado positivo, não é, gente? Pela primeira vez, a gente viu segmentos religiosos protestantes se posicionarem em questões políticas. Há uma diversidade gigantesca entre os evangélicos, mas antes era tudo uma coisa só e meio que se protegiam. Mas, com o advento dessa catástrofe que está lá na Comissão de Direitos Humanos, uma parcela considerável de religiosos protestantes falaram: “Opa, essa pessoa que está lá, esse de nome impronunciável, não nos representa e não representa o pensamento de cristãos que são verdadeiramente cristãos.” Então, vamos fazer essa consideração, vamos buscar, sim, esse debate de religião e de direitos civis necessários.

(Falha na gravação.)

É com relação à partidarização. Muitas pessoas e, com o advento dessas manifestações que estão acontecendo, a grande mídia já está fazendo um apontamento que eu acho perigoso, que é o de deslegitimar as ações dos partidos políticos. As leis, as mudanças não chegam senão pelos partidos políticos. Ainda que haja o advento da ação pública, aqui, no Congresso Nacional, os nossos representantes vêm pelos partidos políticos.

Essas questões com recorte LGBT de que estamos falando aqui têm que ser levadas para o seio de todos os partidos. E aí, Deputado Jean Wyllys e demais presentes, o PSB, em 2011, instituiu e reconheceu o Movimento LGBT Socialista como os demais. Quer dizer que o PSB é unânime e apoia o casamento civil igualitário? Não, nós temos dificuldades, porque os partidos – e isso perpassa a grande maioria dos partidos, senão todos – são diversos e plurais e têm as suas contradições. Mas o partido tem o reconhecimento de que essa é uma bandeira que defende e temos que fazer um trabalho de formação com os nossos Parlamentares de atuação. E, nesse sentido, o PSB tem esse compromisso público já colocado no último Congresso Nacional, quando reconheceu e organizou o segmento LGBT Socialista. Eu conclamo os demais companheiros e companheiras a fazer essa movimentação; os que têm ligação partidária com mais veemência e os que não têm também, porque quem

não têm tem até mais liberdade de passar por todos os demais Parlamentares que estão aqui.

Então, queria fazer essas considerações. Eu acho que a gente vive um momento muito perigoso. Vamos colher assinaturas para a PEC do casamento civil igualitário, mas vamos também lembrar a PEC 99 e dizer “não” a ela, dizer aos nossos Parlamentares que nós defendemos a laicidade do Estado e que este Congresso não pode se furtar a esse debate.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigado, Sr. Toninho Lopes.

Quero convidar a Deputada Erika Kokay, que é uma das participantes desta audiência, e saudar a presença da Deputada Janete Pietá. *(Palmas.)*

O Sr. Paulo Roberto Iotti Vecchiatti tinha pedido a palavra. Por favor.

O SR. PAULO ROBERTO IOTTI VECCHIATTI – Era só para comentar o que a Ana Vitória falou, e o Toninho acabou complementando: a laicidade. Também quero ler a sua dissertação. Acho importantíssimo também a gente fazer esse estudo histórico para ver que os argumentos são rigorosamente os mesmos.

Eu sempre dou como exemplo o caso do chamado casamento inter-racial, que era crime nos Estados Unidos até meados da década de 50 do século passado. A Suprema Corte dos Estados Unidos reformou a decisão, mas um juiz de primeira instância teve a capacidade de dizer – vou parafrasear um pouco, mas é quase exatamente isso que eu vou falar –: “Deus Todo-Poderoso [a culpa é sempre dEle, claro!] colocou brancos, negros, amarelos e vermelhos em continentes distintos porque Ele não queria que eles se misturassem. Então, se misturar, tem que ser crime mesmo.” Um juiz federal teve a capacidade de dizer isso. A Suprema Corte, felizmente, reformou essa decisão à época.

Então, a questão da laicidade no casamento civil é importantíssima, porque, quando se quer criar uma união civil paralela ao casamento civil, destinada apenas a casais homoafetivos, deixando os heteroafetivos com o casamento, é por causa de uma fundamentação religiosa implícita, porque se acha que o casamento teria alguma função religiosa. Mas, assim, casamento civil é uma coisa, e casamento religioso é outro. Casamento civil é um direito, casamento religioso é um dogma. Então, o casamento civil não tem de ter nenhuma relação com o religioso.

O Deputado Jean sempre destaca – e é sempre bom destacar – que a PEC do casamento igualitário, o projeto de lei, visa ao casamento civil. Ninguém vai obrigar igreja alguma a fazer casamento religioso homoafetivo; faz quem quer. Existem igrejas inclusivas,

como a Igreja da Comunidade Metropolitana (ICM), que eu conheço, que o fazem. Funcionário público que trabalha em cartório de registro civil, esse tem de fazer o casamento, porque ele é funcionário público sobre casamento civil. Eu até acho que, se tem mais de um funcionário público, um não quer celebrar e o outro celebra, então deixa o outro celebrar. Mas naquelas cidadezinhas do interior que só têm um para celebrar, então, esse tem de celebrar; ou celebra ou é exonerado – aí me desculpem. Mas casamento civil é uma coisa e casamento religioso é outra.

Então, acho realmente importantíssimo esse debate de levar a laicidade também ao casamento civil. É uma coisa tão óbvia que a gente nem acha que deveria falar sobre isso, mas, infelizmente, é necessário neste momento de pavoroso fundamentalismo religioso e conservadorismo, reacionarismo moral que a gente vive no País. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Esse foi o Sr. Paulo Roberto Iotti Vecchiatti.

Agora vamos... A Sr^a Thais Faria se inscreveu, mas, primeiro, vamos ouvir a Deputada Erika Kokay, que é uma das previstas e convidadas para esta audiência.

Tem a palavra a Deputada Erika Kokay.

A SR^a ERIKA KOKAY (PT – DF) – Queria saudar cada uma e cada um de vocês, cumprimentar muito carinhosamente todas e todos que compõem a Mesa e já começar falando, e me desculpar, porque eu tenho de sair em seguida, pois faço parte da comissão que está discutindo a proposta de recrudescimento da responsabilização de adolescentes em conflito com a lei. Portanto, é uma comissão que está em franca minoria e, provavelmente, se articula na perspectiva de construir um recrudescimento, que é o mais do mesmo; é a mesma lógica que tivemos no projeto da drogadição, o projeto relativo ao enfrentamento da droga, que estimula a internação, tanto a internação voluntária, em entidades psiquiátricas, como no sistema prisional. Eu diria que ele vem na mesma lógica daqueles que defendem como instrumentos e guardiões de uma ordem moral absolutamente hipócrita os hospícios, os presídios e também os armários. O que se defende, em verdade, é essa institucionalização: os armários como instituição.

Nós estamos vendo hoje, no Congresso Nacional, a perspectiva da institucionalização da homofobia; ou seja, de a homofobia permear e se expressar nas instituições brasileiras, o que é extremamente perigoso, porque, primeiro, isso enfrenta a laicidade do Estado. A laicidade do Estado é algo que tem de ser preservado, porque dela depende a democracia e o Estado democrático de direito. E o Estado democrático de direito ainda está em construção, porque há muitas fra-

gilidades, na medida em que a gente não consegue fechar os ciclos da ditadura militar e de um período em que o Brasil foi arrancado dos brasileiros e brasileiras. Portanto, não há sentimento de pertencimento. O Estado democrático de direito absolutamente se esvai em uma concepção de rompimento da laicidade do Estado.

Nós estamos enfrentando um projeto de poder. Esse projeto de poder pressupõe o rompimento da laicidade do Estado e se alimenta disso. Sem isso, não poderia alimentar-se. É um projeto de poder que se construiu de forma subterrânea, “subterraneizada”, que se foi alimentando das estruturas; foi-se alimentando da anomia da própria sociedade e, a partir daí, rompe. E, quando rompe, rompe com toda a sua “absurdidade”, lembrando um termo de Cammy, a “absurdidade” desse processo que estamos vivenciando. Ou lembrando ainda Nelson Rodrigues, quando disse, Deputado Jean, que o absurdo perdeu a modéstia. Nesta Casa, o absurdo perdeu a modéstia e, diria eu, o absurdo está ousado. O absurdo está ousado e quer se impor a partir de uma normalidade, que era castradora, que se impõe pela construção das concepções de elite. Essa normalidade tenta impor uma naturalização do que é absurdo. Por isso, vivemos um período, penso eu, de muitas ameaças.

Nós tivemos, ontem, a aprovação da cura gay, um desrespeito! Um desrespeito sem tamanho aos profissionais de Psicologia, em que a Psicologia foi chamada de pseudociência, em que se relativiza tudo. Nós temos a “patologização” da laicidade do Estado. Isso é extremamente grave! Quando nós somos acusados de que estamos exercendo uma “cristofobia”, você tem a “patologização” da laicidade; como se a laicidade fosse uma “patologização”, fosse uma fobia contra os cristãos. Vejam como se faz a lógica, que é fascista, em que as vítimas se transformam em algozes. Então se faz essa transposição absolutamente imperceptível das vítimas em algozes. Ali se disse, se defendeu, na aprovação da cura gay, da chamada cura gay, se aprovou, se falou ali de uma psicologia cristã. Ou seja, isso significa também romper a laicidade da própria ciência, portanto, romper os princípios básicos do desenvolvimento da ciência. Se há uma psicologia cristã, eu parto do pressuposto de que também vai ter uma química cristã, uma física cristã, uma medicina cristã. Eu passo, então, a ter o exercício religioso e as concepções religiosas não apenas vergando o funcionamento do Estado, mas também vergando a própria ciência.

Isso é extremamente grave, porque todas as vezes que a religião enfrentou a própria ciência ou desconsiderou a ciência, nós tivemos catástrofes e crimes contra a humanidade, como foi a Inquisição, que foi fei-

ta em nome de Deus. Assassinar-se e queimaram-se mais de 300 mil mulheres, por volta disso, 100 mil mulheres – era extremamente diminuta a população da época. Mais de 100 mil mulheres foram queimadas em nome de Deus. Por isso, digo que nós enfrentamos muito perigo e muitas ameaças, ameaças que se vão consolidar em um contexto, porque não são apenas ações isoladas. São ações isoladas que dialogam com outras ações isoladas: a redução da maioridade penal, a internação compulsória...

Estive no Piauí esta semana e vi uma coisa, Senador Suplicy, que penso que estamos voltando à era medieval. Ali está havendo internação compulsória de pessoas com transtorno mental, sem avaliação de profissional de saúde. O juiz está mandando internar. Então, de 160 pessoas internadas no hospital psiquiátrico do Estado, 30 são internações compulsórias, Deputado Jean Wyllys. Cerca de 20% das internações são compulsórias, sem avaliação médica. Ali, os profissionais de saúde, os médicos, muitas vezes, dão alta e dizem: “Essa pessoa não tem de estar aqui internada”, mas o juiz diz que não; que tem de estar internada. Então, pessoas que estão com alta, que precisam de decisão judicial para serem soltas dos hospitais psiquiátricos.

Então, vejam: são os armários dialogando com os hospícios e com os presídios, na perspectiva de trazer de volta uma concepção medieval de um Estado castrador, de um Estado vergado para as concepções religiosas.

Portanto, vemos que a democracia vai-se esvaindo, e nós não conseguimos manter o que seria fundamental: as conquistas que este País efetivou, não sem dor, que foi a Constituição pautada em dignidade humana e tantos outros avanços que tivemos, inclusive no que diz respeito à comunidade LGBT, aos homo, aos heteroafetivos, que fazem parte da comunidade LGBT.

Por isso, vou encerrar dizendo que o casamento civil igualitário é a resposta concreta que nós podemos dar a todo esse processo que estamos vivenciando no Congresso Nacional; a resposta à aprovação pela Comissão de Direitos Humanos, que eu acho que não se sustenta nas outras comissões, mas é preciso que a gente fique atento...

E parte das manifestações que estão em curso são em busca de políticas públicas, mas também em busca de liberdade, de paz, de direitos. Está escrito, está simbolizado. Porque muitos participam sem simbolizar o seu próprio protesto, mas está simbolizado. Queremos paz, queremos direitos! Está simbolizado.

Isso faz com que possamos refletir sobre a necessidade de pautarmos com centralidade a agenda em defesa dos direitos da pessoa humana, porque haverá a igualdade de direitos e o outro sendo encarado como

igual em direitos na sua singularidade, o que é peculiar da condição humana. Há a pauta de direitos humanos que esta Casa tem negado e pisoteado, quando aprovou também o Estatuto do Nascituro.

Na CFT, nós tivemos a aprovação do Estatuto do Nascituro, a aprovação do Projeto das Drogas, a Comissão instalada para redução da maioria penal e a aprovação da cura *gay* na Comissão de Direitos Humanos. Isso tudo aconteceu num tempo de uma semana, dez dias. E a perspectiva é de que essa pauta vá se consolidando na Comissão de Direitos Humanos, que não mais pertence ao povo brasileiro. Não mais pertence. Não apenas não nos representa, mas não nos pertence!

A Comissão de Direitos Humanos, agora, colocou na pauta a criminalização da heterofobia. Isso é um acinte! Falar de cura *gay* é um acinte que beira o cômico, se não carregasse uma tragicidade tão grande e se não fosse sintoma desse projeto de Estado e de poder que pressupõe a volta dos grilhões metafóricos e literais, porque nós estamos vendo os grilhões literais e os grilhões metafóricos, ou seja, o aprisionamento do beijo, do comportamento.

Por isso, o casamento civil igualitário não entra na esfera da religiosidade ou das religiões e não obriga religião alguma a casar ou a fazer qualquer tipo de sacramento. Nós estamos falando de um direito. É uma resposta à perspectiva de que possamos fazer frente a isso que estamos vivenciando e ao mesmo tempo nos indica quão revolucionários são os movimentos que hoje buscam o espaço para que as pessoas sejam como são.

Num processo de coisificação intensa, de desumanização simbólica absolutamente cotidiana, de violência invisível tão concreta, a luta para as pessoas serem como são, a luta para que sejamos vistos como seres humanos nunca teve uma conjuntura e uma etapa da história da humanidade que a caracterizasse com o potencial de transformação que tem.

Portanto, a minha saudação a todo o movimento LGBT, porque, neste momento, representa os signos de avanço e de contraponto, de forma muito intensa, ao rompimento da laicidade do Estado e, ao mesmo tempo, à coisificação, à desumanização e às violências simbólicas que perpassam nosso cotidiano e que estão sendo internalizadas; não apenas a lógica de encarcerar nos armários, nos hospícios e na prisão, mas de internalizar, de a sociedade entranhar os hospícios, os armários e os presídios. É isso que nos resta combater, para podermos dizer que queremos simplesmente isso: direitos iguais; nem mais, nem menos.

Hoje, isso é extremamente revolucionário no contexto e nas condições de profunda violência e desumanização que nós vivemos na nossa sociedade.

Um abraço grande para vocês e as minhas desculpas pela minha saída, porque tenho de voltar para lá, para a reunião da redução da maioria penal. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Deputada Erika Kokay. Meus cumprimentos pelo seu pronunciamento.

Está inscrita a Sr^a Thais Faria – onde está, por favor? – que representa a OIT.

Em virtude de precisar votar imediatamente um projeto na Comissão de Constituição e Justiça e seguindo a orientação da Presidente Ana Rita, eu vou passar agora a Presidência ao Deputado Jean Wyllys.

Deputada Janete Pietá, em seguida V. Ex^a poderá usar a palavra.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Deputado Jean Wyllys. V. Ex^a conduzirá os trabalhos daqui para frente.

O SR. PRESIDENTE (Jean Wyllys. PSOL – RJ) – Thais Faria, é sua a palavra.

A SR^a THAIS FARIA – Bom dia. Eu queria agradecer muito essa oportunidade, esse espaço, e dizer que foi um prazer muito grande ouvir todas as participações, tanto da Mesa quanto dos colegas aqui presentes.

Eu sou advogada, estou terminando o doutorado em Direito aqui na UnB, na área da criminologia. É sempre interessante ouvir todas as falas, mas há um tema específico que me deu muita vontade de colocar e fazer uma rápida reflexão sobre ele, que é o da criminalização.

Todas as vezes que a gente discute LGBT, direitos, garantias, necessariamente esse tema vem à tona, o que é absolutamente normal, compreensível e importante. A gente sabe da quantidade de pessoas que sofrem de violência todos os dias no País e no mundo. Mas é importante também fazermos uma reflexão do que significa esse Direito Penal; e do que esse Direito Penal, historicamente, fez e construiu de estereótipo para a população LGBT. Então, nós somos vítimas da criação desses estereótipos pelo sistema penal e pela criminologia.

No começo do nosso século, no País, a gente teve, graças à criminologia, a definição do que seriam invertidos e invertidas. E essa definição diz que são pessoas nocivas e perigosas para a sociedade e que, por isso, devem ser excluídas e segregadas. Por isso, tantas pessoas foram para as prisões, os manicômios, etc., sem nenhum tipo de lógica e determinação. E essa ciência penal, esse Direito Penal ainda continu-

am num processo extremamente seletivo, no Brasil. Então, é preciso refletir, quando a gente pede ajuda a um sistema penal e a uma criminalização, sobre o que essa criminalização e esse sistema penal significam, sobretudo neste País.

Significa um sistema penal absolutamente seletivo e a não resolução de problemas, e muitas vezes caímos numa cilada que é comum, pela quantidade de problemas que temos e pela violência que sofremos, de pleitear a criminalização de quase tudo com que estamos insatisfeitos, quando na realidade precisamos de garantias de direito, de educação e de respeito.

Eu não estou dizendo que o tema da criminalização não seja importante, mas acho que ele tem de ser discutido de forma mais profunda, para não cairmos numa cilada de pedir ajuda a um sistema que nos oprime, pedir ajuda a um sistema que sempre nos estigmatizou e que continua fazendo isso.

Eu fui do Conselho Penitenciário do Estado da Bahia e até cinco anos atrás havia livramento condicional sendo negado, dizendo que aquele preso ainda tinha comportamento de sodomia. Literalmente assim. Há cinco anos. E, só por isso, o livramento condicional foi negado.

O que isso significa? Que ainda hoje o sistema penal considera que pessoas homossexuais são mais perigosas, porque são pessoas invertidas, que não conseguem cumprir a ordem “mínima” – entre aspas, pelo amor de Deus – natural que é de homem ficar com mulher e de mulher ficar com homem. Então, é preciso que a gente discuta esse sistema penal de uma forma mais complexa, que a gente perceba esse sistema penal de uma forma mais complexa e não entre nessa cilada de pedir ajuda a quem nos oprime.

No final, também sendo da OIT, queria deixar aqui a importância de a gente trabalhar muito com a garantia do direito ao trabalho, sobretudo para homens e mulheres trans, porque a gente sabe que hoje, no Brasil, é a população que tem menos direito à opção de trabalho, a poder, como todas as pessoas, cidadãos e cidadãs, ter direito a escolher qual profissão, qual trabalho querem exercer, formar-se naquele trabalho e exercê-lo livremente, sem qualquer preconceito e discriminação.

Então, é isso. Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jean Wyllys. PSOL – RJ) – Obrigado, Thais.

Nós estamos de acordo em relação a essa perspectiva e acho que também estamos de acordo que não se trata de se opor a essa pauta da criminalização, mas de ter cuidado com ela na construção de um relatório que contemple inclusive essa realidade, o fato de o Direito Penal ter-se voltado contra nós e,

em muitas partes do mundo, o Direito Penal se voltar contra populações LGBTs.

Já estamos indo para o encerramento dessa audiência pública. A Senadora Lídice da Mata vai-me permitir... A gente já quebrou o protocolo, porque eu deveria automaticamente sair da cadeira da Presidência, uma vez que há uma Senadora da República aqui, mas a pedido dela eu permaneço na Presidência. Então, já que quebramos o protocolo, vou quebrar só mais um pouco e passar a palavra à Deputada Janete Pietá, que já havia pedido e tem de ir para outra Comissão. Depois, eu passo a palavra para a Senadora Lídice da Mata.

A SR^a JANETE ROCHA PIETÁ (PT – SP) – Bom dia, Presidente Jean Wyllys, e nossa querida Senadora Lídice da Mata, aqui presentes.

Eu quero saudar toda a Mesa, na pessoa do Gustavo, e dizer, em primeiro lugar, Jean, que esta audiência veio num momento muito oportuno. A meu ver, desta audiência nós deveremos dizer que somos contrários – a Comissão de Direitos Humanos do Senado – ao que ocorreu ontem na Câmara, com a aprovação da cura gay.

Mas eu quero também dizer que no mundo está ocorrendo... O mundo está com dois movimentos muito claros. Um extremamente conservador. Veja o que ocorreu na Rússia, onde jovens agrediram jovens que se declaravam LGBTs. E, por outro lado, uma onda de protesto da juventude buscando questionar esse estado de coisas que não os representa e também não nos representa.

Eu queria dar dois exemplos. Em Guarulhos, onde eu moro, nós já conseguimos que os cartórios realizem o casamento civil. Inclusive, na minha cidade, só ano retrasado, uma ex-vereadora e eu estivemos em uma cerimônia coletiva da prefeitura, organizada para efetivar o casamento LGBT comunitário. Nós temos o casamento que ocorreu agora, comunitário, e o casamento comunitário LGBT.

Então, quero dizer que realmente estamos vivendo um momento muito conservador. E fiquei muito feliz, apesar de estar em São Paulo, de ver jovens gritando, ocupando a parte de cima do Congresso, e dizendo que esta Casa é nossa.

Realmente esta Casa, pelo nível de conservadorismo que ocorre tanto na Câmara quanto no Senado, mais ainda na Câmara, demonstra que está correndo contra a vontade popular, contra a vontade dos jovens e contra os direitos humanos.

Aí termino, porque a minha Comissão também já começou e tenho questões na pauta, dizendo que nós teríamos de tomar alguma providência. É um absurdo que a Comissão de Direitos Humanos da Câmara co-

loque na pauta questões ligadas às terras quilombolas. Quer dizer, é um movimento contra as comunidades indígenas, as comunidades quilombolas, as mulheres, com a questão do Estatuto do Nascituro, e os movimentos LGBTs. Então, vivemos um tempo que é para gritarmos: “Chega de tudo isso! Queremos plenitude dos direitos humanos!”

Peço também desculpas, porque nós temos Comissão na Câmara. Mas, parabéns pelo evento. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jean Wyllys. PSOL – RJ)
– Obrigado, Deputada Janete Pietá.

Eu só queria lembrar a seguinte questão: ontem, quando a Comissão de Direitos Humanos e Minorias aprovou esse projeto intitulado de cura gay, houve certa comoção, quase uma histeria nas redes sociais, como se a aprovação desse projeto pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias bastasse. Quer dizer, bastava essa aprovação para a lei entrar em vigor.

Quero tranquilizar vocês, primeiro, de que não é assim que se procede. O projeto ainda vai passar por duas outras comissões para chegar ao plenário, o que quer dizer que nesse trâmite ele será derrubado; talvez nem em pauta seja colocado.

Então, tranquilizem-se em relação a isso.

Segundo, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias não tem legitimidade; ela tem legalidade, mas ela não tem legitimidade. Portanto, o que quer que ela aprobe não nos interessa. A gente não respeita, a gente não considera.

Então, botar o projeto de criminalização da heterofobia é algo patético que só serve para que eles façam aceno às suas plateias, a seu público, a seu eleitorado conservador. Não quer dizer que botar esse projeto e ele ser aprovado – e vai ser aprovado porque eles têm maioria lá –, significa que esse projeto aprovado vá transformar-se em lei.

Então, tranquilizem-se em relação a isso. A Comissão de Direitos Humanos e Minorias, na Câmara dos Deputados, é uma comissão tomada por fundamentalistas que, portanto, não têm legitimidade para tratar dos temas das minorias e dos direitos humanos.

Passo à Senadora Lídice da Mata, já pedindo a desculpas a ele por haver quebrado o protocolo.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – De jeito algum. Não há protocolo que não possa ser quebrado na luta em que travamos.

Bom dia a todos os companheiros e companheiras!

Eu quero começar me desculpando, porque sou coautora do requerimento, juntamente com o Senador Randolfe Rodrigues. Ocorre que hoje é um dia muito complicado para nós aqui no Senado, porque estamos

tendo uma reunião extra da CCJ, com temas muito importantes. Eu própria estava envolvida até agora, tanto que vou voltar lá para a votação do nome do Desembargador Cláudio Brandão, em sua sabatina para representar a Bahia, o Nordeste inteiro e o Brasil todo, como Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, além de outros temas na pauta que também têm envolvimento, como a PEC do trabalho escravo, que é uma luta nossa da Comissão de Direitos Humanos ver aprovado.

Mas eu quero chamar a atenção para este momento que nós estamos aqui debatendo. Creio ser de extrema importância que possamos fazer essa dobradinha, vamos dizer assim: os Deputados que integravam a Comissão dos Direitos Humanos, agora transformada em Frente Parlamentar, também se expressarem através da Comissão de Direitos Humanos do Senado.

Vejo que acaba de chegar o Senador Capiberibe. Nesse caso, peço a você, Capi, como Vice-Presidente da Comissão, que assuma a presidência, porque eu vou ter de sair para a votação na CCJ. Acordado, aqui, com o Jean Wyllys, é claro, para que a gente tenha uma pressão menor sobre a continuidade da nossa reunião.

Mas, de pronto, eu quero também, compreendendo o conteúdo do que o Jean disse – Jean pode ficar aqui perto porque você vai me substituir aqui...

O SR. JEAN WYLLYS (PSOL – RJ) – Por enquanto eu fico aqui.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Foi realmente algo que chocou a todos nós com um mínimo de compromisso com as ideias humanitárias, com os direitos humanos, ver aprovado um projeto de cura gay na Comissão de Direitos Humanos na Câmara dos Deputados. Ainda mais uma Comissão com este nome.

A imprensa se pronunciou hoje por meio de diversos jornais e articulistas políticos condenando esse tipo de postura. Então, creio que não vai prosperar esse comportamento de alguns segmentos da Câmara dos Deputados.

E mais do que isso: até então, Jean, nós lutamos muito, eu e Capi, que já somos jovens do século passado, no século XX, na busca de direitos para as maiorias trabalhadoras; no final do século XX e início do século XXI, na busca da revelação das maiorias sem direitos e discriminadas, a exemplo das mulheres, no caso do Brasil, os negros. Mas nós temos de afirmar que, sem dúvida alguma, o século XXI será marcado pela afirmação do espaço das minorias, porque democracia é permitir e dar direitos à minoria também. E o que o mundo vem fazendo é justamente um avanço no contexto da democratização das sociedades. E nós estamos vendo isso no Brasil.

Eu vou ficar feliz se esse movimento, que neste primeiro momento se pronuncia em defesa, digamos assim, dos direitos a serviços de melhor qualidade, possa pronunciar-se em breve também sobre essas causas que estamos discutindo aqui, demonstrando que a sociedade brasileira não pensa, e muito menos a juventude brasileira, como essas pessoas que têm usado da sua representação para dizer que falam em nome da maioria do povo brasileiro.

O povo brasileiro, acima de tudo, é um povo que sabe conviver com o pluralismo, com a adversidade e sabe respeitá-la. E, nessa dimensão, temos a confiança de que vamos tomar as ruas, sim! O povo brasileiro está ganhando, cada vez mais, espaço nas ruas para manifestar as suas ideias, e vai afirmar o direito LGBT, o direito à união homoafetiva como parte dos direitos da população LGBT em nosso País, e terá integralmente o nosso apoio.

Então, Capi, após essa minha fala, peço permissão para me retirar, porque, além da PEC do trabalho escravo, o nosso Líder Rodrigo Rollemberg pediu-me apoio para a votação de um projeto que está sendo relatado agora por ele e eu tenho que voltar lá para votar.

Muito obrigada pela presença de todos vocês.

Nós continuamos à disposição para realizarmos essa importante parceria com a Frente em Defesa dos Direitos Humanos da Câmara dos Deputados.

Muito obrigada, meu amigo e conterrâneo Jean Wyllys. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco/PSB – AP) – Muito obrigado, Senadora Lídice da Mata.

Em primeiro lugar, quero pedir desculpas, porque, aqui, nós tratamos de um universo de temas que evidentemente ultrapassa a nossa capacidade de responder e corresponder a tantas demandas. É impressionante.

Às vezes, eu mesmo digo: “Olha, eu conheço algumas áreas; outras, não”. Mas, nessa área do comportamento humano, eu fiquei muito surpreendido com a votação de ontem. Eu acho que quem está precisando de cura são algumas cabeças deformadas deste nosso Parlamento. (*Palmas.*)

A verdade é que a sociedade brasileira é muito diversificada, culturalmente diversa. Você vê este País... O Brasil poderia ser inúmeros países. O Brasil poderia ser muito parecido com os nossos vizinhos latinos, de fala espanhola, de fala castelhana, que se dividiram, mas o Brasil conseguiu manter essa unidade. Isso, às vezes, é até inexplicável. Como um País da dimensão do Brasil consegue manter-se unificado e com a mesma língua, apenas com diferenças de sotaques, que é algo muito simpático, mas unificado, e ter um povo fantástico? O povo brasileiro é um povo fantástico. No entanto, tem uma elite política extremamente conserva-

dora. Não há nada mais conservador na política deste lado do Atlântico do que a elite brasileira.

Nós vimos que a democracia só fez bem para este País. Apenas uns poucos saudosistas do período do autoritarismo é que acham que a democracia não fez bem ao País. A democracia só fez bem a este País. A democracia fez tão bem que as pessoas provaram, gostaram e querem muito mais. E esse querer mais que está sacolejando o Brasil para ver se a gente consegue despertar a elite política conservadora.

Este Parlamento aqui trata dos interesses das corporações patronais, sindicais, dos grupos econômicos. A gente vota aqui, não sei lá na Câmara, mas os interesses coletivos e os debates coletivos não entram com facilidade nesta Casa, e talvez na Câmara também. Não há essa abertura. Os partidos políticos e os políticos estão sempre muito preocupados com os cargos que vão ocupar, para instrumentalizar esses cargos para as próximas eleições. Eu confesso que são raros os que se elegem diferentemente desse comportamento.

Já há até certo padrão de comportamento do eleitorado no País como um todo, e os partidos, então, muito voltados para isso. Isso é ruim, porque nós precisamos, já que a democracia deu esse gostinho de avanço à sociedade brasileira, agora nós temos de responder como continuar avançando.

A verdade é que nós conseguimos equilibrar a moeda, conseguimos estabelecer algumas políticas, mas há outras em que não conseguimos mexer. Por exemplo: quase a metade da nossa contribuição de impostos vai para a dívida pública. Este é um assunto de que não se fala lá na Câmara. Ou se fala?

O SR. JEAN WYLLYS (PSOL – RJ) – Fala-se dos 47% – nós falamos.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco/PSB – AP) – Nós quem?

O SR. JEAN WYLLYS (PSOL – RJ) – Nós do PSOL.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco/PSB – AP) – Meia dúzia. Três ou quatro falam, mas não se debate isso. Imagina: 47%, quase a metade do esforço de cada um aqui, vão para a dívida pública. É uma fábula de dinheiro. E não se fala mais, não se comenta, não se identifica quem são esses felizardos que terminam abocanhando uma parcela importante das nossas energias, dos nossos esforços. Quem são eles? São poucos. A gente sabe que são poucos, mas não se fala mais disso.

Uma outra questão que diz respeito à corrupção é que há uma identidade da corrupção com o setor público. Mas o setor privado está envolvido até não poder mais com a estratégia de corrupção!

Acho que nós temos um fenômeno novo que o conservadorismo político dos partidos e das lideranças não consegue perceber, que é essa comunicação em rede. Eu acho que isso é uma coisa nova. Eu até vou contar uma experiência que eu vivi aqui no Senado. Assumi o Senado em 2003 e vivi uma experiência interessante. Eu fui Governador do meu Estado e, lá, eu coloquei todas as receitas e despesas públicas na Internet, tudo detalhado. Então, diariamente, a gente pegava os saldos bancários e os divulgava. E também divulgava as despesas – em que o dinheiro era gasto –, de forma detalhada. Isso permitiu, digamos, uma eficiência maior no uso do recurso do contribuinte.

Eu, quando cheguei ao Senado, apresentei isso em forma de um projeto de lei estabelecendo que todos os entes públicos federais..., inclusive do Legislativo, do Executivo e do Judiciário, que também é uma enorme caixinha preta – não é? O Judiciário brasileiro é caolho, absolutamente caolho. Eu vivi em alguns outros países, mas o nosso Judiciário... Realmente aquela imagem da mulher vendada... Tiraram a venda de um lado do olho, porque o nosso Judiciário só enxerga os pobres. Os ricos, quem tem dinheiro neste País, não lhes acontece absolutamente nada, não é?

Enfim... Aí, em 2003, eu estava meio que engatinhando ainda nas redes sociais. Na verdade sequer existiam ainda as redes sociais. Apenas estava surgindo algum tipo de comunicação pela Internet, e eu apresentei essa proposta, que é inteiramente voltada para o cidadão, para que o cidadão possa exercer controle social desses gastos através das redes. E, aqui, nós a aprovamos com a maior facilidade, até porque na época nós não tínhamos muita intimidade com a comunicação. Eu fiquei até... As pessoas que estavam mais ligadas à informática diziam-me que isso nunca seria aprovado. “Vamos experimentar. Há tanta coisa em que a gente não acredita e que também termina dando certo”. E aprovamos a lei. E depois, na Câmara, é claro foi “dormir” na Câmara.

Aqui, faz-se acordo sobre muita coisa. Aliás, acho que é um pouco isso que está exasperando a população. Refiro-me à conciliação de classes. A conciliação de interesses aqui é enorme. Então, às vezes, você aprova um projeto aqui sabendo que vai ser engavetado na Câmara. Ou, então, a Câmara aprova lá para ser engavetado no Senado. Então, sempre foi assim...

E eu estava em uma fase difícil, em que estava sendo cassado. Aí, os meus pares tinham muita pena e resolveram, para se livrar um pouco da minha persistência, da minha insistência no ouvido deles, porque, aqui, para aprovar algo, você tem de estar todos os dias... E a gente se encontra muito no plenário; é um colegiado, onde a gente está sempre se encontrando.

Aí, foi para a Câmara.

Em 2008, não sei se vocês se lembram de um episódio que ocorreu na Câmara, das passagens aéreas. Você já era Deputado? (*Pausa.*) Não. Então, houve o escândalo das passagens aéreas pois não havia critério para a distribuição delas, e todo mundo, então, as distribuía sem critério. Qualquer um poderia receber passagem aérea, inclusive namoradas e namorados de Deputados; enfim, todo mundo passeava às custas de passagem aérea da Câmara. E aí, contrariando a generalização de que todos os políticos são iguais – o que não é verdadeiro –, na Câmara há uma Frente Parlamentar de Combate à Corrupção, que congrega um grupo de Parlamentares que está atento, mais atento a esta questão. Aí, eles selecionaram os projetos que pudessem inibir ou combater a corrupção, e o meu projeto terminou aprovado nessa circunstância, e até hoje está aí para ser implementado.

Eu acho que vocês já devem ter ouvido falar de alguns casos. Por exemplo, aqui em Brasília, foram publicados os gastos do Tribunal de Justiça e tinha desembargador ganhando R\$180 mil por mês. Um auditor fiscal da Prefeitura de São Paulo ganha entre R\$40 e R\$ 50 mil por mês. Então é a cara! O Estado brasileiro, um pouco, reproduz a desigualdade da sociedade brasileira.

Enfim, esse conservadorismo – retomando – é que faz com que as pessoas tenham de usar outros mecanismos de pressão para acelerar isso.

Do outro lado, a gente tem essas surpresas desagradáveis, em que uma comissão de direitos humanos, que é uma comissão que tem de estar aberta. Aqui, na Comissão do Senado, nós estamos trazendo para cá aquelas situações de opressão, de injustiça, que envolvem inclusive o Estado brasileiro. Na última audiência pública que tivemos aqui, nós trouxemos o Exército brasileiro que tenta expulsar populações tradicionais lá no Estado do Amazonas. Eles criaram um centro de guerra na selva em áreas de ocupação tradicional de populações ribeirinhas. Então, trouxemos para cá.

A mesma coisa é a questão indígena, que está passando por um retrocesso que fazia tempo que a gente não via nada igual. A questão indígena é totalmente deformada, inclusive na mídia. A Constituição brasileira reconheceu o direito, claro, a essas populações que já habitavam nessas áreas há muitos e muitos séculos, muito e muitos anos.

No caso do Mato Grosso do Sul, que a gente está acompanhando, vários índios foram assassinados, e os fazendeiros fizeram uma manifestação semana passada, com ampla divulgação na mídia, no que eles também têm razão. Vejam só que coisa louca é este País! Os fazendeiros têm razão. Eles receberam um

título do Estado, um título legal, em cima da terra que pertencia aos índios. E aí há um jogo de corpo para não resolver: de um lado, o Governo, que resolveria tudo isso com pouco recurso... Porque os fazendeiros, o que eles querem? Eles estão lá também há muito tempo – 30, 40 anos –, investiram, criaram suas famílias e tal, na terra dos índios, mas eles sabem que a terra é dos índios. Mas o Estado brasileiro legalizou a propriedade no nome deles. Então, eles querem, claro, uma indenização; que o Estado brasileiro os indenize, para eles poderem sair. Os fazendeiros não saem – a terra foi reconhecida como terra indígena; algumas delas já foram demarcadas e homologadas –, eles entram na Justiça, e a Justiça, como eu falei, tem lado e os mantém lá. Aí, nós vivemos nesse conflito, com assassinatos, com matanças, e não se resolve, enfim...

Mudei um pouco o foco, mas é tudo tão... Esta Comissão trata exatamente dessas questões. Aí, a Câmara me monta uma comissão que vota coisas tão... Não dá mais. Eu não imagino que haja aprovação da sociedade brasileira ao que está acontecendo na Comissão de Direitos Humanos. Eu não consigo entender como uma sociedade plural, culturalmente diversa como a nossa, pode eleger gente tão conservadora e com uma visão tão estreita do direito das pessoas. As pessoas têm o direito às suas vidas, e o Estado tem de reconhecer isso.

Houve mudanças profundas. Este século agora é de profundas mudanças. O século passado, como disse a Senadora Lídice, foi o século da dicotomia, da luta entre capital e trabalho. Este não. O maior problema geopolítico hoje não está mais na luta entre o capital e o trabalho. São as questões dramáticas das mudanças ambientais, dos impactos provocados pelo modelo de produção e consumo que nós escolhemos, que vai transformar o mundo; está produzindo milhões de pessoas que não podem continuar vivendo nas suas comunidades.

Então, o meio ambiente se tornou o centro da nossa atenção. Claro que ainda vai crescer muito essa preocupação, porque imagina-se que as petroleiras, as indústrias de petróleo não tenham interesse algum em que a sociedade desperte com força para ir para a rua, por exemplo, cobrar uma política ambiental que nos proteja, porque não é mais para gerações futuras. Os impactos produzidos pela emissão de gases na atmosfera estão mexendo hoje com o mundo todo. Então, é agora. Estamos tendo efeitos dramáticos agora, e os nossos filhos e nossos netos vão sofrer muito mais.

Assim, é evidente que a representação política deveria exercer um papel de vanguarda em alguns processos, mas, no nosso caso, não. É um papel de conservar o que está aí até as últimas consequências.

Portanto, há a Comissão e falo aqui em nome da nossa Presidente... Quando me ligaram, eu estava envolvido numa outra atividade e não consegui me libertar, digamos, com antecedência para poder acompanhar todo o processo de discussão.

Antes de encerrar, eu queria voltar aqui aos convidados, para poder... Não sei se a Plenária concorda que a gente retorne aos nossos convidados. Há alguma coisa mais a acrescentar às considerações finais? *(Intervenção fora do microfone.)*

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco/PSB – AP) – Então, pronto. Vamos começar por quem? Eu vou preservar o Deputado para final. Pode ser? Então, podemos começar pela Kátia? *(Pausa.)*

A SR^a KÁTIA OZÓRIO – Bom, eu queria só agradecer e queria pedir que a gente tenha um corpo cada vez maior e cada vez mais garra, e que a gente consiga trazer esse assunto e essa luta para o nosso dia a dia, na nossa sociedade, e manter na pauta essa luta por igualdade. Agradeço às pessoas que estão aqui no Legislativo. É isso.

Acho que a gente não pode deixar de tratar todas essas questões dentro até deste momento de manifestações; trazer a questão dos direitos humanos, trazer a questão da igualdade, inseri-la neste momento de manifestação, trazer esse debate para essa juventude que está aí na rua e não sabe, às vezes, nem exatamente qual é a pauta. Mas que a gente consiga trazer essa pauta para dentro desse movimento, para a gente não perder a questão desses valores.

Era isso, agradecendo pelo convite de estar aqui. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco/PSB – AP) – Muito obrigado, Kátia.

Eu não tenho muita intimidade na condução dos trabalhos aqui.

Vamos, ouvir, então, a Letícia.

A SR^a LETÍCIA PEREZ – Bom, da mesma forma que a Kátia agradeceu, gostaria de agradecer ao Senado por estar dando voz a esses temas tão sensíveis e tão prejudicados na Câmara dos Deputados. Quero agradecer a todos que vieram assistir e também fazer uma lembrança do tamanho e da importância de discutirmos isso nesta Casa, neste momento histórico tão complexo e tão difuso para o Brasil. Não percamos a energia, não percamos as forças, e acho que temos, sim, pelas vias de mobilização social, da sociedade civil e também pelas vias democráticas, pelas instituições...

Era isso.

Muito obrigada e bom dia a todos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco/PSB – AP) – Concedo a palavra ao Gustavo Carvalho Bernardes.

O SR. GUSTAVO CARVALHO BERNARDES –

Obrigado, Senador. Queria parabenizar a Comissão de Direitos Humanos do Senado por trazer este tema para o debate; parabenizar, em especial, a Senadora Lídice, o Senador Randolfe Rodrigues e o Deputado Jean Wyllys, que propuseram esta audiência aqui hoje.

Acho que é muito importante que a gente debata esses temas, amadureça, já que a gente está indo para esse embate. Acho que é importante essa pauta trazida pelo Deputado Jean Wyllys. Acho que vem a reforçar os nossos direitos, por que temos lutado durante tantos anos; desde os anos 90, Paulo, lutamos pelo reconhecimento da união estável no Rio Grande do Sul, no Judiciário do Rio Grande do Sul. Em 2011, nós tivemos isso aqui reconhecido, essa luta reconhecida, porque também em outros lugares do País se começou essa busca. O Rio de Janeiro trouxe essa demanda para o STF. É uma luta importante, e estamos fazendo essa luta pelos meios institucionais. O Poder Judiciário tem sido o espaço a reconhecer os direitos da população LGBT, e, agora, corajosamente o Deputado Jean Wyllys traz também essa PEC que é importante.

E todo o projeto, Deputado Jean Wyllys, que venha a reforçar a cidadania da população LGBT e que venha a lutar contra a violência contra essa população terá o apoio da Secretaria de Recursos Humanos da Presidência da República (*Palmas.*), o apoio da Ministra Maria do Rosário e da coordenação de direitos da população LGBT. Conte conosco. Estamos aí.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco/PSB – AP) – Obrigado.

Agora, com a palavra, o Sr. Paulo Roberto.

O SR. PAULO ROBERTO IOTTI VECCHIATTI –

Obrigado. Queria agradecer também o convite e parabenizar novamente por esta importante audiência pública destinada a debater esses temas tão prementes. Acho importante neste momento... A Deputada Erika Kokay falou. O reacionarismo, o fundamentalismo não só está saindo do armário, como está ousado. O projeto que criminaliza a heterofobia, se passar na Comissão, concordo com o Jean; quer dizer, vai ser simplesmente ridículo; dificilmente vai ser aprovado. Mas, enquanto o projeto está aqui no Senado e criminaliza a tal da heterofobia, se é que isso eventualmente existe...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO ROBERTO IOTTI VECCHIATTI –

Mas o daqui criminaliza a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero, o que abarca, eventualmente, a heterofobia, se isso existir. O da Câmara é só em relação à heterofobia. Então, eles estão ousados na questão. Essa é uma provocação pura e simples, que

a gente tem de desconsiderar e simplesmente menosprezar. Então, projetos que visam a colocar plebiscitos sobre direitos da população LGBT... Você submeter direitos de uma minoria à maioria é inconstitucional.

O novo Ministro do Supremo, Luís Roberto Barroso, que é um dos grandes constitucionalistas do Brasil – já gostávamos dele antes de ser Ministro do Supremo – sempre fala que não é porque há oito católicos e dois muçulmanos em uma sala que o primeiro grupo pode jogar o segundo pela janela. Democracia é muito mais do que ditadura da maioria. Não se limita à regra da maioria. Supõe o respeito aos direitos da minoria.

Então, é importante que o Congresso Nacional, o Senado e a Câmara, se proponham a legislar reconhecendo direitos à população LGBT e demais minorias e grupos vulneráveis. O Deputado Jean Wyllys, embora nacionalmente conhecido pela questão LGBT, defende outras pautas de outras minorias. Também é um Deputado que nos representa. Concordemos ou não em tudo, mas é um Deputado que está do lado dos direitos humanos de maneira incondicional e que, portanto, é nosso aliado. Tem todo o meu apoio, tem todo o nosso apoio.

E temos de lutar pela aprovação dos direitos e lutar também pela criminalização da homofobia e da transfobia. Hoje, discriminar LGBTs não é crime. O crime de constrangimento ilegal é muito fechado; não abarca a discriminação pura e simples. Então, a gente vive hoje no Brasil, parafraseando Hannah Arendt, uma banalidade do mal homofóbico. As pessoas se acham no direito de ofender, agredir, discriminar e até matar LGBTs a despeito do que diga o Código Penal. Direito Penal não pode ser só simbólico, mas toda lei tem um simbolismo a si inerente. A criminalização da homofobia e da transfobia é necessária.

Todo mundo que milita pelos direitos humanos é contra o aumento do Estado penal num sentido amplo, mas a gente tem de criminalizar o que precisar ser criminalizado e descriminalizar o que não precisa.

O aborto é uma criminalização que não dá certo. O aborto sendo crime obriga a mulher pobre, geralmente negra, a fazer o aborto por conta própria, com curetagem clandestina, e ela morre. E aqueles que se dizem pró-vida não estão nem aí para a vida da mulher. (*Palmas.*)

Então, o aborto é algo que tem de ser descriminalizado com urgência, como felizmente disse o Conselho Federal de Medicina, até o primeiro trimestre.

A homofobia é algo que precisa ser criminalizado de maneira específica e, claro, em sentido amplo. O Senador Paim parece estar disposto agora a criminalizar a discriminação contra LGBTs da mesma forma como a discriminação por cor, etnia, procedência nacional

e religião, que é a pauta do movimento; é aquilo que o movimento deseja. Então, podemos fazer isso com uma lei que puna igualmente todas as opressões e, segundo a mesma lógica, sem punir uma opressão de uma forma e outra opressão, de outra.

Enfim, são importantíssimas audiências públicas como esta para que o Congresso Nacional assuma o seu papel. Embora o Judiciário esteja garantindo direitos, o Congresso Nacional precisa garantir esses direitos na lei. Um país só é realmente democrático quando não impõe a um grupo que ele tenha de contratar advogado, entrar na Justiça, depender do entendimento específico de um juiz ou de outro. Então, o Judiciário garantir igualdade de direitos não é suficiente para uma democracia plena, para uma igualdade plena. Então, o Congresso Nacional precisa realmente legislar e precisa se assumir, seja se assumir como defensor dos direitos humanos de forma universal, protegendo a população LGBT; ou assumir-se homofóbico. Caso criminalize a heterofobia, se não aprovar os projetos pró-população LGBT, ele vai estar se assumindo homofóbico.

Então, aos Parlamentares fundamentalistas, eu conclamo: tenham coragem, assumam aquilo que vocês efetivamente defendem.

Votemos os projetos que nos são favoráveis. Era isso.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco/PSB – AP) – Consulto o Deputado Jean Wyllys...

O SR. JEAN WYLLYS (PSOL – RJ) – Deve passar a palavra ao Chico Alencar. Deve.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Começaria, Deputado Chico Alencar, V. Ex^a com a palavra. Depois, a Lurdinha também me pediu a palavra.

Deputado.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL – RJ) – Bom dia.

Peço desculpas por participar só do final desta audiência pública, ao que me parece. Fiz questão de vir aqui. Consegui tentar cumprir a agenda em três reuniões, às vezes concomitantes.

Mas, de toda forma, eu me preocupo muito com a situação do Parlamento. A gente vive um momento muito saudável, de tensão positiva neste País. Há um despertar de cidadania, inclusive de turma jovem.

Na segunda-feira, eu ousei ir a um palco que conheço desde 1966, que é a Avenida Rio Branco, antiga Avenida Central, no Rio de Janeiro, sabendo que há uma compreensível hostilidade a partidos políticos e à política. Lá, eu vi na multidão de mais de 100 mil pessoas, a sua maioria jovens, cartazes feitos à mão, artesanais, contra a homofobia.

Então, isso é um alento, porque, de um lado, há uma onda conservadora que vem de forma enviesada, até emoldurada por um discurso religioso não libertário. Sou daqueles do tempo da comunidade eclesial de base do Jean, que acho que há uma dimensão religiosa emancipatória, mas esses não; eles operam...

Hoje cedo, levei um susto – embora eu soubesse que existia, nunca tinha visto: no plenário 3 da Câmara, havia um culto evangélico lá, muito fervoroso, nesse espaço público. Pelo menos, a CNBB chama para as suas celebrações na sua capela própria. *(Palmas.)*

Quem chegou aí? *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco/PSB – AP) – Eu também concordo. Por todas as famílias.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL – RJ) – Isso. *(Manifestação da plateia: Por todas as famílias!)*

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco/PSB – AP) – Obrigado. Deputado Chico Alencar, vamos continuar a audiência pública.

Deputado Chico Alencar, com a palavra.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL – RJ) – Como é uma audiência, espero que todos aqui também me escutem, para lembrar o óbvio. Darcy Ribeiro tem um texto fantástico chamado Sobre o Óbvio, falando da luta dele pelo reconhecimento da dignidade dos povos indígenas, das mulheres, da democracia, da universidade pública. E o óbvio é o seguinte: os que defendem o que conceituam como família tradicional – eu, filho de piauiense e de um paulista do interior, sou oriundo da família tradicional – saibam que o avanço na legislação contemporânea não significa obrigação de eles abrirem mão daquilo em que acreditam, que é o melhor espaço para construir a sua identidade. Então, ninguém será obrigado a nada. Apenas obrigado democraticamente a reconhecer a diversidade e que “qualquer maneira de amor vale a pena”. *(Palmas.)*

(Manifestação da plateia: Chico!)

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL – RJ) – Todos nós, inclusive da esquerda, temos um germezinho do pensamento totalitário e autoritário. Então, eu acho “feio o que não é espelho”.

Eu volto a falar da minha condição de cristão, com formação católica, cada vez mais ecumênico. Vou à missa com frequência, toda semana praticamente. Claro que é aquela dimensão emancipatória da religião. Tenho amigos gays, parentes gays, que têm uma dignidade e uma grandeza humanas muitas vezes superiores, no concreto da vida, à daqueles que são corretos, honestos, bons trabalhadores, que têm toda uma adjetivação. São os que não querem enxergar mudanças no mundo e não se arriscam. A vida ensina muito. É a melhor escola. A escola da vida é tão boa que dela ninguém quer férias.

Acho que precisamos, neste Brasil, aprender a democracia, a tolerância, a diversidade. É bom ouvir o clamor das ruas. Ali, percebi um sentimento democrático muito forte. E o que recolhi aqui, deste Parlamento, Senador João, Deputado Jean, todos os outros representantes dos movimentos – Paulo Roberto, Gustavo, Letícia, Kátia –, são nomes de pessoas comuns.

Somos todos, os engravatados por força do ofício ou por força do convite para este espaço, rigorosamente iguais, inclusive os que portam esse cartaz, muito bem feitinho e legítimo, em defesa da família tradicional. Defendemos o direito deles, de defenderem a família que eles consideram tradicional, assim como exigimos que respeitem as outras formas de convívio familiar amoroso e educativo. É isso! (*Palmas.*)

O Poder Legislativo, em especial, a Câmara – espero que nem tanto o Senado – respondeu muito mal ao que lhe foi dito bem dentro do ouvido. Na segunda-feira, eu estava na Cinelândia, no Rio, e vi a turma, a moçada, chegando aqui e contendo os mais exaltados, algumas vezes encapuzados, mesmo ali sendo o movimento dos caras limpas.

Eles subiram ali no teto do Congresso Nacional. O Senador Capiberibe sabe que o genial arquiteto Niemeyer, comunista, fez coisas belas e lindas, e os gays, as lésbicas e todo o movimento GLT sofrem uma discriminação que, em outros tempos, era destinada aos comunistas. Há até uma homofobia ideológica: comiam criancinhas, ou seja, uma pedofilia ideológica.

O que aconteceu? Eles subiram na abóbada, e a Câmara tem a cuia côncava para simbolizar que ela é a representação das demandas do povo. Então, ela tem que ouvir aquilo.

O Senado, conselho dos anciãos, sabedoria da República, equilíbrio da Federação, três representantes por Estado – a Câmara, com bancadas variáveis, em tese, representando o povo – e tem a curva convexa para meditação, reflexão, ponderação. Lá, na Câmara, não: é côncava para estar aberta às demandas do povo. E, olhem, se há alguma coisa da qual tenho absoluta convicção, depois de seis décadas de vida, é de que o nosso povo é diverso e é plural; ele não é enquadrável em um padrão só de costumes, de comportamentos, de vivências. Agora, a corrupção, tudo que ofende o interesse público, tudo que agride a democracia tem de ser extirpado mesmo.

A garotada, os jovens subiram para gritar ali, dentro da nossa orelhona, da cuia da Câmara, aquilo pelo qual estavam clamando, inclusive, repito, entre a miríade de pleitos, “não à homofobia”, “pelo respeito à diversidade”. “pela democracia”, “quero saber com meu representante vota sempre”.

E, olhem: ontem e hoje, a Câmara jogou uma pedra, praticou um pequeno vandalismo legislativo contra essas multidões. Primeiro, na “omissão de direitos humanos” – a comissão perdeu o “c” de credibilidade –, aprovou uma coisa absolutamente retrógrada. O próximo passo deve ser revogar a resolução da Organização Mundial de Saúde, de 1992, que definiu, em um encontro de cientistas do mundo inteiro, que a homoafetividade não é doença. Doença é a homofobia. Hoje. Até se compreendem os preconceitos. Eu tenho meus preconceitos, mas a vida educa, ensina, mesmo depois que saímos dos bancos escolares.

E, hoje, acabo de vir da Comissão de Constituição e Justiça que, por falta de quórum, não aprovou o processo inicial do voto aberto no Parlamento para a cassação de mandatos de Parlamentares. Então, foram dois gestos legislativos concretos, um por ação e outro por omissão, que confrontam a sociedade.

Esta audiência pública – desculpem-me por me alongar – expressa que não há só um lado, não há só um pensamento dominante ou supostamente hegemônico. Quem clama pela pluralidade e pelo respeito à dignidade humana – é apenas disso que se trata – vai ser vitorioso. Vamos continuar nesse caminho, com serenidade, com grandeza. Olhem, esse gesto de vocês aplaudirem os que se opõem é um gesto de uma grandeza democrática que esperamos ver retribuído sempre.

(*Manifestações fora do microfone.*)

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL – RJ) – Não. Não, mas vocês não acham que eles têm o direito de vir educadamente com os cartazinhos aqui? Aqui, o João Capiberibe podia fazer como o Presidente da “omissão de direitos humanos”, da Câmara, ou seja, dizer que “para quem tem cartaz aqui contra o que pensamos, chamamos a segurança para esvaziar o plenário”. E isso não foi feito e não será feito nunca da nossa parte. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco/PSB – AP) – Obrigado, Deputado, é uma honra recebê-lo aqui na Comissão de Direitos Humanos do Senado. Para nós, é muito importante. Já expliquei aqui que esta Comissão está aberta a toda situação de opressão, a qualquer situação de negação dos direitos das pessoas. Estamos aqui para recebê-los, e recebê-los de braços abertos.

O Senado, às vezes, é mais conservador até devido às definições que o Deputado deu, mas, no que diz respeito ao voto aberto no Parlamento, nós já o aprovamos no Senado. E é muito importante que isso aconteça, para que os cidadãos, aqueles que nos mandam para cá, possam acompanhar o que fazemos e possam nos diferenciar também, porque é muito

chato sermos jogados, todos, na vala comum. Todos são iguais – isso não existe na sociedade; somos totalmente diferentes. Se há uma família tradicional, pode haver uma família diferente, tão feliz, tão satisfeita e alegre como uma família tradicional. O que queremos é que todas as famílias convivam neste enorme País.

Vamos dar sequência. Vamos ouvir...

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL – RJ) – ...que aliás reivindica o direito tradicional de se casar.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco/PSB – AP) – Bom, estamos no limite aqui, segundo o Deputado Jean Wyllys, e passo a palavra ao Deputado.

O SR. JEAN WYLLYS (PSOL – RJ) – Obrigado, Senador João Capiberibe.

Quero lembrar às pessoas que aqui estão que esta audiência foi composta para anteceder um movimento de coleta de assinaturas que vai acontecer a partir de agora. Então, lembro que a concentração, saindo daqui, será no *hall* do Anexo II, na frente da ala das comissões, na entrada do corredor das comissões, no busto de Mário Covas. É ali que as pessoas vão se concentrar para se dividirem em grupos de coleta de assinaturas, certo? Isso será na Câmara, não será no Senado. Às 13h tem a foto com a Ellen Oléria, a cantora Ellen Oléria, que vai empresar seu prestígio para essa campanha. Então, estejam atentos, todos vocês que estão vestindo a camisa do casamento igualitário, para tirar fotos com a Ellen. Depois, haverá um lanche, às 14 horas.

Eu vou estar presente em algum momento, mas, saindo daqui, tenho outra atividade. Os assessores vão estar lá, ao lado de vocês, para identificar os Parlamentares.

Desde já, agradeço muito a presença de todos vocês que vieram. Quero lembrar que, sim, nós defendemos o direito à liberdade de expressão. As pessoas têm liberdade de expressão, elas podem expressar-se aqui contrariamente à pauta do casamento igualitário e ao reconhecimento das outras famílias. Elas têm todo o direito, como nós temos o direito de decidirmos o que vamos aplaudir e o que vamos vaiar. E nós não aplaudimos a manifestação pela família tradicional, mas apoiamos e aplaudimos a resposta por todas as famílias. (*Palmas.*)

Obrigado, gente.

Só para completar. Se a gente considerar que a família vem-se modificando desde o século XVII, com a conquista pelo casamento por amor, porque o casamento por amor também não era um direito, não era uma realidade – foi uma conquista da sociedade; se considerarmos que a família vem-se transformando de lá para cá, que ela se transformou quando conquistamos o casamento civil, quando o Estado se separou

da Igreja e instituiu o casamento civil; se considerarmos que ela está se transformando quando conquistamos o divórcio, portanto o direito das pessoas de se divorciarem de outras e serem felizes com outras pessoas que elas escolheram, e assim sucessivamente; se considerarmos a quantidade de mães solteiras e pais solteiros chefiando famílias; se considerarmos a quantidade de casais que não têm filhos ou de casais com filhos adotivos; se considerarmos a quantidade de avós criando netos e se considerarmos a quantidade de casais formados por dois homens e duas mulheres, vemos que a família tradicional não passa de uma fantasia de cabeças totalitárias contrárias à cidadania de todos.

Se considerarmos que a dita família tradicional, aquela do comercial de margarina, que só existe no comercial de margarina, composta por pai, mãe, filho, filha, enfim, é fonte de muitos sofrimentos, inclusive sofrimento originado do abuso de crianças e adolescentes por pais biológicos heterossexuais, vemos que a família tradicional não é assim essa Coca-Cola que os que querem defendê-la pensam que ela é.

Então, vamos aprofundar o nosso conceito de família, vamos entender que a família existe na sua pluralidade e que ela tem de ser, na sua pluralidade, respeitada e defendida pelo Estado.

Paulo Iotti falou em banalidade do mal, uma expressão da Hannah Arendt. A Hannah Arendt vai dizer que é uma banalidade do mal em contraponto a um mal radical. Ela quer dizer que não existe nenhum mal radical; nenhum mal é de raiz. O mal não é algo ontológico, próprio do homem, o mal é algo assimilado, ao ponto de ser banalizado.

A homofobia, portanto, é um mal assimilado; a homofobia é da ordem cognitiva, é um preconceito que a gente apreende e partilha socialmente. Esse preconceito é tão grande que algumas pessoas têm dificuldade sequer de tratar do tema desta audiência dentro da audiência. Há uma dificuldade de falar desse tema. E o fato de pessoas se articularem para vir aqui afirmar a família tradicional em contraponto às famílias diversas mostra que o tema da criminalização é algo menos importante diante do reconhecimento da estima que temos de ter às nossas famílias. Isso torna a pauta do casamento neste momento a pauta que tem de ser a locomotiva da cidadania LGBT, trazendo a reboque a criminalização da homofobia pensada de uma maneira mais aprofundada.

Quero agradecer a todos aqui na Mesa, ao Gustavo, que é o nosso parceiro, junto com a Ministra Maria do Rosário no Governo Federal, que é um Governo difícil em relação à cidadania LGBT, mas temos essa ilha, que é a Secretaria de Direitos Humanos – ainda bem

que temos essa ilha no Governo Federal. Não fosse ela, esse seria o Governo mais homofóbico da história da nossa República recente, se nós considerarmos os últimos presidentes depois da redemocratização. Poderíamos considerar assim, mas não o consideramos por conta da presença da Ministra Maria do Rosário.

Quero agradecer Paulo Iotti, parceiro, do PSOL, nas nossas ações no STF, na defesa da cidadania LGBT; agradecer ao Senador Capiberibe, que assumiu essa presidência aqui no final.

E, principalmente, agradecer às meninas. Obrigada, porque, se o discurso convence, o exemplo arrasta, e vocês são exemplos de felicidade, um contraponto concreto da felicidade e da diversidade da família contra o pensamento totalitário de uma família única. Muito obrigado a vocês!

Obrigado a todos vocês! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco/PSB – AP) – Obrigado, Deputado, muito obrigado.

Entendendo a necessidade da mobilização e da pressa em colher as assinaturas, vou encerrar, mas antes eu queria pedir, logo depois, que a gente se coloque aqui para bater uma fotografia, todos nós aqui, com a plaquinha.

O SR. JEAN WYLLYS (PSOL – RJ) – Eu queria pedir que todo mundo segurasse a camisa do casamento igualitário, então. Pode ser?

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco/PSB – AP) – Pode ser.

O SR. JEAN WYLLYS (PSOL – RJ) – Bacana! Ótimo!

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco/PSB – AP) – Eu diria o seguinte: sou de uma família tradicional, mas sou totalmente favorável ao casamento civil igualitário, e vocês terão o meu voto. (*Palmas.*)

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 2 minutos.)

ATA DA 28ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 24 DE JUNHO DE 2013, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e dezesseis minutos do dia vinte e quatro de junho de dois mil e treze, na sala número dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença do Senhor Senador Paulo Paim.

Justifica ausência a Senadora Ana Rita. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Presidente declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação da seguinte Pauta: Audiência Pública, nos termos dos Requerimentos da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nºs 27 e 45, de 2013, aprovados em 25 de abril e 13 de junho de 2013, respectivamente, ambos, de autoria do Senador Paulo Paim, que requerem a realização de audiência pública “*para debater o assédio moral e a discriminação sofrida pelos servidores federais do Brasil e do exterior*”. O Senhor Presidente apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa, faz suas considerações iniciais e exhibe vídeo da Senhora Presidenta da Comissão, Senadora Ana Rita, por meio do qual faz suas considerações acerca da audiência pública. O Senhor Presidente passa a palavra aos convidados, que fazem suas explanações, nesta ordem: Adriano Silva Pucci, Ministro de 2ª Classe, membro titular da Comissão de Ética do Ministério das Relações Exteriores – MRE, em representação ao Senhor Ministro Antonio Patriota; Jones Borges Leal, Presidente da Federação Nacional dos Policiais Federais – FENAPEF; Claudia Regina Siano Rajecki, Presidenta da Associação Internacional dos Funcionários Servidores Locais do Ministério das Relações Exteriores no Mundo – AFLEX; Alexey Van Der Broocke, Presidente do Sindicato Nacional dos Servidores do Ministério das Relações Exteriores – SINDI-TAMARATY; Leilane Ribeiro de Oliveira, Presidenta do Sindicato Nacional dos Servidores do Plano Especial de Cargos da Polícia Federal – SINPECPPF; Valdemar Moreira da Silva Filho, Engenheiro de Segurança do Trabalho, Diretor Geral da Associação Nacional dos Petroleiros Pedevistas – ANPP – CONREPPV NACIONAL; e Vicente Almeida, Presidente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário – SINPAF. A convidada Claudia Regina Siano Rajecki apresenta vídeo editado de diversas matérias jornalísticas e entrevistas de autoria da AFLEX. O convidado Vicente Almeida exhibe parte do vídeo (trecho exibido no intervalo de 12 minutos a 17 minutos) “*A Vida não é Experimento*”, *documentário que conta a história de trabalhadores da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa e da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), que sofreram ou ainda sofrem com ambientes insalubres e assédio moral*. O vídeo é produzido pela *Animas Produções* e coordenado pela Diretoria de Saúde do Trabalhador e Meio Ambiente do SINPAF. O Senhor Presidente concede a palavra a diversas pessoas presentes no Plenário da Comissão: Lilian Beatriz Fidelis Maya, Advogada que

representa a Associação Internacional dos Funcionários Servidores Locais do Ministério das Relações Exteriores no Mundo – AFLEX; Maria do Carmo Peixoto, servidora do MRE no exterior; Débora Calheiras, Servidora da Embrapa; Elaine Piva, Servidora do INSS/MPS; Rubens de Araújo, Presidente da Associação de Policiais Legislativos do Senado Federal – APOLESF; e Maria Izabel Ovellar Heckmann, Doutora em Genética e Professora da Universidade Federal do Amazonas. O Senhor Presidente passa a palavra para os expositores para suas considerações finais. Por fim, a Presidência faz encaminhamentos, conforme entendimento com as entidades presentes, no sentido de os convidados encaminharem um único documento, a ser entregue ao Senador Paulo Paim, após o término da audiência pública, no qual deverão constar os pleitos de todos. O Senhor Presidente incumbiu-se de tomar as providências cabíveis e, se houver alguma sugestão de alteração para os projetos de lei sobre assédio moral e discriminação no ambiente de trabalho, em andamento no Senado Federal, o Senhor Presidente fará a intermediação necessária com os relatores respectivos, com o escopo de fazer chegar às mãos dos relatores as sugestões de aprimoramento do texto da lei. Fazem uso da palavra o Senador Paulo Paim e a Senadora Ana Rita (por meio de vídeo). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte minutos, lavrando eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim**, Presidente eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Declaro aberta a 28ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 27 de 2013, aprovado em 25 de abril de 2013, e do Requerimento nº 45, de 2013, aprovado em 14 de maio de 2013, ambos de nossa autoria, para debater sobre o assédio moral e a discriminação sofrida pelos servidores, em toda a sua abrangência, tanto em nível interno como externo.

De imediato, vamos formatar a Mesa. Convidamos o Sr. Adriano Silva Pucci, Ministro de Segunda Classe e membro titular da Comissão de Ética do Ministério das Relações Exteriores, que aqui representa o Ex^{mo} Sr. Ministro Antonio Patriota.

Seja bem-vindo, Sr. Adriano. (*Palmas.*)

O Sr. Leandro Daiello Coimbra ainda não chegou.

Sr. Jones Borges Leal, Presidente da Federação Nacional dos Policiais Federais. (*Palmas.*)

Seja bem-vindo!

Sr^a Claudia Regina Siano Rajecki, Presidente da Associação Internacional dos Funcionários Servidores Locais do Ministério das Relações Exteriores no Mundo (Aflex). Seja bem-vinda! (*Palmas.*)

Sr. Alexey van der Broocke, Presidente do Sindicato Nacional dos Servidores do Ministério das Relações Exteriores (Sinditamary). (*Palmas.*)

Sr^a Leilane Ribeiro de Oliveira, Presidenta do Sindicato Nacional dos Servidores do Plano Especial de Cargos da Polícia Federal. Seja também bem-vinda!

Por fim, o Sr. Valdemar Moreira da Silva Filho, Engenheiro de Segurança do Trabalho e Diretor Geral da Associação Nacional dos Petroleiros Pedevistas.

Seja bem-vindo também, meu amigo! (*Palmas.*)

Todos sabem que esta nossa audiência pública visa a debater um tema de interesse de todos nossos servidores e, naturalmente, dos trabalhadores. Eu diria que é um tema de interesse nacional. É sobre o assédio moral e, por que não dizer, do assédio sexual, que, infelizmente, acontece no País tanto na área pública quanto na área privada. Naturalmente, vamos discutir essa questão no campo da área pública, mas já há solicitação a esta Comissão de que se faça uma audiência pública no campo da área privada.

Eu gostaria de combinar, ao início da nossa audiência pública, que a gente discuta o tema em si, repito, o assédio moral. Não vejo problema nenhum também em se discutir, pela gravidade, o assédio moral e sexual. Mas não dá – por isto vou fazer o apelo a todos – para a gente personalizar a audiência pública em um ou outro caso. Isso não quer dizer que não possam ser citados. Houve pessoas que já nos procuraram querendo tratar do seu caso especificamente. Isso aqui não é julgamento; é uma audiência pública em que ouvimos todos. Nós não temos poder de fazer julgamentos.

A audiência pública tem este objetivo: ouvir todos aqueles que nos procuraram. Todos vão colocar os seus pontos de vista, vamos analisá-los. Ninguém vai proibir de serem dados alguns exemplos, mas, em sua consciência, todos têm de entender que isso aqui não é um tribunal que irá julgar este ou aquele caso. Mas vamos dar espaço para que esse tema, que é tão grave, seja debatido amplamente e que daqui saiam soluções para todos, numa visão nacional e, por que não lembrar, ao exemplo do que está falando hoje a nossa juventude, que está nas ruas, eu diria que aos milhões. Se pegarmos dias e outros dias, já foram para a rua mais de dois milhões de pessoas, exigindo polí-

ticas públicas que atendam à demanda da população, da criança ao mais idoso.

Então, esta aqui é uma política, no meu entendimento, que tem tudo a ver com essas demandas da sociedade. A sociedade está dizendo: “Basta!”; está dando, eu digo, sinalização para o próprio Congresso e para as lideranças.

Vocês todos, que estão aqui, são líderes, senão não estariam aqui. São líderes, são convocados a debater um tema dessa magnitude, dessa grandeza, claro, infelizmente, pelo lado negativo, porque o assédio moral e sexual acaba sendo algo negativo, que nós temos de combater.

Então, eu peço a compreensão de todos para que a gente debata o tema e aponte caminhos e soluções.

É como dizem os nossos jovens que estão nas ruas: “Estamos cansados de discursos, queremos soluções”.

A audiência pública visa a quê? Ouvir, reunir as denúncias, as demandas e, a partir daí, encaminhar para os setores competentes, para que fatos lamentáveis como alguns, claro, de que eu já fiquei sabendo, e isso foi o que nos moveu a promover esta reunião, não venham mais a acontecer; porque aconteceram, nós temos, agora, de buscar soluções.

Então, sejam todos bem-vindos, tanto do plenário como, aqui, os nossos convidados. Nós estamos ao vivo, para todo o Brasil, tanto pela TV Senado como pela Rádio Senado e pela Agência Senado. Eu sempre digo para a moçada que se entusiasma mais, às vezes por causa da TV, que não é porque nós estamos ao vivo que nós vamos ser irresponsáveis a ponto de falar coisas que não sejam verdadeiras, não é?

Todos nós temos de ser esse respeito, esse carinho para com a própria população que assiste muito a essas audiências que a Comissão faz, independentemente de qual seja o dia, mas esta é ao vivo, a partir deste momento. Que a gente faça um bom debate sobre o tema e que a população perceba que aqui há homens e mulheres que resolveram se reunir, debater esse tema e buscar soluções.

Então, vamos, de imediato, iniciar a nossa audiência do dia de hoje.

A Senadora Ana Rita é a Presidenta desta Comissão. Como é natural, vocês sabem, todos nós nos deslocamos para os Estados no fim de semana e voltamos durante a semana, na segunda de manhã, ou de tarde, ou de noite. Muitas agendas nos obrigam a ficar nos Estados. No dia de hoje, eu estou na Presidência, eventualmente, mas a Presidenta da Comissão, pela importância do tema, fez questão de deixar uma mensagem para vocês, que nós vamos passar neste momento.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ouvimos a Senadora Ana Rita, que é Presidenta desta Comissão e deixou aqui a sua mensagem para que a gente seja feliz, eu diria, no bom debate e na construção de alternativas que combatam o assédio moral e sexual.

Eu não combinei nada com a Mesa e também não fui eu quem decidiu sobre a ordem de inscrição. Pergunto se podemos seguir essa mesma ordem ou se primeiro fariam aqueles que provocaram a audiência pública. *(Pausa.)*

Vou seguir a ordem que está aqui.

Antes de passar a palavra ao Sr. Adriano Silva Pucci, Ministro Titular da Comissão de Ética do Ministério das Relações Exteriores, que aqui representa o Sr. Ministro Antonio Patriota.

Convidamos para compor a Mesa o Sr. Vicente Almeida, Presidente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário. *(Palmas.)*

Quero dizer que todos terão direito à palavra. Quem for chamado e não quiser usar os dez minutos e esperar para falar em outro momento, não há problema algum. Vamos fazer um debate tranquilo, democrático, onde todos possam expressar seus pontos de vista. O que eu quero dizer é que, além dos dez minutos, todos terão um outro momento na hora do debate.

Então, convidamos o Ministro Adriano Silva para fazer o seu pronunciamento como nosso convidado.

O SR. ADRIANO SILVA PUCCI – Muito obrigado, Senador pela oportunidade de apresentar nesta ocasião a visão do Itamaraty a respeito desse tema tão importante.

Eu gostaria também de cumprimentar a audiência, a sociedade brasileira e os membros da Mesa que estão aqui prestigiando esse evento. A nossa própria presença já é uma afirmação da importância do tema, que é milenar, como todos nós sabemos.

A doutrina jurídica, ao longo dos anos 80 e 90, construiu um conceito e deu um nome para uma questão que é antiga, transversal e existe não somente, infelizmente, no serviço público, no serviço exterior, mas também no setor privado, na família, na escola, entre namorados, marido e mulher. É um problema universal, cuja existência o Itamaraty reconhece, lamenta e combate.

O nosso Chanceler, o Ministro de Estado Antonio de Aguiar Patriota em reiteradas ocasiões públicas se pronunciou a respeito das questões de ética e respaldou enfaticamente as iniciativas do Itamaraty e o Governo Federal, as políticas públicas, no sentido de

procurar não somente coibir, mas também sancionar administrativamente as condutas antiéticas.

É importante observar que o Itamaraty dispõe de canais institucionais para o encaminhamento de toda e qualquer demanda que venha a ser formulada, desde que essa demanda contenha elementos de materialidade e que possa dar azo ao dever de apuração. Porque a apuração não somente é um poder, mas um dever. Não caberia qualquer menção, ainda que remota, à ideia de corporativismo, uma vez que o Itamaraty está sujeito à legislação que foi formulada, implementada e aprovada por esta Casa, o Poder Legislativo, e presta conta de todos os seus atos à sociedade.

Mais recentemente, nós recebemos consultas as mais variadas de Parlamentares, de cidadãos, por meio da Lei de Acesso à Informação, da imprensa, da mídia, que nós sempre recebemos, das associações, dos sindicatos, da Procuradoria Geral da República, da Controladoria-Geral da União, do Poder Judiciário. Todas essas consultas foram respondidas em seus pormenores. E é com grande conforto que se pode hoje afirmar que os problemas, sim, existem, mas eles têm recebido o seu encaminhamento.

Um problema mais recente e cuja apuração ainda está em curso – é de notório conhecimento, porque teve bastante repercussão na imprensa – foram as denúncias formuladas por funcionários do Consulado Geral do Brasil em Sydney contra as respectivas chefias. Essas denúncias ocorreram de maneira gradual, sucessiva; a primeira no final de janeiro e a última no início de abril.

O Itamaraty, apesar da distância que separa os dois hemisférios, o Brasil da Austrália, enviou um Ministro de Primeira Classe para uma investigação preliminar. Quinze dias depois da primeira denúncia, ele regressou, produziu um relatório. Esse relatório foi examinado pela Comissão de Ética, provocou a abertura de um procedimento preliminar de apuração ética, que dez dias depois foi convertido em um processo de apuração ética, porque a Comissão considerou que havia indícios suficientes de infrações éticas.

O processo foi aberto. Havia questões de natureza interpretativa das normas da Comissão de Ética, que foram submetidas à Consultoria Jurídica do Ministério e, depois, à Comissão de Ética da Presidência da República. Nós aguardamos a resposta. A Consultoria Jurídica do Itamaraty já recomendou o encaminhamento do assunto à Comissão de Ética, o que nós fizemos. Nós aguardamos desse órgão a resposta, que, acredito, deverá ser recebida em breve.

Paralelamente, foi aberto um processo administrativo disciplinar. Foi instaurado um inquérito e três embaixadores já se deslocaram para Sydney. Há dili-

gências em curso. Há um oficial de chancelaria também secretariando os trabalhos. Espera-se que, com o regresso deles em junho, seja produzido um relatório para o devido julgamento.

Então, o rito processual tem sido observado. É importante salientar que nenhuma autoridade em sua consciência se esquivaria de apurar ao tomar conhecimento de um possível ilícito, mesmo porque isso representaria um crime previsto no Código Penal, que é o de condescendência criminosa, no art. 320 do Código Penal.

As apurações estão sendo conduzidas, mas há um rito: existe uma investigação preliminar, uma instauração, a coleta de provas, a coleta de depoimentos, a entrevista das testemunhas, a acareação quando necessário, a produção de um relatório; enfim, vivemos num Estado de direito, e as respostas têm que obedecer às prescrições da lei. É claro que, muitas vezes, as expectativas são altas e os ânimos são exaltados, mas o administrador não pode se afastar da norma jurídica.

E eu queria aproveitar esta oportunidade para mencionar esse trabalho que o Itamaraty vem fazendo. Nós estruturamos e reestruturamos uma comissão de ética. Estamos em permanente contato com a Presidência da República e com a Casa Civil, para quem nós produzimos relatórios de atividades e prestamos contas anualmente das nossas ações.

E convidamos os servidores a exercerem o seu direito de petição por meio dos múltiplos canais que existem para satisfação desses interesses ou dessas pretensões, que são a Lei de Acesso à Informação, a Corregedoria de Serviço Exterior, a Comissão de Ética do Ministério das Relações Exteriores, o Fale com o Ministro, o nosso serviço de acesso à informação; enfim, há uma pletora, existe uma miríade de instrumentos que pode ser utilizada pelos servidores para encaminhar os seus pleitos.

Nós gostaríamos de reiterar, com o mandato do Ministro de Estado, que estamos à inteira disposição dos servidores, com os quais gostaríamos de estabelecer um diálogo construtivo – um processo que leva tempo – para acelerar esse processo de reeducação ética no serviço público federal.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Sr. Adriano Silva Pucci, representando aqui o Ministro Antonio Patriota.

Quero informar que o Presidente da Embrapa, por motivo de força maior, não poderá estar presente.

Vamos ao nosso segundo convidado, o Sr. Jones Borges Leal, Presidente da Federação Nacional dos Policiais Federais.

Só aviso que todos terão direito, em um segundo momento, depois das ponderações feitas por todos os convidados.

O SR. JONES BORGES LEAL – Bom dia a todos os presentes nesta importante audiência pública. Bom dia aos telespectadores da TV Senado.

Inicialmente, agradeço ao Senador Paulo Paim, do PT do Rio Grande do Sul, pelo convite para debatermos este importante tema, que é o assédio moral no serviço público. E, na sua pessoa, cumprimento os demais debatedores e presentes a esta audiência.

Companheiros e companheiras, entre nós não é mais necessário falar o quanto o assédio moral destrói e compromete as relações no ambiente de trabalho. O que é necessário agora é construir uma legislação moderna e eficiente para enfrentar essa chaga nas relações de trabalho no serviço público.

É hora da saída retórica, servidores e governo, das três esferas de Poder, Executivo, Legislativo e Judiciário, em seus três níveis, municipal, estadual e federal, com o propósito de encontrar e construir as soluções possíveis.

Os Poderes Executivo e Legislativo precisam pavimentar um entendimento a fim de encontrar solução legislativa para punir a prática do assédio moral no serviço público. Muitos países pelo mundo já possuem um regramento. Alguns Estados no nosso Brasil também já possuem um regramento para coibir essa imoralidade.

Por essa razão, apoiamos o PLS 121, de 2009, do Senador Inácio Arruda, do PCdoB do Ceará, que pune até com demissão essa prática nefasta.

Sabemos que o Relator *ad hoc*, o Senador Pedro Taques, ofereceu parecer contrário ao projeto, por vício de iniciativa.

Sobre isso, entendemos que é necessário encontrar um meio adequado para livrar o projeto desse vício ou, na sua impossibilidade, que o Governo juntamente com as entidades de servidores públicos, consiga, sob a mediação do Congresso Nacional, construir um projeto de lei que atenda a essa crescente demanda, com a punição célere e eficaz à prática de assédio moral no serviço público.

Neste momento em que as instituições da democracia estão em xeque, é necessário que este Congresso seja mais acessível e sensível às pressões da sociedade, sobretudo a organizada, e dê respostas efetivas às antigas demandas dos trabalhadores.

Acreditamos, sim, nesse poder de mediação do Congresso. Por isso que nós todos estamos aqui para demandá-lo, mas é preciso mais agilidade, senhores, mais ousadia desta Casa de leis, que é o Congresso Nacional.

Quando procurei o Senador Paulo Paim, este convidou a Confederação Nacional dos Policiais Federais para esta audiência, imaginava que o assédio moral somente acontecia em maior número no Departamento de Polícia Federal. Em algumas reuniões feitas anteriormente a essa audiência, reuniões com grupos de outros órgãos, percebi que isso não é verdade. O assédio moral está enraizado em todo o serviço público e também na iniciativa privada.

Para mim, foi importante ter esse conhecimento. Eu achava que a Polícia Federal era o caos, que nela estava instalado o caos, mas percebi que em outras instituições também existe esse caos.

Percebi também que, em alguns órgãos, o assediador tem um nome, é uma pessoa. Já na Polícia Federal, como em outros órgãos, como na Receita Federal, o assediador é um cargo diferente de alguns lugares. No Departamento Polícia Federal, a maioria dos delegados assediam diariamente os demais cargos. Então, o assediador na Polícia Federal tem um nome também, mas ele não se chama João, Joaquim ou Pedro, mas chama-se delegado de Polícia Federal.

O que mais me preocupa é que a prática é tão usual na Polícia Federal que o assediador acha que não está cometendo nenhuma falta, e o assediado em muitas vezes acredita que aquilo é normal. Nossos colegas não delegados estão ficando doentes; 30% dos nossos colegas – volto a dizer: não delegados – estão tomando medicamentos controlados, estão tomando medicamentos de tarja preta. Em razão desses assédios, estão afastados do serviço com atestados médicos às vezes por 30, 60 e até mais dias.

Gostaria até de dar alguns exemplos. Eu não vou me alongar Senador, mas é necessário narrar alguns fatos. Eu não vou entrar nas minúcias, mas é importante eu passar para os colegas e para a sociedade que nos assistem, através da TV Senado, o que vem acontecendo.

Recentemente nós fizemos uma greve, e essa greve durou em torno de 70 dias. Um grupo de 16 colegas de um setor que talvez seja o mais importante do Departamento de Polícia Federal, mais bem treinado, mais preparado com cursos no exterior – quando do término de sua formação de cada um desses colegas, gastam-se em torno de R\$200.000 só na formação nesse curso –, por terem participado desse movimento grevista, foi desligado do Comando de Operações Táticas. E hoje, com toda a capacidade técnica e profissional, esses colegas estão batendo carimbo, estão dobrando pastas de inquérito, estão fazendo um serviço que qualquer terceirizado poderia fazer, simplesmente porque fizeram uma greve, o que é permitido pela nossa Constituição.

Colegas que tenham uma opinião e publicam em qualquer rede social – no Facebook ou nos fóruns –, se essa opinião for contrária ao que pensam os delegados de Polícia Federal, esse colega certamente responderá a um procedimento disciplinar, além de ser removido do setor onde está trabalhando, não poder mais viajar a serviço. Falar mal do inquérito policial então é a mesma coisa que se suicidar; é o fim da linha para aquele profissional. A nossa legislação, diferente de muitos dos senhores, a nossa legislação, o nosso regime disciplinar ele é de 1965, da época da ditadura. E esse regime facilita muito ao ocupante do cargo de delegado pressionar, assediar os demais integrantes da carreira policial federal, os agentes, escrivães, os papiloscopistas, os servidores administrativos e os próprios peritos.

Ou seja, qualquer ato praticado por um colega que não vá ao encontro dos pensamentos da maioria dos delegados, certamente será transformado em um processo administrativo.

(Soa a campanha.)

O SR. JONES BORGES LEAL – É interessante que, para completar o salário – nós hoje estamos num momento muito ruim financeiramente –, os delegados assediam alguns colegas, prometendo viagens, para que esse colega tenha uma diária, e essa diária complementa o seu salário. Mas, se ele for contra os ideais dos delegados, esse não viaja mais. E o mais engraçado: quando um colega retorna de uma viagem longa, se ele não pagar quando retornar, um churrasco para os integrantes do setor, esse também não viaja mais.

É a pura verdade, senhores. O Departamento de Polícia Federal é uma bomba hoje.

Uma servidora me ligou no ano passado. Para ela, faltava menos de um ano para se aposentar, e ela falou: “Leal, procure o jurídico. Eu não aguento mais passar por aquela porta que dá entrada à Superintendência de Polícia. Eu não consigo mais olhar para a cara do meu superior hierárquico. Eu aposento, perco dinheiro, mas não aguento mais. Estou tomando medicamento controlado, eu não suporto mais o Departamento de Polícia Federal, eu não suporto mais o meu chefe.”

Nós fizemos um estudo e, no caso da colega, o estado era sério; a convivência entre ela e o chefe imediato era muito ruim. Ela acabou ficando de atestado médico; um psiquiatra a afastou do serviço, até que ela adquirisse o tempo necessário. E aposentou-se.

O pós-greve foi muito ruim. Esses assédios aumentaram muito, muito. Estão utilizando esse regime disciplinar de 1965 para pressionar colegas dos cargos de que falei, assediados. E assinamos com o Ministério do Planejamento um termo em que ficava claro que, com o retorno dos servidores ao trabalho, nenhum co-

lega poderia ser assediado ou punido. E, muito pelo contrário, isso vem acontecendo diariamente.

Nós servidores públicos e os empregados da iniciativa privada em geral estamos pedindo socorro. Na Polícia, como já falei, imagino que o problema seja ainda um pouco maior. No ano passado, tivemos quase um suicídio por mês. Nós perdemos no ano passado, por suicídio, mais colegas, se compararmos, do que aqueles que perdemos no confronto, na nossa luta diária contra a criminalidade. Isso é um absurdo. Quase um colega por mês, senhores! Perdemos 11 colegas no ano passado.

Procuramos os familiares desses colegas, de vários deles, e o que ouvimos foi terrível. Aqui no Lago Sul, estive com o irmão de um colega que tirou a própria vida, e ele falou: “Meu irmão todo falava: ‘Não aguento mais o meu chefe. O meu chefe está no meu pé todos os dias. Se eu atraso um segundo, já é motivo de chacota até no setor, já é motivo de punição’”. Estas são palavras do irmão do colega que tirou a vida: “Acredito que meu irmão tirou a vida, tirou a sua própria vida em razão do seu superior hierárquico, da pressão que ele fazia sobre o meu irmão.”

(Soa a campanha.)

O SR. JONES BORGES LEAL – Senhores, eu quero agradecer este momento. É muito importante fazermos este debate. Eu sei que é ruim a gente passar essa situação. Não é fácil para mim, porque isso tudo bate à porta dos sindicatos, bate à porta do sindicato do Flávio, do sindicato de Brasília, que teve seus maiores problemas; bate à porta da Federação.

Senhores, nós temos que punir, nós temos que conseguir um meio, um instrumento para que possamos punir esses assediadores.

Senador, muito obrigado. Bom dia. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Sr. Jones Borges Leal, Presidente da Federação Nacional dos Policiais Federais.

Permita-me um rápido comentário, Jones. Posso te chamar assim?

O SR. JONES BORGES LEAL – Sem problemas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vendo a denúncia que você, que é Presidente da Federação Nacional dos Policiais Federais, fez, nós políticos passamos a entender um pouco mais por que temos um milhão de pessoas nas ruas. Se dentro da própria Polícia Federal acontece isso – e você dá aqui um depoimento e você sabe a responsabilidade do seu depoimento – de fato, nós temos que ouvir muito mais as ruas, porque o teu depoimento é da maior gravidade em um espaço onde nós não imaginávamos... Eu não imaginava, confesso. Quando me procuraram, eu disse: “Bom, vamos para a audiência.”

Então, a gente tem que, de fato, ouvir muito mais as ruas. Eu considero da maior gravidade a forma como você colocou. Você, como Presidente da Federação Nacional dos Policiais Federais, deve ter todos os elementos que comprovam o que foi aqui dito.

Só posso dizer que a nossa audiência vai na forma do que as ruas estão dizendo. Isso está acontecendo lá fora, mas não chega aqui dentro. E, em uma audiência como esta, está chegando. No fim, vamos para os encaminhamentos, como você disse, para que haja uma lei firme, dura, que combate todo tipo de assédio.

Agora, vamos para a Sr^a Claudia Regina Siano Rajewski, Presidente da Associação Internacional dos Funcionários, Servidores Locais do Ministério das Relações Exteriores no Mundo (Aflex).

Sr^a Claudia, por favor, 10 minutos, com mais 5, se assim entender necessário.

A SR^a CLAUDIA REGINA SIANO RAJECKI – Bom dia a todos, Ex^{mo} Senador, componentes da Mesa, público presente, todos que nos assistem pela TV Senado e nos ouvem pela Rádio Senado.

A CDH, ao convocar esta audiência pública sobre um assunto tão importante e urgente, que é o assédio moral no ambiente de trabalho, foi sensível aos pedidos dos trabalhadores brasileiros, aqui representados por suas respectivas instituições.

O Senador Paim tem nos apoiado desde o início da nossa luta e tem sido um guerreiro incansável. Vale informar que a punição para essa espécie de crime ainda não existe de forma clara na legislação brasileira, mas existe a necessidade imediata não apenas de conscientizar e educar o público e os trabalhadores sobre o tema como também de regulamentá-lo com normas eficazes de punição através de uma lei.

Eu gostaria de pedir para apresentar o nosso vídeo. Nós trouxemos um vídeo que ilustra bem o tema:

(Procede-se à exibição de vídeo.)

A SR^a CLAUDIA REGINA SIANO RAJECKI – Pessoal, até me emocionei um pouco. Estar aqui hoje, para nós, significa uma vitória.

Há bem pouco tempo, tudo parecia apenas um sonho ideológico por justiça social e resgate de direitos básicos de trabalhadores brasileiros. Muitas vezes nos sentíamos como um pinguinho, apenas uma gota em meio a um vasto oceano de poder no exterior.

Em 2011, iniciamos um movimento em vários países, intitulado Operação Despertar. Como todo movimento, ele não tinha uma única cara. Eram vários de nós, em vários países, todos juntos, mostrando insatisfação com as injustiças, a falta de regras e de leis claras. Vestimo-nos de preto, fizemos operação tartaruga, fizemos manifestação nas ruas de Washington – DC,

nos Estados Unidos, e, por último, paralisação de 24 horas em conjunto com o Sinditamaraty.

E para quê? Por que existem as manifestações? Porque é a única forma de nós, trabalhadores, sermos vistos e ouvidos.

As nossas demandas sensibilizaram o Senador Paim e a Comissão de Direitos Humanos. Resultaram na elaboração do Projeto de Lei nº 143, de 2013, que visa a corrigir uma lacuna legislativa que afeta trabalhadores contratados locais do Governo brasileiro no exterior.

(Soa a campanha.)

A SR^a CLAUDIA REGINA SIANO RAJECKI – O fato de estarmos em outros países torna-nos vulneráveis. Ficamos sem foro definido, ou seja, em completo limbo jurídico, criando-se, assim, um terreno fértil para o assédio moral.

O medo de represálias, de perseguição e demissão sempre esteve presente, pois, constantemente, recebemos relatos de tal comportamento. Ainda hoje recebemos *e-mails* questionando se o contrato local pode ser demitido ao afiliar-se à Associação. E esse medo se refletiu claramente em nossa primeira assembleia geral: um ex-contratado local foi o primeiro presidente eleito, porque as pessoas da ativa não tinham coragem de aceitar o cargo.

Estar aqui hoje faz-nos lembrar de que a época da ditadura ficou apenas na história deste País e que a foto que todos viram simbolizando mordidas na boca muito em breve fará parte do passado (*Palmas.*). Vivemos em um Estado democrático de direito, em uma democracia consolidada em que não há mais espaço para medo ou censura. Somos livres tanto para denunciar quanto para expressar verbalmente os nossos pensamentos (*Palmas.*). Como bem disse a nossa colega no vídeo, o tempo de casa grande e senzala terminou. Queremos um ambiente de trabalho saudável, justo, produtivo e eficaz.

Você, servidor, vítima de assédio, denuncie. Informe à sua instituição representativa de classe, que poderá orientá-lo.

Por fim, não posso deixar de agradecer, especialmente ao Senador Paulo Paim, defensor incansável das causas trabalhistas e sociais, e à Ex^{ma} Senadora Ana Rita, Presidente da CDH, que, com tanta presteza, acolheu os nossos pedidos.

Agradeço aos corajosos colegas Luis Enrique Aroeira Neves, Viviane Hottum Jones e aos demais trabalhadores do Consulado do Brasil em Sydney e também aos funcionários do Consulado de Toronto.

Agradeço à imprensa pela cobertura que jornalistas e veículos de comunicação vêm empreendendo a um tema tão importante como o assédio moral. Sem

vocês, profissionais da imprensa, teria sido muito mais difícil fazer chegar notícia sobre essa forma de violência. O assunto tem gerado debates esclarecedores e educativos, e quem ganha muito com isso é a sociedade brasileira.

Também agradeço aos bons chefes, que nos trazem esperança para acreditar que tudo pode ser diferente e melhor.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Cumprimento a Sr^a Claudia Regina Siano Rajecji, que é Presidente da Aflex.

Quem está assistindo à TV Senado ou ouvindo a Rádio Senado percebeu a emoção na fala dela. Sempre digo que a gente, quando fala com o público, fala com os olhos, com os traços do rosto e com o tom da voz. Eu acho isso uma forma de as pessoas perceberem a verdade absoluta daquilo de que a gente está apresentando. Então, meus cumprimentos pela fala.

De fato, a situação mexe com todos nós. Permita que eu diga – e eu tenho certeza de que é a posição de vocês também – que este é o local. É este o erro de algumas autoridades brasileiras: não dar espaço para que as pessoas digam o que estão pensando, livremente, como você colocou muito bem. Por isso, acontecem fatos – permita que eu diga – lamentáveis, como alguns que estão acontecendo.

Que bom que nós estamos aqui! Acho que há aqueles que, às vezes, criticam uma audiência como esta, mas é muito melhor as pessoas virem aqui, colocarem o que estão pensando, para que as autoridades as ouçam e encaminhem respostas. Que não fique somente no pronunciamento! Estou me referindo a nós, autoridades, que estamos ouvindo denúncias graves como essa.

Mas, por outro lado, que a gente dê uma salva de palmas ao prédio do Itamaraty, que foi objeto de quebra-deira, da qual tenho certeza de que nós discordamos. Uma salva de palmas aos servidores e contra aqueles que querem destruir o nosso patrimônio histórico! O Itamaraty é um símbolo de todos nós no exterior. Por isso, quero cumprimentar vocês. (*Palmas.*)

O que tem de ser feito é isso mesmo. Que vocês venham aqui e digam: “Aqui é a casa do povo. Queremos que vocês nos ouçam!” E esse é o nosso papel. Eu tenho certeza de que todos vocês discordam da quebra-deira que houve no Itamaraty. Por isso eu fiz esse gesto. Nós temos é que melhorar as instituições.

Por isso, ficam aqui meus cumprimentos à Aflex, e tenho muita esperança de que, a partir desta audiência, medidas sejam tomadas efetivamente, porque essa é a expectativa.

Nesse sentido, eu não entendi por que os cartazes estão lá naquele canto e não estão aqui na frente. (*Palmas.*) Eu não entendi, mas não entendi mesmo. Se a gente fala tanto em liberdade, que aqui é a Casa do povo, eu estou vendo os cartazes lá. Coloquem os cartazes aqui! É muito melhor que os cartazes estejam aqui, que a gente debata o tema, do que outros fatos que acontecem lamentavelmente. Eu vejo cartazes ali. Não vejo problema algum, porque o que está sendo falado está refletido nos próprios cartazes.

(*Manifestação da plateia: Isso é democracia! Viva!*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vamos de imediato agora ao Sr. Alexey Van Der Broocke. Pronunciei mais ou menos?

O SR. ALEXEY VAN DER BROOCKE – Está certinho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está certinho? Adaptando ao nosso linguajar do dia a dia. Presidente do Sindicato Nacional dos Servidores do Ministério das Relações Exteriores (Sinditamaraty), que nos procurou inúmeras vezes.

Quero dar esse depoimento. Fizemos aqui reunião. Recebemos aqui representantes do Itamaraty. Formatamos uma comissão, foram para o Itamaraty, e nós estamos ainda à procura de soluções.

Está com a palavra o Sr. Alexey. (*Palmas.*)

O SR. ALEXEY VAN DER BROOCKE – É verdade, Senador, nossa parceria já data de algum tempo, e o seu acolhimento sempre foi uma razão muito grande para continuarmos nesta luta, para buscarmos modificar aquilo que é necessário ser modificado.

Senhoras e senhores, cabe-nos agradecer uma vez mais ao Senador Paulo Paim, que se dedica, entre suas inúmeras preocupações, às necessidades do servidor público brasileiro. Cumprimento todos os demais Parlamentares presentes, bem como os integrantes desta Mesa. De maneira particular, agradeço o comparecimento maciço de trabalhadores e servidores públicos a esta audiência, e estendo também um abraço carinhoso ao Senador Cristovam Buarque, aqui representado pela sua assessora parlamentar – está lá no fundo –, Leilane, que sempre está conosco, e à Senadora Ana Rita, que também chamou para si essa responsabilidade.

A prática do assédio moral e a discriminação a que são submetidos trabalhadores, servidores públicos brasileiros, no País e no exterior, constituem a essência de nossa discussão hoje, aqui. Para melhor contextualizarmos esse debate neste particular momento histórico em que gerações estão promovendo de forma pacífica, nas ruas de centenas de cidades brasileiras, o clamor por mudanças em nosso País, permitam-me fazer a leitura de trechos de discursos proferidos pela

Presidenta Dilma Rousseff e pelo Embaixador Antonio Patriota, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Diz a Presidenta:

O Brasil hoje acordou mais forte. A grandeza das manifestações comprova a energia da nossa democracia, a força da voz da rua e o civismo da nossa população. É bom ver tantos jovens e adultos – o neto, o pai, o avô – juntos, com a bandeira do Brasil, cantando o Hino Nacional e dizendo, com orgulho, “eu sou brasileiro”, e defendendo um País melhor.

Afirmou, pelo seu lado, o Ministro Patriota, no mesmo diapasão, referindo-se à saúde das relações de trabalho de sua Pasta:

A administração interna e a organização funcional exigem profissionalismo na atitude individual. Esperamos todos, de cada um, o comportamento respeitoso e solidário. Portanto, não há espaço no Itamaraty para que seja de outro modo.

Entendemos, pois, pelas palavras de compromisso da Presidenta e do titular da Pasta do Itamaraty, que, no contexto do que se discute neste momento, nesta audiência pública, estamos todos, absolutamente todos, falando a mesma língua, sobre o mesmo assunto e perseguindo os mesmos resultados, ou seja, a saúde do ambiente de trabalho.

Há 70 anos, a Consolidação das Leis do Trabalho chegava para regular as relações laborais, individuais e coletivas. Até então, vigoravam apenas vínculos de trabalho muito semelhantes à escravidão. Chama a atenção, atualmente, que, tanto tempo depois do advento desse marco histórico, o assédio moral, tão presente no ambiente de trabalho antigamente e nos tempos atuais, constitua figura jurídica recente e, pior, que surja agora como fenômeno que precisa ser conhecido, identificado, apontado como prática imoral para vir a ser, finalmente, tipificado como delito passível de punição.

Faz-se necessário, em primeiro lugar, definir o assédio moral para que todos saibam do que se trata; para que aqueles que sofrem calados tomem consciência de que ser humilhado, ser perseguido, ser alvo de chacotas por período prolongado, de modo premeditado e sistemático, não é normal. Mais ainda, não é admissível em nenhum ambiente de trabalho, mas sobretudo no serviço público, onde servidores exercem suas funções em nome do interesse do Estado, devendo pautar-se pelos princípios constitucionais da impessoalidade e da moralidade.

Uma das maiores autoridades do Brasil sobre o assunto, a Dr^a Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Ministra do Tribunal Superior do Trabalho, membro do Conselho Nacional de Justiça e Presidente Honorária da Academia Nacional do Direito do Trabalho, ensina que

o assédio moral é multilateral, podendo ser horizontal, quando exercido entre colegas de mesma hierarquia; vertical descendente, quando exercido do superior hierárquico ao seu subordinado; e vertical ascendente, quando exercido pelo grupo subordinado e dirigido ao superior hierárquico direto.

Fica evidente, pois, que o assédio moral não é praticado por certas carreiras em detrimento de outras. Importa esclarecer esse aspecto, porque, em alguns ambientes de trabalho, há uma percepção equivocada de que determinadas carreiras assediam outras. Não! Assediador tem nome e CPF. Deve, pois, ser trazido a público e execrado por atentar contra a dignidade humana. (*Palmas.*)

Vale lembrar que a prática do assédio moral ainda carece de disciplina e de enquadramento como crime, com a fixação de penas. O combate a esse fenômeno degradante precisa integrar, o quanto antes, a legislação. Diversos textos legais e projetos de lei sobre a matéria tramitam, atualmente, no Parlamento, mas os resultados são tímidos, infelizmente.

A esse propósito importa lembrar que, em 2011, a Deputada Erika Kokay, do PT/DF, submeteu à Ministra do Planejamento projeto de lei sobre o tema, instando-a a dar o encaminhamento por parte do Executivo que a medida requer. Sem embargo disso e apesar da importância que a medida requer, nada aconteceu. Absolutamente nada aconteceu, e a proposta da Parlamentar não prosperou. A falta de reação da Ministra Belchior não impediu, porém, que a área técnica do órgão revelasse ao Sinditamaraty disposição para tratar do assunto com profissionalismo, conforme o momento requer.

Vale insistir na gravidade do assédio moral, que chega a provocar acidentes de trabalho, que devem determinar, pois, o dever de indenizar sempre que o empregador agir com dolo ou culpa, bem como nos ensina a Dr^a Maria Cristina Peduzzi, à exceção, óbvio, dos colegas falecidos na Polícia Federal.

Cobrar o quê se a existência deles já deixou a nossa realidade?

A exemplo do que ocorre praticamente em todos os órgãos públicos das esferas federal, estadual e municipal, no Ministério das Relações Exteriores, o problema existe não é de hoje, tendo sempre esbarrado no velho e rançoso corporativismo. A estrutura da organização garantiu a impunidade, invariavelmente. Sem chegar a ser comum, foi considerado banal, tendo até sido visto como excentricidade de alguns.

Mesmo quando o assediador é comumente encoberto pela proteção da famosa cultura da casa, nunca foi normal perder a autoestima, ser desestabilizado de

modo sistemático, humilhado reiteradas vezes, desrespeitado de forma contumaz.

Para que os senhores possam ter o panorama próximo da realidade no Itamaraty, a partir de 2009, com o advento do Sindicato dos Servidores do Ministério das Relações Exteriores, o Sinditamaraty, diversas denúncias têm chegado à administração do Ministério por esse canal, mas pouco tem sido feito, até o momento, pela instituição.

Os fatos no Consulado Geral em Sidney, de amplo conhecimento, revelam a prática de dois servidores acusados de assediar moral e sexualmente, sendo reincidente pelo menos um deles. O Sr. Américo Dyott Fontenelle e o Sr. Cesar Cidade são conhecidos pelo terror psicológico que impõem aos servidores com quem trabalham. Submetem-nos, sistematicamente, a humilhações verbais, com uso, inclusive, de palavras de baixo calão, com ações psicológicas e ameaças, comentários maliciosos e pejorativos.

Não obstante esse cenário nefasto, permito-me encontrar algum alento, neste momento, e atenuam a nossa preocupação em relação ao ambiente laboral hostil criado por esses e outros servidores denunciados ao Sinditamaraty as recentes declarações do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Antonio de Aguiar Patriota, que se tem manifestado no sentido de que não há espaço na instituição para atitudes desrespeitosas.

O caso do Consulado Geral em Sidney, em razão da repercussão e, ainda, da perseverança das entidades de classe envolvidas na apuração dos fatos, pode sinalizar uma inflexão nessa tendência de negar importância a fatos degradantes do ambiente de trabalho.

No Ministério das Relações Exteriores, é preciso, além de leis eficazes que venham a coibir de fato a prática indigna, contar com órgãos internos que trabalhem para desconstruir o corporativismo exacerbado que solapa nosso ambiente de trabalho. É essencial contar com uma corregedoria do serviço exterior que atue de modo profissional, imparcial, justo e eficaz. Poderia até ser constituída por servidores independentes – por que não? – da Advocacia-Geral da União, por exemplo, que melhor garantiriam a necessária isenção.

O Sinditamaraty considera que resultados efetivos, para todos nós, representantes de outras entidades aqui presentes, só serão alcançados com um esforço conjunto das entidades sindicais e demais associações representativas dos interesses dos servidores. Os resultados efetivos só assim serão alcançados.

Somente uma força-tarefa de magnitude e com honestidade de propósitos poderá determinar resultados permanentes para banir a prática de assédio moral em toda e qualquer relação trabalhista.

(Soa a campanha.)

O SR. ALEXEY VAN DER BROOKE – Pessoal, o Sinditamaraty não pretende ser protagonista da coordenação das ações destinadas a pôr fim ao assédio moral no serviço público, pela simples razão de sua amplitude e relevância. O problema e seus desafios devem ser motivo de atenção e luta de todo o corpo de servidores.

Senhoras e senhores, pela intolerância aos intolerantes.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Sr. Alexey Van Der Broocke, Presidente do Sindicato Nacional dos Servidores do Ministério das Relações Exteriores, Sinditamaraty.

Eu quero cumprimentar mais uma vez o Sr. Alexey, porque não é a primeira vez que ele traz... Eu, mais uma vez, comentarei. Nós realizamos inúmeras audiências públicas nesta Comissão. Se, pelo menos na metade das audiências públicas que realizamos, as autoridades – quando digo autoridade, eu me refiro também ao Congresso, ao Judiciário e ao Executivo – tivessem tomado providências, nós, talvez, não estivéssemos vivendo o momento que estamos vivendo hoje no Brasil.

Todos sabem – aqui, há o Itamaraty – que a repercussão no exterior não é positiva para o Brasil. Todo mundo sabe disso, mas, nem por isso, nós vamos deixar – esta é a minha posição – de defender a livre expressão, o livre pensamento e a mobilização da nossa juventude pelo não atendimento às reivindicações básicas, num momento como este.

Digo isso, porque espero que esta audiência pública repercuta de forma positiva, com respostas, senão, depois, todos nós ficaremos sem saber o que está acontecendo.

Aqui, já fizemos um debate sobre o fim do voto secreto. E daí? O voto secreto continua. Aqui, já fizemos um debate sobre a possibilidade de a sociedade – e apresentei, há muito tempo, o fim do voto secreto – contar com a candidatura avulsa, independentemente da questão partidária. Sou de um partido, mas gostaria que a sociedade pudesse apresentar seu candidato. Apresentei o projeto há dez anos e fui chamado de antipartidário. Isso não tem nada a ver. Na Itália, nos Estados Unidos e em muitos outros países, isso existe.

Por que dou esses exemplos neste momento? Porque essas vozes que estão circulando neste momento aqui, a partir desta audiência, o Brasil todo as está ouvindo. Então, conseqüentemente, todas as autoridades as estão ouvindo. Isso, hoje, ocorre em tempo real. Só espero que tudo o que está sendo dito

aqui sirva também para achar caminhos e soluções, de imediato, contra a questão do assédio moral e sexual.

Passo a palavra, neste momento, à Sr^a Leilane Ribeiro de Oliveira, Presidenta do Sindicato Nacional dos Servidores do Plano Especial de Cargos da Polícia Federal.

A SR^a LEILANE RIBEIRO DE OLIVEIRA – Bom dia!

Eu gostaria de cumprimentar V. Ex^a, Senador Paulo Paim, e de agradecer a oportunidade de discutir aqui um assunto de extrema importância para os servidores públicos, não só os federais, mas também os estaduais e até os da iniciativa privada.

Eu queria cumprimentar todos os membros da Mesa; a sociedade civil; os membros da imprensa; em especial, os servidores que aqui vieram de Santa Catarina, de Mato Grosso do Sul, de Rondônia e do Acre; e aqueles que nos acompanham através dos meios de comunicação.

É uma triste constatação, mas os servidores administrativos da Polícia Federal são os que mais sofrem com o assédio moral e com a discriminação, até porque, no nosso caso, eles não têm apenas um nome. Não é só o delegado que comete o assédio moral contra o servidor administrativo, mas também o agente, o escrivão, o papiloscopista e o perito. Nós sofremos assédio moral por parte de todos os cargos da Polícia Federal. O simples fato de ser policial permite ao servidor policial discriminar o servidor administrativo, porque, hierarquicamente, ele se sente superior aos demais servidores. Mesmo que esteja num patamar de graduação maior, mesmo que o servidor administrativo seja superior ao policial, o policial, por seu *status*, pelo simples fato de ser policial, sente-se superior ao servidor administrativo.

Na carreira administrativa da Polícia Federal, há médicos, engenheiros, arquitetos, agentes administrativos de nível médio, servidores de todas as áreas do serviço público, mas, mesmo assim, nenhum servidor policial admite ser chefiado por um servidor administrativo. Na Polícia Federal, até o serviço médico conta com um perito como seu chefe, não com um médico. No canil, o chefe é um agente, não um veterinário. No setor de compras, o chefe é um delegado, não um administrador. Então, na Polícia Federal, há uma segregação, pois apenas os policiais são chefes. Os administrativos são colocados num segundo plano.

Então, os servidores administrativos, hoje, são os que mais sofrem com o assédio moral. Isso foi o que levou o nosso colega Sandro Gutemberg, um agente administrativo, no Pará, a cometer suicídio há quase dois anos, no dia 20 de junho de 2011. Ele cometeu suicídio. Deixou um bilhete, avisando que cometeria

suicídio no Porto de Belém. Os colegas correram para o porto, mas ele tinha mentido; foi para casa. Os relatos da própria colega, também servidora administrativa, Leila, informaram que ele conversou antes que não estava mais suportando o assédio moral por parte do seu então chefe, delegado, as humilhações e ameaças em virtude de um contrato que ele estaria realizando. Então, depois disso os colegas informaram e outros cinco colegas apareceram também relatando assédio moral por parte desse mesmo delegado. O que a instituição fez foi remover esse delegado para as praias do Rio Grande do Norte. Isso é o que acontece na Polícia Federal.

O assédio moral é uma violência invisível. Então, os dados que temos do Ministério do Trabalho e os dados que temos de denúncias na Justiça são muito aquém da nossa realidade, porque o que nós temos no sindicato são denúncias que às vezes não conseguimos levar para frente, porque não conseguimos levantar provas; são denúncias invisíveis de colegas que às vezes têm medo de levar essas denúncias adiante. Eu gostaria de parabenizar a Aflex, que conseguiu levar várias dessas denúncias para frente. Muitas delas não conseguimos formalizar, porque são denúncias invisíveis de servidores que sofrem de bastidores. Tentamos apenas prestar um atendimento médico. Às vezes o assédio moral acarreta essas doenças, porque são doenças que aparecem ou aumentam em virtude do assédio moral.

Uma delas está na moda, que é a depressão. A depressão não só se desenvolve, mas ela aumenta em virtude do assédio moral e da discriminação. Ela é a doença hoje do serviço público. A depressão tem crescido no serviço público nos últimos anos em virtude especialmente do assédio moral e da discriminação. Todos os representantes de classes sabem que essa doença precisa ser tratada e precisa ser combatida. Ela só será combatida se nós pudermos prevenir o assédio moral e a discriminação.

Infelizmente, para piorar nossa situação, temos um crescente ato discriminatório na Polícia Federal. Para vocês terem ideia, o servidor administrativo há três anos usava uma cor de crachá diferente do servidor policial. O servidor policial olhava dentro do elevador a cor do crachá para poder dizer bom-dia para outro servidor; quando via que era cor de crachá diferente, ele não dava bom-dia.

Quando nós perguntamos por que o administrativo tinha uma cor de crachá diferente, ninguém soube responder, foram lá e mudaram. Hoje, todos servidores da Polícia Federal têm a mesma cor de crachá.

A carteira funcional é completamente diferente, e não é porque o administrativo queira se passar por

policial não, pois o policial, para se diferenciar, tem o distintivo para isso. E não é o distintivo que nós queremos; nós queremos uma carteira funcional igual à dos demais servidores.

O servidor administrativo... Nós temos uma colega aqui usando uma camiseta do sindicato que tem o emblema da Polícia Federal. Se ela sair daqui pode ser presa, porque nós temos várias portarias na Polícia Federal que proíbem o uso pelos servidores administrativos do emblema da Polícia Federal. Um cão farejador da Polícia Federal pode usar o emblema; nós não. Isso é um absurdo, isso é um ato discriminatório na Polícia Federal! Imaginem como o servidor administrativo se sente sabendo que um cão farejador pode usar o emblema, e o servidor administrativo, não. Nós estamos combatendo atos discriminatórios dos pequenos aos grandes no sentido de tentar permitir que o servidor administrativo se sinta parte da instituição, porque nós não nos sentimos.

O hino da instituição faz jus aos policiais federais; os administrativos não são convidados a cantar o hino da instituição Polícia Federal. A sociedade conhece a Polícia Federal apenas como servidores policiais federais. Ano passado, nós fizemos uma greve que durou mais de 30 dias. Todas as notas da imprensa diziam servidores policiais federais; estava lá a foto na imprensa: administrativos.

Nem a sociedade reconhece os servidores administrativos, mas por quê? Porque a própria instituição não os reconhece. Enquanto a instituição não reconhecer os servidores administrativos da Polícia Federal, como vamos exigir que a própria sociedade nos reconheça?

Cursinhos preparatórios para a Polícia Federal dizem que não existem servidores administrativos dentro da instituição. Se você faz o curso da própria Academia Nacional de Polícia, você sai de lá sem saber que existem servidores administrativos dentro da instituição. Os servidores administrativos da Polícia Federal estão lutando há mais de cinco anos com esse projeto, porque o primeiro está no Ministério do Planejamento, desde 1985, pela reestruturação da carreira administrativa da Polícia Federal.

Estou ouvindo o Senador falar aqui, desde o começo da audiência, sobre a onda que está aí de manifestações. Se o senhor me permite, Senador, o assédio moral também vem de fora para dentro. Ano passado, nós fizemos a maior greve do serviço público federal. Todos os servidores públicos federais pararam e foram às ruas protestar por melhores condições de trabalho. O brasileiro esquece rápido, mas eu não esqueci que, no ano passado, nós fizemos a maior greve do serviço público federal. Neste ano, toda a sociedade está indo

às ruas. Isso não é gratuito. Nós estamos vivendo dias em que toda a sociedade está acordando. Ano passado, foram servidores públicos; hoje, é a sociedade.

Nós estamos vivendo dias de ditadura disfarçada de democracia. (*Palmas.*) Nós estamos vivendo com um Governo que não negocia, que impõe. (*Palmas.*) Isso também é assédio moral.

No ano passado, fomos obrigados a aceitar um aumento que não condiz com a nossa realidade, que não respeitou as nossas funções, que não respeitou aquilo que nós fazemos e que não respeitou nenhum de nós; não respeitou nada daquilo proposto por nós. Negociar é chegar a um consenso; não é impor. E foi isso que aconteceu. E se nós, neste ano, ameaçamos fazer uma greve, o Governo diz assim: “Se vocês fizerem uma greve cobrando uma agenda que foi feita através de um acordo, nós encerramos o acordo, e não há mais acordo.” É isso o que o Governo faz com os servidores públicos hoje. Isso não é negociar, isso não é democracia. Isso é assédio moral. (*Palmas.*)

O senhor me desculpe, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não tem que pedir desculpa. Diga exatamente o que você está pensando. Imagina!. (*Palmas.*)

A SR^a LEILANE RIBEIRO DE OLIVEIRA – É por isso que nós estamos lançando uma campanha, e eu peço aqui o apoio do Senador, dos demais servidores públicos aqui representados, dos sindicatos: levantem a cabeça contra o assédio moral, porque, se nós não levantarmos a nossa cabeça e exigirmos o que é de nosso direito, nós continuaremos baixando a cabeça para o Governo e para todos aqueles que fazem com que nós baixemos a cabeça e aceitemos tudo o que é imposto para nós, servidores, para nós, sociedade. Nós temos de levantar a nossa cabeça e exigir.

O que os jovens estão fazendo lá fora é reflexo daquilo que foi imposto a eles. Nós temos que levantar a nossa cabeça nos nossos órgãos, na nossa mesa de trabalho. Nós temos de reivindicar o nosso direito. Não há chefe que mande em servidor não. Nós somos todos servidores públicos. Nós temos que exigir aquilo que é nosso direito também.

(*Soa a campanha.*)

A SR^a LEILANE RIBEIRO DE OLIVEIRA – É claro que, às vezes, é complicado para um servidor que já vem passando por problemas levantar a cabeça. Mas é para isto que há sindicato: para cobrar do chefe uma postura. É claro que os sindicatos também respondem, às vezes, por vários problemas. Nós somos jovens, vamos voltar aos nossos postos de trabalho e vamos também sofrer o assédio moral. Vamos ser perseguidos? Vamos, mas nós também vamos buscar os

nossos direitos. Nós temos advogados aí fora para nos defender. Então, vamos em busca dos nossos direitos.

Eu gostaria de concluir com uma frase de William Shakespeare para aqueles que cometem o assédio moral e a discriminação, para que eles possam refletir: “Qualquer um é capaz de suportar uma dor, menos quem a sente.” Essa frase é para aqueles que cometem o assédio moral, para que eles possam refletir, porque só quem sente a dor conhece a dor que sente. E ele sabe o tamanho da dor que é capaz de suportar. Quem ouve, não consegue entender; é só quem sente.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

Essa foi a Sr^a Leilane Ribeiro de Oliveira, Presidente do Sindicato Nacional dos Servidores do Plano Especial de Cargos da Polícia Federal.

E fique tranquila, Leilane, porque eu sempre apoiei todas as greves, e sou inclusive, por obra dos próprios servidores, o Relator, aqui no Congresso, do projeto de lei de greve, para garantir que todo servidor público tenha direito também de realizar a greve. Então, estamos na mesma sintonia. Em relação a tudo o que você falou, não há de minha parte nenhum questionamento. Pelo contrário, vamos trabalhar todos nesse sentido.

Até digo mais também: se o movimento sindical brasileiro não tivesse confundido eleger um presidente sindicalista e o seu papel de movimento sindical e continuasse girando em torno de toda sociedade e pressionando, independente de quem seja o governo, nós talvez não estivéssemos no momento em que estamos hoje. (*Palmas.*)

Essa é uma análise que venho fazendo há muitos anos. Escrevi, três anos atrás, o livro *O Rufar dos Tambores*. E, como eu o faço aqui – claro, na minha cota parlamentar –, o livro não é cobrado, porque imprimo na minha cota. *O Rufar dos Tambores* eu escrevi baseado na realidade do Congresso Nacional, do Executivo e do Judiciário. E eu dizia no livro e repito agora: que saudade de ver o rufar dos tambores nas ruas. Pois agora o rufar dos tambores está nas ruas.

Então, nós todos que estávamos nos sentindo isolados não podemos agora lamentar. Temos de lamentar, e eu sei que vocês concordam – repito de novo – qualquer tipo de vandalismo, de quebra-quebra, mas a mobilização, a pressão, inclusive o que vocês estão fazendo aqui neste momento é digno somente de palmas. (*Palmas.*)

Podem ter certeza absoluta de que este é o meu ponto de vista.

Passo a palavra neste momento ao Sr. Valdemar Moreira da Silva Filho, Engenheiro de Segurança do

Trabalho – Diretor Geral da Associação Nacional dos Petroleiros Pedevistas – ANPP – CONREPPV Nacional. Sr. Valdemar, com a palavra.

O SR. VALDEMAR MOREIRA DA SILVA FILHO – Em primeira mão, eu agradeço muito, muito mesmo, como mais um companheiro da luta contra o assédio moral, ao nosso amigo Paulo Paim. Muito obrigado, Paulo.

Peço desculpas a todos porque eu estou muito emocionado. (*Pausa.*) (*Palmas.*)

Eu queria falar um pouco de mim, rapidinho.

Sou filho de um preso político e de uma deficiente visual, e eles venceram.

Agradeço esta oportunidade a todos os presentes, aos internautas, à Presidenta Ana Rita e a Deus, por nos dar mais um dia de luta.

Gostaria de lembrar as audiências que realizamos na Alepa (Assembleia Legislativa do Pará), em 2010, e na Câmara e no Senado em 2012.

Nós somos resultado do assédio moral na prática. Fomos convidados para ir embora da empresa. Essas audiências, para não ser muito extensivo, porque elas estão gravadas no You Tube, todos podem participar e verificar que a gente também uniu três temas: assédio moral, demissão voluntária e terceirização, que muitos diretores de sindicato já me passaram a ideia de sair...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Valdemar, permita-me só dizer, na linha do que você está falando, que quem quiser interagir – estamos ao vivo para todo Brasil – scomcdh@senado.gov.br. Digo isso na linha em que você está falando aí, de forma tal que as pessoas acompanhem o que está acontecendo. Já recebi diversas mensagens que vou ler num segundo momento.

A palavra está com você.

O SR. VALDEMAR MOREIRA DA SILVA FILHO – Só estou fazendo essas lembranças porque nós estamos na luta. Não estamos apedrejando ninguém, nem botando fogo em nada. Estamos trabalhando dentro da democracia, junto com nossos companheiros que abrem sempre um canal para podermos passar a ideia de que o Brasil é grande e forte, de que vamos ser sempre independentes. (*Palmas.*) Somos brasileiros acima de tudo. E ser brasileiro é não desistir nunca! Eu não desisto de ser brasileiro! (*Palmas.*)

Nós estamos com nossos PLs na Câmara, que também têm origem na luta do nosso amigo Paulo Paim. Há o PL nº 4.293, de 2008, que vai trazer os companheiros do funcionalismo público que foram assediados para perder seus empregos; também os companheiros da iniciativa da Petrobras, como eu, e a companheira que está aqui conosco e que é da Eletrobrás, a nossa amiga Noemi, que está ali atrás.

Oi, Noemi! Tivemos também esse convite árduo para irmos embora da nossa empresa.

Esses dois projetos estão encaminhados, e nós os estamos acompanhando, para que consigamos mostrar realmente para o Brasil que o assediado moral tem, sim, um caminho, tem, sim, uma oportunidade. E vamos lá!

Lembro que muitos trabalhadores, no pânico instaurado na década de 90, quando a demissão era certa, não tiveram atitudes para se defender do assédio moral. Uma parte resolveu ir para casa, e a outra ficou congelada, esperando o desemprego. No pânico, o assédio moral tem um domínio muito grande.

Nós, quando estamos sendo assediados moralmente, uma das bases sobre as quais o companheiro já falou... A Maria Cristina Peduzzi esclareceu aqui, na última audiência, que, quando você está de frente para uma demissão voluntária, o assédio vem. Não há jeito, você vai ser assediado e vai ficar como na história da música do Francis Hime: “Eu vou embora com aquela sensação de que já vou tarde”.

Gostaríamos, nesta oportunidade, de lembrar que a opinião pública e os movimentos sociais enxergam os PDVs como prática patronal mal-absorvida pela sociedade, porque, quando você entra por esse tubo, você fica abandonado lá fora. Todo mundo pergunta: “Por que você saiu nesse negócio aí? Por quê?” E, quando você começa a explicar, pior fica.

Então, os bons resultados da reintegração dos pedvistas pela Justiça do Trabalho se justificam hoje, pois perderam seus empregos sob assédio moral, com desacordos às leis trabalhistas. Há pressão psicológica patronal durante a adesão. Não houve acordos coletivos. A Justiça não reconheceu a saída incentivada como atos legais. Houve atos de transferências forçadas para locais distantes da residência. Houve falta de exames demissionais, e, quando estes existiram, faltou transparência nos resultados. Cadê o PPRA? Cadê o PCMSO? Cadê?

Houve descumprimento do contrato social por parte do Governo. Houve uma cartilha só para o companheiro acreditar, mas, depois que ele estava na rua, nada foi acordado. Não houve incentivos oferecidos, ou melhor, os incentivos oferecidos não foram acordados. E essa cartilha que foi registrada e criada pelo Ministério do Planejamento dizia que haveria linhas de créditos, treinamentos. Não aconteceu nada disso. O companheiro só viu a porta da rua e as dificuldades que foi enfrentando.

E, é claro, com 10, 15 ou 20 anos de empresa, como fica o estado emocional dessa pessoa? Como chega o assédio moral? Ele consegue provar para você que você poderia ser um grande empresário

com aquele dinheiro que você recebeu. A pessoa não estava em seu estado normal, é o que eu também repito hoje para os companheiros que falam: “Ah, mas você saiu voluntário.” Olha, sabe o que é estar num ambiente marginalizado? Um ambiente em que não existe a palavra QVT, que quer dizer qualidade de vida no trabalho. O trabalho é continuação da nossa casa; você vive mais dentro do trabalho do que dentro de casa, como já dizia a própria Maria Cristina Peduzzi. Ela disse nesta mesa que fica mais de 12 horas no seu ambiente de trabalho.

Então, se você está dentro do ambiente de trabalho e não está dentro do equilíbrio, dentro da postura que é a base da segurança no trabalho... Não é ficar sentado direitinho; é a postura mesmo, é você realizar suas atividades. Não são outras atividades, e também não ficar toda hora abaixando a cabeça, porque, se você é um profissional, se formou, a sua responsabilidade na empresa são suas atividades.

E, para não ser muito longo, porque eu acho que estamos aqui para trabalhar com o Plenário, dentro da minha emoção, eu pediria ao nosso Presidente de Mesa um minuto de silêncio para todos os assediados morais que perderam tudo, perderam até suas vidas.

(Faz-se um minuto de silêncio.) (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Sr. Valdemar Moreira da Silva Filho, que no encerramento da sua fala pediu um minuto de silêncio em protesto por todos aqueles que sofrem o assédio moral e sexual.

Eu vou ler rapidamente algumas das correspondências que recebi.

Só vou ler o primeiro nome, embora a pessoa tenha colocado até sobrenome e endereço. Mas, numa forma de não lhe trazer prejuízo, só vou ler o primeiro nome.

Maria do Carmo apresenta aqui seu relato sobre o assédio em escritório de representação do Brasil em território palestino. Está aqui o documento que ela deixa para que a Comissão analise.

Recebemos denúncia de assédio contra uma funcionária da Câmara de Vereadores do Rio Grande do Sul. A denúncia está identificada, mas a servidora pede para não ser divulgado o seu nome – o que está escrito aqui é o que vou ler – porque tem medo de morte.

O Sr. Davi – não vou ler o sobrenome – mandou este *e-mail* no qual relata assédio sofrido no Recife. É um documento longo no qual ele faz a denúncia detalhadamente dos assédios que sofreu, também servidor, lá no Recife.

Estes são alguns dos documentos que recebi.

Passo a palavra agora ao Sr. Vicente Almeida, Presidente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores

de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário – Sinpaf. (Palmas.)

Só dizer que já recebi neste momento – e vamos deixar aqui – uma outra denúncia réplica do processo Maria do Carmo.

Por favor, Sr. Vicente.

O SR. VICENTE ALMEIDA – Bom dia, companheiros e companheiras aqui presentes.

Senador Paulo Paim, gostaríamos de agradecer imensamente a oportunidade que esta Comissão tem dado aos trabalhadores de pesquisa e desenvolvimento agropecuário, especialmente os companheiros e companheiras que atuam na Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Aachamos que este é um momento importante, por estar acontecendo também num contexto histórico do País, quando os problemas que os trabalhadores têm levantado, nesses últimos anos, começam a cristalizar-se também na sociedade brasileira.

Em virtude do tempo, vamos fazer uma breve exposição de um vídeo institucional, promovido pelo Sinpaf, na realidade, das relações de trabalho dentro da Embrapa e também da Codesvasf. Mas aqui nós vamos passar apenas um trecho que trata de alguns problemas da Embrapa. Depois, eu vou fazer um breve relato, muito pontual, sobre os outros problemas que vimos enfrentando e que atestam claramente que o problema do assédio moral dentro da empresa, dentro da Embrapa, não é um assédio moral só de CPF; é também de CNPJ. É um assédio moral institucionalizado dentro da empresa. (Palmas.)

Então, vamos ao vídeo.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. VICENTE ALMEIDA – Esse é apenas um pequeno trecho do nosso vídeo chamado Vida não é Experimento, onde a gente tenta passar para a sociedade brasileira e para os trabalhadores algumas das realidades em que se encontram hoje os trabalhadores da Embrapa. São trabalhadores do campo que atuam no distrito de Urubu, uma área de experimento agrícola, onde ficam lá nessa situação que vocês viram.

Quando fomos divulgar esse vídeo, no dia 27 de abril, comemorando inclusive o Dia de Combate ao Acidente de Trabalho, recebemos, logo em seguida, uma notificação da presidência da Embrapa, dizendo que não deveríamos proceder à divulgação do vídeo porque poderia causar danos à imagem da empresa, e que, se assim nós procedêssemos, o presidente do sindicato, pessoalmente, poderia ser processado civil e criminalmente.

Essa aqui é a resposta que nós queremos dar para a empresa. (Palmas.)

Sou nordestino, sou cearense ... – desculpe. (Palmas.)

Tenho o exemplo da minha mãe, apesar de ela já ter falecido, e do meu pai, pela amizade e carinho que tinha por todos, e minha mãe, pelo exemplo de luta dela.

Sou trabalhador da Embrapa desde 2005. Sou pesquisador concursado. Os trabalhadores me colocaram como representante porque acharam que eu teria condições de melhorar a vida deles, e não vou me calar. Não vou me calar. (Palmas.)

Hoje, eu e a companheira Simone, que é presidente da seção sindical do Sinpaf de Manaus, fomos indiciados, Senador, por um delegado da Polícia Federal, por termos denunciado essa e outras situações. Fomos indiciados por denúncia caluniosa. E, hoje, nós temos que responder a uma ação, pelo Ministério Público Federal de Manaus. Inclusive, por esse Código, dá 2 a 8 anos de prisão – não sei –, que eu paguei com muito orgulho por estar defendendo a vida desses trabalhadores. Mas nós não vamos nos calar, porque, como dizem os companheiros que estão aqui, o tempo de senzala e casa grande já acabou faz muito tempo. E a minha geração como as outras gerações que lutaram e deram a sua vida por uma sociedade mais digna têm esse dever de lutar, de não se calar, de ir em frente. (Palmas.)

(*Manifestação da plateia: Valeu, Presidente!*)

O SR. VICENTE ALMEIDA – Quero agradecer a todos os companheiros que vieram de todos os Estados, a todos os companheiros que aqui estão na Mesa. Realmente, eu não esperava me emocionar assim. Sempre gosto de ser uma pessoa mais fria e tal, mas não consegui – desculpem-me.

A Embrapa comete hoje, Senador e companheiros, um assédio que é institucional e gravíssimo, porque representa dois parâmetros que, para nós, não combinam com a sociedade livre e democrática. Primeiro, no cerceamento da informação e da ciência que é produzida dentro da empresa. A sociedade brasileira não pode ter uma empresa pública como a Embrapa tendo seus pesquisadores sendo cerceados, sendo podados, sendo conduzidos a falar o que a direção da empresa ou os interesses políticos e econômicos determinam que falem. (Palmas.)

E um outro dano gravíssimo é tudo aquilo que os outros companheiros também falaram aqui, de degradação do ambiente de trabalho, de suicídio e de outras coisas nessa dimensão, também muito graves.

(*Soa a campanha.*)

O SR. VICENTE ALMEIDA – Hoje, nós temos na Embrapa – e agora eu vou passar a detalhar rapidamente – um sistema de avaliação subjetivo, maniqueísta, pouco transparente. Houve o cerceamento

da liberdade de expressão a partir da Circular nº 58, de outubro de 2010, proibindo os pesquisadores de se manifestarem livremente sobre temas como agrotóxicos – que hoje estão matando muita gente, causando doenças a muita gente –, Código Florestal e transgênicos. É uma circular oficial da Embrapa, desde 2010, uma norma de punição que até o ano passado datava de 1978 – 1978! –, e que foi reformulada no ano passado. E essa reformulação mais parece um guia de punição do que, efetivamente, a demonstração de uma relação republicana e de direitos, porque a Embrapa também não reconhece a Lei nº 9.784, que regulamenta o direito dos administrados, tanto da Administração direta quanto da indireta. Ela não reconhece isso.

Ela faz patrulhamento, como outros companheiros disseram aqui, nas redes sociais, e intimida e ameaça trabalhadores que façam qualquer comentário sobre a sua situação no Facebook ou em qualquer outra rede. Ela faz patrulhamento, como o SNI fazia naquela época, ou talvez até a Abin. Persegue os pesquisadores e sindicalistas que fazem as denúncias.

Tenho aqui no nosso plenário o companheiro Joelson, que denunciou assédio moral. Depois, o Ministério Público entrou com ação civil pública, ganhou em primeira instância, ganhou em segunda instância e a Embrapa, o que fez? Ameaçou o companheiro de demissão, porque ele denunciou o assédio moral. De demissão! Aqui, a companheira Débora, pesquisadora da mesma forma, porque defende uma atividade sustentável lá no Mato Grosso do Sul em relação às barragens. Também foi perseguida, e estamos na luta também defendendo a companheira.

A ouvidoria da Embrapa é uma ouvidoria indicada pelo Presidente, não tem autonomia. Não é ouvidoria, é mais uma “dedadora”, ou seja, vai denunciar quem está denunciando a empresa. O chefe da AJU (Assessoria Jurídica da Embrapa), que é hoje falado por todos os trabalhadores, um dos principais agentes de assédio, o Sr. Nilson, está lá também indicado pelo Presidente; não tem autonomia. Nós defendemos que a Advocacia-Geral da União possa exercer a sua função lá dentro com autonomia, porque ele faz parecer conforme os interesses da diretoria que está lá dentro.

O relatório de gestão de 2011, publicado no ano passado, e que este ano ainda não foi publicado, mostra que mais de 4 mil trabalhadores se ausentaram por problemas de saúde da Embrapa, e ela tem hoje nove mil e poucos.

As apurações das denúncias são parciais e pouco transparentes. No ano passado, o Presidente da Embrapa foi exonerado do cargo, por criar uma empresa, a Embrapa Internacional, nos Estados Unidos, juntamente com a assinatura da Srª Diretora Administrati-

va, Vania Castiglioni. Esse relatório ainda se encontra lacrado em um órgão desses de controle, e até hoje a sociedade não sabe o que aconteceu.

E a Embrapa hoje, Senador, tem o quarto maior repositório vegetal do mundo. Do mundo! É hoje a menina dos olhos das multinacionais, da Monsanto, da Bayer, da Syngenta, e esse patrimônio é do povo brasileiro! (*Palmas.*) E essas empresas estão querendo o quê? Por que esse relatório está até hoje escondido na Controladoria-Geral da União, e a sociedade brasileira não tem conhecimento desse relatório?

Na greve de 2012, à qual nós fomos solidários e participamos junto com os companheiros, a Embrapa não sentou para negociar. É uma ditadura, companheiro! Como você falou, é uma ditadura militar. Ela não negocia. Ela impôs; ela suspendeu o acordo coletivo de trabalho. Ela cortou o salário de trabalhadores, inclusive de dirigentes sindicais, que sequer tinham a obrigação de estar trabalhando. Ela cortou o salário, como cortou o salário da companheira Mirani; ela suspendeu o acordo e não anuiu com o julgamento do dissídio também; e usou os seus equipamentos eletrônicos de *e-mail* para atacar o sindicato, para atacar os trabalhadores.

Em 2012, houve o não fornecimento de *e-mail*. Ela mudou o endereço de *e-mail* dos trabalhadores e não forneceu para o sindicato. Nós não tínhamos qualquer comunicação de *e-mail* com os trabalhadores.

Isso é democracia? Isso é um governo democrático e popular? Essa é a sociedade que nós queremos? Não é. Desculpem-me. Desculpem-me.

A palavra da Embrapa para os trabalhadores é responder ao sindicato de forma dissimulada, ou indiferente, ou com ameaça, ou com desqualificação das denúncias que foram feitas. Essa é a palavra de ordem que existe lá dentro, com práticas antissindicalistas diversas.

Existe hoje, dentro da Embrapa, o aumento excessivo de cargos comissionados. Os cargos comissionados da Embrapa são de um chefe para cada nove trabalhadores dentro da Embrapa. E o menor valor dessas comissões...

(*Soa a campanha.*)

O SR. VICENTE ALMEIDA – ...é duas vezes o valor do menor salário do companheiro que hoje entra hoje na empresa. Claramente, é uma estratégia de tentar cooptar, de tentar não fazer o trabalho de que a sociedade realmente precisa, que não é... Há chefe que é chefe dele mesmo. Repito: há chefe que é chefe dele mesmo.

Concluindo, ela recolhe imposto sindical para outros sindicatos que não o sindicato que representa os trabalhadores. Ela retira irregularmente e oculta situação

de ambientes de trabalho – e nós estamos ganhando todas elas na Justiça – de insalubridade; faz o controle de ponto manual, não obedece ao REP, de forma diferenciada para quem é pesquisador e para quem é do campo. Casa grande e senzala lá, companheiros, nós conhecemos desde muitos anos.

Então, companheiros, sociedade que hoje está nos vendo, nós queremos cumprir o nosso papel institucional, queremos ser solidários e estender a mão aos companheiros do Itamaraty, da Polícia Federal e de todos que estão aqui. Contem com o Sinpaf, com o sindicato que está lutando não só para os trabalhadores da Embrapa e da Codevasf, mas para a sociedade, porque está na Constituição brasileira. Nenhuma democracia neste País se constitui sem um sindicato livre, autônomo e independente. É essa democracia que nós queremos construir juntamente com o povo que está na rua, para um novo País, para uma nova sociedade, para que todos nós possamos hoje ser, realmente, felizes e construir uma sociedade livre para todos.

Muito obrigado. Desculpem-me a minha falação. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Sr. Vicente Almeida, Presidente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e de Desenvolvimento Agropecuário, que faz aqui também uma série de denúncias, e nós, claro, no final, vamos receber todo o material e dar os devidos encaminhamentos.

Recebi aqui também outro *e-mail*: “Registro a importância de incluir o debate do assédio moral sofrido por docentes nas universidades federais”. Eu mesmo já havia recebido outro, aqui no meu celular, por mensagem, que eu tinha de incluir a situação dos professores, já que a questão da educação, segundo eles, é também delicada e merece uma atenção especial. Então, ao ler esse aqui, eu me dirijo a todos os professores que estão também pedindo uma atenção especial, inclusive, conforme o que recebi, sobre o não cumprimento sequer do piso nacional aprovado no Congresso e sancionado pelo Presidente. Os professores ganham no Supremo e até hoje, infelizmente, inúmeros Estados ainda não pagam sequer o piso salarial dos professores.

Terminamos a fala dos nossos convidados aqui na Mesa. Há aqui, no mínimo, seis pessoas que estão pedindo, como alguém que mandou um recado aqui: “Pelo amor de Deus, peça para o Senador para que eu tenha o direito a alguns minutos”.

O que nós poderemos fazer aqui, de forma muito tranquila, nesse...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Já são sete. O problema é que eu não posso dar a palavra para todo o Plenário. A praxe aqui, nas audiências que eu presido, pessoal, é que o Plenário escolha três ou quatro pessoas para falar pelo Plenário, senão todos, legitimamente, querem usar a palavra. Mas é bom lembrar que, quando montamos uma Mesa, os painelistas representam o Plenário. Não dá para montarmos uma Mesa assim. Se assim fosse, não precisaria mesa, ficariam todos no plenário e eu passaria a palavra a eles, um por um.

Então, como os painelistas representam o Plenário, eles terão de fazer as suas considerações finais, porque cada um disse aqui o que estava acontecendo. Um ouviu o outro, e ouvirão alguns do Plenário. Depois, terão o direito também de expressar as suas considerações finais.

São sete convidados. Eu vou fazer um apelo, porque, às vezes – e isso já aconteceu – combinamos o jogo, depois alguém tenta jogar o Plenário contra a mesa. Vocês sabem, quem é sindicalista sabe muito bem que isso acontece. Então, eu vou alertar antes. Eu não vou aceitar que ninguém, de forma esperta – aí perde a razão – não cumpra o combinado e tente dizer depois: “isso não é democrático”. Mais democrático do que temos sido, é impossível ser. Eu não indiquei ninguém, deixei livre a composição da mesa, e ela foi montada. Então, eu vou assegurar, não para três, mas para os sete, três minutos para cada um.

Eu aprendi na vida que se tem de ser direto nas suas colocações e na busca de soluções. Não é possível aqui cada um contar naturalmente tudo aquilo que gostaria.

Eu até entendo a sua indignação mediante uma situação como essa.

Está combinado o jogo? (Pausa.)

Três minutos e eu passo a palavra para os sete, e não para os três.. Cada um, de forma objetiva, deve dizer o que entenda que tem de dizer. Eu só peço que se mantenha o nível na forma como a mesa fez. A mesa foi firme, contundente, mas também não descambou para ataques fora do limite, eu diria, da razoabilidade. Aqui a mesa toda se portou, no meu entendimento, em alto nível, sem deixar de fazer as suas considerações.

Então, os primeiros três minutos para a Sr^a Advogada Lilian Beatriz Fidelis Maya.

Lembramos: temos de começar, desde a primeira pessoa, a respeitar o critério de três minutos (Pausa.)

A Sr. Lilian Betriz Fidelis Maya já esteve conosco por diversas vezes, tendo inclusive participado de audiência pública, sempre defendendo essa causa.

Quero fazer esse registro.

A SRª LILIAN BEATRIZ FIDELIS MAYA – Senador Paulo Paim, eu gostaria de cumprimentar todos os integrantes da mesa como também todos aqueles que estão aqui e que nos acompanham pela Internet e pela televisão.

Primeiramente, agradeço sempre a disposição do Senador em nos ajudar, em nos atender, em dialogar. Por diversas vezes, já tivemos audiências públicas e tentamos fazer comissões para acertarmos a situação – nós, o Sinditamaraty, o Sindnações. Tentamos ajustar, negociar diretamente com o Ministério das Relações Exteriores. Infelizmente, ainda não avançamos muito.

Agora, a situação mudou: temos a Aflex. Naquela oportunidade, tínhamos apenas a Operação Despertar. Agora, temos a Aflex, que representa as pessoas que estão lotadas, contratadas, nos postos no exterior. Esperamos que o Itamaraty, que o Ministério das Relações Exteriores nos abrace também como trabalhadores da Casa... (*Palmas.*)

...e que, juntos, com o Sinditamaraty, a Aflex, consigamos dialogar e chegar a um consenso para resolver a situação desses trabalhadores que estão no exterior e que são parte – não são servidores públicos, mas são contratados locais – da força de trabalho do Brasil no exterior.

Então, aproveito o meu tempo para fazer esse apelo ao diálogo do MRE conosco. Estamos prontos para dialogar e...

(*Soa a campanha.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Tem mais um minuto. Quero apenas dizer que, quando tocar a campanha, o orador tem mais um minuto.

A SRª LILIAN BEATRIZ FIDELIS MAYA – De qualquer forma, Senador, muito obrigada. Muito obrigado ao Itamaraty, até por estar aqui o Secretário Pucci. Acho que já recebemos cartas dele chamando para conversar.

Já nos colocamos à disposição, e ainda não fomos convidados. Estamos aqui à disposição. A Cláudia está aqui no Brasil para isso.

Muito obrigado, Senador, obrigado a todos (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Drª Lilian. Usou dois minutos e meio, por lhe interrompi duas vezes. Acho que deu o recado de forma direta e objetiva já apontando caminhos para nós resolvermos os impasses.

Meus cumprimentos.

Passamos a palavra, agora, ao Dr. Flávio Werneck, Sindicato dos Policiais Federais no DF. (*Pausa.*)

O Dr. Flávio teve que sair. Muito bem!

Passamos a palavra a Maria do Carmo Peixoto, servidora pública no exterior.

A SRª MARIA DO CARMO PEIXOTO – Em primeiro lugar, agradeço muito ao Senador essa oportunidade, porque, assim como nosso colega do Sinsep, eu já estive no seu gabinete algumas vezes, Excelência, para pedir socorro porque eu fui assediada moral e sexualmente em Hamalah, na Palestina, e não tive nenhum apoio a não ser sair de lá com a fama de louca.

Naquele dossiê que passei a V. Exª, coloquei os atestados de sanidade mental, antes de eu ir para lá e recentes, porque a Divisão de Pessoal tem me discriminado atualmente, negando-me condições de voltar a trabalhar no exterior.

Está aí o nosso Ministro, recém-promovido, por quem tenho todo o respeito, que é uma pessoa mui digna e me tratou muito bem todas as vezes que o procurei, mas, infelizmente, o nosso – vamos dizer assim – SGEx tem mania de perseguição contra a minha pessoa. Quero deixar isso muito claro. Ele estava em Hamalah quando eu fui devolvida para o Brasil como louca. Inclusive uma médica foi enviada para me apanhar lá. A médica até perguntou: “Você que é a louca? Você fez *tour* comigo em toda Jerusalém, como é que você pode estar louca?” Essa foi a expressão de uma médica.

Então quero passar a V. Exª todos meus documentos, inclusive, recente, do conluio formado entre diplomatas e o serviço médico da junta médica do Ministério do Trabalho. É um documento original. – eu fiz questão de trazê-lo, depois vou pedir à sua assessoria que o copie – de uma fraude que fizeram para induzir a minha aposentadoria por invalidez, como se eu estivesse completamente fora do meu normal. Eu continuo trabalhando.

Na minha tentativa de suicídio...

(*Soa a campanha.*)

A SRª MARIA DO CARMO PEIXOTO – Houve uma tentativa de suicídio devido às torturas psicológicas que eu enfrentei por parte do Primeiro-Secretário Administrador em Hamalah. Não tive nenhuma oportunidade de troca de posto, que é dada a qualquer servidor, que, mesmo que esteja bem, vai para outro posto. Foi simplesmente caçada a minha remoção que eu teria, por lei, de dez anos.

Quero mostrar aqui a réplica do documento na Justiça Federal, do relatório calunioso, injurioso, criminoso, do qual o SGEx, Embaixador Denis Souza Pinto, participou, porque ele foi quem deu toda força para esse falso diplomata.

Eu já trabalhei com muitos diplomatas, inclusive já relatei isso ao nosso amado – digo amado, porque ele é uma pessoa mui digna –, querido Ministro, que está aí presente. Vários Ministros, até embaixadores me têm o maior respeito, a maior confiança, mas

aquele odioso de Hamalah resolveu me colocar para Cristo, como louca, e essa situação continua. Eu continuo trabalhando e sendo tida por louca. Está aqui, vou passar-lhe o original, a réplica e o relatório calunioso, injurioso.

Quando do assédio sexual não me deram nem...

Eu sofri uma tentativa de estupro dentro do meu local de dormir, porque eu trabalhava até de madrugada dentro daquele escritório, e nunca foi levado em conta isso.

Agradeço a oportunidade de falar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Essa foi a Dr^a Maria do Carmo Peixoto, servidora pública no exterior, que – quero usar o termo para ajudá-la – de louca não tem nada, senão não teria feito uma defesa tão contundente agora no seu pronunciamento. (*Palmas.*)

Uma pessoa louca não teria a competência que a senhora está demonstrando aqui. Usou três minutos e um segundo e, praticamente, relatou toda sua situação.

(*Soa a campanha.*)

A SR^a MARIA DO CARMO PEIXOTO – Sou bacharel em Direito e, por isso, fui muitas vezes escarncida dentro do escritório, como se eu quisesse estar acima de tudo. Eu sempre fui uma pessoa extremamente humilde e trabalhei nas madrugadas, e isso nunca foi levado em conta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – E ainda faz uma série de denúncia graves, como essa de abuso sexual. Todos esses dados nós...

A SR^a MARIA DO CARMO PEIXOTO – (*Fora do microfone.*) ...e eu não tive o mínimo de ajuda. Pelo contrário, o relator aqui diz e prova que o Secretário Luiz Otávio Ortigão de Sampaio diz que eu fiz questão de abrir oportunidades...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Entendi. Eu já vi esse tipo de insinuação.

A SR^a MARIA DO CARMO PEIXOTO – ...tanto para os assédios sexuais dos dois taxistas como para a tentativa de estupro. Eu suportei tudo isso para permanecer no exterior, e ainda fui mandada como louca para Brasília.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – D. Débora.

A SR^a MARIA DO CARMO PEIXOTO – Desculpa por eu ter me excedido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não, ficou claro o seu ponto de vista e a gravidade da denúncia.

Passamos agora a palavra à servidora da Embrapa, Sr^a Débora Calheiras.

A SR^a DÉBORA CALHEIRAS – Bom dia a todos. Obrigada, Senador Paulo Paim, pela oportunidade de colocarmos a situação gravíssima que temos na Embrapa.

Obrigada, Senadora Ana Rita e, principalmente, ao Senador Eduardo Suplicy, que nos trouxe essa possibilidade de participar desta audiência pública.

Como o nosso companheiro Vicente Almeida, Presidente do nosso sindicato, Sinpaf, colocou, temos normas autoritárias. A Embrapa foi criada na época da ditadura e ainda mantém infelizmente essas práticas. E o assédio moral é institucional de toda a linha hierárquica da empresa, infelizmente, com omissão e conivência com a situação provocada pelas chefias.

A Ouvidoria é omissa e conivente; a Comissão de Ética da empresa é omissa e conivente. Eu sou uma cientista, bióloga, e trabalho com a questão ambiental. Eu falo que, dentro da Embrapa, a questão ambiental é....

Sofre perseguições quem realmente quer trabalhar, quem realmente quer colocar a ciência a serviço da sociedade.

Por que assuntos polêmicos são considerados, tais como transgênicos, como o Código Florestal e a questão dos agrotóxicos? Por quê? A quem interessa que os cientistas brasileiros fiquem calados, principalmente na Embrapa?

E as questões ambientais, no meu caso, as hidrelétricas, que foram motivo de audiência pública na Câmara dos Deputados? As hidrelétricas, as PCHs que estão na Bacia do Alto Paraguai, colocando em risco a conservação do patrimônio nacional, que é o Pantanal mato-grossense. Esse foi um dos motivos – porque eu sofro assédio há vários anos – mais graves do questionamento do meu trabalho científico.

Então, quando temos assédio moral, como vimos no filme, desde o assistente, que trabalha no campo, o experimental, até uma cientista ou cientistas, isso é muito grave. A ciência tem de estar a serviço da sociedade e não ficar calada. Infelizmente, é o que acontece. E quem se levanta contra essa indignidade profissional e pessoal – pois é isso que é o assédio moral: provocar a perda da dignidade pessoal e profissional, como a colega falou – é considerada como louca e irresponsável.

Na verdade, é o contrário. Eu estou fazendo o meu trabalho, que é corroborado pelos cientistas da minha área, mas eu sou considerada insubordinada ideológica pela instituição, corroborada, Senador, pela Justiça do Trabalho deste País, pelo Ministério Público do Trabalho do Mato Grosso do Sul, pela Justiça do Trabalho do Mato Grosso do Sul; o INSS não admite o assédio moral como fator causal de doenças do

trabalho, como a depressão. Isso é gravíssimo, pois estamos, como os outros colegas falaram, sem base legal. O Ministério Público do Trabalho, mesmo com programa de assédio moral, no Mato Grosso do Sul, corroborou a tese de que eu sou insubordinada ideológica. Agora, eu sou insubordinada em relação – aqui eu falo claramente – à falta de ética profissional e à falta de ética pessoal.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Essa foi a Sr^a Débora Calheiras, servidora da Embrapa.

Agora, eu passo a palavra ao Sr. Flávio Werneck, do Sindicato dos Policiais Federais. (*Pausa.*)

O SR. JONES BORGES LEAL – Ele não chegou.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pois é, mas ele não está. Eu havia dito aqui que já o havia chamado. A assessoria me lembrou que eu não o havia chamado; mas ele não está, não é isso? Eu o havia chamado, mas ele não se encontra.

Passamos a palavra à Sr^a Elaine Piva, servidora do INSS/MPS.

A SR^a ELAINE PIVA – Obrigada pela oportunidade. Eu vou ser rápida.

Acho que a maior dificuldade que as pessoas que estão sendo assediadas passam é a dificuldade de se fazer ouvir. Eu acho que o local onde você trabalha é o primeiro lugar onde você deveria buscar ajuda. E você pode implorar, você pode fazê-lo desesperadamente, mas você consegue ser ouvida em qualquer lugar menos na instituição em que você trabalha.

Então, quer dizer, você pode colocar o que você passou, você pode ter provas de tudo, mas, no final – foi o que aconteceu comigo – eu consegui ser ouvida em outro local. Fui à Ouvidoria do servidor, fui à Justiça Federal, está tudo em andamento ainda, mas, no local em que trabalho, eu tentei conversar acerca da pessoa que me assediou, que está lá, com *e-mails*, com provas, até o Ministro da Previdência Social, passando por todos os lugares, e eu não consegui falar com ninguém.

Quer dizer, é diálogo zero, e eu acho que esse é o pior. Eu sinto que as pessoas entendem que ouvir a pessoa que está sendo assediada é o mesmo que concordar em que a pessoa está sendo assediada. Essa é a maior dificuldade que eu tenho enfrentado. De tudo, quer dizer, consegue-se provar tudo, agora, conseguir ser ouvida é zero.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esta é Elaine Piva, servidora do INSS, MPS, que questiona que as pessoas que sofrem assédio não são sequer ouvidas, não é?

A SR^a ELAINE PIVA – Exatamente, zero.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É grave, é grave.

Tinha que ter Ouvidoria, no mínimo, em cada departamento, para que as questões fossem levadas e não chegassem a uma situação que chegou.

A SR^a ELAINE PIVA – Eu tentei, porque eu tenho dez *e-mails* para tentar conversar com todas as pessoas de lá.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – E nem a escutaram.

A SR^a ELAINE PIVA – Lá dentro, ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Gravíssimo.

Passamos a palavra neste momento ao Sr. Rubens da Araújo, Presidente da Poli Senado Federal, Associação dos Policiais Legislativos do Senado Federal.

O SR. RUBENS DE ARAÚJO – Srs. Membros da Mesa, Sr. Presidente, eu queria falar para os amigos que estão aqui que não é privilégio de vocês o assédio. Aqui dentro do Senado, Casa revisora e feitora das leis, acontece assédio moral, infelizmente.

Aposentei agora, no dia 27 de março, após 42 anos de serviço. Fui terrivelmente assediado moralmente aqui, dentro do Senado. Busquei ajuda junto ao 1º Secretário, junto a todos os segmentos da administração do Senado, mas, infelizmente, como a colega falou, encontrei tampão no ouvido da administração.

A Lei nº 8.112 diz que é dever do servidor levar ao conhecimento da autoridade competente as irregularidades de que o servidor tiver ciência. Eu caí na esparrela de fazer isso e fui marginalizado aqui dentro. Eu cheguei ao ponto de ser proibido de me aproximar do Senado, 500 metros; fui submetido à inspeção médica três vezes no mesmo ano e sob forte escolta armada, de ponto 40 e Taser, tive meu ponto falsificado pelo Diretor da Polícia do Senado, Rauf de Andrade Mendonça e Pedro Ricardo.

Levei ao conhecimento da Administração Pública e ninguém tomou providência. Eu cheguei ao ponto de buscar os remédios jurídicos, colocando as vísceras do Senado junto ao Judiciário. Eu fui obrigado a processar o 1º Secretário por omissão, por prevaricação. Ninguém tomou providência.

O assédio moral tem três resultantes: ou servidor suicida, ou ele pede demissão, ou ele abate o assediador. E eles são bandidos. Quem faz isso é bandido muito corajoso porque homem tem limite. Tudo na vida queima e tudo depende do ponto de ignição.

Eu fui obrigado a pedir minha aposentadoria e coloquei que o fiz em face da omissão da Administração do Senado, em face de não tomarem as devidas providências do assédio moral.

A nossa Polícia é a única Polícia do mundo que não tem formação.

Eu, como Presidente da Associação, levei ao conhecimento. Nós temos...

(Soa a campanha.)

O SR. RUBENS DE ARAÚJO – ...a Constituição, o art. 5º, inciso XIII, diz que todo trabalho, ofício ou profissão é lícito desde que obedecida a devida formação que a lei estabelece. E isso acontece dentro do Senado, e nós não temos essa formação. O mal do protegido é o protetor.

Eu fui fuzileiro naval durante cinco anos, fui do Corpo de Bombeiros, era mergulhador, antes de vir para cá, e cheguei dentro dessa Casa vislumbrando que a Casa feitora das leis deveria cumprir as leis. Eu me decepcionei.

Então, gostaria de deixar registrado, Sr. Presidente, inclusive eu cheguei ao ponto de levar ao conhecimento do Senador Paulo Paim, que é um dos ferrenhos defensores da causa social aqui dentro do Senado, e até hoje ainda não recebi resposta ainda.

Então, isso acontece muito aqui dentro do Senado, de preferência, por colegas que assumem atribuições de direção sem a devida formação, porque a Casa é política, e essa política, às vezes, atrapalha quando é direcionada de forma errada e por pessoas incompetentes para assumir a função. Eu acredito que quem faz assédio moral em cima de um colega de trabalho é bandido, não deveria ter o nome de servidor público. Deveria ser demitido em nome da boa administração.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Isso foi o Rubens Araújo, Presidente da Apolesf, a Associação dos Policiais Legislativos do Senado Federal. De fato, o Rubens me procurou e nós demos todo o encaminhamento, ele sabe disso. Todos os documentos que ele me encaminhou foram encaminhados à direção da Casa para que se tomassem as providências. Em nenhum momento, ficou parado na Comissão, e ele sabe disso. Inclusive, conversei com ele, dialoguei com ele, inúmeras vezes, e nós tomamos as providências naquilo que competia a essa Comissão.

Aí, claro, a contundência da crítica que ele faz é quanto à indecisão da Casa de não tomar posição quanto às suas denúncias.

Passamos a palavra nesse momento...

É que, se eu der o ponto e contraponto. ...

O SR. RUBENS DE ARAÚJO – É importante o que eu queria deixar registrado, Presidente. O senhor, como Senador da República, a nossa legislação, a Lei nº 8.112 e a Lei nº 9.634, ela não cristaliza essa penalidade ou essa proibição na Administração Pública de

assédio moral. O assédio moral está na Administração Pública assim como o *bullying* está para os estudantes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

O SR. RUBENS DE ARAÚJO – Então, seria importante que o senhor aproveitasse...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Isso, isso tudo é o que nós estamos fazendo aqui hoje, é questionando o assédio moral. Eu te recebi inúmeras vezes, mais de dez vezes. Tomara que alguns dos assediados tivessem sido recebidos tantas vezes quanto eu te recebi.

O SR. RUBENS DE ARAÚJO – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não só no meu Gabinete, como aqui na Comissão, quase que diariamente, porque eu vejo que é o maior questionamento aqui. E eu tomei os procedimentos naquilo que me cabia. Também não tenho o poder da caneta. Muitas vezes as pessoas me dizem: “Por que você não garante o aumento real para os aposentados?” Eu digo: “Está do outro lado da rua o poder de garantir o aumento real, mas faço o bom combate aqui dentro, como também essa luta do fim do fator”, como foi também o teu caso. O que competia a essa Comissão a Comissão fez. Agora, lá em cima, temos que questionar, naturalmente. A correspondência que você encaminhou foi encaminhada, e lá é que não responderam.

Agora, vamos a Maria Isabel, Doutora em Genética, Professora da Universidade Federal do Amazonas.

A SRª MARIA ISABEL – Primeiro, eu gostaria de agradecer. Somente uma pessoa muito interessada nos direitos humanos poderia presidir uma Comissão com este assunto. Eu venho trazer o meu relato, o meu depoimento como assediada. Eu sou professora universitária, eu me identifiquei muito com a voz dos meus colegas, primeiro, com relação à colega que falou que foi chamada de louca. Eu também fui chamada de louca no meu ambiente de trabalho, e, por maior dos absurdos do mundo, por uma junta médica. Ela me mandou fazer avaliação de alienação mental, porque o meu médico cometeu o crime de dizer, informar àquela junta médica que eu estava sendo submetida a um ambiente que não era adequado, pedindo a minha mudança de lotação. Por causa disso, a junta médica me mandou fazer uma alienação mental. Quer dizer, o médico pede uma remoção e eles perguntam: “Está louca?”

Só que essa loucura não ficou só ali não. Eu tenho mais de mil pessoas que me chamaram de louca, de vagabunda, de vadia, de prostituta. Não sou isso, não! Meus pais me deram educação e estudei, ralei 11 anos para ser doutora. As pessoas que me chamaram

de louca são doutores, são pessoas, como vimos na reportagem, que pensamos que vão nos tratar com respeito, com dignidade. Não! Essas pessoas são as assediadoras.

Vi o Ministro Adriano falar que a autoridade máxima não é louca de não apurar. Eles não apuram! Eles fecham os ouvidos, não querem nos ver; quando nos encontram nos corredores: “Bom dia, com licença, tenho mais o que fazer”. É assim que somos recebidos.

A administração, quando recebe as nossas denúncias, não apura. A minha está há três anos. Sabe o que fizeram com a pessoa que iniciou o assédio – porque, no meu caso, é horizontal e vertical? Nada! Aposentaram a pessoa que me assediou, com 24% de aumento na aposentadoria, e, também, com o agradecimento de bons trabalhos prestados. Quero saber se o que ele fez comigo é bom trabalho, se o serviço público reconhece isso.

Fiz uma segunda denúncia, a procuradoria disse que são questões insignificantes. Quero saber dos procuradores, da Advocacia-Geral da União, se a minha saúde é insignificante. Eu adoeci, nunca imaginei passar por isso. Eu, como geneticista,...

(Soa a campanha.)

A SRª MARIA ISABEL – ...não admito que digam que a culpa é minha. O Siais é o segundo que deveria ver o nosso lado, entender o ambiente de trabalho. Ele não reconhece o nexos causal, não reconhece o acidente de trabalho. O Judiciário ainda nos ouve, mas, pelo fato de ser muito lento, as coisas continuam. Não há, na grade curricular dos nossos médicos, o tema de assédio moral; não sabem fazer o nexos causal entre o assédio moral e a doença – a depressão –, como disse nosso colega, que não é reconhecida como doença do trabalho, mas não foi da genética dos meus pais que adquiri a depressão que tenho hoje. As pessoas dizem: “Não são loucas”, mas sermos obrigados a tomar tarja preta é vergonhoso; é vergonhoso entrarmos no nosso trabalho e nos sentirmos mal, tendo doutores nos chamando de loucos.

Reclamamos todas as angústias, mas ninguém nos ouve.

Senador, muito obrigada, muito obrigada.

Trouxe, aqui, muito bem documentado, tenho provas, tenho gravações, tenho muita coisa, mas não encontra, lá fora, quem possa nos escutar.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Drª Maria Isabel, Doutora em Genética, professora na Universidade Federal do Amazonas.

Agora, embora tenha recebido quase que outra lista, vamos combinar o acertado: eram sete pessoas,

chamamos as sete pessoas; agora a palavra volta para a mesa, para as suas considerações finais.

Vamos inverter agora. Começamos daqui para lá, vamos começar do último para o primeiro.

Sr. Vicente Almeida, Presidente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores de pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário; em seguida, o Valdemar, a Leilane, o Alexey, a Cláudia, o Jones, e, por fim, o Adriano.

Por favor, Vicente. Também vou fazer um apelo a cada um que fique também, agora, nas considerações finais, nos três minutos, com o limite máximo de mais um.

O SR. VICENTE ALMEIDA – Senador, novamente em nome dos trabalhadores de pesquisa e desenvolvimento agropecuário deste País, quero agradecer imensamente a oportunidade que nos foi dada. Esse tema do assédio moral é um tema muito caro para os trabalhadores; caro no sentido de que não podemos banalizar, porque não podemos tratar isso como tema que sirva, de alguma forma, como chantagem – seja horizontal, seja vertical, seja do que for –, mas também não podemos colocar para debaixo do tapete. É nossa responsabilidade, como tema importante que é e pelo efeito que causa na saúde do trabalhador, da sua família, da sociedade, da produtividade que ele desenvolve na sua empresa e do que ela representa para a sociedade brasileira. Isso nos impõe a necessidade de cada vez mais nos qualificarmos.

Por isso, o nosso Sindicato criou, há três anos, há quase três anos, a nossa Diretoria de Saúde do Trabalhador e Meio Ambiente.

Nós temos feito parcerias com universidades, com grupos de pesquisa, como a Fundação Oswaldo Cruz, a Universidade de Brasília. Nós temos feito estudos internos e um trabalho de grande divulgação de combate ao assédio moral, porque achamos que isso é inaceitável e que isso não pode mais conviver com a sociedade democrática e moderna que a gente precisa e necessita.

Então, quero deixar aqui o Sinpaf e os trabalhadores da Embrapa à disposição de V. Exª, Senador Paim, e de todos os Senadores que compõem esta importante Comissão e também de todos os outros companheiros que estão aqui representando suas categorias. Assim poderemos, neste momento, intensificar a nossa articulação, a nossa luta, unindo-nos, fortalecendo a nossa pauta, para que efetivamente se possa tipificar o assédio moral como crime, trazendo para essa multidão de trabalhadores, servidores públicos, tanto os que moram aqui quanto os que moram no exterior, mais dignidade para suas vidas, porque eles merecem e porque nós merecemos uma sociedade mais democrática e mais feliz.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Muito bem, Sr. Vicente Almeida, Presidente do Sinpaf.

Passamos a palavra agora ao Sr. Valdemar Moreira da Silva Filho, Engenheiro de Segurança do Trabalho, Diretor-Geral da Associação Nacional de Petroleiros Pedevistas.

O SR. VALDEMAR MOREIRA DA SILVA FILHO

– Obrigado pela presença de todos, pela oportunidade do nosso amigo Paulo Paim, se ele me permite chamá-lo assim...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com muita satisfação.

O SR. VALDEMAR MOREIRA DA SILVA FILHO

– Então, eu gostaria de abrir aspas, porque me sinto numa responsabilidade muito grande. Sou ex-funcionário da Petrobras, mas convivo com a Petrobras até hoje e passo por todas as situações que os nossos sindicatos passam, junto com nossos companheiros novos, que estão na ativa e que sonharam também ser petroleiros.

Hoje a Petrobras está passando muita dificuldade acerca do assédio moral. Existe uma ação cível pública, que foi instaurada, sobre assédio moral, na Bahia, que não anda – não anda. E, na Refinaria Duque de Caxias, onde trabalhei, foi também instaurada uma ação cível pública da lista negra – lista negra –, separando-se empregados na mão de gerentes. Você entra e você também não entra, coisas que eu não gosto nem de abrir muito, porque nós entendemos que a Petrobras é o sonho brasileiro, E a nossa luta do nosso equilíbrio econômico, o pré-sal, foi passada para todos. Duvido que alguém não entenda de pré-sal aqui. E estamos nessa luta.

Como a gente vai conseguir chegar a esse equilíbrio brasileiro, se está montando uma torre de Babel, onde as palavras não estão mais chegando ao ouvido das pessoas, onde o desentendimento e o assédio moral estão tomando a forma disso tudo. Como vai ser companheiro?

Então, esse é o recado do Valdemar, diferente desse outro Valdemar que vocês conheceram. Sou petroleiro, não sei fazer mais nada do que conhecer bem a Petrobras. Tive amigos que morreram também em acidentes. Também são assuntos grandes, que também... Eu posso até... Não quero lembrar muito – desculpe-me, deu-me um *break* aqui na cabeça.

Mas quero dizer a todos: obrigado por esta oportunidade. Obrigado ao nosso amigo Paulo Paim.

Eu estou aqui numa situação... Sei que é muita responsabilidade falar da Petrobras, mas sou petroleiro e me sinto responsável em defender a Petrobras, também como brasileiro.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Engenheiro Valdemar Moreira da Silva, que falou em nome dos petroleiros pedevistas.

Passamos a palavra, agora, à Sr^a Leilane Ribeiro de Oliveira, do Sindicato Nacional dos Servidores do Plano Especial de Cargos da Polícia Federal.

A SR^a LEILANE RIBEIRO DE OLIVEIRA – Senador, levando em consideração o que a senhora Elaine Piva falou a respeito de onde procurar ajuda, na Polícia Federal nós temos o mesmo problema, principalmente pela falta de efetivo. Nós temos poucos assistentes sociais, poucos psicólogos, e estes não têm uma política de prevenção dentro da instituição pela falta de efetivo.

Nós temos como exemplo a Polícia Federal argentina, em que o superior hierárquico é responsabilizado se o servidor da Polícia Federal argentina vier a ter algum problema psicológico. Caso o servidor hierárquico não tenha detectado que aquele servidor teve algum problema psicológico ou algum problema relativo a transtornos psiquiátricos, o superior hierárquico é responsabilizado – se ele não tiver informado para a administração da Polícia Federal argentina.

Isso é um bom exemplo para levarmos em consideração e aplicar nos órgãos que temos aqui no Brasil, porque o superior hierárquico tem que observar o servidor que está ali sob seu comando, que está ali sob a sua responsabilidade. Então, ele deveria ser responsável também pela saúde do seu servidor e não ser o responsável pelo dano que está sendo causado nele.

Uma coisa que também a gente faz em nível de sindicato é ouvir, porque às vezes o servidor nos procura só por isto: só para ser ouvido. E eu digo muito isso no sindicato, principalmente no caso do aposentado, que só quer ser ouvido. Ele não precisa de outra coisa, só quer ser ouvido. Basta ouvi-lo. É só isso que ele procura.

O assédio moral e a própria discriminação não têm sexo. A vítima pode ser mulher ou homem, mas, levando em consideração as mulheres que se manifestaram aqui, principalmente com relação ao assédio sexual, toda mulher que sofre o assédio sexual é considerada louca. Ela vai sempre ser louca, principalmente a partir do momento em que ela diz não para o seu assediador. Então, isso é uma coisa que as mulheres precisavam denunciar desde já, seja ela considerada louca...

(*Soa a campanha.*)

A SR^a LEILANE RIBEIRO DE OLIVEIRA – ...ou não, porque ela vai sempre ser considerada louca. E deve ser por isso que a gente tem fama de gritar; deve ser porque a nossa voz nunca é ouvida.

Então, vamos gritar mais para que a nossa voz seja ouvida e, quando a gente não conseguir gritar,

vamos falar com essa voz trêmula com que a Cláudia conseguiu falar e a Maria Isabel também. Quando a gente não conseguir gritar, vamos falar a voz trêmula, porque só assim nós vamos conseguir ser ouvidas.

Não é fácil uma mulher lá do Acre assumir um sindicato na Polícia Federal e ser ouvida, mas é na base do grito e da voz trêmula que a gente chega lá.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Muito bem. Essa foi a Sr^a Leilane Ribeiro de Oliveira, Presidente do Sindicato Nacional dos Servidores do Plano Especial de Cargos da Polícia Federal. Meus cumprimentos pela sua fala.

Agora, neste momento, o Sr. Alexey Van Der Broocke, Presidente do Sindicato Nacional dos Servidores do Ministério das Relações Exteriores (Sinditamaraty).

O SR. ALEXEY VAN DER BROOCKE – Senador, obrigado uma vez mais.

Eu só chamo a atenção para que não percamos o foco. Eu acho que, até pela força que incomoda o nosso sentimento com relação a essa questão, isso nos faz olhar mais para os efeitos do que para a causa.

Eu acho que sim, que nós temos que nos unir, que nós temos que qualificar os nossos esforços no sentido de estabelecermos esse regramento. E que ele seja o mais amplo possível.

Nós temos – já conversamos com a OAB – o Conselho Regional nº 1 de Psicologia, que se propõe a nos ajudar nesse sentido. Então, o que é que vai acontecer? Existindo o regramento, as coisas vão ficar – não digo que resolverão o problema em definitivo – mais fáceis de serem tipificadas, de serem discutidas, de serem analisadas, de serem processadas. Enfim, de chegarem a um ponto que poderia ser o mais adequado do nosso ponto de vista. Eu chamo a atenção para isso.

Estamos à disposição de todos aqueles que queiram se unir nesse sentido. Está certo? Então, eu agradeço a presença de vocês e agradeço mais uma vez ao Senador Paulo Paim. Vamos ampliar esse leque porque a luta é nossa, tão somente nossa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Muito bem, Sr. Alexey Van Der Broocke, Presidente do SindItamaraty.

Passamos a palavra agora à Sr^a Cláudia Regina Siano Rajewski, Presidente do Aflex.

A SR^a CLÁUDIA REGINA SIANO RAJECKI – Agora um pouco menos emocionada, mas gostaria de agradecer a oportunidade de ser porta-voz dos meus colegas que estão no exterior aqui nesta Comissão.

Eu saí dos Estados Unidos especialmente para estar aqui presente por entender a importância dessa reunião e desse debate e por trazer importantes ques-

tões e problemas que devem ser públicos para a gente poder encontrar soluções para eles.

Eu agradeço imensamente a presença do Ministro Adriano Silva Pucci e entendo ser um sinal extremamente positivo vê-lo aqui e, conforme ele mesmo falou, o Itamaraty está empenhado em coibir e sancionar condutas antiéticas dentro da instituição.

Eu gostaria de pedir a ele, se possível, que durante as considerações finais, informasse qual seria o canal para receber denúncias de assédio moral dos contratados locais no exterior.

Agradeço a presença de todos para a próxima pessoa. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Muito bem, Sr^a Cláudia Regina Siano Rajewski que se deslocou do exterior até aqui para participar da nossa audiência. Ao mesmo tempo, quero cumprimentar os brasileiros no exterior na figura de V. Ex^a porque os brasileiros no exterior estão fazendo os seus protestos, mas todos sem nenhum tipo de vandalismo e de quebra-quebra.

Então, brasileiros no exterior que provavelmente assistirão ao vídeo desta audiência pública recebam aqui o nosso carinho e a nossa salva de palmas. A vocês que estão no exterior defendendo os interesses do Brasil. (*Palmas.*)

Passamos a palavra agora ao Sr. Jones Borges Leal, Presidente da Federação Nacional dos Policiais Federais.

O SR. JONES BORGES LEAL – Com muita tristeza percebemos aqui hoje a ausência de um representante do Departamento de Polícia Federal. Sempre que o tema envolve uma polêmica o Departamento foge desse confronto ou dessa possibilidade de discussão e de chegarmos a um acordo e, mais uma vez, o Departamento de Polícia Federal não se fez representar aqui nesta mesa apesar de ter sido convidado pelo Presidente, o Senador Paulo Paim.

Senador, lembro outro caso em relação a um colega sindicalizado, que, como qualquer um do povo, fez uma denúncia de assédio moral a um Senador. Só que esse Senador tem como assessor um delegado de polícia, e eu duvido, ou seja, não creio que o Senador tenha recebido essa denúncia. Nesse instante, o delegado que assessora esse Senador respondeu ao Departamento de Polícia Federal...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Qual é o Estado?

O SR. JONES BORGES IDEAL – Do Senador?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É.

O SR. JONES BORGES IDEAL – Pernambuco.

Na verdade, o que ocorreu: o delegado encaminhou à Corregedoria do Departamento de Polícia Federal um documento em que solicitava que o Departamento instaurasse procedimento disciplinar contra o colega que fez a denúncia sobre o assédio moral com que vinha sendo atingido. Isso é um absurdo.

Não creio que o Senador tenha conhecimento do fato. Eu acho que houve um filtro. Da mesma forma que os colegas da Embrapa, estamos fazendo pesquisa junto à UnB. A UnB já mostrou que o assédio moral no Departamento é elevadíssimo. Nós chegamos ao cúmulo do sindicato contratar dois psicólogos para dar suporte aos colegas que estão sendo assediados no Departamento de Polícia Federal.

Por fim, Senador, agradeço esse espaço, espaço de extrema relevância. Em outros momentos, gostaríamos de estar aqui presente novamente. Não podemos deixar que esse fato termine neste momento, com esta audiência pública. Devemos dar continuidade, devemos procurar nos reunir novamente porque, se ficarmos aqui sem buscar um instrumento que balize, que puna o assediador, não vai dar em nada.

Por isso, Sr. Presidente, quero solicitar que o senhor nos ajude e que busque esse instrumento de punição para aquele que assedia.

Muito obrigado mais uma vez, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/TP – RS) – Muito bem Sr. Jones Borges Leal, da Federação Nacional dos Policiais Federais. Posso dizer, de fato, Jones, você tem razão: de todos os convidados, somente não se fez presente um representante da Diretoria-Geral do Departamento da Polícia Federal. Foi o único que não confirmou, todos os outros convidados...

A Embrapa também justificou, mas também não mandou representante. A Embrapa, acho que li aqui uma justificativa daquelas formais: “por motivo de força maior, não posso estar presente”. É o mesmo caso praticamente da Polícia Federal.

Você tem razão! Tanto a Embrapa como também a Polícia Federal não mandaram representante.

Eu passo a palavra agora ao Sr

Adriano Silva Pucci, Ministro membro e titular da Comissão de Ética do Ministério das Relações Exteriores que aqui representam o Ministro Antonio Patriota.

O SR. ADRIANO SILVA PUCCI – Muito obrigado, Excelência, mais uma vez quero cumprimentá-lo por nos receber na sua Casa. Eu gostaria também de manifestar o meu contentamento com esta reunião, que está em sintonia com as ruas, que nos pedem respostas. Agradecer a V. Ex^a pela oportunidade de propiciar esses esclarecimentos.

Fico contente, também, por saber que existe um denominador comum entre todos os integrantes da

mesa de que o assédio moral é problema sério, é um problema de saúde no trabalho, é também um problema moral que afeta a produtividade do Estado, que desagrega as instituições e que, em última análise, fere o direito de todo o cidadão à dignidade.

Com relação à intervenção da Sr^a Maria do Carmo Peixoto, do Itamaraty, eu gostaria de ressaltar que eu mesmo atendi a duas demandas dela formuladas pela Lei de Acesso à Informação. Ela pediu acesso a documentos sigilosos, que agora integram a sua própria defesa, e a sua concessão foi publicada em boletim interno do Itamaraty.

Então, em estrito cumprimento à Lei de Acesso à Informação, ela tem recebido informações que dizem respeito a sua pessoa, inclusive informações sigilosas.

Com relação ao seu deslocamento para o exterior, é importante ressaltar que as missões de servidores do Itamaraty ao exterior não constituem um direito pessoal, mas elas respondem a uma necessidade de reforçar o trabalho em determinados postos e ficam sujeitas às disponibilidades orçamentárias e financeiras do Itamaraty, que não são fartas.

É necessário também desmistificar um pouco a questão da junta médica oficial. A junta médica oficial é uma garantia que o Governo Federal dá ao servidor de provar que ele tem a sua sanidade. Ele é examinado por perito, profissionais de saúde, não pelo gestor de recursos humanos. E eles, no caso da D. Maria do Carmo, confirmaram a sua sanidade, o que é uma prova por si só.

Com relação à Aflex, eu agradeço mais esse diálogo. Ressalto que já existe um diálogo. Eles foram recebidos pelo Embaixador Reinaldo Storani, desde agosto de 2011, ainda na época da Operação Despertar. Também, para não dizer que concordamos em absolutamente tudo, eu gostaria de fazer uma ressalva. Os auxiliares locais e no exterior não estão submetidos a limbo jurídico. Eles estão submetidos à lei brasileira. O Decreto nº 1570/95 determina que as relações trabalhistas e previdenciárias dos contratados locais no exterior serão regidas pela legislação do país onde eles desempenham suas funções. Isso obedece, aliás, a um princípio internacional do Direito do Trabalho, ou seja, que as relações trabalhistas são regidas pelo local do desempenho de suas funções.

Para constituí-los como carreira, seria necessário um projeto de lei, uma legislação que criasse um concurso público, como ocorre nas demais carreiras do serviço exterior. Isso entraria, em certa medida, em contradição com a ideia de que o auxiliar local é recrutado no exterior porque ele conhece o exterior, fala aquele idioma, conhece a cultura, conhece a eco-

nomia, e é por isso que lá ele é contratado, é por isso que tem um contrato de trabalho lá.

O Itamaraty não invoca a imunidade da embaixada, do consulado em qualquer demanda trabalhista. Uma vez demandada, a embaixada, que é o empregador, contrata um advogado, defende-se, e, quando não tem razão, paga as indenizações trabalhistas. É o que tem sido feito. Aliás, tem custado bastante caro para o Itamaraty honrar todos seus passivos trabalhistas e previdenciários.

Finalmente, com relação ao sindicato, mais uma vez gostaria de expressar minha alegria em tê-los como aliados, alegria que também é do Ministro de Estado. Contamos com a solidariedade deles na persecução do problema do assédio moral, falamos da isenção com foi tratado o tema pelo Presidente do Sinditamaraty, ao reconhecer que não é uma questão diplomatas *versus* demais servidores. Nós temos aqui uma Ministra de Segunda Classe, que é dirigente sindical, do Itamaraty e que sabe da existência, também, de conflitos de trabalho entre diplomatas. Nós temos inclusive casos, processos abertos, concluídos nesse sentido.

Com relação ao Código de Ética, eu gostaria de relembrar que ele também é um instrumento de garantia ou de salvaguarda das chefias. Ele o é das vítimas e o é das chefias, porque, se um agente público sofre uma denúncia gratuita por ter cobrado o cumprimento da lei por parte de seu subordinado, ele, em última análise, se for assediado, acabará se recusando a assumir um cargo que, muitas vezes, envolve decisões difíceis e, por vezes, antipáticas.

Lembro que a rede de ética do Governo Federal existe desde 2007 – é recente –, ou seja, há pouco mais de cinco anos. Acerca da expectativa que as pessoas têm em relação a obter informações sobre o andamento dos processos de ética, digo que elas encontram algumas restrições que são previstas em lei e que visam a garantir a dignidade da pessoa denunciada e, muitas vezes, a identidade do próprio denunciante. A todos é garantida a ampla defesa. Sem prejuízo disso, eu gostaria de lembrar que os servidores que foram denunciados em Sidney, os dois diplomatas, não só foram transferidos para Brasília como também se encontram, preventivamente, afastados de suas funções para não influenciarem o processo de investigação que se encontra em curso na Austrália.

Gostaria de encerrar, dizendo que o aumento dos casos, a repercussão dos casos no Itamaraty, é reflexo de uma confiança que os servidores do serviço exterior possuem nos canais institucionais. Quanto mais denúncias encaminhadas, mais a demanda reprimida poderá ser sanada.

Muito obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Sr. Adriano Silva Pucci, que falou em nome do Itamaraty, representando o Ministro Antonio Patriota.

Deixe-me colocar duas questões. É claro que eu deixei o Ministro por último, naturalmente, porque ele foi o primeiro, inclusive, a abrir os debates. Se nós fôssemos abrir, novamente, o debate, muitos poderiam fazer outras ponderações.

Vou dar os seguintes encaminhamentos. Faço o primeiro encaminhamento.

A Comissão recebeu agora, aqui, um telefonema do Presidente da Embrapa, o que é um bom sinal. Pelo menos, ele se preocupou e ligou. O pior foi a Polícia Federal, que não fez bulhufas, que nada respondeu, que não deu nenhum tipo de retorno.

O Presidente da Embrapa informa – foi tomada uma nota aqui, e vou ler exatamente como me foi passado –, primeiro, que não recebeu o convite formal; segundo, que ele não estava no requerimento; terceiro, que entende que foi dito que havia uma limitação do número de convidados. Conforme orientação da Comissão, há um número limite de convidados. De toda forma – acho positivo isto –, ele entende essa situação, não há nenhum constrangimento da parte dele. Ele se colocou totalmente à disposição para entabular o diálogo. Então, meus cumprimentos ao Presidente da Embrapa, que se coloca inteiramente à disposição. (Palmas.) O pior é aquele que se omite e que deixa assim: “Tanto faz, vamos ver como é que fica”.

Conversando aqui com o Dr. Jones, nos encaminhamentos finais, ele me disse que os grupos já haviam conversado um pouco, todos aqueles que estão participando deste debate, e que eles farão um documento comum e o encaminharão para mim. E eu vou remeter o documento... Quero dizer, com toda a tranquilidade, que comigo não há essa história de censura. Eu vou, como coordenador desta mesa de debates, encaminhar o documento, como ele vier, às autoridades correspondentes.

Também conversamos aqui, se todos concordam, no sentido de nós olharmos os projetos que estão em tramitação e que endurecem a lei contra o assédio moral e sexual, para que, dentro do limite, naturalmente, nós possamos pressionar para que a matéria ande. É claro que não sou líder, nem tenho condição de decidir o que vai ser votado, mas posso, em nome da Comissão, fazer um apelo às comissões correspondentes e ao relator, conversando naturalmente com a Senadora Ana Rita, para que esses temas avancem.

Eu também pediria que, no próprio documento que vocês vão formular, vocês olhassem os projetos – dois ou três estão tramitando – e que, se entendessem

que deveria ser feito algum ajuste nos projetos, vocês os remetessem a mim, que eu os remeterei para o relator, como fruto do trabalho desta Comissão. Pode ser por aí? (*Pausa.*)

Vamos apertar o passo em relação aos projetos que estão tramitando e que tratam do tema de assédio moral e sexual. Segundo, eu receberei o documento dos senhores, para que eu o encaminhe aos canais competentes.

De pronto, acho que o momento é outro, pessoal. Entendo que essa batida – desculpem-me a expressão; vão dizer “ele quer falar do livro dele” –, o rufar nas ruas, ajuda-nos neste momento, ajuda todos nós. Todos nós, aqui, ao mesmo tempo em que batemos palmas em defesa do Itamaraty e contra o vandalismo cometido lá, também queremos dialogar, todos nós queremos construir soluções.

Esse andar de milhões de pessoas pelas ruas, naturalmente, muda o cenário. O momento é de diálogo, de conversa, de entendimento. É claro que nem todos verão todos os seus pleitos atendidos em 100%. Vocês sabem muito bem como é isso. Fui sindicalista também. A gente entregava uma pauta e sabia que tinha de haver negociação. Estou entendendo que vocês querem isto: uma mesa de diálogo e de entendimento, construindo aquilo que seja possível para todos. Sempre digo que, entre o ótimo e o bom, fico com o bom. Que pelo menos a gente dê um passo para chegar ao bom! O.k., pessoal? Vamos por aí?

Então, agradeço a todos. Este é um momento importante. Mais uma vez, quero me posicionar claramente em relação às ruas. Há um movimento legítimo, democrático, de pressão no Legislativo, no Executivo e no próprio Judiciário. Quem não entende esse recado das ruas não entende nada da vida! É preciso que a gente perceba isso e passe a responder com ações concretas.

Está encerrada a audiência pública. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 9 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 20 minutos.*)

ATA DA 29ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 1º DE JULHO DE 2013, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e três minutos do dia primeiro de julho de dois mil e treze, na sala número dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a

presença do Senador Paulo Paim. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Presidente declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação da seguinte Pauta: Audiência Pública, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 28, de 2013, aprovado em 25 de abril de junho de 2013, de autoria do Senador Paulo Paim, que requer a realização de audiência pública “*para debater sobre ‘Renascimento Africano: Olhar da Juventude Africana.’ Em comemoração ao mês da África*”. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa. O Senhor Presidente passa a palavra aos convidados, que fazem suas explanações, nesta ordem: Ivair Augusto Alves dos Santos, Coordenador do Centro de Convivência Negra da UnB; Alberto André Carvalho Francisco, Mestre em Relações Internacionais pela UnB, Presidente da União dos Estudantes Africanos em Brasília; Gaudêncio Pedro da Costa, Estagiário Técnico do Centro de Convivência da UnB, Especialista em Gestão de Projetos e Secretário Executivo da União dos Estudantes Africanos em Brasília – UEAB; Ammar Abdelaziz Hassan Salih, Graduando em Engenharia Mecânica na UnB, Membro da União dos Estudantes Africanos em Brasília – UEAB; Daniel Arthur Nnang Metogo, Aluno Africano do Centro de Convivência Negra da UnB, Doutorando em Engenharia Civil na UnB, Coordenador dos Assuntos Acadêmicos da União dos Estudantes Africanos em Brasília – UEAB. O Senhor Presidente concede a palavra a estudantes africanos no Brasil nesta ordem: Martin Fonkouea, estudante de Camarões; Lusibetty Eusébio Espírito Santo Trigueiros, estudante de São Tomé; Mirella Mileidy dos Anjos Assunção da Luz, estudante de Cabo Verde; Giuliano Pereira de Oliveira Castro, Professor da UnB; Pierre Carine Tueghuo Kanga, estudante de Camarões; Jonathan Fumupamba Sasakanda, estudante da República Democrática do Congo. O Senhor convidado Alberto André Carvalho Francisco exhibe vídeo “Angola faz com paz”, no qual é mostrado um resumo das diversas áreas de desenvolvimento de Angola. O Senhor Presidente passa a palavra para os senhores convidados para suas considerações finais. O Senhor Presidente faz leitura resumida das reivindicações dos estudantes africanos, são elas: 1) Dialogar com o Itamaraty sobre a questão dos vistos para os estudantes africanos; 2) Garantia de bolsa de estudos para os alunos africanos que não tiverem condições; 3) Dialogar com as embaixadas para que recebam os estudantes no aeroporto e deem o suporte inicial; 4) Formulação do documento com a reivindicação dos estudantes; 5) Necessidade de ter representatividade de estudantes

no PEC-G (Programa Estudante de Convênio e Graduação) para que eles sejam ouvidos; 6) Possibilidade de incubadora, troca de experiências, intercâmbio de alunos, investimentos; 7) Trabalhar com representação das embaixadas para que atuem mais perto dos estudantes; 8) Dialogar sobre a possibilidade de trabalhar; 9) Dialogar sobre a situação dos filhos de funcionários africanos que vêm trabalhar no Brasil, inicialmente, e quando os pais retornam para a África ficam sem condições de se manter; 10) Discutir, na lei, a África contemporânea, buscando melhor formação dos professores, bem como incentivando o intercâmbio para que mais alunos brasileiros conheçam a África; 11) Cobrar a existência de curso de Português no país de origem, antes do deslocamento para o Brasil, 12) que se dê, no mínimo, duas oportunidades no teste de idioma; 13) Buscar agilidade para a execução do segundo teste. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e quatro minutos, lavrando eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim**, Presidente eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Declaro aberta a 29ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 28, de 2013, aprovado em 25 de abril de 2013, de minha autoria e de outros Senadores e Senadoras, para debater sobre “O Renascimento Africano: Olhar da Juventude Africana”.

Claro, essa moçada toda que está aqui no Brasil e aproveitam o mês de maio e junho, datas históricas. Poderíamos lembrar aqui, inclusive, o 13 de maio, data em que foi promulgada a Lei Áurea; poderíamos lembrar o dia 18 de junho, data do massacre de Soweto, hoje uma referência internacional em que a juventude de todo o mundo lembra aquele covarde massacre, para que nunca mais fatos como esse venham a acontecer.

Você mesmo me lembrava que, em 18 julho, será aniversário de 95 anos de Nelson Mandela. O mundo todo acompanha o momento difícil por que ele está passando, fruto da vida e da idade. Ele tem quase 95 anos, está hospitalizado em situação gravíssima, pelas informações que todos nós sabemos. Você me dizia que é o único cidadão do mundo vivo que tem uma

data especial, que é a data do seu aniversário, onde todos trabalham, na concepção da ONU, numa visão de combater, naturalmente, todo o tipo de preconceito e na linha dos direitos humanos.

Eu tive a satisfação de – já comentei uma vez com você –, quando o Mandela estava no cárcere, ir à África do Sul, numa delegação do Congresso Brasileiro – eu, a Benedita, o Caó, o Edmilson Valentim e Domingos Leonelli e mais um Deputado constituinte de São Paulo que até faleceu, se não me engano.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não. Ele era do PSB. Depois eu me lembro do nome dele. Ele retornava para casa, sentiu-se mal, caiu na piscina e acabou falecendo.

Mas, para mim, aquele momento em que estivemos lá foi histórico. Fomos recebidos pela Winnie Mandela e tivemos acesso ao Congresso Nacional africano. Foi lá que eu recebi a chamada Carta da Liberdade, que a mim inspirou, claro, junto ao movimento negro, para construir o Estatuto da Igualdade Racial, que hoje é lei. Baseados na Carta da Liberdade, que nos foi entregue pela Winnie Mandela e produzida pelo Congresso Nacional africano, que produzimos no Brasil uma construção coletiva do movimento negro e, como sempre digo, de brancos que também lutam pela liberdade, pela igualdade e pela justiça.

Estamos esperando por uma delegação de jovens negros que está chegando.

Eu recebi da TV Senado uma contribuição que eles pediram que eu colocasse aqui, para que todos ouvissem e percebessem a importância desse documentário.

Então, eu recebi o seguinte documento:

Estimado Senador Paulo Paim, agradeço a oportunidade da audiência pública a ser realizada no dia hoje.

Ficaríamos muito gratos se V. Ex^a ajudasse a divulgar um importante documentário que exibiremos pela TV Senado e que resgata a importância do continente africano na construção da nossa identidade – Atlântico Negro: na Rota dos Orixás, com 72 minutos, do Diretor Renato Barbieri e Victor Leonardi –, que vai ao ar domingo próximo às 15h30, pela TV Senado.

Alberto de La Pena, Diretor de Programação

Ele faz uma síntese para eu leia e as pessoas possam saber do que se trata esse documentário:

O relato realista e comovente das relações entre Brasil e África inspirou o videomaker Renato Barbieri e o historiador Victor Leonardi a criarem uma série de quatro documentários chamada Atlântico Negro.

O primeiro filme da série, feito em vídeo, Na rota dos orixás, entra em cartaz, depois de ser elogiado no 31º Festival de Brasília do Cinema Brasileiro e de

participar de eventos como o Dia Nacional da Consciência Negra.

Na Rota dos Orixás apresenta a grande influência africana na religiosidade brasileira. Na fita, Renato Barbieri mostra a origem das raízes da cultura jeje-nagô em terreiros de Salvador, que virou candomblé, e do Maranhão, onde a mesma influência gerou o tambor de mina.

Um dos momentos mais impressionantes [diz o documento] desse filme é o encontro de descendentes de escravos baianos que moram em Benin, um país africano desconhecido para a maioria dos brasileiros, mantendo tradições do século passado.

O documentário Atlântico Negro: na Rota dos Orixás é um filme que retrata a importância do continente africano na construção da sociedade brasileira. Essa estruturação cultural mostra a semelhança existente entre esses povos; dentre esses laços, a religiosidade, a musicalidade, a fala, hábitos alimentares, a estrutura familiar e as manifestações culturais.

Durante as cenas do filme são desconstruídas visões etnocêntricas e de senso comum sobre o continente africano. A ideia de um território que vive em constante estado de guerras étnicas e civis, de fome e de total miséria é desmistificada para mostrar o lado cultural da África, que deu origem ao candomblé, ao xangô e ao tangô, religiões presentes no Território brasileiro.

Essa representação cinematográfica nos dimensiona a entender o início da mercantilização africana e como a escravidão se tornou um mera desculpa para a propagação das guerras civis, iniciando, assim, um intercâmbio biológico, econômico e cultural entre Brasil e África.

Nota-se que ter o olhar da África nos ajuda a compreender a nossa história tanto nos hábitos sociais quanto nos costumes oriundos dessa terra quase desconhecida para nós outros. Tendo a perspectiva de que a cultura africana não é unicamente baseada na história colonial e no expansionismo europeu, a África com reinos e impérios possui suas formas particulares de governar e agir como povo.

A reconstrução da história africana nos permite entender como a escravidão se promulgou pelo espaço geográfico e social do Brasil, dissipando as misturas biológicas que originaram a miscigenação nacional e a diversidade religiosa presente nos territórios de candomblé, como Ilê Axé Opô Afonjá e Casa Branca.

Todo o tema abordado nesse documentário abre um leque de oportunidade [repetimos] para entender melhor a África e o Brasil, e conhecer também que existe uma troca cultural entre os dois países [entre o Brasil e o continente].

Compreendendo que o retorno dos africanos escravizados para o continente de origem, representou também a ida de valores culturais, morais e sociais brasileiros como: a construção da igreja e da festa do Senhor do Bonfim, a construção (mesmo que em pequena escala) da arquitetura brasileira em solo africano e a vestimenta feminina das mulheres agudás. Além de entender que, mesmo depois da escravidão, a cultura brasileira continua sendo preservada por este povo que se denominam brasileiros, mesmo tendo nascido em solo africano.

Esta perspectiva mostra a construção de nossas raízes, ajudando a fazer paralelos que melhorem o entendimento dessas aplicações no Brasil. Hoje em pleno século XXI a forma de vida dos afrodescendentes tornou-se uma luta política e social que visa à reparação da escravidão que aconteceu no país. Entretanto, este documentário ressalta a trajetória africana como um continente repleto de etnias e formas de vidas variadas, desconstruindo a visão eurocêntrica e religiosa da igreja católica que foi desenvolvida na história ao longo dos séculos.

Ari Costa Junior

Então, reafirmamos para todos que apenas li a síntese do documentário Atlântico Negro – Na Rota dos Orixás, 72 minutos, diretor Renato Barbieri e Victor Leonardi, domingo, dia 6, às 15h30min pela TV Senado.

Lembro aqui também que o documentário Raça está passando no Espaço Itaú em diversos Estados. Eu mesmo participei aqui em Brasília. Foi lançado também em São Paulo, na Bahia, no último fim de semana, em Minas; e, no Rio Grande do Sul, está indo para o interior.

O documentário Raça fala de três personalidades na visão daqueles que elaboraram o filme: do Netinho – Netinho de Paula é outro –, que é um cantor, compositor, empresário na área da mídia. Fala da Miúda, que é uma quilombola com uma história bonita; e fala também da minha história como Senador aqui no Congresso, com 26 anos na Casa, quatro mandatos como Deputado Federal e no segundo mandato como Senador.

É um documentário também interessante que mostra o mundo real, da luta pela conquista de espaços. Ali, nada é figuração. Nada é só criação. Ali, tudo é real, inclusive como foi o embate aqui dentro do Congresso para aprovarmos o Estatuto da Igualdade Racial e a própria política de cotas.

Bom, como nossos convidados já estão quase todos presentes, vamos, agora, compor a Mesa.

Então, convido, em primeiro lugar, Ivair Augusto Alves dos Santos, Coordenador do Centro de Convivência Negra da UNB.

Seja bem-vindo, Ivair, você que tem uma história bonita, sempre na luta, em combate a todo tipo de preconceito; e nos ajudou muito, inclusive na construção e no debate do Estatuto da Igualdade Racial, como também na política de cotas.

Convidamos, agora, Alberto André Carvalho Francisco, Mestre em Relações Internacionais pela UNB e Presidente da União dos Estudantes Africanos de Brasília. Seja bem-vindo também.

Convidamos agora o Sr. Gaudêncio Pedro da Costa, estagiário técnico do Centro de Convivência da UnB, especialista em gestão de projetos e Secretário-Executivo da União dos Estudantes Africanos de Brasília.

Convidamos também Ammar Abdelaziz Hassan Salih, graduando em Engenharia Mecânica na UnB e membro da União dos Estudantes Africanos de Brasília.

Ainda há outros dois convidados, que estão a caminho devido ao trânsito.

Vamos iniciar os nossos trabalhos no dia de hoje, começando pelo Ivair. Ele nos procurou, dialogou conosco acerca da importância deste evento agora, nos meses de maio, junho e julho. No início, falei – vocês podem resgatar – o porquê de essas datas serem tão importantes para esse intercâmbio, para esse convívio. Pretendemos analisar um pouco mais como Brasil e África são irmãos e caminham juntos. Por isso, o título da audiência pública é “O Renascimento Africano – Olhar da Juventude Africana no Brasil”.

Ivair, está contigo a palavra, por dez minutos, com mais cinco.

O SR. IVAIR AUGUSTO ALVES DOS SANTOS

– Bom dia, senhores; bom dia, Srs. Senadores, quero agradecer imensamente esta oportunidade, porque, toda vez que fazemos uma proposta para o Senador, ele tem tido a sensibilidade de nos receber e, ao mesmo tempo, de abrir a Casa para que possamos trazer uma proposta. Mais uma vez, o Senador foi sensível à nossa proposta ao participar, ao fazer, ao elaborar uma audiência pública juntamente com a juventude africana.

Esta audiência pública foi criada e constituída a partir de uma discussão que realizamos dentro da UnB, Universidade de Brasília, no sentido que discutir um pouco mais a Lei nº 10.639. O Senador foi, inclusive, uma das pessoas que batalhou para que essa lei fosse criada. A Lei nº 10.639 cria a obrigatoriedade de se implementar a história da África...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Ivair, deixe-me interromper. Sem querer atrapalhar, já que eu não queria atrapalhar... (*Risos*.)

Chamo para compor a mesa Daniel Arthur Nnang Metogo, aluno africano do Centro de Convivência Negra da UnB, doutorando em Engenharia Civil na UnB

e Coordenador dos Assuntos Acadêmicos da União dos Estudantes Africanos de Brasília.

Volto a palavra ao Ivair.

O SR. IVAIR AUGUSTO ALVES DOS SANTOS

– Essa lei é muito específica em trabalhar com a história do negro no Brasil e a história de África. Nesse trabalho, temos percebido, ao longo desses últimos dez anos, que a lei tem sido implementada graças ao trabalho basicamente de professores que têm tomado a iniciativa, bem como de alguns governos municipais e estaduais. Mas a grande crítica que fazemos hoje é que ela não tem sido implementada no conjunto do País. Ou seja: muitos Municípios não a têm implementado como muitos Estados também não. Muitas instituições do ensino superior e do ensino médio e fundamental também têm ignorado sistematicamente a lei. Essa tem sido uma proposta de vários conselhos, de várias secretarias e da militância, que tem feito uma avaliação crítica da sua implementação, já que é uma lei que deveria ter sido implantada desde o ensino fundamental até o ensino superior.

Nós, na Universidade de Brasília, resolvemos trabalhar com um tópico da história da África, que é um tópico importante e acerca do qual começamos a discutir e a conversar. Com quem? Com os africanos. Por quê? Porque, se vamos falar de história da África, vamos também conversar com os africanos. E, nessa conversa com os africanos, que é um trabalho diário, percebemos que havia necessidade de incorporar aspectos contemporâneos, porque para os africanos, quando chegam à universidade, há um estranhamento, porque a visão que os brasileiros têm sobre o continente africano ainda é muito distante do que é a realidade.

O Brasil tem sido um dos países que têm feito um esforço enorme em termos da sua presença no continente africano. No último governo, nós saltamos de aproximadamente dez embaixadas para mais de 30 presenças dentro do continente africano de embaixadas brasileiras, e aqui também, em Brasília.

Isso não se traduz, ao mesmo tempo, num conhecimento mais contemporâneo. Então, o senso comum sobre o que é a África, hoje, é veiculado um pouco pela imprensa e é veiculado um pouco pelo disse que disse e tal, e é muito concentrado, Senador, na área cultural e na área religiosa, e o continente africano são 54 países.

Aqui nesta mesa, eu tenho o Ammar, que é do Sudão, o Daniel, que é de Camarões, o Alberto, que é de Angola; o Gaudêncio, que é de Guiné-Bissau, e nenhum deles pratica candomblé. Nenhum deles sabe o que é candomblé e nem sabe o que é essa religião afro, porque eles têm outras maneiras de cultivar a questão religiosa.

Nós temos a África Ocidental, temos a África Austral e temos a África Oriental aqui, então, pegando várias partes do continente.

Nós percebemos que, no diálogo com a população brasileira e no diálogo na universidade, há uma desinformação por parte de boa parte de professores e por parte, também, da mídia, por parte de... Então, a gente resolveu fazer um debate, e esse debate foi se enriquecendo e a gente acabou fazendo um projeto. Eu fiz uma provocação ao dizer que nós concorreremos ao edital dentro da UnB. Eu falei: “Olha, vamos fazer um projeto em que vocês vão falar da África contemporânea para os alunos estudantes da periferia de Brasília. Vocês vão sair.” Eles toparam. Então, eles percorreram nove escolas, os estudantes que estão à Mesa e outros estudantes, cada um falando, cada um explicando: “Olha, eu sou de Guiné-Bissau, Guiné-Bissau isso; eu sou de São Tomé e Príncipe, a língua que nós falamos lá é essa e tal.”

Então, a surpresa, o impacto deles falando, de jovem para jovem, o que era o seu país foi uma coisa que despertou tanto por parte dos jovens, como por parte, também, dos professores, porque, quando eles mostravam o que era, por exemplo, Nairobi, eles levavam um susto, pensavam que era uma cidade europeia. Eles não tinham ideia de que Nairobi era uma cidade tão linda, tão importante e tão moderna.

Quando mostravam Luanda, também eles não entendiam: “Mas Luanda é isso?” Eles imaginavam sempre a imagem daquela criança famélica, a questão de...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Que nós vamos ver aqui. Vai haver alguns eslaides, não vai haver?

O SR. IVAIR AUGUSTO ALVES DOS SANTOS

– Sim, vai haver alguns eslaides em relação o isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – E pode saber que não são só as crianças da periferia, ouviu? Grande parte do povo brasileiro tem uma visão distorcida do continente africano.

O SR. IVAIR AUGUSTO ALVES DOS SANTOS

– É isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Por isso a importância desta audiência pública, em que nós estamos ao vivo para todo o Brasil.

O SR. IVAIR AUGUSTO ALVES DOS SANTOS

– E nós tivemos... Aí, a gente começou a conversar e começamos a trabalhar, e tal, e, nesse período de um trabalho de quase três anos, a gente decidiu, os estudantes decidiram: “Vamos fazer uma união de estudantes africanos de Brasília. Ou seja, a gente vai trabalhar...” Havia vários grupos: grupo de tal país e tal. “Vamos juntar tudo e fazer uma união.”

Aí, fizemos uma união de estudantes. Essa união, basicamente, é uma rede de solidariedade para receber os estudantes que estão chegando aqui em Brasília, que têm alguns problemas de adaptação e tal, e nós procuramos, de alguma forma, nos servir de uma rede para poder ajudá-los e tal.

Voltando à Lei 10.639, qual era o nosso interesse? O nosso interesse era trazer a contribuição. Contribuição é o que eu digo: é incalculável, por exemplo, ter uma conversa diária com o Ammar sobre o Sudão. Eu não vou aprender mais com qualquer outra pessoa como conversando com o Ammar. O Ammar me conta coisas sobre o Sudão que eu não consigo aprender só lendo pela Internet. Eu não vou conseguir aprender tanto com a Lusibetty e com a Mirella sobre os países delas, sobre São Tomé e Príncipe e sobre Cabo Verde, tanto como quando eu converso com elas, quando elas começam a comentar sobre as coisas que estão acontecendo lá e tal.

Então, com essa ideia de aproximar os estudantes africanos – eles vêm para cá para aprender, ganhar um diploma e poder voltar para o seu país –, na verdade, eu estou aprendendo mais do que eles, porque, nessa convivência com esses estudantes, eu aprendo diariamente, Senador.

Quando chega um estudante, chega o Martin, por exemplo, de Camarões. “Vem cá, Martin, vamos conversar sobre Camarões.” Aí, ele começa a me contar todas as questões contemporâneas, os desafios que estão sendo tomados em relação a isso.

O Alberto, das Relações Internacionais, me conta as questões conjunturais de Camarões. Ele me fala de uma África – que eu, embora tenha morado em Angola – de hoje. É essa África que nós queremos introduzir no debate da Lei 10.639.

Essa audiência é também uma provocação para os meus colegas professores das universidades, dos NEABIs que tragam com os estudantes africanos que estão nas suas universidades, para discutir a Lei 10.639, para falar da África de hoje. Que eles contem a sua experiência, contem como são os seus países.

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O senhor tem mais cinco minutos.

O SR. IVAIR AUGUSTO ALVES DOS SANTOS

– Essa experiência que estou vivendo, nesses últimos três anos, é um trabalho diário. Nós temos uma página no Facebook – também aprendi que o Facebook é uma ferramenta da juventude – chamada Agenda Africana, em que, diariamente, eu coloco assuntos, três, quatro, cinco matérias sobre África contemporânea. E os professores que têm acessado ficam impressionados com as imagens que coloco e falam: “Mas, cadê os

conflitos?” Os conflitos existem. Mas, nos últimos dez anos na África austral, não houve conflito. E, quando se fala em conflito, parece que a África inteira parece estar em guerra. E não houve conflito. Na África oriental, também não houve.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Talvez, neste momento, o conflito está mais aqui no Brasil. É só ver... Três, quatro milhões de pessoas nas ruas!

O SR. IVAIR AUGUSTO ALVES DOS SANTOS – Eu recebi um convite do Embaixador da Etiópia, e nós e os estudantes fomos conversar com ele sobre a Etiópia. Foi uma conversa, um bate-papo de mais ou menos duas horas; depois, ele nos convidou e foram mais quatro, para entender o seguinte: se você procurar, dos dez países do mundo que mais crescem, sete são africanos. Se você vir, a média de crescimento do PIB na África hoje é de 5%. Em Angola, Moçambique, Etiópia, é acima disso, é de 7%, 8%, 10%.

Então, quando se fala em Etiópia, o que nos assusta é que vão nos mostrar uma criança faminta e uma mãe... Mas você não vai encontrar uma foto, você vai encontrar dezenas de fotos. Quando você mostra Adis Abeba, quando você mostra os investimentos, quando você mostra que a Etiópia, nesses últimos anos, tirou dez milhões de pessoas da fome, isso não aparece.

A nossa Presidente da República esteve na Etiópia, participando dos 50 anos da comemoração da UA, e fez um discurso belíssimo, recuperou a imagem da Luiza Mahin e, ao mesmo tempo, fechou um negócio com a Etiópia. Sabe de quanto? De US\$1 bilhão!

Esses fatos ilustram, vamos dizer assim, em termos de crescimento econômico de o que hoje a África apresenta. Há uma frase que se costuma dizer: “Os elefantes africanos estão correndo mais do que os tigres asiáticos”. E as pessoas não acordaram para esse fato tão vivo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu gostei dessa frase. Repita aí.

O SR. IVAIR AUGUSTO ALVES DOS SANTOS – Os elefantes africanos estão correndo mais rápido do que os tigres asiáticos.

E aí, o que acontece? Esse crescimento é graças à juventude. Essa juventude que você está vendo aqui é a que vai dirigir o continente nos próximos anos. Então, você precisa conversar com ela, para que ela mostre para as universidades o que é essa África nova.

O aspecto cultural é importante, mas há uma resistência em entender que a cultura africana não se restringe a uma religião, à comida. E a África não é isso. A África é isso e muito mais!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só uma contribuição: o empresariado, inclusive

brasileiro, talvez não tenha entendido todo o potencial econômico e que, se as relações comerciais entre o Brasil e a África avançarem, todos ganharão com isso. Até porque você está dando aqui dados que eu não tinha. E eu sou Senador da República; calcule as pessoas que estão assistindo. Entre os dez países que mais estão crescendo, sete são do continente africano.

O SR. IVAIR AUGUSTO ALVES DOS SANTOS – Vou dar um dado para você. Sabe qual é o segundo maior continente que tem mais celular no mundo, mais do que a Europa e a América do Norte juntos? É o africano. O continente africano só perde, em celular, para o asiático. Então, esses dados apontam que há um crescimento fantástico acontecendo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – E PIB acima de 5%.

O SR. IVAIR AUGUSTO ALVES DOS SANTOS – Cinco por cento, em média.

O que acontece é o seguinte, há um fato impressionante: o Obama está hoje na África do Sul e amanhã estará na Tanzânia. Ele fez um *tour* que começou no Senegal, passou pela África do Sul e vai para a Tanzânia. No discurso que ele fez na África do Sul, ontem, disse que não estava preocupado com os países que estão mais presentes na África hoje. Que países ele citou? Brasil, China, Turquia e Índia. Ele colocou o Brasil entre esses países. O Brasil é, de fato, um dos países que mais está presente no continente africano, quanto a isso não há dúvida. O Presidente Obama, a pessoa mais poderosa do mundo, disse que Brasil, Turquia, China e Índia são os quatro países que estão presentes no continente africano. Então, se nós brasileiros não aproveitarmos a riqueza que cada um desses estudantes que recebemos aqui no Brasil tem – e eles ficam aqui durante anos! –, se não conversarmos, trocarmos informações, aprendermos sobre o que é a África hoje, o que representa hoje esse avanço, estaremos desperdiçando conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Quem sabe, no futuro próximo, um desses jovens, homem ou mulher, poderá ser um dirigente máximo do país. Estou certo ou errado? E não estou falando nada que não seja com muita convicção. Esta pode ser uma audiência pública onde estamos dialogando, como você reafirmou aqui, com jovens que, provavelmente, serão dirigentes no seu país no cargo de presidenta ou presidente da República. É algo interessante em todos os sentidos.

O SR. IVAIR AUGUSTO ALVES DOS SANTOS – Então, quero que os jovens passem a falar agora, porque, se me deixarem falando, eu me entusiasmo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Foi importante a sua introdução.

O SR. IVAIR AUGUSTO ALVES DOS SANTOS

– Eu fico entusiasmado, porque...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O tempo é dez minutos, e eu te dei vinte.

O SR. IVAIR AUGUSTO ALVES DOS SANTOS

– Fico entusiasmado, porque é uma coisa que eu vivencio diariamente no dia a dia com eles. Eu tenho aprendido muito.

Acho que este debate que estamos iniciando aqui é para ser feito com a Nação, com os meus colegas da universidade, de fora da universidade, com a militância, para dizer: “Gente, é preciso conversar mais sobre essa África contemporânea”. O desafio que temos para entender esse processo não pode ficar na concepção que não condiz com a realidade de hoje, que é mais complexa, mais desafiadora, mais otimista em termos do que pode vir a acontecer. O exemplo disso é a juventude africana que se está vendo aqui na Mesa.

E eu queria dizer àqueles que estiverem interessados em acompanhar nosso trabalho visitem a nossa página no Facebook, a Agenda Africana, que é feita de forma coletiva. Todos os dias colocamos assuntos novos lá.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Prof. Ivair Augusto Alves dos Santos, Coordenador do Centro de Convivência Negra da UnB, que deu aqui um relato muito interessante que, com certeza, será enriquecido agora na fala dos estudantes que passam, a partir deste momento, a usar a palavra.

Convidamos o nosso colega ao meu lado, jovem estudante, Alberto André Carvalho Francisco. O Alberto é mestre em Relações Internacionais pela UnB e Presidente da União dos Estudantes Africanos de Brasília. Dez minutos com mais cinco. Como você ainda não é professor, você é estudante, terá que ficar no tempo.

O SR. ALBERTO ANDRÉ CARVALHO FRANCISCO – Bom dia a todos e a todas.

Primeiramente, queria agradecer à pessoa do Senador Paulo Paim pela oportunidade e queria agradecer em nome da União dos Estudantes Africanos, da qual sou presidente, pelo fato de nos ter concedido esta audiência pública, visto que não é fácil conseguir uma audiência pública, principalmente na Comissão de Direitos Humanos. Desde já, mais uma vez, o nosso muito obrigado em nome de toda a União dos Estudantes Africanos. É uma oportunidade única, ímpar, para nós podermos conseguir mostrar aquela verdadeira imagem, como o Prof. Ivair disse, do que é o nosso verdadeiro continente africano.

Eu sou, na verdade, Alberto André Carvalho Francisco. Sou africano e de origem angolana, ou seja,

representação não só de Angola, mas também representação do continente africano.

Primeiramente, eu queria começar com a apresentação de um pequeno vídeo para mostrar sobre a Angola.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. *(Palmas.)*

O SR. ALBERTO ANDRÉ CARVALHO FRANCISCO – Na verdade, era só para tentar dar uma pequena amostra de como Angola está hoje. Esse vídeo já tem dois anos, mas Angola cresce de uma forma tão rápida que, se for fazer um levantamento de novos dados, veremos que boa parte daqueles dados que estão aí já estão defasados, que já há um diferencial bem grandioso.

Mas eu gostaria de começar minha fala dizendo que não podemos falar de presente e de futuro sem começarmos pelo passado. Isso é bem verídico, bem presente, principalmente em Angola. Por quê? Angola tornou-se independente em 1975. Vocês podem ter uma noção de que são menos de 40 anos de existência de um Estado como tal, comparando-se com Estados como o Brasil e outros Estados. Nós temos cerca de 38 anos de independência, que vamos completar agora. Angola se tornou independente em 1975, mas, infelizmente, com todos os problemas que teve, começou a ter conflitos internos a partir de 1978, que foram se dando até 1990. Em 1992, nós tivemos as primeiras eleições consideradas pelas Nações Unidas como democráticas, livres e justas, mas, com o decorrer dessas eleições, depois eclodiu uma nova guerra, mais um conflito interno em Angola, que se deu até 2002. Ou seja, para vocês terem uma noção, nós ficamos mais de vinte anos só com conflitos internos, com guerras. Por isso é que hoje nós temos como lema “Angola faz-se com paz”, porque o nosso país foi praticamente devastado mais por guerra do que em períodos de paz. Isto é para ver que com paz nós fizemos quase tudo. Ou seja, quando se tem paz, o país cresce, há desenvolvimento, há crescimento.

A partir de 2002, Angola começou a mostrar uma nova imagem para a África e para o mundo; começou a mostrar que, na verdade, tem poderio e tem capacidade para se tornar aquilo que é na realidade, um país forte.

Hoje, por exemplo, nós somos... O vídeo mostrou que somos 17 milhões, mas já somos cerca de 20 milhões de habitantes em Angola. Os novos dados estatísticos já mostram que somos 20 milhões de habitantes.

Com a paz em Angola – antes, nós tínhamos simplesmente duas instituições de ensino superior em Angola –, nós temos mais de 60 instituições de ensino superior em Angola, um dos países com mais institui-

ções de ensino superior na África. Ou seja, nós estamos a demonstrar que, em nível de educação, Angola está a crescer cada vez mais, que tem potencial, sem contar que Angola também envia muitos estudantes para o exterior, para fora, para se formarem, para se tornarem quadros para a reconstrução do próprio Estado.

Em termos de economia, hoje é uma das bandeiras mais pujantes no mundo. Angola, hoje, como o Prof. Ivair disse, é um dos países que mais crescem no mundo – quero ressaltar que é um dos que mais crescem no mundo! Se a memória não me atraiçoa, em 2010, nós chegamos a ter um crescimento maior que o da própria China. Angola teve um crescimento de cerca de 10,5%. E, de acordo com o FMI, o crescimento de Angola vai se manter sempre em cerca de 10% até 2015.

Quero ressaltar que uma das grandes vantagens que Angola tem hoje é que, antes, nós vivíamos basicamente do setor petrolífero, ou seja, do petróleo. É bem visto que Angola agora faz parte da Opep – Organização dos Países Exportadores de Petróleo, que, graças a Deus, ajudou e vem ajudando o crescimento do Estado angolano. A economia angolana tem sido, basicamente, dependente do petróleo, mas, hoje, de cinco anos para cá, o setor não petrolífero já vem contribuindo com 40% do PIB angolano. Na realidade, para vocês terem uma noção, até 2000, o setor petrolífero era responsável por cerca de 90% da economia angolana; hoje, ele é responsável por cerca de 60% da economia, ou seja, 40% da economia angolana advém do setor não petrolífero do Estado angolano.

Aí, depois, nós vamos ressaltar ainda, vamos ver a questão da economia ligada também aos investimentos. Sem sombra de dúvida, temos que chamar também um dos maiores parceiros de Angola, que sempre foi e espero que continue sendo, o Brasil.

Um dado importante é que o Brasil é um dos países que têm mais investimentos em Angola. Ou seja, Angola tem uma relação com o Brasil. Até recuando um bocadinho, em 1975, o primeiro país a reconhecer a independência de Angola foi o Brasil. Esse é um dado histórico, um dado que é relatado até hoje em Angola, um dado que é visto logo no ensino fundamental. Ou seja, desde o ensino fundamental, tem-se a noção de que o Brasil foi o primeiro país a reconhecer a independência de Angola. E espero que seja uma coisa recíproca, que aqui no Brasil tenha-se também conhecimento, no ensino fundamental, do que é a Angola, do que é a África, pois nós pelo menos, no continente africano, em particular em Angola, temos um conhecimento sobre o Brasil.

Continuando, nós vamos ver que, hoje, há mais de mil empresas brasileiras no Estado angolano. Res-

salto aqui as mais importantes, que são as do setor de construção, como a Odebrecht, a Andrade Gutierrez e a Mota-Engil, que estão trabalhando na reconstrução do Estado angolano. E isso é algo que eu, como angolano e elemento parte do Estado angolano, tenho de reconhecer e dar o meu agradecimento, o meu obrigado, ao Estado brasileiro, pelo fato de que, se nós estamos em reconstrução, se temos empresas, escolas e hospitais, é graças também ao contributo do Estado brasileiro, pelas empresas que estão lá presentes.

E chamo a atenção, Senador, para o fato de que, hoje, o meu maior medo é de que, em Angola, o Brasil esteja a perder peso, esteja a perder nome, dentro de Angola e dentro do continente africano – como o Prof. Ivair disse –, para os Tigres Asiáticos. Ou seja, os Tigres Asiáticos, dentro do continente africano, estão a correr mais, mas muito mais, do que os brasileiros. Então, é uma chamada de atenção para o Estado brasileiro.

Indo mais uma vez para o setor de educação, quero dizer que, anteriormente, a taxa de alfabetização na Angola era de cerca de 10% da população; hoje, mais de 70% da população angolana já é alfabetizada. E esse é um dado de 2012. Eu não consegui obter dados atuais, de 2013. E tenho certeza de que se esta a crescer cada vez mais. Uma das metas mais importantes do governo angolano neste momento é a questão da educação.

Ainda quero chamar a atenção para o fato de que Angola, hoje, é vista como um dos Estados que mais crescem no continente. E um dos elementos importantes que faz com que Angola cresça bastante é também a sua inclusão na SADC (Southern African Development Community), que é a Comunidade dos Estados da África Austral. A África também está dividida por regiões e por organizações econômicas, e uma das organizações econômicas da qual Angola faz parte é a SADC, da região da África Austral. E essas organizações por regiões e por zonas econômicas ajudam o continente africano a crescer. Se hoje, como o Prof. Ivair disse, existem mais de dez Estados africanos na lista dos que mais crescem no mundo, é graças também às zonas econômicas. Porque, visto que existem hoje mais de 50, 55 Estados africanos,...

(Soa a campanha.)

O SR. ALBERTO ANDRÉ CARVALHO FRANCISCO – ...é muito difícil para um Estado na África crescer sozinho, sem apoio de outro Estado. Hoje, a África cresce, os Estados africanos crescem, graças também à União Africana. Hoje, se existe uma Angola que cresce mais de 10%, um Moçambique que cresce, a África do Sul, que cresce muito, a Etiópia, o Sudão, São Tomé e Príncipe, se esses países crescem, é graças à união dos Estados africanos. Se não houvesse

uma união como tal da África, com os Estados Unidos como tal, não haveria uma África, os Estados africanos não cresceriam como crescem.

Então, mais uma vez quero ressaltar que, hoje, se os Estados africanos são como são e crescem, embora alguns a passo de camaleão, mas estão a crescer, cada um com seu ritmo, e crescem de forma grandiosa, é graças a essa união que temos, como africanos, e não como Estados particulares, por si sós, mas também como Estados africanos.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Alberto André Carvalho Francisco, que é Mestre em Relações Internacionais pela UnB e Presidente da União dos Estudantes Africanos em Brasília e fez aqui uma bela exposição.

Não é que se contrapôs, mas fez outra frase além da sua. Ele disse que o Brasil fique esperto porque os Tigres Asiáticos são mais rápidos que os brasileiros em matéria de investimentos, embora o Prof. Ivair tenha dito, e você aqui confirmou, que nós temos mais de mil empresas em Angola. Se não me engano, quase 1.300 empresas brasileiras exportam para Angola; mas o bom mesmo é que a gente não fica atrás dos Tigres. Vamos lá!

Eu tenho o maior carinho pelo continente asiático. Naturalmente eu olho para o Brasil com o mesmo olhar que vocês olham o país de vocês e quero que o Brasil tenha mais intercâmbio comercial, social, cultural e econômico com a África, naturalmente, com esse continente que mostra todo o seu poder. Para nós, é importante que o Brasil veja isso.

Você que está assistindo à TV Senado, se quiser, de uma forma ou de outra, participar dessa audiência – se quiser fazer uma pergunta, ou fazer algum comentário –, o tema aqui é “O Renascimento Africano: Olhar da Juventude Africana no Brasil”. O telefone para contato 0800-612211 ou acesse pelo portal www.senado.gov.br/alosenado.

Vamos, agora, para o estagiário, técnico do Centro de Convivência da UnB, Sr. Gaudêncio Pedro da Costa, que é especialista em gestão de projetos e é, também, Secretário-Executivo da União dos Estudantes Africanos de Brasília.

Seu tempo é de 10 minutos com mais 5 e a tolerância da Mesa, se necessário for.

O SR. GAUDÊNCIO PEDRO DA COSTA – Primeiramente, eu gostaria de agradecer ao Senador Paulo Paim e toda a equipe, agradecer também ao Prof. Ivair, professor da UnB, agradecer toda a equipe da União dos Estudantes Africanos e a plateia em geral.

Primeiramente, vou-me apresentar. Sou Gaudêncio Pedro da Costa, estudante africano, de naciona-

lidade guineense e vou fazer uma apresentação em nome da União dos Estudantes Africanos.

Conforme o sumário, vou fazer uma avaliação do Programa PEC-G pela juventude africana, durante 50 anos da sua existência. Outro título é a inclusão dos estudantes africanos recém-formados nas empresas brasileiras na África. O objetivo da minha apresentação é mostrar um novo olhar de juventude africana no século XXI.

Durante os 50 anos de execução da cooperação educacional, o PEC-G Brasil e África tem grande importância para os países africanos, porque diminuíram bastante os índices de analfabetismo nos países. E a gente agradece essa oportunidade que o Brasil deu para esse continente. Outros países também estão contribuindo pela mesma luta de diminuição de índices de analfabetismo na África.

Esse Programa PEC-G, durante seus 50 anos, nunca teve uma avaliação que analisasse se o programa está indo bem ou se está indo mal. Na nossa visão, como estudantes que podem liderar, amanhã, nos nossos países, a gente fez um balanço sobre esse programa no olhar da juventude. Quando a gente chega aqui, não há um acompanhamento, não tem programa de acolhimento nas universidades. Você chega ao aeroporto e fica perdido, não sabe quem vai te receber, não sabe para onde vai. Você sabe somente que está no Brasil e veio direto para estudar.

No nosso olhar, como jovens – e há milhares e milhares de alunos que já voltaram para nossos países –, nunca houve uma avaliação para saber se essas oportunidades que a gente deu para os estudantes africanos para desenvolvimento do país... E nem sabe se esses estudantes, quando voltam para os nossos países, estão trabalhando? Ou será que esses estudantes não estão trabalhando?

Nos nossos países, uma das dificuldades que a gente tem é um desafio enorme no mercado de trabalho. E a gente tem um problema seriíssimo, porque nós, estudantes africanos, temos um olhar diferenciado de jovens no século XXI e há uma concorrência no mercado de trabalho, há pouco concurso no mercado de trabalho. E, quando a gente volta para os nossos países, tem aquela coisa de indicação. Os brasileiros falam aqui que tem concursado, nomeado e indicado. No nosso país, a gente trabalha mais com indicação.

E há aqueles que não voltam, e o Governo nem sabe porque eles não voltam. E aqui no Brasil também eles também nem sabem porque eles não voltam. É muita concorrência no mercado de trabalho. Os estudantes que já formaram sentem insegurança, porque quando eles voltam com graduação, é pouca coisa. Hoje em dia, você precisa de mestrado e doutorado

para ingressar no mercado de trabalho. Então, essa insegurança faz com que esse estudante fique no Brasil, para procurar um nível superior, que é o mestrado ou o doutorado, ou procurar emprego, porque a gente já tem poucos empregos nos nossos países. E como esse estudante pode fazer para se manter neste País, e continuar a estudar e a trabalhar? Esse estudante vai mergulhar no casamento ou fazer filhos, porque é a única estabilização pela qual a pessoa pode se estabilizar.

E a gente tem dificuldades. As assessorias internacionais das universidades têm problemas seriíssimos em termos de acompanhamento acadêmico. Os estudantes estão passando dificuldade em termos de saúde, de moradia e não há acolhimento dos estudantes quando chegam ao Brasil. Você chega, não sabe para onde vai, não sabe como é que você vai fazer.

Então, esse é um dos nossos objetivos com a criação da União dos Estudantes Africanos de Brasília. O nosso objetivo é de acolher os estudantes recém-chegados, para encaminhar esse estudante para a universidade, acompanhar esse estudante para fazer CPF, acompanhar esse estudante para fazer carteirinha da Polícia Federal, acompanhar esse estudante para conhecer instituições em geral e encaminhar esse estudante para conhecer pontos turísticos aqui do Distrito Federal. Como? Na forma como a União foi criada, a gente criou uma forma de apadrinhamento, em que você pode apadrinhar uma pessoa, desde o seu país de origem, dizer para essa pessoa como está funcionando aqui no Brasil. Antes de a gente vir para cá, tem a noção de que o Brasil é um pedacinho como o seu país, lá na África. Então, você chega aqui e o Brasil é o Brasil, que eu posso considerar como um continente, para mim, porque é tão vasto. Os estudantes que chegam aqui têm pouca noção da amplitude deste País. E o objetivo desta União é o de acompanhar esses estudantes para que eles possam se sentir em casa, para que possam se sentir à vontade, porque há um monte de estudantes aqui que estão passando mal.

No nosso olhar de juventude, o Brasil tem milhares de empresas que estão dando contribuição para o desenvolvimento nos países africanos. Quando os estudantes recém-formados voltam para o país, é aquela cobrança do Governo brasileiro e dos nossos governantes também. Quando você se forma, tem que voltar para o país; o estudante volta e não há emprego. Há pouco mercado de trabalho. Como a gente faz? Você perde quatro, cinco, seis anos, dependendo do seu curso, e volta para o país, sem emprego, onde fica três, quatro, cinco anos. É um desespero!

(Soa a campanha.)

O SR. GAUDÊNCIO PEDRO DA COSTA – No programa PEC-PG, você tem dois anos para fazer o seu mestrado e tentar o seu doutorado, isto é, se você quiser fazer doutorado

Então, na nossa visão de estudantes africanos, por que não pode incluir os estudantes africanos nas empresas brasileiras que estão trabalhando nos nossos países? Quando você sai da universidade, você faz um treinamento e sai direto com emprego garantido para o seu país. Isso, no nosso olhar, é um incentivo para essas pessoas que estão aqui no Brasil voltarem para o seu país, porque os nossos países estão precisando de nós daqui a pouco. O país já começou bombando. É bomba, é bola para a frente. Temos fé.

Muito obrigado pela oportunidade. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Sr. Gaudêncio Pedro da Costa, estagiário técnico do Centro de Convivência da UnB, especialista em gestão de projetos e Secretário-Executivo da União dos Estudantes Africanos de Brasília.

Gaudêncio, tudo o que você falou aqui é importante, marcante, mas eu sempre digo que gosto de me colocar no lugar do outro. Calculo eu, estudante, brasileiro, chegando à África, e ninguém no aeroporto. Eu vou saber para onde vou? Essa é a situação que você descreveu de quem chega aqui. O Prof. Ivair me dizia que um aluno chegou a Congonhas, pegou um táxi e foi para São Carlos, porque ele não sabia para onde ir, quando, na verdade, ele tinha que ir...

O SR. IVAIR AUGUSTO ALVES DOS SANTOS – São Carlos era um bairro do lado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Isso é lamentável!

Vamos, a partir desta audiência, fazer contatos. Acho que o contato é com o Itamaraty, sim, com o Ministério das Relações Exteriores, e também com o MEC. Há que haver essa sintonia. Estamos falando de formação dos estudantes. É ruim, meio vergonhoso para nós, como brasileiros, quando o estudante convidado chega ao aeroporto e ninguém saber dele, e ele também não saber o que tem que fazer para se situar. Alguém deveria recebê-lo e deslocar com ele para o espaço combinado, seja UnB, seja outro lugar.

O SR. IVAIR AUGUSTO ALVES DOS SANTOS – É um choque cultural.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Claro. É um choque cultural.

O SR. IVAIR AUGUSTO ALVES DOS SANTOS – Há esse negócio de CPF e...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Toda a documentação necessária.

Então, meus cumprimentos pelos dados e por essa ideia da integração com as empresas brasileiras

como incubadoras, para que os estudantes possam aqui iniciar uma formação do seu negócio e, depois, deslocar para o seu país com um mínimo de condições.

O próximo, agora, é o Ammar – ajude-me na pronúncia, Ammar; eu vou tentar aqui, mas você repete – Abdelaziz Hassan Salih. É mais ou menos isso?

O SR. AMMAR ABDELAZIZ HASSAN SALIH

– Quase.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Então, repete certo. Senão, vão dizer que estou ensinando errado para quem está assistindo.

O SR. AMMAR ABDELAZIZ HASSAN SALIH – Ammar Abdelaziz Hassan Salih.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A distância é enorme, mas tudo bem. A intenção foi boa.

Então, você está com a palavra.

O Ammar é graduando em Engenharia Mecânica da UnB e membro da União dos Estudantes Africanos em Brasília.

Você tem o tempo também de dez minutos, com mais cinco e a tolerância necessária.

O SR. AMMAR ABDELAZIZ HASSAN SALIH

– Então, bom dia. Antes de falar qualquer coisa, eu já peço desculpas pelo meu português, porque não é minha língua nativa. Vocês me desculpem se eu falar um erro em português.

Começando, eu queria agradecer ao Senador Paulo Paim, por ter recebido a todos nós aqui, a equipe que está trabalhando junto, o Prof. Ivair, a quem consideramos o pai de todos os estudantes africanos aqui em Brasília. Ele é um pai para a gente, para todos nós. Eu quero agradecê-lo. (*Palmas.*) A maioria de nós está aqui sem família e ele representa a família da gente. Eu queria agradecer todo mundo pela presença.

Começando, eu sou Ammar Abdelaziz Hassan Salih, aluno sudanês. Só para falar, eu estou graduando na UnB, na Engenharia Mecatrônica. Eu sou do Sudão como vocês estão ouvindo.

O Sudão era, um dia, o maior país da África em tamanho. Passou por muitas dificuldades políticas e conflitos. Houve uma guerra civil que acabou no ano de 2005. E, com o acordo que houve no país no ano de 2005, o país, no ano de 2011, passou por um referendo para decidir se iria continuar um país ou se iria dividir em dois países e acabou se separando no ano de 2011.

O Sudão é um país que fica no nordeste da África, formado por 17 Estados, a língua oficial é árabe, a capital é Cartum, a população é de 33 milhões e a área é de quase 2 milhões de quilômetros quadrados. Era o primeiro e agora é o terceiro maior da África.

O interessante é que o Sudão é o ponto de encontro da África com os países árabes e dos países árabes com a África. Por quê? Porque é um país onde as duas culturas se encontram e isso acaba refletindo no povo, na cultura e na formação do país em si mesmo.

Começando pela história do Sudão, podemos considerar que o Sudão é uma das civilizações mais antigas no mundo, creio mais antiga ainda que a civilização faraônica no Egito, a Núbia. Pouquíssimas pessoas conhecem no mundo, mas o interessante é que, no Sudão, há mais de 200 pirâmides. Acho que a maioria das pessoas aqui não conhecia isso, não sabia, porque ainda não é divulgado, já que, realmente, está muito fraco em relação a esse assunto.

Meroé era a primeira civilização que houve, uma das mais antigas que existiam na África. A vida era toda na margem do Rio Nilo, que é a base da vida no Sudão. O Nilo Azul, vindo da Etiópia, e o Nilo Branco, subindo da Lagoa Vitória, na Uganda, passando pelo Sudão, encontram-se no Cartum e formam o Nilo que a gente conhece, que é mencionado na Bíblia, no Torá, no Alcorão, em todos os livros sagrados. Uma civilização bem antiga, que durou 1.250 anos, no Vale do Rio Nilo. É um dos maiores sítios arqueológicos da Núbia, uma das primeiras civilizações da África.

Começando pela economia, a economia era totalmente dependente da agricultura e passou a depender muito do petróleo. Graças a Deus, está voltando agora a depender de novo da agricultura, porque o petróleo acaba e você fica assim. Na hora em que o petróleo acaba todo mundo vai ficar avaliando: e agora? Porque é muito fácil, o petróleo é um dinheiro muito fácil.

No setor da agricultura, temos a goma árabe, que é a maior riqueza que existe, 80% da goma árabe, é o produto essencial na produção de muitos produtos alimentares, por exemplo, a coca-cola e esses refrigerantes dependem totalmente desse produto.

A economia do Sudão sofreu muito, porque passou por várias dificuldades e vem passando, há mais de 15 anos, por sanções econômicas de países, como, por exemplo, Estados Unidos e países europeus, mas mesmo assim a economia vai superando e vai crescendo, mantendo um ritmo de crescimento muito alto.

Outra base também da economia é o ouro. Agora, o Sudão está subindo para ser o terceiro maior produtor de ouro na África, atrás da África do Sul e Gana.

Chegamos ao etanol. Não dá para não mencionar que o maior parceiro do Sudão é o Brasil, com certeza, sendo o primeiro país africano a começar a produzir e exportar etanol para países europeus, com certeza, com a ajuda técnica do Brasil. É uma parceria enorme a relação do Sudão com o Brasil. É uma relação jovem, ainda de dez anos. A embaixada foi aberta aqui há uns

dois anos e a do Brasil lá há uns sete, oito anos, por aí. Mas, mesmo assim, está virando um parceiro grande do Sudão no setor da economia e energia.

O Rio Nilo. Falaram que a imagem vale mais de mil palavras. Vou deixar passar algumas imagens. Essa é a capital, a cidade de Cartum.

(Procede-se à exibição de fotos.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu gostaria de um esclarecimento. O Nilo Branco e o Nilo Azul.

O SR. AMMAR ABDELAZIZ HASSAN SALIH – Infelizmente, não tenho um mapa explicando, mas é o seguinte. O Nilo Azul é chamado assim porque a água dele é muito escura. Vem com muita terra. A água vem cheia de terra e aí é muito escura. Vem subindo da Lagoa Tana, da Etiópia. E o Nilo Branco vem subindo do sul da Lagoa Vitória.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A água é mais transparente.

O SR. AMMAR ABDELAZIZ HASSAN SALIH – A água é mais transparente. E eles se encontram neste ponto aqui para formar o Nilo, para o Nilo seguir até o Egito e, depois, para o Mar Mediterrâneo.

Como falei, a música é dependente totalmente porque a herança é uma herança afro-árabe. Isso acaba refletindo muito na cultura do País, até nas vestimentas, na roupa tradicional e tudo isso.

Todas as fotos facilitam para eu não falar muito.
(Procede-se à exibição de fotos.)

O SR. AMMAR ABDELAZIZ HASSAN SALIH – O Sudão. Hoje em dia, quando você abre o Google e escreve “Sudão”, aparece o quê? Aparece miséria, dificuldade, criança com fome. Mas isso há em qualquer lugar do mundo. A gente acha, até certo ponto, que é injusto com a África, porque você vai abrir qualquer TV internacional – pode ser qualquer uma delas – e vai ver o que é que elas mostram da África. A primeira coisa é que há guerra, há povo morrendo, há fome, há miséria, mas isso tem em qualquer lugar do mundo. A gente tem que começar a refletir mais sobre o lado positivo da África, porque há mais de 50 anos se vem falando do lado negativo da África, dos países africanos.

(Procede-se à exibição de fotos.)

O SR. AMMAR ABDELAZIZ HASSAN SALIH – Essa é a África que ninguém, realmente, mostra para a gente, inclusive, no Brasil ainda. Eu sei que com os países falantes do português isso melhorou um pouquinho porque a língua ajuda. Agora, os países africanos que não são de Língua Portuguesa, os países francófonos, anglos, os países falantes da língua árabe ainda não conhecem isso. Aqui no Brasil, eu tenho uns amigos que, quando eu falo do Sudão, ainda pergun-

tam onde é que é, eu tenho que explicar ainda que é na África, tudo isso.

Muito obrigado. Agradeço pela atenção. Obrigadoo. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Ammar. Esse foi o Ammar Abdelaziz Hassan Salih. Viu? Cheguei próximo, te imitando. É graduando em Engenharia Mecânica na UNB e membro da União de Estudantes Africanos em Brasília.

Agora, o Daniel Arthur Nnang Metogo, aluno africano do Centro de Convivência Negra da UNB, doutorando em Engenharia Civil e Coordenador dos Assuntos Acadêmicos da União de Estudantes Africanos em Brasília.

Arthur, com a palavra.

O SR. DANIEL ARTHUR NNANG METOGO – Bom dia a todos. Eu gostaria de agradecer aqui a oportunidade, agradecer ao Senador Paulo Paim por nos ter dado essa possibilidade de apresentar o nosso continente.

Eu vou, igualmente, pedir desculpas caso o português não for aquele que os brasileiros talvez esperem, porque a minha língua nativa também não é o português.

Eu trouxe aqui para vocês uma apresentação sobre Camarões. Meu nome é Daniel Arthur Nnang Metogo. Sou sul-africano, sou daquela região do continente. Sou estudante de doutorado em Engenharia Civil na Universidade de Brasília. Sou o responsável, o Coordenador dos Assuntos Acadêmicos da nossa União.

Inicialmente, vou localizar Camarões. Camarões é um país da África Central, que se encontra na costa ocidental do continente, no Golfo da Guiné. Ele fica um pouco acima da linha equatorial. Tenho o costume de brincar com os brasileiros, falando que, se você pegar, por exemplo, esta ponta aqui e tentar encaixar o Brasil no continente africano, onde está a cidade de Recife, quem consegue visualizar um pouco mais o corredor do Brasil verá que ali está justamente Camarões, que faz divisa com alguns países africanos, com seis países, na verdade: Chade, Congo Brazzaville, Gabão, Guiné Equatorial, Nigéria e República Centro-Africana.

Eu trouxe aqui alguns dados gerais sobre o continente, ou melhor, sobre o país, que tem uma superfície de 475 mil quilômetros quadrados. O seu tamanho é um pouco maior do que o do Estado de Goiás. Camarões tem uma população aproximada de 20 milhões de habitantes, conforme o censo de 2010. A capital é Yaoundé, que se encontra aqui. Mas a capital não é a maior cidade. A maior cidade é Douala, que fica aqui, onde há um porto. É um país com dez províncias. A moeda é o Franco CFA. E a bandeira é esta que está aqui embaixo, com as cores verde, vermelho e amarelo.

lo. As línguas oficiais são o francês e o inglês. Embora haja essas línguas oficiais, há muitas línguas nativas. As religiões predominantes lá são o catolicismo e o protestantismo, e há as religiões tradicionais africanas. Há alguns rios, como Sanaga e Bénoué. O regime político é o regime presidencialista. O Presidente atual é o Presidente Paul Biya.

Vou entrar um pouco na questão histórica, para ilustrar melhor o país.

As primeiras populações de Camarões são essas populações de cima, que chamamos de população Baka. Eles chegaram ao local mais ou menos em 2.800 a.C. A gente se esquece, às vezes, de que o continente africano tem uma história que vai muito além do período colonial e da escravidão.

Camarões também é o ponto de partida da expansão Banto, que é uma população que ocupa a região central e que vai até o Quênia e, inclusive, até a África do Sul. Então, o ponto de partida dessa população foi esta região, o oeste de Camarões.

Do século IX até o século XIX, houve um império superpoderoso que era o chamado Império de Kanem-Bornou, no norte do país. Em 1972, houve, então, a chegada dos primeiros europeus, particularmente dos portugueses, que, ao chegarem a Camarões, ficaram espantados com a quantidade... Encontraram o rio que tem o nome Wouri e encontraram naquele rio vários camarões, muitos camarões. Então, deixaram ali o nome de Rio dos Camarões. Às vezes, a gente fica sem entender exatamente a origem do nome. Então, esse nome ficou naquela região. O nome passou a sofrer transformações em função das diversas ocupações. Os europeus chegaram lá. Ficou o nome Kamerun, em alemão. E, para os portugueses, ficou o nome Camarões, do jeito que está sendo conhecido hoje. Mas a gente está tentando voltar a usar um pouco mais o nome Kamerun.

Então, depois dos portugueses, vieram os holandeses, os ingleses e, finalmente, os alemães. Os alemães chegaram, houve uma conquista e tudo mais, a política de Hinterland, aquela ocupação. E, na colonização, houve algumas resistências. Houve alguns resistentes de Camarões, como Douala Manga Bell, Adolf Ngosso Din e Martin Paul Samba.

Então, Camarões, ocupada pela Alemanha, sofria algumas alterações quanto à sua distribuição territorial. Estão aqui algumas evoluções dessas distribuições. E quando a Alemanha perdeu a guerra, em 1919, ela perdeu também suas colônias. Então, Camarões passou a ser colonizado pela França e pela Inglaterra. Isso fez com que essas línguas se tornassem nacionais.

Camarões também participou da luta de libertação da França, na Europa, contra o sistema nazista – aqui

vocês têm alguns antigos combatentes –, e, depois dessa libertação da França, houve aquele impulso que levou também Camarões a reivindicar sua própria independência desses países colonizadores. Então, aqui, alguns líderes da independência camaronesa.

A independência foi comemorada. Ela ocorreu em 1º de janeiro de 1960. Essa aí foi para a parte francófona, e, depois, a parte anglófona também aceitou sua independência em 1961 – um ano mais tarde.

Aqui, o primeiro Presidente de Camarões. Esse aqui foi o Presidente John Ngu Foncha. Foi o Presidente da parte anglófona, e esse aqui é o atual Presidente, que foi o terceiro.

Do ponto de vista econômico, Camarões tem investido muito na exploração do petróleo e agora está começando a explorar seus próprios minérios. Encontraram jazidas de diamante, de bauxita. Está havendo muitos investimentos no sentido de explorar esses minérios. Além disso, a economia é muito baseada na agricultura da cana-de-açúcar, borracha, dendê, banana, cacau, café e algodão.

Estão sendo realizados no país muitos projetos de tamanho gigante. Há, por exemplo, um plano nacional de rododferroviária, que vai praticamente ocupar o país todo. Há um porto, que está sendo construído na região de Kribi. As obras já iniciaram. E vai ser construída uma cidade ultramoderna bem na entrada do país, que vai servir também para a exportação de produtos vindos do próprio continente africano.

Há obras de barragens, como em essa aqui, de Lom Pangar. E, aqui, trouxe para vocês alguns aspectos culturais de Camarões, algumas festas típicas de lá.

Aqui, nós temos a festa do Dia da Mulher, que é uma festa muito famosa lá. Alguns pratos típicos, comida deliciosa.

Aqui, temos algumas bandeiras nossas, do ponto de vista cultural, como Manu Dibango. Ele é muito conhecido, que é o criador do *soul* samba, do *soul makossa*.

(Soa a campanha.)

O SR. DANIEL ARTHUR NNANG METOGO –

Aqui, alguns ícones do nosso esporte: Roger Mila, que todo mundo conhece, certamente; o Samuel Eto'o, lembrando que, geralmente, quando nós falamos que somos de Camarões, brasileiro sempre lembra da sua derrota nas Olimpíadas. (*Risos*.)

Aqui, algumas paisagens do país. Essas são algumas imagens. Como o colega falou, infelizmente essas imagens nunca aparecem na mídia. Ficamos sempre com aquele estereótipo do continente africano.

Então, queria agradecer a todos pela atenção.

Obrigado. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Esse foi o Daniel Arthur Nnang Metogo, aluno africano do Centro de Convivência Negra da UnB, doutorando em Engenharia Civil e coordenador dos Assuntos Acadêmicos da União dos Estudantes Africanos no Brasil.

Já que o Arthur me fez uma provocação, eu vou fazer uma colocação para a qual eu sei que vocês vão bater palmas. Eu duvido que vocês não torceram para o Brasil ontem, que foi o campeão da nossa Copa das Confederações. (*Palmas.*) Felipão e Cia Ltda. Neymar arrasou!

Bom, agora vamos fazer o seguinte encaminhamento: eu, normalmente nas audiências em que eu coordeno, que eu presido, abro a palavra para que o plenário possa fazer alguma colocação ou mesmo alguma pergunta para a Mesa. Então, nós vamos abrir para quatro pessoas do plenário que queiram ou fazer perguntas ou... Mas o pessoal está ligeiro, pois já estão os quatro aqui, e não foi nada combinado. São exatamente quatro.

Então, vamos lá. Está inscrito para falar neste momento o Martin Fonkoua, de Camarões. O Martin é doutorando em Biologia e Farmácia.

Martin com a palavra.

Você pode usar esse microfone fixo, porque fica mais fácil. É você que manda. Aperta aí e acende uma luzinha verde. Já acendeu, pelo que eu vi aqui.

O SR. MARTIN FONKOUA – Bom dia a todos!

Quero agradecer, primeiramente, ao Senador Paulo Paim por esta oportunidade dada a mim. Meu português é ainda pior. Eu não fiz aula de português e só cheguei aqui há um ano meio e estou fazendo uma pesquisa em Farmácia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Tudo bem. Então, vá tranquilo.

O SR. MARTIN FONKOUA – Vou falar sobre o tema do Renascimento Africano. Este será o primeiro tema que tenho para explorar aqui: o Renascimento Africano. Então, o que é mesmo o Renascimento Africano? Cada um trouxe uma apresentação de seu país: Camarões, Angola, Guiné, Sudão. Beleza! Mas por que essa apresentação? Porque hoje em dia temos uma visão nova, uma visão de, daqui a 20, 30 ou 50 anos, construirmos um país só na África, porque a história da África não começou com a colonização. A história da África não começou com a escravidão, não. Antigamente, antes da chegada do colonizador, a África era um país com várias leis. Então, o objetivo dos jovens africanos hoje é voltar para essa história gloriosa da África. Por isso temos, hoje em dia, esse movimento no Dakar e no Senegal que se chama *Union Africaine*,

em francês. Esse estatuto mostra a nova visão, a nova visão da África, o que somos.

Então, esse Renascimento vai ter vários pontos: primeiramente, cultural, porque durante a escravidão e a colonização a África sofreu muita influência da cultura da Europa. Hoje os jovens africanos têm que saber que, para renascer, para se sentir africano, eles têm que voltar para a sua cultura. A cultura da África é muito rica. Com relação à língua, cada região africana, hoje em dia, além de falar português, francês, inglês, que são as línguas dos colonizadores, cada um de nós tem que aprender a falar pelo menos cinco línguas africanas.

O exemplo sou eu mesmo: eu sou de Camarões e eu falo inglês, francês, que são as línguas oficiais, línguas do colonizador, e eu falo cinco línguas camaronesas, porque no Camarões temos 250 línguas. Além das cinco línguas camaronesas, eu falo mais uma língua do Senegal e outra língua da Nigéria. Então, para mim, isso já ... A África não é só camaronesa. Camarões é só um pedaço da África. E cada um aqui dos jovens africanos ao chegar ao Senado ou a qualquer lugar, tem que se apresentar primeiramente como africano. Por isso, tem que dizer: “Eu sou Martin Fonkoua, africano, originado de Camarões.” Então cada um, para renascer, tem que tirar o nome de Angola, de Guiné quando está se apresentando. A primeira apresentação que você tem que fazer é que é africano, não que é de Guiné, de São Tomé, de Cabo Verde, que são nomes dos colonizadores, que ele colocou sem visar a nada, sem ler sua história, sua cultura, nada. Isso é renascer.

Segundo, a economia. Hoje em dia, a economia africana é muito extrovertida, porque você fala, como Alberto falou de Angola, que faz muita troca com o Brasil, tudo bem, está fazendo muita troca com a China, tudo bem. Mas a África, cada país africano tem que primeiramente ter como parceiro econômico um país africano. Esse é o renascimento também.

Porque ele falou do problema de emprego. O Brasil já está dando ajuda. E ajuda para formar jovem, mas ele não vai te formar e te dar emprego, não. O Brasil ajuda com a formação, com a educação, mas quando você volta para lá, é o dever do país africano ter uma economia mais integrada, porque as economias africanas são muito extrovertidas, para fora, para vender petróleo para o Brasil, vender petróleo para a China. Mas você não sabe que lá, quando você tem Angola no sul, você tem a Nigéria no norte lá, e você pode fazer muita troca no mercado.

Quando um africano, depois da formação aqui no Brasil, quando ele volta, ele não é obrigado a voltar para o país dele. Se você é guineense, se a economia

africana é muito bem integrada, você pode voltar para Camarões, você pode voltar para a Nigéria.

Então você tem que ter esse olhar de que a África não é só um país, a África não é São Tomé. A África são várias regiões que você tem, com riqueza. E para mim, o crescimento econômico africano vai ser melhor quando nós tivermos uma economia muito integrada entre os países africanos mesmo. Esse é o renascimento. Mas cada país pode ter uma parceria com o Brasil, a China, a Índia e outros mais. O objetivo do seu renascimento é a integração da economia, porque às vezes você tem um país com o Chade, ou outros países como o Gabão, que têm muito, muito petróleo, e ao mesmo tempo você tem a República Centro-Africana, em que falta petróleo, que não tem como fazer e tem muita dificuldade para alimentar a população. Então você tem que ter ajuda. Neste momento, você tem Angola no sul lá, que tem muito petróleo, diamantes, que está vendendo para o Brasil, quando o mesmo povo africano está sofrendo em cima, sem petróleo, sem nada. Então essa é uma economia muito distorcida.

O objetivo do renascimento africano é fazer uma integração econômica forte, e quando você chegar aqui ao Brasil, falar em nome da África, e não em nome de Angola, do Sudão ou do Camarões. Porque o Brasil é quase um continente. Para haver um equilíbrio entre Brasil e Angola, não. Angola ou Guiné ou Camarões é um pedaço, é um pedaço, você não pode fazer um peso. No futuro, gostaríamos de ter aqui no Brasil uma embaixada africana, não 54 embaixadas, de Guiné, de Cabo Verde, de São Tomé, que é muita bagunça para mim. Assim não se faz peso, porque a Presidente Dilma, se você perguntar para ela, para dar cinco nomes de embaixadores africanos, ela não vai conseguir, tenho certeza. Mas se você tem só uma embaixada africana aqui no Brasil, cada vai ter só um embaixador, o embaixador da África. É Martin ou Arthur. É mais fácil.

Neste mundo hoje, onde essa geopolítica é baseada no peso, no grupo, na África, você tem que pensar. A mesma coisa vai acontecer agora mais no futuro. O jovem africano, a juventude africana que nós somos, temos que ter essa visão. Porque daqui a 20, 30 anos não vai ser a mesma pessoa no poder, vai ser você, vou ser eu, vão ser eles. Então vamos buscar essa visão de ter, no Brasil, uma embaixada só africana.

Isso é o renascimento, porque renascimento é o quê? Você jogar fora todas as coisas antigas e optar por coisas novas, que vão te ajudar a ir à frente.

E também educacional, há muitos países que têm universidades muito boas, mais do que o Brasil mesmo. Mas você vai sempre mandar alunos deles para a Rússia, a China, o Brasil. Tudo bem, mas há também, na África mesmo, muito boas universidades, bem

concisas, que têm alojamentos mais do que algumas universidades brasileiras. Mas, como na economia, a visão do governo é sempre para fora, ele não vê isso e cada país só manda estudar fora, manda para fora.

Hoje, sexta-feira, uma universidade do Quênia apresentou uma bateria que pode ajudar qualquer lugar do mundo, quando tem a Internet, a tecnologia é muito avançada na África também. E recentemente, mês passado, Gana lançou um satélite espacial. Então, sobre todas essas coisas, tenho certeza de que a juventude africana que está aqui não se informa. Olha só para a Europa, para a China, outros mundos.

Só para concluir, no renascimento africano temos que incluir a integração entre a economia africana, a integração sob o ponto cultural, se é do mundo árabe ou do mundo francófono Bantu, tem que aprender tema cultural deles e também da minha cultura. Tudo isso para fazer daqui a 20, 30 anos, *United of Africa*, que é meu sonho.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. africano, por extensão, Camarões, mas africano, é isso?

Essa é a mensagem que você deixa e lança uma ideia de uma África unida, inclusive a ideia de uma única embaixada da África e, quem sabe, com os devidos departamentos de países. Bem interessante! E tem uma sintonia mesmo. Pergunte para mim os países africanos que têm embaixada aqui? Naturalmente vou me perder. Agora, uma embaixada da África, com certeza, nós lembraríamos de cara, uma embaixada do continente africano.

Muito bem, vamos agora para Lusibetty Trigueiros, África São Tomé, seguindo a lição de casa do professor.

A SR^a LUSIBETTY EUSÉBIO ESPIRITO SANTO TRIGUEIROS – Bom dia a todos aqui presentes, bom dia a V. Ex^a, Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mas o seu português é quase que perfeito, pelo que estou vendo.

A SR^a LUSIBETTY EUSÉBIO ESPIRITO SANTO TRIGUEIROS – É que já estou aqui há muito tempo.

Gostaria de agradecer por termos sido aceitos aqui em sua Casa, aceitar a presença de todos os estudantes africanos.

Gostaria de dar bom dia aos que compõem à Mesa, bom dia a todos os estudantes africanos que estão presentes.

Sou Lusibetty Eusébio Espirito Santo Trigueiros, sou de São Tomé e Príncipe, sou aluna do curso de Ciências Biológicas na UnB. E como o tema fala sobre o renascimento africano: um olhar da juventude, venho aqui falar sobre algo que está também relacionado ao

renascimento africano, que é essa parceria que existe entre o Brasil e o nosso continente, relacionado a nós, que somos a juventude africana.

Existem algumas questões que consequentemente interferem nesse renascimento africano, que se não forem refletidas pode levar a certas consequências depois.

Venho falar sobre a renovação de vistos. Há alguns anos, tem havido problemas de renovação, ou seja, vamos até a Polícia Federal, levamos os documentos para serem renovados, mas o tempo da resposta do processo tem sido imenso. O que acontece? Nós temos que andar com papel A4, carimbado pela Polícia Federal, mas nem todos os setores públicos reconhecem esse papel num primeiro momento. Então, ficamos em uma situação constrangedora, porque a pessoa pergunta, digamos em uma palavra mais informal: “Que é isso?” Eu falo: “É meu documento.” “Teu documento?” Falo: “Sim, dado pela Polícia Federal está aí o carimbo.” Aí ela olha, tudo bem.

Então, se eu pago para ter... [é passado um papel a ela] ... é esse o papel que nós recebemos, o papel A4. Então, assim, todos aqui pagamos para que o nosso visto seja renovado. Há uma carteirinha, mas quando nós vamos renovar o outro processo é que nós recebemos a carteirinha que nós deveríamos ter recebido há muito tempo. Então, estou falando dessa questão que é constrangedora para todos os estudantes africanos, não só em Brasília, mas no Brasil inteiro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Já solicito à assessoria dos trabalhos providências no sentido de que possamos dialogar com o Itamaraty...

A SR^a LUSIBETTY EUSÉBIO ESPIRITO SANTO TRIGUEIROS – Sim. Por exemplo, o meu processo, ao qual dei entrada em fevereiro, desde então, não tenho resposta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O que ela fala é real: é constrangedor estar com um papelzinho na mão e dizer aquilo ali é o meu passaporte, que ali está meu visto etc. E isso cria uma situação, de fato...

A SR^a LUSIBETTY EUSÉBIO ESPIRITO SANTO TRIGUEIROS – Infelizmente, é uma situação constrangedora, porque há servidores públicos que não reconhecem, num primeiro momento, que aquilo é uma identidade estrangeira.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu não digo que nós vamos conseguir, aqui, transformar todas as embaixadas em uma só. (Risos.)

Esse pedido é difícil, mas esse aqui é mais fácil de nós interagirmos.

A SR^a LUSIBETTY EUSÉBIO ESPIRITO SANTO TRIGUEIROS – Com certeza. Isso num primeiro momento.

Outra questão também sobre a qual eu peço que se reflita – e sobre todas as leis podemos refletir para podermos melhorá-las – diz respeito ao trabalho. Eu sei que nós assinamos um contrato dizendo que nossos pais têm que nos manter aqui, mas, como todos nós sabemos, embora haja países africanos em que há desenvolvimento, há outros que ainda se encontram em situação crítica. Hoje, eu posso assinar um termo que diga que eu tenho condições de arcar com as despesas do meu filho aqui, mas, se a situação do país mudar amanhã, eu não terei mais aquela mesma condição. Isso, então, torna difícil.

Sei, sim, que existem bolsas para ajudar os estudantes aqui, mas tem que ter uma situação para que aquele estudante possa conseguir aquela bolsa. E, se ele não conseguir aquela bolsa, ele fica numa situação crítica aqui, porque não pode trabalhar e o pai não tem mais aquela condição que poderia oferecer para o filho aqui. Então, são situações que merecem uma reflexão, uma análise, avaliar o que pode ser mudado ou não.

Então, num primeiro momento, são essas as questões que eu queria trazer aqui. Agradeço, mais uma vez. Não vou estender muito o meu tempo, porque há outros estudantes que querem falar.

Obrigada e bom dia a todos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Essa foi Lusibetty Trigueiros, que levantou duas questões que merecem, no mínimo, uma reflexão: a questão da bolsa, para ver como é possível se ajustar isso de forma tal que o estudante aqui tenha, efetivamente, a garantia dessa bolsa, quando, naturalmente, provar que precisa.

A SR^a LUSIBETTY EUSÉBIO ESPIRITO SANTO TRIGUEIROS – É um valor só para o Brasil todo! Só que, quando chegamos aqui, é que temos o conhecimento de que o custo de vida não é igual em todos os Estados, é diferente. Com US\$300,00, você não consegue sobreviver em Brasília. Então, são questões...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Então, vamos todo mundo para o Rio Grande. (Risos.) Lá, pelo menos no meu Estado, dá para viver.

A SR^a LUSIBETTY EUSÉBIO ESPIRITO SANTO TRIGUEIROS – ...que merecem ser refletidas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não; vamos fazer sim; vamos encaminhar a reflexão.

Agora, vamos passar à Mirella, de Cabo Verde, mas eu vou dizer do continente africano. Estou seguindo a orientação do mestre. Podem ver que estou seguindo a sua cartilha aqui.

Mirella, africana, de Cabo Verde.

A SR^a MIRELLA MILEIDY DOS ANJOS ASSUNÇÃO DA LUZ – Bom dia a todos! Bom dia ao Senador Paulo Paim! Obrigada por esta oportunidade de podermos falar aqui sobre as nossas preocupações, as nossas ideias.

Primeiramente, meu nome é Mirella Assunção da Luz. Sou africana, de Cabo Verde, e faço graduação em Artes Plásticas na Universidade de Brasília.

Na verdade, eu vou aproveitar uma das exposições que foram feitas aqui relativamente às dificuldades por que o próprio aluno africano passa, na questão da adaptação, quando chega aqui e fazer uma sugestão nessa questão da melhor cooperação, para ajudar ainda mais o estudante aqui. Nada como as próprias embaixadas, que sabem que o aluno está chegando, ou, na verdade, deveriam saber que o aluno está chegando. E nada como a própria embaixada saber a situação por que passa o país e as dificuldades que o próprio estudante vai encontrar aqui, no Brasil. Então, como a embaixada do país africano é que tem o maior interesse, exatamente por essa questão de que, depois, quando o aluno se formar, levará crescimento ao seu país de origem, aplicando-se no mercado de trabalho, nada como ampliar ainda mais esse interesse e fazer com que as próprias embaixadas tenham alguma obrigação em relação a isso.

Então, sobre essa questão da cooperação...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Se me permite, Mirella, eu acho que a sua colocação, para mim, inclusive, que estou querendo dominar o assunto, é muito interessante. A responsabilidade da embaixada também. O aluno vem para cá fazer a sua formação, vai voltar com potencial – é o que todos nós queremos – para o país de origem, então, a embaixada tem que estar em sintonia com o Itamaraty. Quando esse aluno chegar ao aeroporto, quem o receberá, para onde irá, como será o deslocamento, enfim? Então, que a gente faça também esse...

Eu já estive uma ou duas vezes numa reunião com todas as embaixadas juntas, em que o embaixador mais antigo era considerado o decano. Então, que eu leve também para eles esses questionamentos que aqui vocês apresentam. No caso aqui da sua fala, a embaixada, de fato – você tem toda razão –, tem que estar em sintonia com o Itamaraty, com o MEC, porque é um conjunto de atores. Mas a embaixada para mim é fundamental.

Pode continuar.

A SR^a MIRELLA MILEIDY DOS ANJOS ASSUNÇÃO DA LUZ – Pois é, só lembrando que há alguns países que não têm embaixada aqui. Então, a situação fica ainda mais crítica.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não há nem consulado? Nada?

A SR^a MIRELLA MILEIDY DOS ANJOS ASSUNÇÃO DA LUZ – Não. Há alguns países que não têm nada aqui. Então, a situação ainda é mais difícil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mas aí eu volto para o meu mestre – como é mesmo o nome dele?

A SR^a MIRELLA MILEIDY DOS ANJOS ASSUNÇÃO DA LUZ – Martin.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É como o Martin dizia, se houvesse aqui, pelo menos, uma representação do continente africano, essa representação – isso é possível nós pensarmos –, poderia ter esse carinho com os filhos da pátria mãe, a África, que aqui chegam e que não têm embaixadores dos seus países. Mas dá para dialogarmos sobre isso.

Continue.

A SR^a MIRELLA MILEIDY DOS ANJOS ASSUNÇÃO DA LUZ – E continuando – pulando um pouco essa parte da obrigatoriedade de acompanhar o aluno – ainda nessa questão de interesses, a questão do mercado de trabalho, por exemplo, eu sei que, em Cabo Verde, boa parte dos que voltam não tem emprego. Eles querem voltar para o seu país, querem fazer parte do desenvolvimento, mas não conseguem. Então, o que eu falo? Eu posso muito bem, às vezes, ajudar o meu país ainda aqui no Brasil, estudando mais.

Há algumas situações de pesquisa que poderiam acontecer aqui ou em Cabo Verde, mas com uma ajuda ainda melhor. Então, às vezes, não há como empregar, mas há como fazer desenvolvimento de projetos que, lá na frente, vão dar resultados. Ou seja, pode-se fazer uma ampliação melhor nessa questão do desenvolvimento do país.

Nessa questão da integração e também de cooperação entre universidades, por exemplo, em Cabo Verde, há uma universidade que cresceu – Uni-CV – com a cooperação do Brasil. Então, poderiam ser feitas pontes de intercâmbio, em que o estudante daqui vá para lá e vice-versa. Podendo também ampliar essa questão da possibilidade de projetos que façam desenvolver e, até culturalmente, isso ampliaria muito, muito, muito.

É basicamente essa a minha fala.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Mirella!

Nós vamos depois fazer o encaminhamento, e o professor vai contribuir. Mas podemos, no final aqui, construir um documento que eu remeterei às autoridades competentes, para avançarmos e para que esta não seja somente uma audiência pública em que vocês

estão contribuindo. Esta é uma agenda pública que eu chamo de propositiva, afirmativa e positiva, em que se contribui com ideias para que a gente possa afinar mais, interagir, com a nossa participação, com vocês e com os responsáveis pelo Brasil e, ao mesmo tempo, chamar à responsabilidade também as embaixadas. E mesmo com aqueles países que não têm embaixador no Brasil, há como nós construirmos sintonia.

Depois da Mirella, vamos agora para Giuliano Castro, que é professor na UnB.

O SR. GIULIANO PEREIRA DE OLIVEIRA CASTRO – Agradeço a V. Ex^a a oportunidade a todos presentes. E gostaria de esclarecer algumas coisas do programa PEC-G.

Eu sou professor na universidade, mas ainda como substituto, e trago aqui a palavra também da nossa coordenadora do NEPPE, que é o Núcleo de Ensino e Pesquisa em Português para Estrangeiros, que funciona no Departamento de Língua Estrangeira e Tradução da Universidade de Brasília desde 1987. Então, a primeira turma do PEC-G formada é de 1988, sendo que os estudantes africanos oriundos de países de língua portuguesa não têm necessidade de, ao término do período de um ano, comprovar proficiência na língua por questões óbvias. Mas aqueles que são oriundos de outros países precisam. E muitos aqui, os que não são de países lusófonos chegaram ao Brasil no dia 2 de março sem nenhum conhecimento de língua portuguesa, sendo que, em outubro, eles precisam passar – ser aprovados – no exame que é aplicado no Inep do MEC chamado Celpe-Bras (Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros), e nós trabalhamos arduamente entre março e outubro.

É claro que há muitas dificuldades. Esse processo envolve o Itamaraty, envolve o MEC e 72 universidades, Senador. Muitas delas não têm como acolher esses estudantes para que eles aprendam a língua portuguesa. Então muitos dos alunos que vem aqui para UnB aprender língua portuguesa conosco, após aprovação no exame Celpe-Bras, serão encaminhados a outras universidades. Então, além do processo de adaptação inicial na UnB, eles terão de passar por outro processo de adaptação em outro Estado.

Então eu gostaria de ressaltar aqui que as universidades brasileiras que são integrantes desse convênio têm trabalhado arduamente na integração desses estudantes, têm feito programas maravilhosos muitas vezes com poucos recursos. Aqui na UnB, por exemplo, este ano, eu trabalho com a minha colega, uma professora assistente – eu trabalho à tarde e ela trabalha pela manhã –, a Prof^a Marilena Bonfim, na coordenação geral desse programa na Universidade de Brasília e em todas as universidades.

Eu venho aqui hoje agradecer, em nome desses professores, a grande contribuição que esses estudantes africanos trazem para essa área de português e língua estrangeira no Brasil. Grande parte desses alunos são africanos, oriundos de diversos países e isso só tem contribuído para essa diversificação, para a grande diversidade cultural brasileira. Eu venho aqui em nome do Núcleo de Ensino e Pesquisa em Português para Estrangeiros na UnB, parabenizar esses alunos que são guerreiros, que são pessoas que chegam muitas vezes com poucas condições, nós lhe fornecemos o apoio que nós podemos fornecer e esses guerreiros acabam sendo vencedores. Portanto, eu venho aqui parabenizá-los e dizer que para nós é um grande orgulho fazer parte dessa equipe e dizer que vocês são muito bem-vindos e continuem a contribuir para o crescimento da diversidade cultural brasileira.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem Giuliano. Uma salva de palmas aos guerreiros e guerreiras.

O Prof. Ivair queria contribuir com algumas colocações e o Alberto também. Qualquer um da Mesa pode contribuir se assim entender.

O SR. IVAIR AUGUSTO ALVES DOS SANTOS – Eu queria ressaltar a importância da fala dos estudantes. Uma coisa que eu sinto muito, e é uma coisa que não é minha só, mas de todos os professores de várias universidades com quem tenho conversado, é ausência da fala e da representação dos estudantes no programa PEC-G. Então, por exemplo, saiu o decreto e tal que regulamenta o PEC-G, mas nenhum estudante foi ouvido. E na representação tem o Ministério das Relações Exteriores, tem o MEC, mas não tem a presença do estudante, o principal interessado, aquele que vai vivenciar esse problema. Então, se há estudantes no país inteiro, seria fundamental que eles pudessem, com as suas organizações, se fazer ouvidos.

Então uma das primeiras demandas que eu sinto foi a fala aqui, o senhor ouviu, Senador, não houve censura de fala nenhuma, e eles colocaram os problemas que eles estão sentindo no seu dia a dia. Ou seja, é um problema do cotidiano que precisa ser incorporado quando você faz o acordo PEC-G.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Seria um representante dos alunos...

O SR. IVAIR AUGUSTO ALVES DOS SANTOS – Um representante dos alunos na hora em que se vai discutir o PEC-G. Ou seja, como é que vocês estão vivenciando esse problema? A experiência de vocês aqui qual é? Entendeu? Para que você possa incorporar.

A outra questão é o seguinte: Um programa como o PEC-G, ele tem que ser visto, como também por outro lado, como...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A professora pode usar a palavra a hora que quiser. Se quiser contribuir fique bem à vontade também.

O SR. IVAIR AUGUSTO ALVES DOS SANTOS – Um programa como o PEC-G, e eu posso dizer tranquilamente, eu disse claramente na conversa que tive com o nosso Reitor na Universidade de Brasília, o Prof. Ivan, que eu quero que venham mais estudantes africanos para a minha universidade, porque eu quero que venham mais cérebros para cá.

O que estou percebendo, quando recebo os estudantes, é que o ganho para nós é muito maior, em termos de conhecimento, de troca e tal. E as pessoas às vezes acham que estão prestando uma assistência. Não, pelo contrário. Os Estados Unidos, a China ficam buscando esses estudantes por uma razão muito simples: estão trazendo pessoas que vão contribuir com seu país.

Então, é preciso olhar o seguinte: a vinda desses estudantes é um investimento para nós, não é uma assistência. É um investimento. Então, para nós, é fundamental que esses estudantes venham. Eu disse claramente, pedi, falei com o reitor: reitor, nós queremos mais estudantes africanos aqui, de Guiné, do Sudão, porque, para nós, é uma riqueza, uma troca, uma coisa muito importante. Cada vez mais, o país ganha com isso, ganha muito com isso.

Essa é uma questão que estudantes precisam entender: para nós, a vinda de vocês é muito mais importante do que vocês imaginam, do que vocês vão levar para lá, porque vocês enriquecem a nossa história, o nosso conhecimento. A contribuição que vocês vão trazer, para a gente poder entender... Nós hoje vivemos num mundo globalizado. Não conhecer o continente africano é desconhecer o futuro. É estratégico conhecer e conviver com vocês. Então, a primeira coisa que quero pedir é o seguinte: que venham mais estudantes africanos. Esse é um interesse nosso, não é interesse deles só, não.

E a outra questão importante, que acho, é a seguinte: é preciso rever o programa, no sentido de incorporar outras dimensões. A realidade que eles colocaram aqui e que entendemos é a questão do “pós”: o que acontece depois com o estudante. Ele precisa ser incorporado ao mercado de trabalho.

Nós temos várias ideias, desde a de criar uma incubadora de empreendimentos aqui, que possa reproduzir a realidade de lá e levar para lá. Temos a possibilidade de incorporar estudantes africanos de empresas

brasileiras que vão para lá; há várias empresas públicas aqui, que poderiam estar incorporando também.

Então, essas ideias podem ser trabalhadas com o nosso pessoal aqui. Estamos aqui em Brasília, justamente para isso. Nós temos um conjunto de embaixadas bastante grande aqui em Brasília, o que também é bom e, ao mesmo tempo, não é tanto, porque cada embaixada é um universo. Há embaixadas com mais recursos, outras com menos recursos, mas elas poderiam ser trabalhadas para estarem mais presentes nessa conversa, nessa presença dos estudantes.

Acho que essa é uma questão que senti muito na pele. Quando a gente tentou uma aproximação, senti que a preocupação das embaixadas é outra, e nós precisamos dos embaixadores.

Quando eu estava no Ministério da Justiça, quando havia algum problema com algum estudante europeu ou americano, a embaixada estava lá no Ministério da Justiça em peso. Agora, se acontecia alguma coisa com um nigeriano, se acontecia alguma coisa com outro africano, eu dificilmente via a presença de uma embaixada africana no Ministério da Justiça, para saber o que está acontecendo. Se é um neozelandês, se é um australiano, você vê a embaixada presente no Ministério da Justiça, conversando com o departamento estrangeiro e tal. Portanto, essa presença maior das embaixadas africanas eu sinto falta na vida dos estudantes africanos.

Acho que o que eles estão falando aqui não é a fala só de alguns estudantes africanos no Brasil. Não, é a fala da grande maioria de estudantes africanos e de professores que estão convivendo com estudantes nas universidades, que, muitas vezes, criam regras que não dá para encaixar.

Vou pegar um exemplo simples: alguns estudantes vêm na condição de filho de diplomata. Aí o pai e a mãe voltam para o país. Quando voltam para o país, deixa de ser diplomata. Aí o indivíduo começou a estudar engenharia, está há dois anos aqui. Quando o indivíduo volta, a família não tem condições de manter mais o filho aqui. O que acontece com esse menino e com essa menina? Literalmente, cheguei a ir a lugares onde eles estavam morando: não há condições de viver, só que as regras não os encaixam.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sei, são frias e distantes.

O SR. IVAIR AUGUSTO ALVES DOS SANTOS – Então, tem-se de sentar, conversar e dizer: olha, esse indivíduo está precisando de ajuda.

Esse mecanismo do PEC-G tem de ter a representação dos estudantes, para que eles possam ser ouvidos nas suas demandas. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Prof. Ivair. Alberto.

O SR. ALBERTO ANDRÉ CARVALHO FRANCISCO – Bem, antes de mais nada, primeiramente, se me permite, Senador, queria agradecer aqui a presença de uma ilustre figura, que tenho visto que, desde sempre, desde a criação da União, sempre nos apoiou e sempre acompanhou nossos eventos que é a Josefina Serra dos Santos, aqui presente no auditório. Queria pedir uma salva de palmas para ela que, desde sempre, esteve ao nosso lado desde a criação da União dos Estudantes Africanos. ... (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nós batemos palma, mas ninguém sabe quem é ela. Onde é que ela está? Levanta aí, levanta aí. Ela está seguido aqui na Comissão. (*Palmas.*)

Por isso, fiz esse destaque para ela.

Parabéns. Seja bem-vinda, viu?

O SR. ALBERTO ANDRÉ CARVALHO FRANCISCO – Então, dando continuidade, fazendo um meio de campo e tentando criar uma espécie de solução sobre o que falaram o Prof. Ivair e a Lusibetty, a questão dos vistos e a questão das bolsas, queria dizer que se poderia tentar criar, por exemplo, uma espécie de um acordo, porque nós temos uma limitação quanto ao visto de estudante, para estudante. Por exemplo, o estudante não pode trabalhar, ou seja, não pode estar ligado a questões remuneratórias. Um dos meios que se poderia fazer, que é bem visto, não sei se o Senador Paulo Paim descartava a oportunidade de estudar fora, na Europa, mas quase todo estudante que estuda na Europa, América e por aí afora, que é uma das coisas que o Brasil gostaria de servir como exemplo e poderia servir como exemplo bom, é que todo estudante quando vai brasileiro estudar na Europa e na América, tendo bolsa ou não, normalmente trabalha e estuda, ele normalmente trabalha e estuda. Mas o nosso visto, enquanto africano aqui no Brasil, não nos é permitido trabalhar.

Acho que uma das questões, uma das pequenas soluções, não diria uma das melhores e tal, mas uma das pequenas soluções para nós, enquanto estudantes africanos, seria nos permitir, pelo menos, sei lá, um estágio remuneratório considerável, eu não diria um trabalho a tempo integral para não fazer com que o estudante fique dedicado 100% ao trabalho e esqueça o lado acadêmico, mas seria, por exemplo, um estágio remunerado, que fizessem umas regras com que ele só trabalhasse x horas, sei lá, seis horas, e não pudesse deixar de estudar. Então, isso facilitaria e iria eliminar essa questão do problema das bolsas. Boa parte dos estudantes aqui tem força e tem vontade de querer

trabalhar, fazer um estágio, e seria bom, porque ele ia fazer estágio numa empresa renomada, ia contar como currículo para ele quando voltasse, aquilo que o Gaudêncio falou. Automaticamente, ia ter um meio de subsistência aqui no Brasil e, também, ia lhe permitir eliminar algumas lacunas em termos acadêmicos e financeiros aqui dentro do próprio Estado do Brasil.

Ou seja, essa questão dos vistos, de permitir que o estudante trabalhe, acho que seria uma coisa muito, mas muito interessante. Também interessante do ponto de vista do próprio Brasil que, vamos dizer, também tem dificuldade em alguns quadros para trabalhar. Acho que seria benéfico o Arthur, que é doutorando em Engenharia Civil, contribuir, sei lá, para uma Odebrecht, uma Mota-Engil. Em termos de conhecimento, um estagiário é uma mão de obra muito boa e qualificada. Acho que, para nós, seria uma troca de moeda, aquilo que o Prof. Ivair disse: “Eu dou uma coisa, você também recebe em troca.” Ou seja, seria algo que seria positivo tanto para os dois lados, mas ressalvo, faço sublinhar um ponto importante que foi falado, que foi enfatizado: chamar a responsabilidade das embaixadas aqui é algo importante.

As embaixadas têm que também cumprir o papel como tal, independentemente de a embaixada ser uma representação só política. Não é só uma representação política, mas uma representação, em primeiro lugar, por interesse dos cidadãos aqui representados. E, quanto àqueles estudantes que não têm representação diplomática, não têm uma representação diplomática dos Estados aqui, é aquilo que o Martin falou, acho que é uma questão que as próprias embaixadas poderiam pensar nisso, o próprio decano, que seja aqui chamado também, podia pensar nessa questão de ver como é que esses estudantes que não têm representação diplomática poderiam se enquadrar nessa questão, porque, às vezes, os estudantes têm problemas bem simples, são questões de ordem muito, mas muito simples, que só precisam de um encaminhamento simples.

Por exemplo: ele perde o tempo, o prazo de renovar o visto. Se perder o prazo, por deliberação do Estado brasileiro, da lei brasileira, ele tem que sair, regressar para o seu Estado de origem. Já vai gastar muito dinheiro regressar, requerer outro visto, que é uma burocracia que não tem noção. Acho que os brasileiros não têm noção do que é a burocracia para a aquisição do visto brasileiro no seu Estado de origem, a renovação do visto no Estado brasileiro, a continuidade do visto. Se eu mudar, por exemplo, de instituição, sair da UnB, ir para uma UFRJ, quiser fazer um doutorado, agora que eu terminei o mestrado, eu vou ter que requerer um novo visto. E, para requerer um novo visto, vou ter que sair do Brasil. Ou seja, vou ter que gastar

mais cerca de R\$4 mil, R\$3 mil, para sair do Brasil, esperar mais uns três, quatro meses para conseguir o visto brasileiro, enquanto eu podia muito bem estar, esse tempo todo, aqui no Brasil a fazer pesquisa, sei lá, em prol do próprio Brasil e também do meu Estado de origem, de Angola.

Então, são questões assim bem simples. Podia ser criado um pequeno acordo, como se diz, uma regra sem exceção. E toda lei tem uma pequena emenda. Pode-se fazer uma pequena emenda para tudo. Acho que é isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Alberto. (*Palmas.*)

Vamos ver aqui se a gente vai para os encaminhamentos e podemos dialogar sobre isso naturalmente. E faríamos um documento. Eu vou pedir à sua assessoria direta e da moçada. Vocês da Mesa mandam, e o Senador obedece. Pede a palavra e toca aí. Pode falar.

O SR. AMMAR ABDELAZIZ HASSAN SALIH – Eu queria só chamar a atenção dos meus colegas africanos. Eu sei existe que muita dificuldade. Há muitas coisas que a gente está levantando aqui, e a gente está chamando atenção. Mas, prestem atenção: a gente está aqui sentado no Senado do Brasil, o maior país da América do Sul, num comitê tão importante, o comitê de direitos humanos. Isso não aconteceu em qualquer lugar do mundo. Eu sei que está havendo muita dificuldade, mas, mesmo assim, a gente agradece o esforço e tudo o que o Governo está dando para a gente. O Governo brasileiro está ajudando a gente a estar aqui. E, mesmo assim, o Senador Paulo Paim está neste comitê a ouvir a gente. Este é o Senado de um dos maiores países do mundo.

O Alberto falou que tinha de seguir o exemplo dos países europeus e americano, de deixar a maioria dos alunos trabalhar, mas os países europeus e os Estados Unidos têm de seguir o exemplo do Brasil, de deixar alunos sentarem, aluno estrangeiro ainda, sentar aqui no Senado e falar e se expressar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. (*Palmas.*)

O SR. AMMAR ABDELAZIZ HASSAN SALIH – Eu realmente agradeço. Não é em qualquer lugar do mundo que isso acontece realmente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Ammar, parabéns! Você lembra a importância do processo democrático e que todos os países deem exemplos como este, de dialogar com nossos estudantes, independentemente do país de origem.

Enfim, o documento que íamos formular são só as ideias básicas que o Prof. Ivair naturalmente vai ajudar com a assessoria de vocês. Naturalmente, os outros dois professores aqui também. Depois do documento

formulado, eu me encarrego de encaminhar aos canais competentes, inclusive de marcar uma conversa nossa com o decano dos países africanos que têm embaixada no Brasil, com a perspectiva de algumas coisas que estão no documento.

Bom, primeiro, estabelecer um diálogo com o Itamaraty – isso não é mistério, podemos fazer – sobre a questão dos vistos para estudantes africanos, as dificuldades, enfim, do que aqui foi relatado. A gente desenvolve depois o documento.

Estudar a garantia de bolsa de estudo para alunos africanos, já que não podem trabalhar. Aquilo que foi aqui levantado também. Mas, depois, nós vamos entrar num outro ponto mais embaixo, o de abrir a possibilidade do trabalho, o que eu também vejo com simpatia.

Dialogar com as embaixadas, foi o que eu falei na abertura, para que recebam o estudante no aeroporto e deem o suporte inicial pelo menos. A gente pode desenvolver também como vai ser essa conversa com as embaixadas.

Formulação do documento com as reivindicações dos estudantes é fruto disso que estou enumerando.

Necessidade de haver representatividade dos estudantes no PEC-G. Foi aqui levantado pelo Prof. Ivair.

A possibilidade da incubadora em troca de experiência. Também foi levantado pelo Prof. Ivair.

Trabalhar com representação das embaixadas, para que atuem mais junto aos alunos africanos. Praticamente repetiu.

Possibilidade de trabalhar, que a gente visse como se abre esse espaço. Eu vejo isso com algo positivo. Eu tenho uma filha que foi para os Estados Unidos. E lá ela trabalhava e estudava. E foi com bolsa. Até hoje. Enfim, acabou casando, e já tenho dois netos nos Estados Unidos. E tudo votante no Obama, viu? Não quero nem saber. Se não vota no Obama, eu mando tudo de volta para o Brasil.

Os filhos de funcionários africanos que vêm trabalhar nos Brasil iniciam os estudos e, quando os pais voltam para a África, ficam sem condições de se manter. Dialogar sobre essa questão também com a embaixada.

Eu acho que os pontos básicos estão aqui. Se alguém entender que falta alguma coisa, então cite, porque, depois, claro, nós vamos desenvolver no documento.

O SR. IVAIR AUGUSTO ALVES DOS SANTOS – Há um ponto básico que foi iniciado na minha fala e também na do Martin. É com relação ao conteúdo da Lei 10.639, de abrirmos o debate sobre a atualização, ou seja, para trabalharmos melhor a África contemporânea, porque, na verdade, as imagens que hoje estão refletindo em boa parte dos livros didáticos e boa

parte do debate não correspondem ao que é a África contemporânea hoje. Então é preciso que meus colegas das universidades e boa parte do que está sendo produzido comecem a incorporar não só em termos de conteúdo, mas também a presença dos membros africanos para poder ajudar a construir esse novo olhar, levando em conta que o tema dos 50 anos da união africana foi Pan-Africanismo e Renascimento Africano; e a União Africana considerou, nós negros Da Diáspora, como a sexta região. Então, tem-se a África do Norte, África Central, África Oriental, África Ocidental, África Austral, e nós negros da Diáspora como a sexta região, foi decisão da união africana.

Então, nós negros da Diáspora temos que fazer um trabalho no sentido de atualizar as informações sobre o continente africano e não permitir que tenhamos uma informação que não nos ajuda, nem a nós brasileiros nem aos africanos, que é uma informação que não corresponde à realidade do que é a África hoje. Portanto é importante, em termos de conteúdo a ser trabalhado nas escolas, do ensino fundamental à universidade, que consigamos trazer esse debate mais contemporâneo. Ou seja, quais são os desafios de hoje? Qual a imagem que a África tem hoje e que está sendo colocada?

Foi falado aqui por várias pessoas: se pegar esse debate e fazer um síntese dele, não se vai encontrar, em nenhum livro didático, nenhuma linha sobre isso, ou seja, porque as coisas estão concentradas em alguns aspectos da cultura brasileira que não correspondem ao que é a África hoje.

O Martin quer falar.

Obrigado.

O SR. MARTIN FONKOUA – Vou falar mais uma vez. Desculpe.

Queria falar sobre a troca entre as universidades africanas e as universidades brasileiras. Por exemplo, a China, ano passado, 2012, levou dois milhões de estudantes africanos para a China. Quando se faz uma comparação – não tenho os dados atuais do Brasil, mais dados de dois anos –, foram cerca de 10 mil estudantes só. Quando se faz uma comparação entre estudantes africanos que estão se formando na China e estudantes africanos se formando no Brasil, há uma grande diferença.

A política da China na África, se puder dar uma dica para o Brasil, faz o seguinte: você tem que permitir também, quando faz Ciência sem Fronteiras, para estudantes brasileiros, que sempre vão para a Europa – França, Alemanha – e Estados Unidos, o Governo, o MEC tem que incluir também algumas universidades africanas, porque vai facilitar essa integração. Na África, também existem muitos estudantes da China que

estão estudando nas universidades da Etiópia, de Adis Abeba. Se você for a Johannesburg, vai encontrar muitos estudantes da China e da Índia, porque eles fazem intercâmbio não só no lado econômico, mas também no educacional, na pesquisa também.

Só é uma dica que quero dar para o MEC, o Governo do Brasil: incluir algumas universidades africanas dentro do programa Ciência sem Fronteiras. Sempre olhamos para França, Inglaterra, Estados Unidos. Vocês têm que, também, mandar estudantes brasileiros para lá. Isso vai facilitar e vai dar um apoio muito grande no investimento brasileiro na África. Há muitos estudantes, mais de dez mil estudantes africanos na China, quase a mesma quantidade de estudantes chineses, indianos, na África também. Tem-se que fazer essa troca, porque eu digo que há muito boas universidades africanas, que têm um campo de pesquisa muito bom, vários campos. Então a integração Brasil-África não é só para fazer PEC-G ou PEC-PG, acabou ou manda a empresa brasileira na África. Não, você tem que mandar seu estudante brasileiro também para lá, para estudar lá, para conhecer a cultura africana. Quando ele voltar para cá, ele vai olhar a diferença, vai explicar. Você não vai precisar, mas vai encontrar isso no africano, você vai dialogar com o estudante que estudou na África. Você vai ter uma bagagem cultural muito grande.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– É interessante. Eu sei que você vai aprofundar. Ao mesmo tempo em que a gente diz que, na discussão da história da África e da formação do povo brasileiro, há uma distorção porque os professores não conhecem a realidade da África. Então, a proposta dele vai neste sentido: que alunos que, amanhã ou depois, vão ser professores aqui tenham nem que seja um estágio de um período lá, conhecendo aquela realidade para depois falarem aqui, e não contarem uma história de 100 anos atrás ou de 20, 30, 40 anos atrás.

Mas o Ivair quer responder para vocês.

O SR. IVAIR AUGUSTO ALVES DOS SANTOS

– Eu penso que o Martin tem razão, é uma conversa que nós temos quase que diariamente lá na UnB. Nós precisamos conhecer a realidade da África. Existem universidades da África do Sul, de Gana, do Senegal, de Uganda, do Egito que estão num *ranking* muito superior ao das universidades brasileiras. E a gente, quando foi fazer um levantamento do Brasil sem Fronteiras de quantos estudantes foram para África, a gente só encontrou quatro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Eu perguntava por Alberto e ele me dizia: “A não ser meia dúzia, eu penso que não há”.

O SR. IVAIR AUGUSTO ALVES DOS SANTOS

– Então, nós, estudantes e professores, defendemos – e o Reitor da Universidade de Brasília concordou com isto – mais parcerias com universidades africanas e nós enviarmos estudantes e professores para essas universidades. Se eu quero conhecer melhor essa realidade, é fundamental que eu envie professores e também estudantes para melhor entender essa realidade.

Então, como é que eu faço uma lei, um programa sobre África e eu não envio estudantes para lá, não envio um professor para lá, para especializar-se. Eu mando-o para Paris, para a Inglaterra, e não o mando para o continente africano. Então, é fundamental que a gente envie esse esforço de fazer uma cooperação entre intelectuais africanos e intelectuais brasileiros, visando a mandar mais e mais estudantes e mais professores para a África. Como bem disse o Martin, há universidades fantásticas no continente africano e que os brasileiros desconhecem. E é fundamental que a gente faça esse esforço de intercâmbio não só recebendo, mas também indo para lá nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

O Alberto queria contribuir?

É uma pergunta que chegou para mim. Eu não soube naturalmente responder. Como é que eu vou saber o que é Cabinda. Alguém me perguntou. Eu estou respondendo elegantemente. Só que eu não sei. E, então, socorrendo-me o Alberto, a pergunta do Sr. Charlel é se o governo de Angola teme pela separação de Cabinda, pelo seu poder econômico. Quando eu digo como é que eu vou saber, é para mostrar o desconhecimento que a gente tem da realidade do continente africano. O Alberto de pronto já me explicou e ele vai responder, então, para o Charlel.

O SR. ALBERTO ANDRÉ CARVALHO FRANCISCO – Primeiramente, é complicado eu, Alberto, pessoalmente responder em nome do governo angolano, mas eu vou tentar responder como angolano, como estudante, como cidadão, como visionista também do próprio Estado angolano – tenho que ser sincero.

A questão de Cabinda ou entrave que existia na realidade em termos de Cabinda em relação a Angola – infelizmente, não tenho imagens para mostrar, senão ia mostrar por que existe essa questão – é que geograficamente Cabinda está separada de Angola, está um pouco separado de Angola. Há uma divisão, em termos geográficos, entre Cabinda e Angola. E Cabinda é uma das zonas econômicas mais poderosas de Angola; ou seja, Cabinda é uma das regiões mais produtoras de petróleo do Estado angolano. Desde muito tempo, houve sempre uma tentativa de separação da região de Cabinda em relação a Angola. Mas,

felizmente – tenho que ressaltar –, há bastante tempo, há cerca de 10, 15 anos, esse problema foi solucionado. Ou seja, o próprio Governo angolano, hoje, não teme essa questão de separação de Cabinda em relação a Angola.

É verdade que existia, sim, um grupo em Cabinda que queria separar Cabinda de Angola. Mas, felizmente, o governo, com formas mais diplomáticas, podemos assim dizer, conseguiu criar um acordo interno com o próprio grupo que queria se separar de Angola, ou seja, o grupo de Cabinda, e conseguiu criar um acordo que fez com que, hoje, Cabinda faça parte, continua a fazer parte do Estado angolano. E por quê?

Uma das reivindicações que eles na verdade tinham, Senador, era que Cabinda, como uma das zonas que mais contribuíam para a economia, para a pujança da economia angolana em termos de petróleo, era também uma das regiões, eu diria, mais fracas em termos de desenvolvimento, desenvolvimento em quase todas as áreas – social, econômico e em todo o resto. Mas, hoje, Cabinda é uma das áreas, uma das regiões que mais crescem em termos sociais. Hoje, se você for para Cabinda, você vai achar que Cabinda é quase como os “Estados Unidos”, eu diria entre aspas.

Para você ter uma noção, Cabinda, hoje, tem um desenvolvimento social superior a de muitos Estados de Angola. Por quê? Porque hoje há uma contribuição de toda a produção econômica e principalmente do petróleo de Cabinda para o próprio desenvolvimento local de Cabinda. É aquela questão, para muitos terem uma noção, para clarear mais ou menos para os brasileiros: é como se fosse uma briga mais ou menos como essa dos *royalties* do petróleo no Brasil. Ou seja, se um Estado que é produtor de petróleo deve usufruir dessas riquezas do petróleo para esse Estado. Mas também não se deve esquecer que existem outras regiões que têm necessidade da produção desse petróleo. É o mesmo que acontecia e que acontece com Cabinda. Cabinda exigia uma boa parte dessa produção do petróleo para o crescimento e desenvolvimento do próprio Estado de Cabinda. E hoje Cabinda já usufrui dessa produção do petróleo.

Então, essa questão do entrave em termos de petróleo, de Cabinda querer se separar de Angola, quase que já não existe; está resolvida.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem! Como vemos, segundo o Alberto, essa questão de Cabinda está praticamente resolvida e está havendo a integração.

Eu ou passar a palavra para mais dois alunos que pediram, e daí nós vamos para o encerramento dos trabalhos.

Você, quando falar, diga o seu nome e o país, mas sempre respeitando a orientação do mestre aqui: africano de tal país ...

A SR^a PIERRE CARINE TUEGHUO KANGA –

Bom dia a todo mundo!

Meu nome é Carine, sou da África, Camarões, e há quatro meses estou aqui.

Eu quero falar sobre o assunto da língua portuguesa. Se você tem possibilidade de falar com os embaixadores, com a embaixada aqui em Brasília, no Brasil, para criar escolas para ensinar português lá na África, porque, ao chegar aqui, ficar aqui durante um ano e depois não conseguir ser aprovado na prova da língua portuguesa, tem que voltar para seu país.

Então, eu vou falar sobre mim. Quando estava lá em Camarões, eu fiz Ciências Políticas durante dois anos. Eu cheguei aqui e, por exemplo, se eu não conseguir falar a língua portuguesa, terei que voltar para Camarões. São três anos que eu vou perder assim. Então, se eu estivesse lá em Camarões fazendo língua portuguesa, se eu não conseguisse não viria para cá. Vou ficar lá estudando, vou ficar lá em Camarões fazendo minhas aulas de Ciências Políticas e fazendo língua portuguesa também. Se eu conseguir, vou venho para cá; senão, fico em Camarões.

Esse é um ponto que você não falou aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem! Muito bem!

Como é seu nome mesmo?

A SR^a PIERRE CARINE TUEGHUO KANGA –

Carine.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Carine, eu acho que você coloca algo que tem que constar no documento: que pelo menos haja um curso, lá no país de origem, de língua portuguesa. Consequentemente, você chegará aqui já sabendo e preparada, porque vai ter que fazer um teste, como você falou aqui, senão há um retrocesso. Há toda uma lógica. Nós vamos colocar isso no documento.

Muito bem! Parabéns pela contribuição ao debate. (*Palmas.*)

O SR. ALBERTO ANDRÉ CARVALHO FRANCISCO – Está aprendendo português agora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está aprendendo português agora.

É o Jonathan agora, está certo?

O SR. JONATHAN FUMUPAMBA SASAKANDA – Está certo.

Sou Jonathan Fumupamba, da República Democrática do Congo. Então, ia colocar o mesmo ponto que eu vi que foi falado, do Celpe-Bras. Eu não falo português bem. O Martin já estuda há mais tempo, é diferente o sotaque, tem experiência nesse PEC-G.

Estão vendo a dificuldade que a gente tem para fazer essa prova? Na verdade, a prova não é tão difícil, mas, na hora, sempre há aquela coisa que passa na cabeça: você já está sabendo que, se não passar, terá que voltar. É o dia mesmo. Então, fica um pouquinho complicado.

Então, queria apontar estas coisas: primeiro, o acolhimento dos alunos quando chegam, que as embaixadas têm que adotar essa obrigatoriedade, o que não fazem, e também o acompanhamento desses estudantes. A União dos Estudantes Africanos está tentando fazer em lugar deles. Outra coisa que eu pensei é quanto ao Celpe-Bras. O estudante já sabe que tem que voltar, mas já que a maioria dos estudantes que eu conheço que fizeram essa prova, que estão no Brasil não passaram e não voltaram ainda, nem vão voltar, então, é importante uma segunda chance para os estudantes.

Por exemplo, a gente chega quase no mês de fevereiro, março, faz a prova no mês de outubro e fica, do mês de outubro até 11 de janeiro, 20 de fevereiro sem fazer nada, esperando o resultado do Celpe-Bras, sem fazer nada. E a família tenta sustentar as pessoas nesse período. Aquele momento em que a gente fica sem fazer nada, para mim, é um gasto de nada na vida, porque você perde uns seis meses sem fazer nada, esperando o resultado da prova e, se você não passar, é outra coisa: voltar à África para nós, que já saímos, é voltar para trás.

Por exemplo, um pai, uma família que investiu quase uns R\$5 mil ou mais, porque agora ida e volta já custam R\$4 mil, mais o investimento que ele gastou aqui, o filho voltar para lá, começar de novo, pedir pão para o pai... A maioria das famílias africanas tem quatro, cinco filhos. Existem outros mais velhos, mais novos que estão sobrecarregados nesse caso. Então, fica complicado para o estudante que terminou, que ficou um ano no estrangeiro, estudou a língua portuguesa e não passou. Então, enquanto você está esperando o resultado – que saem dia 2 ou 11 de janeiro –, que haja outro Celpe-Bras no mês de abril. Assim, poderiam dar uma segunda chance para que aquele estudante que ficou, de outubro até fevereiro, sem fazer nada, que ele fizesse mais uma prova no mês de abril. Se derem essa chance, ele poderia conseguir estudar no próximo semestre, na mesma universidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É o mínimo, Jonathan. Parabéns pela contribuição! (*Palmas.*)

Você faz a afirmação de algo que eu chego a dizer até que é desumano. Eu calculo, pelos dados e argumentos que você elencou: você vem para cá, depois volta para lá, digamos, quase que derrotado. A família

se sente – aí vem a palavra – constrangida: “Mandeí, investi, ele foi e mandaram-no de volta porque não conseguiu aprender a língua”. Aí vem a proposta original da menina: primeiro, faça o curso lá, depois venha para cá. Já venha preparado para passar. Segundo – que é correto também –, se não passou numa prova, que haja uma segunda chance. Isso é o mínimo, como nós temos aqui, no Brasil, diversos vestibulares para alunos: fazem um, fazem outro. Nós vamos colocar isso no documento com certeza absoluta.

Vamos para os encaminhamentos finais. Como é de praxe, três minutos para cada um dos convidados da Mesa, para as suas colocações, visando a encerrar os nossos trabalhos.

Começamos com o Ivar. Vamos inverter. Começamos, então, com Ammar, por três minutos, para as considerações finais.

O SR. AMMAR ABDELAZIZ HASSAN SALIH – Já puxei uma palavra. Então, não tenho muitas coisas para falar. Novamente agradeço ao Senador Paulo Paim, toda sua equipe e todos os presentes.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Ammar!

Daniel.

O SR. DANIEL ARTHUR NNANG METOGO – Eu também não vou me estender muito. Queria agradecer, mais uma vez, a oportunidade, parabenizar meus colegas, meus conterrâneos, meus irmãos africanos. É assim que a gente vai construir o nosso continente: nessa união, nessa mobilização, trazendo aqui e em qualquer outro lugar a nossas pautas, as nossas preocupações. Continuemos sempre unidos.

Então, como já disse, não vou me estender muito, e agradeço as pessoas aqui pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Daniel!

Gaudêncio.

O SR. GAUDÊNCIO PEDRO DA COSTA – Eu queria, mais uma vez, agradecer a presidência da Casa, eu me sinto à vontade em falar qualquer coisa aqui – menos xingar – e agradecer a todos os membros da União dos Estudantes Africanos pela luta de criação da União dos Estudantes Africanos aqui em Brasília. A nossa união é a força, é a vontade. A União foi criada sem fins lucrativos. A gente abraçou a causa que nós estudantes africanos estamos sentindo na pele e outros estudantes de outras universidades estão sentindo. Então se a universidade não pode resolver esses problemas, aliás, nós estudantes africanos vamos resolver.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Gaudêncio.

Alberto.

O SR. ALBERTO ANDRÉ CARVALHO FRANCISCO – Sem mais delongas, porque acho que é exaustivo, mas temos que insistir mais uma vez, quero primeiramente agradecer a oportunidade que nos foi concedida. Eu aqui queria agradecer em nome da União dos Estudantes Africanos em Brasília e, caso me seja permitido, também em nome dos estudantes dos outros Estados do Brasil. Eu digo que essa luta não é só dos estudantes africanos em Brasília, mas chamamos assim porque aqui, em Brasília, nós estamos mais próximos das entidades mais altas do Brasil. Aqui nós podemos reclamar, nós podemos fazer voz àquilo que nós, na realidade, sentimos, que estamos a precisar. Como disse o Prof. Ivair, quem não chora, não mama. Então, a nossa missão aqui é chorar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Aprendeu rápido, hein. Isso é coisa de brasileiro. Mas continue.

O SR. ALBERTO ANDRÉ CARVALHO FRANCISCO – Quem não chora, não mama. Então a nossa missão é: vamos tentar chorar o máximo possível para poder estarmos bem saudáveis e mamar o máximo possível de leis daqui de Brasília.

Mais uma vez, obrigado pela oportunidade concedida. Nós vamos continuar a fazer o nosso papel, enquanto estudantes africanos aqui no Brasil, dar o nosso máximo possível, que nós não estamos aqui só para reclamar, mas também para dar a nossa contribuição, mostrar o nosso verdadeiro papel e o nosso verdadeiro potencial. É aquilo que o Prof. Ivair disse e para o qual eu queria chamar a atenção ao Brasil, principalmente da academia e de todas as entidades: explorem o máximo possível dos estudantes africanos, retirem o máximo possível dos estudantes africanos. Cada um dos estudantes africanos aqui tem o máximo, tem um potencial para dar, tem uma informação – nem que seja de três, quatro linhas –, tem algo a contribuir em prol do Brasil.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem Alberto.

Depois do Alberto, vamos agora para o Prof. Ivair.

O SR. IVAIR AUGUSTO ALVES DOS SANTOS – Este ano é um ano especial para todos nós africanos, aqueles que vieram do continente e daqueles que estão na diáspora. Comemora-se 50 anos da União Africana. Uma União Africana, que teve alguns grandes líderes, entre os quais Nkrumah, que sempre imaginaram uma África unida, uma África integrada.

E eu me sinto hoje, Senador, muito orgulhoso de estar aqui representando a Universidade de Brasília e de trazer estudantes que, como o senhor viu, têm uma posição, têm uma contribuição, como eles mostram, a dar para o País. Muitas universidades não se deram conta do quanto é importante esse diálogo com os estudantes africanos não só para ensiná-los, mas também para aprender com eles e tal.

Então eu agradeço muito a disponibilidade, a coragem, a ousadia com que vocês se apresentaram não só no Senado, mas para o Brasil inteiro. Esta é uma mostra dos estudantes africanos no país. Muitos deles que estão no Ceará, estão em São Paulo, estão no Rio de Janeiro, estão em Minas Gerais queriam estar aqui para poderem se expressar também. Eu tenho certeza de que muitos deles estão orgulhosos de vocês, porque vocês souberam muito bem representá-los e dizer claramente para o Brasil que vocês estão aqui não só para passar pelo Brasil, mas também para fazer história no Brasil.

E hoje nós comemoramos os 50 anos da União Africana não fazendo festa, mas lutando, contribuindo, mostrando uma verdadeira África, que é essa África que nós queremos mostrar no Brasil, uma África que produz conhecimento, que faz trocas, que intercambia; uma África pujante nesse sentido.

Renovo, dizendo a todo o Brasil que se vocês quiserem continuar a conversar conosco, somos da Universidade de Brasília, Centro de Convivência Negra, na União de Estudantes Africanos de Brasília. Sonhamos em fazer um encontro de estudantes africanos do Brasil para que a gente possa reunir todos os estudantes das universidades e que a gente possa fazer um debate democrático, participativo com todos os estudantes. Aquelas outras pessoas que quiserem conhecer um pouco mais sobre Arte Contemporânea indico que visitem o Facebook, a página da Agenda Africana, uma página que trabalhamos quase que diariamente – aliás, trabalhamos todos os dias –, com informações contemporâneas sobre a África hoje.

Queria encerrar a minha fala desejando que nossos pensamentos, nossas orações, sejam dedicados ao Mandiba, ao Nelson Mandela, que passa por esse momento crítico. Ele é uma inspiração para a África e para o mundo inteiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Então, eu vou repetir aqui, para que não fique nenhuma dúvida, quais são os encaminhamentos. Pode ter uma ou outra questão aqui que está repetitiva, mas, também, não é problema. Considere anexada à primeira leitura, então.

Vamos ver. Dialogar com o Itamaraty sobre a questão dos vistos para os estudantes africanos.

Garantia de bolsa de estudos para os alunos africanos que não tiverem condições. Mudei aqui, “porque não podem trabalhar”. Nós vamos mudar.

Dialogar com as embaixadas para que recebam os estudantes no aeroporto e deem o suporte inicial.

Formulação do documento com a reivindicação dos estudantes, que é fruto deste trabalho que estamos fazendo aqui.

Necessidade de ter representatividade de estudantes no PEC-G (Programa Estudante de Convênio e Graduação) para que eles sejam ouvidos.

Possibilidade de incubadora, troca de experiências, intercâmbio de alunos, investimentos.

Trabalhar com representação das embaixadas para que atuem mais perto dos estudantes.

Possibilidade de trabalhar – você levantou praticamente no final. Esse é oitavo.

Os filhos de funcionários africanos que vêm trabalhar no Brasil, inicialmente, e quando os pais retornam para a África ficam sem condição de se manter. Dialogar sobre a situação deles.

Discutir, na lei, a África contemporânea. Significa uma melhor formação dos professores que vão falar na sala de aula, falou-se até sobre a questão do intercâmbio, que mais alunos brasileiros também conheçam a África. Nós falamos da importância dos professores.

Curso de português no país de origem. É isso? Que haja curso de português no país de origem antes do deslocamento para o Brasil.

E que se dê, no mínimo, duas oportunidades – Jonathan, não é? – no teste. Fez a primeira, dali a dois meses ou um mês, faz a outra no teste do curso de português. E que não demore tanto, de outubro para janeiro, para dar um retorno. O vestibular, como é no Brasil? Não demora nem uma semana, não é? E são milhões de pessoas que fazem o vestibular. Não tem sentido, em uma universidade, ficar de outubro a janeiro sem se saber o resultado. Faz em outubro e em novembro ou dezembro, dali a dois meses, para que ele se prepare, no mesmo ano ainda, para fazer o segundo exame.

Bom, nós chegamos a 13 pontos. Não sei por que trabalhei com 13. Mas também não preciso saber, ninguém me pergunte também. (Risos.)

Só mais uma questão. Quanto à integração, a gente fala tanto de universidade sem fronteiras, então que a gente trabalhe mais com esse tema no sentido da ida e da vinda do estudante, inclusive da África.

O 13, direitos humanos não têm fronteiras. É política universal. Todos têm que ter acesso aos direitos

humanos. Mas o Jonathan queria ainda dar uma pequena contribuição.

O SR. JONATHAN FUMUPAMBA SASAKANDA

– Só ressaltando o que Lusibetty tinha levantado sobre o visto. Outra coisa é que, mesmo tendo visto, às vezes, lá no sistema da Polícia Federal a gente se encontra irregular. Outra coisa, você pagando, mesmo com antecedência... Por exemplo, no meu caso, desde 2010 que eu recebi a primeira identidade, e eu pago todos os anos em dia, mas sempre chega atrasado ou nem chega. Então ver se poderia chegar a tempo mesmo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Isso, isso nós vamos ver na hora de encaminhar o visto.

Esses são os pontos que nós levantamos, nós vamos bater naturalmente no computador, vamos trocar aqui cópias para formular o documento com os estudantes, que o Prof. Ivair coordena.

Eu entreguei cópia para vocês do Estatuto da Igualdade Racial. Vocês podem ver que esta foto aqui foi uma foto já que nós colocamos na primeira versão, há mais ou menos, acho que uns 15 anos, na primeira versão. Quero agradecer muito a esses artistas, essa bela família aqui, porque eles gratuitamente permitiram que fosse colocada na capa do Estatuto, há mais ou menos 15 anos essa foto. Não me cobraram nada. Quando apresentei a Lei, esta foi a capa, e eu mantive, e inclusive se perguntar os nomes deles, eu não tenho, eles disseram: “Não, não importa.” Porque eu peguei a foto, achei linda, conseguimos contato com eles, “pode usar e não precisa se preocupar com o nosso nome, nem nada.” O importante é a foto, que mostra uma família negra, uma família linda aqui, e gostamos tanto, que se vocês pegarem hoje a própria síntese dos jornais do Brasil, que vem para todos os Senadores, quase uma vez por semana esta foto está lá na capa, mostrando que o povo brasileiro entendeu.

Este é o Estatuto da Igualdade Racial, uma lei aprovada e sancionada pelo Presidente Lula. Ela hoje é aplicada em todo o Brasil, claro, pela força também e a mobilização do próprio Movimento Negro.

Eu tenho muito orgulho em dizer que este Estatuto surgiu na África. Repito, foi a Winnie Mandela me entregou aquela carta, a Carta da Liberdade. E aí eu tive a ideia – claro, discutindo com o Movimento Negro – de transformar num estatuto.

Tenho este da igualdade, como também sou autor do Estatuto do Idoso, que beneficia 30 milhões de pessoas no País. Sou autor do Estatuto da Pessoa com Deficiência, que já chega a 45 milhões de pessoas neste País. Enfim, trabalhei muito na política do salário mínimo, mas esta obra aqui, digamos, é uma homenagem a vocês jovens, que vão liderar, com cer-

teza, os seus países no amanhã. Mas principalmente, como aqui foi dito, serão líderes da pátria-mãe África. Muito obrigado a todos. (Palmas.)

Está encerrada a audiência.

(Iniciada às 9 horas e 3 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 44 minutos.)

ATA DA 30ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 04 DE JULHO DE 2013, QUINTA-FEIRA, ÀS 11 HORAS e 30 MINUTOS, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às doze horas e quarenta e oito minutos do dia quatro de julho de dois mil e treze, no Plenário número dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da Senhora **Senadora Ana Rita**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senhores Senadores e Senhoras Senadoras Ana Rita, Paulo Paim, Cristovam Buarque, Angela Portela, Eduardo Suplicy, Humberto Costa, Lídice da Mata, Paulo Davim, Roberto Requião, Ataídes Oliveira, Wilder Moraes, Gim e Francisco Dornelles, não membro. A Senhora Presidenta declara aberta a presente Reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação das atas da 23ª a 29ª Reuniões, que são dadas por aprovadas. A Senhora Presidenta lê Relatório da CDH, Biênio 2013/2014 – 1º semestre e faz suas considerações acerca do Relatório. Passa-se à apreciação da **Pauta Deliberativa**. A Senhora Presidenta propõe a inversão da Pauta que é acatada pelo Plenário da Comissão. Os itens são deliberados nesta ordem: **Item 5. Projeto de Lei do Senado nº 323, de 2012** - Não Terminativo – que altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, para estabelecer mecanismo de contratação de mulheres em serviços e obras públicas. Autoria: Senador Gim. Relatoria: Senadora Angela Portela. Relatório: Favorável ao Projeto, com três Emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, com as Emendas nº 1-CDH a 3-CDH. Às treze horas e nove minutos a Senadora Ana Rita passa a presidência para o Senador Paulo Paim. Às treze horas e dezessete minutos o Senador Paulo Paim devolve a presidência para a Senadora Ana Rita. **Item 1. Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2012** - Não Terminativo – que dispõe sobre as diretrizes gerais da política pública para promoção da cultura de paz e dá outras providências – Estatuto da Paz. Autoria: Deputado Lincoln Portela.

Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **Item 2. Sugestão nº 6, de 2011** - Não Terminativo – que altera a Constituição Federal para valorizar o exercício do magistério e qualificar a ação dos professores das redes públicas de educação básica. (Parágrafo único do art. 20 da Resolução nº 42, de 2010). Autoria: Programa Senado Jovem Brasileiro. Relatoria: Senador Cristovam Buarque. Relatório: Favorável à Sugestão, na forma da Proposta de Emenda à Constituição que apresenta. **Resultado:** Adiado. **Item 3. Sugestão nº 17, de 2011** - Não Terminativo – que altera o Código Penal, para tipificar o acesso não autorizado a rede de computadores ou sistema informatizado. (Parágrafo único do art. 20 da Resolução nº 42, de 2010) Autoria: Programa Senado Jovem Brasileiro. Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta. **Resultado:** Adiado. **Item 4. Projeto de Lei do Senado nº 309, de 2012** - Não Terminativo – que altera a Lei nº 12.213, de 20 de janeiro de 2010, para autorizar a pessoa física a realizar doações aos Fundos controlados pelos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional do Idoso diretamente em sua Declaração de Ajuste Anual do imposto de renda. Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senador Wilder Moraes. Relatório: Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **Item 6. Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2013** - Não Terminativo – que altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro - CTB, estabelecendo que fica facultado aos jovens entre 16 e 18 anos a obtenção da Carteira Nacional de Habilitação. Autoria: Senador Magno Malta. Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues. Relatório: Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Adiado. **Item 7. Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 2010** - Terminativo – que proíbe a fabricação, a comercialização, a distribuição e a propaganda de produtos nacionais e importados, de qualquer natureza, bem como embalagens, destinados ao público infantojuvenil, reproduzindo a forma de cigarros e similares. Autoria: Deputado Clodovil Hernandez. Relatoria: Senadora Ana Rita. Relatório: Pela aprovação do Projeto, e da Emenda nº 1-CAE, com a Subemenda que apresenta para suprimir o hífen do vocábulo “infanto-juvenil” nela contido, e ainda uma Emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **Item 8. Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2011** - Terminativo – que dispõe sobre a obrigatoriedade de cardápio em Método Braille nos restaurantes, bares e lanchonetes. Autoria: Deputada Luiza Erundina. Relatoria: Senadora Ana Rita. Relatório: Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **Item 9. Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2011** - Terminativo – que autoriza a entrada de pessoas ostomizadas pela porta dianteira

dos veículos de transporte público coletivo e dá outras providências. Autoria: Deputado Enio Bacci. Relatoria: Senador Paulo Davim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta, ficando prejudicadas as Emendas nºs 1, 2 e 3 - CAS. **Resultado:** Adiado. **Item 10. Projeto de Lei do Senado nº 700, de 2007** - Terminativo – que modifica a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) para caracterizar o abandono moral como ilícito civil e penal, e dá outras providências. Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Senador Eduardo Lopes. Relatório: Pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs. 2 a 6 adotadas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e pela rejeição da Emenda nº 1-CCJ. **Resultado:** Adiado. **Item 11. Projeto de Lei do Senado nº 78, de 2011** - Terminativo - Altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que “dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências”, e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que “estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências”, para dispor sobre o direito à moradia das pessoas com deficiência. Autoria: Senadora Angela Portela. Relatoria: Senadora Ana Rita (Substituída por *Ad Hoc*). Relatoria *Ad Hoc*: Senador Eduardo Suplicy. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com as 5 Emendas aprovadas na CDR. **Resultado:** Adiado. **Item 12. Projeto de Lei do Senado nº 110, de 2011** - Terminativo – que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente -, para ampliar as atribuições do Conselho Tutelar. Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Relatoria: Senador João Durval (Substituído por *Ad Hoc*). Relatoria *Ad Hoc*: Senador Roberto Requião. Relatório: Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **Item 13. Projeto de Lei do Senado nº 667, de 2011** - Terminativo - altera a Lei nº 12.127, de 17 de novembro de 2009, que cria cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, para instituir o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas. Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Senador Paulo Davim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **Item 14. Projeto de Lei do Senado nº 680, de 2011** - Terminativo – que altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para incluir grupos formais e informais de mulheres da agricultura familiar entre os critérios de prioridade de compra de produtos para o

Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, e estabelecer que pelo menos 50% da

venda da família sejam comercializados no nome da mulher. Autoria: Senadora Ana Rita. Relatoria: Senadora Angela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **Item 15. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 47, de 2013** que requer a realização de audiência pública para debater sobre o tema: “A Segurança do Trabalho no Serviço Público”. Os convidados para compor a mesa dos expositores são: Eng. José Roberto Senno, Presidente da Associação Nacional dos Servidores Públicos Engenheiros(as), Arquitetos(as) e Agrônomos(as) do Poder Executivo Federal - ANSEAF; Eng. José Delfino da Silva Lima - Diretor da Associação Nacional de Engenharia de Segurança do Trabalho - ANEST e Presidente da Associação Brasileira de Engenharia de Segurança do Trabalho - ABRAEST; Eng. Francisco Edison Sampaio - Presidente da Associação Goiana de Engenharia de Segurança do Trabalho - AGEST; Eng. Francisco Machado, Presidente da Associação Nacional de Engenharia de Segurança do Trabalho – ANEST; Eng. Celso Berilo Cidade Cavalcanti - Diretor da Associação Brasileira de Engenharia de Segurança do Trabalho - ABRAEST; Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça. Autoria: Senador Paulo Paim. **Resultado:** Aprovado. **Item 16. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 48, de 2013** que requer a realização de audiência pública para debater sobre o tema: “Alienação Parental no Núcleo da Família: Pais ‘não’ separados”. Os convidados para compor a mesa dos expositores são: Dr. Elizio Luiz Perez, Juiz Titular da 41ª Vara do Trabalho de São Paulo, responsável pela consolidação do anteprojeto que deu origem à Lei da Alienação Parental (Lei 12.318/2010); Esmeralda Roberta de Souza Lima – Estudante e pesquisadora na área; Cesar Galves Mangini, Advogado- OAB/SP; Ana Gerbase- Advogada de causas relacionadas à Alienação Parental; Representante da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; e Drª Andréia Calçada. Autoria: Senador Paulo Paim. **Resultado:** Aprovado. **Item 17. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 49, de 2013**, no âmbito da Subcomissão Temporária de Combate à Pedofilia, Proteção dos Direitos da Criança, do Adolescente, da Juventude e do Idoso, de realização de audiência pública para debater sobre o tema: “Mobilidade Urbana e Direitos Humanos”. Sugerimos como expositores: Representante da NTU Associação Nacional de Empresas de Transporte Urbano; Representante do Laboratório de Poluição da USP; Representante do Ministério das Cidades; Representante do Movimento

pelo Passe Livre; Representante do Programa Cidade Verde/UnB; Representante Blog Ambiente e Transporte; Representante do Cicloativismo – Pedala DF. Autoria: Senador Paulo Paim. **Resultado:** Aprovado com o encaminhamento da Senhora Presidenta para que a Reunião seja realizada no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, que é acatado pelo Plenário. **Item 18. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 50, de 2013**, que requer a realização de audiência pública no âmbito da Subcomissão Temporária de Combate à Pedofilia, Proteção dos Direitos da Criança, do Adolescente, da Juventude e do Idoso, para debater sobre o tema: “As recentes manifestações públicas na ótica da juventude brasileira”. A lista dos expositores sugeridos: Representante da Secretaria Nacional da Juventude; Representante do Movimento Passe Livre; Representante DCE da UnB; Representante do CONJUVE; Representante da Secretaria Nacional de Direitos Humanos; Representante da UNE. Autoria: Senador Paulo Paim. **Resultado:** Aprovado com o encaminhamento da Senhora Presidenta para que a Reunião seja realizada no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, que é acatado pelo Plenário. **Item 19. Extrapauta. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 51, de 2013**, que requer a realização de Audiência Pública na Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, com o tema “*rememoração da Lei de Anistia e discussão sobre a interpretação autêntica ao disposto no art. 1º, § 1º, da Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979*”. Requer, ainda, que seja realizado em data próxima ao aniversário da lei, em 28 de agosto. Sugere que sejam convidados os seguintes representantes: Representantes da Comissão Nacional da Verdade; Representantes da Comissão Especial da Anistia do Ministério da Justiça; Representantes do Movimento de Justiça e Direitos Humanos do Rio Grande do Sul; Representantes da Comissão Especial da Lei de Anistia da Câmara dos Deputados - CEANISTI. Autoria: Senador João Capiberibe e outros. **Resultado:** Aprovado. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores e Senadoras Ana Rita, Paulo Paim e Angela Portela. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às treze horas e trinta e sete minutos, lavrando eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. Senadora **Ana**

Rita, Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

(*Texto com revisão.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES)

– Havendo número regimental, declaro aberta a 30ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 23ª e 29ª Reuniões. Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Srs. Senadores, Senadoras, aqui presentes, antes de iniciarmos a nossa pauta, quero informá-los de que vocês estão recebendo ou irão receber – já receberam, já está sobre a mesa – um relatório da Comissão de Direitos Humanos sobre atividades realizadas no primeiro semestre deste ano, biênio 2013/2014. Na verdade, o biênio 2013/2014 da Comissão de Direitos Humanos iniciou-se em 28 de fevereiro de 2013, com a eleição da Presidência desta Comissão, como também da Vice-Presidência, Senadora Ana Rita e o Senador João Capiberibe, respectivamente. Logo no início dos trabalhos, foi aprovado o Plano de Trabalho da CDH para o biênio, a partir das diretrizes apresentadas por mim, Presidenta desta Comissão.

Instaladas quatro Subcomissões que, igualmente, definiram planos de trabalho: a Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher, sob a Presidência da Senadora Lídice da Mata e sob a Vice-Presidência da Senadora Angela Portela; a Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça, sob a Presidência do Senador João Capiberibe e Vice-Presidência do Senador Randolfe Rodrigues; a Subcomissão Permanente para o Enfrentamento do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo, sob a Presidência do Senador Paulo Davim e a Vice-Presidência da Senadora Lídice da Mata; e a Subcomissão Temporária de Combate à Pedofilia, Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente, da Juventude e do Idoso, sob a Presidência do Senador Paulo Paim e a Vice-Presidência do Senador Eduardo Suplicy.

Neste período de quatro meses a Comissão de Direitos Humanos e suas Subcomissões realizaram 35 reuniões, entre audiências públicas, reuniões deliberativas e reuniões de trabalho. Foram 23 audiências públicas realizadas para instruir proposições legislativas ou debater assuntos de mais alta relevância para o País, abordando temas como direitos das mulheres, conflitos agrários, situação dos povos indígenas, trabalho escravo, adoção de crianças, casamento civil e igualitário, regulamentação da PEC das Domésticas,

assédio moral no serviço público federal, entre outros de igual repercussão social.

Nas audiências da Comissão de Direitos Humanos também houve o lançamento de importantes publicações e projetos, como a revista *Em Discussão!*, com o tema “Adoção – Mudar um Destino”, do Senado Federal; também o lançamento do documento o “Movimento Ação Integrada – por uma ação ativa na reinserção social dos egressos e vulneráveis ao trabalho escravo contemporâneo”, de iniciativa do Sinait e da OIT; e o livro *Mulher nas eleições 2010*, organizado por José Eustáquio Diniz Alves, Céli Regina Jardim Pinto e Fátima Jordão; além da disponibilização da cópia digital do recém-encontrado *Relatório Figueiredo*, que apontou violência de agentes públicos contra os povos indígenas nos anos 1960 e estava desaparecido há mais de 40 anos.

O relatório também informa que foi lançado, ainda, o Boletim da Comissão de Direitos Humanos, que, em seu primeiro número, de maio de 2013, apresentou o relato dos trabalhos até ali desenvolvidos pela Comissão e noticiou as atividades previstas para o período subsequente. Nas sete reuniões deliberativas realizadas, foram examinadas 65 proposições legislativas, sendo: 14 projetos de lei do Senado, dos quais 10 foram aprovados, 3 rejeitados e 1 considerado prejudicado; também foi apresentado um PLC (Projeto de Lei da Câmara), que foi aprovado; quatro sugestões legislativas apresentadas pelo programa Jovem Senador ou diretamente pela sociedade civil, que foram aprovadas e passaram a tramitar como PLS de autoria da Comissão de Direitos Humanos; e também foram apresentados 46 requerimentos pelos Senadores membros da Comissão, e todos foram aprovados.

A Comissão de Direitos Humanos recebeu, ainda, 34 denúncias referentes a violações de direitos humanos, que já receberam encaminhamento ou se encontram em análise na Secretaria da Comissão. Nas páginas seguintes, apresentam-se os quadros detalhados dos resultados deste período. Então, os Srs. Senadores, as Srªs Senadoras poderão ter aqui um quadro detalhado de todas as matérias apreciadas no primeiro semestre, com a data da reunião realizada, da ementa, o mérito do projeto, quem é o Relator, a tramitação do projeto e quais os temas que estão relacionados – são diversas iniciativas.

Também estão relacionados todos os requerimentos apreciados por esta Comissão no primeiro semestre de 2013, sobre os V. Exªs poderão também obter informações e, ainda, um registro das audiências públicas realizadas neste primeiro semestre, informando o conteúdo dessas audiências públicas, quem foram as pessoas convidadas para participar, os nossos expo-

sitores. Então, aqui há uma síntese bastante completa, importante. Além disso, também, uma relação de todas as denúncias de violação de direitos humanos: a forma como a denúncia chegou ao Senado Federal – se foi por *e-mail*, se foi por ofício, se foi por correspondência –; quem é o autor da denúncia, o assunto de que se trata, a data do recebimento e a situação que se encontra perante a Comissão de Direitos Humanos – se foi encaminhado, se foi arquivado, se foi feita alguma diligência, enfim, todos os encaminhamentos propostos pela Comissão de Direitos Humanos.

Eu acredito muito que este relatório é um instrumento importante para os nossos colegas, Senadores e Senadoras. É uma prestação de contas deste primeiro semestre de 2013 que está à disposição de todos os Parlamentares e de todos os assessores, colaboradores desta Comissão de Direitos Humanos. Também quero...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Sim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Não poderia deixar de cumprimentá-la pelo trabalho feito; o trabalho coletivo. Percebi que todos os Senadores que atuam na Comissão estão aqui com o seu trabalho – um trabalho de fotografia também muito bem colocado. Só posso elogiar V. Ex^a e toda a equipe pelo trabalho coletivo, que servirá para nós levarmos, inclusive, para os nossos Estados, para prestar conta do trabalho nosso na Comissão de Direitos Humanos. Parabéns a V. Ex^a!

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Senador Paim.

Eu quero aproveitar também este momento, para fazer um registro, Senador Paim, Senadora Angela Portela e todos que estão aqui. Nós, inclusive, atrasamos o início da realização desta reunião da Comissão de Direitos Humanos, porque nós estávamos, aqui, concluindo os trabalhos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que investigou a violência contra as mulheres. A reunião de hoje foi para debater o relatório e fazer a votação do relatório.

Então, eu tenho aqui a grata alegria de informar a todos vocês que o relatório apresentado por mim – fui Relatora desta Comissão – foi aprovado pela unanimidade dos Parlamentares presentes aqui nesta reunião. Então nós estamos, aqui, oferecendo uma grande contribuição à sociedade brasileira, a todos os poderes públicos do nosso País, nos três níveis de Governo, e níveis Federal, estaduais e municipais. E, também, para todos os órgãos do sistema de Justiça, Defensorias Públicas, Ministério Público; enfim, para os governadores, para a Presidência da República,

Ministros, prefeitos, Parlamentares de outros Estados, para esta Casa, em particular – para o Senado –, e para a Câmara dos Deputados.

É uma grande contribuição, em que nós apresentamos um diagnóstico bastante detalhado da situação de violência em que vivem as mulheres no País. É um diagnóstico de como os órgãos responsáveis pelo atendimento se encontram, quais foram as principais dificuldades que nós encontramos. Os principais problemas que nós encontramos estão todos aqui relatados.

E também fizemos diversas recomendações. Eu faço até questão de dizer – permitam-me aqui – que, na conclusão dos nossos trabalhos, nós fazemos recomendações ao Supremo Tribunal Federal e ao Superior Tribunal de Justiça; recomendações ao Conselho Nacional de Justiça – são diversas recomendações –, ao Conselho Nacional dos Defensores Públicos, ao Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça, aos Tribunais de Justiça dos Estados, aos Ministérios Públicos estaduais, às Defensorias Públicas estaduais, ao Governo Federal – e, aí, para diversos Ministérios, e eu faço questão de relacioná-los –, à Secretaria de Políticas para as Mulheres, ao Ministério da Justiça, ao Ministério da Saúde, ao Ministério do Desenvolvimento Social, à Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão, também aos Governos estaduais e municipais, e às assembleias legislativas.

Então, para todos, nós estamos encaminhando diversas recomendações. E acreditamos, Senador Paim, Senadora Angela, que, se essas recomendações forem implementadas, a realidade brasileira, na qual muitas mulheres sofrem violência, com certeza será mudada. E, mais do que isso, por uma sugestão do Deputado Dr. Rosinha, a CPMI também solicita ao Congresso Nacional que se crie uma Comissão Mista de Combate à Violência contra as Mulheres, formada por Parlamentares das duas Casas, que terá a missão de fazer o monitoramento de todas as recomendações que essa CPMI apontou.

Nós não queremos que este relatório chegue aos órgãos públicos nem aos movimentos sociais – porque os movimentos sociais também vão receber – e fique na gaveta. Na dos movimentos sociais nós temos certeza de que não vai ficar, mas nós temos que ter a garantia de que todos os órgãos públicos – prefeituras, Governos dos Estados, o sistema de Justiça; enfim, todos – realmente implementem o que está posto aqui. Por isso, a importância de essa Comissão Mista de combate à violência monitorar todos os desdobramentos desse relatório, porque só assim nós poderemos dizer que uma CPMI vale a pena.

Há tanta CPMI que termina – como se diz na linguagem popular – em “pizza”! Essa não terminou em

“pizza”, e não vai ficar na gaveta. Ela vai ser implementada, o resultado desse trabalho será implementado.

Então, dando sequência aos nossos trabalhos. A nossa assessora está lembrando que o relatório de prestação de contas da Comissão de Direitos Humanos será também encaminhado para V. Ex^{as}, por *e-mail*, para que, na medida do possível, possam também fazer a devida divulgação onde acharem necessário. Dando sequência aos nossos trabalhos, então, vamos para o item 5 da pauta. Considerando a presença da nossa Relatora, a Senadora Angela Portela, o item 5 da pauta está na página nº 78.

ITEM 5
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 323, de 2012
- Não Terminativo -

Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, para estabelecer mecanismo de contratação de mulheres em serviços e obras públicas.

Autoria: Senador Gim

Relatoria: Senadora Angela Portela

Eu concedo a palavra à Senadora Angela Portela, para a leitura do relatório.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Muito obrigada, Sr^a Presidenta. Vou fazer aqui, uma vez que o Senador Paim já tem a cópia do relatório, uma rápida leitura da análise do Projeto de Lei nº 323, do Senador Gim Argello.

Nos termos do inciso IV do *caput*, do art. 102-E, do Regimento Interno do Senado Federal, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa tem competência para opinar sobre iniciativas que tratam dos direitos da mulher. Como o PLS nº 323, de 2012, versa sobre essa temática, é regimental sua análise por este Colegiado. Vale dizer que a proposição também se materializa na espécie adequada de lei e não apresenta óbices de natureza constitucional ou jurídica, restando evidentes sua constitucionalidade e juridicidade.

Quanto ao mérito, o projeto é oportuno e veicula fórmula de estímulo à admissão de mão de obra feminina, na medida em que privilegia, no âmbito da Administração Pública, a contratação de empresas e fornecedores de bens e serviços que valorizam as mulheres no seu quadro empregatício. A matéria tem a finalidade de propiciar o aumento de emprego de mulheres na construção civil, setor historicamente resistente ao ingresso da mão de obra feminina em seus quadros. Embora essa realidade esteja se modificando, em razão do esforço das mulheres e da carência

de mão de obra qualificada, ainda é necessário estabelecer mudanças legislativas capazes de alavancar o espaço das mulheres nesse segmento do mercado de trabalho.

No entanto, acreditamos que o percentual estabelecido no projeto pode ser mais elevado, considerando-se os dados de 2011 do Ministério do Trabalho e Emprego, com base em informações do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) e da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), que já mostravam uma ocupação feminina no setor da construção civil de 13,68% dos postos de trabalho. No que tange à economia em geral, as mulheres, hoje, respondem por mais de 40% dos empregos formais. Diante desses números e considerando que o objetivo do projeto é incentivar a admissão de mulheres, apresentamos emendas que modificam os percentuais mais aproximados dos números já constatados pelos órgãos encarregados de monitorar o emprego no País e, com isso, estará assegurada a sustentabilidade da ampliação de vagas no mercado de trabalho para as mulheres. Além dessas alterações, corrigimos a numeração dos dispositivos do projeto, ao verificarmos que o art. 2º foi numerado indevidamente como art. 3º.

Dado o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 323, de 2012, em as seguintes emendas:

EMENDA Nº – CDH

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 323, de 2012, a seguinte redação:

Art. 1º Acrescente-se o seguinte §2º ao art. 2º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, passando o parágrafo único a denominar-se §1º:

Art. 2º

§2º Nas obras e serviços contratados de terceiros de que trata o caput deverá ser observado um percentual de contratação de mulheres de, no mínimo, doze por cento. (NR)

EMENDA Nº – CDH (DE REDAÇÃO)

Renumerem-se como arts. 2º e 3º, respectivamente, os arts. 3º e 4º do Projeto de Lei do Senado nº 323, de 2012.

EMENDA Nº – CDH

Dê-se ao art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 323, de 2012, a seguinte redação:

Art. 2º O §2º do art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso V:

Art. 3º

§2º

V – produzidos ou prestados por empresas que tenham em seus quadros de empregados um percentual de mais de trinta por cento de mulheres. (NR)

Esse é o nosso relatório, pela aprovação do projeto de lei, Sr. Presidente, com as emendas apresentadas. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Muito bem, Senadora Angela Portela, um relatório preciso, amplia o percentual em relação ao que tinha apresentado o Senador Gim. O Senador Gim está de parabéns também pela iniciativa, e V. Ex^a pelo relatório.

Hoje mesmo aqui, acompanhamos à distância, porque eu estava no gabinete, o trabalho da CPI, a CPI de combate à violência contra as mulheres. Um brilhante relatório apresentado pela Senadora Ana Rita, e percebemos aqui uma série de iniciativas. Essa iniciativa, indiretamente, é do combate à violência, ou seja, o combate à discriminação em relação à mulher, que deveria, pelo número de mulheres que temos no País, que é em torno de 51%, se não me engano, ter um espaço muito maior no mundo do trabalho.

Eu volto sempre a insistir que projetos como esse precisam ser aprovados, como aquele que até hoje não voltou mais ao plenário da Câmara, que simplesmente garante que a mulher tem que ter o mesmo salário na mesma função do homem. Eu não consigo entender como é que esse projeto não volta, um projeto que foi aprovado na Câmara por unanimidade, vem para o Senado, as Comissões aprovam por unanimidade, vai para o plenário, estava pronto para ser votado no plenário, e simplesmente desapareceu! Conseguiram jogar para meia dúzia de Comissões, e o projeto não volta.

Isso mostra a força do poder econômico, ainda que no Congresso, infelizmente, porque são eles que não aceitam. Não aceitam que a mulher, na mesma função, tenha o mesmo direito. Essas forças ocultas que trabalham aqui na Casa é que nos preocupam muito.

Enquanto aguardamos a Presidenta voltar, porque ela me disse que faz questão de encaminhar a votação desse projeto, pela importância que tem, naturalmente, e por ser mulher também, eu acho que é positivo mesmo que ela encaminhe a votação. Eu só espero, e vou passar para V. Ex^a, que foi relatora, que não entre na perfumaria também a questão do voto secreto. Aprovamos na Comissão, aprovada a urgência, a posição da Presidenta da República é clara, quando ela mandou os cinco pontos para a consulta popular, também o voto secreto.

E ela sabe que a consulta popular será positiva e, conseqüentemente, ela também apoia o fim do voto

secreto. Então, se a Base, que é a maioria, é a favor, se a sociedade não tem nenhuma dúvida – pesquisa feita pelo Alô Senado e também pelo meu gabinete mostra que 99,9% da população não quer mais voto secreto dentro do Parlamento –, nosso voto tem que ser transparente. E, por isso, eu, mais uma vez, espero que um projeto importante como esse seja votado rapidamente aqui na Casa, de autoria do Senador Gim, e vá para a Câmara, e a Câmara vote com a mesma rapidez.

Com a palavra, V. Ex^a.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Senador Paim, só para complementar: esse projeto que foi aprovado aqui, realmente, quando V. Ex^a coloca as forças ocultas, elas existiram, e nós percebíamos, durante o momento em que se lutava para a inclusão na pauta, uma clara articulação de alguns Parlamentares, para a retirada de pauta desse projeto. Graças à influência do poder econômico na atuação desses Parlamentares. Felizmente, a Bancada Feminina no Congresso Nacional, o Movimento de Mulheres, a Secretaria de Política Pública para as Mulheres e até a revista *Cláudia*, que é uma revista de circulação nacional – feminista –, fez uma excelente matéria sobre a retirada de pauta desse projeto.

E, nessa matéria que a revista *Cláudia* fez, ela expôs, com muita clareza, as articulações que foram feitas aqui, para que se tirasse de pauta esse projeto que equipara o salário de homens e mulheres que ocupam a mesma função e a mesma escolaridade.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Veja bem...

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Isso mostra, Senador, que estamos todos atentos e de olho naqueles que...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Só para ajudar... É do Deputado Marcelo Filho, nem sei qual é o seu Partido... A causa que é justa! Por isso, V. Ex^a está coberta de razão!

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Pois é, quando nós temos Parlamentares homens que defendem as causas das mulheres e que lutam para que o Poder Público possa oferecer as condições necessárias para combater a violência contra as mulheres, quando lutam também para ampliar o espaço das mulheres nos Partidos políticos, para que possamos ampliar nossa participação feminina, porque o Brasil fica em um *ranking* de 23 países, lá embaixo, no que diz respeito à representação no Parlamento, no Poder Executivo e também no Poder Judiciário. Mas também nós temos Parlamentares como V. Ex^a, que tem feito, durante esses quase 30 anos de mandato, no Senado Federal, uma justa defesa às mulheres brasileiras, aos trabalhadores e às trabalhadoras brasileiras, enfrentando até temas de extrema importância e que causam

grande polêmica. V. Exª nunca se furta de fazer suas defesas, mesmo sabendo que elas podem implicar insatisfações por parte da sociedade – eu considero isso muita coragem de V. Exª!

Aqui mesmo, nós tivemos hoje, em um debate na CPMI de combate à violência contra a mulher, um intenso debate. Nós vimos aqui o Deputado Dr. Rosinha que acompanhou todo o trabalho da CPMI, de forma ativa e participativa, contribuindo, imensamente, como Parlamentar, como homem e se somando à força das mulheres, para que também o Congresso Nacional e esta CPMI, com o relatório sendo aprovado hoje, possam avançar, no que diz respeito à redução desses indicadores de violência contra a mulher. E aqui, Senador Paim, eu não poderia deixar de, mais uma vez, valorizar e destacar o trabalho que a Relatora, a Senadora Ana Rita fez, Presidente de nossa Comissão de Direitos Humanos, com sua equipe, com um trabalho dedicado e árduo de visitar a grande maioria dos Estados brasileiros, para fazer um diagnóstico da situação real da violência contra a mulher, principalmente atingindo a finalidade principal da CPMI, que é a de investigar a omissão do Poder Público com relação a essa chaga e a esse mal que é fruto também do preconceito e do machismo que, infelizmente, ainda é muito forte na cultura brasileira!

Eu gostaria, para finalizar minhas palavras, de falar da importância desse projeto. Quanto ao Senador Gim – já fui relatora de alguns de seus projetos –, nós observamos também esse viés cuidadoso e protetor, para que projetos que beneficiem e que assegurem direitos às mulheres brasileiras possam também ser assegurados neste Congresso Nacional. Eu também queria incluí-lo no rol de Parlamentares que lutam, para que as mulheres tenham direitos assegurados, principalmente no ambiente de trabalho, como é o caso desse projeto do Senador Gim Argello. Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto, com três emendas que apresenta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o relatório que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, com as Emendas nº 1 e nº 3, ambas da CDH.

O Projeto segue para a análise da CCJ em decisão terminativa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senadora, há um projeto, de minha autoria – antes que a Senadora Angela Portela saia –, que faz com que apontemos mais recursos para o Fundo Nacional do Idoso.

E o Relator havia conversado comigo ontem e disse que estaria presente, mas – por um motivo, entendo eu, de força maior – não pôde estar. Eu pergunto se é possível a Senadora Angela Portela relatar *ad hoc* o projeto, já que não é terminativo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Qual é o item, Senador Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – É o item 5, se não me engano... Não, é o item 4.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Eu estou sendo informada que ele é de autoria de V. Exª, com a relatoria do Senador Wilder Moraes. Nossa assessora está informando que o Senador Wilder faz questão de relatar. Mas ele está na pauta há quanto tempo?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Mas não há problema, Presidente. Eu me submeto, naturalmente, à vontade do... Eu não sabia que ele fazia... Ele me disse, ontem, que estaria aqui.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Ele esteve mais cedo e...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Mas, então, eu...

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Se ele voltar em tempo, antes de concluídos os trabalhos, nós solicitaremos que faça a leitura.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu entendo seu pedido e o respeito, como também a decisão de V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Senador Paim.

Nós estamos aqui com o requerimento, para ser apreciado e votado por esta Comissão. Item 15, pág. 223 da pauta comum.

ITEM 15 **REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS** **HUMANOS E LEGISLAÇÃO** **PARTICIPATIVA Nº 47, de 2013**

Requeiro a realização de audiência pública para debater sobre o tema: “A Segurança do Trabalho no Serviço Público”.

Os convidados para compor a mesa dos expositores, são: Eng. José Roberto Senno – Presidente da Associação Nacional dos Servidores Públicos Engenheiros (as), Arquitetos (as) e Agrônomos (as) do Poder Executivo Federal (Anseaf), Tema: “Contexto dos principais problemas na Engenharia da Administração Pública e proposta de melhorias”; Eng. José Delfino da Silva Lima – Diretor da Associação Nacional de Engenharia de Segurança do Trabalho (Anest) e Presidente da Associação Brasileira de Engenharia de Segurança do Trabalho (Abraest). Tema:

“A Segurança do Trabalho no Serviço Público no contexto do Marco Regulatório da Engenharia de Segurança do Trabalho”; Eng. Francisco Edison Sampaio – Presidente da Associação Goiana de Engenharia de Segurança do Trabalho (Agest), Tema: “A Segurança do Trabalho nos Estados e Municípios: realidade e desafios”; Eng. Francisco Machado – Presidente da Associação Nacional de Engenharia de Segurança do Trabalho (Anest), Tema: “O Marco Regulatório da Engenharia de Segurança do Trabalho”; Eng. Celso Berilo Cidade Cavalcanti – Diretor da Associação Brasileira de Engenharia de Segurança do Trabalho (Abraest), Tema: “A integração Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho”; Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça.

Autoria: Senador Paulo Paim

Eu concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para fazer os encaminhamentos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr^a Presidente, como combinei com V. Ex^a – e vou seguir sua orientação –, estou aprovando este requerimento aqui e o apresentarei com o mesmo teor lá na Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo de uma audiência pública conjunta, para discutirmos a segurança do trabalho no serviço público. Nós já fizemos uma com esse objetivo, mas foi na área privada – a repercussão foi muito positiva! Eu venho dessa área, eu fui de Cipa, como técnico em segurança do trabalho.

Como o resultado foi muito positivo na área privada, os líderes que atuam na área do serviço público me solicitaram que fizéssemos uma audiência da mesma envergadura, porque, também na área pública, nós temos uma série de acidentes lamentáveis, até com perda de vidas. Por isso, eu encaminho o requerimento. E o faremos, provavelmente, em agosto, em uma agenda na data em que vamos acertar com V. Ex^a.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

O item nº 16, página 226.

ITEM 16

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 48, de 2013

Com fundamento no disposto no Art. 93, inciso II, do RISF, requero a realização de audiência pública, para debater sobre o tema: “Alienação Parental no Núcleo da Família: Pais ‘não’ separados”. Os convidados para compor a mesa dos expositores são: Dr. Elizio Luiz Perez – Juiz Titular da 41ª Vara do Trabalho de São Paulo, Res-

ponsável pela consolidação do anteprojeto que deu origem à Lei da Alienação Parental (Lei 12.318/2010); Esmeralda Roberta de Souza Lima – estudante e pesquisadora na área; Cesar Galves Mangini – Advogado (OAB/SP); Ana Gerbase – Advogada de causas relacionadas à Alienação Parental, Representante da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; e Dr^a Andréia Calçada.

Autoria: Senador Paulo Paim

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Esta é uma audiência derivada de uma primeira que fizemos aqui nesta Comissão. A respeito da alienação parental – e eu fui Relator do projeto que hoje é lei –, subentende-se sempre que, quando o casal se separa, o homem ou a mulher acaba usando o filho ou a filha como instrumento de divergência, de combate, de luta; enfim, dos seus interesses pessoais e até materiais. E os filhos acabam pagando a conta tanto no aspecto psicológico como material.

Durante o debate havido anteriormente, nesta Comissão, eu perguntei se essa alienação parental era só entre pais separados, porque eu entendia diferentemente, ou seja, que também, entre pais não separados, acontece o mesmo problema, deixando a criança com sequelas muito sérias, principalmente no aspecto psicológico. Foi unânime o que todos disseram: que o fato é real. Então, estudiosos nessa área nos procuraram com o objetivo de discutir a alienação parental quanto, naturalmente, a casais separados, mas também da família, tendo em vista a exploração, eu diria, indevida, absurda e da maior gravidade que, às vezes, os pais fazem com os filhos devido as suas questões mal resolvidas, embora ainda ambos estejam casados – esse foi o objetivo.

Por isso eu peço que façamos essa audiência pública, que poderá ser depois do recesso, a combinar a data com V. Ex^a.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Em votação o Requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Item 17, pag. 229.

ITEM 17

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 49, DE 2013

No âmbito da Subcomissão Temporária em Combate a Pedofilia, Direitos da Criança, Adolescente, Juventude e Idosos e com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do RISF,

requero a realização de audiência pública para debater sobre o tema: “Mobilidade Urbana e Direitos Humanos”. Sugerimos como expositores: representante da NTU Associação Nacional de Empresas de Transporte Urbano; representante do laboratório de Poluição da USP; representante do Ministério das Cidades; representante do Movimento pelo Passe Livre; representante do Programa Cidade Verde/UnB; representante Blog Ambiente e Transporte; representante do Cicloativismo – Pedala DF.

Autoria: Senador Paulo Paim.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, para encaminhar. Antes, porém, Senador Paulo Paim, queria fazer uma proposição, se V. Ex^a concordar, e aí V. Ex^a poderá se manifestar sobre isso, pois esse é um tema altamente importante, é um tema do momento, o da mobilidade urbana, que está em evidência, embora seja um tema antigo, mas está em evidência nesse momento. Portanto, penso que nós devemos fazer esse debate, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos, pensar a mobilidade urbana do ponto de vista dos direitos humanos que, em minha opinião, não seria apenas por meio da Subcomissão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Já está ajustado. Eu me sinto até gratificado, porque faremos na Comissão principal, e não somente na Subcomissão. Quanto a isso, já está acertado.

Essa proposta, Sr^a Presidenta, é exatamente na linha que V. Ex^a, há pouco, colocou: é o momento das grandes mobilizações no País, em que o tema dessas manifestações inicia-se com a questão da mobilidade urbana, o transporte coletivo, a dificuldade que o nosso povo tem em se deslocar dentro das cidades, seja do trabalho para casa, para a escola, para a universidade – tanto que alguns técnicos nos procuraram, recomendando essa iniciativa. E eu fico feliz que V. Ex^a, além de acatar o requerimento, proponha que ela seja no âmbito da própria Comissão de Direitos Humanos, e não no campo somente da Subcomissão. Até porque eu entendo, exatamente como V. Ex^a, que para nós que atuamos nesse campo é mais importante fazer na Comissão principal do que na Subcomissão, mas, quando não houver espaço no campo da Comissão, aí fazemos na Subcomissão.

Por isso fica aqui a nossa concordância absoluta para que façamos, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos, um debate tão importante como esse acerca da mobilidade urbana – tema que está nas ruas! Milhões de pessoas foram às ruas e tudo começou pela falta de uma mobilidade urbana adequada.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada.

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

ITEM 18

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 50, de 2013

No âmbito da Subcomissão Temporária em Combate a Pedofilia, Direitos da Criança, Adolescente, Juventude e Idosos e com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do RISF, requero a realização de audiência pública para debater sobre o tema: “As recentes manifestações públicas na ótica da juventude brasileira”. A lista dos expositores sugeridos: representante da Secretaria Nacional da Juventude; representante do Movimento Passe Livre; representante DCE da UnB; Representante do Conajuve; representante da Secretaria Nacional de Direitos Humanos; representante da Une.

Autoria: Senador Paulo Paim.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr^a Presidente, quanto a este item, também quero deixá-la bem à vontade, se V. Ex^a o entender – embora o espírito dessa audiência sejam temas distintos, por ser este mais amplo – que também esse tema deva ser no âmbito da Comissão. Eu estou à disposição de V. Ex^a.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Eu gostaria de me manifestar sobre isso, porque, ontem, durante os trabalhos do Senado Federal, durante a votação dos projetos, nós recebemos a visita de um jovem representando o Conajuve, solicitando-nos a realização desse debate, oportunidade em que lhe informamos que já havia um requerimento, de autoria de V. Ex^a, para que esse debate fosse realizado na Subcomissão de Direitos Humanos. Penso que seria muito bom se nós pudéssemos ampliar também para a Comissão de Direitos Humanos, porque amplia mais a presença das pessoas, e é um tema que nos precisamos aprofundar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito bem, concordância absoluta! O argumento seria semelhante ao anterior, mas esse vai tratar mais da questão da educação, da saúde, da mobilidade. Mas aí é quase correlato, porque a mobilidade será tratada no requerimento anterior, vai tratar do passe livre; enfim, vai tratar dos grandes temas a que temos assistido por intermédio do rádio, das TVs, jornais e mesmo aqui,

em frente ao Congresso, ao vivo, quando milhares de jovens aqui estiveram – não só jovens, mas homens e mulheres de cabelos brancos! O objetivo é fazer o debate sobre “As recentes manifestações públicas na ótica da juventude brasileira”.

Porque, num primeiro momento, Senadora, a pergunta que nos faziam é a seguinte: “Mas quem são os líderes do movimento?” Ninguém aqui está dizendo que os convidados são líderes do movimento. Os convidados são agentes e lideranças que atuaram a vida toda nesse campo.

E eles virão aqui fazer as suas análises de como eles estão vendo e, inclusive, nós, políticos, que somos também tão questionados – não sobra ninguém, são todos os Partidos, são todos os homens públicos. É todo o Executivo, é todo o Legislativo e é todo o Judiciário também, com morosidade para votar. Lembro a questão do Aerus, que está lá há 10, 15 anos...

Tanto que agora um grupo de idosos está ocupando a fundação no Rio, porque o Supremo não vota. Então, este é o objetivo: ouvir a juventude sobre a voz das ruas, como eles estão vendo esse movimento das ruas.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Muito bem.

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Por fim, Srª Presidenta, tenho aqui um item extrapauta, de autoria do Senador Capiberibe, eu apenas aqui o avaliei. Portanto, se V. Exª puder colocá-lo em votação...

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Eu consulto as Srªs e os Srs. Senadores se concordam com a inclusão do requerimento do Senador João Capiberibe e do Senador Paulo Paim, solicitação feita pelo Senador Paulo Paim como item extrapauta. (Pausa.)

Em votação a inclusão extrapauta.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

EXTRAPAUTA

ITEM 19

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO

Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública na Subcomissão da Memória, Justiça e Verdade da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, com o Tema rememoração da Lei de Anistia e

discussão sobre a interpretação autêntica ao disposto no art. 1º, § 1º, da Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979. Solicito que seja realizado em data próxima ao aniversário da Lei, em 28 de agosto. Sugiro que sejam convidados os seguintes representantes: representantes da Comissão Nacional da Verdade; representantes da Comissão Especial da Anistia do Ministério da Justiça; representantes do Movimento de Justiça e Direitos Humanos do Rio Grande do Sul; representantes da Comissão Especial da Lei de Anistia da Câmara dos Deputados (Ceanisti).

Autoria: Senador João Capiberibe e Senador Paulo Paim.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Srª Presidenta, acho que vem em boa hora a proposta do Senador João Capiberibe, ao solicitar essa audiência pública, para aprofundarmos o debate sobre a Lei de Anistia e, naturalmente, discutirmos sobre a interpretação autêntica do disposto no art. 1º da própria lei, conforme ele diz no requerimento. S. Exª se socorre, claro, da Comissão Nacional da Verdade, que também está a debater esse tema. Vejo, aqui, com alegria, que ele indica também o representante da Comissão Especial da Anistia do Ministério da Justiça, que está trabalhando com muita persistência em cima desse tema, e também o representante do Movimento de Justiça e Direitos Humanos do Rio Grande, creio que quem virá a ser o Jair Krischke.

O Jair Krischke é um homem formidável, quase uma lenda do Rio Grande, em matéria de direitos humanos. Vejo o Augustino aqui, que trabalhou também com o Jair Krischke. Então, tive a alegria de haver participado de inúmeros eventos promovidos pelo Jair Krischke e por você, belos eventos na defesa dos direitos humanos!

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – O Augustino, não é?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – O Augustino é um grande líder dessa área, respeitado no Rio Grande e no Brasil. Então, vejo com alegria que nós teremos aqui o Jair Krischke. Esta será uma audiência em que eu faço questão de estar presente, porque só ouvir o Jair Krischke já é uma alegria para todos nós – ele é um verdadeiro herói na luta dos direitos humanos! Por fim, também o representante da Comissão Especial da Lei de Anistia da Câmara dos Deputados (Ceanisti).

Era isso, Srª Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES)

– Obrigada, Senador Paulo Paim.

Em votação o Requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Para a nossa pauta de hoje, acerca dos projetos não terminativos, comunico que os relatores não se encontram presentes. Para os projetos terminativos também estamos com dificuldade de quórum. Portanto, eles ficarão, automaticamente, para a próxima reunião desta Comissão.

Aproveito para informar que, na próxima segunda-feira, dia 8 de julho, às 9 horas, nós teremos aqui, Senador Paulo Paim – e contaremos, com certeza, com a presença de V. Exª –, um seminário sobre a Encíclica *Pax Domini*: paz na terra. É uma Encíclica do Papa João XXIII. Realizaremos esse seminário a pedido da CNBB.

Portanto, contaremos, aqui, com representação expressiva de membros da Igreja Católica e membros que fazem parte do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic), para fazermos uma reflexão, um debate, para resgatar a essência dessa Encíclica, para que nos dê luz para essa realidade atual que estamos vivendo. Valerá a pena esse seminário, que será altamente importante e, aqui, poderemos fazer belíssimas reflexões que poderão, com certeza, contribuir para este momento que nós vivenciamos no País, em que precisamos tanto de paz. Aliás, muitas vezes, esses temas passam despercebidos pelas pessoas, temas que poderíamos vivenciar no dia a dia e em qualquer ambiente, já que a Encíclica aponta isso – trata-se de Encíclica muito importante para nós! Então, segunda-feira, dia 8 de julho, às 9 horas, nesta mesma sala aqui no Senado Federal.

Na terça-feira, dia 9, às 10 horas, nos teremos aqui uma audiência pública sobre internação compulsória. Essa audiência pública será também para instruir projetos de lei que estão em tramitação no Congresso, e há a relatoria do Senador Humberto Costa, quem a solicitou, cujo requerimento nós já aprovamos para a realização dessa audiência pública.

Na quinta-feira, dia 11, às 9 horas, nós teremos aqui audiência pública sobre as manifestações, requerimento aprovado agora há pouco. Nós já fizemos o agendamento para que seja realizada no dia 11 de julho, às 9 horas da manhã, aqui neste mesmo local.

Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – É muito rápido, Srª Presidente. Só dizer da importância dessa quinta-feira, desse evento, para que ouçamos a juventude sobre as manifestações.

Nós temos aqui um dos convidados presentes. Ele está fazendo quase um apelo sobre a mobilidade urbana. É possível nós realizarmos, no âmbito da Comissão principal, reunião na segunda-feira que vem, já que estaremos aqui direto? Vamos ter votação, sob a presidência de V. Exª, e abordaríamos outro tema, mobilidade urbana, na segunda-feira, se for possível?

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES)

– Estou sendo informada de que a agenda está disponível. Nós poderemos, sim, fazer o agendamento para – sem ser segunda-feira próxima que é dia 8 – o dia 15.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Dia 15.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES)

– Portanto, então fica agendado para o dia 15, às 9 horas da manhã.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES)

– Muito bem, Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES)

– Muito obrigada.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigada.

(*Iniciada às 12 horas e 48 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 37 minutos.*)

ATA DA 31ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 8 DE JULHO DE 2013, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e vinte e três minutos do dia oito de julho de dois mil e treze, na sala número dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da Senadora Ana Rita, reúne-se a Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença das Senadoras e Senadores Ana Rita, Paulo Paim, Eduardo Suplicy, Lídice da Mata e Ana Amélia, não membro. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Senhora Presidenta declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação da seguinte Pauta: Audiência Pública, na forma de Seminário, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 38, de 2013, aprovado em 06/06/2013, de autoria da Senadora Ana Rita, que requer a realização de Audiência Pública para “*realização de Seminário alusivo aos 50 anos da Encíclica Papal ‘Pacem in Terris’ (Paz na Terra) para debater o Contexto Mundial e Nacional à época da divulgação da Encíclica e sua atualidade no mundo e no Brasil de hoje.*” A Senhora Presidenta apresenta os convidados Dom Leonardo Ulrich Steiner, Secretário Geral da Con-

ferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB e Dr. Geniberto Campos, membro da Comissão Brasileira de Justiça e Paz – CBJP e os convida para compor a mesa de abertura do Seminário. Em ato contínuo, faz suas considerações iniciais. A seguir passa a palavra para os integrantes da mesa de abertura. A Senhora Presidenta apresenta os convidados que compõem a primeira mesa de expositores e solicita que tomem lugar à mesa. Logo após, concede a palavra aos expositores, que fazem suas explanações, nesta ordem: Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães Neto; Padre Elio Estanislau Gasda, Professor da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia de Belo Horizonte; Dr. Marcos Guerra, membro da Comissão Brasileira de Justiça e Paz – CBJP e Professor na Área de Direito Internacional e Estrangeiro; e Pastora Romi Márcia Bencke, Secretária Executiva do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs - CONIC. Às onze horas e um minuto a Senadora Ana Rita passa a presidência para o Senador Paulo Paim, para coordenar a segunda mesa de debatedores. O Senador Paulo Paim assume a presidência, apresenta os debatedores e os convida a tomarem lugar à mesa. O Senhor Presidente Paulo Paim concede a palavra aos debatedores, nesta ordem: Senador Eduardo Suplicy; Deputada Federal Luiza Erundina; Padre Bernard Lestienne; Carlos Alvez Moura, membro da Comissão Brasileira de Justiça e Paz – CBJP. Às doze horas e dezoito minutos, o Senador Paulo Paim devolve a presidência para a Senadora Ana Rita. A Senhora Presidenta concede a palavra a quatro pessoas presentes no Plenário da Comissão: Gilberto Souza, da Comissão Brasileira de Justiça e Paz – CBJP; Padre Thierry Linard de Guerezchin; Professor Raimundo Caramuru; e Celso de Carvalho Filho. A Senhora Presidenta concede a palavra aos convidados para suas considerações finais. Fazem uso da palavra as Senhoras Senadoras e os Senhores Senadores Ana Rita, Paulo Paim, Eduardo Suplicy e Ana Amélia. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e nove minutos, lavrando eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Ana Rita**, Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

(Texto com revisão.)

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES)
– Declaro aberta a 31^a Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3^a Sessão Legislativa Ordinária da 54^a Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 38, de 2013, da Comissão de Direitos Humanos, aprovada em 6 de junho de 2013, de minha autoria, para a realização de seminário alusivo aos 50 Anos da Encíclica Papal *Pacem in Terris* (Paz na Terra), para debater o contexto mundial e nacional à época da divulgação da Encíclica e sua atualidade no mundo e no Brasil de hoje.

O nosso seminário será realizado da seguinte forma: inicialmente, faremos a abertura; posteriormente, a primeira Mesa de expositores, sob minha coordenação; e, por fim, uma segunda Mesa de debatedores sob a coordenação do Senador Paulo Paim.

Antes de compor a nossa Mesa, eu quero dizer que é uma alegria muito grande poder realizar este seminário, a pedido da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Esta Comissão de Direitos Humanos se sente muito honrada em poder debater um tema tão importante, que é a Encíclica do nosso Papa, do Papa João XXIII, *Pacem in Terris* (Paz na Terra), e também participar de um momento tão importante como este para a Igreja, quando o Papa João XXIII será declarado santo – já foi declarado; só falta a solenidade de beatificação. Então, é um momento muito propício para a nossa Igreja, para o mundo, para o Brasil e para todos nós, que queremos construir uma sociedade melhor, uma sociedade de paz, uma sociedade na qual possamos viver com mais dignidade.

A Encíclica nos dá pistas, nos propicia reflexões, nos dá orientações sobre como construir uma sociedade melhor, uma sociedade de paz.

Diante disso, eu convido para compor a Mesa de abertura Dom Leonardo Ulrich Steiner – depois, Dom Leonardo, o senhor vai pronunciar o seu nome corretamente –, Secretário-Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). É uma alegria recebê-lo. (*Palmas.*) Seja bem-vindo, Dom Leonardo! Também convido o Dr. Geniberto Campos, membro da Comissão Brasileira de Justiça e Paz. (*Palmas.*)

Antes de conceder a palavra a Dom Leonardo e ao Dr. Geniberto, eu vou fazer algumas considerações iniciais a respeito da Encíclica.

A Encíclica *Pacem in Terris* (Paz na Terra), de João XXIII, completou 50 anos de publicação no dia 11 de abril. Para celebrar essa data, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em parceria com a Comissão Brasileira de Justiça e Paz, realiza este seminário com a finalidade de discutir a atualidade dos principais tópicos que emergem dessa Encíclica, como os direitos humanos, o desenvolvimento, a questão nuclear, a reconciliação, o meio ambiente e a teologia da construção da paz.

A Encíclica *Paz na Terra* é o documento mais célebre do magistério de João XXIII. Para João Paulo II, o seu pontificado revelou-se uma elevadíssima profecia de paz, que encontrou, na *Pacem in Terris*, a manifestação realizada, quase um testamento público e universal.

Na mensagem para o Dia Mundial da Paz de 2013, Bento XVI cita a Encíclica, recordando que a paz implica principalmente a construção de uma convivência humana baseada na verdade, na liberdade, no amor e na justiça.

Trata-se de um documento que marcou época sob diferentes aspectos. Ecoava um oportuno grito de alerta ante uma humanidade cercada de ameaças à paz mundial, em pleno contexto de guerra fria e de corrida armamentista. Eram gritantes as desigualdades sociais, as várias formas de violação aos direitos humanos, fome, desemprego, condições de trabalho sub-humanas, colonização, migrações forçadas etc.

Na América Latina, o processo revolucionário cubano ensaiava seus primeiros passos, desde sua instalação em 1959, mas já com notável influência sobre os processos de luta em várias partes do mundo, inclusive sobre os povos africanos em luta pela sua independência política das metrópoles europeias.

No caso da sociedade brasileira, estavam em curso e numa onda crescente as lutas pelas chamadas reformas de base, dentre elas a reforma agrária, sob a liderança das ligas camponesas. Aliados aos camponeses, o mundo operário e o movimento estudantil tratavam de dar o seu recado, inclusive sob o impulso dos centros populares de cultura do movimento de cultura popular e de outros sujeitos históricos.

No âmbito da Igreja Católica Romana, respiravam-se os ares renovadores do Concílio Vaticano II, que aconteceu de 1962 a 1965, convocado pelo mesmo Papa João XXIII. Dessa vez, não para emitir sentenças condenatórias contra o mundo moderno, mas para com ele abrir diálogo em busca de autorrenovação, de se voltar a serviço da humanidade, bem como de rever suas estruturas internas, buscando organizar-se a partir da referência a uma Igreja povo de Deus, perspectiva posteriormente frustrada pelas orientações pastorais seguidas pelos últimos sucessores de João XXIII e, mais recentemente, reacesa, graças ao estilo renovador do atual Papa Francisco.

Trata-se de um documento de cerca de 80 páginas – eu estou com ele aqui em mãos –, publicado pelas edições Paulinas, o que é importante. Para quem desejar adquiri-lo, há aqui à disposição de todos. Está distribuído em cinco partes, além de breve introdução: Ordem entre os Seres Humanos; Relação entre os Seres Humanos e os Poderes Públicos no Seio das

Comunidades Políticas; Relação das Comunidades Políticas entre Si; Relação dos Seres Humanos e das Comunidades Políticas com a Comunidade Mundial; e Diretrizes Pastorais.

Que pontos da Encíclica *Pacem in Terris*, que em português é Paz na Terra, merecem especiais destaques, neste momento de rápida rememoração? Sublinhemos os que consideramos mais impactantes e mais atinentes aos desafios presentes.

A partir de então, consagra-se uma expressão densa de significado, sinais dos tempos a designar o surgimento de algo novo naquela conjuntura. Podemos sublinhar três desses sinais dos tempos. Primeiro, o despontar das classes trabalhadoras, com crescente tomada de consciência de sua dignidade e de sua condição de sujeito de direitos, a começar pelos direitos econômicos em direção aos direitos políticos e culturais. Segundo, o surgimento da mulher como sujeito político; torna-se a mulher cada vez mais consciente de sua própria dignidade humana, não suporta mais ser tratada como objeto ou instrumento. Terceiro, o despertar dos povos oprimidos contra a colonização e a favor de sua organização autônoma e independente.

O *Paz na Terra* acentua e estimula o protagonismo de todos os cidadãos na configuração da vida pública, bem como na produção e na distribuição dos bens comuns.

Ganha lugar de destaque no documento o reconhecimento do direito e do dever de participação ativa dos cidadãos e cidadãs na vida política, estimulando inclusive a alternância de dirigentes.

Ao frisar a importância de se fazer cumprir o bem comum como critério de Justiça Social, alude à necessidade da justa distribuição dos bens inclusive fundiários, entenda-se reforma agrária; denuncia a situação injusta a que são submetidos os refugiados em distintas partes do mundo, ao tempo em que clama pelos seus direitos, propondo como critério de tratamento aquilo que hoje se tem chamado de exercício de interculturalidade, diálogo interétnico de mútuo respeito com disposição de aprendizado recíproco; aponta os graves riscos por que passa a paz mundial, denunciando com vigor a corrida armamentista, clamando por um desarmamento, já que não é razoável aplicar somas vultosas em armas, diante de crescentes necessidades vividas pelos povos.

Nas diretrizes pastorais, são elencadas várias pistas de enfrentamento dos desafios apontados: a necessidade da participação ativa dos cidadãos e cidadãs, na vida política dos povos; o cuidado de que não basta o aporte da competência técnico-científica, se não vem acompanhado de postura ética de seus protagonistas; o compromisso de se fazer política, na

perspectiva do desenvolvimento integral, do homem todo e de todos os homens, aspecto que depois seria aprofundado, tanto na Constituição Pastoral do Concílio Vaticano II, quanto na Encíclica de Paulo VI, publicada em 1967.

Eis apenas alguns poucos pontos sublinhados, de passagem, no texto da Encíclica, cuja atualidade reside, antes, em seu espírito ético-político do que numa pretensa reedição literal de suas propostas, até porque temos aí meio século de distância, durante o qual muita água rolou debaixo da ponte de nossa história.

Para o Frei Carlos Josafá, teólogo dominicano, o documento *Paz na Terra* constitui a melhor formulação ética da dimensão social do Evangelho e se torna operacional pelo empenho de não ficar em uma elaboração teórica, abstrata. Inaugura uma análise dos sistemas industriais, econômicos, agrícolas e essas análises lançam uma grande luz sobre as raízes e causas das exclusões e desigualdades sociais.

Ainda segundo o teólogo dominicano, a Encíclica amadureceu a idéia de uma democracia social, respeitando e promovendo os direitos individuais e sociais, em oposição a todo golpe que rompesse com a marcha de democratização progressiva do País. E acrescenta: “O Pontificado de João XXIII é uma das maiores guinadas na história da Igreja, a busca de um evangelismo radical que já inspirava o coração desse grande discípulo de Cristo.”

Para finalizar essas breves observações, quero ressaltar a atualidade do documento. As reflexões, as recomendações nele contidas podem e devem inspirar a todos e todas, quantas e quantos querem contribuir com uma nova ordem social baseada numa escala de valores que possa orientar projetos para a humanidade globalizada e pós-moderna.

Era isso que eu gostaria de colocar neste primeiro momento.

E agradeço muitíssimo a presença de todos vocês, de todas vocês, a presença de Dom Leonardo, que é o Secretário-Geral dos Bispos do Brasil; agradeço também ao Dr. Geniberto Campos, que é membro da Comissão Brasileira de Justiça e Paz; e, no nome de Dom Leonardo e do Dr. Geniberto, agradeço a todos os nossos convidados e convidadas, que farão parte da primeira e da segunda Mesa. Quero aqui também agradecer a presença dos nossos colegas Senadores, Senador Paulo Paim, Senador Eduardo Suplicy, que está aqui presente. Também irão colaborar conosco durante as nossas Mesas de trabalho.

Dessa forma, eu concedo a palavra a Dom Leonardo Ulrich Steiner, Secretário-Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

O SR. DOM LEONARDO ULRICH STEINER –

Sr^a Senadora Ana Rita, Srs. Senadores, Sr^a Deputada, todos os demais convidados, me permitam dizer, irmãos e irmãs, que para a CNBB é uma honra poder estar no Senado Federal, onde se irá discutir, refletir, aprofundar um dos textos mais importantes da nossa Igreja nos últimos tempos, porque dela brotam depois tantos pensamentos e tantos textos.

A Senadora lembrou dois textos: *Gaudium et Spes* e *Populorum Progressio*, de Paulo VI.

Gaudium et Spes é o texto do Vaticano II. É um texto que nasce de um momento muito preciso na história. João XXIII vinha de experiências de guerra, de conflito; um homem que tinha sido sinal de comunhão, de reconciliação, de perdão, não só no meio político, mas também no seio da própria Igreja, na relação entre a Igreja Católica e a Igreja Ortodoxa. Ele vinha de uma experiência, portanto, muito rica de relações.

Depois, como Nuncio, na França, foi aquele que defendeu e colocou as coisas nos seus devidos lugares no momento da condenação. Quando se pensava que quase todos os bispos franceses seriam condenados, depois da Segunda Guerra, ele fez prevalecer a justiça, a verdade.

Esse homem, nascido numa família camponesa, eleito Papa, logo nos surpreendeu a todos – eu ainda era menino, nem estava no seminário –, porque depois de um homem magro, esbelto, inteligentíssimo, que falava sempre a sensação que nós tínhamos, que falava de cima para baixo, veio um homem baixinho, gordinho, simpático, sorridente e que falava de coração a coração. Um homem que não tinha receio de visitar as pessoas na cadeia; um homem que tinha um coração aberto para a realidade universal; um homem que tinha uma sensibilidade enorme para os conflitos humanos; sabia por onde andava a história. Basta dizer o nome que ele escolheu: João XXIII.

Por ser um grande historiador, como ele era, colocou ponto final na discussão: se o João XXIII anterior era Papa ou não era. Ele escolheu um nome e acabou com a discussão. Quer dizer, um homem ao mesmo tempo determinado e profundamente sensível.

O texto nasce de um coração aberto, não de um coração fechado, voltado para dentro da Igreja.

É um homem voltado para toda a realidade. É a Igreja que se abre para a realidade toda, e num momento muito preciso. Todos nós estamos lembrados do momento em que houve o conflito, ou seja, invade-se Cuba ou não se invade Cuba, daquele momento de tensão terrível em que se encontrou. Não sei se é verdade, mas eu li em algum lugar que João XXIII teria enviado esse texto com uma carta, tanto para Kennedy quanto para Gorbachev. Quer dizer, num momento de

maior tensão, nasce um texto muito significativo, em que se cuida da convivência humana, se cuida das relações humanas, se cuida das relações internacionais.

Uma Igreja que não está falando de cima para baixo, mas uma Igreja que está falando às pessoas, trazendo as pessoas à responsabilidade, à responsabilização. Nesse sentido, como lembrou tão bem a Senadora, é um texto eminentemente político, político no sentido de cuidado. Os gregos, quando falavam de política, diziam do cuidado pela cidade, pela *polis*. No sentido melhor, mais profundo e mais dinâmico da política, é um texto eminentemente político, porque é um texto preocupado com a humanidade.

Lembrando aqui tantos elementos colocados pela Senadora, nós hoje poderíamos reler esse documento, procurando tirar dele esses elementos políticos tão necessários, inclusive no nosso momento brasileiro de hoje, com toda essa movimentação das ruas.

Então, eu queria parabenizá-la, Senadora, pela iniciativa. Eu gostaria de agradecer, inclusive, em nome da CNBB. Não posso agradecer em nome da Igreja Católica, porque é um documento que ultrapassa a Igreja Católica.

Achei tão bonito, no sínodo de outubro passado, quando nos falou o Primaz anglicano, e ele, inicialmente, agradecia a possibilidade de se dirigir ao sínodo da Igreja Católica, dizendo que o Concílio Vaticano II e os textos de João XXIII tinham sido muito importantes para todo o Ocidente.

Quando nós agora refletimos sobre um texto, nós estamos pensando para lá de toda essa questão do Estado laico e assim por diante, de todas essas discussões. Nós estamos aqui, certamente, Senadora, preocupados com as questões da humanidade, questões da nossa sociedade, em que todos nós, as diversas igrejas, as diversas religiões estão muito inseridas. E todas elas preocupadas, em primeiro lugar, com o ser humano. E eu diria mais: é um texto que nos remete para os pobres.

Para terminar, eu gostaria de lembrar um texto muito bonito de Teresa de Calcutá, quando ela nos convoca a cuidar daqueles de quem o Estado já não cuida mais e que são desnecessários à sociedade. É um texto que nos remete para essa realidade, um texto que nos remete para nos abirmos e sabermos acolher essas realidades todas que estão diante de nós, mas, em primeiro lugar, cuidarmos da pessoa humana. Para aqueles que buscam viver o Evangelho e seguir o ensinamento de Jesus, nós sabemos que cada pessoa humana é um filho, uma filha de Deus. Especialmente aqueles de quem ninguém cuida.

Muito obrigado, Senadora. Muito obrigado a todos que estão aqui, que participaram do debate. Creio que

vai nos ajudar muito, inclusive pode ajudar esta Casa, que tem se preocupado, vários Senadores têm se preocupado realmente com causas muito importantes.

Bom trabalho! (*Palmas.*)

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES)
– Agradeço à CNBB, agradeço ao Dom Leonardo, em nome da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal.

Quero dizer que, ao ler a Encíclica – tive a oportunidade de ler, não só para esse seminário de hoje, mas também por ocasião de uma entrevista que concedi à Canção Nova –, eu falei: que Encíclica atual! Ela nos traz orientações, dicas profundas, e, ao mesmo tempo, tão simples de convivência humana. Muitas vezes, no dia a dia, vamos nos perdendo diante disso, nas relações pessoais, nas relações entre comunidades, nas relações políticas, sociais e econômicas. A Encíclica nos chama para uma reflexão profunda.

Penso que este momento que estamos tendo aqui hoje tem que ser uma oportunidade que possa irradiar novos momentos, em outras ocasiões, em outros lugares, para que o conteúdo dessa Encíclica seja apropriado pela sociedade brasileira, por aqueles que têm a responsabilidade de conduzir os rumos do nosso País, e pelas pessoas de modo geral, porque é no dia a dia que construímos a paz, tão necessária e importante para todos nós e para a convivência humana de modo geral e para o mundo como um todo.

Então, eu que agradeço, Dom Leonardo, a presença do senhor, o que nos orgulha e nos honra muito. Muito obrigada.

Concedo a palavra ao Dr. Geniberto Campos, que é membro da Comissão Brasileira de Justiça e Paz.

O SR. GENIBERTO PAIVA CAMPOS – Obrigada, Senadora.

Quero declarar, como cidadão, que é uma honra estar aqui, nesta Casa. Eu espero que ela permaneça aberta a esse tipo de problemática e em todos os sentidos, a fim de que a gente possa ter este local para discutir democraticamente todos os temas que concernem à cidadania.

O tema que se está trazendo aqui hoje transcende aquele olhar pelo retrovisor. Penso que historicamente a gente pode perceber a grande atualidade dessa Encíclica, que foi inserida dentro de um contexto extremamente complexo, difícil. O mundo havia saído da Segunda Guerra Mundial e houve uma bipolarização evidente.

Dizem os historiadores que a Guerra Fria tinha uma coisa muito interessante: permitia uma militância muito acentuada das pessoas pela grande obviedade das desigualdades no mundo, mas era extremamente cruel com aqueles que se aventuravam nessa militân-

cia. Naquela época da Guerra Fria, a gente tinha visto a construção do Muro de Berlim, a presença do então Presidente Kennedy, que, na época, se declarou alemão e berlinense pelo problema que se colocava, a gravíssima crise dos mísseis cubanos, em 1962.

Lembro que eu e o Marcos Guerra, como estudantes e militantes de ação católica, estávamos muito preocupados porque a nossa militância queria mudanças por métodos não violentos. E a impressão que se tinha era de que a Encíclica chegando nessa hora, vinda de um homem com um perfil, como Dom Leonardo tão bem ressaltou, de bonachão, que queria uma Igreja realmente participante, voltada para todos, mas principalmente para os excluídos, então, percebíamos esse olhar da Igreja, que é sempre um olhar muito especial.

A Igreja tem uma forma de trazer elementos, tem uma maneira de trazer alguns temas às vezes completamente esquecidos por nós. Então, essa militância, essa coisa que a Igreja tem a gente pode dizer que é um legado de João XXIII. E agora, com a eleição do novo Papa, parece até que a gente retoma uma nova esperança. E é isso exatamente que a gente espera de uma instituição como a Igreja, porque, neste momento em que temos essa situação em que basicamente a classe média, mas todos têm o direito também de expressar as suas reclamações, a sua vontade de mudança, é preciso que não só os governos, mas o Estado brasileiro, por meio de suas instituições, percebam que é necessário haver uma mudança, porque o diálogo e a intercomunicação entre Estado e sociedade estão meio complicados, meio grimpados. Há algumas coisas que precisam ser vistas.

Portanto, eu diria que essa atualidade da Encíclica de João XXIII se torna extremamente importante para todos nós e a presença da Igreja nesse contexto é fundamental exatamente por essas características de defender aquilo que é a essência dos direitos humanos: a liberdade e a democracia.

Eu agradeço. (*Palmas.*)

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Dr. Geniberto Campos, membro da Comissão Brasileira de Justiça e Paz, pela presença e pelas palavras.

Feita a abertura do nosso seminário, nós passaremos à primeira Mesa de expositores.

Eu convido Dom Leonardo e o Dr. Geniberto a permanecerem na mesa, se assim desejarem. É importante que permaneçam. O senhor prefere... Então, fique à vontade. Obrigada, Dom Leonardo. Um abraço. (*Palmas.*) Dr. Geniberto, muito obrigada.

Eu convido, então, para compor a mesa o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães Neto. (*Palmas.*)

Seja bem-vindo! Dr. Samuel, muito obrigada pela presença. Convido também o Padre Élio Estanislau Gasda, professor da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia de Belo Horizonte. (*Palmas.*) Convido também o Prof. Marcos José de Castro Guerra, membro da Comissão Brasileira de Justiça e Paz. (*Palmas.*) Convido também a Pastora Romi Márcia, Secretária-Executiva do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (Conic). (*Palmas.*)

Quero aqui também aproveitar a oportunidade para registrar a presença do Senador Paulo Paim, que está conosco desde o início; do Senador Eduardo Suplicy, que teve que se retirar um pouquinho; e também da Senadora Ana Amélia, que está presente aqui conosco.

Posteriormente faremos também o registro de outros convidados e convidadas que se fazem presentes aqui hoje. Eu solicito à Secretaria que providencie os nomes.

Eu concedo a palavra ao Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães Neto.

O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES NETO

– Muito obrigado, Senadora Ana Rita, Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Queria agradecer o convite da Comissão, da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, da Comissão Brasileira de Justiça e Paz e cumprimentar a todos os Srs. Parlamentares presentes, as senhoras e senhores, meus amigos todos, inclusive o meu amigo Carlos Moura.

Muito bem. Para mim, é um prazer muito grande participar deste seminário sobre os 50 Anos da Encíclica *Pacem in Terris*, do Papa João XXIII.

O Prof. Geniberto já mencionou alguns dos temas, à época, importantes para situar o contexto da elaboração e da proclamação da Encíclica. Eu queria fazer alguns comentários sobre alguns deles, como fez a Senadora Ana Rita. Algumas pistas ela também já mencionou, mas outras eu procurei retirar do texto e serei breve, porque são muitos os companheiros aqui na Mesa.

O §12 da Encíclica diz que os cidadãos e os cristãos em geral têm direito à informação verídica sobre os acontecimentos. Esse é um tema de grande atualidade, quando vemos o que ocorre internacionalmente, com um enorme esquema de espionagem que está em curso e que foi recentemente denunciado, pelo qual todas as comunicações de alguma forma eletrônica são acompanhadas por um Estado, de forma a gerar até reclamações dos seus aliados, que descobriram que não eram tão aliados assim.

Esse é um tema também nacional, quando vemos, aqui dentro do Brasil, a questão extremamente

importante da democratização da informação. Certamente, quando se trata dessa questão da mídia do Brasil, imediatamente surge a questão da censura. Não se trata de censura. Trata-se de democratizar, de desmonopolizar, porque nós temos, hoje em dia, um monopólio ou um oligopólio da mídia, em que ocorre, inclusive, a situação curiosa em que as verbas do Governo, que provêm dos tributos, que provêm da população em geral, são destinadas aos principais veículos de acordo com o princípio absurdo da maior audiência, o que, na realidade, não é correto. A distribuição deveria ser mais equânime. É como se, por exemplo, no SUS, alguns cidadãos tivessem direito a um tratamento melhor. A informação talvez seja um bem tão importante quanto a saúde ou quanto a educação, a informação sobre os fatos. Esse é um ponto que está abordado na Encíclica, no §12.

Outra questão importante é a do §22, que mostra a sua atualidade, a questão da propriedade privada e da sua função social. A propriedade privada se justifica na Encíclica pelo fato de ter uma função social.

Nós temos observado aqui no Brasil e no mundo, em geral, a partir principalmente da crise que se desencadeou em 2008, um enorme processo de concentração de renda e de riqueza. Esses dados são pouco divulgados porque a Receita Federal se recusa a dar os dados relativos à propriedade, quando deveria, pela Lei de Acesso à Informação. Não os nomes dos proprietários, mas os dados sobre a concentração de propriedade, coisa totalmente diferente. Não se trata de identificar quem são as pessoas mais ricas, mas, sim, de saber como é a estrutura de concentração da propriedade.

Outro tema, também da Encíclica, muito importante é o dever de participar da vida pública, que está no §146. É um tema extremamente atual. Temos, inclusive, recentemente, com as manifestações nas diferentes cidades do Brasil, tido uma demonstração importante do desejo da juventude de participar da vida pública, não importa se de uma forma ainda não focada. As manifestações são uma prova da mobilização da juventude atual, a prova de um desejo de participação da juventude e da população em geral na administração dos negócios do país, da sociedade. E é preciso que isso ocorra, porque, normalmente, a população é chamada a participar politicamente uma vez a cada quatro anos, quando tem oportunidade de depositar o seu voto na urna. Depois, ela é, digamos, dispensada para tratar dos seus afazeres particulares, quando, na realidade, o regime só é democrático na medida em que a população participa, não só pelos seus representantes, aqui representados, aliás, de forma muito digna. É importante que a população também participe.

Não está na proposta da Presidenta, mas a ideia do *recall*, isto é – eu não sei como se diz, desculpem-me não saber como se diz em português –, do plebiscito revocatório, da oportunidade de a população poder revogar os mandatos daqueles representantes que ela considera que não estão representando de forma adequada as suas aspirações é algo que existe num país muito condenado pela mídia brasileira, a Venezuela. O Presidente Chávez, inclusive, foi objeto de um plebiscito...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Só para ajudar, aqui, no Brasil, o projeto é do Senador Eduardo Suplicy.

O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES NETO – Muito bem. O Senador Eduardo Suplicy sempre na vanguarda das aspirações populares.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – É uma proposta da OAB, do Fábio Konder Comparato e outros que...

O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES NETO – E sua, também, no Congresso.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Que eu abracei.

O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES NETO – Fez muito bem. Abrace com firmeza.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – E existe também em muitos Estados norte-americanos, como a Califórnia, que já o tem praticado.

O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES NETO – Em alguns Estados, mas não no país.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sim.

O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES NETO – Não vou fazer esse comentário para não criar maior tumulto, mas, enfim, outro aspecto importante é a necessidade de uma comunidade internacional. Aliás, a Encíclica fala de uma única economia mundial. Interessante, porque, na época, não se falava muito em globalização, mas ela menciona, num certo momento, a formação de uma única economia mundial, no seu §130, onde diz que a relação entre os Estados, qualquer que seja sua dimensão territorial e populacional, não pode ser uma relação de opressão. Isso é extremamente importante hoje em dia.

Hoje em dia, ocorre um movimento interessante, muito interessante, que é o chamado direito de proteger, direito extremamente perigoso para os países menores, para as sociedades menores. O sistema é mais ou menos o seguinte, como ocorreu em vários países do Oriente próximo: primeiro, surgem manifestações pacíficas. Nessas manifestações pacíficas, há grupos infiltrados que provocam violências. Essas violências são eventualmente objeto de algum tipo de repressão.

Aliás, é preciso registrar que o Estado brasileiro agiu de forma muito ponderada, por meio da polícia, no trato dos manifestantes, mesmo com aqueles mais violentos, encapuzados, que estavam promovendo atos de vandalismo. Mesmo assim, não houve violência maior, felizmente.

O passo seguinte é denunciar a violação dos direitos humanos, e o passo posterior é se atribuir a obrigação de intervir para responsabilizar o Estado pela violação dos direitos humanos, para intervir naquele país, para proteger os direitos humanos, eventualmente com bombardeios, coisas desse tipo, que naturalmente protegem os direitos humanos da população, na medida em que essa população tem a oportunidade de, digamos, por meio desses bombardeios, subir à presença do seu Criador mais rapidamente. Então, na realidade, há a verdadeira proteção dos direitos, e até uma promoção desses direitos. Enfim, isso é algo extremamente perigoso para os países mais fracos, muito perigoso.

E fala da exigência, na Encíclica, o Papa João XXIII, da necessidade da utilidade pública universal. Escolhida como? Por quem? Isso é muito importante, porque senão, o que tenderá... Isso, hoje em dia, chama-se governança global, governança mundial e outros eufemismos e, digamos, disfarça o que se trata, na realidade, de dominação dos grandes Estados sobre os Estados menores. Essa é uma tese extremamente perigosa. O Papa não diz isso; ele diz que é necessário respeitar o direito de todos os Estados, qualquer que seja a sua dimensão populacional, ou a sua dimensão territorial.

Essa comunidade em nível internacional, universal, não pode ser um instrumento de opressão dos Estados maiores sobre os Estados menores, de modo que a Encíclica tem, ao meu juízo, uma extraordinária atualidade, porque toca em temas atuais. Como a Senadora já havia mencionado, o Prof. Dr. Geniberto também, e D. Leonardo Steiner havia já mencionado, é uma Encíclica da época, mas que permanece válida até hoje, nas suas ideias, nas suas proposições, e é por isso que estamos hoje celebrando o seu cinquentenário.

Muito obrigado pela atenção.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Agradecemos ao Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães Neto.

Eu concedo agora a palavra ao Padre Élio Estanislau Gasda, professor da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia de Belo Horizonte, mas antes eu quero aqui também justificar a ausência do Professor Patrus Ananias de Sousa, que havia confirmado presença. Ele é professor da PUC de Minas Gerais, mas, por razões de última hora, ele não pôde se fazer pre-

sente, e é uma pessoa que também traria uma grande contribuição para este debate.

Dessa forma, eu concedo a palavra ao Padre Élio, para que, num prazo de 15 minutos – se houver necessidade, poderemos ampliar esse prazo – possa fazer a exposição.

O SR. ÉLIO ESTANISLAU GASDA – Quero dirigir a minha saudação a todas e a todos os presentes, Senadora Ana Rita, demais Senadores, e faço uma saudação especial aos religiosos e religiosas presentes nesta sala neste momento, presenças muito ricas e importantes neste debate.

A Encíclica *Pacem in Terris* é de uma atualidade tremenda. A mim, quando me foi enviado o convite, primeiro, me pediram para dar mais acento nos desafios mundiais, lidos e vistos a partir da *Pacem in Terris*. Devido à sua riqueza, eu tive um pouco de dificuldade de elencar três, quatro elementos, no máximo cinco, sobre este assunto.

Gostaria de começar dizendo que o Papa Francisco, em uma reunião, fez este comentário de que comemorar essa Encíclica é muito importante para o mundo, porque ela foi dirigida a todas as pessoas de boa vontade. E acredito que nós, aqui nesta sala, somos pessoas de boa vontade pelo estímulo para nos empenharmos todos na reconciliação da humanidade e da paz.

A *Pacem in Terris* foi publicada nesse contexto que já comentamos aqui, os anteriores, e parte de dois princípios que, do ponto de vista da fé, da teologia, do pensamento humano, são muito importantes, pois são o seu núcleo: a paz deve emanar de um princípio absoluto maior, que é o Príncipe da paz, que é o Senhor, que é Deus, e deve emanar também de um outro princípio, que está unido a esse, que é o princípio da centralidade, da dignidade humana. Então, a paz não pode basear-se unicamente em nós, seres humanos, porque nós somos limitados, fracos e não tão fiéis assim à paz.

O primeiro elemento que eu gostaria de levantar a partir dessa chave de leitura é o elemento do ver – o ver. João XXIII parte de uma constatação: não existe paz no mundo; existe uma desordem mundial. A paz continua sendo um grande anseio de todo gênero humano, mas existem vários obstáculos que impedem que a paz seja concretizada, grandes obstáculos.

Numa Encíclica anterior, a *Mater et Magistra*, ele disse algo muito parecido: que na nossa época, laboram-se erros gravíssimos e é agitada por tremendas desordens no mundo.

Aqui está o primeiro importantíssimo aspecto da atualidade da *Pacem in Terris*: conhecer em profundidade a realidade em que estamos. E conhecer em pro-

fundidade não é deixar-se levar pela superficialidade a que este mundo está tão acostumado. Está acostumado a ler manchetes de revista e jornal e contentar-se com elas. É preciso ir a fundo no conhecimento da realidade se nós queremos transformá-la de acordo com a paz no mundo.

Os grandes obstáculos que João XXIII enfrenta não são os mesmos de hoje. Eu aqui, como teólogo, como professor de teologia, também parto de um olhar teológico, para mostrar que, por detrás dos grandes erros e males gravíssimos da atualidade mundial, existe um diagnóstico teológico bíblico maior e mais profundo que o Papa Francisco resgatou há 15 ou 20 dias.

O erro fundamental apontado pela Sagrada Escritura, pelo Papa Francisco e por João Paulo II é que, de fato, a raiz de todos males é a absolutização do dinheiro. Isso está na primeira carta a Timóteo.

Para Jesus, o ídolo é uma realidade absoluta e concreta chamada dinheiro. Quando a humanidade se submete a esse ídolo chamado dinheiro, ela compromete a verdade, compromete a justiça e cai num mundo de mentira, falsidade e de negação dos direitos humanos.

Enquanto houver essa realidade da absolutização do dinheiro, jamais haverá paz na Terra. A absolutização do dinheiro é a grave ameaça e a principal ameaça no mundo. E o magistério continua afirmando isso com Bento XVI, com o Papa Francisco também.

Existe uma frase do Papa Francisco que é muito certa: “Onde há absolutização do dinheiro, apaga-se Deus e apaga-se a dignidade do ser humano, que se tornou um bem de consumo que pode ser perfeitamente descartável.”

Vivemos sob uma tirania do invisível, e para ver esse invisível é preciso conhecer a realidade a fundo, grande esforço de João XXIII.

Há uma frase do Papa Francisco, que também quero lembrar aqui, que ele falou na vigília de Pentecostes: “Se os bancos de investimento caem, é uma tragédia global, mas, se as pessoas morrem de fome, não acontece absolutamente nada.”

É impossível paz num mundo submetido à tirania do dinheiro.

O fato é que nós subestimamos a desigualdade e a injustiça social. Ela é filha dessa absolutização do dinheiro. Ela é a inimiga maior da justiça e a grande amiga da injustiça. Se, num extremo, quase um bilhão de pessoas vivem em condições de extrema pobreza, do outro lado, nós desconhecemos a verdade dos bilhões de dólares escondidos nos paraísos fiscais, trilhões, já dizem. Do outro lado pessoas morrem de fome, desempregadas, sem acesso sequer à água e à saúde.

A *Pacem in Terris*, aqui eu entro num segundo ponto, levanta várias categorias de injustiçados. Quero chamar a atenção sobre uma categoria de injustiçados, que hoje é uma categoria bastante séria – não que as outras não sejam –: a dos estrangeiros, dos refugiados e imigrantes. Ela trata o tema dos refugiados e imigrantes em vários parágrafos.

A atualidade desse documento a respeito dos imigrantes estrangeiros é muito grande. Quero lembrar que hoje, dia 8 de julho, o Papa Francisco encontra-se na Ilha de Lampedusa, que fica a 100km da costa da África. O que é que ele está fazendo lá? Está em companhia dos imigrantes, porque o Papa Francisco ficou profundamente chocado com a tragédia humana que aconteceu pertinho, na chegada da Europa. Noventa e cinco imigrantes estavam escondidos dentro de um pesqueiro tunisiano, e os tripulantes do pesqueiro cortaram as cordas das cestas onde estavam e os afogaram. Essa notícia deixou o Papa Francisco muito, muito sensível e chocado. Então, hoje, ele está lá, convivendo com os sobreviventes e celebrando a eucaristia com eles.

João XXIII já havia enfrentado esse problema grave da mobilidade humana, dos refugiados, das migrações, e ele vai oferecer uma proposta para o mundo que é assumida pelo ensino social da Igreja: a proposta de uma cidadania mundial fundada nos direitos humanos. Abandonar o próprio país é a última tentativa de escapar da fome, da violência, das guerras, e hoje, cada vez mais, dos desastres ambientais provocados pela ação humana.

É preciso uma nova visão de cidadania para além dos limites territoriais, quando olhamos para os imigrantes, para os refugiados. Precisamos nos apoiar, cada vez mais, nesse princípio do destino universal dos bens. E a *Pacem in Terris* insiste: cabe ao Estado acolher o imigrante, favorecer sua integração social. É um dever de ordem moral quando a vida humana chega em risco.

O fato de possuir uma nacionalidade e estar fora do país de origem não é impedimento para o exercício da cidadania. A proposta de João XXIII por uma cidadania mundial apoia-se nos direitos humanos como condição fundamental inegociável para a paz.

Meus irmãos, os refugiados imigrantes são pessoas e não deixam de sê-lo quando abandonam o seu país e pedem acolhida num país como o nosso, fugindo da fome, da miséria e de desastres ambientais. Hoje a justiça social precisa levar em conta tudo isso se queremos paz no mundo.

O terceiro aspecto, continuando olhando para o mundo a partir dos princípios de uma ordem mundial que *Pacem in Terris* promove e propõe, a partir

da centralidade da pessoa humana, é que João XXIII vai dizer que a convivência entre as Nações funda-se nos mesmos valores que devem orientar os seres humanos. Quais valores? Quatro: verdade, justiça, solidariedade e paz.

Precisamos nos perguntar hoje, a partir de *Pacem in Terris*, quais seriam as exigências da verdade no século XXI globalizado? Quais seriam? Além da eliminação do racismo, da xenofobia, da homofobia, da busca da paz baseada na dignidade humana? A paz no mundo depende da resposta que damos às exigências da verdade hoje.

Um segundo pilar colocado são as exigências de justiça. E em relação às exigências de justiça também poderemos perguntar: quais seriam as exigências de justiça propostas por João XXIII, há 50 anos, para o mundo globalizado de hoje?

Só quero citar um exemplo rapidamente. Hoje, nós podemos lembrar daquela frase de Santo Agostinho: “Esquecida a justiça, a que se reduziram as nações e os impérios, senão a grandes latrocidas?” Santo Agostinho, em *Cidade de Deus*.

Em minha opinião, não existe maior manifestação de justiça global do que o fato de que os pobres arquem com as consequências do desperdício dos recursos naturais por parte dos países ricos. A defesa do meio ambiente de que tanto falamos é inseparável da luta contra a injustiça que é feita contra os países pobres. Uma sociedade sustentável ou é para todos ou ela não se sustenta de jeito nenhum.

Por último, falo da solidariedade operante. Aqui, eu quero chamar atenção unicamente, entre várias coisas, para João XXIII. Dentro dessa solidariedade operante, existe a bandeira pelo fim da indústria de armamentos. João XXIII, nos números 109, 110, 111, 112, insiste nisso. Gasta-se enormemente em armas, em gigantescos armamentos, na indústria bélica, enfim, em armas. Quanto mais um país produz, outro continua produzindo. O resultado é que os povos vivem em permanente estado de terrorismo.

E a última parte, com a qual quero concluir, é a proposta – que o Embaixador já levantou – da questão da ordem da comunidade mundial. Aqui aparece a questão de uma autoridade pública universal. Traduzindo: a democratização do poder público mundial.

Aqui existe uma crítica por trás, sobre a qual João XXIII fala e em que Bento XVI também insiste: existe uma hegemonia do poder político e econômico no mundo. Não se trata só do poder econômico; é uma hegemonia do poder político também. Isso é imoral, porque o bem comum é universal. Todas as nações são chamadas a cuidar do bem comum universal, a zelar por ele e a ter acesso a ele. Não é monopólio de um

G7 nem de um G20. O bem comum universal deve ser administrado democraticamente por um poder público democrático, em um plano mundial.

A pergunta que o Sr. Embaixador deixou é séria: “Como fazer isso?” A proposta está lançada e continua sendo lançada. Quer dizer, a globalização econômica precisa ser acompanhada por uma globalização política democrática.

O projeto de João XXIII é ambicioso: democratizar o governo global, a que os pobres e todos devem ter acesso, sendo protagonistas dele.

A ONU é um passo importante, mas não basta. É preciso democratizar a própria ONU.

Eu vou ficando por aqui.

Haveria outros aspectos também.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES.)

– Se eu tivesse mais tempo, eu lho concederia.

O SR. ÉLIO ESTANISLAU GASDA – Está ótimo.

Obrigado pelo tempo.

Eu só gostaria de dizer, de insistir nesse ponto, porque a *Pacem in Terris* traz muitos outros elementos de atualização. Se nós a lermos com muito cuidado, vamos identificar pontos que estão presentes em muitos projetos sociais e em projetos políticos que recebem apoio ideológico, ético e de sustentação antropológica dentro de um pensamento de 50 anos atrás, visionário, profundo, que é a *Pacem in Terris* de João XXIII. E deixa muito claro – e que fique claro para nós também – que a paz na terra exige renúncias, exige compromissos, exige principalmente o olhar para o outro; o outro que precisa do nosso olhar, de paz, de acolhida e de solidariedade. E o grande outro no mundo de hoje é o outro que chega precisando da acolhida, de solidariedade e de apoio. São os refugiados, são os imigrantes, tanta gente que, no último suspiro de desespero, em defesa da vida, nos busca para que possam ter mais vida.

A paz é fruto do direito. E, para isso, precisamos de um direito global, de uma cidadania mundial fundamentada nos direitos humanos e na dignidade humana. E, para isso, precisamos de instrumentos. Um instrumento é começar a democratizar a política mundial, não só uma política dominada pela absolutização e pela idolatria do dinheiro. O bem comum é universal. E é inseparável do bem incomum, igualmente universal.

Muito obrigado pelo tempo excessivo concedido. (Palmas.)

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES.)

– Obrigada, Pe. Élio Estanislau Gasda, Professor da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia de Belo Horizonte. Obrigada pela presença e também pelas reflexões que, aqui, o senhor trouxe.

Quero então, agora, conceder a palavra ao Prof. Marcos José de Castro Guerra, membro da Comissão Brasileira de Justiça e Paz.

O SR. MARCOS JOSÉ DE CASTRO GUERRA –

Muito bom dia, Sr^a Senadora, Srs. Senadores, demais participantes. Primeiro de tudo, um agradecimento pelo convite e um agradecimento, como cidadão brasileiro, pela discussão desse tema aqui. Privilegiar essa discussão é também sinalizar para o País a importância do tema, a importância da encíclica.

O que me foi pedido no formato original, como o senhor disse, é algo que tem muito a ver com o dia a dia dos Srs. Senadores e da sociedade brasileira; é a gênese na hora da parte final da concepção e antes do parto. Foi-me pedido qual foi o contexto no qual nasceu *Pacem in Terris*. Então eu detalhei três.

O primeiro é o *aggiornamento* de uma mensagem do Evangelho, do papel da Igreja, do pioneirismo que representou. Ao mesmo tempo, havia também o pioneirismo da Igreja no Brasil e na América Latina.

Segundo, o que já foi citado aqui, mas vou detalhar um pouquinho: a Guerra Fria, a corrida atômica, uma verdadeira escalada. Praticamente a impossibilidade de impedir um holocausto mundial. Já foi sinalizado o muro de Berlim e a crise dos mísseis em Cuba.

E, finalmente, como a encíclica trouxe novos conceitos.

O contexto recente: era começo dos anos 60, fim dos anos 50, uma diplomacia da Santa Sé nos últimos anos da Segunda Guerra, digamos, de corredores, de sacristia, com grande discrição. Chegou a haver dúvidas se era atuante.

Mas o João XXIII era núncio em Paris. E já foi dito aqui por Dom Leonardo, na abertura, posições que ele assumiu. Então era alguém que estava – não sei se eu poderia dizer – também se preparando para enfrentar algum ensinamento sobre essa grande questão da paz mundial. Havia encíclicas no contexto recente com princípios mais gerais, mas, principalmente, dirigidas à Igreja e ao povo católico.

O contexto imediato foi que, diante da escalada armamentista, chegou o momento em que Kennedy, de um lado, e Khrushchev, de outro, estavam praticamente conduzidos a apertar o botão. Eles tinham um telefone vermelho para evitar um desastre mundial, mas, com a implantação dos mísseis em Cuba, eles se encontram na lógica fatal de uma irreversibilidade do ato, por razões até internas, de ter que agir. Não poder se omitir. E ter que agir antes do outro.

É nessa hora que, no interior, a gente diz: “Vamos pedir ajuda ao bispo.” E o Kennedy pediu ajuda ao bispo. Telefonou ao Papa, dizendo: Eu não tenho como deixar de agir. Eu estou sendo cobrado, e a mi-

nha consciência também manda que eu não me omita. E houve um telefonema mediado, e o Papa agiu.

Nós vamos ver que, no contexto anterior, houve, sim, produções sobre guerra e paz, sobre a paz na Terra. Bento XV, Pio XI, Pio XII chegou a ter dez encíclicas sobre guerra e paz, mas não com, talvez, o foco e nem a profundidade.

O contexto recente da Igreja no Brasil e na América Latina vivia, já, uma ambiência pré-conciliar: a CNBB com mudanças, a criação dos regionais; D. Hélder muito ativo; e, no movimento de Natal, de onde sou originário, D. Eugênio Salles, na Igreja pré-conciliar, criou o que depois se transformou no MEB, Movimento em Educação de Base; a Campanha da Fraternidade, que nasceu no Rio Grande do Norte; as comunidades eclesiais, que também nasceram lá, Nísia Floresta; e os trabalhos do movimento de Natal sobre direitos humanos, dignidade do homem; a Igreja impulsionando a criação de sindicatos rurais, de assentamentos, que anunciavam a reforma agrária, etc. Ou seja, esse era o contexto recente até da Igreja do Brasil.

Mas havia o Muro de Berlim, onde Kennedy disse “eu também sou berlinense”, o que foi percebido como uma grande agressão e como uma grande defesa, e a crise dos mísseis em Cuba. Apelaram ao Bispo, ao Papa. Kennedy telefonou após a proposta de um jornalista norte-americano, Norman Cousins. E realmente o Papa relata, nos históricos, que dormiu muito pouco e preparou um telegrama, que enviou no dia 25 de dezembro, apelando para a consciência dos dois líderes.

Quando os mísseis foram descobertos por aqueles aviões espiões, primeiro houve uma negação, uma negativa: “Não existe, é falso”. Depois houve a evidência, e era preciso agir. Então se prepara – a invasão da Baía dos Porcos tinha sido anterior – uma retaliação. E nessa retaliação vinham barcos soviéticos para implantar mais e talvez até com ogivas para lançar. Os mísseis estavam a menos de 200 quilômetros dos Estados Unidos.

O telegrama, isso foi considerado um bom sinal, foi publicado no dia seguinte, no *Pravda* – um telegrama do Papa publicado, no dia seguinte, no *Pravda*. Praticamente era a aceitação por Khrushchev. Uma intermediação que vai me permitir encontrar um outro caminho. Alguém, uma autoridade moral, se propõe e vamos voltar a um mínimo de razoabilidade, de possibilidade de parar essa hecatombe, essa escalada. Foi publicado, em seguida, nos Estados Unidos e na Europa.

O apelo direto o Papa fez também através da Rádio Vaticano. Disse a uma audiência de fiéis também dessa grande preocupação e explicou o que é que ele tinha pedido: Paz. Paz. Suplicamos: “Não fiquem

surdos, façam tudo o que vocês puderem para salvar a paz. Vocês vão evitar que a humanidade, que está saindo da II Guerra, entre de novo em algo cujas consequências não vamos saber”.

É o clima. E é muito importante, porque aqui, todo dia, há discussões sobre medidas a preconizar, sobre políticas públicas, sobre leis, sobre direitos a defender, principalmente nesta Comissão. Então eu quis trazer esse clima, como me foi pedido, porque trabalho nessa área. Agradeço, desde já, a lembrança da situação do estrangeiro.

Os navios soviéticos, quando o telegrama foi publicado, receberam ordem de dar meia volta. Não mais se dirijam aos Estados Unidos ou a Cuba. Receberam ordem de dar meia volta e, num telefonema, Kennedy aceita retirar os mísseis que estavam nas bases da Turquia. Ou seja, estava todo mundo com bombas atômicas que permitiriam destruir várias vezes o mundo nessa escalada armamentista que já foi descrita.

Tenho certeza, e historiadores confirmam, de que essa crise convence o Papa da necessidade e da possibilidade da autoridade da Igreja de um magistério específico sobre o tema. E aí o magistério vem, e a solução não está no equilíbrio do terror; é preciso uma doutrina política que possibilite a paz. Aí ele aproveitou e trouxe as outras questões tão caras aqui para esta própria Comissão.

Há novas orientações específicas que ele aproveitou e que são ligadas à paz mundial, em relação ao diálogo entre as religiões, relações entre católicos e militantes comunistas e países socialistas, substituindo decretos do Santo Ofício de 1949, que impediam e que condenavam ao opróbrio aqueles que se aventurassem no diálogo, não como uma proposta agora de coexistência ideológica, mas de colaborar em ações que obedecem à moral natural.

Quem foi o redator material, ou o colaborador direto? Um monsenhor italiano, que foi feito cardeal somente em 1985 e que também inspirou *Mater et Magistra* e a Declaração Conciliar *Dignitatis Humanae* sobre a liberdade religiosa. Ele era professor da Pontifícia Universidade Lateranense; coordenou uma equipe de especialistas mas, nessa encíclica, o Papa meteu a mão. Várias noites, ele relata, passava até três horas trabalhando sobre a encíclica. E a proposta da minuta que ele recebeu cresceu de repente, uns 20% a 30% da lavra pessoal dele, e é considerada como o seu testamento.

Ou seja, esses conteúdos que nós acabamos de ver – como eles foram produzidos – parece-me algo importante para a gente, porque mostra a lucidez e o momento dramático que foi.

Durante o período, é importante salientar a participação do Brasil na crise dos mísseis. Houve também uma conversa telefônica entre o Kennedy e o João Goulart, e uma delegação brasileira que acompanhou o desmonte do arsenal atômico, porque era preciso uma delegação confiável. No mesmo mês, o Brasil assumiu, por dois anos, a vaga no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Nossos homens eram Jango, que havia acabado de reatar as relações com a Rússia, porque Dutra tinha rompido em 1948 – em plena crise, morre afogado, em uma praia do Rio, o embaixador da Rússia, no mês de outubro, e ficou difícil manter aquele diálogo, mas o diálogo era necessário para poder mandar aquela delegação brasileira –; e houve a participação direta de Jango, de Lincoln Gordon, o Primeiro-Ministro na época, Hermes Lima; San Tiago Dantas, no Itamaraty, e o Embaixador brasileiro Luiz Bastian Pinto.

Emergem novos conceitos. O conceito já referido sobre a descolonização, sobre as independências – e os anos 50 e 60 foram ricos nisso –; novos conceitos sobre direitos humanos, sobre a dignidade e sobre o desenvolvimento, conceitos que serão aprimorados em seguida com a *Populorum Progressio*, onde já o principal ator na escritura, o *ghost writer*, talvez, foi o Pe. Lebrecht, e, em parte, também, D. Hélder.

Eu quis trazer, numa reflexão, então, esse contexto no qual nasceu essa encíclica. E a gente viu que foi um contexto desafiador, que a resposta está à altura e que a resposta aponta um norte para a gente.

Era isso que eu queria trazer como contribuição. Obrigado.

A SR^a. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT –ES) – Obrigada, Prof. Marcos José de Castro Guerra, que é membro da Comissão Brasileira de Justiça e Paz, pela importante contribuição e por esta contextualização, que, para mim, foi altamente importante. Eu acho que é muito bom saber em que contexto e de que forma a encíclica foi escrita.

Convido agora a Pr^a Romi Márcia Bencke, Secretária-Executiva do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs, do Conic.

A SR^a. ROMI MÁRCIA BENCKE – Bom dia a todos e todas!

Em primeiro lugar, eu agradeço a possibilidade de participar aqui com vocês.

Cumprimento a Senadora Ana Rita, os demais Senadores e também a Deputada Luiza Erundina.

Quero dizer que, para nós, do Conselho Nacional de Igrejas, é um prazer muito grande estar aqui. Por isso também trago uma saudação especial do nosso Presidente, Dom Manoel João Francisco.

Para mim, não foi pedido nada em específico sobre desde que perspectiva refletir em torno dessa encíclica. Então, eu tomei a liberdade de refletir a partir de uma das categorias a quem a encíclica foi dirigida, que são as pessoas de boa vontade. Então, eu me identifico com essa categoria, para quem o Papa João XXIII dirigiu a encíclica. Por isso também ela é uma encíclica tão inspiradora e provocativa.

Para mim, refletir sobre uma encíclica papal foi um exercício inusitado, como teóloga, protestante. E eu gostaria de destacar o “teóloga”, o que significa para uma mulher, formada em Teologia, refletir sobre uma encíclica papal. Isso é algo especialmente inusitado.

Então, o que trago são reflexões muito livres, a partir das inspirações e das reflexões que a encíclica foi trazendo. Nessas reflexões livres, eu destaquei os contextos. Acho que foram tão bem-colocados que não seria necessário recuperá-los, mas eu gostaria de recuperar, talvez, dois aspectos que não foram tão ressaltados. O primeiro, de alguns momentos históricos que antecederam a encíclica, e de maneira especial o ano de 1948, com o lançamento da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que transparece claramente nesta encíclica *Pacem in Terris*. E outro, uma progressiva consolidação dos valores seculares, que estavam presentes naquele contexto histórico e social, e um contexto de emancipação das ideias e do fortalecimento das autonomias humanas. Além disso, como já foi bem colocado aqui, era um contexto de grandes transformações histórico-sociais contemporâneas. Então, era um contexto social histórico de muita ebulição.

Trago alguns destaques de alguns pontos da encíclica que indicam desafios. O primeiro aspecto que eu gostaria de destacar é que essa encíclica olha para a realidade e se pergunta pelos significados dos desafios históricos para a Teologia e para a Igreja. Essa encíclica não nega as contradições que estão presentes na realidade, no entanto, ela reconhece que existem conflitos, mas que também existem, ao mesmo tempo, progressos, que possibilitam aos seres humanos crescer e se desenvolver em busca de autorrealização.

Há o reconhecimento irrestrito dos direitos e dos deveres humanos, com um destaque especial ao direito à liberdade, que contribui para a dignidade humana; o reconhecimento dos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras à ascensão econômica, social e cultural; e, de maneira muito especial, a promoção da dignidade da mulher e de seus direitos no âmbito familiar e social e de seu ingresso na vida pública – nesse aspecto, é relevante destacar a importância do ingresso da mulher na vida pública para a própria emancipação da mulher como cidadã; a superação da relação de poder entre os povos, que era baseada na compreensão de que

existem dominantes e dominados; por fim, a superação de privilégios econômicos, sociais, raciais e de gênero – na encíclica está de sexo, mas, se atualizarmos, poderemos chamar de gênero.

E esses direitos são fundamentados teologicamente por uma Teologia que, para nós, luteranos e luteranas, é muito especial, que é a teologia da graça. Então, está ali a nossa grande identificação com essa encíclica.

A Teologia da Graça compreende que as pessoas são perdoadas ou resgatadas em sua dignidade pela morte e ressurreição de Cristo. Esse amor gracioso de Deus faz com as pessoas se tornem amigas de Deus. E isto me chamou muita atenção: na encíclica está que as pessoas se tornam filhas e amigas de Deus, mas eu gostaria de ficar com o termo “amigas de Deus”. A relação que nós desenvolvemos de amizade de Deus é que nos possibilita ter acesso aos direitos humanos. Essa chave hermenêutica é muito importante. Então, trata-se de uma fundamentação teológica que se elabora a partir de uma relação dialogal, não hierárquica e não imposta.

Essa compreensão teológica permite que se reconheça o mundo moderno não como ameaça, em função do recuo religioso, mas como um contexto que possibilita o despertar da consciência de direitos e da possibilidade de reivindicação e acesso a valores sociais e às vivências religiosas de uma forma mais profunda.

E também aproveito e destaco duas ênfases que a encíclica dá para as funções do Poder Público. A primeira dessas ênfases é que o Poder Público tem a tarefa de harmonizar e disciplinar convenientemente os direitos com os quais as pessoas se relacionam entre si. Cabe ao Estado evitar que os indivíduos, ao fazerem valer os seus direitos, não comprometam os direitos do outro ou impeçam-lhe o cumprimento do dever. Então, é o reforçar da integridade dos direitos.

A segunda função é que cabe ao Estado criar condições sociais que favoreçam o exercício dos direitos e o cumprimento dos deveres. A não atuação conveniente do Poder Público no âmbito econômico, social e cultural favorece as desigualdades e agrava a inoperância dos direitos.

Isso é muito atual, se a gente pensar aqui no Brasil, na importância de a gente ter um Estado que faça exatamente esse equilíbrio entre a garantia dos direitos, em especial o equilíbrio econômico, social e cultural.

Por fim, a ênfase de que o Estado é criador, regulador e protetor das condições sociais necessárias à promoção dos direitos necessários à dignificação da vida e à redução das desigualdades sociais e econômicas.

Ao se dirigir às pessoas de boa vontade, a encíclica dialoga com os valores são fundadores do movimento ecumênico, cujas raízes podem ser identificadas no humanismo. A encíclica não estabelece uma postura de condenação em relação às pessoas que pensam e agem de uma maneira diferente daquelas propostas pela Igreja.

Isso é muito interessante e muito atual para o momento em que a gente vive hoje, de um contexto religioso que é muito condenatório e pouco gracioso. Isso porque a encíclica compreende que a pessoa que – abre aspas – “erra” – fecha aspas – do ponto de vista religioso não é necessariamente uma pessoa cuja colaboração em todas as tarefas do mundo esteja equivocada. É uma postura de respeito às diferentes formas de pensar e agir no mundo. Ela é importante para o diálogo entre religiões e também é uma postura importante para que as igrejas – e aí eu reforço “igrejas”, no plural – consigam estabelecer diálogo com os novos sujeitos sociais que hoje se fortalecem na sociedade.

Eu penso muito nas mulheres e também nos homoafetivos, em relação aos quais, muitas vezes, as nossas instituições eclesiais têm mais uma postura de condenação do que de diálogo. A mesma coisa ocorre em relação a outras religiões. E eu penso no caso do Brasil, onde há religiões de matrizes africanas e indígenas. Então, quando o Papa João XXIII fala em pessoas de boa vontade, ele também reforça a importância do diálogo e da postura não condenatória, porque, afinal, Deus estabelece uma relação de amizade com todos os seres humanos.

Então, trata-se de uma concepção, de um cristianismo que se concretiza no reconhecimento daquilo que as diferentes culturas têm em comum. Essa visão de cristianismo torna-se fecunda em situações de guerra e conflitos.

Eu me lembro que, no contexto da Guerra dos Trinta Anos, na Europa, Leibniz entendia que cristianismo era sinônimo de uma sociedade com experiências e tradições espirituais comuns. Portanto, o cristianismo, como religião, deveria contribuir, junto com a política, para a promoção da paz universal. Ele desenvolveu o conceito da multiplicidade na unidade, a partir da noção de que cada cultura representa uma determinada concepção de mundo. Cada cultura carrega uma perspectiva diferente de uma mesma realidade, e a cooperação é o único caminho para atingir uma visão unitária do todo. A multiplicidade na unidade defende que a compreensão dos elementos básicos e fundamentais do universo e seu sentido não devem suprimir a diversidade, pois harmonizar não quer dizer uniformizar, mas compreender a diversidade.

Por fim, alguns desafios que a encíclica coloca para nós, hoje, como igrejas, em um contexto cujos conflitos não se distanciam muito do contexto em que a encíclica de João XXIII foi lançada. O primeiro grande desafio é olhar para a realidade e perguntar pelo significado dos acontecimentos históricos atuais para a Teologia e para a Igreja. A Teologia, para fazer-se atual, precisa necessariamente deixar-se interpelar pela realidade.

Há um livro bem recente, que foi lançado por uma teóloga alemã, chamada Margot Kässman, que tem um título muito provocador: *Ir além do amém e do sim*. É isso que está colocado como desafio para a nossa Teologia hoje, em um período de superabundância de deuses. Quando querem normatizar e regulamentar a vida humana, a Encíclica *Pacem in Terris* nos possibilita refletir profeticamente sobre a função social da religião, mais especificamente do cristianismo. Isso porque a experiência religiosa continua a formar e a propor valores e comportamentos, embora não determine esses valores.

Nesse sentido, temos o compromisso de assumir que nós temos, sim, um papel contestador e que nos cabe, sim, reivindicar mudanças sociopolíticas, no sentido de contribuir para mudanças de valores com vistas ao fortalecimento de uma democracia que dialoga e que é participativa, ou, como querem os movimentos sociais, uma democracia que seja direta.

Outros desafios que a encíclica nos coloca é a necessidade de revermos a nossa concepção de missão, ou de tarefa. A encíclica coloca um discernimento da ação de Deus na história e destaca a necessidade de uma Teologia que abarque a história pela interpretação das transformações históricas. A missão precisa estar cada vez mais associada ao desenvolvimento humano, à humanização e à participação ativa nas lutas por justiça e transformação.

E aí vem a pergunta: será que, como instituições religiosas, conseguiremos desempenhar essa tarefa desde a perspectiva do espírito da encíclica, ou seja, de uma democracia dialógica e participativa, e não de imposição e afastamento do mundo? Será que conseguiremos olhar para o outro como pessoa de boa vontade? Será que conseguiremos nos desfazer dessa tentação grande que sempre têm as organizações eclesiais, que é de sucumbir ao pecado, de olhar para o outro muitas vezes numa postura mais de condenação do que de acolhimento?

E aí eu termino com uma frase de um autor alemão de que gosto muito, que se chama Thomas Mann. É uma frase de um diálogo entre dois personagens do livro *Doutor Fausto*, em que eles refletem sobre o ser jovem – eu acho que essa reflexão cabe bem nesse

contexto, em que a gente se prepara para a Jornada Mundial da Juventude, e vou pegar o ser jovem como o ser atual. Então, o personagem reflete aqui – eu adaptei um pouquinho: Será que conseguiremos ser jovens no sentido de sermos originais, no sentido de nos conservarmos próximos da fonte da vida, no sentido de erguermos e sacudir as amarras de uma civilização obsoleta, de ousar o que outros não têm coragem de arriscar e de saber voltar a emergir no elementar?

Então, é a reflexão que coloco, porque eu acho são essas as provocações que essa encíclica nos traz, que são muito atuais e para a qual cabem muito mais momentos de reflexão e estudo.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Agradeço profundamente à Pr^a Romi Márcia Bencke, Secretária-Executiva do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic).

Pastora, muito bom poder ouvi-la. Acho que a senhora traz elementos muito importantes que a encíclica nos coloca. E eu fiquei aqui pensando: uma encíclica que foi elaborada, foi escrita há 50 anos, realmente, é muito inovadora, trata de temas com que temos dificuldades de lidar, até hoje, em alguns setores. E o Papa foi tão corajoso, tão lúcido em abordar temas tão importantes, que a senhora resume aqui, falando das pessoas de boa vontade – não é isso? –, da necessidade do diálogo, de ter uma postura não condenatória.

Infelizmente, nós vivemos numa sociedade ainda muito discriminadora, muito condenatória, e isso dificulta, com certeza, o avanço de direitos humanos. E a encíclica nos dá essa chamada de atenção, 50 anos depois.

Muito obrigada pela sua presença. Isso realmente são sinais de novos tempos.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

Pela nossa organização aqui, nós deveríamos passar para a segunda Mesa. Mas eu estou recebendo, através do Gilberto, solicitação de algumas pessoas que gostariam de se manifestar. Eu pergunto, inclusive ao Senador Paim, que é o responsável pela segunda Mesa, se nós poderíamos aqui abrir para que, pelo menos, três ou quatro pessoas possam se manifestar e a Mesa possa responder.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Presidenta, Senadora Ana Rita, aqui nós seguimos a sua orientação. (*Risos.*)

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Então, eu vou fazer o seguinte:...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Está excelente o que nós ouvimos aqui e, por isso, vá tranquila.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Então, eu pergunto: quem gostaria de se manifestar? São quantas pessoas? (*Pausa.*)

São três pessoas.

Então, vou conceder a palavra a essas três pessoas, e solicito à Decretaria que anote os nomes. A primeira pessoa é o Gilberto...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Eu acho que podem ser dois minutos, no máximo três, para cada pessoa e, depois, a gente passa para a Mesa. (*Intervenção fora do microfone.*)

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Há a sugestão de conceder a palavra depois da segunda Mesa. Pode ser depois da segunda mesa então? Concordam os inscritos aqui? Pode ser? (*Pausa.*)

Isso é para que a gente possa ganhar tempo, e a segunda mesa ser tão frutífera como esta.

Dessa forma, feitas as exposições dos nossos convidados, agradeço muitíssimo a presença do Embaixador Samuel Pinheiro, do PE. Élio Estanislau, do Prof. Marcos José e da Pr^a Romi Márcia.

Convido-os a se instalar aqui, na primeira mesa.

Convido o Senador Paulo Paim para coordenar os trabalhos da segunda mesa de debatedores. Posteriormente, vocês poderão se manifestar novamente, usando os microfones que ficam aqui na frente.

Muito obrigada.

Enquanto a Mesa se desfaz, quero registrar algumas presenças, o que não tive oportunidade de fazer antes.

Registro a presença da Maria Lúcia D'Ávila Pizzolante, que é Presidenta da Editora Persona.

Também vou fazer o registro de algumas irmãs aqui presentes e de outras pessoas: a Irmã Renilda Picoli, das Irmãs Paulinas; da Irmã Claudina Scapini, do Grupo de Tráfico de Seres Humanos da CNBB; da Irmã Maura Gonzaga, da Congregação Capuchinha da Sagrada Família; da Irmã Denise Casoti, da Irmã Inês Pavarini e da Irmã Iva Navarini, da Congregação Missionária Nossa Senhora Consoladora; também da Lucila Maria de Melo; da Eugênia Maria do Nascimento; da Irmã Ana Lice Baslestreri; da Vânia Lúcia Ferreira Leite, da Pastoral da Criança, da CNBB; do Pe. Thierry Linard; da Irmã Maria Célia Ferreira; da Irmã Maria Luiza Santos, Missionária de Jesus Crucificado; e também do José Carlos de Almeida.

São esses os registros que gostaria de fazer.

Dessa forma, convido o Senador Paulo Paim para coordenar os trabalhos da segunda mesa de debatedores.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vamos, de imediato, para ganhar tempo, passar para a nossa segunda Mesa.

Eu tinha inclusive uma introdução e me sinto contemplado pela beleza da exposição de todos os painelistas. Meus cumprimentos, em primeiro lugar, à Senadora Ana Rita pela iniciativa deste evento, que é muito atual.

Então vamos, de imediato, à composição da segunda Mesa.

O Senador Pedro Simon, por motivos já explicados, não pôde estar presente.

Senador Eduardo Suplicy, por favor. V. Ex^a é convidado para a nossa mesa; Deputada Federal Luiza Erundina, do PSB – SP; Pe. Bernard Lestienne; e, pela relação que tenho, Carlos Alves Moura, representante da Comissão Brasileira de Justiça e Paz. (Palmas.)

Sejam todos bem-vindos.

Vamos passar a palavra ao primeiro convidado.

Pela ordem que eu recebi, é o Senador Eduardo Suplicy.

Eu estou sendo meio direto, porque estou preocupado com o relógio e com a beleza das exposições. Está muito produtivo e nós não temos que perder tempo para o debate final, porque é fundamental ouvir o plenário e que todos possam usar a palavra novamente.

Senador Eduardo Suplicy, com a palavra. Dez minutos com mais cinco.

São dez minutos mais cinco ou quinze minutos direto, Senadora? Qual é o tempo de cada um? (Pausa.)

Então, quinze minutos para cada um dos nossos convidados.

Senador Eduardo Suplicy, com a palavra.

O SR. EDUARDO SUPlicy (Bloco/PT – SP) – Prezados Senador Paulo Paim, Padre Bernard Lestienne, Deputada Luiza Erundina e Sr. Carlos Alves Moura, Senadora Ana Rita, Presidente, demais participantes deste importante simpósio sobre a *Pacem in Terris*.

Quero agradecer o convite que recebi da Presidenta, Senadora Ana Rita, para participar deste seminário sobre os 50 anos da *Encíclica Papal Pacem in Terris* e dizer que me sinto muito feliz e honrado.

Este seminário representa para mim, entre tantas coisas, a possibilidade de um encontro fraternal entre o trabalho, que tem sido prioridade na minha vida política e parlamentar, e o magnífico legado do Papa João XXIII.

Mais do que isso, este momento proporciona uma reflexão mais aprofundada sobre o quanto os sábios ensinamentos de João XXIII inspiram e se materializam no trabalho que venho desenvolvendo, há bastante tempo, em favor da causa da Renda Básica de Cidadania, um mecanismo efetivo, a meu ver, de

solução dos problemas de relacionamento humano e de preservação das nações e da própria humanidade baseada na doutrina da paz.

Eu me lembro muito bem: nos anos 60, tive a oportunidade de assistir a uma sequência de pelo menos dez conferências proferidas pelo Frei Carlos Josaphat, no Convento dos Dominicanos, sobre os temas da *Encíclica Mater et Magistra Pacem in Terris*.

Naquela oportunidade e nos seus escritos, Frei Carlos Josaphat buscou a origem dos princípios consagrados pelo Papa João XXIII na *Pacem in Terris*, a mensagem mais oportuna, mais sábia, mais operacional para o mundo moderno. No seu dizer, a *Encíclica Rerum Novarum*, que, para ele, rejuvenesceu a doutrina da Igreja diante da crise social do capitalismo, já no final do Século XIX.

Retomada pelo Papa Pio XII, em dois breves pronunciamentos, em 1941 e em 1951, por ocasião de seus aniversários, a *Rerum Novarum* foi, segundo Frei Carlos, melhor celebrada nos seus 70 anos pela *Encíclica Mater et Magistra*, também de João XXIII, que já continha as ideias que depois viriam a ser completadas, ampliadas e aprofundadas na *Pacem in Terris*.

A *Pacem in Terris*, por sua vez, foi a grande inspiradora do Concílio Vaticano II e da Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, que, para Frei Carlos, retomou, ampliou e homologou as suas grandes linhas. Para ele, temos, no ensino de João XXIII e no Concílio Vaticano II, o ponto mais alto da doutrina social da Igreja, estendendo e clareando para o mundo moderno a dimensão social do reino de Deus, conforme a Presidenta Ana Rita e outros aqui já enfatizaram.

Encontro-me neste ponto com as palavras do Padre Mário França Miranda, autoridade reconhecida em assuntos teológicos, que, em entrevista recente, afirmou que a Igreja tem que ser sinal, ou seja, tornar visível o Deus invisível.

Esse comentário do Padre Mário se referia ao modo como a Igreja pode falar para a sociedade e como ela pode testemunhar e apontar uma realidade que não se vê. Esse me parece ser um dos caminhos mostrados por João XXIII na *Pacem in Terris*, se o Padre Mário, profundo conhecedor do tema, me permitir.

Recorro novamente ao Frei Carlos Josaphat, que me faz pensar que João XXIII procurou dar uma dimensão prática ao amor de Deus, que seja tornar visível o Deus invisível por meio da solidariedade.

O Papa João XXIII procurou elaborar nessas duas encíclicas uma espécie de suma de ética social de autêntica inspiração evangélica e assumindo o humanismo integral e solidário, os quatro valores de base da *Pacem in Terris* – a verdade, a liberdade, a

justiça e o amor ou a solidariedade –, todos eles muito caros a mim.

A conversão do amor de Deus em solidariedade humana como prática da Igreja Católica foi uma das fontes de inspiração, como se sabe, dos movimentos sociais dos anos 60 no Brasil, mais tarde reprimidos pelo Golpe de 1964. Foi também a causa de muitas outras iniciativas importantes, como a própria criação da Comissão Brasileira de Justiça e Paz, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, uma das promotoras deste evento com a Comissão de Direitos Humanos desta Casa.

Diante de muitas iniciativas que se aproximam do pensamento de João XXIII, está o trabalho que venho realizando há mais de duas décadas em favor da proposta de uma Renda Básica de Cidadania, primeiramente apresentada na forma de uma garantia de renda mínima, através de um imposto negativo. Mas, depois, mais e mais persuadido fiquei que melhor ainda seria através da renda básica incondicional. Ela é a materialização possível dos ideais que sempre estiveram comigo desde a juventude e que me parecem coincidentes com os valores essenciais da *Pacem in Terris*.

Ainda no início da década de 60, quando, aos 21 anos, visitei os países do oeste e do leste da Europa, percebi, diante do Muro de Berlim, que a liberdade, a igualdade e a fraternidade só poderiam ser alcançadas por meio da combinação entre os ideais do socialismo, de maior igualdade e justiça, com a democracia, por meio da não violência.

Essa combinação de todo o possível e desejável, a meu ver, começou a ganhar forma prática com ideias tais como as elaboradas por John Rawls, autor de *Uma Teoria de Justiça*, em 1971, e de economistas, geógrafos e pensadores como Celso Furtado, Josué de Castro e Antonio Maria da Silveira, que, na década de 70, propôs no meio acadêmico brasileiro, pela primeira vez, uma garantia de renda mínima.

Elas foram enriquecidas mais tarde pela grande autoridade do filósofo e economista da Universidade Católica de Louvain e da Universidade de Harvard e de Oxford, Prof. Philippe Van Parijs, fundador da *Basic Income Network*, em seu livro, de 1995, *Liberdade Real para Todos, se é que há alguma coisa que possa justificar o capitalismo*.

Para o Prof. Van Parijs, a Renda Básica de Cidadania elevará o grau de liberdade para todos e contribuirá para que tenhamos alcançado aquele objetivo maior que Amartya Sen nos fala em *Desenvolvimento como Liberdade*: que desenvolvimento, se for para valer, deve significar maior grau de liberdade para todos na sociedade. E assim estaremos também, conforme explica Van Parijs, colocando em prática os princípios

de justiça preconizados por John Rawls, de igual liberdade, de diferença e de igualdade de oportunidades.

Segundo o princípio de igual liberdade, toda pessoa deve ter um conjunto de liberdades básicas fundamentais, como o direito de ir e vir, de votar e de ser votado, de reunião, de livre expressão, e assim por diante, e, segundo o princípio de diferença, qualquer diferença socioeconômica numa sociedade só se justifica se for em benefício dos que menos têm, de maneira a prover igualdade de oportunidades para todos.

Em 1996, tive a felicidade de levar o Prof. Van Parijs a uma audiência com o Presidente Fernando Henrique Cardoso e o Ministro da Educação Paulo Renato Souza e sua equipe. E essa visita abriu as portas para a aprovação da primeira, Lei 9.573, do Deputado Nelson Marchezan e cinco outros Parlamentares, para permitir que o Governo Federal financiasse 50% das despesas dos Municípios que iniciassem programas de renda mínima relacionadas às oportunidades educacionais, também denominada Bolsa Escola. Ela contribuiu também para a edição da Medida Provisória 10.219, de 2001, segundo a qual o financiamento daquela proposta se estenderia em 100%, a todos os Municípios que adotassem projetos naquela direção.

No ano seguinte, o governo instituiu o Bolsa Alimentação, que teve como contrapartida das famílias a vacinação das crianças de zero a seis anos. Vieram o Auxílio Gás, o Cartão Alimentação, todos depois convertidos pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva no Bolsa Família, posto em prática em outubro de 2003.

Mais tarde, inclusive tendo em conta a sensibilidade do Ministro Antonio Palocci, que transmitiu ao Presidente Lula que a renda básica de cidadania, pela Lei 10.835, de 2004, a ser instituída gradualmente, seria factível exatamente para ser instituída passo a passo, como um objetivo além do programa Bolsa Família.

Cito a renda básica de cidadania como exemplo de um tijolo ou balde de argamassa útil na construção da sociedade solidária que desejamos para o nosso País e que ainda estamos longe de alcançar. Ainda somos, mesmo depois de termos progredido significativamente nós últimos dez anos ou doze anos, tendo o coeficiente Gini, de desigualdade, passado de 0,59, lá por volta de 2001/2002, para 0,519, no ano passado; mas ainda somos do 16º país mais desigual do mundo e, portanto, ainda temos muito que avançar.

No Brasil de hoje, em que a população está indo legitimamente às ruas para reivindicar uma vida melhor e mais digna para todos, cresce em mim a importância desse programa social e do conteúdo da *Pacem in Terris*, como também das encíclicas seguintes.

A renda básica exemplifica a possibilidade concreta que temos de atender os justos reclamos da po-

pulação. A encíclica de João XXII, o Papa bom, acende o farol da fé sobre os católicos, maioria da nossa população e, sobretudo, os homens de boa vontade, a quem ele se dirigiu à época, de forma inédita na história dos documentos pontifícios. Sempre viva a *Pacem in Terris*, segue, como seu autor, cumprindo importante papel missionário nesse momento de perplexidade e de incerteza que vivemos. É como se João XXIII ainda estivesse entre nós fisicamente a pregar, com seu jeito humilde, o diálogo, a verdade, a justiça social e a solidariedade, uma forma de amor facilmente compreensível pelos homens de boa vontade do mundo inteiro, por quem ele esperou ser ouvido 50 anos atrás.

Esse é o seu exemplo, é o seu legado.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Eduardo Suplicy, que fez uma bela exposição e destacou que a renda básica de cidadania pode ser um instrumento fundamental para a paz social mundial.

Eu acompanho essa luta do Senador e esse belo projeto dele.

Ele tem se deslocado pelo mundo para falar, pelo mundo. Eu sou testemunha disso porque inúmeras vezes ele me disse: “Olha, Paim, semana que vem eu não estarei aí, porque estarei na África, porque estarei nos Estados Unidos”. E esse projeto é um projeto universal e que ele naturalmente, no debate, vai poder mostrar mais. Ou seja, por ele todos terão direito a uma renda básica de cidadania.

Parabéns, Senador Eduardo Suplicy, que tem tudo a ver com o debate de hoje.

Passamos de imediato à nossa querida Deputada Federal Luiza Erundina.

Serão 15 minutos.

A SR^a LUIZA ERUNDINA (PSB – SP) – Bom dia, companheiros, companheiras!

Eu quero agradecer à Presidente da Comissão de Legislação Participativa e Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado, companheira Ana Rita, saudá-la pela excelente, brilhante e oportuna iniciativa; quero saudar também os membros da Comissão Brasileira de Justiça e Paz, Carlos Moura e o Dr. Geniberto Campos, e o nosso queridíssimo Presidente dos trabalhos, Paulo Paim, queridíssimo de todos nós. É sempre uma alegria enorme estar junto de vocês e de todos os que aqui se encontram nesta manhã tão rica e, certamente, tão promissora naquilo que a gente pode tirar deste encontro e levar à prática, como era também a preocupação de João XXIII, de não ficarmos conceitos e na abstração, mas na operatividade daquilo que ele propunha em sua carta maior, que é a *Pacem in Terris*.

Eu havia preparado um texto para apresentar aqui na minha intervenção, mas, durante as falas, Paim, fui fazendo uma autocrítica, uma avaliação, um retrospecto daquilo que tem acontecido ou que não tem acontecido nesta Casa e neste País e concluí que era melhor eu falar aqui do quanto somos devedores do que propôs o profeta, o santo, João XXIII, e o quanto não fizemos, quase nada, acho que muito pouco daquilo que poderíamos e deveríamos ter feito, na condição de representantes do povo nesta Casa. Tanto o é que a sociedade está a reclamar, está de pleno direito denunciando as omissões dos representantes do povo, do Poder Legislativo, desta Casa.

Isso talvez seja mais aproveitável para mim mesma e para vocês, provavelmente, do que estar aqui a ler um texto que foi fruto de uma reflexão que fizemos e que vai muito da minha subjetividade como cristã, como católica e como devedora da Igreja na minha formação, do ponto de vista da justiça, que me foi alertada e influenciada pela Ação Católica, desde os primeiros tempos daquele movimento.

Vejo realmente, a atualidade dessa encíclica, a oportunidade em que ela se coloca neste momento, depois de 50 anos de sua publicação, e o quanto, 50 anos após essa encíclica ser divulgada, publicada, o mundo vive as mesmas crises, os mesmos impasses, as mesmas perplexidades e o mesmo desrespeito aos direitos humanos, à verdade, à justiça e a tudo aquilo que vem como ideias e como orientações do Papa João XXIII.

No primeiro ponto, quero me referir ao direito à verdade e à informação, ou seja, o direito à verdade, colocando o dever de se fornecer, de se dar acesso à informação aos cidadãos e às cidadãs que têm direito a ela. E a que devemos a democratização dos meios de comunicação? O Dr. Samuel inclusive lembrou isso.

Nós temos um Código de Telecomunicações que já fez 51 anos, um pouquinho de idade em relação à encíclica, – ele é de 1962 e não foi ainda alterado nesses 51 anos. O Capítulo V, Da Comunicação Social, na Constituição de 1988, até hoje não foi regulamentado, a não ser o único artigo, que é o que criou o Conselho de Comunicação Social, que não tem poder nenhum; é apenas um órgão consultivo e de estudos a serviço do Senado e que não cumpre minimamente aquilo que caberia a um órgão de representação da sociedade civil junto a um dos Poderes da República, que é o Poder Legislativo.

Portanto, estamos a dever a democratização dos meios de comunicação, para acabar com o monopólio das comunicações, a concentração do poder midiático, que é um enorme poder, que, inclusive, muda as mentes e os corações, os valores, os conceitos, a

visão de mundo, a leitura da realidade, porque não se tem o controle público, porque qualquer tentativa de regulamentar esse direito de participação social e de controle público sobre um bem público, porque os meios de comunicação são um patrimônio e, como tal, deveriam estar a serviço e sob o controle e acompanhamento dos seus proprietários naturais, que é a sociedade, portanto os brasileiros...

Outro ponto. A Lei Geral das Telecomunicações já fez 25 anos e, como tal, também está obsoleta, sobretudo pelo impacto das novas mídias, da convergência tecnológica dos diferentes meios de comunicação de massa. Portanto, é uma legislação absolutamente superada, ultrapassada e inconveniente, do ponto de vista do interesse público, ao direito à verdade, ao direito à informação, como um direito humano fundamental.

Outro ponto sobre o qual eu refleti durante as falas dos expositores foi a questão da função social da propriedade. O Brasil ainda não fez a democratização da terra rural. Ainda não se fez a reforma agrária neste País, de dimensões continentais, com tanta terra ociosa, com tanta terra produtiva que está improdutiva, porque está concentrada nas mãos de poucas pessoas, enquanto nem todos os trabalhadores têm assegurado um pedaço de terra para produzir sequer para sua sobrevivência.

Também não se fez a democratização da terra urbana. Nós temos o Estatuto das Cidades, que foi uma conquista importante da cidadania, que até hoje não se traduziu em políticas públicas concretas no sentido de democratizar o espaço urbano e assegurar o direito à cidade, porque o cidadão só é cidadão quando tem direito à cidade, e ele não tem esse direito até porque a cidade é privadamente apropriada por quem detém as propriedades urbanas, os imóveis, as terras ociosas nas cidades. Portanto, estamos a dever a função social da propriedade urbana.

A própria mobilidade urbana é um direito social. O direito à cidade supõe o direito à mobilidade, a ter meios de se locomover e se mobilizar na cidade. Portanto, isso também é um desrespeito a um direito humano e a um reconhecimento do direito, sobretudo do trabalhador, no uso de um serviço que deveria ser efetivamente público, subsidiado plenamente, porque se trata de um insumo da produção da cidade e da manutenção da cidade, e todo o custo por esse serviço, que é essencial à vida da cidade e à produção econômica da cidade, recai, exclusivamente, de forma aguda, sobre o usuário direto do transporte coletivo. Basta lembrar que São Paulo subsidia apenas 12% do custo do transporte coletivo, enquanto outros países, quando não tem a tarifa zero, portanto livre a tarifa, subsidia, no mínimo, 70%.

Portanto, estamos a dever um direito humano essencial, que é o direito ao transporte, o direito à mobilidade e, portanto, um direito humano.

O direito à participação é uma exigência da cidadania. Vimos as manifestações dos jovens e da população de um modo geral, manifestando suas insatisfações, demandando seus direitos em termos de políticas públicas, mas, sobretudo, expressando o desejo de participar e o direito de se sentir sujeito, podendo decidir e participar das decisões estratégicas, cujo impacto recai sobre todos os que vivem e produzem este País.

Portanto, estamos a dever porque ainda não fizemos a reforma política e não fizemos ao menos a regulamentação do art. 14 da Constituição Federal, que assegura mecanismos de democracia direta e democracia participativa, um projeto de lei de iniciativa popular de autoria da CNBB, que se encontra engavetado na Comissão de Justiça e outras quais e não há uma predisposição da Casa, uma vontade política, uma responsabilidade política dos membros destas duas Casas no sentido de atender a um dos direitos reconhecidos na *Carta Pacem In Terris*, do João XXIII.

Portanto, é claro, é evidente o esvaziamento da representação política nesta Casa. A insatisfação, o desprestígio, a perda de legitimidade, de credibilidade dos mandatos, todos, porque mesmo aqueles que buscam, que procuram dar peso e ter responsabilidade no exercício do seu mandato de forma plena, de direito da cidadã e dos cidadãos deste País, encontram uma dificuldade pela própria dinâmica desta Casa, pois os regimentos internos não permitem sequer o debate político, a reflexão e o diálogo sobre os grandes temas de interesse do País.

Portanto, estamos a dever, em termos de um dos propósitos e das orientações da Carta de João XXIII, em relação a esse item.

Quanto à solidariedade e à justiça. Sobre o transporte gratuito, a tarifa zero, há 23 anos, nós viabilizamos uma proposta que era absolutamente viável e que foi construída tendo em vista um direito, inclusive, reconhecido na Constituição, que é o de adotar o imposto progressivo sobre a propriedade, o imposto progressivo urbano.

Se tivéssemos agregado um *plus* na alíquota do IPTU, numa perspectiva progressiva de um imposto direto, portanto justo, nós teríamos criado um fundo de transporte e o custeio desse serviço estaria todo assegurado por essa arrecadação coletiva, tendo por base a solidariedade, que é um dos princípios que estão apontados e sugeridos na Carta de João XXIII, que era dividir um pouco o dinheiro, dividir um pouco

os bens, dividir um pouco dos que têm muito, dos que têm mais.

Lamentavelmente, a estrutura tributária brasileira é baseada na regressividade tributária. Ou seja, proporcionalmente, paga mais quem tem menos e paga menos quem tem mais. Isso precisa ser revertido. Mas, para ser revertido, é preciso vontade política para se fazer uma reforma tributária, sobretudo mudando o caráter regressivo dos tributos, sobretudo dos tributos sobre a propriedade, tem que haver um tributo sobre a fortuna, um tributo sobre a herança. Esses são mecanismos concretos de realizar na prática aquilo que é esperado, proposto e colocado como proposta na Carta do João XXIII, que a solidariedade e a divisão do dinheiro, a divisão dos bens para garantir os direitos básicos fundamentais e humanos dos cidadãos e das cidadãs.

Portanto, tudo isso diz respeito a esse item da solidariedade e da justiça. Por exemplo, foi imposto aos prefeitos, aos gestores públicos municipais, não tanto aos estaduais, mas fortemente aos municipais... (Soa a campanha.)

A SRª LUIZA ERUNDINA (Bloco/PSB – SP) – Terminou o meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS. *Fora do microfone.*) – Não, tem mais cinco.

A SRª LUIZA ERUNDINA (Bloco/PSB – SP) – Tenho mais cinco.

É a questão da Lei de Responsabilidade Fiscal, que arrocha o cinto dos Municípios e não garante aos Municípios, mesmo tendo excedente de receita, aplicar esse excedente em políticas sociais.

Existe, na Comissão de Legislação Participativa da Câmara, um projeto de lei de iniciativa popular de várias entidades da sociedade civil que propõe modificar a Lei de Responsabilidade Fiscal, incluindo o equilíbrio entre metas fiscais e metas sociais, ou seja, tornar essa Lei para, além da responsabilidade fiscal, ser uma responsabilidade fiscal e social. Não estamos negando a necessidade de haver controles e metas fiscais, porém não em detrimento de metas sociais, porque o Poder Público, os recursos públicos, a máquina pública existem para servir ao ser humano, para servir à coletividade. E isso não é justo por conta de pagamento de dívidas públicas dos Municípios com a União; e uma União que deve muito, porém, o Município deve muito mais, porque a União fica com 60% ou mais do bolo tributário que todos pagam anualmente neste País.

Portanto, é preciso reverter a lógica da distribuição do bolo tributário e distribuir de forma equânime, justa a carga tributária entre os que têm poder contributivo, que têm poder de renda maior ou menor, isentando-se,

inclusive, aqueles que não têm capacidade contributiva ou tem um imóvel, por exemplo, de pouco valor que teria que ser isentado.

Há meios práticos, concretos de se praticar o que propõe João XXIII, no limite, no âmbito das nossas competências num dos Poderes da República. Por exemplo, a questão dos direitos dos imigrantes estrangeiros. Tramita nesta Casa há anos o Estatuto dos Estrangeiros, que é uma lei que atualiza o marco legal, que trata dos direitos dos imigrantes, dos estrangeiros, e que até hoje está engavetado.

Tentei várias vezes que se realizassem audiências públicas na Comissão de Relações Exteriores, que é a comissão de mérito, que tem afinidade com o objeto dessa matéria. Simplesmente está engavetado, não tem abertura, não tem sensibilidade, e o direito dos estrangeiros, dos imigrantes, sobretudo dos que estão na ilegalidade, porque não têm meios de legalizarem sua situação no Brasil, está aí a depender... Não sei quando e em que legislatura vai se dar para que esse direito seja assegurado por lei, uma lei aprovada por esta Casa, sob a forma de um estatuto para regular os direitos dos imigrantes e dos estrangeiros em nosso País.

Por último, quero fazer menção ao direito, à verdade, à justiça sobre os crimes da ditadura militar. Nós estamos com a Comissão Nacional da Verdade funcionando há um ano e meio, está vivendo grandes conflitos, grandes dificuldades, grandes problemas internos. Pouco apresentou até agora, depois de um ano e meio de funcionamento.

Os comitês estaduais e as comissões dos familiares têm produzido muito mais resultados sem os meios nem legais para realizarem as suas investigações sobre fatos referentes à violação dos direitos humanos e aos crimes de lesa-humanidade que estão intocados. A verdade sobre isso não veio plenamente à luz e muito menos justiça de transição, até porque a lei que criou a Comissão Nacional da Verdade não estabelece o objetivo de fazer justiça às vítimas da ditadura e sequer cumpre uma sentença da Corte Interamericana dos Direitos Humanos, que condenou o Brasil a trazer a verdade sobre os crimes da ditadura e fazer justiça inclusive, modificando a Lei da Anistia.

O Brasil é o único país que tem uma Lei da Anistia que anistia também os torturadores, os estupradores, os que mataram, os que desapareceram com pessoas. Então, é apenas um relatório para depois ser arquivado no Arquivo Nacional? Isso é muito pouco. Isso os familiares, os sobreviventes, as vítimas dos crimes da ditadura ...

(Soa a campanha)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mais um minuto, Senadora.

A SR^a LUIZA ERUNDINA (PSB – SP) –... dos crimes da ditadura, já apresentaram aquilo o que, às duras penas, conseguiram encontrar, identificar, investigar e trazer à luz, inclusive os livros publicados pelo Governo, vários deles, são resultados do esforço, do empenho dos familiares na busca dessa verdade.

Enquanto isso, a Comissão Nacional da Verdade está praticamente paralisada, em crise e não se sabe o quanto a Comissão vai de fato cumprir, pelo menos nos termos da lei, que são estreitos, porque preveem apenas memória, verdade com vistas à reconciliação nacional. Não se reconciliam pessoas que ainda não se perdoaram, não limpam as suas divergências, as suas diferenças, as suas mágoas, as suas dores, os seus sofrimentos, como ainda hoje existem, porque, como dizia Bachelet, enquanto não se lavar essa ferida, ela não sara. E a ferida da ditadura militar no Brasil ainda está aberta.

Desculpe, Senador. Termino aqui e agradeço a oportunidade de me trazerem as observações, as intervenções brilhantes feitas na primeira mesa, que me permitiram, sobretudo, entrar dentro de mim mesma e entrar dentro da Casa onde estou. E vamos nos organizar para cobrar mais enfaticamente, pressionar de forma contundente para que as orientações do Papa João XXIII encontrem acolhida e respostas operativas dentro destas Casas, Câmara e Senado.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Deputada Federal Luiza Erundina. (Palmas.)

V. Ex^a passou um minuto, mas como eu a chamei de Senadora, esse um minuto fica como Senadora, prevendo, quem sabe, o futuro.

E agora vou passar a palavra de imediato ao Padre Bernard Lestienne. Antes, porém, Padre, permita-me registrar a presença conosco de Suellen Sá, Comunidade Bahá'í do Brasil. E trago a justificativa da Senadora Lídice da Mata e do Senador Capiberibe pela ausência, porque estão numa sessão de homenagem a Marighella no plenário da Casa.

Por favor, Padre Bernard.

O SR. BERNARD LESTIENNE – Bom dia, gente. Quero agradecer o convite de participar desta mesa. Saúdo todos os membros da mesa. E sinto-me muito pequeno diante das riquíssimas colocações feitas. Sinto-me, então, agradecido e vou comunicar algumas reflexões bem simples.

Dois meses antes de morrer, em abril de 1963, o bom Papa João XXII publica a *Encíclica Pacem in*

Terris. Era a segunda Encíclica social do Papa, depois de *Mater et Magistra*, de maio de 1961.

A publicação acontecia entre as duas primeiras sessões do Concílio. No Vaticano já floresce um ambiente de *aggiornamento*, de renovação.

João XXIII publica a Encíclica sobre a paz num contexto internacional de forte tensão. Já tudo isso foi falado hoje de manhã de maneira muito brilhante.

Em abril de 1961, há uma tentativa fracassada de invasão de Cuba pelas tropas norte-americanas. Em julho de 1961, a União Soviética retoma os ensaios nucleares. Em agosto de 1961, começa a construção do Muro de Berlim. E em outubro de 1962, a crise dos foguetes russos. Khrushchev e Kennedy salvaram a situação. A tensão foi extrema, com risco de um conflito nuclear.

O Papa não fala da guerra, a palavra só aparece sete vezes no documento. Fala da paz, 34 vezes no documento. O documento é uma exortação à paz, objeto de profundo desejo da humanidade e em todos os tempos.

O Papa busca identificar os fundamentos de uma ordem de paz e concórdia entre os homens. A argumentação é teológica e antropológica, como mostrou muito bem Padre Elio Gasda. A paz é uma palavra vazia se não está enraizada na ordem divina. Há também uma reflexão sobre as condições históricas concretas de construir a paz ou também sobre os sinais dos tempos.

Essa mudança acontece num contexto de desenvolvimento único na história do mundo. Daí um certo otimismo. O crescimento dos países industrializados parece ilimitado. O petróleo transborda. Os equipamentos industriais e individuais crescem: infraestrutura, autopistas, aviões, carros, telefones, equipamentos domésticos e televisões. Tudo parece aberto, voltado para o futuro. Os países outrora colonizados são quase todos independentes. E nesse canto de bem-estar, bastante otimista, algumas vezes se levantam para denunciar o modelo de crescimento prevalente nos países em desenvolvimento.

Nesse contexto global, João XXIII traz uma contribuição magistral à humanidade no mundo, aos seus conflitos e às suas esperanças.

Ao longo da Encíclica, o Papa volta sete vezes aos quatro fundamentos da paz, que foram amplamente analisados: a verdade, a justiça, a solidariedade e a liberdade. A paz é uma palavra vazia se não está enraizada na ordem divina.

João XXIII se posiciona claramente como promotor dos direitos humanos na vida social, na comunidade política, na comunidade internacional.

Nas diretrizes pastorais, a quinta parte do documento, o Papa coloca os cristãos e os homens de

boa vontade diante de suas responsabilidades e é a primeira vez que, no final da Encíclica, há um apelo aos homens de boa vontade.

E só depois de ter lembrado as suas raízes na natureza e na relação com Deus, João XXIII enuncia os direitos humanos. Direitos individuais, direitos ligados à família, direitos econômicos, direitos sociais e direitos civis. O Papa associa os direitos aos deveres, numa comum dependência com a lei natural. Longe de serem absolutos, os direitos humanos são apresentados no duplo laço à natureza e a Deus.

Na sua análise, João XXIII se refere, de maneira contínua, ao ensino tradicional da igreja no campo social, mas também a uma inspiração própria. O tom e a linguagem são escolhidos para serem acessíveis a todos os homens. É nova simpatia e acolhimento da Igreja para as novas aspirações do mundo nas quais se leem os sinais dos tempos.

O Papa, como já foi falado, não polemiza, não condena, não faz casuística. O seu ponto de vista é simples: servir à paz. Para tanto, João XXIII insiste em temas atuais para a paz: os direitos humanos, o bem comum, o respeito às minorias, a comunicação, as relações entre as Nações, os refugiados políticos, o desarmamento e as instituições internacionais.

Uma nova inspiração de João XXIII mesmo. Ele continua a reflexão começada na *Mater et Magistra*. O Papa dá passos a frente no campo de diálogo entre católicos e não católicos na ação social. Nessa Encíclica, ele distingue melhor entre as ideologias erradas e os movimentos históricos.

O Papa deixa a entender que os movimentos históricos sociais, nos países do Leste, podem ser distinguidos da ideologia marxista, condenável nos seus princípios. Não se pode condenar uma sociedade pela doutrina dominante nela. Há de ver os movimentos sociais vigentes e buscar todos os meios de contato e ação.

Ao longo do documento, o Papa volta sete vezes aos quatro fundamentos da paz. Já falamos, mas é bom repetir: verdade, justiça, solidariedade e liberdade. A paz é uma palavra vazia – também é repetição – se não está enraizada na ordem divina, que se apóia sobre a verdade, se constrói conforme a justiça, recebe da caridade a sua vida e se expressa na liberdade.

O Papa se posiciona claramente como promotor, defensor dos direitos humanos associados aos deveres da vida social, na comunidade política, na comunidade internacional.

Só depois de ter lembrado as raízes dos direitos humanos na natureza e no laço do homem com Deus, João XXIII enuncia os principais direitos humanos. O Papa associa os direitos aos deveres, numa comum

dependência com a lei natural. Estou me repetindo, me parece.

Depois da afirmação dos direitos humanos, o Papa consagra a segunda parte do texto às relações entre os homens e os poderes públicos. A primeira condição para a realização da paz é a necessária existência de uma autoridade legítima. Sem autoridade os direitos não podem ter uma consistência efetiva. É só depois de ter lembrado as suas raízes na natureza e no direito natural que João XXIII enuncia os direitos humanos.

A mesma lei moral que rege a vida dos homens deve reger as relações entre os Estados; as relações internacionais devem ser regidas pelos mesmos valores de verdade e justiça, solidariedade e liberdade.

Sempre otimista, João XXIII considera a globalização de maneira positiva. A globalização claramente designada, mas não nomeada no texto, a globalização subverte as relações entre os Estados. A globalização impõe a constituição de uma autoridade pública de competência universal. As regras entre os Estados devem ser regidas pelos princípios da subsidiariedade.

O Papa reconhece na ONU um esboço dessa autoridade internacional por imperfeita que seja. A audiência da Encíclica foi excepcional. *Pacem in Terris* foi um dos lugares onde a igreja foi ao encontro das principais preocupações da humanidade, em particular a da paz.

A Igreja se situa como defensora de cada homem, nos grandes conflitos atuais: independência do Terceiro Mundo, esforços para o desenvolvimento, busca da paz, direitos humanos. Assim a Igreja reconhece os valores deste mundo.

Convidado a se expressar na ONU, em outubro de 1965, Paulo VI qualificará a Igreja de experta em humanidade. A recepção foi total, além da comunidade cristã, a linguagem simples e moderna, não eclesástica, facilitou o diálogo com os descrentes, especialmente os marxistas.

João XXIII trata de questões centrais para o futuro da humanidade, com profundidade. *Pacem in Terris* continua sendo muito atual à Igreja e até com as grandes correntes da modernidade, sem medo, sem recuo e a reconhecer os valores do mundo moderno. É certamente a Encíclica que conheceu o maior eco e a maior difusão.

(Soa a campanha.)

O SR. BERNARD LESTIENNE – Então, as orientações da *Pacem in Terris* serão aprofundadas em *Gaudium et Spes* e *Populorum Progressio*.

Amém. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Padre Bernard, que reflete um do-

cumento histórico de João XXIII para os dias de hoje, com muita precisão.

Rapidamente, então, avançamos agora para o Dr. Carlos Alvez Moura, representante da Comissão Brasileira de Justiça e Paz.

Gostaria de dizer que a Senadora Ana Amélia já está conosco novamente. Foi a uma missão e já voltou.

Por favor, Moura.

O SR. CARLOS ALVEZ MOURA – Muito obrigado, Senador Paulo Paim, que preside os nossos trabalhos, a quem cumprimento; cumprimento também a Senadora Ana Rita, Presidenta desta Comissão, responsável por este nosso encontro, por esta nossa reunião; cumprimento o Senador Suplicy, a Deputada Luiza Erundina, o Padre Bernard e a Senadora Ana Amélia.

Esta reunião me leva a algumas recordações, recordações do tempo de estudante, recordações do tempo de militante na ação católica, de militante na política universitária, tempos que antecederam o golpe militar de 1964.

Não bastasse isso, as presenças aqui do Geniberto e do Marcos Guerra reforçam esse sentimento e ainda mais, do ponto de vista da política estudantil, a presença do José Carlos de Almeida, que, naqueles tempos idos, presidiu a União Fluminense dos Estudantes.

Mas eu gostaria inicialmente de mostrar o Papa João XXIII. Alguém o descreveu, e eu me atreveria a chamar de o Papa da humildade, o Papa do amor, o Papa da paz.

Eu penso que esta nossa reunião se traduzirá, ou se traduz, numa responsabilidade toda nossa de nos compromissarmos ainda mais com a cultura da paz. A cultura da paz é alicerçada em várias palavras que contêm a Encíclica *Paz na Terra*: ser humano, direitos, valores morais e culturais, liberdade, verdade, reciprocidade, solidariedade, bem comum, caridade, amor, justiça.

E por que não nos recordarmos, neste momento, do Sermão da Montanha?

Talvez eu devesse apenas subscrever tudo aquilo que foi dito por aqueles que me antecederam, porque a pauta está esgotada. Mas eu me atreveria a discorrer sobre dois ou três pontos da Encíclica, quando o Santo Padre nos ensina que é necessário, antes de mais nada, tratar da ordem que deve vigorar entre os homens – questão essa que já foi levantada aqui. E que:

Todo ser humano é pessoa, sujeito de direitos e deveres [...] Direito à existência e a um digno padrão de vida [...] o ser humano tem direito à existência, à integridade física, aos recursos correspondentes a um digno padrão de vida: tais são especialmente o alimen-

to, o vestiário, a moradia, o repouso, a assistência sanitária, os serviços sociais indispensáveis.

Essa responsabilidade chamada à colação pela Deputada Luiza Erundina não é somente uma responsabilidade desta Casa ou destas Casas que nos representam, mas é uma responsabilidade também da sociedade e de todos nós, na perspectiva de trabalharmos pela garantia a todos do alimento, do vestiário, da moradia, do repouso, da assistência sanitária, e assim por diante.

Mas vejam bem que o Santo Padre vem e nos diz:

Semelhantes direitos comportam certamente a exigência de poder a pessoa trabalhar em condições tais que não se lhe minem as forças físicas nem se lese a sua integridade moral, como tampouco se comprometa o seu desenvolvimento do ser humano ainda em formação.

Vejam que o ser humano ainda em formação nos remete à proteção à maternidade e nos remete à proteção da criança. Remete-nos ao impedimento do trabalho infantil.

Quanto às mulheres, seja-lhes facultado trabalhar em condições adequadas às suas necessidades e deveres de esposas e mães.

Primeiro, a gradual ascensão econômico-social das classes trabalhadoras. [E aqui, nesta mesa, falou-se na opção pelos pobres, na opção primacial pelos trabalhadores.]

Partindo da reivindicação de seus direitos, especialmente de natureza econômico-social, avançaram em seguida os trabalhadores às reivindicações políticas e, finalmente, se empenharam na conquista de bens culturais e morais.

Hoje, em toda a parte, os trabalhadores exigem ardorosamente não serem tratados à mercê do arbítrio alheio, mas como pessoas em todos os setores da vida social, tanto no econômico-social, como no da política e da cultura.

E chama a atenção o fato por demais conhecido, isto é, o ingresso da mulher na vida pública:

Mais acentuado talvez em povos de civilização cristã; mais tardio, mas já em escala considerável, em povos de outras tradições e cultura. Torna-se a mulher cada vez mais cônica da própria dignidade humana, não aceita mais ser tratada como um objeto ou um instrumento, reivindica direitos e deveres consentâneos com sua dignidade de pessoa, tanto na vida familiar como na vida social.

E, tratando-se de reciprocidade, também nós, homens, somos concitados a caminharmos em direção às mulheres, nessa perspectiva da encíclica, agindo em comunhão, na perspectiva da paz e dos direitos humanos.

Tocou-se aqui nos Estados, e a lição é a seguinte:

Pode acontecer, e, de fato, acontece, que os interesses dos Estados contrastem entre si. Essas divergências, porém, dirimem-se não com a força das armas nem com a fraude e o embuste, mas sim, como convém a pessoas humanas, com a compreensão recíproca, através de serena ponderação dos dados objetivos e equânime conciliação.

A parte que trata de minorias pode muito bem ser traduzida para a atualidade. Caso peculiar desta situação é o processo político que se veio afirmando em todo o mundo, desde o século XIX, a saber, que pessoas de uma mesma raça aspirem a constituir-se em nação soberana.

Entretanto, por diversas causas, nem sempre pode realizar-se esse ideal. Assim, dentro de uma nação, vivem não raro minorias de raça diferente e daí surgem graves problemas.

Nós tivemos ontem e, infelizmente, estamos tendo hoje e seguramente não teremos amanhã, verdadeiros genocídios.

Deve-se declarar abertamente que é grave injustiça qualquer ação tendente a reprimir a energia vital de alguma minoria, e muito mais se tais maquinações intentam exterminá-la.

Pelo contrário, corresponde plenamente aos princípios da justiça que os governos procurem promover o desenvolvimento humano das minorias raciais, com medidas eficazes em favor da respectiva língua, cultura, tradições, recursos e empreendimentos econômicos.

Nós, negros e negras, não somos minorias no Brasil, mas somos discriminados, somos vitimados pelo preconceito, somos barrados, muitas vezes, pelo racismo. Há 50 anos, o Papa João XXIII nos chamava a atenção para esse direito e, vejam bem, em favor da respectiva língua, cultura, tradições, recursos e empreendimentos econômicos.

E vai mais além o Santo Padre:

Como representante, ainda que indigno, daquele que o anúncio profético chamou Príncipe da Paz, julgamos o nosso dever consagrar os nossos pensamentos, preocupações e energias à consolidação do bem comum. Mas a paz permanece palavra vazia de sentido, se não se funda na ordem que, com confiante esperança, esboçamos nesta nossa Carta Encíclica: ordem fundada na verdade, construída segundo a justiça, alimentada e consumada na caridade, realizada sob os auspícios da liberdade.

Mas, provavelmente, pergunta-se qual a posição da Igreja do Brasil àquela época? Qual foi o sentimento exposto pela Igreja do Brasil ao tempo da Paz na Terra?

Eu trago esta publicação, que é uma preciosidade, porque ela...

(*Soa a campanha.*)

O SR. CARLOS ALVEZ MOURA—... além de trazer a Encíclica *Pacem in Terris*, a *Mater et Magistra*, o *Quadragesimo Anno*, traz o Manifesto da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, de abril de 1963. E os senhores bispos dizem:

Estamos diante da necessidade de uma transformação decisiva e urgente, isto é, de passagem para uma outra estrutura social, em que a pessoa recupere toda sua dimensão humana no uso da liberdade e dos recursos correspondentes a um digno padrão de vida.

E os senhores bispos, naquela época, falam na reforma tributária, falam numa reforma administrativa, falam numa reforma eleitoral, falam numa reforma empresarial, falam no problema educacional, trazem à baila a questão rural. E nós estamos, hoje, 50 anos depois, trabalhando ainda e reivindicando ainda uma reforma agrária. Nós estamos, nas ruas e no Parlamento, trabalhando por uma reforma eleitoral, trabalhando por uma democracia mais direta, tentando, há um tempo, reforçando as instituições e a representação daqueles que estão nesta Casa, mas, ao mesmo tempo, bradando que queremos uma participação popular mais ativa nos ditames do País.

E interessante que, neste manifesto, os senhores bispos dizem:

Todos sentimos que a máquina administrativa brasileira não corresponde bastante às exigências atuais de um país a braços com o imenso esforço de desenvolvimento social e econômico. Dentro das exigências do desenvolvimento brasileiro, o nosso aparelho administrativo não pode ser um peso asfixiante sobre as forças de progresso e renovação, peso extremamente oneroso, que absorve, muitas vezes, internamente, grandes parcelas de fundos destinados a um inadiável objetivo social ou econômico.

E, na reforma empresarial, está dito:

Não podemos deixar de recordar a necessidade de promover uma crescente integração de todos os que participam da empresa, da sua vida, na propriedade, nos seus lucros, nas suas decisões.

E, se a Carta Constitucional promana a participação dos empregados nos lucros da empresa, nós não temos esse mandamento constitucional ainda respeitado.

Portanto, Senador Paulo Paim, ao agradecer a participação neste debate, nesta reunião, eu me permitiria concluir, lendo um trecho da introdução que faz a este livro Dom José Vicente Távora, então a serviço de Aracaju. E ele diz: “João XXIII é o Papa camponês. Ele chega ao governo da Igreja no momento agudo em que as populações rurais das áreas subdesenvolvidas

do mundo começam a despertar na África, na Ásia, na América Latina.”

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS. *Fazendo soar a campainha.*) – Um minuto.

O SR. CARLOS ALVEZ MOURA – Eu penso no Brasil. Penso naquelas regiões em que, por força de condições sociológicas, esse despertar é agreste, tem a rapidez dos saltos, que, na proporção em que os homens, as mulheres e a juventude deste mundo esquecido se conscientizarem, se politizarem, descobrem que foram eles próprios, milhões de espoliados, que trabalharam para os outros e não receberam sequer o mínimo que cobrisse as necessidades primitivas de sua condição humana.

Então, essas multidões não amam aqueles que assim agiram a seu respeito. Querem novos caminhos para a sua marcha. Ficar onde estão é que eles não querem, não podem, não devem. E é por isso tudo que essas multidões que estão nas ruas não devem abandonar as ruas, porque somente com a pressão das ruas é que conseguiremos construir um Brasil mais justo.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Carlos Moura, a pauta feita pelo nosso querido Papa João XXIII parece que é a pauta atual. Cinquenta anos depois, parece que a pauta é a mesma. João XXIII, 50 anos atrás, dizia o que tinha que ser feito.

Neste momento, eu estou aqui presidindo a reunião, mas, Senadora Ana Rita, eu quero dizer, primeiro, que V. Ex^a foi muito feliz ao pedir esta audiência pública. Esta é uma das melhores audiências de que participei, ao longo da minha vida, nesta Comissão.

Veja bem, assistimos, neste momento, o Presidente da Bolívia, Evo Morales, ser praticamente sequestrado, o que assustou o Brasil e o mundo, com a devida razão, gerando um protesto generalizado; a situação preocupante da Grécia e da Espanha; aqui no Brasil, milhões de pessoas nas ruas e as análises, claro, que são as mais diversas; em que ainda se traz à tona sempre o debate da Venezuela; denúncias de espionagem que o Brasil e o mundo protestam e contestam, sobre a quebra de sigilo telefônico, Internet, computadores, de milhões de pessoas – quer dizer, as nossas vidas passaram a ser coordenadas pela informação, queiramos ou não, dos Estados Unidos da América; no momento em que a “Primavera Árabe” – entre aspas – agora volta às ruas, com a derrubada do Presidente do Egito.

Por isso, cumprimento V. Ex^a. Esse documento é mais atual do que nunca. Prega a paz, o amor, o entendimento e o combate a todo tipo de violência. E pela iniciativa ter sido de V. Ex^a, Presidenta desta Co-

missão, numa homenagem a V. Ex^a, me permita que assim eu o faça, eu saio da mesa para que V. Ex^a volte para presidir os trabalhos.

Uma salva de palmas a nossa querida Presidenta desta Comissão. (*Palmas.*)

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Dando continuidade, então, aos nossos trabalhos, também quero aqui registrar a presença do Prof. Raimundo Caramuru, teólogo inspirador de muitos documentos sociais da Igreja no Brasil. Ele está ali atrás. Por favor, sente-se aqui nas primeiras cadeiras, Professor. Seja bem-vindo! (*Palmas.*)

Conforme nós combinamos, vamos abrir agora para que algumas pessoas possam se manifestar. Há quatro pessoas inscritas. Mas, antes, eu perguntaria à Senadora Ana Amélia se ela gostaria de se manifestar. Como Senadora, a gente procura dar também a preferência aqui, na Comissão de Direitos Humanos.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Cara Senadora Ana Rita, eu queria saudar, de modo especial, a nossa sempre Prefeita Luiza Erundina, hoje Deputada; o Senador Eduardo Suplicy; o meu querido amigo, Senador Paulo Paim; todos que, com muito brilho, com muita coerência, fizeram as suas exposições aqui: os representantes da CNBB, da Comissão de Justiça e Paz, todos.

O Senador Paim foi muito feliz em alinhar todas as demandas que eram atuais há 50 anos e, hoje continuam muito presentes. E eu acrescentaria também que a paz sobre a qual o Papa, há 50 anos, escreveu em sua Encíclica *Pacem in Terris*, Paz na Terra, vale hoje por grandes obras da humanidade, assim como a música clássica dos grandes artistas, que hoje a gente ouve e se delicia e sente paz na alma pela beleza da música que eles produziram, ou uma grande obra literária. A doutrina que foi expressa por João XXIII está atualíssima hoje.

Senador Paulo Paim, ao rol dos temas de hoje, que também foram falados pelo Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, eu acrescentaria, também, o que está acontecendo no Egito, que é uma questão de todo o Oriente Médio, uma guerra religiosa, de crença, em que irmãos brigam com irmãos por causa da ideologia ou da religião.

Então, tudo isso faz com que a sua iniciativa, Senadora Ana Rita, tenha sido extremamente feliz. E, como disse o Senador Paulo Paim, nós tivemos hoje, nesta segunda-feira, a oportunidade de uma reflexão sobre o conteúdo desta grande e sempre atual Encíclica *Pacem in Terris*.

Eu queria me associar a todos que aqui manifestaram o agrado pela iniciativa de V. Ex^a, apoiada pelo Senador Suplicy, pelo Senador Paim e pelo Senador

Pedro Simon. E cumprimentar muito, mas com muito entusiasmo, todos que falaram nesta audiência pública, relembrando, para nossa reflexão, a validade, a relevância desse conteúdo tão importante para todos nós.

Parabéns, Senadora Ana Rita. (*Palmas.*)

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Senadora Ana Amélia. Também agradeço ao Senador Paim por ter colaborado conosco nesta mesa anterior.

Eu concedo, agora, a palavra, por três minutos no máximo, para que as pessoas eu se inscreveram possam se manifestar. Em seguida, nós vamos passar para a mesa, para que a mesa também se manifeste.

Pela ordem de inscritos aqui: Gilberto Souza, Padre Thierry, Prof. Raimundo e, em seguida, o Celso de Carvalho.

Gilberto, três minutos, por favor.

O SR. GILBERTO SOUZA – Obrigado, Senadora Ana Rita. Quero também parabenizá-la por essa iniciativa, que traz uma reflexão de 50 anos atrás que continua atual. Uma reflexão que nasce no contexto de um mundo que construía, em alguns países da Europa, o estado do bem-estar social que, hoje, é desmontado pela crise. E a gente percebe tão necessária essa discussão de um Estado de fato social, como o Senador Suplicy tanto apregoa e com o qual tanto sonha, através da renda mínima.

Agora, é interessante ressaltar duas categorias que o Papa João XXIII traz: a primeira é das pessoas de boa vontade. Ele não está falando para os católicos apenas. E aí a Pastora Romi colocou muito bem. E a categoria também dos sinais dos tempos, porque ele identificou quais eram os sinais dos tempos que Deus comunicava à humanidade naquele contexto. E hoje, quais seriam esses sinais dos tempos? Porque Deus continua ainda na sua tarefa de estar se comunicando, nessa busca da amizade sincera com a humanidade.

Por fim, eu acho delicado, nesta Casa principalmente – acho que tem que sair uma resposta desta Casa –, a atuação aparentemente do Governo dos Estados Unidos numa ação de espionagem, colocando o Brasil como alvo preferencial, pelo menos segundo dizem os jornais de ontem. Acho que esta Casa precisa se pronunciar sobre esse assunto, que é fundamental. Não dá pra gente viver no mundo sendo espionado. Acho que nem George Orwell sonhou com um grande irmão como tem se tornado, através da Internet, o Estado norte-americano. (*Palmas.*)

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Gilberto.

Nós acolhemos a sua sugestão. Com certeza esta Casa, o Congresso brasileiro precisa se manifestar sobre isso, assim como o Governo brasileiro.

Mas nos cabe aqui encaminhar internamente. Vamos conversar com o Presidente da Casa para que haja uma manifestação por parte do Congresso Nacional com relação a essas denúncias que recebemos ontem.

Concedo agora a palavra ao Padre Thierry para que também possa se manifestar por um tempo de três minutos.

O SR. THIERRY LINARD – Em primeiro lugar, quero parabenizar esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. E estou agradecendo por poder participar mesmo deste evento, porque realmente as colocações foram muito brilhantes, interessantes, bem ponderadas. Acho que é uma contribuição da cidadania para esta Casa e para o conjunto do País.

Minha pergunta é dupla. É uma pergunta um pouco técnica, metodológica, mas que tem implicações políticas. No número 80 do texto dessa Encíclica fala o seguinte, lembra que as comunidades políticas têm entre elas direitos e deveres recíprocos. E no final do mesmo parágrafo diz que a mesma lei moral que rege a vida dos homens deve reger também as relações entre os Estados.

Parte da pergunta é mais para o especialista, é sobre a legitimidade de passar de uma moral pessoal e interpessoal a uma moral entre Estado ou entre organismos públicos, vamos dizer, ou entre o Estado e os cidadãos.

Agora, na nota desse livro, no comentário do autor, diz que parece que não é muito aceita e de fato ignorada essa frase pelos poderes públicos e em geral pelos Estados. E aqui há um desafio. Mais do que isso, na verdade, foi dito aqui na mesa, direitos humanos viraram, em alguns casos, pretexto de intervenção, que nem sempre é legítima.

(*Soa a campanha.*)

O SR. THIERRY LINARD – Além disso, quando fala, na Encíclica, da relação entre os cidadãos, fala também da autoridade mundial. É a minha preocupação. E quero comunicar essa preocupação a esta Casa e que tipo de autoridade mundial temos.

As Nações Unidas quer falar que o Papa está fraco. Mas temos uma organização que acho que tem pouca legitimidade e está dominando o mundo e não vê as relações segundo a lei moral: a Organização Mundial do Comércio, por exemplo, que nasceu a partir das nações mais poderosas do mundo. Então, de certo modo, é uma negação do que está escrito aqui. (*Palmas.*)

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Padre Thierry. A Mesa, depois, vai se manifestar com relação à colocação feita pelo senhor.

Eu concedo agora a palavra ao Prof. Raimundo Caramuru.

O SR. RAIMUNDO CARAMURU – Está ligado?

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES)

– Sim. Pode falar, Professor.

O SR. RAIMUNDO CARAMURU – Com os meus 82 anos e tendo escutado tudo o que ouvi hoje aqui, eu tinha duas sugestões. A primeira é olhar um pouco como a Encíclica *Pacem in Terris* influiu no Concílio Vaticano II e em vários documentos posteriores. Eu só mencionarei alguns: *Mater et Magistra*, que respondia a uma questão da comunidade econômica europeia; *Populorum Progressio*, que acabava falando do desenvolvimento no mundo; a *Octogesima Adveniens* também. E assim por diante. Esses documentos foram todos a partir da Encíclica *Gaudium et Spes*. E nos seus 50 anos tem que levar em conta, a meu ver, esses desdobramentos ao longo da segunda parte do século XX.

A minha segunda observação é um pouco mais complexa. São 50 anos da Encíclica *Pacem in Terris*. Nesses 50 anos, muita coisa mudou dentro da humanidade. Mesmo em questão, por exemplo, de documentos da Igreja, eu citaria a *Populorum Progressio*, e também a Exortação Pós-Sinodal *Evangelii Nuntiandi*, porque essa deu toda fundamentação teológica para dizer que a promoção humana faz parte da missão da igreja. Então, esse documento é importantíssimo. Eu acho que ele teria de ser mencionado em algum ponto. (*Soa a campanha.*)

O SR. RAIMUNDO CARAMURU – Além disso...

Deixe-me fazer a última observação?

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES)

– Sim.

O SR. RAIMUNDO CARAMURU – Além disso, hoje, nós estamos assistindo a essas grandes passeatas e movimentos de manifestação popular. Isso é uma questão mundial. Em cada parte do mundo o motivo é diferente. No caso, porém, do Brasil, eu acho que há um motivo muito importante, que é o seguinte: aquele sistema representativo de eleger o Congresso hoje não é mais suficiente. É isso que está por trás desse negócio todo.

Então, nós temos de encontrar um meio de o povo participar de um modo mais direto. E hoje, com os meios de comunicação, isso é possível. É muito possível que haja votações municipais, estaduais e nacionais com base na Internet. Não há nenhuma dificuldade.

Então, acho que teríamos de partir para isso e reconhecer a insuficiência da representatividade como está hoje, porque o povo está dizendo que não está funcionando. O povo vai ter que participar de outra maneira, através da utilização desses meios de comunicação. Isso eu acho urgente, porque estamos com a coisa aí.

No caso do Brasil, é até muito simples, viu? Não custa muito votar isso. Para sair do nível mundial que é um negócio mais complicado, mas no caso do Brasil dá para votar através da Internet e desses meios de comunicação.

Esses pontos são os que eu gostaria de levantar, porque muda muito a situação de hoje. Os pronunciamentos populares não podem ficar só no movimento de rua, que começa e acaba. Eles têm que ser, realmente, aproveitados e isso tem que ser feito de um modo democrático. (*Palmas.*)

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES)

– Obrigada, Prof. Raimundo. Que bom que o senhor está aqui hoje e, de uma forma muito lúcida, trouxe, também a mensagem que nos ajuda muito nesse processo de reflexão.

Muito obrigada.

Eu concedo a palavra o Celso de Carvalho Filho.

O SR. CELSO DE CARVALHO FILHO – Sr^a Presidente da Mesa, Srs. membros, Senhora Presidente Dilma – porque esse material, vou passar adiante, visto que ele não comporta o tempo de três minutos nos quais, acredito, vou conseguir falar o que eu tenho aqui.

Já estive aqui com o Senador Paulo Paim, recebi um *e-mail* para uma audiência pública em 25 de março para tratar de assuntos da família militar e saúde, mas só foi tratado o aumento de salário de militares. Não foi o que eu vim fazer aqui na época. Para esta presença de hoje, também recebi um *e-mail* da Comissão da Justiça e Paz e aqui estou presente com o meu filho; e a esposa, doente em casa.

Eu sei que também não é o tema, porém, tenho uma tatuagem da paz no meu braço direito porque estive em Angola, em missão de paz da ONU, onde peguei malária *falciparum*. Tenho um filho deficiente, tenho um litígio, tenho, vamos dizer, uma briga com um plano de saúde, há quase quatro anos. Desde 2009, como foi falado aqui pelo Embaixador Samuel, eu tenho feito pedido, implorações ou até denúncias por *e-mail*, vários canais, pela vida dele.

Em 1982, alistei-me no Exército, em sentimento patriótico à nação irmã, na guerra das Malvinas. Depois, em 1999, descobri que a própria Argentina já nos controlava todo o espaço aéreo e outros, como foi citado aqui. O meu filho e minha família vivemos pior do que a ditadura de 1964, quando eu estava na barriga de minha mãe. Como eu digo, eu sou atacado, minha família é atacada, porém, militar sou eu. A minha esposa não aguenta mais e esse meu filho que tem cinco aninhos... Sei que atrás de mim tem vários filhos da época de 1964 – eu já participei, aqui, do seminário Memória e Compromisso – e sabem um pouco

do que meu filho está passando e eu falo aqui por ele, não em meu nome.

Como eu digo, para as acusações que eu recebo, meu nome não é Enéas, candidato à Presidência, e muito menos sou pai do Presidente Lula, porque ele nasceu em 1945 e eu nasci em 1965. Então não tem como uma coisa se falar que é outra. Não estou aqui para falar sobre sistemas...

(*Soa a campanha.*)

O SR. CELSO DE CARVALHO FILHO – Mas eu vou falar uma coisa importante, acredito. Somos todos irmãos e o Brasil é um continente. Somos a reunião dos povos do mundo aqui. Querem nos dividir há anos, até porque já estamos divididos há anos, porém, sejamos Brasil e não destruamos nossa Pátria com vandalismo. Querem cobrar do Governo, marquem audiências, como já foi citado aqui, como esta, ou usem redes sociais e todos os meios pacíficos, como fiz até hoje. Respeitem as autoridades e os policiais que são cidadãos como nós. Não posso mais aguentar destruírem minha segunda família.

No dia 28 de junho, fiz meu último seminário como acadêmico de Direito. Há um ano, praticamente, tenho 30 e poucos seminários e palestras nessa área, sobre conciliação e mediação. Acredito que eu sou um conciliador, mas não consigo falar com seres humanos como lido com cavalos e com cachorro. Temos gaúchos aqui que entendem o que eu falo. Minha avó é pernambucana e meu pai é carioca, fui criado no Rio de Janeiro.

Acho que o meu tempo acabou. Muito obrigado. É o que eu vim fazer aqui.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Celso de Carvalho. Ficam registradas as suas colocações também.

Eu vou, agora, passar novamente a palavra aos nossos convidados para que façam as suas colocações a partir das intervenções e também as considerações finais.

Passo a palavra ao Padre Bernard.

O SR. BERNARD LESTIENNE – Sobre a questão do Thierry e de Caramuru, me parece que é verdade. Estamos vivendo em um mundo sempre mais complexo, articulado, entre os países. Parece que, de fato, há instituições que foram criadas depois da Segunda Guerra Mundial e nos anos 60, e que realmente não correspondem mais hoje, não servem mais, sobretudo com essas novas tecnologias. Então, estamos diante de um imenso desafio.

Há uma dimensão mundial, internacional, mas, muitas vezes, de pouco impacto. Acho que, sim, há um enorme trabalho de recriar essas instituições internacionais que são necessárias, que não funcionam

bem, mas não sei se a OMC e a ONU... o Papa nessa Carta valoriza a ONU dizendo que é imperfeita, mas valoriza. Então, parece que, em muitos temas, precisamos pensar, criar as instituições correspondentes.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Padre Bernard, pela presença e pelas colocações.

Concedo, agora, a palavra ao Senador Eduardo Suplicy para que também faça as suas considerações finais.

O SR. EDUARDO SUPlicy (Bloco/PT – SP) – Presidente Senadora Ana Rita, meus cumprimentos pela qualidade excepcional desta reunião da CDH em memória dos 50 anos da *Pax in Terris*.

Eu gostaria de mencionar que, quando o Prof. Elio Gasda mencionou a atitude do Papa hoje, que visita, em Lampedusa, os imigrantes que vêm da África, acho que, também, é um gesto muito significativo.

Conforme a Deputada Luiza Erundina mencionou, nós temos, hoje, uma preocupação muito forte com respeito aos imigrantes, sobretudo das Américas, que inclui o Haiti da América Central, mais os bolivianos e outros que, até mesmo em uma cidade como São Paulo, às vezes, estão sujeitos a condições de trabalho que lembram a escravidão.

Ainda outro dia, a morte do menino de cinco anos chocou-nos a todos. Tive a oportunidade, ainda ontem, de visitar o distrito policial para procurar compreender por parte do delegado responsável, que está examinando, que razões teriam levado aquelas pessoas a cometer um crime tão trágico.

Eu quero sugerir à Senadora Ana Rita, porque a Câmara Municipal, a Assembleia Legislativa estão querendo promover um debate sobre a situação dos imigrantes. Mas, quem sabe – não sei se já há um requerimento de natureza semelhante –, possamos, também, na Comissão de Direitos Humanos, promover, até em cooperação com a Câmara dos Deputados, um diálogo sobre a situação dos imigrantes, que inclua os bolivianos, os peruanos, os haitianos e todos aqueles que, em algum lugar do Brasil, têm tido dificuldades.

Nós sabemos que a própria Ministra Maria do Rosário tem se preocupado muito com esse tema e prestou solidariedade aos bolivianos que foram vítimas desse crime. Então, depois, eu gostaria até de colaborar na elaboração de um requerimento para o segundo semestre, levando em conta esta preocupação que o senhor e a Deputada Luiza Erundina mencionaram.

O Gilberto, como o Paulo Paim, nos lembrou deste episódio da espionagem. Eu acho, Senadora Ana Rita, que nós, na tarde de hoje, poderíamos... Eu, por acaso, enquanto estava na primeira parte, escrevi uma solicitação de requerimento a minha assessoria,

no gabinete, sobre esse tema, propondo que nos pronunciemos apoiando o Governo brasileiro, que está solicitando explicações, mas, também, transmitindo ao próprio Presidente Barack Obama, ao governo americano, que não é possível uma coisa dessas.

E, inclusive, eu acho que não há por que estar se punindo esse Edward Snowden, e eu avalio que é importante, sim, que ele possa escolher em que país deverá receber o asilo, e que isso seja manifestado por nós, ali no plenário, pelos Senadores em geral que, acredito, vão apoiar uma iniciativa dessa ordem.

O Padre Thierry mencionou sobre as responsabilidades recíprocas que todos deveremos ter, e acho que o caso, talvez, mais difícil hoje seja o que está ocorrendo no Egito, porque não param os bombardeios, as mortes ali, e acho que nós precisamos ver em que medida podemos colaborar para que isso possa ser resolvido, por meio da não violência.

O Prof. Raimundo Caramuru, que nos falou de diversos assuntos, falou da importância da participação na Internet. Acho que nós estamos tomando algumas iniciativas aqui para que, mais e mais, possa a população brasileira estar nos dizendo o que fazer com a Internet, no que diz respeito a aumentar a participação popular e a participação de cidadãos como Celso de Carvalho Filho, que mencionou aqui, com dificuldades, a situação do seu filho de cinco anos.

O Prof. Raimundo mencionar a sucessão de Encíclicas depois da *Pacem in Terris*, mas gostaria, sobretudo, de mencionar a *Gaudium et Spes*, que foi, inclusive, redigida pelo Papa João XXIII, mas publicada pelo Papa Paulo VI, e que traz, num trecho, uma justificativa muito forte de como deveremos proceder ou levar adiante a ideia de uma renda básica de cidadania. E eu vou concluir com esta citação de João XXIII e Paulo VI:

A igual dignidade das pessoas postula que se chegue a uma condição de vida mais humana e mais equitativa, pois as excessivas desigualdades econômicas e sociais entre os membros e os povos, a única família humana, provocam escândalos e são contrárias à justiça social, à equidade, à dignidade da pessoa humana e à paz social internacional. Deus destinou a Terra, como tudo o que ela contém, para o uso de todos os homens e povos, de modo que os bens criados devem bastar a todos com equidade.

Acho que tem muito a ver com tudo o que aqui se quis concluir. Quero dizer à Pastora que gostei muito das suas palavras, Pastora Romi Márcia Bencke, e da forma muito assertiva com que colocou seus pontos de vista consistentes com o espírito do Cristianismo, mas de uma forma muito aberta.

Parabéns. (*Palmas*.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Senador Suplicy, que conseguiu fazer uma síntese, por meio da citação muito própria para este momento, já finalizando este Seminário.

Concedo, agora, a palavra à Deputada Federal Luiza Erundina.

A SRª LUIZA ERUNDINA (PSB – SP) – Olha, eu serei muito breve, começando reagindo às colocações do Prof. Raimundo, no que tange à participação popular, que a juventude quer participar, qual é a forma que a gente cria para assegurar esse direito e atender a essa demanda.

É bom a gente lembrar que este espaço aqui é um espaço de democracia participativa. É um espaço, inclusive, de democracia direta, quando a sociedade civil organizada pode encaminhar projetos sob a forma de sugestão. Depois, tramitam, como qualquer outro projeto e viram lei.

Então, isso aqui é uma conquista da cidadania, só que precisamos alargar os limites dela. Essas duas Comissões, a da Câmara e a daqui, há algum tempo, no início delas, tinham poder de apresentar emendas ao orçamento da União. Então, é preciso voltarmos a pressionar o Senado, para que restitua a cidadania, essa prerrogativa de a sociedade civil poder apresentar emendas ao orçamento da União.

E a reforma política, sobretudo aquela que tem sido conduzida pela sociedade civil, contempla prioritariamente a inclusão no sistema político brasileiro da democracia direta, da democracia participativa, seja nos termos da Constituição de 1988, seja até ampliando essas prerrogativas, para que a democracia se expresse por meio das duas dimensões – a representativa e a direta, ou participativa. E, dessa forma, a gente tem a verdadeira democracia em nosso País.

A segunda coisa, eu queria agradecer o convite, agradecer aos participantes todos, foi de uma riqueza extraordinária a contribuição de cada uma, de cada um. Também gostei muito da sua contribuição, Pastora, e dos demais.

Eu quero sugerir a nossa Presidente que traduza – deve ter sido gravado – numa publicação da Comissão, que eu acho que é uma contribuição importante, até nesse processo de celebração, de comemoração e de divulgação desses 50 anos da *Pacem in Terris*.

Muito obrigada. (*Palmas*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Se me permite.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Sim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu ia chamar, de novo, Senadora. É só um segundo.

A SR^a LUIZA ERUNDINA (PSB – SP) – É ato falho.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Achei importantíssimo a nossa Deputada Federal Luiza ter levantado o Estatuto do Estrangeiro. Acho que nós temos que, pela sua sugestão, trabalhar em cima do estatuto, por conta desses fatos que vêm acontecendo... E aqui o Professor me dizia que, nos últimos meses, quantos foram os migrantes assassinados?

O SR. MARCOS JOSÉ DE CASTRO GUERRA – Em São Paulo, porque guardam dinheiro em casa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – É um dado que eu achei muito interessante: eles guardam o dinheiro em casa, não têm direito a uma conta bancária. Os marginais sabem que eles guardam dinheiro em casa. Dez foram assassinados, recentemente. Por isso, a sua sugestão de retomar o Estatuto do Estrangeiro tem que ser uma decisão desta audiência pública.

A SR^a LUIZA ERUNDINA (PSB – SP) – Inclusive, Senador, já há um requerimento da Comissão de Legislação Participativa lá. A gente poderia, então, propor que se faça um a audiência conjunta, das duas Comissões, Senado e Câmara, para tocarmos isso aí. Já há um projeto, um projeto que está bem construído, porque teve especialistas da USP e outros especialistas. É uma questão de a gente pautar, prioritariamente, essa questão. Eu acho que essa conjugação de esforços nossos pode realmente resolver esse impasse. Obrigada.

Obrigada pelo convite, Senadora.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Nós é que agradecemos, Deputada Luiza Erundina. Muito nos orgulha o seu mandato, o seu trabalho, uma pessoa altamente dedicada, empenhada, lutadora. É uma Parlamentar que nos orgulha bastante. Parabéns, Deputada Luiza Erundina, pelo seu trabalho! Obrigada pela sua presença aqui hoje.

Concedo agora a palavra ao Carlos Moura, da Comissão Brasileira de Justiça e Paz.

O SR. CARLOS ALVEZ MOURA – Obrigado, Senadora. A indagação do Padre Thierry me trouxe a um texto da própria Encíclica. Eu não quero ter a pretensão de lhe responder nem de debater, mas busquei aqui e encontrei algo que talvez nos traga algumas pistas.

Os poderes públicos da comunidade mundial não têm como fim limitar a esfera de ação dos poderes públicos de cada comunidade política nem sequer de substituir-se a eles. Ao invés, devem procurar contribuir para a criação, em plano mundial, de um ambiente em que tanto os poderes públicos de cada comunidade política como os respectivos cidadãos e grupos intermediários, com maior segurança, possam desempenhar

as próprias funções, cumprir os seus deveres e fazer valer os seus direitos.

Agradeço o convite desta Comissão e faço isso em nome do Dr. Geniberto Campos, que aqui representa a Comissão Brasileira de Justiça e Paz.

A Comissão Brasileira de Justiça e Paz é um organismo da CNBB, que, juntamente com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado, sob a tutela da Senadora Ana Rita, nos propusemos a uma prestação de serviço, no sentido de trazer à baila uma temática atual, numa troca de ensinamentos daqui para lá e de lá para cá, na perspectiva da construção de uma cultura de paz.

Eu saio daqui muito alegre por tudo aquilo que aprendi e com uma alegria maior ainda porque tive a honra de ser presidido pelo Senador Paulo Paim.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Muito bem.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sabe que ele é meu amigo de quase cem anos. Só não pergunte a idade, nem a dele nem a minha.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Então, eu quero, neste fim de seminário, fazer um agradecimento muito grande a todas as pessoas. Mas eu quero agradecer muito ao Padre Ernane.

Padre Ernane, eu não fiz o registro da sua presença. Foi um ato falho da minha parte. Registramos um monte de gente aqui, e não fizemos o registro da sua presença. (*Palmas.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senadora, não foi ato falho. A senhora deixou para o encerramento.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Eu pergunto ao Padre Ernane se ele não gostaria também de se manifestar, de falar um pouquinho. (*Pausa.*)

Não. Então, Padre Ernane, muito obrigada pela sua presença.

Eu quero dizer que, assim que cheguei ao Senado, a primeira pessoa que eu conheci, da CNBB, pessoalmente, foi o Padre Ernane. Naquele momento, ele tinha a missão justamente de fazer esse diálogo entre a CNBB e o Senado Federal. Através dele, eu tive a oportunidade de conhecer outras pessoas também, na CNBB, como é o caso do Gilberto, do Padre Geraldo, e de tantos outros que lá estão.

Então, muito obrigada, Padre Ernane, pelo carinho e pela atenção que o senhor tem nos dado e dado também à Comissão de Direitos Humanos.

Eu quero finalizar, agradecendo profundamente a todas as pessoas. Eu faço questão de novamente fazer um registro aqui de quem já falou.

Agradeço ao Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães Neto; ao Padre Elio Estanislau Gasda, que

muito nos ajudou aqui... eu até perguntaria se quem falou não gostaria também de se manifestar um pouquinho. *(Pausa.)*

Fiquem à vontade, caso queiram.

Agradeço ao Prof. Marcos José de Castro Guerra; à Pastora Romi Márcia Bencke, foi um prazer conhecê-la também. Da mesma forma que as demais pessoas se manifestaram, eu me senti muito honrada de poder ver uma mulher pastora se colocando de forma tão atualizada e tão envolvida com a Encíclica. Muito obrigada pela sua presença.

Agradeço ao Gilberto; ao Padre Thierry; ao Prof. Raimundo; ao Celso também, que se pronunciou aqui; e agradeço profundamente a esta Mesa; ao Padre Bernard; ao Senador Eduardo Suplicy; à Deputada Federal Luiza Erundina; e também ao Carlos Moura, da Comissão Brasileira de Justiça e Paz.

Para finalizar mesmo, ficam aqui alguns encaminhamentos e algumas sugestões que eu colhi a partir da fala de vocês.

Também, com certeza, agradeço muito à presença de Dom Leonardo, que é o Secretário-Geral da CNBB; agradeço ao Dr. Geniberto Campos, que também é membro da Comissão Brasileira de Justiça e Paz, pela presença aqui hoje.

E ficamos – eu, o Senador Paim, a Senadora Ana Amélia, o Senador Eduardo Suplicy – com a tarefa de dialogar com o Presidente Renan, Presidente desta Casa, para que também se manifeste com relação às denúncias de espionagem, que muito nos preocupa. Isso não é bom; é péssimo, é muito ruim para o Brasil e para o mundo. Então, nós não podemos ficar calados diante disso.

Essa questão dos imigrantes é um assunto sobre o qual nós precisamos nos debruçar. Então, fica aqui o compromisso de que o Senado, juntamente com a Câmara dos Deputados, dialogue sobre isso, para que nós possamos elaborar e construir novos momentos de debate, sobre o tema do imigrantes, aprofundar a questão do Estatuto, para que possamos aqui ou fazer uma audiência pública ou um seminário, enfim. Mas vamos encaminhar esse tema.

Para finalizar, traduzir o conteúdo deste Seminário, para que possamos elaborar uma publicação que possa servir de divulgação do tema.

Eu acredito muito que aquilo sobre o qual nós refletimos aqui hoje, tudo isso não vai ficar apenas neste dia de hoje, não vai ficar apenas neste Seminário, mas que tudo que já foi conversado aqui, a própria TV Senado, com certeza, vai divulgar, em outros momentos. Então, nós poderemos nos debruçar sobre isso em outras ocasiões, a partir do debate que aqui foi feito.

Então, agradeço muito a presença de vocês.

Eu só faço uma pergunta aos nossos convidados que estão à frente se haveria mais alguma questão a colocar, para que possamos encerrar o seminário. *(Pausa.)*

Depois, Carlos, nós podemos conversar pessoalmente.

Tudo bem? *(Pausa.)*

Então, declaramos encerrado este seminário.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

(Iniciada às 09 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 59 minutos.)

ATA DA 32ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 9 DE JULHO DE 2013, TERÇA-FEIRA, ÀS 14 HORAS, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às quinze horas e quatorze minutos do dia nove de julho de dois mil e treze, no Plenário número dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da Senhora **Senadora Ana Rita**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores Ana Rita, João Capiberibe, Paulo Paim, Randolfe Rodrigues, Angela Portela, Eduardo Suplicy, Humberto Costa, Anibal Diniz, Lídice da Mata, Paulo Davim, Sérgio Petecão, Roberto Requião, Ataídes Oliveira e Gim. A Senhora Presidenta declara aberta a presente Reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação das atas das 30ª e 31ª Reuniões, que são dadas por aprovadas. Passa-se à apreciação da **Pauta Deliberativa**, na seguinte ordem: **Item 1 - Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2013** - Não Terminativo - Institui o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura; cria o Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura e o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura; e dá outras providências. Autoria: Deputado Nilmário Miranda. Relatoria: Senador João Capiberibe. Relatório: Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto. O Plenário aprova a inclusão extrapauta dos itens 17 e 18, bem como a inversão de pauta para que sejam antecipadas as votações dos referidos itens. **Item 18. Extrapauta. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 53, de 2013.** Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. “Nos termos do art. 336, inciso II, c/c art. 338, IV do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos urgência para o PLC nº 11, de 2013, que ‘Institui o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura; cria o Comitê Nacional de Pre-

venção e Combate à Tortura e o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura; e dá outras providências”. **Resultado:** Aprovado. **Item 17. Extrapauta. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 52, de 2013.** Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. “Requeiro, de acordo com o disposto no art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na audiência pública a ser realizada nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, aprovada nos termos do Requerimento nº 49, de 2013-CDH, destinada a debater o tema ‘Mobilidade Urbana e Direitos Humanos’, com os convidados constantes do mesmo, que também seja convidado o Senhor LÚCIO GREGORI, Secretário de Transportes da Cidade de São Paulo, durante a gestão da Prefeita Luíza Erundina e idealizador do Passe Livre naquela cidade e a Senhora CRISTINA BADDINI, Engenheira e mestre em transportes e trânsito”. **Resultado:** Aprovado. **Item 2. Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2012** - Não Terminativo - Dispõe sobre as diretrizes gerais da política pública para promoção da cultura de paz e dá outras providências – Estatuto da Paz. Autoria: Deputado Lincoln Portela. Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **Item 3. Sugestão nº 6, de 2011** - Não Terminativo - Altera a Constituição Federal para valorizar o exercício do magistério e qualificar a ação dos professores das redes públicas de educação básica. (Parágrafo único do art. 20 da Resolução nº 42, de 2010). Autoria: Programa Senado Jovem Brasileiro. Relatoria: Senador Cristovam Buarque. Relatório: Favorável à Sugestão, na forma da Proposta de Emenda à Constituição que apresenta. **Resultado:** Adiado. **Item 4. Sugestão nº 17, de 2011** - Não Terminativo - Altera o Código Penal, para tipificar o acesso não autorizado a rede de computadores ou sistema informatizado. (Parágrafo único do art. 20 da Resolução nº 42, de 2010). Autoria: Programa Senado Jovem Brasileiro. Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta. **Resultado:** Adiado. **Item 5. Sugestão nº 3, de 2013** - Não Terminativo - Cria o adicional de especialização e de desempenho para os profissionais do magistério público da educação básica e dá outras providências. Autoria: Programa Senado Jovem Brasileiro e outros. Relatoria: Senador Eduardo Suplicy. Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta. **Resultado:** Adiado. **Item 6. Projeto de Lei do Senado nº 309, de 2012** - Não Terminativo - Altera a Lei nº 12.213, de 20 de janeiro de 2010, para autorizar a pessoa física a realizar doações aos Fundos controlados pelos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional do Idoso diretamen-

te em sua Declaração de Ajuste Anual do imposto de renda. Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senador Wilder Moraes. Relatório: Favorável ao Projeto. **Resultado:** Retirado de Pauta, a pedido do Relator, para reexame do Relatório. **Item 7. Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2013** - Não Terminativo - Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro - CTB, estabelecendo que fica facultado aos jovens entre 16 e 18 anos a obtenção da Carteira Nacional de Habilitação. Autoria: Senador Magno Malta. Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues. Relatório: Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Adiado. **Item 8. Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 2010** - Terminativo - Proíbe a fabricação, a comercialização, a distribuição e a propaganda de produtos nacionais e importados, de qualquer natureza, bem como embalagens, destinados ao público infantojuvenil, reproduzindo a forma de cigarros e similares. Autoria: Deputado Clodovil Hernandes. Relatoria: Senadora Ana Rita. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CAE, com a Subemenda que apresenta para suprimir o hífen do vocábulo “infanto-juvenil” nela contido, e ainda uma Emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **Item 9. Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2011** - Terminativo - Dispõe sobre a obrigatoriedade de cardápio em Método Braille nos restaurantes, bares e lanchonetes. Autoria: Deputada Luíza Erundina. Relatoria: Senadora Ana Rita. Relatório: Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **Item 10. Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2011** - Terminativo - Autoriza a entrada de pessoas ostomizadas pela porta dianteira dos veículos de transporte público coletivo e dá outras providências. Autoria: Deputado Enio Bacci. Relatoria: Senador Paulo Davim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta, ficando prejudicadas as Emendas nºs 1, 2 e 3 - CAS. **Resultado:** Adiado. **Item 11. Projeto de Lei da Câmara nº 45, de 2012** - Terminativo - Acrescenta os §§ 5º e 6º ao art. 15 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, vedando a exigência de comparecimento do idoso enfermo aos órgãos públicos e assegurando-lhe o atendimento domiciliar para obtenção de laudo de saúde. Autoria: Deputada Rebecca Garcia. Relatoria: Senador Roberto Requião. Relatório: Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **Item 12. Projeto de Lei do Senado nº 700, de 2007** - Terminativo - Modifica a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) para caracterizar o abandono moral como ilícito civil e penal, e dá outras providências. Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Senador Eduardo Lopes. Relatório: Pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 2 a 6 adotadas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e pela rejeição da Emen-

da nº 1-CCJ. **Resultado:** Adiado. **Item 13. Projeto de Lei do Senado nº 78, de 2011** - Terminativo - Altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que “dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências”, e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que “estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências”, para dispor sobre o direito à moradia das pessoas com deficiência. Autoria: Senadora Angela Portela. Relatoria: Senadora Ana Rita (Substituída por *Ad Hoc*). Relatoria *Ad Hoc*: Senador Eduardo Suplicy. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com as 5 Emendas aprovadas na CDR. **Resultado:** Adiado. **Item 14. Projeto de Lei do Senado nº 110, de 2011** - Terminativo - Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente -, para ampliar as atribuições do Conselho Tutelar. Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Relatoria: Senador João Durval (Substituído por *Ad Hoc*). Relatoria *Ad Hoc*: Senador Roberto Requião. Relatório: Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **Item 15. Projeto de Lei do Senado nº 667, de 2011** - Terminativo - Altera a Lei nº 12.127, de 17 de novembro de 2009, que cria Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, para instituir o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas. Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Senador Paulo Davim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **Item 16. Projeto de Lei do Senado nº 680, de 2011** - Terminativo - Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para incluir grupos formais e informais de mulheres da agricultura familiar entre os critérios de prioridade de compra de produtos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, e estabelecer que pelo menos 50% da venda da família sejam comercializados no nome da mulher. Autoria: Senadora Ana Rita. Relatoria: Senadora Angela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores e Senadoras Ana Rita, João Capiberibe, Paulo Paim, Paulo Davim, Randolfe Rodrigues e Anibal Diniz. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às quinze horas e quarenta e sete minutos, lavrando eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do

Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senadora **Ana Rita**, Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

(*Texto com revisão.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Havendo número regimental, declaro aberta a 32ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 30ª e 31ª Reuniões.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Nós vamos imediatamente passar para o item 1, página 15.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 11, de 2013

- Não Terminativo -

Institui o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura; cria o Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura e o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura; e dá outras providências.

Autoria: Deputado Nilmário Miranda.

Relatoria: Senador João Capiberibe.

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações: *Tramitação: CDH, CCJ e CRE.*

Eu concedo a palavra ao Senador João Capiberibe para leitura do relatório.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Muito obrigado, Srª Presidente.

Boa tarde a todos e a todas.

Srs. Senadores, Srªs Senadoras, trata-se de um projeto de grande importância que está chegando com muito atraso.

Eu vou tratar de ler o relatório. É um projeto extenso. Vou ler o relatório e também a análise do projeto com muita calma, para que possamos acompanhar.

Da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2013 (PL nº 5.546, de 2001, na Câmara dos Deputados), dos Deputados Nilmário Miranda e Nelson Pellegrino, que institui o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura; cria o Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura e o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura; e dá outras providências.

Relatório.

Nos termos do que preceitua o inciso X do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 102-E, especialmente no que importa seu inciso III, foi recebido na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 11, de 2013 (PL nº 5.546, de 2001, na origem), de autoria dos Deputados Nilmário Miranda e Nelson Pellegrino, que institui o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura; cria o Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura e o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura; e dá outras providências.

Balizado por 15 artigos, aglutinados em quatro capítulos, o projeto, ao instituir o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, objetiva fortalecer a prevenção e o combate à tortura mediante a integração de órgãos e entidades públicas e privadas, por meio do monitoramento, da supervisão e do controle de estabelecimentos e unidades onde se encontram pessoas privadas de liberdade. Objetiva, também, prestar a essas pessoas assistência na defesa de seus direitos e interesses. Para tanto, estabelece como objetivo primordial fortalecer, de forma articulada dos órgãos e das instituições que o integram, a prevenção e o combate à tortura, mediante a troca de informações e o intercâmbio de boas práticas.

Com o propósito de democratizar e dinamizar o sistema, o projeto faculta a participação de outros órgãos e entidades, tais como comitês e mecanismos estaduais e distritais de prevenção e combate à tortura; órgãos do Poder Judiciário com atuação nas áreas de infância, de juventude, militar e de execução penal; comissões de direitos humanos dos Poderes federais; enfim, todas as instituições que tratam com pessoas privadas de liberdade.

A análise se detém em cada artigo. Vou, então, entrar na análise do projeto, porque é muito longo e muito detalhado o relatório, que trata de artigo por artigo, Senador Paulo Davim. Eu prefiro já entrar na análise e no parecer.

Trata-se de matéria decorrente da edição da Lei nº 9.455, de 7 de abril de 1997, que define os crimes de tortura, e dá outras providências, e do Decreto nº 40, de 15 de fevereiro de 1991, que promulga a Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 10 de dezembro de 1984, e aprovada pelo Congresso Nacional mediante o Decreto Legislativo nº 4, de 23 de maio de 1989.

A aprovação pelo Legislativo brasileiro levou cinco anos. É bom observar.

Apoia-se, igualmente, no Decreto nº 98.386, de 9 de novembro de 1989, que promulgou a Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura, aprovada pelo Congresso Nacional, na forma do Decreto Legislativo nº 5, de 31 de maio de 1989.

Sustenta-se, também, no inciso III, e, parcialmente, no inciso XLIII da Constituição da República, referentes à coibição e à condenação da prática da tortura e do tratamento desumano ou degradante.

O projeto em análise, portanto, sedimenta-se não apenas no ordenamento jurídico pátrio, como também em convenções internacionais de que o Brasil é signatário.

Do ponto de vista da atuação da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em especial no que estabelece o art. 102-E, especialmente no que importam seus incisos III e VII, a proposição se reveste de todos os méritos para que prospere e, de forma célere, o que não é bem o caso, logo se transforme em lei, como fio condutor das políticas de preservação da integridade das pessoas privadas, por força da execução da lei, e de sua liberdade.

Cuida-se, substancialmente, de disciplinar, por meio de regras objetivas e de inquestionável efetividade a agilização na aplicação da Lei nº 9.455, de 7 de abril de 1997, diploma que, substancialmente, tipificou o crime de tortura.

Recentemente, a imprensa divulgou o resultado de inquérito que investigou a eventualidade de ter havido tortura contra 69 detentos em estabelecimento prisional situado em Santa Catarina e que se encontra agora em poder do Ministério Público.

Referida sindicância, conduzida pela Polícia Civil daquele Estado, não indiciou qualquer agente público pela prática da tortura contra os detentos, sob a alegação da inexistência de provas. Contudo, entre as 1.200 páginas do inquérito, constam fotos das lesões nos presos. Segundo o inquérito, cerca de 60% dos 69 presos examinados apresentavam algum tipo de lesão. Em face dessa evidência, o responsável pela investigação não negou a existência das lesões, mas argumentou que os tiros disparados pelos agentes não atingiram regiões letais dos detentos, o que desconfiguraria, a seu juízo, a existência de tortura.

O evento descrito não constitui fato isolado, é sabido, por tratar-se de ocorrências que se dão internamente em estabelecimentos de reclusão, cujo acesso a terceiros é restrito, sob a proteção da lei, ou cuja divulgação encontra sérios obstáculos que envolvem certamente a segurança do pretenso torturado ou a de seus familiares ou visitantes.

Por sua vez, o Informe 2013, denominado *O Estado dos Direitos no Mundo*, elaborado pela Organi-

zação Anistia Internacional e divulgado no dia 22 de maio de 2013, dá conta de que os países:

... têm a obrigação de respeitar, proteger e realizar nossos direitos. Muitos, porém, não cumpriram seu dever. Alguns deles, na melhor das hipóteses, tiveram uma atuação inconsistente. Apesar de todos os êxitos alcançados nas últimas décadas pelo movimento de direitos humanos – desde a libertação de prisioneiros de consciência até a proibição global da tortura e a criação de um Tribunal Penal Internacional –, essa distorção do conceito de soberania está deixando milhões de pessoas em perigo.

Em seu capítulo referente à tortura e condições cruéis, desumanas e degradantes, especificamente quanto à situação brasileira, o Informe relata:

Em julho, o Subcomitê da ONU para Prevenção da Tortura manifestou preocupação com a prática generalizada da tortura e com o fato de as autoridades [brasileiras] não assegurarem a realização de investigações e de processos judiciais efetivos. A fim de combater e prevenir a tortura, as autoridades federais e algumas autoridades estaduais recorreram a iniciativas como o Plano de Ações Integradas de Prevenção e Combate à Tortura. Para que essas iniciativas tenham êxito, é fundamental a aprovação da legislação federal que criará um Mecanismo Preventivo Nacional, conforme estabelecido no Protocolo Facultativo à Convenção da ONU contra a Tortura.

Mais adiante, o Subcomitê da ONU aduz:

O número de pessoas encarceradas [no Brasil] continuou a aumentar. Um déficit de mais de 200 mil vagas no sistema carcerário implica em condições cruéis, desumanas e degradantes serem extremamente frequentes. No estado do Amazonas, uma visita da Anistia Internacional constatou que os detentos eram mantidos em celas fétidas, superlotadas e inseguras. Mulheres e menores eram detidos nas mesmas unidades que os homens. Houve vários relatos de tortura, tais como sufocamento com sacola plástica, espancamentos e choques elétricos. A maioria dessas denúncias envolvia policiais militares do estado.

O projeto em anexo, ao acolher o conceito de tortura disciplinado pela Lei nº 9.455, de 1997, e ao criar mecanismos eficientes de prevenção e de combate à tortura e de outros tratamentos igualmente vis contra pessoas privadas da liberdade, por meio de seus braços normativo e executivo – o Conselho Nacional de Prevenção e Combate à Tortura e o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, órgãos que congregam não apenas agentes públicos, mas também representantes da sociedade civil –, torna-se instrumento hábil destinado à efetiva coibição de tais crimes e à restauração da dignidade garantida, tanto

pela Constituição da República quanto pelas Convenções de que o Brasil é signatário, àqueles que tiveram privada sua liberdade em decorrência do cometimento de ações cominadas no regramento penal pátrio.

Por fim, cumpre ressaltar que os procedimentos impostos pela proposição, destinados a formalizar a composição do Sistema, do Comitê e do Mecanismo, possuem diretrizes claras e objetivas, a fim de que tais órgãos sejam integrados por pessoas representativas da sociedade e por profissionais com habilitação e experiência afetas à matéria a que se propõem examinar, razão pela qual se espera que a democratização de sua atuação não venha encontrar óbices ou questionamentos de qualquer natureza.

Vamos ao voto.

Diante de todo o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2013, tal como enviado por aquela Casa.

Então, a nossa decisão é pelo projeto da Câmara sem modificação, para que ele possa ser promulgado e entrar em vigor, porque nós sabemos das condições das prisões brasileiras. O Ministro da Justiça chegou a declarar que preferia morrer a ser encarcerado, o que mostra com clareza, com objetividade, as condições precárias e, sobretudo, a prática sistemática da tortura nas prisões brasileiras.

É esse o nosso voto, Sr^a Presidente.

Peço aos nobres pares que acolham esse projeto, que é muito importante para a sociedade brasileira.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES)
– Obrigada, Senador Capiberibe.

Eu coloco em discussão a matéria.

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Só quero cumprimentar o Senador João Capiberibe pelo relatório que aqui ele sintetizou, lendo somente a análise, mas que mostra a importância desse projeto que, de uma vez por todas, vai definir essa posição muito clara em relação à prevenção e ao combate à tortura.

O Senador Capiberibe, com certeza absoluta, estudou a fundo o projeto. S. Ex^a não deixa nenhuma dúvida de que, a partir da aprovação desse projeto, a sociedade vai ser outra.

Quero aqui, rapidamente – acompanhei sua leitura –, cumprimentar não somente a V. Ex^a, mas também a sua equipe, pelas audiências que tem feito aqui, com este mesmo objetivo: aprovar esse projeto na Comissão de Direitos Humanos, porque é um dever de todos nós. Tenho certeza de que ele será aprovado por unanimidade. Parabéns ao Relator, Senador João Capiberibe.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES)
– Eu gostaria de também parabenizar o Senador João Capiberibe porque esse projeto é altamente importan-

te, tramita no Congresso Nacional – na Câmara dos Deputados desde 2001 e no, Senado Federal desde 2013 – e institui, de fato, o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. Além de instituir esse sistema nacional, ele cria o Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura e também o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, ou seja, cria os instrumentos legais para que possamos, para que o Brasil, o Governo brasileiro, as instituições públicas brasileiras tenham as condições e os mecanismos necessários de enfrentamento à tortura.

Mais do que nunca, esta Comissão de Direitos Humanos sente-se muito responsável ao aprovar um projeto como esse, até porque temos aqui a Subcomissão de Combate à Tortura e ao Trabalho Escravo, cujo Presidente é o Senador Paulo Davim. Então, a aprovação deste projeto aqui, hoje, é muito importante.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senadora, V. Ex^a me permite só um segundo, para me justificar. Tenho uma reunião com as centrais na Presidência do Senado, neste momento, em relação à greve do dia 11. Vou até lá, e V. Ex^a há de entender, e volto em seguida para continuar os trabalhos.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Vou apenas ouvir o Paulo Davim, para, em seguida, encaminhar.

Com a palavra, o Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Serei bem breve. Quero parabenizar o relatório do Senador Capiberibe. Este é um projeto a que o Governo brasileiro, a Ministra Maria do Rosário, tem se dedicado muito: aprimorar os mecanismos de combater a tortura o Brasil. Em maio de 2013, através da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, houve o I Encontro Nacional de Comitês e Mecanismos Estaduais de Prevenção e combate à tortura, com a participação de 20 Estados.

Como resultado do evento, os participantes produziram diretrizes ainda não publicadas, que representam, entre muitas prioridades, a criação do mecanismo nacional. Então, é uma preocupação sempre presente do Governo, da Secretaria de Direitos Humanos, na pessoa da Ministra Maria do Rosário, até porque, no Brasil, já foram criados quatro mecanismos estaduais: no Rio de Janeiro, Alagoas, Paraíba e Pernambuco. Além desses, Maranhão, Roraima, Minas Geras e Rio Grande do Sul também estão em fase de elaboração de instrumento normativo para a criação dos respectivos mecanismos.

Portanto, vai aqui minha concordância por inteiro acerca da matéria, Sr^a Presidente. Parabenizo o ilustre Relator. Da mesma forma, Sr^a Presidente, eu gostava

de pedir permissão para me ausentar, porque vou participar de uma reunião agora.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Para discutir, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Com a palavra, Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Sr^a Presidente, primeiramente, minhas desculpas a V. Ex^a, ao Relator Senador João Capiberibe, porque estamos, neste momento, simultaneamente – veja a dificuldade aqui – na Comissão de Relações Exteriores, na sabatina da Comissão de Constituição e Justiça, há a Comissão Mista de Orçamento, há o plenário e há a Comissão de Direitos Humanos. Fiz questão de, da Comissão de Relações Exteriores, vir para votar o projeto do Deputado Nilmário Miranda, relatado pelo Senador João Capiberibe. Vim também a tempo de comunicar a esta Comissão que, ainda há pouco, na Comissão de Relações Exteriores, em reunião que considero histórica, a Comissão acabou de aprovar a realização de audiência pública na quinta-feira, com a presença do Ministro Patriota, do Ministro-Chefe da GSI, do Ministro-Chefe da Abin e o Ministro das Comunicações sobre a prática de espionagem do governo americano no Brasil.

O importante da reunião de ainda há pouco da Comissão de Relações Exteriores foi a aprovação do voto da Comissão de Relações Exteriores à Presidência da República pelo pedido de asilo de Edward Snowden no Brasil e o voto de censura ao Governo norte-americano.

Cumprimento o Senador João Capiberibe. V. Ex^a foi muito feliz na designação do relator desta matéria. Essa matéria, Sr^a Presidente, mostra o quanto tem sido lenta a transição democrática em nosso País e o quanto foi demasiadamente gradual e segura a nossa transição democrática, como assim dizia Geisel, já nos anos setenta, no início da transição. Foi negociada demais, foi lenta demais, foi gradual demais e foi segura demais. Foi tão segura que ainda estamos, na Comissão de Direitos Humanos, criando mecanismos para fazer a transição.

Veja, estamos em 2013, aprovando, na Comissão de Direitos Humanos, um projeto que institui um Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. Não temos mecanismos eficientes de combate a práticas como essa, embora o art. 5º da Constituição estabeleça que a tortura é um crime imprescritível, inafiançável. Mas ainda não temos mecanismos eficazes em relação a isso 25 anos depois da existência no nosso Texto Constitucional de 1988.

Digo que V. Ex^a foi feliz na designação porque V. Ex^a escolheu para relatar essa matéria alguém que foi

vítima disso e do pior tipo, do mais atroz de tortura, que é a tortura nos cárceres do regime, a tortura política, a tortura do pior período que este País viveu, o período da ditadura civil e militar política, de 1964.

O relatório do Senador Capiberibe vem aprovando esta matéria, criando o Sistema Nacional de Combate à Tortura. Aprovado nesta Comissão, vem trazer mais um instrumento que não somente dá cabo ao disposto no Inciso XVII do art. 5º da Constituição, mas, mais que isso, é um mecanismo dessa nossa longa transição democrática. Lamentavelmente, é longa, mas é com mecanismos como esse que consolidamos nosso regime democrático.

Cumprimento V. Exª pela escolha do Relator. Não teria nesta Comissão alguém com melhores condições históricas e com melhor *know-how* para proceder a este relatório, e o relatório de S. Exª bem como a aprovação desta matéria vêm, de fato, cumprir o disposto no Texto Constitucional e dar cabo a mais um capítulo da nossa longuíssima transição.

Obrigado por ainda ter alongado a discussão para que eu pudesse votar favoravelmente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES)
– Obrigada, Senador Randolfe.

Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Quero agradecer as palavras generosas do Senador Randolfe, do Senador Paim e de todos aqui, mas quero compartilhar o mérito deste relatório com a Rede Justiça Criminal, que o acompanhou. Aqui, temos a presença da Andressa Porto. Antes, era um grupo maior. Hoje, parece-me que está apenas a Andressa aqui conosco. Eles tiveram um papel fundamental, porque já acompanhavam há muitos anos esse projeto, que tramitou na Câmara e que veio para cá. Claro que, sem a participação efetiva da Rede Justiça Criminal, teríamos tido algumas dificuldades para relatar o projeto. Eles foram realmente decisivos, importantíssimos. Agradeço a participação, o trabalho que vêm realizando e que vão continuar, porque ainda vamos para o Plenário, onde evidentemente a discussão será mais intensa.

Era isso. Obrigado pela consideração, Srª Presidente, de ter me designado para relatar esse projeto.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES)
– Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório, que é favorável ao projeto.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto. (Palmas.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Presidente, quero encaminhar o requerimento de urgência.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES)
– Sim. Você está propondo...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Estou propondo um requerimento para ir com urgência ao plenário.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES)
– Então, em discussão o requerimento. (Pausa.)

Encerrada a discussão.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

(É o seguinte o item aprovado:

ITEM 18
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS
HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
Nº 53, de 2013

Nos termos do art. 336, inciso II, c/c art. 338, IV do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos urgência para o PLC nº 11, de 2013, que “Institui o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura; cria o Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura e o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura; e dá outras providências.”.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues.)

Apenas para esclarecer o Senador Randolfe que, além deste requerimento, há um outro requerimento também no plenário solicitando que o projeto siga diretamente ao plenário.

Vamos torcer para que seja votado o mais rápido possível, a fim de que o projeto seja apreciado antes do recesso parlamentar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Presidente, se V. Exª permite, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES)
– Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Existe um requerimento aprovado, e V. Exª já marcou uma audiência pública – salvo melhor juízo, está marcada para a próxima segunda-feira –, nesta CDH sobre mobilidade urbana e direitos humanos, inclusive, com os integrantes do Movimento Passe Livre.

Eu queria sugerir a V. Exª incluir nesse requerimento o convite para duas autoridades além do Movimento Passe Livre, que já está convidado por V. Exª, pois esse mesmo requerimento havia sido aprovado na Comissão de Educação. Já que a Comissão de Educação ainda não marcou, queria sugerir a V. Exª que fizesse essa audiência pública – que já está mar-

cada aqui, graças à celeridade sua e da Comissão – na segunda-feira junto com a Comissão de Educação. Ou seja, convidar a Comissão de Educação para fazer junto na segunda-feira e incluir nesse requerimento o convite para estar presente também o Sr. Lúcio Gregori, que foi Secretário de Transportes da cidade de São Paulo, durante a gestão da Prefeita Luiza Erundina, idealizador da ideia do passe livre naquela cidade, e a Sr^a Cristina Baddini, engenheira e mestre em transporte e trânsito e que também integrou a equipe do Sr. Lúcio Gregori.

Já tenho requerimento de aditamento, que solicito a V. Ex^a seja apreciado por esta Comissão, para integrar a audiência pública da próxima segunda-feira.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Sim.

Consulto os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras se concordam com a inclusão do requerimento do Senador Randolfe, como extrapauta.

Em votação a inclusão do item extrapauta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Vou fazer a leitura do requerimento, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP. *Fora do microfone.*) – Vou correr a CCJ para votar e volto.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Pode ser agora.

Se for possível aguardar...

ITEM 17

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 52, de 2013

Requeiro, de acordo com o disposto no art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na audiência pública a ser realizada nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, aprovada nos termos do Requerimento nº 49, de 2013-CDH, destinada a debater o tema “Mobilidade Urbana e Direitos Humanos”, com os convidados constantes do mesmo, que também seja convidado o Senhor LÚCIO GREGORI, Secretário de Transportes da Cidade de São Paulo durante a gestão da Prefeita Luíza Erundina e idealizador do Passe Livre naquela cidade, e a Senhora CRISTINA BADDINI, engenheira e mestre em transportes e trânsito.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

Concedo a palavra ao Senador Randolfe para fazer os devidos encaminhamentos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Bom, Presidente. Já fiz, é isso. É apenas para acrescentar à audiência pública da próxima segunda-feira.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Em votação o requerimento.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Senador Randolfe, a audiência pública já está agendada para segunda-feira, porque havia um requerimento anterior do Senador Paulo Paim. Então, será segunda-feira, às 9h, com o acréscimo que V. Ex^a está pedindo.

Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP. *Fora do microfone.*) – Eu vou votar lá na CCJ e volto.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Então, volte porque há um projeto de sua autoria.

O item 2 da pauta é não terminativo, mas o Relator e o autor não se encontram presentes.

Sobre os itens 3, 4 e 5 também os Senadores não estão presentes.

(*São os seguintes os itens adiados:*

ITEM 2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 79, de 2012

- Não Terminativo -

Dispõe sobre as diretrizes gerais da política pública para promoção da cultura de paz e dá outras providências – Estatuto da Paz.

Autoria: Deputado Lincoln Portela

Relatoria: Senador Magno Malta

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

– Tramitação: CDH, CE e terminativo na CCJ.

ITEM 3

SUGESTÃO Nº 6, de 2011

- Não Terminativo -

Altera a Constituição Federal para valorizar o exercício do magistério e qualificar a ação dos professores das redes públicas de educação básica. (Parágrafo único do art. 20 da Resolução nº 42, de 2010).

Autoria: Programa Senado Jovem Brasileiro

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório : Favorável à Sugestão, na forma da Proposta de Emenda à Constituição que apresenta.

Observações:

– Tramitação: CDH.

ITEM 4
SUGESTÃO Nº 17, de 2011
- Não Terminativo -

Altera o Código Penal, para tipificar o acesso não autorizado a rede de computadores ou sistema informatizado. (Parágrafo único do art. 20 da Resolução nº 42, de 2010.

Autoria: Programa Senado Jovem Brasileiro

Relatoria: Senador Magno Malta

Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta.

Observações:

– *Tramitação:* CDH.

ITEM 5
SUGESTÃO Nº 3, de 2013
- Não Terminativo -

Cria o adicional de especialização e de desempenho para os profissionais do magistério público da educação básica e dá outras providências.

Autoria: Programa Senado Jovem Brasileiro e outros

Relatoria: Senador Eduardo Suplicy

Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta.

Observações:

– *Tramitação:* CDH.)

O Senador Wilder solicitou a retirada do item 6 de pauta.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 6
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 309, de 2012
- Não Terminativo -

Altera a Lei nº 12.213, de 20 de janeiro de 2010, para autorizar a pessoa física a realizar doações aos Fundos controlados pelos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional do Idoso diretamente em sua Declaração de Ajuste Anual do imposto de renda.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senador Wilder Moraes

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CAE.)

Para o item 7, vamos aguardar a chegada do Senador Randolfe.

E os demais itens da pauta são terminativos. Não temos quórum presencial para votarmos os relatórios terminativos.

Senador Anibal, estamos com um problema aqui agora. Porque os relatores dos itens não terminativos

não estão presentes e para os itens terminativos nós não temos quórum para deliberar.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Então, precisamos declarar a reunião encerrada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Eu vou declarar esta reunião encerrada, não vou poder aguardar o Senador Randolfe retornar.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Perfeito.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Algum Senador tem...

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Não. Acho que é o encaminhamento adequado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Então, vou declarar esta reunião encerrada.

Não havendo quórum regimental para que posamos dar sequência a nossa reunião, declaro-a encerrada.

(São os seguintes os itens adiados:

ITEM 7
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 142, de 2013
- Não Terminativo -

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro - CTB, estabelecendo que fica facultado aos jovens entre 16 e 18 anos a obtenção da Carteira Nacional de Habilitação.

Autoria: Senador Magno Malta

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatório: Pela rejeição do Projeto.

Observações:

– *Tramitação:* CDH e Terminativo na CCJ.

ITEM 8
PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 17, de 2010
- Terminativo -

Proíbe a fabricação, a comercialização, a distribuição e a propaganda de produtos nacionais e importados, de qualquer natureza, bem como embalagens, destinados ao público infantojuvenil, reproduzindo a forma de cigarros e similares.

Autoria: Deputado Clodovil Hernandes

Relatoria: Senadora Ana Rita

Relatório: Pela aprovação do Projeto, e da Emenda nº 1-CAE, com a Subemenda que apresenta para suprimir o hífen do vocábulo “infanto-juvenil” nela contido, e ainda uma Emenda que apresenta.

Observações:

– *Tramitação:* CCJ, CAE e terminativo nesta CDH.

ITEM 9
PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 48, de 2011
- Terminativo -

Dispõe sobre a obrigatoriedade de cardápio em Método Braille nos restaurantes, bares e lanchonetes.

Autoria: Deputada Luiza Erundina

Relatoria: Senadora Ana Rita

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

Tramitação: Terminativo nesta CDH (Única).

ITEM 10
PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 64, de 2011
- Terminativo -

Autoriza a entrada de pessoas ostomizadas pela porta dianteira dos veículos de transporte público coletivo e dá outras providências.

Autoria: Deputado Enio Bacci

Relatoria: Senador Paulo Davim

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta, ficando prejudicadas as Emendas nºs 1, 2 e 3 - CAS.

Observações:

Tramitação: CAS e terminativo nesta CDH.

ITEM 11
PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 45, de 2012
- Terminativo -

Acrescenta os §§ 5º e 6º ao art. 15 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, vedando a exigência de comparecimento do idoso enfermo aos órgãos públicos e assegurando-lhe o atendimento domiciliar para obtenção de laudo de saúde.

Autoria: Deputada Rebecca Garcia

Relatoria: Senador Roberto Requião

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

Tramitação: CCJ e terminativo nesta CDH.

ITEM 12
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 700, de 2007
- Terminativo -

Modifica a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) para caracterizar o abandono moral como ilícito civil e penal, e dá outras providências.

Autoria: Senador Marcelo Crivella

Relatoria: Senador Eduardo Lopes

Relatório: Pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs. 2 a 6 adotadas pela Comissão

de Constituição, Justiça e Cidadania, e pela rejeição da Emenda nº 1-CCJ.

Observações:

Tramitação: CCJ e terminativo nesta CDH.

ITEM 13
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 78, de 2011
- Terminativo -

Altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que “dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências”, e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que “estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências”, para dispor sobre o direito à moradia das pessoas com deficiência.

Autoria: Senadora Angela Portela

Relatoria: Senadora Ana Rita (Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad Hoc: Senador Eduardo Suplicy

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com as 5 Emendas aprovadas na CDR.

Observações:

Tramitação: CDR, e terminativo nesta CDH.

ITEM 14
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 110, de 2011
- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente -, para ampliar as atribuições do Conselho Tutelar.

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg

Relatoria: Senador João Durval (Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad Hoc: Senador Roberto Requião

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

Tramitação: CCJ e terminativo na CDH.

ITEM 15
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 667, de 2011
- Terminativo -

Altera a Lei nº 12.127, de 17 de novembro de 2009, que cria Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, para instituir o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas.

Autoria: Senador Vital do Rêgo
Relatoria: Senador Paulo Davim
Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta.
Observações:
Tramitação: Terminativo nesta CDH (Única).

ITEM 16
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 680, de 2011
- Terminativo -

Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para incluir grupos formais e informais de mulheres da agricultura familiar entre os critérios de prioridade de compra de produtos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, e estabelecer que pelo menos 50% da venda da família sejam comercializados no nome da mulher.

Autoria: Senadora Ana Rita
Relatoria: Senadora Angela Portela
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Observações:
Tramitação: CRA, e terminativo nesta CDH.)
(Iniciada às 15 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 47 minutos.)

ATA DA 33ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 11 DE JULHO DE 2013, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e treze minutos do dia onze de julho de dois mil e treze, na sala número dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da Senadora Ana Rita, reúne-se a Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença das seguintes Senadoras e Senadores Ana Rita, Paulo Paim, Eduardo Suplicy, Lídice da Mata e Rodrigo Rollemberg, não membro. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Senhora Presidenta declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação da seguinte Pauta: Audiência Pública, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 50, de 2013, aprovado em 04/07/2013, de autoria do Senador Paulo Paim, que requer a realização de audiência pública “*para debater sobre o tema: ‘As recentes manifestações públicas na ótica da juventude brasileira’*”. A Senhora Presidenta apresenta os expositores, os convida a tomarem lugar à mesa e faz suas considerações iniciais. Às nove horas e trinta e um minutos a Senadora Ana

Rita passa a presidência para o Senador Paulo Paim, que faz suas considerações iniciais e passa a palavra para os convidados, nesta ordem: Murilo Amatneeks, Chefe da Assessoria da Secretaria Nacional da Juventude da Presidência da República; Gabriel Santos Elias, Representante do Movimento Passe Livre; Thânisia Marcella Alves Cruz, Ativista do Movimento Negro de Brasília, Estudante da UnB e Idealizadora da Campanha “A Cor da Marcha”; Nicolas Powidayko, Presidente do Diretório Central Estudantil Hernestino Guimarães da UnB; e Alessandro Mechior, Presidente do Conselho Nacional de Juventude – CONJUVÉ. O Senhor Presidente lê mensagens oriundas do *Portal e-Cidadania* e do *Alô Senado* e franqueia a palavra aos convidados para responder as indagações vindas de todo o Brasil. O Senhor Presidente exhibe, no telão de exposições do plenário, o site do Senado Federal e os links para acesso ao *Alô Senado* e ao *e-Cidadania*. O Senhor Presidente concede a palavra aos convidados para suas considerações finais. Fazem uso da palavra as Senhoras Senadoras e os Senhores Senadores Ana Rita, Paulo Paim, Rodrigo Rollemberg e Eduardo Suplicy. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quarenta minutos, lavrando eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Ana Rita**, Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

(Texto com revisão)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. PT – ES) – Declaro aberta a 33ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 50, de 2013, da CDH, aprovado em 4 de julho de 2013, de autoria do Senador Paulo Paim para debater o tema “As recentes manifestações públicas na ótica da juventude brasileira”.

Quero convidar para compor a Mesa os convidados, representantes aqui de diversas organizações da juventude:

- Murilo Amatneeks, Chefe da Assessoria da Secretaria Nacional da Juventude da Presidência da República. Seja bem-vindo, Murilo, que bom que você está aqui. *(Palmas.)*

- Thânisia Marcella Alves Cruz. Ainda não chegou.

- Gabriel Santos Elias, representante do Movimento Passe Livre. Seja bem-vindo, Gabriel. Parabéns pela luta. *(Palmas.)*

- Nicolas Powidayko, Presidente do Diretório Central Estudantil Ernestino Guimarães da UnB. (*Palmas.*)
- Guilherme Zamponi. Também não chegou.
- Alessandro Mechlhor, Presidente do Conselho Nacional de Juventude (Conjuve). (*Palmas.*)

Hoje é um dia muito especial, de manifestações, um dia de paralisação geral em nosso País. Talvez a ausência de algumas pessoas, neste momento, se dá em função disso.

E também quero informar aos nossos convidados e convidadas que esta Casa ontem trabalhou até 1h30 da madrugada. Portanto, também alguns Parlamentares deverão chegar um pouco mais tarde em função do horário em que terminamos os trabalhos ontem.

Quero, antes de passar a palavra ao Senador Paim, autor do requerimento desta audiência pública e também a palavra aos convidados, fazer algumas considerações iniciais que considero oportunas a respeito das recentes manifestações lideradas pela nossa juventude brasileira.

Quero, em primeiro lugar, cumprimentar o Senador Paulo Paim pela iniciativa, parabenizá-lo e também por ter concordado em realizar esta audiência pública no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em virtude da importância do tema.

Vou fazer agora uma rápida análise sobre as manifestações, não como verdades, mas para confrontá-la com as visões que vocês jovens têm sobre todas as reivindicações que surgiram nas ruas. Essa análise apresentei em discurso no plenário na última sexta-feira, oportunidade em que afirmei:

Historicamente setores e parcelas significativas da nossa sociedade protagonizaram diversas lutas neste País, a exemplo das inúmeras revoltas ocorridas no período colonial, das primeiras manifestações do operariado brasileiro; da luta contra a ditadura militar pela redemocratização do Brasil com as Diretas Já; o *impeachment* do ex-Presidente Collor com destaque para os jovens denominados de caras-pintadas; a luta permanente das trabalhadoras e trabalhadores do campo e das cidades na busca pelo direito à terra, através da luta pela reforma agrária e na luta por melhores salários e condições de trabalho; na luta dos povos indígenas, dos movimentos de direitos humanos; nas lutas contra a intolerância, contra o racismo, contra a cultura machista e sexista e tantas e tantas outras bandeiras de lutas empunhadas por milhares de lutadoras e lutadores pelos quatro cantos deste nosso País.

Portanto, como forma de respeito e para se fazer justiça histórica, acho adequado registrar que inúmeras brasileiras e brasileiros não acordaram agora. Uma parte acordou agora, com certeza, outra parte nunca dormiu.

De toda forma, as atuais manifestações iniciaram por uma reivindicação específica ao valor das passagens, entretanto quando jovens brasileiros saíram às ruas contra o aumento da tarifa de ônibus essa reivindicação se traduziu a uma dimensão mais ampla, reafirmando que o transporte público é um serviço essencial na vida das pessoas não podendo estar aprisionado à lógica do lucro e da acumulação do capital.

Que o dia a dia dos cidadãos, especialmente daqueles que utilizam o transporte público nas grandes cidades brasileiras está insustentável, está já transformado há muito tempo em um verdadeiro inferno urbano. Desta forma, diferente do que muitos afirmam, a fagulha que iniciou essas grandes mobilizações é um tema da mais alta relevância ao conjunto da sociedade brasileira. Tenho também percebido que vários analistas políticos e sociais têm apresentado perplexidade ao fato dessas imensas mobilizações ocorrerem justamente um período de avanços conquistados nos dois últimos mandatos do ex-Presidente Lula e nos dois anos do mandato da Presidenta Dilma.

Mas o fato é que, apesar das conquistas alcançadas nos dez últimos anos, permitindo convivermos com um dos menores índices de desemprego de nossa história e de toda a mobilidade social ocorrida nessa década, o nosso País ainda possui distorções sociais e econômicas gravíssimas e um déficit significativo de democracia.

A concentração de renda e a concentração de poder político e econômico é gigantesca. A economia, em várias de suas áreas, sofre com a presença de corporações e monopólios privados; o abismo entre os pobres e ricos continua constrangedor; é enorme a concentração de terras e de riqueza; serviços como educação, saúde e habitação, embora o Governo Federal, nos últimos 12 anos tenha dedicado especial atenção a esses temas como programas significativos como o Prouni, o Reuni e Minha Casa, Minha Vida, ainda estão bastante aquém das necessidades do povo brasileiro.

Frente a esse contexto, é essencial que as mudanças ocorram de maneira muito mais rápida. E, aqui, entramos na questão que considero fundamental nesse debate para avançarmos nos anseios econômicos, sociais e de mais democracia que estão sendo reafirmados pelas ruas serão necessárias reformas estruturais profundas que alterem o atual quadro de distribuição do poder no Brasil.

Para tanto, diante do nível de conservadorismo e de resistência a mudanças presente visivelmente nos Poderes brasileiros, inclusive nesta Casa, e para os que como eu compreendem o papel que a luta social pode jogar na transformação da sociedade, é fundamental que o nosso povo, especialmente a juventude,

se mantenha nas ruas, permaneça mobilizado, pressionando e garantindo que as transformações continuem avançando e ocorrendo no País.

As milhares de pessoas que estão mobilizadas estão dando um recado firme e contundente aos membros dos Poderes brasileiros.

O atual sistema político e eleitoral do Brasil, assentado em financiamento privado, está totalmente esgotado e em dessintonia com as mudanças em curso neste País.

Parece-me profundamente contraditório elegermos agentes políticos, agentes públicos, tanto para os Legislativos, quanto para os Executivos, por meio de pleitos eleitorais fortemente eivados da mão pesada do poder econômico, retirando do povo a soberania da decisão e o seu direito legítimo de deferir quem deve ou não representá-lo.

Não por acaso que a pesquisa apresentada neste 1º de julho pela Fundação Perseu Abramo, aponta que a ampla maioria da população brasileira, ou seja, 89%, é favorável a uma reforma política, sendo que três quartos, 75%, a considera muito importante; 65% preferem que sejam eleitos novos representantes exclusivamente para fazer a reforma política.

Esses dados são muito significativos, pois mostram o anseio por mudanças no sistema político e suas instituições.

A reforma política, que é considerada por muitos a mãe de todas as reformas, sem dúvida é essencial para avançarmos no aprofundamento da democracia brasileira.

O plebiscito proposto pela Presidenta Dilma, com toda a certeza, é decorrência em parte das grandes mobilizações e da presença de povo nas ruas, que estabeleceram um ambiente possível para que medidas de democracia direta fossem apresentadas.

Assim sendo, reafirmo o que já falei anteriormente: é fundamental que as trabalhadoras e os trabalhadores, que os jovens e demais segmentos progressistas da nossa sociedade continuem mobilizados e organizados nas ruas, apresentando a todos os governos, aos Legislativos e ao Judiciário, suas pautas de reivindicações, para que o nosso País avance nas transformações tão almejadas e tão necessárias à construção do Brasil que sonhamos e lutamos.

Desde sempre são os jovens que iniciam os movimentos por mudanças sociais e políticas no País. E, ao que parece até agora, muitas conquistas foram alcançadas com os recentes gritos de revolta das ruas, como a aprovação, inclusive, de projetos importantes no Congresso Nacional.

Todos nós e todas nós, que representamos os interesses dessa população, temos a obrigação de ou-

vir, refletir e traduzir em ganho para toda a sociedade essas vozes que estão ecoando das ruas.

Vou fazer aqui um breve resumo do que vem ocorrendo no meu Estado, o Espírito Santo, e o que tenho acompanhado pelos jornais, em função de estar aqui em Brasília durante a semana toda, em relação às últimas manifestações ocorridas.

Na noite do último dia 2 de julho, há exatos dez dias, quando um grupo de 50 manifestantes ocupou a Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, um dos jovens gritou no megafone por uma janela da Casa: "Ocupamos a Assembleia por vocês". Ele quis deixar claro que assumia, a partir daquele momento, uma causa antiga e de toda a população: o fim do pedágio da terceira ponte.

A ocupação da Assembleia ocorreu após sessão em que seria votado projeto prevendo a suspensão da tarifa. A votação não ocorreu na semana passada, nem ontem, como estava prevista, porque só 13 Deputados compareceram. O que mudou nesse espaço de tempo?

Os jovens não ocupam mais o gabinete da Presidência e, sim, a entrada do auditório. E não são mais 50, mas quase 200. Por parte dos jovens, o espírito ainda é o mesmo: resistir.

Com o aval do Governo, o Ministério Público propôs e a Justiça determinou a redução imediata da tarifa do pedágio da terceira ponte. O embate com o Governo que começou nas ruas há cerca de um mês está acampado dentro do Legislativo enquanto discutem-se valores da nova cobrança.

Por que a redução do pedágio, embora considerada uma vitória pelos manifestantes, não era nem é a meta do movimento que não quer pagar mais nada, mas por entender que a obra da ponte já foi paga.

Em número menor, mas também com a determinação de mudar, cerca de 20 jovens ocupam a Câmara de Vereadores de Aracruz, desde a segunda-feira passada. Querem a redução da tarifa de ônibus, melhorias na saúde e educação, além de redução do reajuste do salário dos Secretários Municipais.

É essa rapidamente a minha análise. E gostaria que vocês reagissem, posicionando-se com as leituras que fazem desses movimentos.

É muito bom poder ouvir vocês, protagonistas deste movimento que tomou conta das ruas de todo o nosso País, de todas as cidades brasileiras, de todas as capitais, e que deram recados altamente importantes para toda a sociedade brasileira, para todos os Poderes Públicos.

Eu digo que todos nós e todas nós recebemos as manifestações e também as pautas de reivindicações dos movimentos que foram às ruas. E sabemos que a juventude teve um papel altamente importante e todo

esse processo. E nós gostaríamos também de ouvir aqui um pouco a opinião de vocês.

Diante disso, vou passar a palavra ao Senador Paulo Paim para que possa presidir esta audiência pública. Eu vou estar com vocês durante um certo tempo, mas, em função também de uma audiência que eu tenho no Ministério da Cultura, terei que me ausentar um pouco e retorno assim que me liberar.

Então, desejo a vocês um bom encontro, uma boa audiência e que ela possa contribuir também com todo esse movimento que a juventude brasileira e a população brasileira estão fazendo nas ruas.

E é bom lembrar que também esta audiência pública está sendo transmitida pela TV Senado, com a participação dos internautas pelo e-Cidadania. Sabemos que várias pessoas estão se manifestando. Durante a audiência pública, o Senador Paim estará repercutindo a opinião dos internautas, para que possamos também interagir com as pessoas, com a juventude e com a população de um modo geral que está nos acompanhando neste momento.

Senador Paim, muito obrigada pela sua iniciativa e uma boa audiência pública. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Obrigado, Senadora.

Temos feito aqui um trabalho permanente nesta Comissão, ouvindo toda a sociedade, sob a liderança da nossa querida Senadora Ana Rita, que é a Presidenta desta Comissão.

Quando encaminhei o requerimento – que fique bem claro a quem nos está assistindo neste momento – nós não procuramos fazer o convite a quem é o líder ou não do movimento da juventude nas ruas. Nós convidamos lideranças do movimento da juventude brasileira, que nós conhecemos, para que aqui analisem como estão vendo este momento tão importante da vida nacional.

Todos aqui que vão falar são lideranças. Sabemos que, no conjunto do País, outras centenas ou milhares de lideranças também estão fazendo esse tipo de análise. E faremos outras, porque o importante é ouvir a juventude brasileira, porque nós aqui dentro do Congresso, ficamos assistindo de dentro para fora. Vocês é que estão efetivamente nas universidades, nos colégios, nas ruas muito mais do que nós. Então, esta audiência tem esse objetivo.

É claro que hoje é um dia especial. Vocês sabem que todas as centrais sindicais e confederações estão, neste momento, coordenando uma grande paralisação nacional, a qual incentivamos desde o primeiro momento, como incentivamos o movimento da juventude. Os informes que recebo aqui pelo celular, naturalmente, já demonstra, por exemplo, que no meu Estado do Rio

Grande do Sul as estradas estão paradas, os ônibus não circulam, caminhões não circulam, metrô não circula, nas BRs, há movimentos de trabalhadores e trabalhadoras pedindo que todos façam o movimento de protesto em conjunto sem nenhum tipo de quebra-quebra ou de violência.

Acho também que as bandeiras que as centrais e confederações colocaram neste momento são importantes. A bandeira nº 1 é o fim do fator previdenciário. Vocês sabem o quanto isso prejudica os trabalhadores do nosso País. A bandeira nº 2, à qual se somam e também defendem, é a redução de jornada de 44 para 40 horas semanais. A bandeira nº 3 – não é esta ordem, apenas estou aqui listando – é a luta para mais investimento na educação, mais investimento na saúde, e a questão do transporte, que iniciou este grande debate e esta grande mobilização em nível nacional.

Claro que eles colocam também a questão dos aposentados, o fim do voto secreto. O importante, como as ruas mostraram, é que se eu aqui listasse 100 bandeiras ou 100 propostas, seriam poucas ainda, e, naturalmente, o movimento sindical teve que iniciar com algumas.

Tanto eu como a Senadora Ana Rita estamos aqui para ouvi-los, e, claro, que vamos interagir na fala dos senhores e das senhoras.

Já convido a Thânisia Marcella Alves Cruz. A Senadora vai ter que sair, e você vai sentar no meu lugar e eu vou para o lugar dela. Então, seja bem-vinda, Thânisia Marcella Alves Cruz, que é uma liderança do Movimento Negro de Brasília.

Senadora Ana Rita, agradecemos, desde já, a sua presença conosco, sei que voltará dentro do possível, e vamos, de imediato, passar a palavra aos nossos convidados.

Quero também comunicar a todos os nossos convidados que, neste momento, vocês estão falando, no mínimo, para milhões de brasileiros. Estamos, ao vivo, pela TV Senado, pela Rádio Senado, pela Agência Senado, para todo o Brasil. Então, não se preocupem muito, digo isso aqui com tranquilidade, com a questão do plenário. Como a Senadora colocou muito bem, trabalhamos, ontem, até quase 2h da manhã, numa sessão também histórica, em que inúmeros projetos foram aprovados, após ouvirmos, como dizia Ulysses Guimarães, a voz rouca das ruas. Foram inúmeros projetos aprovados no dia de ontem. E, com certeza, a fala de vocês, aqui, terá uma repercussão em todo o País.

Então, vamos direto agora, aos nossos convidados.

Iniciamos pelo companheiro Murilo Amatneeks. Murilo, que é gaúcho, é lá do meu Rio Grande, companheiro de longas jornadas. Quando eu soube, Muri-

lo, que você seria o indicado a falar aqui em nome da assessoria da Presidência da República, fiquei muito feliz. Você é um quadro da juventude brasileira, e é uma alegria muito grande saber que, neste momento, vai falar em nome da Secretaria Nacional da Juventude na Presidência da República.

De imediato, passo a palavra a você. Vamos dar, de pronto, quinze minutos e, se entenderem que precisam de mais cinco, darei mais cinco para cada um.

Murilo, representando a Secretaria Nacional da Juventude da Presidência da República.

O SR. MURILO AMATNEEKS – De imediato, agradeço à Senadora Ana Rita, Presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado, e ao Senador Paulo Paim, meu companheiro gaúcho, pelo convite em nome da Secretaria Nacional da Juventude da Presidência da República, na figura da nossa Secretária Severine Macedo, e do Ministro Chefe da Secretaria Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho.

É uma enorme satisfação estar nesta Casa, uma Casa que contém uma série de vitórias da juventude brasileira: muitos de nós estivemos aqui, em 2010, quando inserimos na reta final ali do mandato do Presidente Lula o termo “juventude” na Constituição brasileira, através da PEC da Juventude. Mais recentemente – e aí esses dois Senadores que citei tiveram um papel fundamental –, aprovamos, nesta Casa, o Estatuto da Juventude, através de um amplo diálogo com a juventude brasileira, com os movimentos juvenis organizados. Acho importante salientar esse fato importante. Aprovamos, na última terça-feira, depois de muito tempo, após nove anos de tramitação, o Estatuto da Juventude no plenário da Câmara dos Deputados pela segunda vez, e importantes registros foram feitos naquele plenário. A atuação desses Senadores... o Senador Paulo Paim, que apresentou Substitutivo que, na verdade, hoje, representa grande parte do texto que está no Estatuto, e foi amplamente aprovado pelos Deputados que o analisaram durante a terça-feira.

Com certeza, isso representa um fato político histórico para a juventude brasileira, que reconhecemos como uma carta de direitos desta nova geração, o que não significa que tenhamos conquistado tudo o que é devido para a juventude brasileira, que tenhamos resolvido os problemas da juventude brasileira, pelo contrário, ali estão colocadas as diretrizes que os nossos governantes, que o nosso Poder Público deve seguir, que a sociedade deve se orientar para o próximo período, e temos certeza de que, após a sanção da Presidenta Dilma, que deve acontecer em breve, vai-se tornar um importante instrumento de luta, acima de tudo. Nós todos que estamos no Governo ou no movimento, que temos atuação política, uma opinião

política na sociedade, sabemos que as nossas lutas são cotidianas, são históricas. E não são somente nossas, são lutas coletivas de muitos que já passaram pelos movimentos sociais, muitos que já lutaram e que, inclusive, deram suas vidas para conquistar o que conquistamos hoje, e terem instrumentos que são frutos de conquistas, mesmo que ainda pontuais, mesmo que parte de um processo, representa muito para as gerações que estão vindo aí.

Então, ser convidado para falar sobre as recentes manifestações, sobre este momento político que o Brasil vive à luz da recente aprovação do Estatuto, à luz das conquistas que o Brasil vem tendo neste último período, é muito importante e é um orgulho para esta nossa geração. Falo pessoalmente aqui que, para quem cresceu na luta política dos movimentos estudantis, dos movimentos sociais, na juventude no meio urbano ou no meio rural, historicamente, essa geração ouviu muito que as gerações anteriores eram as gerações de luta, de conquistas, que lutaram pela democracia. Isso é verdade e é fundamental. O Senador Paim mesmo é reconhecido no meu Estado por ser uma liderança do movimento sindical, histórica, porque boa parte das conquistas que temos e a luta por mais que acontece no meu Estado é fruto também da participação dele. Entretanto, essa geração pós “Fora, Collor”, que ainda era muito pequena, era muito criança, que foi muito questionada, do ponto de vista de uma certa alienação digital, da falta de presença em espaços políticos importantes e participação, isso que está acontecendo agora, em primeira instância, numa primeira observação, é uma mostra de que isso não é verdadeiro. A democracia brasileira, que foi conquistada com muito suor, está sendo aperfeiçoada, não é um fim nela mesma, é um movimento constante de renovação, e essa geração pela primeira vez, de uma forma muito mais ampla, começa a dar o seu recado.

E o Governo brasileiro, através, principalmente, da Secretaria-Geral da Presidência, de início, tem tentado, fez um movimento forte de tentar absolver todas essas demandas, compreender o caráter das manifestações.

E acho que uma questão importante a ser registrada é que, em nenhum momento, tentamos, pelo Governo brasileiro, fazer qualquer tipo de interpretação que pudesse soar equivocada da pauta política dos movimentos, da origem dessas demandas. É fundamental, e muitos inclusive falaram, que esse é o primeiro governo, a Presidenta Dilma é a primeira estadista que tenta ouvir e que inclusive apresenta uma resposta à demanda das ruas, parte para um diálogo importante. Isso tem sido reconhecido internacionalmente.

Na Secretaria-Geral e junto com a Secretaria de Juventude, somos a primeira instância pública dos go-

vernos do País a receber os movimentos que estavam nas ruas nesse período, que foram os companheiros e companheiras que protestaram na abertura da Copa das Confederações. O Gabriel, inclusive, estava lá e foi recebido também, numa tentativa de estabelecer prontamente um diálogo, que isso parte do princípio histórico daqueles e daquelas que hoje estão no Governo Federal que muito também já fizeram manifestações.

O primeiro princípio de poder dialogar com os movimentos, reconhecer e trabalhá-los como legítimos. Foi esta a primeira expressão que a Presidenta Dilma utilizou: saber separar aqueles que são militantes de causas sociais e de demandas fundamentais para o desenvolvimento do País daqueles que não estavam lá para fazer qualquer tipo de demanda e, sim, para aproveitar o momento político de pedido de mudanças para tentar transformar aquilo que era uma causa positiva em causa negativa.

Houve uma série de registros de abuso, de exageros de parte de manifestantes, mas é importante ser dito que isso não justifica muito da repressão policial que aconteceu, da repressão institucional que aconteceu e que sabemos que, como aconteceu em São Paulo, foi parte importante para fazer com que mais manifestantes saíssem às ruas.

(*Soa a campanha.*)

O SR. MURILO AMATNEEKS – Em relação ao estabelecimento de diálogo, esse processo é fundamental para nós e foi isso que aconteceu. Ao considerarmos legítimos esses movimentos, nós fazemos uma avaliação de que, num primeiro momento, vemos grande parte da imprensa procurando entender, a imprensa internacional perguntando por que acontece isso no Brasil, na terra do Presidente Lula, que nós tanto invejamos, como disse o *El País*, naquele que tem os melhores índices de desenvolvimento recente, daquele governo que tem atuado na questão social com muita força. E nós sabemos que, nas manifestações que havia e que vêm acontecendo, fazendo uma avaliação simplista, não há cartazes dizendo que é preciso urgentemente mais empregos, que é preciso mais vagas em universidades, que é preciso ter melhores oportunidades para os jovens se inserirem no mercado de trabalho. Essas são questões importantes que fazem parte de todas as demandas dos jovens brasileiros ainda, entretanto não é mais a agenda central. Nós temos conquistado uma série de avanços na área social e os jovens brasileiros têm sido protagonistas nessas mudanças, têm sido um público altamente impactado pelo novo modelo de desenvolvimento que o ex-Presidente Lula e a Presidenta Dilma têm tentado implementar no País.

Enquanto a Espanha mesmo chega a índice de mais de 50% de desemprego entre os jovens, no Brasil nós conseguimos, em 10 anos, reduzir de 23% para 12%. Sabemos que esse número de desemprego juvenil ainda é três vezes maior do que a taxa de desemprego no País, o que mostra que continuam sendo os jovens, por exemplo, um público importante das políticas que temos de continuar desempenhando.

Em síntese, essas manifestações que os jovens, que a juventude brasileira, organizada ela ou não, apresentou no último período, construiu um mês de junho importante de lutas, são por mais e melhores políticas. Nós temos uma agenda importante no País hoje, entretanto temos muitos jovens que agora – várias pesquisas mostraram – estão saindo às ruas pela primeira vez. São jovens para os quais esse representa o primeiro contato com a política mais específica. Jovens que não têm uma recordação mais concreta do que foram os anos de neoliberalismo, do que foram as faixas pedindo por emprego urgente, do que foram as faixas nas ruas pedindo o *impeachment* de um Presidente por um grande escândalo de corrupção, por confisco da poupança da população brasileira, do que foram os anos de dependência internacional, as faixas de “Fora FMI”, que não vemos mais nas ruas hoje. Então, não há uma comparação imediata. Ela não é vista porque, de fato, muitos que ali estão têm uma idade muito recente, que não conseguiram participar desse último período, não conhecem os anos 90 de uma forma mais crítica. Isso não é nenhum demérito; pelo contrário, é um movimento que deve ser compreendido e entendido por nossa parte.

Isso faz com que muitos daqueles que saíram da linha da pobreza, nessa agenda de mais de 40 milhões de pessoas que deixaram as classes mais pobres e conseguiram ter acesso a novos serviços, possam demandar mais e melhores políticas. É isso que, na nossa compreensão, se fôssemos simplificar, nós entendemos que é a causa central dos movimentos que estão acontecendo. Mais e melhores políticas, mais acesso aos serviços públicos e esses serviços com qualidade. Há um consenso aí, por exemplo, de que o tema do transporte é, digamos assim, a primeira questão que fez estourar todas as manifestações, que deu esse caldo maior e também há um consenso por parte de todos os gestores públicos de que a atual situação do transporte brasileiro, as condições que não só os jovens como o trabalhador, como as pessoas que utilizam o transporte coletivo é muito, muito ruim.

A nossa agenda de inclusão das pessoas passa a sofrer agora uma grande chacoalhada – usando um termo mais tranquilo –, porque não basta ter somente uma grande agenda de inclusão social e, sim, tra-

balharmos em uma grande agenda de qualidade dos nossos serviços públicos.

Essa é a que nós avaliamos que seria uma pauta importante, a demanda central do que tem acontecido nessas manifestações, com um público muito novo – em parte, não –, mas grande parte saindo às ruas pela primeira vez. As pesquisas, inclusive, mostraram que não há mais um predomínio dos estudantes, como jovens que organizam os movimentos. Ainda há um centro e uma importância política fundamental na luta, na disputa dos rumos dos movimentos, mas não é composto somente por estudantes, hegemonicamente, como os caras-pintadas, o “Fora Collor” naquele período.

Há um conjunto de jovens que o Poder Público e os institutos de pesquisa tentam compreender que são aqueles jovens que nem estudam nem trabalham e que por n motivos – são mais de 5 milhões de brasileiros e brasileiras – grande parte está indo às ruas, mas nem por isso deixam de acessar os serviços públicos, nem por isso têm menos direito ou condições de questionar a qualidade dos serviços que temos no País hoje.

Então, em síntese, para nós continuarmos o debate aqui, a Secretaria Nacional de Juventude, da Secretaria-Geral da Presidência, dentro dessa agenda de respostas do Governo, de uma ação mais efetiva, de uma nova agenda política para tentar responder aos anseios imediatos da população, mas dentro – isso é importante dizer – de uma agenda que já vem acontecendo há quase dez anos de desenvolvimento no País, de inversão de prioridades no âmbito das políticas públicas, tem apresentado, através principalmente dos cinco pactos que a Presidenta Dilma apresentou nas últimas semanas, uma série de agendas que podem ser importantes e que tentam responder em parte, mas sabem que não são a resposta completa dessas manifestações, pelo contrário, mas que tentam atuar em questões que são fundamentais e nas quais o Governo brasileiro pode ter uma resposta mais efetiva.

A primeira delas, obviamente, foi o transporte público. Sabemos que já havia um movimento, já havia desoneração dos tributos por parte do Governo brasileiro para tentar contribuir com a redução das tarifas, mas mesmo assim isso não responde a um conjunto das demandas que o Movimento Passe Livre, por exemplo, ou os movimentos de luta pela redução das tarifas nos Municípios colocaram. Vale lembrar, por exemplo, temos o tema do passe livre, por mais que seja de certa forma um tabu na gestão pública, nós vemos isso como uma forma muito tranquila. É resolução aprovada nas duas conferências nacionais de juventude que a Secretaria Nacional de Juventude organizou em 2008 e 2011. Sabemos que essa não é uma luta nova, é uma demanda histórica do Move-

mento Juvenil. Sempre trabalhamos essa demanda à medida do quanto é possível trabalhar, isso em resultados concretos.

Sabemos que existe um conjunto de experiências nos Estados, que contribuem ou trabalham com essa agenda. Acho que a atuação do movimento como o primeiro movimento foi fundamental nesse período, conquistando iniciativas de passe livre, que ainda não são totais. O próprio Governador Tarso Genro anunciou a criação de um passe livre estudantil, no Rio Grande do Sul, e, segundo a informação que temos, cerca de 200 mil jovens terão passe livre de forma intermunicipal para quem estuda em outro Município, em regiões metropolitanas.

Então, essa é uma agenda fundamental que temos trabalhado e reconhece, acima de tudo. Mas, sobretudo, há um movimento muito claro, para concluir, de anseio por participação, de anseio de estar representado, por não se ver representado, obviamente, nas instituições atuais. Sabemos que muitos jovens têm participado da política de uma forma mais organizada, mas a representação é muito pequena, é muito pequeno o índice de jovens que se candidatam e é muito menor ainda o índice daqueles que conseguem se eleger. É uma disputa política muito desigual.

Nós sabemos que os canais de comunicação no Governo, tradicionais, como as conferências, que trabalham e reconhecem os movimentos organizados não são suficientes para atender a essa demanda, para estabelecer um canal de diálogo mais concreto.

Por fim, eu acho que esse é um papel que a Secretaria Nacional de Juventude tem tentado desempenhar a partir, principalmente, do anúncio da Presidenta Dilma, após uma reunião com vários movimentos juvenis tradicionais, como a Juventude Sindical Rural, os jovens do Movimento Estudantil, a União Nacional dos Estudantes, a Juventude do MST, da CUT; através de uma reunião com eles e com novos movimentos, como ela recebeu o Movimento Passe Livre, como a Marcha das Vadias, um conjunto de outros movimentos que apresentam uma lógica muito mais horizontal de se organizar.

A partir do reconhecimento desses movimentos, ela anunciou a criação de um observatório participativo, aquilo que nós, a princípio, estamos chamando de participatório, um instrumento que possa ser um canal do Governo para atender, para ouvir e receber demandas dos jovens para estimular debates que sejam completamente integrados às redes sociais, sem ter qualquer papel de substituir outra rede social, mas que possa ter um canal mais dinâmico de comunicação digital, inclusive estabelecendo processos de consulta pública, instrumentos que já vem dando certo como o

próprio e-Cidadania aqui do Congresso Nacional. Ou seja, um instrumento do Governo para a juventude brasileira pode opinar e poder, também, cobrar os resultados daquelas demandas que vem apresentando de uma forma mais efetiva. Sim, esse é um tema difícil. Procurei apresentar um pouco da posição do Governo brasileiro, em especial, da Secretaria Nacional de Juventude.

Temos muito a fazer, uma nova agenda política com a qual a gente já vem trabalhando e que a gente não quer deixar que ela seja trabalhada, especialmente o enfrentamento à mortalidade dos jovens da periferia, em especial a juventude negra, que é uma agenda central, hoje, da Secretaria, através do Plano Juventude Viva, uma ação que articula mais de dez Ministérios através de ações nos 132 Municípios onde mais acontecem as mortes dos jovens negros; a agenda da Juventude Rural, geração de emprego e renda no campo, os equipamentos públicos de juventude nos nossos Municípios.

Ou seja, nós temos uma agenda importante que a gente tem tratado no último período e que nós queremos, a partir dessas manifestações, ter maior caldo para poder implementá-las com mais força. Porque nós temos certeza de que as manifestações só confirmam que a juventude brasileira tem um potencial fundamental de mobilização e que a agenda social brasileira está no caminho certo. A diferença é que ela precisa acontecer de uma forma mais rápida e muito mais eficiente.

É isso. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Murilo, que aqui falou em nome da Secretaria Nacional da Juventude, da Presidência da República.

Informamos, mais uma vez, que nós estamos ao vivo, pela TV Senado, pela Rádio Senado, pela Agência do Senado, falando para todo o Brasil. Informamos, também, que a audiência pública está aberta à participação popular. Por telefone, basta ligar gratuitamente, Alô Senado, telefone 0800-612211; pela Internet, os interessados podem enviar perguntas e comentários para Alô Senado *on-line*, ou, ainda, debater o tema dentro do Portal e-Cidadania. E, naturalmente, teremos pessoas que estarão respondendo a todos.

Informo que me chegou aqui:

Situação da greve no Rio Grande do Sul. Nenhum ônibus de Porto Alegre, Viamão, Cachoeirinha, Gravatá, Alvorada e outras cidades da região metropolitana está funcionando. O acesso à rodoviária de Porto Alegre está totalmente bloqueado. Militantes ocupam a ponte do Guaíba, BR-290.

Trensurb, operação interrompida às 7h30. Rodovias bloqueadas: BR-116, Caxias do Sul, km 144,

146, 150 e 151; BR-285, São Borja, ponte internacional Brasil-Argentina bloqueada; BR-293, Pinheiro Machado, km 108, Capão do Leão, km 15, bloqueada, Rio Grande, km 2 e 8.

Esses são alguns informes, já que hoje é um dia especial. A Câmara de Vereadores está ocupada, em Porto Alegre – outra informação. E nos chega também que essa paralisação pega jovens, pega idosos, pega trabalhadores porque há uma pauta comum, que é o fim do fator, reajuste dos aposentados, saúde, educação. Os companheiros do movimento MST também estão fazendo uma grande mobilização, e unifica todas as centrais.

Para aqueles que estão assistindo à TV Senado, este é um debate das manifestações no País. É claro que todos poderão falar do que aconteceu nesse período do mês de junho e julho e como poderá continuar acontecendo, como também aquilo que está acontecendo hoje no País. Depois de a Mesa falar, nós vamos abrir para que o Plenário também possa fazer perguntas ou expressar seu ponto de vista.

Então, de imediato, vamos para Gabriel Santo Elias, que é um líder do Movimento Passe Livre. Tenho o cuidado de chamar de “um” líder. Se a gente aqui tiver a ousadia de dizer que convidou o líder, sabemos que isso dá problema. Ele é um militante da causa, é uma liderança reconhecida, como existem outros tantos líderes do Movimento Passe Livre.

Gabriel, seja bem-vindo. A palavra está com você.

O SR. GABRIEL SANTOS ELIAS – Obrigado, Senador. Quero agradecer, também, à Senadora Ana Rita pelo convite, pela abertura do espaço na Comissão. Cumprimento, também, os outros membros da Mesa.

Quero começar falando sobre o Movimento Passe Livre. Como o Senador falou, um dos princípios basilares do Movimento Passe Livre é a horizontalidade. Na verdade, a gente chega a dizer, Senador, que o movimento não tem líderes. Todos nós buscamos que todos sejam militantes de forma igual, inclusive exercendo e exercitando a capacidade de liderança de todos, sempre.

O Movimento Passe Livre existe há cerca de dez anos quase. Já fez grandes mobilizações em Florianópolis, em Salvador, aqui no Distrito Federal, onde houve um grande ciclo de mobilizações. Foi muito importante para nós. Aqui, no Distrito Federal, já conquistamos através das lutas, através da luta nas ruas, o passe livre estudantil. Foi uma conquista do Movimento Passe Livre. O gigante acordou agora, mas nós, já através dessa mesma mobilização, dessa mesma estratégia de ir para as ruas, de valorizar o espaço das ruas para conquistar nossos avanços, inclusive os avanços ins-

tucionais, aqui, no Distrito Federal, já conquistamos, utilizando esse método.

Então, para nós, é muito bom que isso esteja acontecendo de forma mais ampla, na verdade, no Brasil.

O Movimento Passe Livre se organiza de forma federativa. Então, sou militante do Movimento Passe Livre aqui no Distrito Federal. É uma organização nacional, existe em mais de dez cidades hoje, só que eu não falo pelo Movimento Passe Livre de São Paulo. O Movimento Passe Livre de São Paulo, que fez as mobilizações em São Paulo, tem as posições do movimento de São Paulo. Nós fazemos parte do mesmo movimento, temos princípios basilares comuns, mas eu deixo claro aqui que as manifestações de São Paulo, que tiveram maior repercussão e tiveram maior protagonismo, inclusive do MPL de São Paulo, eu não estou falando por eles, então, isso é importante deixar claro.

Como o objetivo é fazer uma análise a partir dos olhares da juventude, eu não vou limitar minha fala à defesa do nosso projeto, que é a tarifa zero, quero aproveitar para fazer uma análise que foi mediada com o movimento, foi mediada com outros movimentos, inclusive toda essa produção de análise sobre o que está acontecendo no Brasil tem acontecido no *site*, que é o *tarifazero.org* – quem quiser acessar pode acessar, a gente está fazendo análises importantes lá. Esse processo, como o próprio Murilo falou, é muito novo, então, há uma dificuldade para nós mesmos militantes de compreendermos, ao longo do processo, o que está acontecendo. É tudo uma tentativa de síntese.

Eu quero fazer a minha análise focando em como essas mobilizações representam uma luta mais geral pelo direito à cidade. Com essa análise, eu quero focar em alguns pontos, inicialmente os pontos que iniciaram, que foi a luta contra o aumento de passagem e a luta questionando a realização, a forma como foi realizada a Copa das Confederações e será realizada a Copa do Mundo no Brasil; a repressão policial e a luta pelo direito à rua, a rua como espaço de política; a Internet como um espaço de mobilização, autoconvocação das massas e mediação com a realidade, mediação com o espaço da rua; e, especialmente, a rua como criadora de possibilidades.

Então, uma das sínteses que esse processo de mobilização colocou, por exemplo, que para nós foi muito importante foi a conclusão de que a tarifa zero é possível, por exemplo, coisa que há poucos meses era impensável.

Como eu disse, essas manifestações começaram com dois principais focos lá em São Paulo, uma luta contra o aumento de tarifa, essa luta está ligada a uma frustração de expectativas também, que está

diretamente relacionada às mobilizações contra a Copa, porque, uma das principais promessas que a realização da Copa no Brasil trouxe foi infraestrutura urbana, especialmente obras de mobilidade urbana.

Boa parte dessas obras – VLT, VLP, corredores exclusivos – aqui no Distrito Federal, pelo menos, não aconteceram. Aqui, no Distrito Federal, prometeram um VLT, que não aconteceu, prometeram vários projetos que, até agora, não aconteceram, e, além dessa frustração de expectativas, há, também, uma crítica ao conceito. Ou seja, vamos melhorar obra de infraestrutura? Vamos, mas vamos melhorar para quem? Adianta melhorar obra de infraestrutura se, com o aumento de passagens, restringe o número de usuários ou restringe a população que utiliza esses serviços?

Dados do Ipea, que fez um estudo, se eu não me engano, no ano passado, sobre transporte público no Brasil, já dizia que 30% dos 20% mais pobres das regiões metropolitanas no Brasil não têm acesso a transporte público. Ou seja, se, numa situação como essa, ainda se aumenta em R\$0,20 a passagem, você está excluindo mais ainda a população. E isso, numa região metropolitana, ou seja, em grandes cidades, é impensável, porque são pessoas que não têm acesso a trabalho, não têm acesso a serviço público de qualidade, não tem acesso a vários outros benefícios que a cidade grande traz que, na verdade, a pessoa está excluída do direito à cidade.

Então, a luta pela mobilidade urbana é uma luta pelo direito à cidade, é uma luta por usufruir de serviços públicos, é uma luta pelo trabalho, porque essas pessoas que não têm dinheiro, não têm recursos sequer para pagar a passagem de ônibus, não têm sequer como procurar emprego.

Então, a vida dessas pessoas está extremamente limitada.

Então, além de uma crítica à forma como está sendo realizada a gestão das cidades no Brasil hoje, há uma crítica do conceito que foi utilizado para mobilidade urbana. Não adianta melhorar a infraestrutura, ou seja, melhorar a infraestrutura, melhorar o serviço é fundamental, mas é fundamental, também, repensar a forma como nós estamos vendo o transporte público no Brasil.

Transporte público, nós defendemos e é o que tem crescido com essas mobilizações, transporte público não é uma mercadoria, é um direito que deve ser garantido a toda a população, e é por isso que a tarifa zero é um direito, é uma pauta fundamental para todos nós.

Na quinta-feira, houve uma grande manifestação do Movimento Passe Livre em São Paulo, que teve uma repressão policial inimaginável, que era inimaginável. Eu lembro que a *Folha de S. Paulo*, se eu não me engano,

publicou de manhã, no Editorial, exigindo que a Polícia retomasse a Av. Paulista para os paulistanos, e aí, à noite, uma jornalista deles levou uma bala de borracha no olho, quase ficou cega. Na sexta-feira seguinte, aqui, nós fizemos uma manifestação, pelo Comitê Popular da Copa, criticando a forma como estava sendo realizada. No dia seguinte ia ser a abertura da Copa das Confederações. À noite, militantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto que participaram do protesto foram presos, por queima de pneus. Começou uma perseguição pública a mim, na mídia, com o Secretário de Segurança e depois com o próprio Governador, o Agnelo Queiroz, mencionando que eu estava sendo procurado por participar do protesto e por ter envolvimento com atos ilícitos.

Esse tipo de repressão, como o Murilo mencionou bem, teve um papel importante para que depois houvesse um aumento na mobilização em São Paulo e em outras cidades. É bom mencionar, também, que esse protesto aqui em Brasília foi o primeiro protesto no Brasil que expandia a pauta para outras pautas que não exclusivamente mobilidade urbana. Isso somado à repressão policial que ocorreu teve o efeito, também, de ampliar... Na verdade, essa repressão teve um efeito de que a classe média assumisse a defesa do direito à rua, a defesa do direito a protestar.

Então, a classe média se identificou com a pauta, foi para as ruas junto com os estudantes que em São Paulo lutavam contra o aumento – eu falo de São Paulo, porque foi o caso mais emblemático, mas nós sabemos que no Rio de Janeiro, no Rio Grande do Sul, em Goiânia também obtivemos vitórias, em cidades do Nordeste, em várias cidades estava ocorrendo essa luta, e em várias cidades também –, contra a repressão policial, contra a forma como o Estado estava vendo as manifestações. A população foi às ruas, também, pelo próprio direito a protestar. E isso teve um efeito de que, muitas vezes, o protesto foi pelo próprio protesto.

Então, houve uma ampliação da pauta, que antes era focada em mobilidade urbana e a questão da Copa, para outras pautas que, apesar de ter sido muito criticado pela esquerda, como houve essa ampliação, por setores da esquerda, eu acredito que teve um foco, especialmente, em questões muito importantes: a reforma política, a crítica à corrupção, que fica, muitas vezes, aberta e sem foco. Se desembocada numa pauta pela reforma política, que mude essa forma como a política institucional tem utilizado do que o Marcos Nobre de peemedebismo, que é essa agregação de várias forças através de uma pauta que, muitas vezes, fica conservadora, ela pode trazer avanços importantes à sociedade.

Um outro grande foco das manifestações foi a mídia. A mídia chamou muito a atenção para como as manifestações estavam tratando os partidos políticos, mas esqueceu que carros de redes de televisão estavam sendo queimados nas manifestações. Milhares de pessoas, eu vi isso aqui em Brasília, estavam gritando “Fora Rede Globo”.

Então, é importante ressaltar que há uma necessidade, há uma urgência da democratização dos meios de comunicação e isso estava nas manifestações também. Isso é importante reconhecer.

A pauta por melhoria de serviços públicos, educação e saúde, especialmente. É bom perceber que boa parte dessas pessoas que foi às manifestações está, também, insatisfeita com a forma com que o Estado está lidando com os serviços públicos, porque percebe que, por mais que a renda da população tenha aumentado em geral e a desigualdade tenha diminuído, boa parte dessa população, especialmente a nova classe trabalhadora – como eu prefiro chamar, acho melhor do que nova classe média – está insatisfeita com o serviço público que está recebendo, mas está insatisfeita, também, quando consegue renda suficiente para contratar o seu serviço privado de saúde e percebe que é caro e ruim, tanto quanto tem sido o serviço público, e exige, agora, que o serviço público seja bom, porque seguir só pela disputa pelo serviço privado não adianta.

Então, existe agora – é isso que a esquerda deve propor para essa nova classe trabalhadora – uma defesa de serviço público de qualidade, gratuito e de qualidade. Isso é fundamental.

Outro ponto que a gente percebe nessas manifestações é o papel da Internet. Com a ampliação das pautas e com a ampliação, inclusive, de vários novos atores nas ruas, a Internet passou a ter um papel primordial, que é o papel da autoconvocação. Isso mostra que tanto as ruas devem ser disputadas como as redes sociais também devem ser disputadas. A pauta política das redes sociais devem ser disputadas.

Muita gente chocou-se com os cartazes defendendo a redução da maioria penal nas manifestações, mas isso está na rede e a gente já tinha visto em vários lugares. Isso tem que ser disputado e temos que colocar a pauta da esquerda em todos os espaços.

Essa autoconvocação das massas – que, muitas vezes, em outras cidades e, especialmente, aqui no Distrito Federal, pareceu uma novidade grande – teve também uma criação de líderes pela mídia. Tanto uma criação de líderes pela mídia, quanto um enquadramento da mídia para colocar a pauta que a própria mídia defendia nas manifestações.

Um ponto que quero ressaltar é como é importante que os movimentos sociais tenham voltado a ocupar as ruas. A rua é o espaço fundamental dos movimentos sociais. O movimento social não existe sem rua. Se o movimento social sai do espaço público de encontro, que é a rua nas cidades, ele perde sua própria essência. Se o movimento social coloca, preferencialmente, sua forma de atuação em gabinetes, nas instituições, ele perde sua própria essência, porque perde o espaço de encontro.

(*Soa a campanha.*)

O SR. GABRIEL SANTOS ELIAS – É fundamental que o movimento social valorize o espaço da rua. Por isso que acredito que é muito positivo que essas várias pessoas tenham ido para as ruas, porque as ruas criam possibilidades que antes eram impensáveis.

Eu falei aqui da tarifa zero, porque há poucos meses participei de uma mesa que estava defendendo a pauta da tarifa zero, a gratuidade da mobilidade urbana para todos nas cidades, e isso era tratado como uma coisa realmente inimaginável, impensável. Era um sonho irrealizável.

Na semana passada, o Ipea soltou um estudo sobre financiamento de transporte público, em que não chega a mencionar a tarifa zero, mas deixa bem claro que é possível financiar a tarifa zero através de uma série de formas de tributação, que não do próprio usuário. Em vez de colocar a importância na tarifa, como é feito hoje no Brasil, deve-se pautar, dar maior importância aos subsídios públicos para o transporte público, porque esse é um direito fundamental. E deixa claro que a resposta é política. Ou seja, toda a questão que era colocada sobre a tarifa zero, que era impossível porque não teria como ser paga, deixa bem claro que, na verdade, basta uma decisão política da sociedade a respeito do que é prioridade: pagar trilhões da dívida pública ou garantir o acesso à cidade, o direito à cidade para as pessoas que hoje não têm esse acesso garantido.

Então, a análise fundamental que quero tirar disso é justamente como a rua é importante para arejar a política na sociedade e que os movimentos sociais devem dar mais importância para a rua como o Movimento Passe Livre tem dado recentemente.

É isso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Queria, neste momento, antes de passar para a Thânisia, cumprimentar os dois primeiros painelistas, tanto o Murilo quanto o Gabriel.

Quem está vendo essa audiência pública e pensa que a juventude brasileira estava alienada, como foi comentado, se engana muito. Vejam a qualidade de ambos aqui na intervenção, e com muita tranquilidade.

Quero dizer que a Comissão de Direitos Humanos está totalmente aberta. Falo aqui em nome da Senadora Ana Rita. Não consigo entender nem admitir que o Gabriel, por exemplo, possa ser perseguido ou sei lá o que inventaram aí... O Gabriel tem aqui a total solidariedade desta Comissão. Tenho certeza de que é de toda esta Mesa e tenho certeza de que é do Congresso Nacional. A sua exposição é uma exposição qualificada, tranquila.

Muita gente pensava que a juventude brasileira estava no computador brincando com os bonequinhos. Coisa nenhuma! Estavam se informando, via redes, via Internet, com o Brasil e com o mundo, o que mostra a qualidade dessas duas primeiras intervenções, que sei que vão continuar na mesma linha.

Mas, enfim, você que está assistindo à TV Senado ou está ouvindo a Rádio Senado e quiser fazer comentário e pergunta, pode fazê-lo através de: página Senado, acesso www.senado.gov.br; clicar em e-Cidadania ou em Audiência Pública ou em Participe; clicar CDH e abrirá ao vivo; e, enfim, clicar em Seu Comentário. Depois, esse material, que eles mandarão, vamos distribuir para vocês também. No fim, vamos ter o debate, quando o Plenário vai participar também.

Vamos passar a palavra, agora, a Thânisia Marcella Alves Cruz, uma liderança do Movimento Negro de Brasília, estudante da UnB. E foi a criadora da campanha “A Cor da Marcha”.

É com você agora, Thânisia. Olha a sua responsabilidade. Eu encho a bola dos dois e você entra seguida. É como eu fiz nas Diretas Já. Falou o Brizola e depois me colocaram para falar em nome do movimento sindical. Eu disse: E agora, Dr. Brizola, o que eu falo? Ele deu risada e disse: “Vai lá, que você vai se sair bem”.

Então, fique tranquila que você está em casa, falando com o Brasil somente.

A SR^a THÂNISIA MARCELLA ALVES CRUZ – Obrigada.

Primeiramente, quero falar bom dia e agradecer o convite.

Meu nome é Thânisia Marcella Alves Cruz, tenho 21 anos, nasci, cresci e moro na Ceilândia. Estudo Letras-Francês na Universidade de Brasília. Componho, junto com outros ativistas negros, a campanha “A Cor da Marcha” e represento a luta contra o genocídio da juventude negra.

A campanha “A Cor da Marcha” surgiu baseada no contexto de manifestações nacionais. Várias pessoas negras têm-se feito presentes nas manifestações públicas das últimas semanas no Distrito Federal. Ainda que uma articulação política negra não tenha sido o principal elemento impulsionador, nossa presença

tem sido, sobretudo, pela afirmação do nosso *status* de cidadãos.

Como de costume, entre as ações convocadas pelas demais organizações e movimentos, poucos foram os momentos em que a problematização do racismo e das desigualdades raciais foi feita. Mais uma vez, o que se viu foi a afirmação dos sujeitos políticos brancos, sejam dentro das manifestações, sejam nos discursos produzidos pelos veículos de comunicação a respeito.

Diante desse fato, nós consideramos a urgência de uma articulação para fazer frente à tentativa de apagamento dos sujeitos políticos negros e se posicionar contra os usos oportunistas e antidemocráticos das manifestações populares.

Realizamos uma reunião no dia 23 de junho de 2013 e definimos as linhas gerais da campanha “A Cor da Marcha”. O objetivo da campanha é garantir a incorporação da agenda do combate ao racismo nas assembleias populares, nas manifestações de rua e nos documentos construídos coletivamente, bem como promover o fortalecimento dos debates sobre as desigualdades nos diferentes espaços, onde as discussões políticas têm acontecido, a exemplo das escolas, de grupos de amigos, organizações de movimentos sociais, rádios comunitárias e redes sociais.

Basicamente, o grupo produziu uma estratégia de ação baseada naquilo que já conhecemos. Daí surgiram algumas pautas. E das pautas o grupo criou alguns textos, que são os nossos documentos oficiais, para distribuir para o público nas redes sociais e aonde quer que a gente vá.

As principais pautas são: pelo fortalecimento de políticas públicas para a população negra; pela aprovação da PEC do Trabalho Escravo; pelo respeito à liberdade religiosa; e também em repúdio à atual configuração da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados.

Dentro da pauta de fortalecimento de políticas para a população negra, temos algumas demandas: definição e ampliação de fontes de financiamento para as políticas de promoção da igualdade racial, desde o que é estabelecido pelo Poder Legislativo até os encaminhamentos dados pelo Poder Executivo; incorporação dos dados sobre raça e cor na formulação e nas estratégias de distribuição de recursos em todas as políticas de assistência social, a exemplo do Plano Brasil sem Miséria, Programa Bolsa Família e do Programa Minha Casa, Minha Vida; definição e implantação de políticas de ação afirmativa e de acesso ao serviço público; implementação da Lei nº 10.639, de 2003, com metas, prazos e monitoramento efetivo pelo Governo Federal, estadual, municipal e instituições de

ensino superior em franco diálogo com as organizações de movimento negro; fortalecimento institucional da política nacional de saúde integral da população negra dentro do Ministério da Saúde, nas Secretarias de Saúde dos Estados e Municípios, por meio da garantia de financiamento para ações de sensibilização e formação de profissionais; acompanhamento de indicadores e proposição de metas à rede SUS; fortalecimento do Plano de Prevenção à Violência contra a Juventude Negra, o Juventude Viva, de modo a combater o extermínio desse segmento da população e se chegar a uma reformulação das práticas de segurança pública existentes no Brasil; fortalecimento institucional da agenda de diversidade cultural brasileira, no Ministério da Cultura, com ênfase nas variadas expressões artísticas e abordagens críticas produzidas por negros e negras; titulação das mais de 1.800 comunidades quilombolas já certificadas, acompanhadas da certificação e posterior titulação das demais comunidades levantadas pelo Incra, que, juntas, totalizam cerca de 3 mil em todo o País; fortalecimento institucional da agenda contra as intolerâncias religiosas, geracional, territorial, a homofobia, o sexismo e, mais uma vez, o racismo nas Secretarias de Direitos Humanos, Secretarias de Políticas Públicas para Mulheres e no Ministério da Justiça.

Dentro da pauta pela aprovação da PEC do Trabalho Escravo, a PEC nº 57-A, de 1999, as nossas demandas são: o fim definitivo do trabalho escravo e o combate ao racismo dentro do mercado de trabalho.

Dentro do pedido de respeito à liberdade religiosa, as nossas demandas são: a criação de um plano nacional de combate à intolerância religiosa; o reconhecimento de todas as comunidades de terreiro como patrimônio cultural para que possam ser resguardadas pela legislação pertinente; a criação de uma campanha de cadastramento das e dos sacerdotes afrorreligiosos, indígenas, no Regime Geral de Previdência Social, na qualidade de ministros religiosos, visando a garantir o direito da aposentadoria a essas pessoas, bem como outros benefícios da seguridade social.

Dentro da nossa nota de repúdio à atual configuração da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, a nossa fala é em repúdio às práticas políticas que permitiram a entrega da Comissão de Direitos Humanos e Minorias a um grupo tão conservador, apoiamos e legitimamos a Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos Humanos e manifestamos o nosso apoio à campanha “Fora Feliciano”.

Em resumo, o que temos a dizer é que o objetivo da campanha é demonstrar que o movimento negro está nas ruas, sim; que, em Brasília, existe, sim, um movimento negro; e que estamos a fim, sim, de articu-

lar com os outros movimentos sociais as nossas demandas para não esvaziar e não deslegitimar a luta do movimento negro brasileiro em toda a sua totalidade desde quando ele surgiu no Brasil.

E é isso! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Thânisia.

Não me leve a mal, mas que idade você tem, Thânisia?

A SR^a THÂNISIA MARCELLA ALVES CRUZ – Vinte e um.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É uma jovem de 21 anos que fez uma bela exposição e que, mais uma vez, mostra a força e a potência da juventude brasileira.

A Thânisia Marcella Alves Cruz, estudante da UNB, foi a criadora da campanha “A Cor da Marcha” e é uma – não diria ativista – liderança do movimento negro. Embora aqui quase ninguém goste que eu os chame de líderes, eu fico na linha de que todos somos líderes, inclusive os milhares e milhões de pessoas que foram às ruas.

Já está conosco aqui o Senador Eduardo Suplicy. Seja bem-vindo, meu Senador, que é exemplo. Estivemos na linha de frente, aqui no Senado, daquele grupo que sempre apoiou o movimento de rua. Como foi muito bem dito aqui pelo Gabriel: o papel do movimento é estar nas ruas, e foi a mesma linha também usada pelo Murilo e pela Thânisia.

Agora, vamos ouvir o Nicolas, porque, depois, vamos passar para o Senador Suplicy e para o Plenário.

O Nicolas Powidayko é Presidente do Diretório Central Estudantil Honestino Guimarães, da UnB.

Mais uma vez, informo que, depois de falar o Nicolas, nós vamos também começar a passar algumas perguntas à Mesa. Eu só vou ler aqui, mas depois eu vou passar para a Mesa.

Vou ler algumas perguntas que foram selecionadas, porque não dá para ler todas; e não é por censura, é por quantidade. Às vezes uma pergunta engloba praticamente um bloco de perguntas.

Por exemplo, um cidadão pergunta: “Qual a total organização do Movimento do Passe Livre e a real participação partidária desse movimento. Se há uma rejeição às entidades partidárias ou não.” Eu já vou deixar na mão do Gabriel.

Em outra pergunta, o cidadão diz: “Assistindo à audiência pública, no dia de hoje sobre as manifestações populares, considero relevante acrescentar a informação de que, em seu Município, um cidadão declarou greve de fome pela adoção do voto facultativo e exigindo eleições avulsas. O manifestante entende que não há democracia ou cidadania com o voto obrigatório

e que a taxa paga pelo eleitor por não votar está-se tornando mais um imposto.” Diz ainda que: “Recente pesquisa constatou que 80% dos brasileiros rejeitam os partidos políticos [ele diz que não tem essa posição] e, portanto, o tema tem que ser debatido mais amplamente.”

Eu só digo, de pronto, a ele que esse debate está lançado aqui no Congresso Nacional. Eu mesmo apresentei, em 2005 ainda, um projeto de lei que permite a candidatura avulsa. Isso não é nada contra partidos; é uma opção que já existe na Itália, nos Estados Unidos, em inúmeros outros países.

Esta pergunta também depois eu vou deixar à disposição da Mesa.

Esta, que é direta do Passe Livre, eu passei aqui para o Gabriel, que vai responder no momento adequado.

E, por fim, mais uma pergunta que deixo no ar. O cidadão pergunta quando será votada a LDO.

E a segunda pergunta, enfim, para mim: “E aí, Paim, vota ou não vota o fim do fator?”

Agora que as centrais pegaram – e eu sei que o movimento de rua também pegou –, é a bandeira nº 1. É o fim do fator, já te respondo, porque eu acredito que, agora, vai, porque eu sou daqueles também que acreditam que os palácios de Brasília, Congresso, Judiciário e Executivo, só funcionam se ouvirem o tocar ou a batida dos tambores nas ruas. Como a batida está-se ouvindo pela juventude e por todos os segmentos, eu acredito que, agora, nós chegaremos ao entendimento na questão do fator previdenciário.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex^a não quer esperar a Mesa?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – É que eu acabo de ser informado que o Ministro Paulo Bernardo iniciou o depoimento na Comissão de Relações Exteriores, e eu tenho a responsabilidade, como membro titular, de estar lá.

Eu queria informar que eu espero voltar aqui para continuar o diálogo, se me permite a Presidência.

Vou doar aos cinco representantes uma cópia do meu livro sobre renda de cidadania e aos demais a cartilha sobre a renda básica de cidadania, porque avalio que isso é parte também do diálogo que gostaria de ter com todos os jovens aqui presentes.

Quero muito, mas preciso estar lá...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Volte, volte, eu estou lhe aguardando aqui.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu voltarei. Então, peço licença.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Senador Eduardo Suplicy só informou a nós todos que tem um compromisso numa outra Comissão. Deixa o seu livro a cada um dos convidados e voltará para participar do debate.

Uma salva de palmas para o nosso Senador. (Palmas.)

De imediato passamos a palavra ao Nicolas Powidayko, que é Presidente do Diretório Central Estudantil Honestino Guimarães, da UnB.

O SR. NICOLAS POWIDAYKO – Bom dia a todos e todas. Primeiramente gostaria de cumprimentar e agradecer ao Senador Paim pela oportunidade e não somente agradecer pelo convite, como também pela atuação clara que vem tendo no Senado, com bandeiras claras e uma atuação muito proativa. Então, cumprimento-lhe e agradeço por isso.

Gostaria de agradecer aos presentes, gostaria de cumprimentar o povo brasileiro que está assistindo e os outros colegas aqui da Mesa. Fico muito feliz e contente por estar aqui hoje.

Fico contente e muito feliz por estar aqui hoje não somente pela importância do evento, mas pela importância dos movimentos, pela importância da causa, pela importância da juventude estar indo às ruas manifestar e exigir novos direitos e novas ações. Também fico muito contente de estarmos vindo aqui a convite de um Parlamentar, porque não estar vindo aqui, o poder público não está indo nos buscar na nossa casa – não é Gabriel? – que é um exemplo disso, estamos vindo pela porta da frente como membros da sociedade civil e aqui estamos tentando fazer o diálogo.

Ao tocar nesse ponto do Gabriel, que é um ponto muito claro, temos que reafirmar nossos valores, nossos princípios e nossas convicções, principalmente na liberdade. O nome da nossa gestão do diretório é “Gestão Aliança pela Liberdade”, porque um dos fundamentos principais que temos com os indivíduos é a liberdade de se poder manifestar, a liberdade de se criar e a liberdade de você poder neste País crescer e trabalhar sem medo e sem anseios em relação à sua orientação sexual, cor da sua pele, classe social. Então, assim, antes de tudo, as manifestações são um anseio por liberdade e por representatividade.

Uma outra consideração que gostaria de fazer é em relação à minha própria posição aqui nesta Mesa. Os palestrantes, os expositores que me precederam deixaram claro – e aqui saliento essa clareza – que aqui não somos lideranças do movimento, que não somos representantes do movimento, que somos meros militantes que atuaram em diversos momentos, em diversos graus, nas ruas, fomos às ruas e que aqui estamos trazendo uma perspectiva da juventude em

relação a isso, mas não somos donos da rua e não almejamos falar em nome do povo brasileiro.

Dito isso, gostaria de iniciar a minha fala contando duas breves histórias, Senador. A primeira história é a do meu avô, um senhor de 85 anos, de cabelos grisalhos, que, apesar de nunca ter finalizado o ensino fundamental, é uma das pessoas mais sábias que conheço.

O meu avô é filho de imigrantes ucranianos e ele veio para o Brasil com base em uma promessa, a promessa de que aqui neste País, na América Latina, você poderia trabalhar, desenvolver-se, crescer sem medo ou preconceito de onde venha. O meu avô é uma pessoa que, agora, no final da vida, é muito grato pelo que este País deu a ele, a seus filhos e netos. Meu avô viu a ditadura surgir e viu o povo brasileiro sair mais unido desse processo do que estava antes, reafirmado na democracia em nossas instituições. Meu avô viu este País, que é maravilhoso, combater e, finalmente, pela primeira vez, tirar um Presidente que não estava representado pelas suas instituições e pela força do povo e pela força da voz. Meu avô viu o fim da inflação, que era um grande problema de concentração de renda, onde os mais pobres acabavam pagando porque não podiam se proteger. Meu avô viu um metalúrgico subir à Presidência da República e viu essas instituições e a desigualdade de renda cair neste País. E, principalmente, meu avô viu, por meio da educação e de muito sacrifício, muitas horas de trabalho sem poder ver seus filhos e netos, ascenderem na vida por meio da educação. Meu avô é muito grato por tudo o que o País viu. E é nessa perspectiva que gostaria de trazer a lição dele, da experiência dele, é de que, por mais que ele se sinta insatisfeito de pagar 40% de carga tributária, e mesmo não tendo serviços públicos de qualidade e por isso ele se solidariza com as manifestações, ele é muito grato pelo que este País fez por ele.

Essa experiência, Senador, é muito diferente da experiência da juventude brasileira, principalmente aqueles que nasceram no início da década de 90. Por isso, vou trazer uma outra história, vou trazer a história do Hanz, que é um menino que conheci nas minhas atividades do diretório, que veio para UnB do interior do Maranhão, que estudou, que conseguiu ir para escola por meio dos programas de transferência de renda, que permitiram que ele pudesse ir para escola, que incentivaram os pais a irem para escola.

O Hanz veio para UnB, conseguiu passar com base numa outra promessa também, a promessa de que a universidade iria possibilitar que ele e os filhos dele tivessem uma vida melhor do que os pais dele no interior do Maranhão, do que o pai dele que é analfabeto, da mãe que trabalha e vende bolo para poder

pagar uma parte das contas na universidade. Porque a assistência estudantil, que ele está tentando conseguir – mas ainda não conseguiu –, não é de modo algum suficiente para permitir que ele tenha uma educação pública universitária de qualidade.

O Hanz foi pela primeira vez numa manifestação, nessa onda de manifestações. O Hanz foi chamado pelo Facebook, essa nova ferramenta que estamos tendo de comunicação, foi para a manifestação com outros anseios, com vários anseios e acredita que as instituições precisam mudar e precisam representar mais a população. Acho que é uma outra lição que precisamos ter.

A pergunta que me faço disso tudo, que é uma pergunta basilar nessa discussão é: por que esses jovens foram às ruas, por que nós fomos às ruas? Não somente jovens, Senador, porque a minha tia-avó, que mora lá no interior do Paraná, compartilhou no Facebook dela alguns pontos em relação às manifestações. Por que isso está agregando tanto, por que as pessoas estão se levantando, pessoas de classes sociais diferentes, de idades diferentes, pessoas de orientação sexual diferente? Por que elas estão manifestando e quais os motivos que levam a essa situação.

Uma lição que tiramos dessa questão – e aí retomo a minha fala inicial – é que meu avô, que cito novamente, sempre viveu num país que se dizia o país do futuro e, agora, no fim da vida dele, ele percebeu que o futuro finalmente chegou e que o progresso está chegando neste País, que o progresso é presente. No entanto, o que a juventude, na minha opinião, está clamando, está pedindo, é que essa promessa volte.

Estamos crescendo, estamos distribuindo renda, mas ainda faltam muitas promessas para continuar, promessas de jovens que querem entrar na faculdade, mas talvez não consigam, porque as escolas públicas não conseguem prover essa educação de qualidade, jovens que às vezes têm que trabalhar, para pode se sustentar, enquanto fazem os estudos deles e que não têm a mínima condição de passar duas horas para ir e outras duas para voltar para casa, porque eles não conseguem pagar o aluguel num lugar perto da faculdade, eles precisam morar na periferia. Eles também vão às ruas porque parte dessa promessa é a promessa de se ter uma saúde de qualidade e de você não precisa passar um, dois ou três dias no hospital se tiver um problema de saúde pequeno ou, se você tiver uma doença grave, vai conseguir ser tratado no serviço público brasileiro. Não existe uma só resposta para essa pergunta, não existe de modo algum uma resposta para essa pergunta. São várias bandeiras, várias bandeiras que instigaram os jovens brasileiros a irem às ruas.

Quando esse movimento nasceu, nasceu com base na campanha do transporte, da mobilidade urbana, mas ela logo se expandiu. E, como o Gabriel colocou aqui, brilhantemente, de início houve alguma reação a essa expansão de pautas. Mas, se a gente está partindo do pressuposto de que, em vários lugares do País, foram mais de 200 mil pessoas – aqui mesmo, em Brasília, quase 50 mil pessoas foram para as ruas –, você não pode ter, de modo algum, a sua bandeira, porque não é só uma bandeira que agrega todas essas pessoas, não é só uma bandeira ou só uma pauta que vai colocar todas essas pessoas juntas para protestar, manifestar e exigir os seus direitos. Então, essa miscelânea das bandeiras é algo extremamente importante que temos que trazer para esta Mesa.

E, quando a gente está pensando em políticas públicas que possam ser originadas em relação a essa onda de manifestações, a gente tem que dar prioridade, principalmente, na minha opinião, Senador, àqueles que precisam mais e, em segundo lugar, àqueles que estão em maior volume, que são aquelas bandeiras que agregam mais as pessoas. Essa é uma contribuição que eu gostaria de fazer.

E quais são as partes dessas bandeiras? Eu já mencionei a questão da educação. E, sobre educação, eu gostaria de fazer uma primeira consideração em relação, por exemplo, aos 10% do PIB para a educação, só salientando que nem como indivíduo e muito menos como entidade a gente vai ser contra um tipo de medida dessa, de modo algum. Essa é a minha opinião. O que eu gostaria de trazer é, talvez, uma falta de clareza naquilo que está se pedindo. Por que não 9%? Por que 10%? Por que não 12% ou 15%, que seria mais, para trazer um argumento maior?

Outro ponto em relação a isso é que as pessoas não estão só protestando porque elas gostariam de ter maiores recursos para a educação. É porque elas querem uma educação de qualidade. Elas associam que para ter uma educação de qualidade você precisa de maior recurso. Concordo em alguma medida, mas, Senador, um ponto que é necessário frisar é que tem que ter uma melhora na gestão pública, em todas as esferas: na saúde, na educação, na infraestrutura e em outros locais. Não adianta a gente colocar um aporte bilionário de recursos, que estão sendo pagos para o contribuinte brasileiro, se uma melhora na gestão pública, em todas as esferas – aqui saliento –, em todos os Estados, em todos os Municípios, não puder ser efetivada, porque só colocar dinheiro não vai resolver o problema da educação, não vai resolver o problema da saúde e não vai resolver o problema da mobilidade social no nosso País. É necessário melhorar a gestão pública para ter esses resultados.

Outras bandeiras também que são essenciais nesse processo... Já salientei a questão da mobilidade e a questão da saúde. Outro ponto é o da representação das instituições. Um dos motivos muito claro por que as pessoas foram às ruas é porque, em certas medidas, elas não se sentiam representadas pelas esferas públicas existentes, Senador. E aquela pesquisa na qual cerca de 90% da população não se sente representada por partidos ou por políticos sintetiza esse anseio de representatividade.

Em um encontro anterior sobre essas outras manifestações, o que salientei é que, se a gente pudesse – um Parlamentar havia nos chamado para uma conversa e perguntou: “Na minha época, a gente tinha muita clareza. A gente queria combater a ditadura. Existia essa palavra: ditadura militar. Era por isso que a gente estava nas ruas. Era para isso que a gente estava lutando.” E ele disse: “São muitas pautas. Será que não há uma palavra que vai unir isso?” Eu tentei fazer essa conexão e trago a insatisfação, a insatisfação de vários níveis da sociedade, de vários grupos. Esses pontos sintetizam essa insatisfação generalizada da população brasileira com a situação atual e com o serviço público atual.

O último ponto que gostaria de salientar em relação às bandeiras, e aqui digo por formação, porque estudo Ciências Econômicas, é que, nos últimos anos, a gente está tendo um progresso muito grande. O salário mínimo vem aumentando, o que dá enormes possibilidades para uma parcela enorme da população brasileira. Enfim, seria falta de humildade nossa querer resumir em uma ou duas linhas.

Essa grande mudança de patamar, Senador, em que as pessoas estão podendo comprar novas aquisições, ter uma vida melhor, financiar e dar para seus filhos uma vida melhor, esse tipo de política pode ser comprometida se a gente não pensar também na esfera econômica, no aumento da produtividade do salário brasileiro, porque, se você tem um aumento do salário mínimo sem uma contrapartida na produtividade, isso esgota. E, se a gente pensar em um jovem – vou citar um exemplo; peço desculpas –, como no caso do Hans, negro, vindo do interior do Maranhão, que não tinha perspectivas nenhuma e, agora, tem perspectivas, ele quer ter um horizonte para poder planejar a sua família, dar um futuro melhor para os seus filhos e, talvez, uma infância diferente da que ele teve. E, para isso, a gente precisa ter uma economia mais pujante e um setor produtivo que vá agregar as pessoas e aumentar a produtividade dos nossos trabalhadores e trabalhadoras.

Para encerrar a minha fala, eu gostaria de salientar que a juventude brasileira quer mudança, Senador.

Ela está procurando mudança, em várias esferas, em vários níveis. Assim, pessoalmente, eu acredito – e isso a gente já consegue ver – que, de uma maneira ou outra, o coração forte que estava batendo nesse movimento vem se desacelerando, pouco a pouco, em número, mas não em qualidade, de modo algum.

Eu tenho certeza de que, em algum momento, isso vai voltar, possivelmente, talvez, no ano que vem, que é um ano de Copa, um ano de eleição. E os senhores e outros Parlamentares têm uma grande responsabilidade, porque se, por outro lado, essa desaceleração fosse interpretada como motivo para, agora, a gente se acalmar, diminuir as reformas, isso pode voltar com uma força muito intensa. Então, neste momento, a gente precisa de liderança política, a gente precisa de proatividade, uma proatividade, por exemplo, semelhante à do senhor, para que essas mudanças sejam implementadas no Congresso Nacional, no Senado e na Câmara dos Deputados, para que, no ano que vem, a gente possa estar se mobilizando e indo às ruas por outras causas, por outros problemas, porque os nossos representantes já conseguiram, em certa medida, resolver e antecipar a inquietude da juventude brasileira.

Por fim, eu gostaria de fazer uma crítica quando muitos interpretam essas estatísticas em relação a partido ou em relação a políticos como algo, enfim, que não deveríamos ter partidos políticos públicos ou órgãos do gênero. Eu acho que não é essa a questão, porque a gente conquistou o pluralismo democrático, a pluralidade de partidos a duras custas, com muita luta. E é muito perigoso você imaginar um futuro no qual a gente não tenha um movimento sem partidos, porque isso pode, inclusive, gerar um movimento puxado por líderes ou heróis. E não é esse tipo de democracia que a gente está precisando.

Finalizo a minha fala agradecendo aos presentes, agradecendo às pessoas que a nós estão assistindo em casa, agradecendo ao senhor. E, sinceramente, pessoalmente, como entidade, nós esperamos que o Congresso Nacional, o Poder Público possa implementar essas mudanças que a juventude brasileira tanto anseia e retomar essa promessa, que, uma vez, nos foi feita e pela qual a gente luta, de que o Brasil deve ser aquele país em que, se você quer trabalhar, não vai importar de onde venha, a cor da sua pele, a sua orientação sexual, porque aqui é um País sem preconceito, onde a juventude brasileira vai poder atingir novos patamares e dar um futuro melhor para os seus filhos e filhas.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)
– Esse foi o Nicolas Powidayko, Presidente do Diretório Central dos Estudantes Honestino Guimarães, da UnB.

Deixe-me só passar informações à população; nessa linha que você falou. Eu tenho percebido também isso. Toda a juventude de que tenho ouvido falar, e aqui, nesta Mesa, ouvi, o que eles dizem é o seguinte: não é que nós somos apartidários, que nós somos contra partidos. Nós não queremos que os partidos tomem conta do movimento. É um movimento que surge das ruas.

E há uma pesquisa DataSenado aqui, que me foi passada agora, feita no período das manifestações populares, de 4 a 25 de junho, que registra o seguinte crescimento de interesse pela política: um percentual de 73,6 dos entrevistados avaliou que o Congresso Nacional é importante para a democracia. Forma de governo, diz aqui que é a melhor opção para 78,8% dos ouvidos na pesquisa.

Então, ninguém tem dúvida de que praticamente 80% dos brasileiros, por essa pesquisa, têm clara a importância da democracia, a importância da liberdade, a importância do próprio Congresso Nacional. Se há de serem feitas alterações em si, que seja deste ou daquele político que tenha má conduta – estou eu aqui, claro, comentando agora.

Também a maioria dos entrevistados, 73,4% entende que as instituições são úteis, e podem, sim, ajudar a amenizar as maiores preocupações dos brasileiros, que são, na ordem: segurança, saúde, corrupção e educação.

A pesquisa DataSenado ouviu pelo telefone 1.226 pessoas maiores de 16 anos em todo o Brasil. Entre os pesquisados, 52,3% e 53,1% avaliam de forma positiva ou regular o desempenho das missões constitucionais. E aí vai.

Enfim, para mim aqui o importante é que a pesquisa mostra que os brasileiros sabem que o melhor sistema é o processo democrático, e por isso é que eles estão fazendo os movimentos nas ruas. Eu sou daqueles que dizem que ditadura nunca mais. Porque naquele tempo, sim, se um jovem saísse às ruas, fizesse uma manifestação, aí, sim, esse não voltava para casa. Ou era preso ou até era assassinado. Mas a pesquisa eu vou deixar depois à disposição de todos os convidados.

Chegou uma série de perguntas aqui, uma pilha de perguntas, eu diria, e eu vou fazê-las no final. Vou deixar que todos falem e depois eu vou fazendo as perguntas e vocês vão livremente respondendo. Farei todas que aqui chegaram à minha mesa.

Vamos agora ao Alessandro Melchior, Presidente do Conselho Nacional de Juventude (Conjuve).

O SR. ALESSANDRO MELCHIOR – Senador Paulo Paim, bom dia. Bom dia ao Plenário; às pessoas que acompanham a audiência pela Rádio Senado,

Agência Senado e pela TV Senado neste momento; e também às que acompanham pela Internet.

De imediato, eu queria fazer um agradecimento, Senador, em nome do Conselho Nacional de Juventude. O Conselho Nacional de Juventude é um órgão composto por mais de 70 organizações nacionais de juventude e órgãos públicos também. Pela aprovação do Estatuto da Juventude no Senado, em abril, e agora, a aprovação dele na Câmara, reforçar esse agradecimento do Conselho Nacional de Juventude. A gente sabe o papel importante que o senhor teve, deixar registrado também o papel da Senadora Ana Rita; agradecer a assessoria do Senador Wellington Dias, aqui na pessoa da Eunice; a assessoria da Senadora Lídice da Mata, que foram muito importantes para a aprovação do Estatuto da Juventude, o qual vinha sendo discutido há dez anos pelo Congresso Nacional e já adiantava uma série de direitos que as ruas apresentavam como demandas nas últimas manifestações.

Direito à cidade; direito à mobilidade urbana, que agora a imprensa marrom descobre que são novos direitos, mas a gente não defende como novos direitos, a gente discute isso desde a I Conferência Nacional de Juventude, em 2008, e no Estatuto da Juventude, desde 2003, na Comissão Especial de Juventude da Câmara dos Deputados, que apresentou o Estatuto da Juventude e o Plano Nacional de Juventude. Então, esses já eram temas que constam nesses projetos de lei.

O Estatuto vai agora para sanção da Presidenta Dilma Rousseff e a gente acha que o Estatuto materializa boa parte das demandas que as ruas têm apresentado.

De início, eu pensei em tratar das manifestações a partir de alguns eixos de temas que foram apresentados nessas manifestações e nos atos que mobilizaram o País agora em junho e julho.

A questão do transporte público. O MPL fez uma apresentação importante e aí é preciso identificar porque esse foi o estopim das manifestações nas ruas. Hoje, o tempo passado e as horas passadas em ônibus e metrô, principalmente nos grandes centros urbanos, constituem-se nos momentos mais infelizes do dia de boa parte da população brasileira. Ou seja, mais do que o trabalho, que paga pouco para a população apenas sobreviver, o tempo que as pessoas passam no transporte público hoje é um tempo de infelicidade.

E aí por que isso? Se a gente pensar – eu vou pegar o caso de São Paulo, fazendo um resgate histórico – nos nossos grandes centros, se a gente pegar o exemplo de São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Belo Horizonte, Porto Alegre, são cidades maiores do que as grandes metrópoles do mundo e muito menos desenvolvidas. Pegar o histórico da transição campo-

-cidade, do êxodo rural, que é um problema histórico que a gente acompanha desde a década de 50, 60; que tirou a população rural do campo; tirou a população do campo e colocou a população na cidade sem preparar os Municípios e sem um planejamento urbano que pudesse receber essa população, inclusive do ponto de vista da mobilidade urbana, isso foi agravado na década de 80, com o que a gente costumou chamar, preferiu chamar de bônus demográfico.

Ou seja, em que pese a transição de uma parte considerável da população saindo do campo e indo para as cidades a partir da década de 50, e a ausência de planejamento público para pensar em como receber essa parte da população, na década de 80, com o aumento exponencial do número de jovens em relação ao total da população, que a Organização das Nações Unidas procurou chamar naquele período de bônus demográfico, no Brasil constituiu-se um ônus demográfico, pela ausência de planejamento, pela ausência de políticas públicas.

Hoje, qual é a situação que a gente tem com relação a esse êxodo rural de juventude? É que o êxodo rural continua em relação à população geral. Especificamente em relação à juventude, 50% a mais do que o restante da população das demais faixas etárias sai do campo em direção à cidade. Ou seja, enquanto continua o êxodo rural pela ausência de condições de permanência no campo, a juventude sai mais do campo em direção às cidades.

E sai para qual lugar das cidades? Sai para a periferia, onde não há equipamentos públicos, onde não há equipamentos públicos de esporte, lazer, cultura ou uso do tempo livre, e também não há transporte público. Então isso demanda essa lotação dos transportes públicos nos grandes centros e esse foi o estopim das manifestações que aconteceram principalmente em São Paulo.

Por exemplo, em São Paulo, se a gente pegar o valor da tarifa anterior do metrô, de R\$3,00; se a gente considerar um trecho de ida mais um trecho de volta de metrô apenas – e aí eu estou sendo muito otimista nessa consideração, porque as pessoas, em geral, pegam quatro conduções; eu estou falando só de um trecho –, isso dá R\$6,00 por dia no valor anterior. Considerando que o valor do salário mínimo diário é em torno de R\$22,00, é quase um terço do valor do salário mínimo gasto com o transporte público que as pessoas deixam.

E aí, ao contrário de outros serviços públicos ou outros direitos sociais, o transporte público é majoritariamente financiado a partir da tarifa individual, em que a população arca com a quase totalidade do valor desse transporte. Assim, esse é um primeiro elemento.

Em relação ao problema do transporte público. Em São Paulo, como eu citei, as linhas do metrô têm em torno de 90km. Isso, se a gente pegar todas as linhas de metrô do Brasil, não chega ao sistema de metrô da cidade de Londres, por exemplo. E aí, na planificação do metrô, isso apontava que, na década de 90, São Paulo deveria ter 400km de linha de metrô construídas. Na década de 90. Hoje a gente não tem 100km construídos, e isso é uma vergonha.

A discussão disso é uma demanda importante. Abrir, realizar uma CPI; discutir qual é o processo que resultou nesse não cumprimento do planejamento, da planificação do metrô no Estado de São Paulo é um elemento importante.

Em segundo lugar, um tema considerado muito importante para a juventude brasileira, e que se materializou, é a repressão da Polícia Militar em todos os Estados. Especialmente nessas manifestações, esse foi um elemento importante, foi um eixo central que norteou as manifestações recentes.

E aí quero novamente pegar o exemplo do Estado de São Paulo por quê? Porque a Polícia Militar é considerada, no Brasil, como a que mais viola direitos humanos, especialmente os da juventude. O fato de a Polícia Militar constantemente reprimir de forma violenta as várias manifestações, seja de trabalhadores, de professores, de sindicalistas, de vários outros movimentos sociais, não nos pode levar a deixar de lado o fato de que a Polícia Militar é a que mais viola direitos da juventude brasileira.

A gente tem em torno de 20 mil assassinatos de jovens negros no Brasil e é possível afirmar que o órgão que mais assassina jovens no Brasil individualmente é a Polícia Militar. E aí eu quero referenciar novamente a Polícia Militar de São Paulo, porque foi a que serviu de gatilho para outros manifestos e outros atos no Brasil.

Então, naquela quinta-feira, 13 de junho, se não me engano, foi quando aconteceu aquele ato de repressão extremamente violento da Polícia Militar de São Paulo. Naquele momento, algumas manifestações eram realizadas, se não me engano, em Porto Alegre, Rio de Janeiro, mais uma ou outra cidade do Brasil, e, a partir daquele momento, aquilo ampliou o potencial de realização das manifestações. Eu sou do interior de São Paulo, participei de alguns atos em vários Estados, então não só no Rio de Janeiro e em São Paulo. Acompanhei em Brasília, mas em algumas cidades do interior também. Então, a partir daquela quinta-feira, 13 de junho, os atos que começaram a surgir, surgiram naquela sexta-feira, sábado, domingo e na segunda-feira, em apoio aos manifestantes que foram reprimidos de forma violenta pela Polícia Militar

de São Paulo. Esse é um elemento importante que a gente gostaria de trazer.

No Estado de São Paulo foram presos cerca de 250 a 300 pessoas por formação de quadrilha, foram indiciados por formação de quadrilha. No último levantamento que eu acompanhei existiam em torno de 1000 a 1500 pessoas que foram indiciadas nos protestos no Brasil. Isso foi no início da semana passada; ou seja, esse número deve ter aumentado nos últimos dias, o que mostra esse caráter de repressão e de conservadorismo do organismo que é a Polícia Militar. Isso traz, de imediato, a necessidade de discutir a desmilitarização da Polícia, que é uma recomendação que, inclusive, a Organização das Nações Unidas já fez ao Governo brasileiro e é um tabu que a gente se recusa a discutir. E aí quando eu digo que a gente se recusa a discutir, não é só no nível do Poder Executivo, mas também no nível do Poder Legislativo. É importante que o Senado e que a Câmara dos Deputados possam aprofundar esse debate em torno da desmilitarização das polícias.

E um outro tema que eu gostaria de trazer em relação ainda à repressão das manifestações é o que foi chamado de vandalismo dos manifestantes e da população que participou das manifestações. Eu fiz um texto há pouco tempo para o Congresso em Foco, para o *site* Congresso em Foco, justamente criticando o que a gente chama de vandalismo de Estado, porque a gente sabe que boa parte das pessoas que causavam os tumultos nas manifestações não eram manifestantes. Eram policiais, civis ou militares infiltrados ou criminosos, aproveitando as manifestações para saquear. E isso, inclusive, Senador Paim, entrou no discurso do Governo Federal, entrou no discurso do Senado. Chamar as manifestações ou apresentar as manifestações como exemplo de vandalismo foi algo muito colocado no início dos atos pela imprensa marrom, também pelo Governo Federal, por vários governos de Estados. E a gente considera que mais vandalismo do que os policiais militares e civis infiltrados nas manifestações é o vandalismo dos bancos, é o vandalismo da imprensa marrom, é o vandalismo do conservadorismo que permeia as instituições brasileiras.

Então, é importante ressignificar esse termo que a gente chama de vandalismo. Para a gente, vândalo é o Estado que reprime a juventude. E justamente por isso, a gente anunciou, na reunião com a Presidenta Dilma, há duas semanas, que o Conselho Nacional de Juventude está elaborando um relatório das violações aos direitos humanos ocorridas nas manifestações. A gente pretende apresentar e aprovar esse relatório na nossa próxima reunião. E aí já conversamos com a Senadora Ana Rita, Presidente desta Comissão, para a realização de uma audiência pública apenas para a

apresentação desse relatório, para discussão desse relatório, porque a gente sabe que os atos de repressão que aconteceram pelo Brasil foram marcados, nas várias capitais, nos vários Estados.

Quero destacar, inclusive, com uma consideração muito negativa, a atitude do Governo do Distrito Federal em investigar os manifestantes. Eu acho que foi uma atitude ditatorial, uma atitude fascista. Eu acho que é importante citar dessa forma. Não se investigam as pessoas que organizam manifestações. Não se aponta e não se mostra à imprensa marrom quem organiza manifestação no Brasil. Isso é um absurdo! Nós dissemos isso. O Conselho Nacional de Juventude apresentou um posicionamento logo em seguida a esse acontecimento no Distrito Federal.

E aí um outro ponto que eu gostaria de trazer e que eu acho que, inclusive, ainda vai ser elemento de muitos estudos, é como as manifestações conseguiram girar as pautas tanto do Governo brasileiro quanto do Parlamento. E aí quando eu digo do Parlamento, não é só do Parlamento em nível nacional, é em nível da União. A gente conseguiu acompanhar, nos últimos dias, um giro de 180 graus - eu não vou ser tão otimista, gente -, talvez 60 graus em relação ao ritmo de trabalho e ao conteúdo da agenda de trabalho do Governo Federal, do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, mas também nas assembleias legislativas, nas câmaras municipais. Eu acho que é um rico produto para o trabalho de sociólogos, da Academia, de pesquisadores identificarem como essas manifestações impactaram a agenda do Congresso Nacional, a agenda da Presidenta Dilma, que recebeu vários movimentos sociais que esperavam por uma audiência desde 2011; recebeu-os nesse processo.

O Senado Federal apresentou uma agenda de prioridades, que não exatamente reflete a demanda das ruas, porque traz alguns pontos, alguns projetos polêmicos. Gostaria de citar que, entre esses projetos, nós pedimos ao Presidente Renan Calheiros, na semana passada - o senhor estava presente -, a retirada de dois projetos, dois temas que são discutidos, hoje, no Senado Federal, e que vão justamente na contramão dos manifestos e dos atos de rua. Um deles são as propostas de emenda à Constituição que tratam da redução da maioria penal.

Ou seja, em um momento em que a juventude vai às ruas pedindo mais direitos, retroceder direitos, como é apresentado nos projetos de emenda à Constituição para reduzir a maioria penal, é um retrocesso gigantesco. E o outro é o PL das drogas, que veio para esta Casa, o PL 37, de origem da Câmara - na Câmara dos Deputados, o PL 7.663, de 2010, do Deputado Osmar Terra - que retrocede em todos os sentidos a

legislação de drogas no Brasil. Retrocede em relação àquilo que a gente tem, retrocede em relação àquilo que a Organização dos Estados Americanos e, inclusive, os Estados Unidos vêm discutindo nos últimos anos, e retrocede em relação àquilo que as ruas têm apontado à medida que boa parte das manifestações que tem mobilizado os jovens tem apresentado uma agenda de liberdades e mudança de valores, inclusive, em relação à descriminalização do uso de drogas. A Marcha da Maconha tem mobilizado muito mais gente do que a marcha do obscurantismo que tem sido realizada, em Brasília, contra a descriminalização das drogas e a descriminalização do aborto.

Então, a gente apresentou, nessa audiência, ao Presidente Renan – e gostaria de reforçar isso nesse momento em que as ruas pedem mais liberdades –, que o Senado Federal retire, archive as propostas de emenda à Constituição que tratam da redução da maioria penal. A Comissão de Constituição e Justiça realizou três audiências públicas para tratar desse tema. Nas três, a gente afirmou que foi um placar de 3 a 0. Inclusive, na última audiência, quem defendia a redução da maioria penal não se pronunciou; e também ...

(Soa a campanha.)

O SR. ALESSANDRO MELCHIOR - ... a retirada, para a discussão com a sociedade, desse PL das drogas, porque isso não pode ser aprovado a toque de caixa, como um projeto emergencial, porque isso não é um projeto emergencial. Mais de 80 organizações nacionais já se pronunciaram contra esse projeto de lei.

Um outro elemento que eu gostaria de trazer e que foi citado na fala do Gabriel, do MPL, é que um dos poucos pontos consensuais das várias manifestações – as manifestações apresentaram uma pauta muito diversificada, ao longo dessas últimas semanas – foi a crítica ao papel da grande imprensa. Inclusive, não só os carros queimados, mas também a Rede Globo de Televisão e outras organizações de TV, outros canais de TV tiveram que tirar o selo de identificação para não serem hostilizados nas manifestações. Isso apresenta dois problemas: o primeiro é que a juventude não se identifica com a forma como as grandes redes de televisão tratam a juventude brasileira ou expressam o que é a juventude brasileira. E isso foi expresso nas ruas. Isso traz ao Senado Federal, ao Governo brasileiro a necessidade de pensar o financiamento e a publicidade a esses grandes meios de comunicação. O Governo brasileiro não pode continuar financiando o fascismo que essas redes de TV, esses órgãos de imprensa continuam perpetuando no Brasil. Isso é feito, inclusive, pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência, que reconcentrou investimentos nesses

grandes meios de comunicação. E trazer de volta o debate da democratização dos meios de comunicação.

É óbvio que eu não estou dizendo que nas manifestações surgiu esse debate dos grandes meios de comunicação. Mas a crítica ao papel e à atuação da grande imprensa surgiu. A forma de garantir que a juventude seja representada na imprensa é democratizar os meios de comunicação, é garantir que as organizações de juventude tenham direito a falar e não apenas as sete famílias que mandam na comunicação no Brasil.

Então, é importante trazer esse debate de volta para o Senado Federal, ocupar a tribuna do Senado. A gente conta com o seu apoio nesse sentido, o apoio dos outros Senadores que representam essa agenda progressista para o Brasil.

E ao mesmo tempo, o tema, o último tema que eu gostaria de trazer é o tema da corrupção, que apareceu em todas as manifestações, a partir de um senso comum. E eu gostaria de reforçar isso, porque dizer que é contra a corrupção todo mundo diz, todo mundo fala. Inclusive, as pessoas que financiam as campanhas para ganhar licitações de forma fraudulenta, no Brasil, dizem que são contra a corrupção. Então, ser contra a corrupção é um senso comum. Todo mundo é contra a corrupção. Agora, atacar a corrupção é fazer uma reforma política que acabe com o financiamento privado de campanha.

A gente sabe que o financiamento privado de campanha é a mãe da corrupção no Brasil, está por trás de todos os casos de corrupção. E a gente precisa avançar em relação a essa agenda que vem sendo apresentada nas ruas. Não dá para fazer uma reforma política que discuta penduricalhos ou perfumaria. Ou seja, a juventude, a sociedade brasileira quando discute reforma política, não discute suplência de Senador, não discute coligação proporcional ou coligação majoritária, mas discute financiamento privado de campanha, renovação geracional, paridade de gênero, para garantir que as mulheres estejam mais representadas ou que outros segmentos da população, que não apenas os homens brancos e heterossexuais, acima de 35 anos, estejam representados nesta Casa.

São agendas importantes que as ruas trazem. A gente tem visualizado que elas têm apresentado uma possibilidade de giro no rumo da política brasileira.

Antes de finalizar, eu só gostaria de resgatar um ponto que diz respeito à tarifa zero. Na reunião com o Presidente Renan Calheiros, a gente reforçou o apoio do Conselho Nacional de Juventude e das organizações de juventudes brasileiras ao projeto do passe livre, inclusive a partir das reivindicações e deliberações das Conferências Nacionais de Juventude. A última Conferência Nacional de Juventude, realizada em 2011,

reforçou como uma das propostas prioritárias o passe livre para a juventude brasileira. Então, nesse sentido, a gente gostaria de fazer uma consideração: as propostas que vêm surgindo em relação ao público-alvo desse direito ao passe livre, que colocam apenas os estudantes como beneficiários desse direito não representam primeiro o que as ruas têm apresentado, e não representam o que a juventude brasileira tem demandado.

Então, na 2ª Conferência Nacional de Juventude, a gente reforçou a necessidade do passe livre como acesso ao direito à mobilidade urbana para o conjunto da juventude brasileira, inclusive a juventude que não estuda e que, portanto, está em condição de vulnerabilidade social muito maior do que os jovens que já estão inseridos no sistema escolar e, então, já estão inseridos em uma esteira de desenvolvimento e de emancipação.

E, também, o projeto não representa a demanda das ruas, na medida em que ele discute o financiamento – e eu estou tratando agora do projeto que tramita agora no Senado – do passe livre a partir dos *royalties* do petróleo. A gente não discute passe livre com subsídio, ou tarifa zero, com subsídio de recursos da saúde, da educação, de outros direitos sociais, para enriquecer as grandes empresas de ônibus. É importante.

A gente reforçou isso na reunião com a Presidenta Dilma e, na semana passada, com o Presidente do Senado, que o financiamento dos direitos sociais... (*Soa a campanha.*)

O SR. ALESSANDRO MELCHIOR – ... da discussão em torno da tarifa zero e dos pactos apresentados seja feita a partir da taxação das grandes fortunas, que alguns estudos já indicam que pode trazer R\$10 bilhões a mais, e do financiamento da renda. Aí, na contramão disso, vão as desonerações que o Governo Federal tem feito, que não chegam à população. Nós criticamos isso. Então, acreditamos que o financiamento do transporte público não deve se dar a partir de desoneração às grandes empresas, nem de subsídio às grandes empresas, mas também não pode se dar com o financiamento à máfia dos transportes no Brasil, que já foi responsável, inclusive, pela morte de um prefeito na cidade de São Paulo. Então, todo mundo que tenta abrir essa caixa preta dos transportes sabe que isso representa uma grande máfia, inclusive, de financiamento de campanhas eleitorais.

Essas são algumas das considerações que a gente gostaria de trazer em relação aos temas que as manifestações apresentaram, dizer que é um momento de oportunidades. A gente não olha as crises institucionais como dificuldades, mas como momentos de oportunidades. Todas as grandes viradas que

a gente teve no Brasil foram em momentos de crise. E aí, reforçando também, no Estado de São Paulo, temos nove rodovias interditadas pelos movimentos sociais, pelas centrais sindicais, pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, em que a juventude se soma a essa luta. A jornada de lutas da juventude brasileira convocou também a participação nesses atos de hoje, do dia 11 de julho, em defesa dessa agenda de mais democracia, mais direitos e mais participação para o povo brasileiro.

E esperamos que o Senado Federal e a Câmara dos Deputados não rebaixem o nível das discussões que as ruas têm apresentado. É um nível elevado de direitos, é um nível elevado de defesa da democracia brasileira, e a gente não pode rebaixar o nível dessas discussões com financiamento às empresas, com mais desonerações, com um projeto de lei de drogas que retrocede ao que a gente tem, com redução da maioridade penal, ou com outros projetos que são penduricalhos, que são perfumaria em relação aos grandes temas que as ruas e que o povo brasileiro tem debatido.

É isso. Obrigado pela oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Alessandro Melchior, Presidente do Conselho Nacional de Juventude.

Olha, estou empolgado com essa audiência. Acho que nós perdemos muito tempo em não ouvir mais a juventude. Olha, meus cumprimentos aqui. Só vou citar o primeiro nome, para dar oportunidade ao Plenário e à pilha de perguntas que eu tenho aqui, e eu vou jogar todas para a Mesa responder.

Meus cumprimentos ao Murilo, que é quem falou pela Secretaria Nacional de Juventude, da Secretaria-Geral da Presidência da República; meus cumprimentos à Thânisia, que é estudante da UnB e lidera... Eles não gostam muito que chamem de líder, mas tenho a mania, ainda, e isso é mania só. Entendi bem a posição de vocês. Vocês entendem que todos são líderes, ou seja, ninguém especificamente é o líder. À Cor da Marcha; ao Gabriel, representante aqui do Movimento Passe Livre em Brasília. É isso, Gabriel? Para não criar nenhum mal entendido. O Nicolas, que é o Presidente do Diretório Honestino Guimarães, da UnB. E, agora, por último, o Alessandro, que é o Presidente do Conselho Nacional de Juventude (Conjuve). Então, meus cumprimentos a todos.

A audiência para mim é tão rica que não vêm todas as perguntas para cá porque não tem como, mas há uma pilha aqui comigo. Mas deixe-me antes, como eu havia me comprometido no início, situar a todos sobre como está o movimento de protesto e greves parciais no País. Só vou citar as cidades.

São Paulo disse que está forte, aí pegam diversas vias. Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Goiás, Alagoas, Pernambuco, Sergipe, Mato Grosso, Piauí e Paraná. Estão chegando aqui à Comissão, pelo nosso sistema de informação. Tenho certeza, aqui eu citei, até o momento, 14 Estados, mas estou convicto de que a ampla maioria dos Estados brasileiros tem algum tipo de manifestação.

Eu vou submeter ao plenário. Se há alguns jovens que queiram no plenário usar a palavra neste momento, fiquem bem à vontade. Se quiserem usar a palavra, falem. Se não quiserem, eu vou encaminhar as perguntas aqui para a Mesa. Alguém do plenário? Tudo bem. Vamos lá. Não há problema. Se quiser, fala; se não quiser, aguarda.

Então, vamos às perguntas que nos chegaram aqui para os nossos convidados. Eu vou lendo uma por uma, e quem quiser responde. Se ninguém quiser responder, eu respondo. Viu? Se ninguém se habilitar, eu respondo.

A primeira que eu tenho aqui – eu não vou escolher nenhuma – é da Abília Regina Alves Altino. Pergunta: “Precisa acabar a corrupção. Se isso não acontecer, cada vez mais vamos protestar e parar o País, até que os resultados venham, para que o Brasil realmente grite ‘ordem e progresso’.” Alguém quer comentar? Se ninguém quiser, eu já respondo.

Está correto o protesto. Eu acho que aqui na Mesa é unânime. Todos nós queremos combater a corrupção. Os protestos são legítimos e devem continuar, a exemplo do dia de hoje, em que está havendo uma grande paralisação no País, com mobilizações, greves parciais, e com este objetivo – combater a corrupção e as bandeiras que eu já citei aqui. São inúmeras bandeiras, como mais investimento em educação, saúde, segurança, a questão mesmo, por exemplo, do fator de 40 horas, e por aí vai. É bem-vindo o seu grito aqui, porque o seu grito é para que o Brasil realmente grite “ordem e progresso”. Então, meus cumprimentos aqui ao primeiro que mandou essa posição, que na verdade não é uma pergunta.

Rodolpho. Total apoio à desmilitarização. É uma vergonha para um Estado que saiu de uma ditadura. Pergunto: alguém quer responder? O Gabriel se habilitou. Fica na sua mão, já pode responder.

O SR. GABRIEL SANTOS ELIAS – Beleza. Eu quero fazer uma fala geral sobre a questão da repressão policial e também atividades de inteligência. Realmente, como eu ressaltai na minha fala, um dos grandes temas colocados nessas manifestações foi o direito ao protesto. E, como eu reafirmei aqui que a rua é o espaço fundamental, o espaço primordial do movimento social, é fundamental que o Estado e todas

as suas instituições garantam o direito ao protesto, o direito à manifestação.

Então, a repressão policial às manifestações é inadmissível, do ponto de vista democrático, e isso deve ser garantido. Por isso, há uma agenda que deve ser levantada pelas instituições, para dar resposta a esse anseio. É uma agenda contra a repressão policial e de controle das atividades de inteligência. Eu acho que temos que acabar com o crime por desacato à autoridade. Isso tem sido utilizado nessas manifestações e, historicamente, como uma estratégia de repressão aos movimentos sociais e, verdadeiramente, abuso da autoridade policial.

Então, em boa parte, eu não consigo imaginar outra forma de utilizar o tipo penal do desacato da autoridade por outra coisa que não seja o abuso de autoridade dos próprios policiais contra os manifestantes. Sobre isso, já há, inclusive, recomendações internacionais para que se acabe com esse tipo penal, e é fundamental que esta Casa e todas as instituições respondam a isso.

A regulamentação de armas menos letais. Não existe essa coisa que chamam de armas não letais. As armas que chamam de não letais, na verdade, matam também e devem ser regulamentadas para que não haja abusos. Então, o uso de Taser, o uso de gás lacrimogêneo, o uso de bala de borracha, todas essas armas que são consideradas menos letais devem ser regulamentadas para que seja evitado, para que seja impedido o abuso no seu uso contra as manifestações que, em geral, são pacíficas e devem ter seu direito de ocorrer.

A desmilitarização da PM, como já foi colocado aqui muito bem, é uma solução que, na verdade, não é uma solução em si; é preciso ver como vai funcionar a Polícia nesse novo formato. Não adianta só dizer que não é militar: tem que mudar a forma como a Polícia se relaciona com a sociedade, criticar e questionar todos os preconceitos institucionais que são colocados na Polícia – preconceitos contra as minorias, preconceitos de classe. Tudo isso tem que ser colocado para que nós realmente refundemos a forma como o Estado lida com a execução penal e com a Polícia, porque é inaceitável que a gente ainda tenha esse resquício autoritário, ditatorial no Brasil que é a Polícia Militar e é como funciona no Brasil.

Por fim, o controle sobre atividades de inteligência. Não dá para ficarmos ainda sabendo pela mídia que somos controlados, que somos investigados como manifestantes, como cidadãos nas nossas atividades políticas. Tivemos notícias de que a Abin, Polícia Federal, Polícias Militares, Polícia Civil aqui no Distrito Federal têm controlado e investigado as atividades

políticas do Movimento Passe Livre e de outras organizações nesses locais. Isso é inaceitável do ponto de vista democrático, do ponto de vista republicano. A gente não pode aceitar esse tipo de comportamento do Estado, e é preciso encontrar uma solução, e não sei como, nem acho que seja meu papel colocar a resposta. Acho que as respostas institucionais devem ser trabalhadas por vocês, e acho que vocês têm que responder a esse anseio que é o controle sobre atividades de inteligência para que não haja abuso para cima dos manifestantes e dos cidadãos.

Essa é uma agenda que não está incluída nos cinco pactos que a Presidenta colocou para responder às manifestações. Foi um ponto omissos. A Presidenta inventou que as manifestações estavam querendo ajuste fiscal, sendo que não vi ninguém falando isso, mas esqueceu que as manifestações exigem o próprio direito de se manifestarem. É fundamental que as instituições, o Congresso e os partidos deem resposta a isso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Muito bem. Mais uma vez o Gabriel, respondendo aqui ao Rodolpho, que disse que é uma vergonha para um Estado que saiu de uma ditadura manter ainda um aparato policial tão forte. É isso que ele está dizendo aqui, e o Gabriel aponta caminhos.

Eu vou acolher todas as sugestões, e nós depois vamos discutir tecnicamente com o corpo da Casa. Certo, Gabriel? Você deu uma sugestão, a Thânisia se inscreveu já para esse mesmo tema; em seguida, o Nicolas.

A SR^a THÂNISIA MARCELLA ALVES CRUZ – A respeito da desmilitarização, o Gabriel aponta muito para o âmbito das manifestações e do abuso que tem sido feito em relação aos manifestantes que estão indo às ruas. Eu vou fazer outro apontamento que é o que acontece em favelas e é o que acontece com a juventude negra.

Acho super relevante o apontamento do Gabriel, porque eu fui às ruas e vi o que aconteceu e vi o que os meus amigos sofreram. Um dos principais objetivos da campanha surgiu dessa visão de que o jovem negro é vulnerável em qualquer espaço. Daí, ele sai da favela para vir se manifestar como cidadão, ele é atingido também. Mas isso é o que passa na TV. Semana passada, a gente teve o que aconteceu na Maré. Sorte que a gente sabe, porque tem coisa que a gente não sabe. Tem gente morrendo de pouco em pouco, e é abuso contra a mulher negra, contra o jovem negro, contra a criança negra. Não tenho nem o que dizer. Acho que deveria ser, sim, trabalhado, e é triste você ouvir um policial dizer que “lugar de peba é na vala”. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

A Thânisia retrata, com muita competência, a violência contra a juventude negra. Que bom que a gente pode ter este espaço aqui – não é, Thânisia? –, para que essas coisas sejam ditas. E o que ela diz é que a maioria dos fatos em que as pessoas são assassinadas não aparece. E que bom que o Senado tem a Comissão de Direitos Humanos. E tudo o que for dito aqui, podem ter certeza, nós vamos olhar com muito carinho e vamos trabalhar no campo do Legislativo e, naturalmente, remeter também para o Executivo e para o próprio Ministério da Justiça.

Eu quero só informar que um cidadão questionou aqui... Primeiro ele elogiou a audiência. Vejam esta pilha que tenho aqui e outras tantas: todos estão elogiando a qualidade dos debatedores. E um cidadão aqui protesta por que nós não estamos em todos os canais. É que as outras Comissões começaram a funcionar, mas nós estamos sendo ouvidos pelo Canal 2. Tanto que as perguntas estão chegando aqui. Então, pelo Canal 2 da TV Senado e também pela Internet, nós continuamos ao vivo para todo o País. E claro que as outras Comissões também estão nos outros canais. Nós aqui no Senado devemos ter oito canais, que cobrem as Comissões. Com isso, eu já respondi a esse companheiro, que diz: “Por que a CDH não está mais em todos os canais?” Ele afirma que ficou preocupado pelo fato de a audiência ser na mesma data escolhida pelas centrais sindicais; se não, segundo ele, a audiência seria ainda muito maior, e as pessoas estariam todas participando, pela importância da audiência. Eu digo a você, com todo o carinho, assumindo sempre as minhas posições ao vivo, que eu fiz questão de que fosse hoje. Já que eu não podia fazer greve, era uma forma de eu interagir com a greve, já que eu tinha de trabalhar aqui no Congresso Nacional, e dar informes sobre como está a greve em todo o País. Para isso, pedi à minha Assessoria que me dissesse como está em cada Estado, para podermos aqui, além de debater o tema com o olhar da juventude sobre as manifestações, comentar as paralisações, que, podem ter certeza absoluta, estou apoiando cem por cento todas elas. Sou daqueles que, como aqui foi dito, “sem a batida do tambor, os palácios de Brasília não ouvem a voz do povo”.

Então, fique tranquilo, meu amigo, que nós estamos fazendo a nossa parte aqui.

E aqui ele acrescenta também que saúde, segurança, educação e toda a temática das manifestações têm que chegar com mais força junto aos Poderes de Brasília. Ele se refere aqui ao Executivo, ao Judiciário e ao próprio Legislativo.

Muito bem, o Nicolas queria comentar também o tema. E aí nós vamos avançando.

O SR. NICOLAS POWIDAYKO – É só um aparte, na verdade. Senador, obrigado pelo tempo.

Eu tenho inúmeras críticas – e são críticas pessoais, não como entidade – ao modo como foram conduzidas as manifestações, mas agora, neste momento, vou sair em defesa da Presidente Dilma, no seguinte sentido: eu gostei muito da fala do presidente do Conselho Nacional de Juventude quando ele diz que alguns pontos não foram levantados diretamente nas manifestações, no entanto são pontos que precisam ser levantados. Acho que o Gabriel ou alguém da Mesa citou a questão de reformas específicas na legislação eleitoral. E eu digo isso por quê? Porque o Gabriel, no último ponto da fala, acho que pecou na questão, por exemplo, do ajuste fiscal. Aparentemente, é algo que não tem nada a ver com o tema. As pessoas poderão dizer: “Isso não tem nada a ver com o tema.” Não, tem muito a ver com o tema, sim. E acho que a função de um Presidente, a função de uma liderança é também ser estadista; e o estadista tem que fazer um olhar completo.

E, quando a gente pensa nesse tipo de assunto, a gente acaba percebendo que, por exemplo, qual é o problema de ser ter um desajuste nas contas públicas? É você estar impedindo que investimentos venham para o Brasil. E qual é o problema disso? Você está atravancando a inovação. Atravancando a inovação, você não aumenta a produtividade. Não aumentando a produtividade, você não vai conseguir estimular os salários da população, não vai trazer dinamismo e não vai possibilitar que um senhor que trabalhe numa banca de jornal, numa padaria no interior de uma cidade tenha a renda dele sempre crescendo para que ele possa investir e dar um futuro melhor para os filhos e netos dele, enfim.

Então, só esse ponto eu gostaria de salientar, porque aparentemente é algo que não tem nada a ver com o assunto, mas tem muito a ver com o assunto, e essa é a minha contribuição.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Nicolas.

Agora vou passar para o Murilo, que já nos disse aqui que gostaria de responder essa pergunta.

O cidadão pergunta a V. Ex^a qual é a política pública para os jovens da zona rural.

Murilo, em nome da Secretaria Nacional de Juventude.

O SR. MURILO AMATNEEKS – Senador, essa é uma pergunta importante, porque, inclusive na própria compreensão das manifestações, muitas pessoas acreditam que elas acontecem somente nos grandes

centros urbanos, nas grandes capitais do nosso País. E não foi o que foi visto no mês de junho. Inclusive, diversos Municípios do interior brasileiro saíram às ruas, se mobilizaram. Acho que esses até, inclusive, proporcionalmente, muitos em virtude da sua própria população, surpreenderam muito mais, inclusive, que muitas das nossas capitais.

Chamamos a atenção para a invisibilidade desse tema dos jovens rurais. Como o próprio Alessandro comentou, é uma categoria em extinção no nosso País dentro da própria juventude. Esse é um tema que inclusive aponta para uma agenda importante que temos trabalhado em conjunto com os movimentos sociais organizados de juventude. É importante reconhecer também que antes do mês de junho, no mês de março e no mês de abril aconteceu – e muitos dos movimentos organizados participaram – uma jornada de lutas da juventude brasileira, que conseguiu reunir um conjunto de diversas juventudes organizadas, diversos temas, diversas pautas. Essa foi, inclusive, além do próprio passe livre, uma agenda central, uma demanda central dessas manifestações que os movimentos juvenis organizaram.

E aí, explicitamente sobre o tema da juventude rural, queria dizer que a Secretaria tem construído um programa de inclusão produtiva da juventude rural e de formação cidadã que deve ser lançado no segundo semestre em conjunto com os movimentos sociais organizados – a Fetraf, a Contag, a Via Campesina – que têm colaborado nessa construção.

Essa também é uma oportunidade para eu dizer aqui, Senador, que lançamos – e acho que está na mão do pessoal – uma cartilha sobre políticas públicas de juventude para poder ilustrar um pouco o trabalho que a Secretaria Nacional de Juventude está fazendo no País. Aqui há – e o pessoal de casa pode acessar lá no nosso site, que é juventude.gov.br – integralmente o conjunto das políticas que podem ser acessadas no seu Município, como o próprio Estação Juventude, além mesmo de explicar o que é o Programa de Juventude Rural que estamos apresentando, quais são os eixos que pretendemos trabalhar. Ele também explica aquele em que nós temos jogado muito peso, que é o Plano Juventude Viva. À luz da fala da Thânisia, do Gabriel e do Nicolas é um tema fundamental que reforço aqui, como disse anteriormente, nós estamos tentando enfrentar de uma forma que trabalhe uma outra cultura, uma cultura de paz através de ações de prevenção nas nossas comunidades.

Reforçando a fala deles aqui, vemos pelo próprio mapa da violência que são cerca de 25 mil jovens negros que morrem por ano no País. Então, é fundamental que essa seja a agenda zero da juventude brasileira.

É a prioridade número um da nossa I Conferência Nacional de Juventude e por isso estamos fazendo esse esforço muito grande com diversos Ministérios. Já lançamos a primeira experiência no Estado de Alagoas. Queria anunciar que ainda neste ano o Plano Juventude Viva será ampliado para mais oito Estados da Federação. Inclusive, no dia 12 de agosto próximo, Dia Internacional da Juventude, vamos lançá-lo em São Paulo, após, no Distrito Federal, no Rio Grande do Sul e num conjunto de outros Estados em que esse tema da violência institucional, principalmente contra o jovem negro, tem sido gritante.

Além do Juventude Viva, por fim, queria fazer um reforço para vocês entrarem, a partir da próxima semana, quando será lançado no País, no nosso observatório participativo, que pretende... Inclusive, a nossa cartilha no nosso *site* juventude.gov.br explica um pouco do que estamos pretendendo fazer com isso, que é, acima de tudo, um grande canal de debates, onde os jovens podem criar as suas comunidades sobre temas específicos à luz de toda a participação dos próprios agentes públicos dos Ministérios para conseguir ali um grande canal de comunicação, de diálogo sobre as políticas e, principalmente, além do diálogo, de aperfeiçoamento, de atendimento objetivo às demandas que a juventude brasileira tem apresentado nas ruas, nas redes sociais. Então, é fundamental que o Governo possa ter um canal importante como esse.

Essas são as políticas de juventude, além, obviamente, da política de juventude rural, respondendo ao colega que fez a pergunta via Internet. Nós estamos implementando no País e temos certeza de que, como eu disse anteriormente, a força da voz das ruas, como disse a Presidenta Dilma, é fundamental para impulsionar as mudanças que nós estamos querendo realizar com mais força ainda no País.

Era isso.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Murilo. Foi muito boa a resposta.

Só vou fazer um apelo. Como são muitas perguntas, parece-me que a TV Senado, antes de encerrar, dirá que esse debate vai continuar *on-line*, porque as pessoas querem participar e estão entusiasmadas com o debate aqui dos nossos convidados. Por isso, vou pedir que cada um mantenha o mesmo princípio: se não quiser responder, eu respondo, porque há temas diretamente ligados ao Congresso. Essa pergunta aqui é um exemplo disso, mas, se alguém quiser responder, pode responder ou comentar.

O cidadão afirma estar acompanhando esta reunião da Comissão de Direitos Humanos nesta quinta-feira e, diante disso, pergunta: quais as providências

que serão tomadas a respeito dos governadores dos Estados do Rio Grande do Sul, de São Paulo, da Bahia, do Rio de Janeiro e do Distrito Federal os quais, acredita, têm cometido abuso de poder ao determinarem a repressão aos manifestantes, permitindo a utilização de balas de borracha, o que veio a ferir manifestantes e os próprios policiais de uma forma ou de outra. Alguém quer comentar? Quer falar?

Passo a palavra ao Alessandro.

O SR. ALESSANDRO MELCHIOR – Obrigado, Senador. Eu gostaria de comentar, por conta do...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É bom que vocês falem.

O SR. ALESSANDRO MELCHIOR – Eu gostaria de comentar, primeiro reforçando a importância do relatório que o conselho vai produzir...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Permita-me interrompê-lo.

O SR. ALESSANDRO MELCHIOR – É claro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Senador Rodrigo Rollemberg, que tem sido parceiro nosso em todas as frentes de batalha, está aqui conosco neste momento.

O SR. ALESSANDRO MELCHIOR – Senador Rodrigo, bom dia.

Respondendo à pergunta, gostaria de destacar a importância do relatório que o Conselho Nacional de Juventude vem fazendo, porque o objetivo desse relatório não é apenas identificar as repressões que aconteceram nos vários Estados, mas também responsabilizar as organizações: a organização da Política Militar e também os governos dos Estados que atuaram de forma irresponsável, na mais otimistas das avaliações, ao tratar das manifestações já ocorridas.

Nós estivemos com o ex-Ministro da Secretaria de Direitos Humanos, Paulo Vannuchi, há cerca de três semanas, e combinamos com ele a apresentação desse relatório em uma audiência da Comissão de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos. Aprovado o relatório, nós queremos apresentá-lo não só aos governadores dos Estados, mas também aos prefeitos, porque o relatório não trata apenas de violação, mas do porquê das violações, apontando as manifestações que aconteceram em torno do debate do transporte...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Quando o relatório estiver pronto, nós gostaríamos também de fazer uma audiência pública.

O SR. ALESSANDRO MELCHIOR – Isso. A gente até solicitou à Presidenta da Comissão, Ana Rita, justamente a possibilidade de apresentá-lo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ao apresentarem o relatório, vocês seriam convidados a debatê-lo.

O SR. ALESSANDRO MELCHIOR – A ideia é justamente que esse relatório possa servir como instrumento de responsabilização dos autores das violências que, em alguns casos, são as Polícias Militares. A gente sabe das dificuldades que alguns governos de Estado têm, inclusive com o controle das próprias organizações das polícias.

A gente obteve informação de que, no Rio de Janeiro, em alguns momentos, o Governo do Estado talvez tenha perdido o controle sobre o comando da Polícia Militar, com o envolvimento da Polícia Militar do Rio de Janeiro com a milícia e outras organizações mafiosas.

Mas o objetivo do relatório é justamente este: responsabilizar e cobrar dos governos dos Estados a resposta em relação aos atos praticados pelas Polícias Militares nas manifestações que aconteceram no mês passado e que continuam agora em julho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

O Alessandro respondeu, então, ao Israel.

Eu vou passar a palavra – eu havia combinado de passá-la também ao Plenário – ao Carlos Francino, que gostaria de fazer uma pergunta aos nossos convidados.

Carlos, por favor.

O SR. CARLOS FRANCINO – Bem, primeiro, eu queria saudar o Senador Paulo Paim por estar sempre à frente das demandas sociais. Ele dá voz aqui a todos os atores sociais, sejam os mais excluídos, sejam os menos excluídos, e também à classe trabalhadora.

Mas eu queria fazer também uma saudação especial a vocês, a todos vocês que trouxeram para as ruas muitas vozes, muitas demandas sociais e muitas questões, uma demanda e uma pauta extensa que vocês aqui colocaram.

Mas, tenho uma questão a vocês que é um pouco o seguinte: vocês trouxeram uma demanda a esta Casa e agora a Casa está dando respostas. Ou seja, ontem foi um dia vitorioso para a Casa e para todos nós. Depois de haver uma votação na terça-feira, ontem a Casa muda a sua própria decisão.

Mas, eu queria saber de vocês uma coisa. Vocês levantaram uma pauta extensa que atinge problemas estruturais e de longo prazo e antigos. Como vocês pensam agora agir no futuro, ou seja, a partir de amanhã, a partir daqui a um mês? Como vocês estão fazendo essa avaliação de conjuntura? Porque a solução de alguns temas que vocês colocam vai demandar tempo. A questão da polícia, por exemplo, vai demandar tempo. Isso não é uma coisa simples.

Então eu queria ouvir um pouco de vocês como está a agenda para o futuro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem! Esse foi o Carlos Francino que, no meu entendimento, faz uma bela provocação. Quando digo provocação refiro-me a uma pergunta que mexe com todos.

Meus cumprimentos pela pergunta.

Agora está à disposição de quem quiser responder. Há já três inscritos. Começemos de lá para cá então.

Cumprimentos, Carlos, pelo encaminhamento feito.

O SR. NICOLAS POWIDAYKO – Carlos, eu gostaria de, primeiro, agradecer pela pergunta.

Antes do início da reunião, eu estava conversando ali, exatamente fazendo uma análise de conjuntura. Em minha opinião pessoal, acredito e até salientei isso na minha fala que, de certo modo, as manifestações estão – quer dizer, esta não é uma opinião, é um fato – um pouco desacelerando; houve um ápice e elas estão desacelerando. No entanto, isso é algo ruim? Não, acho que isso é algo muito bom e acho que é uma janela de oportunidades para os nossos formuladores de política. Isso porque, eventualmente, essas indagações, esses questionamentos que a sociedade brasileira trouxe nessas manifestações voltarão à tona em algum momento, e, na minha análise pessoal, provavelmente no ano que vem. Ano que vem é um ano de Copa, ano de eleição, e isso deve voltar.

No entanto, o que eu estava conversando era o seguinte: isso é uma janela de oportunidades para os políticos por quê? Porque você tem duas opções: ou, primeiro, o movimento está desacelerando e a gente não vai fazer mais nada e não se vai mais tocar nessas reformas de longo prazo; ou a gente pode se antecipar a isso e fazer as reformas que o povo brasileiro precisa, para, em certo momento, enfim, no ano que vem, no futuro, esses anseios não estarão mais tão acirrados porque esta Casa e a Câmara dos Deputados, de certo modo, lidaram com as urgências do povo brasileiro. No entanto, se os nossos formuladores de políticas se aquietarem e falarem: “Olha, eles desaceleraram” e a gente vai então parar de dar resposta ao povo brasileiro, aí isso volta, porque esse é um processo que não tem mais jeito; o povo vota, todo mundo tem direito a voto e esses anseios estavam congregados há anos.

Em relação à questão de longo prazo, Carlos, em minha opinião, é uma questão de você mostrar pro-atividade, que você está fazendo de um jeito correto, porque na política você pode fazer as coisas para ganhar voto, para fazer eleição, mas o que a gente precisa mesmo é de pessoas que estão comprometidas com o futuro do País e que pensem em assuntos que

às vezes são delicados e assuntos que você vai gerar interesses em diversos setores da sociedade, lutar contra esses interesses, porque isso é necessário, porque isso é o correto. E, no entanto, quando você vai fazer alguma questão nesse sentido, você precisa mostrar um plano completo. Não adianta você vir e anunciar: olha, a gente vai fazer isso, olha que bonito! Não, você tem de mostrar todos os problemas anunciados, quais os problemas que estão fazendo com que, por exemplo, o setor de mobilidade ou o setor de educação não está alavancando, porque as nossas universidades, as nossas escolas não são tão boas quanto as do exterior.

Na minha fala, mencionei a questão da gestão, mencionei a questão do investimento. Porque não adianta só a gente aprovar os 10% do PIB para a educação. No curto prazo, tudo bem, todo mundo fica contente, é uma vitória importante, mas se não se pensar e se isso não for anunciado e não for passado à população brasileira... Não é só isso, mas ocorrerão reformas importantes, reformas estruturais que vão mudar o mecanismo de incentivos das pessoas. Aí eu acredito que a população vai ver: isso é política séria, isso não é anúncio para ganhar voto, esse cara está realmente preocupado com o futuro do País e com as mudanças que estamos ansiando.

Então essa é a questão de não só fazer medidas as quais estão anunciando, propaganda para acalmar a população, mas promulgar e aplicar medidas que realmente vão contribuir para o futuro do nosso País. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Nicolas.

Eu só vou ordenar aqui. Como são muitas perguntas, pessoal, tem mais de 30 perguntas aqui acumuladas, e que bom que quase todos querem responder a todas. Então daríamos dois minutos para cada resposta da Mesa.

Vou deixar o Gabriel, que é outro inscrito para responder já. E o Senador Rollemberg fala no momento que entender mais adequado.

Depois do Gabriel é com você. Pode ser?

O SR. GABRIEL SANTOS ELIAS – Eu serei bem breve.

O que a gente vai fazer?

O Movimento Passe Livre vai continuar fazendo o que tem feito. Inclusive eu sou o único representante do Movimento Passe Livre aqui, porque nós estamos na rua, neste momento, lá na frente do Palácio do Buriti, com as organizações sindicais autônomas do Distrito Federal, fazendo parte da grande manifestação marcada para hoje.

Além disso, já retomamos nossa atividade de trabalho de base, passando em escolas e organizações

de bairro para pautar a tarifa zero, que é o nosso mote principal, mas jamais foi nosso objetivo final.

Enquanto as pessoas falavam que a tarifa zero era uma coisa impensável, que isso era um sonho, que nunca aconteceria, falaram que o passe livre, talvez só com muito boa vontade das instituições e dos governantes a gente conseguiria... Não, a tarifa zero é inclusive o nosso objetivo em médio prazo, porque a gente quer muito mais para as nossas cidades, a gente quer muito mais para a sociedade. Vamos continuar batalhando e aumentando as nossas expectativas, porque quanto mais a gente se mobilizar mais vai conseguir o que a gente quer.

Então é isso que o Movimento Passe Livre tem feito. A gente tem realizado reuniões. Várias pessoas têm se interessado pelo movimento. Nossas últimas reuniões têm tido mais de 50 pessoas aqui no Distrito Federal. E estamos participando, sim, dos espaços institucionais que nos chamam para explicar a nossa pauta, nossa análise e reivindicação, mas estamos também fortalecendo o nosso trabalho de base, para que as ruas sempre sejam o espaço central da política. É assim que conseguimos os nossos avanços.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Gabriel.

Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Senador Paulo Paim, muito rapidamente, quero cumprimentar V. Ex^a, o Murilo, a Thânisia, o Gabriel, o Nicolas e o Alessandro.

Muitas análises já foram feitas em relação a essas diversas manifestações de rua em todo o Brasil, que surpreenderam a todos – a verdade é esta – e colocaram em xeque a política como é feita atualmente, os políticos, os partidos políticos e as instituições de uma forma geral.

Nós ficamos aqui, ao longo daqueles dias, e debatemos enquanto as manifestações estavam ocorrendo. E fica claro, no meu entendimento, no que se refere às instituições – a todas elas – a sua pouca efetividade. É o Governo que não executa adequadamente as políticas públicas; é o Parlamento que não legisla, e muitas vezes legisla com a agenda sem sintonia com a realidade da população, com as prioridades da população; é o Judiciário, que julga, mas só efetiva realmente contra os mais pobres, há uma percepção de que só é eficiente contra os mais pobres. E são os partidos políticos que efetivamente têm se dedicado muito a conchavos e a acordos, e acabaram perdendo muito a nitidez ideológica. Isso é fato.

Se a gente não tiver a capacidade de fazer uma autocrítica com relação a isso e aproveitar a energia positiva que vem das ruas, efetivamente contribuindo

para transformar, nós todos seremos tragados por esse movimento.

Nesse sentido, acho extremamente positivo o que está acontecendo no Brasil. Em relação ao que o Nicolas colocou, eu acho que o movimento cumpriu um papel e vai cumprir. Ficou muito clara, até pela reação dos poderes, a capacidade que a mobilização de rua tem de promover transformações. Acho que há até um certo estranhamento de parcela da população sobre a facilidade que o Congresso passou a ter para apreciar determinados temas que estão adormecidos aqui há muitos anos. Eu ouvi de uma pessoa na rua, em Pernambuco, que falou assim: “Mas se era tão fácil fazer, por que não fizeram antes?”, em relação a essa pauta política que o Senado está apreciando.

E a gente sabe que o Congresso funciona, e tem funcionado, pelo menos desde que eu sou Deputado Distrital, Federal e Senador, através de pressão. E a pressão da opinião pública efetivamente funcionou.

Eu queria colocar uma questão para ouvir a opinião dos representantes do movimento que estão aqui, representantes da juventude, todos jovens que estão aqui sobre como vocês percebem a reação do Senado Federal, por exemplo, a Casa em que estamos. O Senado, em função dessas manifestações...

Se eu esquecer algum ponto, Senador Paim, peço que V. Ex^a me ajude a lembrar alguns pontos que já foram apreciados pelo Senado Federal e outros que estão na pauta. Eu gostaria de ouvir o que vocês acham efetivamente disso, se isso responde ou não, se responde em parte, se é uma agenda que está no bom caminho ou não.

De lá para cá, o Senado aprovou a exigência de ficha limpa para os cargos comissionados e para concursados. Eu fui Relator da Lei Geral de Concursos Públicos, que já uma semana antes tinha definido que para o ingresso no serviço público precisava ter ficha limpa.

O Senado aprovou ontem uma Proposta de Emenda à Constituição de minha autoria, que reduz o número de assinaturas para projetos de iniciativa popular – reduz pela metade – e também permite a apresentação de propostas de emenda à Constituição e que essas assinaturas sejam coletadas digitalmente, via Internet; o Senado aumentou as penas para crimes de corrupção e também aprovou uma legislação mais rigorosa de punição às empresas corruptoras.

Essa foi a pauta, digamos assim, já aprovada que, no meu entendimento, dialoga um pouco com as manifestações das ruas na parte que se diz da moralização da política.

Outra questão, ainda na agenda política, diz respeito ao fim do voto secreto, que é uma proposta do

Senador Paulo Paim, apoiada por nós há muito, desde que entramos aqui no Senado – não é em função das manifestações. Com a crise da democracia representativa que nós estamos vivendo, cada vez mais a população tem o direito, quer saber e tem o direito de saber como vota o seu representante. E o argumento utilizado para justificar o voto secreto era proteger, em tese, o Parlamentar da pressão do Poder Executivo. Hoje está claro que a maior pressão vem da opinião pública, que quer e tem o direito de saber efetivamente como o seu representante vota.

O que a gente percebe nessas manifestações – pelo menos esta é a minha opinião – é que há uma distância muito grande entre os representantes e os representados. Então tanto a redução do número de assinaturas para projetos de iniciativa popular, reduzindo essa intermediação, como o voto aberto ajudam a reduzir essa distância.

Eu gostaria de saber de vocês como vocês veem essas medidas tomadas pelo Senado Federal. E cumprimento o Senador Paulo Paim pela iniciativa deste debate.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Rodrigo Rollemberg.

Antes de passar à Mesa, eu só informo que o debate de hoje, aqui na Comissão, além do Canal 2, continua na Internet, no Portal do Senado. Acesse o site do Alô Senado Online para enviar seus comentários, perguntas e sugestões. É só fazer um cadastro bem simples e você já pode dar a sua contribuição ao debate democrático.

O Senado quer ouvir a sua voz, a voz das ruas. Entre no Alô Senado Online e conecte-se na democracia do futuro.

Ele mostra aqui como está funcionando o nosso sistema direto, via Internet. O.k. pode mostrar, pode até repetir a operação. Na verdade, está mostrando para quem está em casa ver como faz para entrar no sistema, passo a passo, www.senado.gov.br; e-Cidadania; Audiência Pública; Participe; CDH; ao vivo; faça seu comentário. O.k.? Deu para passar uma noção para quem quiser participar.

Então, neste momento, eu começo agora da esquerda para a esquerda, aqui também é esquerda. Thânisia com a palavra.

A SR^a THÂNISIA MARCELLA ALVES CRUZ – Respondendo ao questionamento do Carlos, enquanto Movimento Negro a gente não vai sair das ruas e a intenção não é essa. Enquanto tiver pautas para reivindicação, nós continuaremos nas ruas e não são coisas mínimas.

Como eu li no começo, eu falei, a gente tem algumas pautas e, dentro das próprias pautas, muitas demandas.

Então eu imagino que possa haver um esforço do Estado, do Senado e das instituições, que possa sanar algumas das nossas reivindicações, mas, enquanto precisar, a gente vai continuar na rua e não vai terminar até que boa parte das nossas reivindicações seja sanada. E satisfatoriamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O.k. Muito bem.

Então, em frente, agora, já passo para....

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – ... as perguntas que eu fiz.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O voto secreto, por exemplo.

Aqui no Senado, você é favorável ou contra que o Congresso vote secretamente, essa é a pergunta do nosso Senador, é, casualmente, uma emenda minha, ou você é a favor que cada senador e deputado, de forma transparente, diga como é que votou todas as matérias?

A SRª THÂNISIA MARCELLA ALVES CRUZ – Eu acho que a transparência é um bom princípio para a política, mas não só como política institucional; políticas populares, por exemplo. E os senhores estão dentro da Casa trabalhando para o povo e em conjunto. Então, quando o voto se torna secreto, como a gente vai saber qual é o posicionamento da Casa, de um ou outro que está ali representando o povo?

Então, a minha opinião é que o voto seja aberto e que todos saibam o que todo mundo está fazendo. Que haja transparência. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, muito bem! (*Palmas.*)

Murilo, com a palavra.

(*Intervenção fora do microfone.*)

Não, não, você vai responder ao Senador Rollemberg. Voto secreto e os questionamentos que ele fez ali. Mas uma delas, que foi no final, que tem mais forte relação aqui com a Casa, é a posição contra ou a favor do voto secreto na instância do Parlamento.

O SR. MURILO AMATNEEKS – Senador Rollemberg, que é um braço da... é pró Secretaria de Juventude, eu, particularmente, como cidadão brasileiro, sou totalmente favorável a que o voto dos nossos senadores, dos nossos congressistas seja um voto aberto, público, para a população.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, muito bem! (*Palmas.*)

O SR. MURILO AMATNEEKS – E vou além. Incumbido da responsabilidade de estar aqui falando aqui “ponto gov”, pelo Governo brasileiro, eu acho que isso

também é de grande interesse para os nossos gestores públicos, principalmente para aqueles que formulam políticas, não só para “policiar” a atuação dos nossos Senadores, mas para fazer com que eles estejam cada vez mais sintonizados com a agenda que não só o Poder Executivo coloca no País hoje. Nós não queremos saber só daqueles Senadores que propõem, que são autores das proposições, nós queremos saber posicionamentos, acima de tudo, e acho que esse é o grande sentido da nossa representação.

Os Senadores representam os territórios do País, mas, acima de tudo, também, em conjunto com os nossos Deputados, eles têm o poder de representar a população brasileira. Então, mais do que propor, ter proposição de leis, nós queremos os posicionamentos. Queremos saber de que lado estão quando falamos em mudanças no nosso País. Isso vale para toda a agenda que está acontecendo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Murilo.

Agora, o Alessandro.

O SR. ALESSANDRO MELCHIOR – Respondendo rapidamente à pergunta do Carlos sobre como vamos continuar a mobilização, sobre a incidência em torno das pautas apresentadas nas mobilizações.

Primeiro, a juventude brasileira, a partir das várias Organizações de Juventude, tem se organizado na Jornada de Lutas da Juventude Brasileira, que une 40 organizações nacionais, movimentos nacionais, que realizou uma sequência de atos em março e abril, tem participado desses atos, das manifestações de rua, ultimamente, que obviamente não são chamados por essas organizações. Nem as organizações tradicionais, nem os partidos, nem a direita, nem a esquerda conseguem convocar tanta gente para ir à rua.

Ouvi falas, inclusive, dizendo que em uma das últimas manifestações em São Paulo eram o fascismo e a extrema direita que estavam lá organizados. O fascismo não consegue colocar 30 mil pessoas na rua, no Brasil, a não ser numa marcha militar.

Mas sobre a nossa forma de incidência. O debate que apresentamos sobre os meios de comunicação. O Conselho Nacional de Juventude vai realizar um seminário sobre comunicação no dia 16 de agosto. Vamos realizar um ato de apoio ao projeto de lei da mídia democrática. Pretendemos continuar a incidência a partir do Conselho, no Congresso, na defesa desse tema.

As Organizações de Juventude vão continuar nas ruas. O Conselho Nacional de Juventude vai fazer o seu papel institucional de incidência. Em relação à reforma política, um debate que surgiu a partir das ruas, temos apresentado a defesa do plebiscito, seja realizado agora ou seja realizado depois. O que não pode acontecer é

um referendo em que o Congresso Nacional faça uma reforma política no escurinho do cinema e convoque a população depois para assinar embaixo.

Temos reforçado a importância do plebiscito, seja agora, seja no ano que vem. Mas é importante que a população brasileira dê as diretrizes dessa reforma política, com antecedência.

Em relação ao financiamento dos pactos, temos reforçado e estamos realizando incidência sobre isso, buscando. Conversamos com o Presidente do Senado na semana passada, que o financiamento desses pactos apresentados pela Presidenta Dilma em resposta às ruas não seja com desonerações, mas a partir de uma reforma tributária – que o Governo já vem fazendo ao contrário.

(Soa a campanha.)

O SR. ALESSANDRO MELCHIOR – Vou pedir... Hoje eu vou responder ao Senador Rollemberg também.

O Passe Livre Estudantil foi uma das respostas do Congresso. E também já fazendo interface com a pergunta do Senador Rollemberg, temos defendido isso, mas a partir daqueles elementos que já contextualizei. Ou seja, não é passe livre apenas para estudantes, porque as manifestações mostraram que não são apenas estudantes que estão nas ruas. No Rio de Janeiro, 75% naquela principal manifestação, na maior manifestação, eram trabalhadores. Mas também o financiamento do passe livre estudantil não deve ser feito com subsídio às empresas de transporte. E a defesa de 10% do PIB para a educação pública, no Plano Nacional de Educação, que esperamos seja votada até o dia 17 de julho, segundo compromisso do Presidente Renan Calheiros.

Em relação às perguntas do Senador Rodrigo Rollemberg, eu quero ressaltar, e fizemos isso na reunião com a Presidenta Dilma e temos feito isso nos últimos dias, a importância que tem a iniciativa do Poder Público, do Senado, da Câmara e do Governo brasileiro, do Governo Federal de responder às manifestações. Ao contrário de outros países do mundo em que o povo vai às ruas, eu não vi no Congresso, não vi no Senado Federal nenhum Senador, a não ser o Senador Aloysio Nunes, mas isso já é tradicional, defender que a polícia fosse às ruas pressionar e bater nos manifestantes. Muito pelo contrário.

No Senado, vimos a importância de se pensar uma agenda prioritária respondendo às ruas. De imediato, fazer esse reconhecimento.

Em relação aos pontos específicos, gostaria de apresentar uma contrariedade em relação ao crime hediondo para corrupção, porque vem numa lógica de reforçar a penalização, o estado penal. Já tivemos mais de 130 reformas penais no Brasil e todas elas

mostraram que nenhum crime foi reduzido com o aumento da pena ou com o endurecimento de medidas.

Esse é o mesmo discurso que está por trás da defesa de redução da maioria penal. Isso vai pegar o quê? Vai pegar lambari, não vai pegar os grandes corruptos e os grandes corruptores. Também nesse sentido quero colocar nossa aprovação ao projeto que pune as empresas corruptoras, porque discutimos, no Brasil, a corrupção só a partir do espaço público e esquecemos a interface que ela tem com o setor privado, que é a mãe da corrupção, que financia todas as campanhas eleitorais. Sabemos que ninguém consegue entrar nesta Casa sem financiamento privado de campanha, sem um grande financiamento privado de campanha. Então, acabar com isso é importante.

Ao mesmo tempo, quero apresentar uma contrariedade com a aprovação do projeto que coloca a corrupção como um crime hediondo. Acho isso um absurdo, um equívoco, inclusive; mas, ao mesmo tempo, a nossa aprovação em relação ao projeto que pune também as empresas corruptoras.

O projeto de iniciativa popular é muito importante. Acho que não devemos ter medo da democracia. Em muitas ocasiões a democracia traz retrocessos, é importante reconhecer isso. No Uruguai, agora, a redução da maioria penal está vindo justamente por um projeto de iniciativa popular que tem mobilizado os seguimentos conservadores da população e vários outros retrocessos. Avanços que foram garantidos no Congresso, como a descriminalização do aborto e uso de drogas...

(Soa a campanha.)

O SR. ALESSANDRO MELCHIOR – ...agora vêm sendo puxados pelas organizações religiosas e pelo conservadorismo a partir dos plebiscitos. E isso mostra para a gente a importância de disputar o conceito de democracia e de valores com a sociedade brasileira, mas o projeto é importante.

Em relação à Ficha Limpa, a gente é favorável também. Ao fim do voto secreto também. Acho que, em alguns casos, ele é importante porque garante que os Senadores possam votar – e os congressistas – sem a pressão do sistema financeiro, não é só do Governo, mas, como eu disse, a democracia não é cara. Então, a gente é favorável também ao fim do voto secreto.

Por último, eu acho que, nessa agenda prioritária, eu coloquei anteriormente que entraram alguns problemas, entraram alguns torpedos negativos nesse processo.

(Soa a campanha.)

O SR. ALESSANDRO MELCHIOR – O projeto das drogas é um equívoco, é um equívoco gigantesco que vem na contramão do que todas as manifestações

vêm dizendo, ao defender mais liberdades democráticas. Acho que o Senado não tocou nesse processo de agendas prioritárias na renovação de mandatos, ou seja, é importante impedir que as pessoas fiquem aqui eternamente, isso não é uma Casa para que as pessoas se aposentem.

Assim, é importante garantir que os jovens possam estar no Senado também a partir da limitação de mandatos, da redução da idade limite para a candidatura ao Senado, porque 35 anos é hoje; é um elemento.

E eu acho que o Senado também não tocou em outro elemento importante que é o caso de vários Senadores – e aí a Câmara também não fez isso – que renunciaram aos mandatos em momentos antes de serem condenados para voltar posteriormente. Isso, obviamente, é uma questão corporativista que é importante discutir. Acho que o momento é propício, inclusive, para discutir esse tema.

(Soa a campanha.)

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Só uma questão ao Alessandro.

Alessandro, vocês reuniram, a partir desse momento, o Conselho Nacional de Juventude, e vocês aprovaram uma pauta formalmente e encaminharam essa pauta aos presidentes dos Poderes? Se não o fizeram, eu quero fazer a sugestão. E, se fizeram, eu gostaria de receber, na condição de Líder do PSB.

Se não, eu queria fazer uma sugestão: que na próxima reunião do Conselho vocês elegessem o que seria a pauta de prioridades da juventude, e que a encaminhassem, além dos Presidentes da Câmara e do Senado, para todos os Líderes partidários da Câmara e do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, vamos continuar a pauta e depois as respostas ao Senador Rollemberg.

Senador Rollemberg, só para encaminhar aqui – alguém já respondeu lá de fora, e o que ele disse: “É um absurdo; tem que votar aberto sempre, o povo tem que fiscalizar!” Eu quero dizer que, nesse ponto, nós dois temos o mesmo ponto de vista, e alguém tem usado o termo radicalizar no bom sentido.

O pessoal ter medo de votar na escolha de uma autoridade, eu acho um absurdo. Como é que você vai ter medo de votar? Se eu não devo, eu não temo. Qual é o problema? E me julguem como quiserem; agora o meu voto é aberto, seja o que for, seja em autoridade, seja em um veto.

A Presidenta tem todo o direito de saber como eu voto; como eu tenho o direito de saber por que ela vota; e ela assim o faz. Se ela vota uma matéria, ela manda por escrito para nós aqui o porquê vetou. E por que ela não pode saber como eu votei? Tem que saber

mesmo, e não é questão de retaliação, é questão de independência; questão de independência dos Poderes.

Então, eu apresentei a PEC nº 20, mas com muita convicção. O homem público que tem vergonha do seu voto tem de ir para casa. Se ele tem medo do seu próprio voto, então vá para casa cuidar dos netos, dos filhos, dos amigos; e é legítimo. Ter medo do seu próprio voto? Eu não tenho medo do meu voto. Eu já tive críticas por votos que fiz, mas eu assumi. O feio é me acovardar e mentir. Porque, como o voto é secreto, o que é que o cara faz? Quando interessa ele diz aqui: passe livre, sim, Gabriel, eu votei contigo. E o Gabriel: mas todo mundo diz que votou comigo e o passe livre não passou; não estou entendendo mais nada! É isso que se passa.

Então, nesse ponto eu acho que a Presidenta acertou. Dos cinco pontos que a Presidenta manda para o Congresso, ela mandou um do voto secreto. A Presidenta tem pesquisas. Se você perguntar para a população, para mim de 10...

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Mas esse não precisa fazer plebiscito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pois é, por isso é que ela mandou. E ela tem visão. Pergunte à população: de dez, no mínimo 9,99 vão dizer: abaixo o voto secreto. Eu elegi, eu passo uma procuração. Como você me presta contas, se eu não sei como você vota? É fácil eu chegar na próxima campanha: eu vou para o palanque, baixo o discurso e você nunca vai saber como nós votamos aqui.

Por isso que o eleitor radicalizou aqui. Ele disse: “Pelo amor de Deus, acabe com essa história de voto secreto! Meus parabéns!”

Agora, os dois querem te responder. Por que não responderam?

Vai lá, Gabriel.

O SR. GABRIEL SANTOS ELIAS – Senador, primeiro eu peço desculpas, porque, realmente, não estou acompanhando tanto a agenda legislativa, como em algum momento já acompanhei. Tenho participado de muitas reuniões. A gente, realmente, nos movimentos sociais, tem tentado dar uma articulação para os movimentos sociais de todas as organizações para construir pauta, estabelecer método de organização, o que tem demandado bastante tempo da nossa militância.

Agora, do que vejo, com toda essa limitação de acompanhamento da agenda, acredito que a reação do Senado foi um tanto quanto desesperada e, justamente porque desesperada, ela teve, ao mesmo tempo em que pontos positivos, alguns extremamente negativos, como o ponto que o Alessandro colocou aí, do antigo 7.663. Qual é o número do PL de drogas? O PLC nº 137, que está na contramão do que exige a juventude

hoje. A juventude, especialmente a juventude pobre e negra, tem sofrido com a criminalização, com a repressão às drogas e o crescimento da população carcerária. Então, esse projeto, que é no sentido de aumentar a repressão ao uso e tráfico de drogas, está no sentido contrário ao que exige a juventude hoje. Os Senadores, aparentemente, não tiveram essa percepção.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Não, veja bem: você está se referindo à lei das drogas, aprovada na Câmara, mas ainda não apreciada no Senado.

O SR. GABRIEL SANTOS ELIAS – Foi aprovada a urgência na semana passada, se não me engano.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Mas, não foi apreciada no Senado ainda, somente na Câmara.

O SR. GABRIEL SANTOS ELIAS – Foi aprovada a urgência, na semana passada, incluída num pacote de medidas para responder às demandas da população e, fundamentalmente, não responde às demandas da população. Pelo contrário. Está no sentido contrário do que nós, que estamos nas ruas, estamos exigindo.

Então, é uma tentativa de dar resposta a um problema de segurança pública que, na verdade, bate na mesma tecla que tem sido colocada nos últimos anos e não tem funcionado. Se o Senado insistir nessas respostas, mostrará que há certo autismo ainda em relação ao que o povo pede nas ruas. É fundamental os Senadores se mostrarem mais conectados com o que nós estamos demandando.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nicolas.

O SR. NICOLAS POWIDAYKO – Agradeço a pergunta do Senador. É sempre um prazer para nós, do DCE, estar com o senhor, que está bem atuante na UnB, sempre está nos momentos cruciais. Espero que continuemos assim nos próximos anos. Quero fazer um relato e dizer que, nos últimos dias, há mais ou menos duas semanas, o Senador foi lá a convite nosso, passou umas quatro horas lá, para falar sobre reforma política, mas o Senador tinha um compromisso depois... A gente já deixa o nosso agradecimento aqui.

Bom, em relação à pergunta do senhor, é complicado. Quem conhece a política estudantil da UnB sabe que um dos pontos que a gente sempre bateu foi a questão de vir um representante aqui falar o que os estudantes querem. É muito complicado, vocês não sabem o que eles acham, entendeu? E, mesmo se houver uma assembleia com 100 pessoas, isso não representa os 33 mil estudantes. Então, como entidade, eu poderia dizer ao senhor que a gente não tem esse posicionamento com relação ao voto secreto ou não, exatamente por essa questão de representatividade. Eu

tenho de ter a humildade de dizer que não sei. Apesar de ter a impressão de que, sei lá, 90% dos estudantes da UnB são a favor, não tenho essa informação correta, acho que seria falta de humildade da minha parte advogar, dizer que eles são a favor.

No entanto, como indivíduo, naturalmente congratulo-me com as palavras do Senador Paulo Paim, pois sou totalmente a favor. Acredito que grande parte dos meus colegas do Diretório é a favor da medida que derruba o voto fechado na Casa. É uma questão de decência, de representatividade. Como você elege um cidadão e não sabe o voto dele?

Em relação aos outros pontos, é, realmente, o que eu disse: a gente não tem essa confirmação, porque a gente não tem essa opinião formada dos estudantes sobre os assuntos. No entanto, acredito que deve ser votado.

Por fim, para finalizar a minha fala, em relação à atuação do Senado, em certas medidas eu concordo com as falas que me precederam. Muitas medidas foram muito positivas, passou à população uma imagem que a gente está fazendo, no entanto, não é só isso que a gente precisa. A gente precisa de coisas mais estruturais, precisa mexer em pontos muito mais importante e difíceis de serem levantados, como, por exemplo, a reforma tributária como é que está? A questão dos servidores públicos, da regulação, a gente sabe que o serviço público no Brasil é muito moroso, o que a gente vai fazer sobre isso? A gente precisa de respostas nesse sentido, não é só ouvir: “Ah, a gente quer o fim do voto secreto, vamos aprovar, pronto, resolveu todos os nossos problemas”. Entendeu? E aí o que eu disse que é uma janela de oportunidades, porque essa é uma oportunidade para os senhores de mostrarem liderança, mostrar proatividade, mostrar que vocês estão fazendo, porque no futuro, sinceramente, daqui a 50 anos, grande parte das pessoas não vai lembrar quem são os Senadores Suplicy e Rollemberg, a não ser que realmente tenha uma atitude de proatividade e liderança e façam as mudanças estruturais que o povo brasileiro precisa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – (*Fazendo soar a campainha.*) – Muito bem! Veio para mim, é fácil e vou responder em um segundo.

“A Dilma propôs *royalties* do petróleo à educação, ao combate à corrupção, o povo decidindo e participando da reforma política, mais investimento à saúde, ao transporte e educação de qualidade. Gostaria da posição dos Senadores.”

A nossa posição é clara, todos os Senadores defendem essas bandeiras, não há nenhuma dúvida.

Então, fiquem tranquilos que todos nós concordamos com essas bandeiras.

“Creio que a sociedade esteja agindo corretamente, visto que eles colocaram suas demandas e esperam respostas políticas. A resposta como queríamos ainda não veio, não foi considerado satisfatório, exatamente com o Nicolas está falando. Enfim, ele diz que as respostas estão vindo, mas que a sociedade exige mais.”

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Senador Paulo Paim, peço licença porque acabam de me chamar para uma votação na CCJ, votação de autoridades. Peço desculpa e licença a vocês. Mas cumprimento V. Ex^a pela iniciativa de trazer a população para que a gente possa ouvi-los.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, o Senador Rodrigo Rollemberg tem de se retirar por compromisso em outra comissão, onde vão votar autoridades.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Eu também tenho de ir.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Eduardo Suplicy com a palavra.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Eu também vou precisar participar da mesma votação. Mas eu quero dizer que consegui ouvir no caminho para cá boa parte dos que estavam falando, ouvi a Thânisia um pouco aqui, acho que ouvi o Gabriel quando estava falando do Movimento Passe Livre. Queria ter a oportunidade, não ouvi a todos os demais, mas queria poder interagir mais com vocês. Coloco-me, como Senador, à disposição. O Gabriel sabe, eu conversei com a Mayara e a Nina, eu as procurei e tivemos um diálogo de duas horas numa padaria em frente à Câmara Municipal, ainda na primeira semana dos movimentos. Eu tive a oportunidade de dar a elas também meu livro sobre a renda de cidadania. Eu acho que teríamos muitos pontos em comum com respeito às observações de cada um dos representantes dos movimentos.

Gostaria de dizer sobre a votação havida ontem, abraço inteiramente a causa do Senador Paulo Paim de voto aberto. Tenho falado a respeito em cada ocasião. Sobre a votação que tivemos ontem, acho importante que não haja mais parentes para o suplente de Senador, mas eu acredito que vocês também apoiam a iniciativa que propugnei ontem, ainda não foi considerada, que mesmo o suplente tem que ser eleito diretamente pelo povo, ou seja, na hora em que o titular é eleito, cada partido ou coligação apresentará até três nomes e dentre esses três serão os eleitores que vão escolher, para dar legitimidade, e aqui haverá 81 Senadores sempre eleitos diretamente pelo povo. Essa é a proposta que acredito que esteja muito de acordo com os anseios dos movimentos que estão nas ruas hoje.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com certeza.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Eu gostaria de lhes transmitir, também saúdo muito os movimentos sociais que saíram às ruas, que eu acho que têm feito um bem enorme ao Brasil, com todas as reivindicações. Eu tenho expressado, e nesse ponto tenho muita afinidade com o Senador Paulo Paim, que é importante vocês sempre seguirem os métodos da não violência, as recomendações de Mahatma Gandhi e de Martin Luther King Jr. de que sempre vamos confrontar a força física com a força da alma.

Eu acho que quando aconteceram as depredações, os incêndios, isso e aquilo, isso não fortaleceu o Movimento, mas acabou causando na opinião pública uma certa preocupação. Todas às vezes que os Movimentos se caracterizaram pelas ações de expressão dos sentimentos de vocês, vocês ganharam muito na opinião pública, inclusive todos nós, representantes do povo no Executivo e no Legislativo estivemos aqui inteiramente abertos a vocês.

Como precisarei também me ausentar outra vez, para votar imediatamente na CCJ, eu vou deixar aqui os meus cumprimentos e me colocar à disposição, se quiserem lá, na UnB, no Movimento Passe Livre, nas comunidades do movimento em defesa dos negros, vocês poderão ver, no capítulo sobre os precursores da renda de cidadania, pessoas como todos aqueles que aboliram, lutaram pela abolição da escravidão. E os grandes líderes, como o Bispo Desmond Tutu e o próprio Martin Luther King Jr. são grandes batalhadores pela renda básica de cidadania. Se quiserem a Thânisia pode ver, por exemplo, no Youtube, põe lá, “Desmond Tutu”, *The Basic Income*, quando ele conclamou todos os povos do mundo a levarem adiante a proposta da renda básica de cidadania como algo que vai elevar o grau de liberdade para todos na sociedade. Então, o Alessandro já conhece, já dialogou comigo a respeito, mas ao Nicolas, ao Gabriel, à Thânisia, ao Murilo e a todos vocês, eu quero me colocar à disposição.

Meus parabéns, Senador Paulo Paim, por essa iniciativa em receber os movimentos sociais das grandes manifestações que estão transformando para melhor o Brasil!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem Senador Eduardo Suplicy pela sua contribuição!

Vamos às nossas perguntas. Depois as encaminharemos para as respostas a cada um.

Esta aqui eu mesmo a respondo, entendo eu: “Por que não colocam em votação a PEC nº 280, do falecido e inesquecível Clodovil?”

O que diz a PEC nº 280? Limita em 250 o número de Deputados que integram a Câmara dos Deputados e cria normas para que nenhuma unidade da Federação fique com menos de quatro Parlamentares e no máximo de trinta. Ela foi apensada a PEC nº 170 e está no debate da reforma política.

Depois diz – na visão dele, não é –: “Precisamos do voto distrital.” E reafirma: “Voto aberto tem que existir. É uma vergonha os Parlamentares terem medo do Executivo!”

Eu acho que ele deu aqui a opinião dele. Todo mundo aqui na Mesa é favorável totalmente ao voto aberto. Quanto à proposta do Clodovil, já disse que está anexada à PEC nº 170, de 1999, e entrará no debate da reforma política.

Este outro diz que “ele entende que não tem que ter suplente, principalmente quando não se sabe quem irá substituir.”

Esse debate nós já fizemos, já respondemos aqui. O Senador Suplicy falou sobre o tema. Informamos que ontem votamos e que de dois suplentes, só fica um suplente, e não terá, como existe hoje, a possibilidade de você colocar a mãe, o tio, o avô, o filho, o neto – como muitos fazem –, como seus suplentes.

E a outra campanha, é claro, que nós temos de fazer é para evitar que o suplente seja, na verdade, o grande financiador de campanha; ele financia a campanha, e depois todo mundo sabe para onde caminha isso.

Por isso que eu, particularmente, como assumo as minhas posições e não tenho segredo, sou pelo financiamento misto de campanha. O que é isso? A pessoa jurídica não pode contribuir, e o limite da contribuição, por exemplo, como foi no caso do Obama, tem de ser de R\$1.000,00 e financiamento público. Essa é a minha posição. Ninguém poderia contribuir com mais de R\$1.000,00. Porque ele pergunta aqui qual é a minha posição.

Então, financiamento público misto, não permitindo nenhuma contribuição de empresa. É isto o que eu estou, aqui, no fundo, dizendo: nenhuma contribuição de empresa; só contribuição individual, e o limite para mim não poderia ser mais que R\$1.000,00, é o meu ponto de vista.

Mas foi uma explicação para mim e vale para vocês. E não estou dando oportunidade para vocês comentarem as minhas respostas, se não terminamos nunca aqui; é só por causa do tempo.

A próxima: “O povo quer igualdade. Quando será votado o projeto que determina que o expediente dos Parlamentares seja de segunda a sexta?” Também sobrou para a Casa responder. Hoje, realmente, os Parlamentares, na sexta, deslocam-se para os Estados. Mas eu não vejo problema algum, como já tivemos a

experiência, de termos também votação na segunda e na sexta. Poderia contar tempo, aqui – a assessoria que entende –, inclusive para as PECs, porque temos de ter aquele interstício, poderíamos votar projetos chamados não polêmicos, porque muitos Parlamentares, de fato, têm de se deslocar para seus Estados de origem nesse período. Mas eu acho que a experiência foi interessante. No meu ponto de vista, é legítimo que possamos, na segunda e na sexta, votar as ditas matérias consensuais. Esse pode ser o termo? Pode ser. Consensuais. E, sem problema algum, contaríamos tempo para a votação das PECs. “Os Parlamentares – como diz ele aqui, vou ler na íntegra – têm o dever de trabalhar como todo mundo.” E claro que são espaços diferentes.

O outro diz: “Mandou bem. Fim do financiamento de empreiteiras, de bancos e tal.” É aquilo que mais ou menos eu dizia: pessoa jurídica não pode contribuir, é o meu ponto de vista. “Isso, na verdade, é investimento. Tem que acabar esse tipo de investimento da forma como é hoje, que permite que financiamento de empreiteiras e bancos... Ele dá a impressão de que é uma negociata.” Eu também acho que é um absurdo a contribuição de pessoa jurídica. Só individual e tem que ter o limite.

Enfim, o Rodolpho dá parabéns a todos nós, a toda a Mesa. Eu me sinto contemplado. Obrigado aí, Rodolpho. “Tem que acabar a corrupção.”

Aqui, da Pini: “Nós, jovens, estamos cada dia mais próximos da política [muito bem] e cada vez vamos cobrar mais nossos direitos. Acredito que o Brasil está na rua, certo, com os movimentos sociais que temos e me orgulho de fazer parte dessa geração que vai mudar muito o nosso País.”

Se vocês quiserem comentar essa, eu acho que tem muito a ver.

Alguém quer comentar?

Na verdade, ela está elogiando a juventude que está nas ruas. É essa geração que vai mudar o País. O.k.?

Agora, a cidadã tece elogios à audiência pública e também às manifestações populares, sob a ótica da juventude brasileira. Enfim, ela está cumprimentando a juventude brasileira, a Maria Léa, pelos movimentos nas ruas. “Enfim, é por aí que mudamos o País.”

A cidadã comenta que “vem criticando a Constituição, pois, no seu entendimento, a Carta Magna é apenas um conjunto de propostas, pois não se tornam impositivas.” Ou seja, ela acha que todas as normas deveriam ser autoaplicáveis. Coloca ainda que “devido à falta de uma legislação impositiva, a população fica à mercê de interesses de um e de outro e de partidos, conforme o poder, pois o dispositivo que permite

a edição de medidas provisórias dá à Presidente da República autonomia de determinar todas as regras da Administração Pública, influenciando mais do que o Legislativo e Judiciário”. Por fim, diz que “enquanto não houver uma revisão constitucional que torne o texto realmente democrático e, na visão dela, impositivo, tudo ficará como está.”

Eu só dou um depoimento aqui nas medidas provisórias. Eu fui Constituinte, cheguei ao Congresso quando me elegi em 1986; de 1987 a 1988 nós achávamos que no plebiscito ia passar o parlamentarismo, mas passou o presidencialismo, quando a medida provisória é um instituto do parlamentarismo. Acho que ela tem razão, teria que mudar, no meu entendimento, uma vez que os Constituintes se enganaram, e eu fui Constituinte.

Passe livre. O cidadão pergunta – vou passar direto ao Gabriel – ao representante do Movimento Passe Livre: “Como pode considerar esse movimento nacional se não pode responder pelo Estado de São Paulo?”.

Pergunta: “Se foi pela divulgação negativa que a mídia deu ao Estado de São Paulo ou se existe divergência entre o Movimento de um lugar para o outro? Segundo ele, o Movimento deve ser unificado e não apenas responder por Brasília”.

O SR. GABRIEL SANTOS ELIAS – Houve outra pergunta também – não sei se já respondi uma vez...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está aqui.

Aproveito vou ler e vou te passar as duas então.

Passe livre também. Élson: “Com tamanha gama de reivindicações, não seria mais produtivo focar nas reformas institucionais – reforma política, reforma do Legislativo, Executivo e Judiciário – como forma de requalificar o Estado para que ele responda melhor a necessidade da sociedade?”.

O SR. GABRIEL SANTOS ELIAS – É que havia outra sobre a relação do Movimento com partidos, mas eu já respondi uma vez.

Uma das grandes oportunidades que o Movimento Passe Livre está tendo, com essas mobilizações, é que as pessoas conheçam o Movimento. Então, faço questão de responder a essas perguntas todas, porque o Movimento Passe Livre tem alguns princípios que regem toda a nossa atuação e um deles é o princípio da autonomia. Então, o Movimento Passe Livre é um Movimento autônomo e isso tem a ver com a forma como nós lidamos com partidos políticos e a forma como nós lidamos com a relação com o Movimento Passe Livre em outras cidades.

Por que eu fiz questão de mencionar aqui a minha fala é pelo Movimento Passe Livre do Distrito Federal? Nós, sim, temos um Movimento nacional só

que respeitamos a autonomia da construção local do Movimento. Então, nós acreditamos que não é uma direção nacional que define, da melhor forma, qual é a forma de atuação e qual é a pauta que o Movimento social vai construir na sua cidade.

Nós acreditamos que o Movimento social tem que ser construído pela base e, por isso, a autonomia dos movimentos na cidade em que eles atuam, nas cidades que eles constroem sua atuação é fundamental. Por isso, um dos princípios do Movimento Passe Livre é a construção federativa, isso significa que nós temos um conjunto de princípios que regem a nossa atuação em todas as cidades, ou seja, todo Movimento Passe Livre tem que seguir um conjunto de princípios, mas cada cidade, cada movimento tem autonomia para construir, até certo limite, sua atuação.

Por isso, fiz questão de colocar aqui que estou respondendo pelo Movimento Passe Livre do Distrito Federal. Em nenhum momento, seria por que... O cidadão pergunta se há algum receio por alguma repercussão negativa da mídia sobre o Movimento. Pelo contrário. Se houve repercussão negativa da mídia – o que não acho que houve –, nós temos um tremendo orgulho da construção que o Movimento Passe Livre de São Paulo construiu e estamos juntos nessa luta sempre.

Sobre a relação com os partidos políticos, foi perguntado se o Movimento Passe Livre é apartidário ou antipartidário. Sim, um dos princípios do Movimento é o apartidarismo. Mas fica bem claro na nossa carta de princípios que o Movimento não é antipartidário. Então, faço parte de um partido político, faço parte do Movimento Passe Livre, sou também filiado ao PSOL, mas seguindo um dos princípios da autonomia do Movimento Passe Livre, a construção com o movimento social tem que ser decidida primordialmente no próprio Movimento. Isso significa que uma direção partidária externa ao Movimento Passe Livre não dá direção, não dá a linha que o movimento social constrói. Isso vem dessa análise que o Movimento Passe Livre tem de que a atuação tem que ser construída pela base, tem que ser construída pelos próprios militantes, tem que ser construída na própria realidade que nós estamos vivendo. Isso é fundamental. Enfim, isso explica mais ou menos como o Movimento Passe Livre funciona e qual é a lógica de atuação nossa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – (*Interrupção do som.*) – ... a nossa reunião. Enfim, mas uma pergunta. Se alguém quiser comentar, senão eu a comento e vamos tocando devido ao nosso horário. Já são 12h40min, portanto, às 13 horas teremos sessão do Congresso.

“Por que tantos benefícios parlamentares, quando, na verdade, a grande maioria legisla em causa

própria?” E aqui ela dá um exemplo. Em resumo ela diz: “Vocês desengavetaram e aprovaram projetos de lei que o povo tanto clamava”.

Isso é uma demonstração que, como eu sempre digo, os Palácios de Brasília funcionam sob pressão. E que bom que está havendo pressão na rua de todos os segmentos que entendem que mudanças tinham que acontecer.

Essa semana mesmo, na votação do suplente, um dia foi votado de uma forma, no outro dia, pela reação do povo, foi mudado radicalmente, e de forma positiva. Que bom que você também entende que a pressão popular que escreve uma nova história e um novo país.

Uma pergunta para o Gabriel. “As manifestações continuarão a lutar contra a manipulação e a distorção das informações públicas pela grande mídia?”

O SR. GABRIEL SANTOS ELIAS – Com certeza. O Adnelo está certo, uma das grandes pautas que as manifestações colocaram é pela democratização da mídia e contra a forma como a mídia tem pautado e enquadrado a juventude.

Então, em todas as manifestações nós vimos críticas às redes de comunicação e inclusive com excessos, com queima de carros de tevê, com até constrangimentos de jornalistas e tudo o mais. Mas isso significa, de forma mais geral, o descontentamento da população com a mídia, com os “barões da mídia”, da forma como a mídia é concentrada no País.

Então, eu acredito, sim, que essas manifestações vão continuar, essa forma de expressão de descontentamento vai continuar, sim, enquanto não houver reforma.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Olha, eu quero dizer que qualquer um da Mesa, inclusive a Senadora Ana Rita, pode fazer comentários também. Caso não haja quem queira comentar, eu mesmo comentarei após ler as perguntas, porque não podemos deixar os nossos companheiros que estão interagindo aqui, as centenas, sem respostas.

Essa aqui, eu acho que eu que vou ter que responder: “Vocês acham que o mensalão – querendo ou não é um tema que está em debate – desencadeou toda essa guerra contra a nossa democracia. Se as PECs nºs 33 e 37 fossem aprovadas não seria um atentado contra a democracia?”

Eu mesmo a respondo. (Pausa.) Vamos lá então, Alessandro. A prioridade é para os convidados e para os Senadores. Caso não houver respostas, eu a responderei.

O SR. ALESSANDRO MELCHIOR – Senador rapidamente, então, sobre comentário do mensalão, da Ação Penal nº 470 e da PEC nº 37, acho que são duas questões.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – PECs nºs 33 e 37.

O SR. ALESSANDRO MELCHIOR – Primeiro, a respeito da ação penal que ficou conhecida como mensalão, essa não chega nem perto dos principais casos de corrupção no Brasil.

Tem um Senador aqui que, é Líder de um partido, que foi governador de Minas Gerais que é acusado de desviar quase R\$5 bilhões do governo do Estado quando ele era governador. Isso dá quase 80 vezes o valor do montante envolvido no processo do dito mensalão, ou seja, 78 vezes o valor envolvido no processo de corrupção chamado mensalão. E isso não é pautado pela grande imprensa.

Então, se há processo de corrupção e há casos de corrupção eles têm que ser tratados da mesma forma.

O caso específico do mensalão foi um caso que a grande imprensa tomou como bandeira para discutir corrupção e discutir de uma forma enviesada.

O segundo ponto é sobre a PEC nº 37. Em vários momentos, nas manifestações, surgiram cartazes defendendo a PEC nº 37 e vários jornalistas entrevistaram as pessoas perguntando o que era a PEC nº 37, mas as pessoas não sabiam o que era a PEC nº 37, as pessoas iam como gado para o abate defendendo um negócio que eles não sabem o que é. E o Ministério Público tem a responsabilidade de fazer o controle externo da atividade policial e nem isso ele faz porque ele não tem condições de fazer. E ele quer cumprir o papel da polícia investigativa que é um equívoco inclusive constitucional.

E aí, para finalizar, eu acho que aquilo, e tem sido provado na história do Brasil, que é defendido pelos grandes órgãos de imprensa, pela Rede Globo, pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, pela *Folha de S. Paulo*, não faz bem ao Brasil. Então, de imediato, se essa é uma defesa dos grandes órgãos de imprensa, provavelmente não era bom para o conjunto da população brasileira a rejeição da PEC nº 37.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu respondo rapidamente também que, independente desse ou daquele, tudo tem que ser investigado. Quem errou terá que responder pelos seus atos. Quanto às PECs nºs 36 e 37, elas foram rejeitadas por unanimidade pelo Congresso Nacional.

“Os três Poderes entraram em conflito e começaram a medir esforços, enquanto o povo foi esquecido há tempo. Agora no prazo de quase uma semana, enfim, desarquivaram projetos, começaram a trabalhar por aqueles que haviam esquecido.”

Eu mais uma vez reafirmo o que já disse: é importante, sim, a pressão popular, e por isso nós temos um sistema democrático de Direito. E que bom que a

sociedade organizada – sindicato, juventude, associação de bairro, enfim, clube de mães, de pais, estudantes, movimento negro, movimento dos índios, dos ciganos – está pressionando os três Poderes. Isso é muito bom. Pressão democrática só faz bem.

Eu me lembro de uma frase do Nelson Mandela, quando ele disse, logo que assumiu a presidência da África do Sul: “Me pressionem. Não achem que está tudo resolvido porque eu virei presidente da África do Sul. É a pressão das ruas que vai fazer que eu diga ao poder econômico que não é bem como eles estão dizendo.”

Porque os estudantes, os trabalhadores, o nosso povo, a nossa gente está dizendo que a pauta é outra. A pressão é legítima. Eu andava muito triste, confesso a vocês, quando não via pressão nenhuma há quase 20 anos. E que bom, que bom que o povo voltou para as ruas e está pautando o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, porque o Judiciário também não pode ficar arquivando processos lá por cinco, dez, quinze anos até votar uma matéria. Me lembro agora o caso do Aerus. Faz 13 anos que está lá e não vota, e os pobres aposentados e pensionistas – pobres porque estão pobres mesmo, são pessoas que ganhavam na sua atividade um salário decente e estão ganhando R\$100,00, R\$200,00, e estão em greve de fome no Rio de Janeiro.

Aqui também o outro responde, enfim, “todos, todos devem ser eleitos pelo povo e pelo voto direto.”

“Precisamos de uma reforma política. Não existe a possibilidade de um eleito se candidatar para outro cargo ainda no anterior.” Quero dizer que eu concordo com ele, viu? Esse negócio de ficar pulando de galho em galho e não terminar nem o seu mandato, eu particularmente tenho também essa posição. Elegeu-se Senador, vá cumprir o seu mandato; se eleger governador, vá cumprir o seu mandato; se eleger vereador, vá cumprir o seu mandato; se eleger prefeito, vá cumprir o seu mandato. Essa é a minha posição independente, não que eu queira concordar. É que eu assumo sempre as minhas posições.

“Senador, essa proposta está para OAB. Reforma iniciativa popular.” Pessoal, se alguém quiser fazer algum comentário, se apresente, senão eu vou tocando as perguntas. “Senador, essa proposta está pela OAB. Reforma iniciativa popular.” Ele está falando sobre a reforma política apresentada pela OAB, que vem em boa hora e está em debate na sociedade.

“Nós temos que nos preocupar sempre com o serviço e o combate à corrupção.” Ele fala “a cara de pau dos bandidos”, que “ninguém pode querer o poder pelo poder. Nós temos que pensar pelo bem do povo,

todos nós. Há que acabar.” No fundo ele quer dizer a corrupção.

“Quando será proposta a prioridade de julgamento de crime de corrupção?” Esperamos que o Supremo Tribunal Federal assuma essa responsabilidade e dê prioridade para o combate ao crime de corrupção. Aqui no Legislativo a gente só legisla, a gente não julga.

“O alto custo de vida influencia a grande parte das reivindicações. O que as lideranças propõem sobre esse assunto?”. Sou agente penitenciário em Minas Gerais. Aproveito a oportunidade pedindo clemência aos senhores contra o veto da Lei Complementar nº 87, de 2011.” Se eu não me engano, os agentes penitenciários estão acampados aqui em frente ao Congresso Nacional, e nós estivemos dialogando com eles no sentido de que as reivindicações deles sejam atendidas.

“O alto custo de vida influencia a grande parte das reivindicações. O que as lideranças propõem sobre esse assunto?” Alguém quer comentar sobre o custo de vida? (Pausa.) Gabriel, vai lá.

O SR. GABRIEL SANTOS ELIAS – Há essa discussão que foi colocada, sobre o alto custo de vida. Na verdade, ela está totalmente ligada à importância que foi levantada para o serviço público.

Então, por mais que a renda de parte da população tenha aumentado, que ela tenha tido acesso a serviços privados, como educação e saúde, a planos de saúde, que são caros e ruins, a população tem, sim, percebido que é importante lutar por serviço público de qualidade.

É uma disputa, inclusive, que a esquerda tem de agarrar e mostrar para essa população que temos de ter um Estado eficiente, um Estado que tenha condições de proporcionar serviços públicos de qualidade, com mais investimento nesses setores.

Essa é uma disputa que está colocada, porque a direita também vai chegar e colocar que, na verdade, tem de privatizar tudo, porque o mercado é mais eficiente para prover esses recursos.

Então, a esquerda tem de assumir esse papel histórico de dialogar com essa população e oferecer um caminho que seja por serviços públicos de qualidade e gratuitos para que todo mundo tenha acesso à saúde, à educação, à mobilidade urbana e a tudo isso, porque o setor privado não tem condições de oferecer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Gabriel.

Passamos a resposta também para o Alessandro.

O SR. ALESSANDRO MELCHIOR – Rapidamente, Senador Paim. Eu quero, sobre essa pergunta do custo de vida, fazer um resgate de um ponto que o Gabriel trouxe e que diz respeito ao ajuste fiscal. Eu quero citar a questão da taxa Selic, que foi aumentada

agora pelo Copom em mais 0,5%, chegando a 8,5%, no valor da taxa de juros.

Discutimos muito em relação ao debate do custo de vida, e aí, a grande imprensa e boa parte de uma parte da classe política brasileira apresentam a necessidade de aumentar a taxa de juros para combater a inflação. Só que temos de lembrar que o que tem impulsionado a inflação no Brasil é o alto preço dos alimentos, que não são produzidos pelo agronegócio. Ou seja, o Governo brasileiro financia o agronegócio para produzir soja e exportar; isso causa um alto custo no valor dos alimentos, que repercute no valor da inflação. Então, a origem do problema não está na porcentagem da taxa Selic; está justamente na opção que o Governo brasileiro tem feito em financiar o agronegócio.

(Soa a campanha.)

O SR. ALESSANDRO MELCHIOR – Por último, as manifestações têm apresentado, de uma forma muito analógica do senso comum de militância coxinha, a discussão em torno da tributação, martelando aquela coisa batida de que pagamos muito imposto. De fato, pagamos muito imposto, mas defender a redução de imposto é contraditório quanto a defender a ampliação de serviços públicos. E o problema, no Brasil, não está na carga tributária; está na matriz de cobrança de imposto que incide sobre o consumo e não sobre a renda.

Então, não é redução de impostos. E é um momento importante, inclusive, para discutirmos reforma tributária a partir da taxação das grandes fortunas e taxação da renda. O Governo, inclusive, vem fazendo reforma tributária picada já há três anos a partir da desoneração, inclusive, da folha de pagamento.

Então, é um momento importante, inclusive, para apresentar essa crítica à forma picada e fatiada, sem dialogar com a sociedade, que o Governo vem fazendo reforma tributária e a matriz de cobrança de impostos no Brasil que incide sobre o consumo e, portanto, penaliza justamente os mais pobres e a classe média, e não os ricos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Meus cumprimentos pelas respostas ao Gabriel e ao Alessandro.

Aqui diz: “Chega de corrupção. Política não pode ser uma profissão.”

O que ele quer dizer é que os homens públicos têm de defender causas e não interesse pessoal.

Paulo Henrique: “Com as reivindicações, não seria mais produtivo focar nas reformas institucionais – reforma política, reforma do Legislativo, reforma do Executivo e do Judiciário – como forma de requalificar o Estado, para que ele responda melhor às necessidades da sociedade?”

Alguém quer falar sobre isso? *(Pausa.)*

Na verdade, ele faz uma afirmativa. Todos nós aqui já chegamos à conclusão de que precisamos, sim, de reformas institucionais. Todos nós queremos a reforma política, o debate na sociedade; nós queremos reforma do Legislativo, que tem a ver com a reforma política, e queremos reforma também, é claro, no Executivo e no Judiciário; e fortalecer o Estado, para que ele responda melhor às necessidades da sociedade.

Aqui ele faz mais uma afirmação: “Começaremos uma lavagem interna: mudança nas Casas, mudança no Regimento Interno.” O que ele está dizendo, no fundo, é que tem de mudar o Regimento. Eu acho que o Regimento, de fato, tem de ser melhorado. Já há inúmeras propostas na Casa – não é Senadora Ana Rita – que vão na linha, inclusive, de alterar não só a Constituição, as leis, mas também o Regimento Interno do Congresso Nacional.

Sr^{as} e Srs. Senadores, eu quero dizer que eu não li previamente nenhuma pergunta. Eu as estou lendo automaticamente.

“Sr^{as} e Srs. Senadores, como disse o representante do Passe Livre de Brasília, após ficar claro que houve perseguição política no caso do Governo de Brasília, parece nos tempos da ditadura. Vai ter atitude ou, simplesmente, vai ficar sem nenhuma atitude contra os nossos governantes?”

Eu acho que a melhor resposta quem deu, nesse caso, foi o Alessandro, não é, Alessandro? O Alessandro já diz que vocês fizeram todo o levantamento contra a parte policial e os movimentos de rua. Então, o Alessandro deu a resposta, inclusive, do que a Secretaria Nacional da Juventude está fazendo, interagindo nesse sentido, e nós, naturalmente, da Comissão de Direitos Humanos – eu falei isso, Senadora Ana Rita, permita que eu repita –, estaremos juntos nessa defesa de todos aqueles que foram, de uma forma ou de outra, agredidos, perseguidos injustamente.

É claro que nenhum de nós, tenho a certeza que é a posição da Mesa, é favorável aqueles que foram para o quebra-quebra, agredindo, por exemplo, aqui, o Itamaraty, quando o quebraram. Achei bonito o gesto dos funcionários, que, no outro dia, abraçaram o Itamaraty. Uma colega daqui disse que estava lá, uma assessora. No outro dia, o representante do Passe Livre abraçando o Itamaraty e aqueles, também, que agredem os policiais como nós vimos.

Então, nem um lado nem o outro. Nós da Comissão de Direitos Humanos temos a obrigação de, na verdade, defender a livre manifestação, ser contra todo tipo de violência, quer venha de parte do policial, quer venha de parte de alguns manifestantes, que cometeram verdadeiros crimes. Alguns. Vamos deixar bem claro aqui, que essa minoria, da minoria, da minoria, não

representa – esses, sim, não representam – ninguém, aqueles que partem para o quebra-quebra tentando até desqualificar um movimento belíssimo como esse que é liderado pelo conjunto da juventude brasileira.

O cidadão pergunta a V. Ex^a: “Quando será a votação da LDO?” Vamos fazer de tudo para que a LDO seja votada até a próxima quarta-feira, se não, não há recesso. Aquele recesso de 15 dias que existe durante o mês de julho.

“Solicita que vote com urgência a derrubada do veto do fator previdenciário.” Estamos todos trabalhando nesse sentido, e o movimento no dia de hoje, em todo o Brasil, a pauta número um das centrais sindicais é o fim do fator previdenciário.

“Para ter resultados, tem que acabar com a corrupção.” Há concordância absoluta de todos nós.

Aqui a mesma pergunta: “Quando será votada a PEC nº 280, do Clodovil, que diminui o número de Deputados e limita, no mínimo, de quatro por Estado e, no máximo, de 30.” Eu a respondi antes, disse que ela esta anexada a outra PEC e entra no debate da reforma política.

Nós estamos encerrando, porque às 13 horas tem sessão do Congresso, não sei se a Senadora Ana Rita quer usar a palavra. (*Pausa.*)

Depois vou dar a palavra para as considerações finais aos nossos convidados.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Senador Paim, eu acabei retornando um pouco mais tarde, porque audiência que eu tinha demorou um pouquinho, mas vejo que o debate foi muito bom. Até já conversei com quem nos assessora. Quero parabenizar todos vocês que estão aqui fazendo todo esse debate. Acho que vocês trazem algumas reflexões profundas sobre alguns temas que, para nós, são altamente importantes como é o caso, por exemplo, da reforma política.

Eu vejo que esse tema tem que ganhar força dentro da sociedade. Esse tema não pode ficar dentro do Congresso apenas. Ele precisa ganhar capilaridade. Para ganhar capilaridade, é preciso fazer muitos debates pelo País afora sobre essa temática. Penso que você, a juventude, as organizações de juventude podem contribuir em muito com esse debate.

Acho que nós podemos, depois, dialogar um pouco mais até pensarmos juntos como fazer isso, a Comissão de Direitos Humanos se coloca à disposição também, mas esse é um tema que precisa ganhar capilaridade no meio da população. Não dá para o Congresso aprovar a reforma política sem o devido debate junto à população.

Em 2011, quando foi criada a Comissão Especial aqui no Senado, eu, particularmente, fiz parte desta Comissão, acho que o Senador Paim também, e nós

fizemos alguns debates no Estado onde eu moro, no Estado do Espírito Santo, e outros Parlamentares fizeram, também, nos seus respectivos Estados, mas ficou muito restrito àquele momento de 2011, e as outras demandas foram ganhando espaço na nossa agenda e a reforma ficou meio que na gaveta, de certa forma.

Ela precisa ganhar força novamente diante da sociedade brasileira. As movimentações ocorridas nas ruas levantam essa pauta. Só que nós precisamos criar espaços de debate do conteúdo da reforma política. Que reforma política a população deseja? O que ela espera do Congresso Nacional ao discutir a reforma política aqui? Então, eu vejo que esse debate precisa realmente ser ampliado entre todas as organizações da sociedade, não só dentro do Parlamento.

Também vocês trazem o debate – aqui me parece que vocês abordaram – quanto à questão da redução da maioridade penal. Como jovens, com certeza, vocês repudiam isso, não é? Mas é preciso também debater sobre isso, porque, quando a gente escuta a sociedade, a sociedade tem uma outra opinião a respeito disso. Mas por quê? Porque falta debate, falta informação, falta diálogo sobre esse tema.

Eu, particularmente, tenho uma posição muito clara sobre isso. Já me manifestei muitas vezes aqui no Senado Federal; já me manifestei também em outras atividades fora do Senado Federal, contrária à redução da maioridade penal. Mas a população espera uma resposta. Dizer que nós somos contra não é suficiente. Nós precisamos construir uma alternativa para isso.

E sabemos também que a lei de drogas, que foi votada na Câmara, também não contempla, ela não é suficiente. Ela traz, na minha opinião, com certeza, alguns prejuízos. E a juventude não pode ser penalizada. Porque a juventude sempre é muito vítima. As maiores vítimas da violência são os jovens negros e pobres. As pesquisas mostram isso; os dados mostram isso. A nossa companhia que está aqui, com certeza, já falou sobre isso.

Então, o nosso desafio é construir cada vez mais políticas públicas que possam prevenir e enfrentar a violência contra a nossa juventude, principalmente, a juventude pobre e negra. Mas essas coisas não acontecem da noite para o dia. Elas não brotam apenas dentro do Congresso Nacional. Precisa ter a participação da sociedade; precisa que a sociedade ajude também a construir essas políticas, a pensar como fazer.

Diante disso, eu não vou me estender em função do horário. Eu quero apenas dizer que a Comissão de Direitos Humanos está inteiramente à disposição. O Senador Paim já presidiu esta Comissão durante muito tempo; eu assumi a Presidência este ano; trabalhamos juntos, em parceria, com os demais Parlamentares que

compõem esta Comissão, que são Parlamentares também altamente comprometidos com a luta dos direitos humanos. Então, nós estamos juntos nesta caminhada e queremos que esta Comissão, cada vez mais, tenha uma relação estreita com as organizações da sociedade e, em particular, com as organizações de juventude. Então, nos colocamos inteiramente à disposição.

Fiquei feliz também de saber que vocês estão construindo um relatório das violências acontecidas durante esse período das manifestações e que vocês querem debater isso aqui, no Senado Federal, na Comissão de Direitos Humanos. A Comissão está de portas abertas para que vocês possam trazer também o conteúdo desse trabalho, dessa pesquisa, desse relatório e, enfim, a partir disso, ver também o que é possível fazer.

Eu finalizo, agradecendo mais uma vez a presença de todos vocês, agradecendo muitíssimo ao Senador Paulo Paim, que é um Senador muito comprometido com a luta dos trabalhadores e de todos os segmentos da sociedade – da juventude, das mulheres, dos negros. Então, parabéns, Senador Paim, pela iniciativa de propor essa audiência pública de hoje. E obrigada pela presença de vocês.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Parabéns a V. Ex^a, Presidenta Senadora Ana Rita. (*Palmas.*)

Eu vou passar as considerações finais da nossa Mesa. Antes, porém, como eu recebi aqui, pelo meu celular, alguns questionamentos, eu vou citar alguns deles, porque se eu não o fizer, depois eles vão me cobrar. Eu sou obrigado a fazer, porque veio por meio do meu celular.

“Vocês também entendem que o ensino tem que melhorar a qualidade?” Responda quem quiser e como quiser.

Veio aqui também: “CPI da Copa, afinal, vão ou não vão assinar?” Respondam segundo a opinião de vocês.

Voto secreto, vocês já responderam. Todos são contra o voto secreto no Parlamento.

Quando os movimentos voltam, ou se não voltam. Já responderam também.

E aqui também perguntaram a posição de vocês – quem quiser responder, responda – sobre o PL nº 122, porque eu sou o Relator. “Sr. Senador Paulo Paim – ele perguntou –, você é o Relator do PL nº 122. Qual é a opinião dos nossos convidados?” A minha opinião, naturalmente, ele já sabe.

Vamos começar de lá para cá.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Senador Paulo Paim, me permite um segundo?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pois não. A Presidenta da Comissão.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Eu esqueci de falar, mas eu gostaria de fazer menção. Estão aqui alguns exemplares do boletim da Ouvidoria do Senado Federal, e a nossa Ouvidora é a Senadora Lúcia Vânia. E esse boletim também traz uma foto que eu acho muito expressiva. Depois, vocês poderão ver. Uma foto da manifestação ocorrida aqui em frente ao Congresso Nacional, onde um jovem, ou uma jovem – não dá para identificar bem – apresenta um cartaz dizendo o seguinte: “Se o povo acordar, eles dormem.” Então, é muito expressiva. É uma crítica, inclusive, ao Congresso Nacional, uma crítica positiva. Eu acho importante. Diz o seguinte: “Ouvidoria amplia canais de comunicação com a sociedade.” Então, a Ouvidoria também é um espaço de diálogo e de comunicação e que pode também estar a serviço da juventude brasileira. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Então, vamos começar agora da esquerda para a direita. Eu estou quase na direita, Gabriel. Se eu estou na direita, você está colado em mim. Da esquerda para cá, o Alessandro, com a palavra.

O SR. ALESSANDRO MELCHIOR – Senador, iniciando as considerações finais, a partir, justamente, da pergunta sobre o PL nº 122.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Cinco minutos para cada um. Mas, como ficou muita coisa no ar, se tiver que ser um pouquinho mais, a gente administra.

O SR. ALESSANDRO MELCHIOR – Então, início fazendo essa consideração sobre o PL nº 122, de autoria da Câmara dos Deputados. Nas últimas semanas, as manifestações, eu afirmei no início da minha fala, apresentaram além dessa demanda por mais direitos, uma demanda por mudança de valores na sociedade, valores de mais liberdade. A prova disso é que a Câmara dos Deputados rejeitou aquele projeto medieval de cura gay. Na semana passada, foi apresentado um novo projeto justamente reforçando essa demanda em torno de mais liberdade, de respeito à cidadania, respeito às pessoas, independente da sua condição de orientação sexual, gênero, raça. E aí, justamente por isso, eu também acho que fica caracterizado um momento importante para aprovar o PL nº 122.

Não é uma lei de mordada. As pessoas na igreja podem falar aquilo que quiserem. Agora, elas não podem pregar a violência, utilizando Bíblia, utilizando uma rede de TV, que inclusive é uma concessão pública, elas não podem provocar o ódio e pregar o ódio utilizando a defesa de uma religião, porque eu acho que nenhuma religião defende isso.

Então, nesse sentido, o Conselho Nacional de Juventude é favorável. Eu sou Diretor da ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais). Estou no Conselho Nacional de Juventude representando a ABGLT. Talvez, vamos discutir o tema do PL na nossa próxima reunião ordinária. Se isso ficar confirmado, vamos convidá-lo.

E, ao mesmo tempo, aproveito, porque há um relatório da Secretaria de Direitos Humanos, do ano passado, que diz que, assim como em vários outros casos, no racismo, na violência de gênero, na questão da homofobia, a juventude é a principal vítima – 70% dos casos de homofobia têm jovens como vítimas nesses casos. E o Governo tem respondido de forma omissa com relação a esse tema, ou seja, não tem respondido.

Então, da mesma forma que é preciso responder, no âmbito do Legislativo, com a aprovação do PLC nº 122, o Governo Federal precisa responder a isso com alocação de recursos, com a prioridade política. O orçamento da política de combate à homofobia, no ano passado, da Secretaria de Direitos Humanos, não chegou a R\$1 milhão. Isso é vergonhoso.

Então, já proponho aqui que pudéssemos realizar uma audiência pública, para discutirmos também a situação de violência e assassinatos contra a juventude LGBT.

Em relação aos tópicos finais, eu gostaria de reforçar o reconhecimento de como a democracia brasileira tem avançado, e ela se mostra uma democracia madura. A prova disso é a resposta e a reação imediata da Presidente da República em responder às ruas com uma plataforma, a resposta imediata também do Congresso Nacional – da Câmara e do Senado –, em responder às manifestações, justamente dialogando com as plataformas e com os temas que foram levantados, em alguns momentos de forma positiva, em alguns momentos de forma equivocada.

Acho que a forma de garantir que essa resposta seja cada vez mais adequada é se aproximando, dialogando mais com as ruas, se aproximando dos movimentos sociais, não é ficando restrito aos gabinetes, aos salões do Congresso, mas se aproximando cada vez mais das ruas.

Em relação às respostas da Presidenta, eu quero reforçar uma coisa que o MPL trouxe, que é a crítica ao pacote de ajuste fiscal, em um momento em que a gente discute mais direitos. Falar de ajuste fiscal, é falar de neoliberalismo na veia, é falar de contenção de despesas. Aí, financiamento de direitos sociais não se dá com contenção de despesas. Esse aumento da taxa Selic agora, para rentismo, para os banqueiros, cerca de R\$1 bilhão. Isso é uma vergonha, é um horror,

inclusive, porque quem ganha de imediato, financeiramente, com as manifestações é o rentismo...

(*Soa a campanha.*)

O SR. ALESSANDRO MELCHIOR –... são os banqueiros com esse aumento da taxa de juros. Isso traz para a gente a necessidade de democratizar o Copom – não dá para ser um Conselho de técnicos ligados ao rentismo e ao setor bancário. Acho que o Senado tem uma grande oportunidade de aproveitar este momento e garantir mais direitos para o Brasil.

Com a aprovação do Plano Nacional da Educação, com os 10% do PIB para a educação pública e não para a educação privada. Chega de dinheiro público para financiar a educação privada.

Acho que a discussão... O Senado fez um equívoco ao reduzir o financiamento dos *royalties*, o valor dos *royalties* como a Câmara dos Deputados tinha aprovado. Mas acho que é um equívoco muito maior quando a gente discute o financiamento dos *royalties* ou 100% dos *royalties* do petróleo para a educação como se isso fosse grande coisa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mas a Câmara já votou...

O SR. ALESSANDRO MELCHIOR – Sim, a Câmara está voltando...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Já votou...

O SR. ALESSANDRO MELCHIOR – Quando a gente discute os *royalties* do petróleo para a educação, a gente está discutindo cerca de 10% do que representa a descoberta do pré-sal e desses postos que estão sendo leiloados pelo Governo. Então, a gente está discutindo e fazendo um cavalo-de-batalha em torno de 10% enquanto o restante está indo para a Chevron e para as grandes empresas petroleiras do mundo. É importante que a gente neste momento possa discutir o programa máximo e não ficar na lógica do que é possível e do que é permitido pela correlação de forças agora. A correlação de forças está mudando, as ruas mostram isso. A forma de não permitir que a correlação de forças fique mais frágil para o nosso lado é justamente garantir essa relação mais próxima com as ruas e com os movimentos sociais.

Por último, agradecer, em nome do Conselho Nacional de Juventude a oportunidade, porque a gente tem colocado, como uma das prioridades desta gestão, uma agenda legislativa mais intensa e mais forte. Então, a gente estará mais próximo, acompanhando e fazendo essa incidência mais cotidiana com o conjunto das Comissões e dos Senadores. A gente sabe que a Comissão de Direitos Humanos, ao contrário da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos De-

putados, é uma grande aliada do povo brasileiro, e a realização desta audiência é uma prova disso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

Alessandro Melchior é Presidente do Conselho Nacional da Juventude.

Passamos a palavra agora ao Murilo Amatneeks... Repita aí...

O SR. MURILO AMATNEEKS – Murilo Amatneeks. Significa trabalhador em letão. Na Letônia...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem! Murilo Amatneeks é Chefe da Assessoria da Secretaria Nacional da Juventude da Presidência da República.

Para suas considerações finais, eu estou dando cinco minutos e, se necessário for, darei mais cinco; mas, quando tocar o último minuto, é preciso encerrar.

O SR. MURILO AMATNEEKS – Bom pessoal, mais uma vez quero agradecer à Comissão de Direitos Humanos aqui do Senado Federal, na figura da Senadora Presidenta Ana Rita, e ao proponente desta audiência, Senador amigo e companheiro da juventude brasileira, de muitas lutas, Senador Paulo Paim. Nós costumamos chamá-lo de Senador dos Estatutos. Sempre que disputamos conquistar os direitos para as minorias do País ele está presente, e no Estatuto da Juventude não foi diferente. Todo trabalho e estudo que nós conseguimos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Por indicação de vocês, eu fui Relator aqui e também na Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. MURILO AMATNEEKS – Exatamente. E não só isso: no plenário, praticamente, conseguiu acatar toda a formulação que nós produzimos na Secretaria, no Conselho Nacional de Juventude e nas conferências ao longo de muitos anos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Permita-me interromper sua fala, mas, se dependesse de vocês e deste Relator, não teria aquela história de 40% não. Mostro o relatório que vocês ajudaram a construir, pois foi a emenda do Plenário que limitou em 40%. Depois, vieram perguntar para mim como é que iriam fiscalizar. Eu disse: “Bom, não fui eu quem colocou essa emenda aí. Eu quero saber como é que vão fiscalizar mesmo.” Só 40% das vagas serão gratuitas nos teatros e cinemas. Como se dará a fiscalização? Nossa proposta, a que vocês ajudaram a escrever, a juventude brasileira que escreveu, fui apenas aquele que carimbou – digamos – e não tinha essa história de 40%.

O SR. MURILO AMATNEEKS – Inclusive, Senador, esse é um tema que agora vai à sanção da Presidenta Dilma. Nós estamos produzindo uma nota

técnica da Secretaria, inclusive orientando os posicionamentos para dentro do Governo, e o desafio vai muito além da sanção do estatuto, mas sim o desafio de regulamentá-lo, como de fato uma carta de direitos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Isso é para garantir essa fiscalização com base nessa emenda que foi apresentada.

O SR. MURILO AMATNEEKS – Exatamente. Por isso, eu provoco. Eu acho que não só esta Comissão, mas os Senadores que são parceiros da juventude brasileira terão papel fundamental na construção dessa regulamentação. Até porque um dos temas que o próprio Estatuto levanta é a criação do Sistema Nacional de Juventude. O que seria isso?

Nós temos uma série de iniciativas, em diversos Municípios, de conselhos de juventude, de coordenadorias, mas ainda não há, de fato, esclarecido qual é o papel desses órgãos gestores, dos instrumentos de participação, quais são as atribuições dos Municípios, dos Estados e até mesmo da União na construção das políticas de juventude.

Senador, nós não queremos que fazer política de juventude seja somente através da vontade política dos nossos governantes. Nós queremos que a política de juventude seja cada vez mais perene no Estado brasileiro, assim como muito nós temos conquistado: a política de igualdade racial, a política de igualdade de gênero, entre outras.

Respondendo a uma das perguntas que o Senador levantou no final, o tema da qualidade de ensino é um tema que está muito presente no próprio debate do Estatuto, ainda com uma diretriz – ele não tem qualquer tipo de regulamentação em relação a esse ponto –, e é um tema que os movimentos juvenis, em todas as audiências que têm promovido, grande parte deles tem colocado com muito peso.

O Governo tem avançado muito na inclusão e no acesso, principalmente, ao ensino superior, ao ensino técnico, entretanto, há muito que se fazer ainda para garantir condições de permanência desse jovem na universidade.

E aí eu chamo a atenção para um outro debate que nós estamos fazendo com o MEC e com o MDS, da permanência no ensino médio – aí os índices de evasão são muito fortes. Então, através de um conjunto de debates, inclusive a partir da criação de um comitê interministerial das políticas de juventude, nós pretendemos tratar este tema com maior força, mas sabemos que já há um conjunto de iniciativas que o MEC está promovendo, como a própria bolsa permanência para os jovens do ensino superior, principalmente os jovens oriundos das comunidades tradicionais quilombolas e jovens de baixa renda.

E antes que o Senador me interrompa, eu sei que essa é uma proposta que o senhor debateu em...
(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MURILO AMATNEEKS – Não, não. Eu sei que essa proposta da bolsa permanência nós formulamos lá em 2010. Eu me recordo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É uma proposta de vocês para a minha campanha eleitoral. “Senador, assuma essa bandeira, porque vai dar certo.” E hoje ela é real.

O SR. MURILO AMATNEEKS – Ela é real. A portaria do MEC do mês passado já regulamentou e já está dando condições para os jovens se inscreverem para, no próximo semestre, poderem ter a bolsa permanência. Essa é uma das questões que nós queremos, inclusive, estamos fazendo um debate para estudar as condições de levá-la ao ensino médio brasileiro. Essa é uma das questões, é um tema muito amplo, mas que mostra efetivamente o compromisso deste mandato, desta gestão do Governo brasileiro em, de fato, discutir a qualidade da educação, assim como discutir a qualidade dos serviços para a população brasileira.

Sabemos, como bem disse o Senador, que isso só será possível com ampla pressão popular, com mobilização, com a juventude saindo às ruas. Isso tem um fator totalmente positivo para o desenvolvimento do País.

E para encerrar, quero dizer que nós vamos completar, no dia 13 de julho, daqui a dois dias – além de ser o Dia Mundial do Rock – 23 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente. E este um momento em que nós estamos lutando muito para que as questões que nós incluímos lá sejam defendidas, sejam levadas a sério. E que essa luta por direitos vença a luta pela repressão à juventude, pela criminalização dos movimentos juvenis, pela redução da maioridade penal. Que essas lutas não se propaguem aqui dentro desta Casa à luz das comemorações dos 23 anos do ECA.

E, obviamente, é muito oportuno falar disso, porque, há 23 anos, quando nós éramos crianças, nós éramos a maior população infantil da história do País até aquela época. Isso muito nos orgulha e, mais uma vez, reforça o quão de lutas e conquistas é essa geração. E, após essas crianças crescerem, 23 anos depois, é a geração que sai às ruas para impulsionar as mudanças no País, para conquistar o Estatuto da Juventude, para discutir a criminalização da homofobia, para discutir mais e melhores conquistas para a população brasileira.

Então, assim como eu comecei, eu quero saudar, ao final, a importância de os movimentos juvenis terem saído às ruas em conjunto com os demais jovens não organizados do País, para impulsionar essas conquistas,

para fazer com que nós tenhamos cada vez mais conquistas para a população brasileira e, em especial, para a população mais reprimida e afetada do País, em especial, os jovens, as jovens mulheres e negras principalmente, no alto nível da exclusão no País.

Por fim, a Secretaria Nacional de Juventude é parceira para mais esses debates que nós possamos realizar. O Conselho Nacional de Juventude tem feito um trabalho fundamental junto com os movimentos juvenis e esperamos mais conquistas desta Casa, para fazer com que nós possamos avançar cada vez mais.

E convidamos os Senadores, na figura do Senador Paulo Paim, para produzir um grande ato de sanção da Presidenta Dilma agora, no próximo dia 12 de agosto, Dia Internacional da Juventude, quando, de fato, o Estatuto da Juventude vai virar a carta de direitos da população brasileira. Dia 12...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – ... Dia Nacional da Juventude, da Presidência da República.

Parabéns, Murilo, pelas suas considerações finais.

Agora, passamos a palavra à Thânisia Marcella Alves Cruz, que é uma liderança da UnB e que foi a formuladora da campanha A Cor da Marcha.

A SR^a THÂNISIA MARCELLA ALVES CRUZ – Obrigada.

Primeiramente, eu quero agradecer o convite do Senador e da Senadora e, também, agradecer à Casa a oportunidade de ter uma palavra.

Eu quero enfatizar, como encerramento, o pedido da aprovação da PEC do Trabalho Escravo – se o senhor quiser, eu posso deixar aqui com o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Deixe aqui por escrito e nós vamos trabalhar.

A SR^a THÂNISIA MARCELLA ALVES CRUZ – E depois, se o senhor quiser, eu posso lhe repassar as outras demandas sobre políticas públicas a esse respeito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Fica como uma decisão desta Comissão a aprovação, com toda a força, do combate ao trabalho escravo.

Para todos saberem: o que é a PEC de Combate ao Trabalho Escravo? Todo aquele que mantiver, na sua propriedade, seja no campo ou na cidade, trabalhadores sob escravidão, perderão a propriedade.

Parabéns pela moção de apoio pela aprovação da PEC de Combate ao Trabalho Escravo, que é ainda do ex-Senador Ademir Andrade. Faz mais de uma década que ela está tramitando na Casa.

A SR^a THÂNISIA MARCELLA ALVES CRUZ –

Contribuindo um pouco com o que o Senador falou, a gente tem um trecho da nota, que é o seguinte:

A face do trabalho escravo é majoritariamente negra, com uma grande concentração nas Regiões Norte, Nordeste, Sudeste. Há uma forte relação entre trabalho escravo, racismo e concentração fundiária. O Estado do Maranhão, onde se tem o maior índice de apreensões do trabalho escravo, é o Estado com maior quantidade de comunidades quilombolas do País e onde há um dos maiores contingentes de pessoas negras.

A Bancada ruralista condiciona à aprovação da PEC no plenário à admissão de dois mais novos projetos. São eles: um que defina o que é trabalho escravo, como se a OIT e o Código Penal já não o tivessem definido, e outro que defina os procedimentos de desapropriação, os quais poderiam ser definidos posteriormente por um instrumento de regulamentação como uma portaria. Ou seja, essas medidas são tentativas de retardar o processo de aprovação da PEC.

E eu vou deixar para o senhor. (Risos.)

Sobre o ensino de qualidade. Dentro de algumas pautas do movimento negro, a gente tem como ação afirmativa a Lei nº 10.639, de 2003, que torna obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, e a Lei nº 12.711, de 2012, que obriga a adoção de cotas sociais e raciais nas instituições de ensino superior.

E dentro dessas demandas, mais explicitamente, o que a gente pede é a implementação da Lei nº 10.639, de 2003, com metas, prazos e monitoramento efetivos pelos Governos Federal, Estadual e Municipal, instituições de ensino superior, em franco diálogo com as organizações de movimento negro; a implementação de política de ação afirmativa para acesso de estudantes pesquisadores negros às bolsas de estudo ofertadas pelo Governo brasileiro no País e no exterior.

Então, eu acho que o ensino de qualidade, em sua totalidade, é difícil de discutir, mas essas são algumas medidas que poderiam ser tomadas em curto prazo. Por exemplo, na Universidade de Brasília, a gente já apresenta resultados que sustentam uma boa tese de que as cotas deram certo e continuarão dando certo, com o recorte racial, levando em consideração o racismo e a discriminação sob todas as formas. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Thânisia, tu vais me permitir – com todo carinho que eu tenho à Mesa e, naturalmente a vocês, até para te preservar também, porque esta é uma Casa política, nós estamos falando aqui para todo o Brasil –, eu vou retirar dos Anais o nome dos dois Senadores, porque, da forma que foi colocado, a tua intenção, eu sei que não foi de nenhuma maldade, mas se você denuncia,

você tem que provar. Poderíamos estar criando um problema, inclusive, para você. Então, devido a isso, eu peço que desconsidere. Eu sei que ela vai entender. Estou pensando, inclusive, pode ter certeza, em você. Os dois Senadores são atuantes na Casa. Eu não vou fazer julgamentos. Agora, se a gente faz aqui um depoimento, dizendo que esse ou aquele Senador ou essa ou aquela Deputada está fazendo algo que é crime, nós vamos ter que responder pela acusação feita. Sei que não foi essa a tua intenção.

Quando a gente fala desta ou daquela bancada, e fala de bancada evangélica, e fala de sindicalista, e fala de bancada ruralista – eu, por exemplo, sou da bancada sindicalista e não nego isso –, às vezes a gente, espontaneamente, coloca o nome de um ou de outro, de acordo com aquilo que, talvez, alguém tenha colocado, mas que não há nada que prove que isso é verdadeiro. Como essa minha afirmação, eu sei muito bem o que eu estou dizendo. E fique tranquila, Thânisia, que o teu depoimento, no conjunto, foi muito bom em todos os sentidos. Mas eu retiro essas duas expressões, até em respeito aos dois Senadores e em respeito a você também. O.k.? Fizemos esse acordo aqui, tranquilo? Todo mundo entendeu, não é?

Muito bem! Uma salva de palmas para a Thânisia, essa jovem. (Palmas.)

Agora, passamos para o Gabriel Santos Elias, representante do Movimento Passe Livre.

O SR. GABRIEL SANTOS ELIAS – Obrigado, Senador. Agradeço pelo espaço porque, realmente, para nós que estamos nessas manifestações no dia a dia tanta coisa acontecendo recentemente, é muito importante ter um espaço de diálogo, com tanta gente qualificada, como aconteceu aqui, porque assim a gente consegue se entender melhor e até aprimorar a nossa capacidade de realização através da luta. Aproveito também para cumprimentar os demais integrantes da Mesa.

Quero ressaltar aqui o que eu falei anteriormente sobre a centralidade das ruas nessas manifestações. No Movimento Passe Livre, a gente costuma falar uma coisa que é bem interessante e tem tudo a ver com as manifestações recentes: “Nós paramos as ruas para abrir caminhos.” Uma das estratégias de mobilização do Movimento Passe Livre é justamente travar a rua, travar a cidade, travar vias de acesso com a população nas ruas, para chamar a atenção para a nossa pauta. Por que fazemos isso? A rua é um espaço fundamental para o movimento social. A rua é o espaço de encontro, é o espaço de diversidade, é o espaço em que vários movimentos, várias pessoas de origens diferentes, de pautas diferentes se encontram; a rua é um espaço de formulação. É na rua que, através desse encontro, nós

formulamos o que nós vemos sobre a realidade, o que nós queremos. Então, tudo isso que reclamaram: “Ah, mas o Movimento não tem pauta, o Movimento não tem coordenação”. Tudo isso é o espaço de encontro, e a partir do encontro, a gente tem que ter um espaço de formulação, um espaço de diálogo, para conseguir apresentar à sociedade e às instituições as demandas que os movimentos sociais levantam. Então, a rua é um espaço dos movimentos sociais, a rua é um espaço de encontro, a rua é um espaço de formulação e, fundamentalmente, a rua é um espaço de pressão.

A reação que as instituições têm tido agora a essas manifestações mostram, portanto, que o caminho do movimento social deve ser, preferencialmente, a rua.

É através de pressão na rua que nós vamos conquistar nossos direitos. É através de pressão, da mobilização, da formulação a partir da rua que nós garantimos o que nós desejamos, que nós transformamos nossos sonhos em realidade. É isso que está acontecendo com a demanda do Movimento Passe Livre. É isso que todos os movimentos sociais devem fazer no Brasil.

A partir do que está acontecendo, está havendo uma disputa pelas respostas institucionais. O Alessandro mencionou aqui bem, como as instituições têm respondido às manifestações. Realmente, há uma tentativa das instituições de responder a essas manifestações, mas está havendo uma disputa por como vão ser essas respostas institucionais.

A Presidenta, por exemplo, entre os cinco pactos, colocou, como mencionou o Alessandro, o ajuste fiscal, a alta dos juros. Essa é uma das respostas que está em disputa, com a qual o representante do DCE da UnB concordou e chancelou aqui. Existem, sim, nas manifestações pessoas que pautam por isso, como pautam a redução da maioridade penal, como a *Veja* pautou, recentemente, na edição, a restrição do direito ao sufrágio universal para as pessoas que recebem bolsa família. Então, existem, sim, pautas conservadoras nas ruas; existem, sim, pautas neoliberais nas ruas. Só que como as instituições vão responder a essas manifestações é o que está em disputa agora.

O Governo utilizou as manifestações para pautar o ajuste fiscal. Uma das respostas é pautar a tarifa zero. Quando a Presidenta recebeu o Movimento Passe Livre, ela veio com a mesma pergunta batida que nós recebemos já há dez anos: quem vai pagar? Ora, nós não estamos falando que a tarifa é zero e que, simplesmente, vai ser um sistema de transporte mágico, que não precisa de financiamento. Nunca foi isso. O que nós defendemos é, sim, que a sociedade deve pagar, especialmente os mais beneficiados pelo sistema, especialmente os mais ricos, especialmente

as pessoas que moram nas melhores regiões das cidades devem pagar pelo financiamento do transporte público para todos, porque se não for para todos, os mais pobres, como está acontecendo hoje, são excluídos do direito à cidade.

Qual resposta a gente vai dar? A Presidenta, quando o MPL se reuniu com ela, não soube responder. O Ipea respondeu na semana passada. Existe uma gama de formas de financiamento para transporte público que as cidades no Brasil, hoje, não utilizam, que devem ser utilizadas. Então, a resposta que as instituições vão dar a essas manifestações vai ser o quê? Vai ser a aprovação de um PL de drogas ou vai ser uma reforma tributária progressiva, ou seja, que cobre dos mais ricos o financiamento de serviços públicos de qualidade? Vai ser a repressão à população pobre, que é o que o PL de drogas faz, é o que o endurecimento penal do PL de drogas faz, que é a segregação da população mais pobre, o encarceramento da população mais pobre, ou é o fortalecimento de serviços públicos de educação e saúde para garantir os direitos dessa população?

Então, nós vamos aprovar a reforma política ou nós vamos ficar discutindo miudezas que não garantem avanços na representatividade das instituições? Nós vamos seguir financiando os grandes meios de comunicação ou nós vamos fazer uma lei dos meios de comunicação que regulamente a forma como é feita a comunicação no Brasil hoje?

Há uma disputa por como as instituições vão responder a essas manifestações, e, agora, os representantes institucionais – vocês Senadores, a Presidência da República, governos, prefeituras –, todos terão que se posicionar a respeito de como vão encarar a demanda que as ruas trazem. Então, é fundamental que as instituições e os representantes das instituições tenham em mente esse desafio e a necessidade de posicionamento a respeito de como vão lidar com essa situação.

Agradeço novamente e peço a todo mundo que estiver assistindo aí que vá para rua também hoje, porque hoje é dia de luta, assim como todos os outros. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem! Esse foi o Gabriel dos Santos Elias, representante do Movimento Passe Livre.

Para que não digam que eu não respondi, há quatro perguntas que vou passar rapidamente.

“Enfim, Senador, quanto ao uso do avião da FAB pelos Presidentes das Casas?” Pela informação que recebemos, ambos estão devolvendo o dinheiro correspondente ao uso do avião da FAB nos casos que foram denunciados.

“Mesmo após condenados aqueles do mensalão ainda estão no Congresso.” Isso está sendo juridicamente discutido nas duas Casas. Refiro-me ao Judiciário e ao Legislativo.

“Haveria a possibilidade da aprovação de um PL para transformar as promessas de campanha em caso de descumprimento em estelionato eleitoral? Seria um grande e necessário avanço para a Reforma Política.” Já existe um projeto na Casa. Se não me engano, é do Senador Eduardo Suplicy, que tem um projeto que diz que, uma vez comprovado que você mentiu durante a campanha, portando-se depois de maneira diferente, mediante um número de assinaturas da população, você pode perder o mandato. Sou totalmente favorável a que, havendo estelionato eleitoral entre o dito no palanque e a prática como Parlamentar. Vários países têm esse instrumento que permite que esse cidadão perca esse mandato.

A última não é polêmica e nem tenho de responder com muito cuidado. “Parabéns, Senador, pela iniciativa. Esperamos que atividades como esta se repitam”.

Enfim, terminamos a nossa audiência pública. Eu agradeço, de coração, ao Murilo, Chefe da Assessoria da Secretaria Nacional da Juventude da Presidência da República; à Thânisia, ativista e uma das líderes do Movimento Negro, estudante da UnB, que criou a campanha “A Cor da Marcha”. Agradeço ao Gabriel Santos Elias, que aqui representou o Movimento Passe Livre de Brasília – ele fez questão de destacar isso –; ao Nicolas, Presidente do Diretório Central Estudantil Honestino Guimarães da UnB, que saiu mais cedo, ao Alessandro, Presidente do Conselho Nacional da Juventude (*Conjuve*).

Por fim, quero dizer que daremos todos os encaminhamentos como combinamos ao longo da nossa audiência pública.

Acho que foi muito positivo o debate que tivemos no dia de hoje. Eu terminaria lembrando duas questões: primeiro, que o nosso querido Nelson Mandela está, digamos, no momento mais difícil da sua vida pelo sofrimento. Sabemos que ele está hospitalizado, está na UTI, e que poderemos perdê-lo. Eu sempre digo que a gente nunca vai perder o Nelson Mandela, porque as ideias dele, o que ele defende, o que ele pensou, o que ele fez, marcarão para sempre as nossas vidas. Esses dias eu fiz uma homenagem a ele, quis fazer em vida, no plenário, onde o poema que ele mais gostou – e ele faz questão de dizer – é um poema cujo título é *Invictus*. Lá no meio, diz: “Eu tenho orgulho de ter sido indomável.” Acho que é muito forte isso para a nossa querida juventude, que liderou esse movimento. Acho que a rebeldia, dizer que a gente é indomável é positivo. Gosto muito do campo. Tive, na minha infância, a

felicidade de poder passar as férias no campo, e ali, via um cavalo correndo, aquele mesmo xucro, que é indomável, e me lembro dessa imagem, ele correndo contra o vento, a crina balançando, e ninguém o segurava. Aquilo era o símbolo da liberdade, da força viva da natureza.

Então, essa juventude indomável, rebelde, está fazendo uma revolução neste País, e não é a revolução do sangue, não é a revolução das armas, é a revolução que a democracia permite. Assim eles estão fazendo. Todos estão de parabéns!

Eu confesso que estou num dos momentos mais felizes da minha vida por ter visto, lá atrás, contra a ditadura, num movimento de que participei, e foi um momento bonito, muito bonito, tenho orgulho de ter participado, mas eu estava meio que cansado de olhar para as ruas vazias. Olha bem: cansado de olhar para as ruas vazias. Não cansado da luta, do embate que a gente trava no Congresso ou em outras arenas. Mas, dava-me uma tristeza ao ver as ruas vazias, como se tudo tivesse perfeito. E eu sabia que não estava perfeito nem aqui nem em outros países do mundo. É inegável que foi com movimento das ruas, principalmente dos trabalhadores e dos estudantes, que a gente trouxe um Presidente da República sindicalista. É fruto da minha geração. Eu tenho orgulho disso. Mas, os anos passaram, tantos anos passaram, e é natural que essa juventude volte às ruas querendo que a nossa Presidenta eleita faça mais, e que aqueles que querem continuar no poder façam mais. É isso. Querer mais não é crime. O que o Obama dizia? Nós queremos e podemos. E é natural querer mais. Eu sempre digo, em relação aos nossos Governos, e repito, em qualquer lugar em que passo: fizemos muito, claro que fizemos muito, os dados estão aí, não é preciso que ninguém coloque, mas há muito por fazer ainda. Esse fazer muito só vai acontecer com a pressão popular. A história mostra que temos razão. É só olhar o Congresso antes e depois das manifestações.

Há um tempo atrás falar de inúmeros projetos que aprovamos nos últimos tempos, era quase que dizer: “Esse cara está louco”. Não só eu, tantos outros. Hoje, os projetos estão andando, estão sendo votados, o Executivo está apresentando uma pauta que apon-ta, digamos, na linha do que as ruas estão dizendo, o Legislativo também, e espero que o Judiciário idem.

Por isso, meus parabéns a vocês!

Eu, quanto tomei a iniciativa de fazer esta reunião, sabia que seria importante, eu tinha a clareza de que esse debate tinha de ser feito. Agora, na segunda-feira, faremos o debate sobre Mobilidade Urbana, e quero aqui dizer do apoio que tive, em todas as minhas iniciativas, da minha querida Senadora Ana Rita,

que preside esta reunião. A mobilidade urbana é um debate que tem tudo a ver com esse tema. Aqui virão especialistas para discutir.

Vou terminar de novo citando o Mandela porque, enfim, eu guio a minha vida com duas referências: Gandhi e Mandela. Eu tenho um carinho especial por esses dois homens ao longo da minha vida, desde a minha infância, lendo a história de Mandela. Estive na África do Sul quando ele estava no cárcere. Fui recebido pela Winnie Mandela. Falo isso com orgulho. E o combate contra a ditadura. Por que termino com Mandela? Quando fiz a homenagem a Mandela, nem eu sabia. Na pesquisa que a moçada fez, diz que a primeira luta do Mandela foi em relação à mobilidade urbana, foi em relação à passagem do ônibus, que, naquela época, quando ele começou a se rebelar, jovem ainda, percebeu que, por exemplo, ônibus para preto e negro tinha diferença, e o custo da passagem. Está lá escrito no pronunciamento que aqui fiz.

Então, vida longa e eterna para as ideias de Nelson Mandela; 95 anos!

Vida longa à juventude brasileira!

Parabéns por esta data também em que os movimentos social, sindical estão nas ruas. Mas, esta é uma audiência pública dedicada à juventude brasileira.

Vida longa à juventude brasileira!

Está encerrada a reunião. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 09 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 40 minutos.*)

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ATA DA 21ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE JULHO DE 2013

Às nove horas e treze minutos do dia nove de julho de dois mil e treze, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Zeze Perrella, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores João Capiberibe, Anibal Diniz, Lobão Filho, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Sérgio Petecão, Flexa Ribeiro, José Agripino, Alfredo Nascimento, Delcídio do Amaral, Rodrigo Rollemberg, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Ivo Cassol, Benedito de Lira, Sérgio Souza, Cícero Lucena e Antônio Carlos Rodrigues. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Angela Portela, Walter Pinheiro, João Alberto Souza, Ciro Nogueira, Aloysio Nunes Ferreira, Gim e Eduardo Amorim. O Presidente submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que

é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao **Requerimento n.º 04 de 2013-CCT**, de autoria do Senhor Senador Lobão Filho, que requer “nos termos regimentais, pelo presente, a realização de Audiência Pública pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, para debates sobre a ‘DESTINAÇÃO E LICITAÇÃO DA FAIXA DE 700 MHz’”. Comparecem à audiência, na qualidade de expositores, o Excelentíssimo Senhor João Batista de Rezende, Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL; o Excelentíssimo General Antonino dos Santos Guerra, Comandante do Centro de Comunicação e Guerra Eletrônica do Exército – CCOMGEX; os Senhores Eduardo Levy Cardoso Moreira, Diretor-Executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal – SINDITELEBRASIL; Paulo Ricardo Balduino, Diretor de Planejamento e Uso do Espectro da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e de Televisão – ABERT; Walter Vieira Ceneviva, Representante da Associação Brasileira de Radiodifusores – ABRA; Olímpio José Franco, Presidente da Sociedade Brasileira de Engenharia de Televisão – SET; e José Eduardo Castro de Macedo, Diretor-Geral da Empresa Brasil de Comunicação – EBC. Findas as apresentações, o Presidente franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Usam da palavra os Senhores Senadores Lobão Filho, Cícero Lucena e Anibal Diniz. Prosseguindo, o Presidente agradece a todos pela presença e, nada havendo mais a tratar, encerra a reunião, às doze horas e um minuto, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática**, lavre a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada e publicada, no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Zeze Perrella**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco/PDT – MG) – Declaro aberta a 21ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, que se realiza nesta data, 9 de julho de 2013.

Antes de iniciarmos os trabalhos da nossa reunião, submeto à aprovação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as notas taquigráficas.

Comunicados da Presidência.

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos, enviou para esta Comissão o volume 01 do Relatório Anual de Avaliação do PPA de 2012-2015, Dimensão Estratégica, Ano-base de 2012. O documento permite reflexões sobre a estratégia nacional de desenvolvimento e informa os resultados e o andamento dos programas temáticos, expressos na Análise Situacional dos Objetivos e Metas de cada Programa do Plano Plurianual para o ciclo de 2012.

O relatório está à disposição das Sr^{as} e Srs. Senadores na secretaria da CCT.

Recebemos o convite do Ex^{mo} Sr Ministro de Ciência, Tecnologia e Inovação, Marco Antonio Raupp, para a inauguração do “Pavilhão Brasil no Parque Tecnópolis”, no dia 11 de julho, às 19h, em Buenos Aires, na Argentina. As Sr^{as} e os Srs. Senadores que quiserem participar do evento, queiram, por favor, informar à Secretaria desta Comissão.

Agenda da CCT e da CCTSTTR.

Reforçando a divulgação da CCT e da Subcomissão de Terras Raras, realizaremos no próximo dia 11 de julho, quinta-feira, audiência pública conjunta entre a CCT e a Subcomissão de Terras Raras, com a participação do General de Brigada José Fernando lasbech, que gerencia o Projeto Estratégico Proteger, e também com a presença do Prefeito do Município de Presidente Figueiredo, do Estado do Amazonas, Sr. Neilson da Cruz Cavalcante; do Prefeito do Município de Araxá, Estado de Minas Gerais, Sr. Jeová Moreira da Costa; do Prefeito do Município de Minaçu, Estado de Goiás, Sr. Maurides Rodrigues do Nascimento; e também do Prefeito do Município de São Francisco de Itabapoana, Estado do Rio de Janeiro, Sr. Pedro Jorge Chereine Júnior.

Essa será a última audiência do ciclo de eventos definido com o Relator da Subcomissão de Terras Raras, o Senador Luiz Henrique da Silveira.

Iniciando os trabalhos da audiência pública, que é realizada em atendimento ao Requerimento nº 04, de 2013, de autoria do Ex^{mo} Senador Lobão Filho, e aprovada em reunião da nossa Comissão, debatemos sobre a destinação da faixa de 700MHz

Nós começaremos aqui...

Informamos também que esta reunião contará com a utilização dos serviços de interatividade do Senado Federal, que permitem aos cidadãos encaminharem perguntas e comentários destinados aos nossos convidados, por intermédio desta Presidência.

Qualquer cidadão pode acessar o portal e-Cidadania, por meio do endereço www.senado.leg.br/ecidadania.

Lá é possível acompanhar a transmissão ao vivo desta reunião, bem como, por meio do mural do cidadão, enviar seus comentários ou perguntas.

As perguntas também poderão ser apresentadas por meio do telefone do Alô Senado (0800 61 22 11).

Os comentários e perguntas sofrerão uma triagem conforme definido nos termos do portal, não com base na qualidade do comentário ou no mérito da pergunta, mas sim quanto ao cumprimento de regras de respeito e urbanidade, bem como de conexão com a finalidade do debate.

Cada Senador ou Senadora, ou o próprio cidadão, poderá acessar os comentários e perguntas na página do Portal. Torna-se assim mais dinâmica a participação popular na atividade legislativa e no debate parlamentar, incentivando o engajamento do cidadão na formulação das políticas públicas de nosso País.

Feitas as apresentações e destaques, chama esta Presidência atenção para a importância desse tema, inclusive para os cidadãos que estão nos assistindo pelo TV Senado ou pelo Portal.

A proposição é de autoria do Senador Lobão Filho e traz para a nossa Comissão um dos temas mais importantes relacionados ao setor de comunicação como um todo, pois embute na mesma discussão a radiodifusão, as telecomunicações e vários outros assuntos consequentes e paralelos.

Essa faixa e sequência, ocupada atualmente pela radiodifusão para as TVs analógicas, será colocada em disponibilidade a partir da decisão do Governo em promover a digitalização da TV.

Muitas são as questões em discussão e também os interesses envolvidos. A previsão do chamado apagão da TV analógica, apesar de alguns anúncios, parece-nos que ainda não está plenamente definida.

O Ministério das Comunicações anunciou que destinaria a faixa dos 700MHz para as teles, que passariam a utilizá-la para prestar o serviço do 4G, atualmente prestado somente na faixa de 2,5MHz que foi leiloada em 2012.

Porém, como já falamos, são muitas ainda as questões tal como prazo, obrigações e definições e também um atendimento a interesses como, por exemplo, o do Exército brasileiro e das TVs públicas.

Não por acaso temos uma mesa extraordinária com a presença de sete expositores, pois procuraremos tornar a mesa de debates a mais ampla possível, de forma a permitir que esta Casa e a Comissão de Ciência e Tecnologia, por seus membros, assim como a sociedade em geral, possam ter acesso ao posicionamento e reivindicações de cada um desses setores.

O momento ainda é de debates e destacamos que os interesses envolvidos não são somente eco-

nômicos, mas também estratégicos, pois a partir das definições pelo Ministério das Comunicações várias serão as transformações. O que aparentemente possa parecer para o cidadão comum muito técnico também envolve o destino das comunicações de nosso País.

E esta Presidência reforça o convite para a participação popular através dos meios já divulgados aqui.

Então nós abriremos o bloco de exposições pelos convidados, cada um com o tempo inicial de 15 minutos.

Porém, por solicitação do Exmº Sr. Lobão Filho, passo-lhe a palavra inicialmente para que faça alguns questionamentos, com vistas a já permitir aos convidados que façam suas considerações também sobre as dúvidas do autor do requerimento de proposição desta audiência pública.

Com a palavra o Senador Lobão Filho.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Sr. Presidente, Srs. convidados, muito bom dia, assessores, jornalistas.

Esta audiência pública tem como objetivo, segundo Presidente já relatou, discutir a destinação e o uso da faixa de 700MHz. É importante esta audiência pública porque irá subsidiar e ajudar a nortear as decisões do Ministério das Comunicações em relação à condução desse tão delicado tema, já que estamos substituindo a utilização pelos radiodifusores ou, pelo menos, é essa a intenção, de canais que já estão consolidados, já são antigos, culturalmente absorvidos pela sociedade, e destinando essa faixa de frequência para as operadoras de telefonia.

Portanto eu gostaria de fazer algumas considerações sobre a condução do Ministério das Comunicações.

Na qualidade de formatador da política de comunicações, em que estão incluídas as questões da transição para a modelo da TV digital e também da destinação para a faixa de 700MHz, torna-se oportuno para o Ministério das Comunicações acompanhar esse debate ou um debate dessa amplitude, em que várias partes interessadas, se não todas, possam apresentar, ao mesmo tempo, suas posições. Esperamos, inclusive, que possam as partes, da melhor forma possível, debater sobre as questões e interesses envolvidos, tendo o Ministério o espaço adequado para analisar todos os posicionamentos.

Certamente, várias das ideias que aqui serão expostas já serão conhecidas, mas pretendemos, pelo Senado Federal e pela CCT, contribuir para esse debate conjugando todos os lados interessados.

Essa discussão teve início, como bem disse o Senador Zeze Perrella, Presidente desta Comissão, a partir do movimento pela digitalização da TV aberta. Muitas são as oportunidades que surgem a partir des-

sa política de governo, só que se deve tomar o devido cuidado para que a sociedade seja a maior e única beneficiada no final desse processo.

Ainda não alcançamos os objetivos da migração para a TV digital, e o prazo inicialmente proposto pelo Governo para o chamado “apagão da TV analógica” se aproxima, apesar de serem várias as discussões pela definição de uma nova data.

A ocupação da faixa pelas teles para a utilização com LTE já está definida, pelo menos de acordo com o que se noticia, cotidianamente, pela mídia, mas, daí, devemos discutir as questões relacionadas ao custo para limpeza do espectro, aos prazos, às contrapartidas para os adquirentes, dentre outros tão ou mais importantes temas.

Particularmente com relação às contrapartidas que serão postas, e de forma recorrente, o Ministério das Comunicações e a Anatel já adotaram um modelo de exigências adicionais nos leilões. Como exemplo, citamos o último leilão para a faixa de 2,5GHz, em abril de 2012, também para o 4G, em que foram atreladas aos lotes dessas frequências também faixas para a prestação de telefonia rural, na faixa dos 450MHz. Apesar de promissora essa questão, ainda não há um modelo comercial viável, mesmo com projetos em desenvolvimento.

Esperamos que, também nesse aspecto, os objetivos estratégicos da política do Governo sejam atingidos.

Assim, e já partindo para estabelecermos alguns pontos que gostaríamos que fossem esclarecidos nesta audiência pública, faço os seguintes questionamentos.

Sr. Presidente, V. Exª imagina que seja melhor eu propor logo as perguntas que preparei ou ouvirmos, de início, os expositores para depois fazermos as perguntas? Acho que seria mais produtivo ouvirmos cada um deles e, depois, prepararmos as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco/PDT – MG) – Acho que seria mais produtivo, não é?

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco/PDT – MG) – Muito obrigado, Senador.

Passo a palavra ao presidente da Sinditelebrasil, o diretor executivo, Sr. Eduardo Levy.

Com a palavra o Sr. Eduardo Levy.

O SR. EDUARDO LEVY CARDOSO MOREIRA

– Bom dia a todos. Bom dia, Senador Zeze Perrella; bom dia, Senador Lobão, senhoras e senhores.

Eu trouxe uma apresentação falando sobre a destinação e licitação da faixa de 700MHz. A intenção da apresentação é mostrar a importância não só da faixa, mas a importância do espectro para o País, principalmente para a banda larga, principalmente para a

popularização e, principalmente, para a interiorização desse serviço.

Como os senhores podem observar, o crescimento do setor de telecomunicações está extremamente elevado – a telefonia móvel cresceu 8%; a banda larga fixa, 10%; a TV por assinatura cresceu 27%; e a banda larga móvel, no Brasil, cresceu, em um ano, 60% –, fruto de investimentos que foram feitos, da ordem de R\$25,8 bilhões, o que significa R\$68 milhões por dia, um recorde dos últimos anos, que foi realizado em 2012.

Como eu tinha comentado sobre os 60% do crescimento, acho que um dado extraordinário para o País é termos 103 milhões de acessos em banda larga. Principalmente, devemos observar que é uma revolução que está sendo feita de forma silenciosa – talvez, com as últimas manifestações, até de forma mais barulhenta. Quarenta por cento dos acessos em banda larga no Brasil foram ativados nos últimos 18 meses, ou seja, quase a metade de toda a banda larga no Brasil tem um ano e meio de vida, o que é um dado extraordinário para o País, que deve tirar proveito do uso dessa ferramenta a favor da melhoria da saúde, da educação, da inserção do cidadão na sociedade do conhecimento.

A banda larga também vem com uma velocidade crescente – essa informação vem de uma fonte que é o Net Index que mede a velocidade de *download* da banda larga fixa no Brasil –: de 2008 para 2013, temos já 7,3 megabits por segundo de velocidade, e os dados mostram que 96% de *download* contratado são entregues no Brasil hoje; o que significa que a qualidade do serviço é aceitável.

Outro dado interessante é aquele que o Senador Zeze Perrela, quando fez a abertura, comentou, São as obrigações dadas em contrapartidas, quando as empresas, as nossas associadas, participam, e participaram, dos leilões para a compra das outorgas. No caso do 3G, tivemos a obrigação de cobrir 928 Municípios com banda larga móvel 3G em abril de 2013.

O País vem crescendo tão rapidamente, a demanda é tão grande, temos hoje 3.409 Municípios já com a cobertura móvel de 3ª Geração, mas é pouco. Nós cobrimos, por meio desses editais, 80% da área geográfica do distrito sede do Município, o que gera, ainda hoje, por parte da população, um anseio muito grande para que a banda larga possa se interiorizar ainda mais.

Já temos no Brasil, hoje, 265 milhões de acessos de celulares e, cada vez mais, a infraestrutura está sendo demandada para serem implantados no País os três produtos mais desejados pelos brasileiros. Em pesquisa feita pelo instituto Data Popular, é o *smartphone*, o *notebook* e o *tablet*, ou seja, são três

instrumentos que carregam normalmente com eles a banda larga móvel, e, por isso, houve o crescimento de tráfego de dados por usuários, em 2012, no Brasil: o *tablet* cresceu 216%, e o *smartphone*, 109%.

Existem algumas fontes como o Cisco, a Mobile Forecast Highlights, até 2017, que diz que, em 2017, vídeo será 72% do tráfego móvel. Há dois anos, não existia tráfego de vídeo.

A banda larga móvel deverá crescer muito no Brasil e, principalmente, o tráfego que hoje temos de 74 megabits por mês, por dispositivo; isso deve ir a 778, portanto deverá multiplicar.

Para aqueles que não são tão afetos à tecnologia e mais leigos no assunto, toda vez que há utilização por voz ou por dados de um telefone celular, de um *smartphone*, há a utilização de um pequeno pedaço da faixa de frequência que é destinada... Podemos fazer a atualização ou esperar para mais tarde. Então, a destinação de qualquer faixa e, principalmente, a faixa de 700, para serviços móveis, pela demanda que existe, por essa demanda cada vez mais crescente, é que vai possibilitar realmente oferecer o serviço com qualidade, com a necessidade que a população terá em 2016, 2017, que não está longe. É necessário fazer todo o trabalho de limpeza, adequação, destinação, os editais, a participação das empresas, a implantação da infraestrutura e começar a oferecer o serviço, porque 2016 não é um ano distante, 2017 não é uma coisa distante.

Existe uma informação, estudos do CPQD e de outras associações – este gráfico aqui mostra – de que o raio de uma célula em quilômetros e a faixa associada a essa célula.

Como é de conhecimento de boa parte dos senhores, utilizamos hoje, para oferecer serviços celulares no Brasil, a faixa de 850MHz, a faixa de 2.1, a faixa de 1.9, e, no caso da 4ª Geração, que foi ativada agora nas seis capitais da Copa das Confederações, a faixa de 2,5GHz.

Com uma faixa de 2,5 GHz, quanto mais alta a faixa de frequência, menor o alcance dessa transmissão. Isso significa a necessidade de um conjunto de estações ou de antenas, digamos assim, para possibilitar atendimento àquela área. Então, entende-se por aqui que a faixa de 2,5 GHz tem baixa extensão geográfica de cobertura, aplicando-se para altas concentrações de tráfego, e a faixa de 700MHz tem alta penetração e alta abrangência geográfica, necessitando um menor número de estações para cobrir a mesma área e atendendo áreas mais rarefeitas. Então, para áreas menos povoadas, o alcance da antena precisa ser maior. Assim, a banda larga só se torna viável economicamente

na faixa de 700MHz para atendimento de áreas mais distantes e mais rarefeitas.

A banda larga em 700MHz trará menos equipamentos, menor custo de rede e, em consequência, o menor preço ao consumidor. Claro que o menor preço ao consumidor dependerá também de outras condições de contorno como custo de limpeza de faixa, obrigações, formas de se fazer o leilão, etc. A banda larga em 700MHz, então, atende a uma baixa densidade populacional, áreas rurais e localidades que podem não ser atrativas economicamente hoje para o atendimento com a tradicional 2,5GHz.

O valor pago pelo dividendo digital...A expressão dividendo digital vem exatamente do comentário inicial sobre a digitalização da televisão. A televisão analógica hoje tem uma proteção de faixas de frequência para não haver interferência. Com a digitalização do sistema, essas faixas de frequência podem ser liberadas, trazendo, então, o que é chamado dividendo digital, e esse dividendo digital, na faixa de 700MHz, foi atribuído ao Brasil para uso da telefonia celular.

Obviamente, teremos licitações para isso e temos aqui uma demonstração de que os valores estão se reduzindo por euro, por megahertz, por população para cada um desses países, na medida em que há necessidade de mais investimentos para a limpeza da faixa.

Quando o Brasil fez a primeira licitação para a telefonia celular, no final da década de 80, 1989, o setor de telecomunicações, quando adquiriu aquelas frequências, foi obrigado – e é assim que funcionam normalmente as regras – a fazer a limpeza, porque o serviço de eletrônica e proteção ao voo no Brasil eram naquela faixa de 850MHz. Foi feita a limpeza, o que representou um custo para as empresas. Esse custo, obviamente, é levado em consideração quando se faz a conta da participação no leilão.

O Brasil deve, então, acompanhar a recomendação mundial de atribuição dessa faixa de frequência – é como nós temos visto –, procurar, através de estudos e trabalhos, evitar interferências prejudiciais que possam vir de TV digital ao serviço móvel, e entendemos que a realocação de canais vai possibilitar o funcionamento dos dois serviços.

Estamos em trabalho, em conjunto com a radiodifusão, em conjunto com a Anatel, em conjunto com organismos contratados pelos dois órgãos, tanto pela radiodifusão quanto pelo setor de telecomunicações, e entendemos que vamos conseguir chegar a uma solução que atenda os interesses de ambos.

Costumo dizer que, quando as questões caem no âmbito dos engenheiros, eles se entendem perfeitamente e encontram uma solução. O que vai depender é um tempo e um custo, mas solução nós vamos encontrar.

Estudos em andamento sobre o replanejamento da TV indicam a possibilidade de uso da faixa de 700 megahertz pelos serviços móveis.

Na América Latina, a atribuição dessa faixa de 700 está em processo de harmonização, e isso é muito importante para o *roaming* na região. Nós temos os Estados Unidos, que utilizam faixas de 700MHz, e é importante até para que, quando vierem turistas, na Copa do Mundo, eles possam utilizar essa faixa, ou terão dificuldade, como acontecerá hoje.

Entendemos também que os impactos de atribuição dessa faixa devem ser conhecidos antes do leilão – é uma coisa óbvia e natural – para que possamos trabalhar a convivência dos serviços, eventuais ressarcimentos, custos de limpeza de faixa e a quantidade do espectro que vai ser disponível para o serviço móvel, dependendo da guarda que se precisar fazer para que não haja interferência.

Entendemos também que os critérios a serem utilizados pela Anatel para definir o preço mínimo devem ser amplamente conhecidos e discutidos. E naturalmente é feito assim. Sempre é feito através de uma audiência pública para sabermos muito bem o custo da limpeza, os parâmetros de qualidade e as novas obrigações que nós teremos.

Entendemos, então, que é possível. É uma questão de trabalho técnico, uma questão de mais ou menos tempo e de se calcularem, depois, os custos que poderão advir de poder fazer a limpeza e poder trabalhar em conjunto.

Para encerrar, sempre falamos que telecomunicações impulsionam o desenvolvimento econômico e social, facilitam a geração de renda e incluem socialmente milhões de brasileiros. Então, é algo que aumenta a geração de renda do cidadão, proporciona ganho de produtividade para a sociedade como um todo, gera milhares de empregos – nós temos hoje 500 mil empregados diretos trabalhando no setor –, ajuda a preservar o meio ambiente – nós não temos nada que prejudique o meio ambiente – e desenvolve o País. Em 2012, a nossa base de clientes cresceu 8%.

Telecomunicações no Brasil são essenciais, não vivemos sem elas; são singulares, porque não há substitutos para aquilo que elas fazem; e são estruturantes, porque reduzem o custo do Estado no desenvolvimento sustentável com inclusão social.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco/PDT – MG) – Passaremos a palavra agora ao Sr. Paulo Ricardo Balduino, Diretor de Planejamento e Uso do Espectro da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert) e representante da Associação

Brasileira de Rádio e Televisão (Abratel). Então, com a palavra, o Sr. Paulo Ricardo Balduino.

O SR. PAULO RICARDO BALDUÍNO – Senador Zezé Perrella, a Abert e a Abratel agradecem a oportunidade de estar com vocês hoje, aqui. Eu queria cumprimentar também as senhoras e os senhores presentes e dizer que vemos esta audiência como extremamente importante porque estamos tratando de dois serviços, de duas plataformas da maior relevância para o País.

Tivemos essa bela apresentação do Levy. Eu queria, Levy, apenas fazer uma sugestão: vamos chamar de disponibilização da faixa. Quando falamos limpeza, fica um negócio, assim, parecendo que se está tirando alguma coisa suja da faixa, e o que está saindo é a radiodifusão. Eu vou sugerir que usemos a palavra disponibilização.

Brincadeira à parte, eu queria dizer que o Levy fez uma bela apresentação. Não temos a menor dúvida com relação às colocações de importância da banda larga. Isso é claro e notório, é mundialmente conhecido. E a minha apresentação vai refletir a nossa visão de todo o processo de estudo com relação à disponibilização da faixa para banda larga. Vai ter foco específico na preocupação maior nesse processo todo, que, na nossa visão, carece de um esforço coordenado pelo Ministério das Comunicações, juntamente com a Anatel. Este é o problema maior que enfrentamos hoje: a interferência da banda larga na televisão digital, interferência entre os serviços e faixas adjacentes.

É um problema grave; é um problema que ainda está por ser equacionado devidamente. Foi estudado com bastante detalhe, com bastante profundidade no mundo todo, e é um problema técnico, tem que ser resolvido tecnicamente.

A saída que enxergamos para a solução desse problema é que haja um trabalho compartilhado, um trabalho de equipe, envolvendo os dois setores de radiodifusão, coordenado pelo Ministério e pela Anatel. E eu gostaria, Presidente João Rezende, aproveitando a nossa presença aqui, aproveitando a presença do Levy, de dizer que seria um resultado fantástico desta audiência pública sairmos com a concordância do estabelecimento, da instauração desse trabalho coletivo, desse trabalho a oito mãos, coordenado pela Anatel e pelo Ministério.

Realmente seria um ganho bastante importante.

O Levy mostrou os avanços e a importância da banda larga móvel. Eu queria trazer rapidamente o que já é bastante conhecido, ou seja, que, do outro lado, estamos tratando da maior e mais importante plataforma de mídia de massa do Brasil.

Com todo o avanço da banda larga, temos ainda 64% da população, faixas C e D, extremamente de-

pendentes da radiodifusão aberta no que diz respeito à informação, a entretenimento, a qualquer tipo de informação, cujo aspecto é de difusão geral. Estamos falando de uma televisão aberta, sem custo para o usuário, o modelo analógico difícil de ser substituído. E estamos falando da continuação do mesmo modelo bem-sucedido de televisão aberta, a plataforma que traz ao cidadão brasileiro em qualquer recanto do País a informação, o entretenimento, o noticiário de utilidade pública. Nós vamos entrar, no ano que vem, em mais um período eleitoral, e a televisão aberta, sem dúvida nenhuma, juntamente com o rádio, são as únicas fontes de informação para milhões e milhões de brasileiros. Lembro mais uma vez aquele gráfico anterior e lembro que estamos falando de uma plataforma que se destaca na sua penetração, na sua recepção junto à população brasileira.

E, com a digitalização, estamos falando do mesmo modelo digital, sem custo para o usuário, alta definição das imagens e com aspecto extremamente moderno, que é o serviço que já está sendo recebido nas televisões fixas, tradicionais, portáteis e móveis. Ou seja, trata-se de uma plataforma realmente moderna e com plenas condições de se manter competitiva desde que tenha o oxigênio necessário, que é o espectro de frequência. E é disso que estamos tratando hoje aqui.

A televisão fala muito pouco dela. A banda larga se vende muito melhor do que a própria radiodifusão. Nós temos desenvolvimentos importantíssimos acontecendo com resultados esperados para os próximos dois, dez, vinte anos para mencionar alguns. É uma convergência da utilização de televisão aberta com banda larga, que está sendo chamada de televisão híbrida. Em cerca de dez anos, estamos esperando a ultra-alta definição, ultra HD, com telas praticamente gigantescas, com ângulos de visão de cem graus, televisões maiores, que poderão ser assistidas com muito conforto numa proximidade muito grande entre o aparelho e o telespectador. Hoje, a recomendação é três vezes a altura do aparelho. Nós estamos falando de um aparelho muito maior com uma recomendação de 0,75m a altura do aparelho e um ângulo de visão, que hoje são trinta graus, que estamos falando de cem graus.

Esses são alguns dos desenvolvimentos que temos previsto.

Eu trouxe aqui, roubei esses eslaides da NHK com o propósito de mostrar que há desenvolvimentos importantes acontecendo na área da televisão digital. E o que estamos discutindo aqui é o futuro da televisão aberta. Quando se discute a faixa de 700MHz, tem que se entender que está se discutindo o futuro da televisão aberta no Brasil.

Nós vamos continuar com o sucesso do modelo analógico. Nós vamos ter a imagem quase perfeita. Digo imagem quase perfeita, porque imagem perfeita para o técnico não existe nunca, nunca vai existir, sempre existirá a busca de uma imagem perfeita. Mas a imagem quase perfeita vai estar acessível a todos. Isso tem a ver com a cobertura da televisão aberta digital ou vamos ter partes da população com a tela negra. Tela negra pode significar a interferência. A televisão digital sendo interferida. A interferência na tecnologia digital não provoca uma degradação do sinal. Ela provoca uma tela negra. O telespectador passa não ter o serviço, o que significaria o caminho para a decadência da maior plataforma de mídia de massa do Brasil.

Então, nós estamos discutindo exatamente isso. O que vai acontecer com a televisão brasileira.

O que nós temos hoje? Nós temos, na televisão analógica, 61 canais entre VHF UHF, denominações técnicas de faixa mais baixa e faixa um pouquinho mais alta. E temos em discussão a possibilidade da disponibilização da faixa de 700MHz, que seria os canais de 52 a 69 para banda larga, ficando a televisão limitada a 37 canais UHF, os canais 14 a 51.

Essa migração analógico-digital já tem de *per si* um ganho na eficiência espectral, um ganho na utilização do espectro, fruto da característica da tecnologia digital. Existe também uma otimização do uso dos canais digitais, um trabalho de replanejamento que está sendo muito bem conduzido, mas tudo isso tem que se mostrar factível, tem que se mostrar apropriado para atender as necessidades da televisão aberta.

Por que a discussão da faixa de 700MHz? O Levy tem um eslaide bastante elucidativo que mostra que a faixa de 700MHz é uma faixa nobre, que alcança longas distâncias e tem uma penetração facilitada em edificações. Se não fosse um detalhe bastante importante, poder-se-ia dizer que os dois serviços estariam disputando a faixa em pé de igualdade, mas é extremamente importante registrarmos que a faixa de 700 é apenas uma das muitas alternativas que a banda larga sem fio tem, é uma das alternativas. Ela já tem todas essas faixas disponíveis. Há uma Conferência da OIT, em 2015, cujo item principal da agenda é a atribuição de faixas adicionais. E, do outro lado, nós temos, na faixa de UHF, a única alternativa da maior plataforma de medida de massa brasileira.

Trazendo aquele gráfico que mostra a predominância da TV aberta do Brasil, principalmente faixas C, D e E, 64% da população, eu queria que ficasse registrada esta informação muito importante: a única opção para a TV aberta brasileira é a faixa de UHF. Isso parece dramático e, na realidade, é dramático,

porque, se a televisão aberta não tiver disponível essa única faixa de UHF limpa, sem interferência, ela não tem futuro. Então, nós estamos discutindo, realmente, um quadro dramático no caso da TV aberta brasileira.

O estudo da viabilidade da liberação da faixa – essa viabilidade ainda está sendo estudada – tem duas premissas básicas: uma, acertadamente adotada pelo Governo, que é a mesma cobertura digital, comparada com a cobertura analógica. Isso é uma premissa básica que tem que ser cumprida. É um trabalho que vem sendo muito bem feito, sob a coordenação da Anatel e do Ministério das Comunicações, com uma participação que eu queria destacar de consultoria da SET e uma disponibilidade, uma abordagem da radiodifusão bastante racional, bastante pragmática, bastante flexível no sentido de negociar as necessidades e se acomodar, tanto quanto possível, até o canal 51. Esse é um trabalho que está caminhando bastante bem e, como o Levy colocou, nós acreditamos chegar a bom porto.

O que nos preocupa? Preocupa-nos, hoje, um trabalho que entendemos não estar bem equacionado na sua gerência. É a interferência da banda larga na televisão digital, na faixa de 700. São serviços que vão utilizar as faixas vizinhas. A interferência é um fenômeno físico, inerente à convivência entre os serviços. Então, ela existe. É um problema técnico, tem que ser resolvido tecnicamente. Ela não se curva a nenhuma decisão política, a um decreto ou a uma portaria. E, lembrando, mais uma vez, que, quando falamos em interferência, falamos de tela negra. Não falamos de um serviço piorado, de um serviço degradado. Nós falamos de um serviço inexistente na casa do usuário.

Existe uma segunda premissa, também de muito acerto, adotada pelo Governo, de que a liberação da faixa de 700 deve acontecer sem que haja interferência da banda larga na televisão. Isso é uma determinação correta. Agora, como fazer isso acontecer? É um problema sério. Nós iniciamos um ciclo de estudos no âmbito da radiodifusão já há algum tempo, estudos teóricos. Os primeiros resultados nos preocuparam. Nós passamos a analisar casos específicos de países que já haviam passado por essa situação. A consistência e a coerência das análises e das evidências encontradas aumentaram as nossas preocupações. E nós passamos, então, a interagir com alguns países que estavam mais adiantados, como França, Alemanha, Japão e Reino Unido, no sentido não de importar um modelo, porque os ambientes são diferentes, as tecnologias são diferentes, mas de entender como eles estavam abordando os problemas, como eles identificaram os problemas, como eles estavam abordando as soluções para os problemas e tentar encaminhar alguma coisa aqui, no Brasil. Nós fizemos uma série de reuniões,

conferências telefônicas, videoconferências, que foram o término do nosso trabalho, envolvendo a participação do Ministério das Comunicações e da Anatel.

E, entre as várias conclusões importantes a que chegamos interagindo com esses países – quando digo países, estou me referindo a agências reguladoras, órgãos do governo e operadores, tivemos aí a felicidade de contar com disponibilidade de representantes seniores dessas várias entidades – a primeira foi que o problema existe em todos os casos, agora, cada caso é um caso que depende da tecnologia utilizada e do ambiente de cada País.

As soluções passam, inevitavelmente, pelo trabalho conjunto governo-órgão regulador-rádiodifusor-operadores de Telecom. E só faltamos escutar um “pelo amor de Deus, Brasil, testes, testes e mais testes”. Existem referências internacionais, recomendações, que devem ser usadas apenas como referências. Testes, testes e mais testes, testes robustos e testes detalhados que demandam tempo, mas que são necessários. Isso aqui é um exemplo, estou trazendo dois exemplos expressivos, que aconteceram na Inglaterra, no Reino Unido, depois de dois anos de estudos comuns no ambiente europeu, a Ofcom, que é a reguladora britânica, trabalhou mais um ano e meio e chegou a uma situação em que identificaram antecipadamente 2,7 milhões de residências que, definitivamente, serão afetadas pela banda larga móvel,

Fizeram uma preparação para evitar esses problemas, ou seja, o suprimento antecipado de filtros e outros tipos de equipamento a serem instalados nas residências, constituíram uma empresa responsável por uma logística complexa e necessária, com um orçamento de 180 milhões de libras esterlinas, arredondando dá uns US\$300 milhões, orçamento este provido pelas operadoras de banda larga.

Opa, está na hora de correr.

O SR. PRESIDENTE (Zezé Perrela. Bloco/PDT – MG) – Pode seguir.

O SR. PAULO RICARDO BALDUÍNO – E é um exemplo de um país que tem um contexto diferente do nosso, uma tecnologia diferente da nossa, mas a lição que aprendemos foi a necessidade de se fazerem estudos criteriosos, testes rigorosos e detalhados. Dois anos de testes rigorosos foram necessários para que o Japão apresentasse um relatório – na verdade, o extrato de um relatório, cem páginas, um pouco mais – de 721 páginas na UIT, refletindo os estudos e os testes que eles fizeram e comentando a gravidade dos problemas que eles encontraram e as soluções tomadas para mitigar esses problemas.

Fizeram testes com 25 tipos de televisão e 15 sistemas de recepção. A cada 15 sistemas de recep-

ção, aplicava-se um receptor. Isso significa um receptor com antena interna, antena externa, antena com amplificador, antena sem amplificador, antena coletiva, antena individual, criando uma miríade de cenários. Cada cenário foi vasculhado criteriosamente, canal por canal. Logo no início dos testes, chegaram às conclusões de que os problemas não existiam apenas nos canais mais próximos e, sim, em toda a faixa de frequência. Então, tiveram que medir canal por canal. E, naturalmente, com a identificação de um quadro concreto mais grave, tiveram que tomar providências de mitigação mais severas e mais caras. Ou seja: as soluções existem, são mais caras, mas existem, não estamos falando de um problema sem solução, mas que tem solução.

No caso do Japão, o orçamento que o governo tem hoje é de US\$3 bilhões para tratar dos problemas identificados, o que chamam de atividade de mitigação antecipada. A mitigação *a posteriori* não está incluída nesse orçamento de US\$3 bilhões. O Japão, como está trabalhando seriamente nesse tema, vai começar a usar a faixa para banda larga em 2015. Desde 2011, já estão construindo os televisores com filtros mais parudos, no sentido de amenizar as possibilidades de interferência. Esse quadro do Japão nos assustou muito.

Trouxemos – a SET trouxe, o Olímpio, Presidente da SET, está conosco aqui, vai falar com mais detalhes – os representantes do governo japonês. Fizemos reuniões junto com o Ministério, junto com a Anatel, passaram a manhã conosco, tivemos a felicidade de trazer o diretor de tecnologia de rádiodifusão do Ministério para discutir os estudos e os resultados dos estudos japoneses, com a preocupação, deles e nossa, não de identificar os resultados japoneses com a situação brasileira – o caso brasileiro vai ser um caso brasileiro, se vai custar R\$1,5 bilhão, R\$2 bilhões, não estamos trabalhando com esses números ainda – mas de identificar exatamente o processo que vivenciaram, por que a especial importância do caso japonês.

A tecnologia japonesa é a tecnologia adotada pelo Brasil com as devidas nacionalizações.

O arranjo de frequência é a combinação dos canais que ligam uma estação Radiobrás com o celular e o celular com a Radiobrás. O arranjo de frequência deles é o mesmo nosso. É um arranjo asiático conhecido como APT. Eles adotaram, como critério fortíssimo, a proteção à televisão digital, que é o critério brasileiro, e a quantidade de televisores que há no Japão. Guardadas as proporções entre população e dimensão territorial, eles têm uma quantidade de televisões próxima à nossa, pela quantidade de televisores que há em cada residência.

Esse é um quadro que nos leva – e eu gostaria, Presidente João Rezende, de dar destaque a esse quadro – a uma situação em que é fundamental que não se tome nenhuma providência sobre o uso da faixa de 700MHz no Brasil antes que esses testes rigorosos, abrangentes e completos sejam feitos. Nós temos na consulta pública nº 12, entre os arts. 6 e 10 ou 11 do regulamento de uso da faixa, que está em consulta, uma série de parâmetros técnicos como banda de guarda, como limite de potência, emissões de espúrios, emissões indesejáveis, que não têm a menor condição de serem identificados, de serem definidos, de serem assumidos antes que nós passemos por um período desses testes rigorosos. O risco para a televisão é muito grande, o risco para a operação da banda larga é muito grande.

Nós estamos falando, então, de tratar a interferência. Aqui eu estou colocando as coisas de uma forma muito franca, muito real. É um processo factível. A interferência tem solução, mas não é simples e não é rápido, não é curto. Qualquer coisa que desconsidere a complexidade do processo vai dar em águas erradas. Nós temos a fase de diagnósticos, testes. E os testes têm que ser completos. Existe toda uma orientação da própria UIT (União Internacional de Telecomunicações), que foi seguida pelo Japão. Existe a necessidade de se testar canal por canal. Uma vez diagnosticada a diminuição do problema de interferência no Brasil, que nós não temos ainda, nós temos que passar para a análise das soluções, uma segunda fase demandante de esforço. Identificadas as soluções, quanto é que cada solução vai custar? Procedimentos para as operadoras, ou seja, os novos entrantes na faixa, que vão se beneficiar da liberação da faixa, terão que assumir essas despesas com as providências de mitigação, e os tempos para a implantação dessas soluções. Tudo isso é fundamental que conste, da maneira mais clara, mais explícita, no edital. Uma empresa, qualquer que seja ela, para entrar em uma licitação, tem que conhecer toda e qualquer condição de uso da faixa de frequência. Isso realmente toma um tempo. O Olímpio, Presidente da Sociedade Brasileira de Engenharia de Televisão, vai falar para vocês sobre os testes que eles estão fazendo com a Mackenzie.

Eu queria chamar a atenção aqui para o aspecto do cronograma. Eu estava conversando com o Presidente João Rezende um pouquinho antes de começarmos esta reunião, e mencionando que nós temos um cronograma que já é comprimido. Fazer uma bateria de testes necessários em um prazo menor do que esse é impossível. Nós consideramos inviável. E nós estamos falando de resultados da fase de diagnóstico para o final de outubro. Nós sabemos – isso é uma preocupação

nossa também – que isso contraria o cronograma do Governo, mas nós achamos que é inviável que esses testes aconteçam dessa maneira.

E para alguns que acham que isso vai nos atrasar com relação ao que está acontecendo no mundo, esse é um quadro bastante atualizado, foi tirado de um site do 4G, que é uma entidade ligada à banda larga móvel, que mostra a baixa densidade da utilização da faixa de 700MHz no mundo ainda. Então, nós temos necessidade e temos tempo para estudar devidamente o problema da interferência na faixa de 700MHz.

Nós temos aqui a lágrima verde, que mostra os sistemas em operação, que realmente são pouquíssimos. O planejado é indicado pela lágrima rosa. Nós vemos aqui que a concentração, tanto do planejado quando do que está sendo utilizado, está na América do Norte – Canadá e Estados Unidos. O Canadá ainda está na fase de planejamento. Os Estados Unidos saíram na frente na faixa de 700MHz. Com relação ao resto do mundo, é baixíssima, inexpressiva, a densidade de utilização da faixa de 700MHz. Então, fazer um trabalho com mais cautela, com mais cuidado no Brasil, mexendo um pouco no cronograma do Governo, não nos coloca em uma rota de atraso, muito pelo contrário.

Eu termino a fala aqui repetindo os meus comentários iniciais. É fundamental – isso coincide com alguns dos conteúdos da apresentação do Levy – que as interferências sejam resolvidas antes da consulta pública sobre editais. E refazemos aqui, Presidente João Rezende, o pleito, a solicitação de que seja criado esse trabalho de equipe: um grupo de trabalho, coordenado pelo Ministério, pela Anatel, nós, os difusores, e operadoras de Telecom para que possamos sentar e discutir tecnicamente um problema que é eminentemente técnico. Muito obrigado pela atenção de vocês, e eu fico à disposição para qualquer esclarecimento adicional que se faça necessário.

O SR. PRESIDENTE (João Rezende) – Obrigado, Sr. Paulo Ricardo Balduino.

Passaremos a palavra, para exposição, pela Associação Brasileira de Radiodifusores (Abra), representada aqui pelo Sr. Walter Vieira Ceneviva, que também é Vice-Presidente Executivo do Grupo Bandeirantes de Comunicação.

Com a palavra, então, o Sr. Walter Vieira Ceneviva.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Obrigado, Sr. Presidente. Na pessoa de V. Ex^a, saúdo a todos os presentes, a todos e a todas, fazendo uma intervenção muito breve, porque a apresentação que me antecedeu, a do Engenheiro Paulo Ricardo Balduino, representou, com clareza e com amplitude, a convergência e a percepção de toda radiodifusão brasileira a respeito da importância do assunto, a respeito da importância do

trabalho coordenado para que o Brasil possa evoluir do ponto de vista tecnológico, sem solução de continuidade, para o serviço de radiodifusão aberta e gratuita, a televisão, que é o meio mais importante de acesso do brasileiro à informação e ao entretenimento.

Sem, portanto, repetir aquilo que, com tanta clareza, foi afirmado e que representa, insisto, 100% da visão da radiodifusão do Brasil a respeito do tema, nos permitimos pontuar o fato de que os testes em andamento a respeito da interferência que os terminais 4ª Geração da telefonia móvel sobre os receptores de televisão não estão concluídos.

A partir do momento em que esteja ligada, a telefonia móvel de 4ª Geração, a banda larga sem fio de quarta geração, pode acontecer (e tem acontecido em outros países) que os receptores de televisão nada captem. As pessoas falarão ao telefone, navegarão na banda larga paga e não poderão assistir ao serviço de informação gratuito. Isso é gravíssimo!

O sistema de televisão digital poderá interferir sobre a telefonia móvel, o que tem gravidade também. A radiodifusão tem feito um esforço para assegurar que a canalização, a ocupação do espectro se dê de maneira cômoda e eficiente para todos. Esse trabalho é capitaneado pelas associações, mas, principalmente, pela competência e capacidade da Sociedade de Engenheiros de Televisão que certamente explicará melhor sobre o tema.

No entanto, sendo esse o cenário, há um elemento preocupante para o qual chamamos a atenção de todos. É um elemento importante que vale ponderar a essa altura. Muito embora o cronograma original estabelecido se referisse a 2016 como um momento de desligamento da televisão analógica, há, segundo se verifica em notícias da imprensa especializada, uma intenção de antecipar parcial e/ou integralmente esse calendário.

A antecipação desse calendário é um fato grave. Ela parece andar na contramão daquilo que se viu nos momentos sociais bastante intensos que chamaram a atenção de todos nas últimas semanas. No momento em que as ruas pedem passe livre, no momento em que as ruas afirmam seu interesse de ter acesso gratuito a determinados serviços públicos, desligar o serviço gratuito universal para implantar em seu lugar um serviço pago soa uma arrematada loucura. É preciso que se pondere, com relação ao calendário, a importância e a imprescindibilidade da televisão aberta para o brasileiro. A televisão aberta está presente em todos os domicílios do Brasil. Ela é universal, ela é gratuita e, como tal, em benefício do brasileiro, ela deve ser avaliada.

Por fim, assino embaixo do que afirma S. Exª o Senador Lobão Filho em seu requerimento, ao afirmar: “É imprescindível que, qualquer que seja a decisão sobre a faixa de 700MHz, todas as dúvidas e questões devem ser saneadas para que haja um processo transparente e que não traga prejuízo.” Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Rezende) – Muito bem, Sr. Walter.

Então, vamos passar a palavra agora ao Sr. Olímpio José Franco, Presidente da Sociedade Brasileira de Engenharia de Televisão (SET). Com a palavra, então, o Sr. Olímpio José Franco.

O SR. OLÍMPIO JOSÉ FRANCO – Bom dia. Saúdo todos os presentes, as autoridades. Eu vou tentar explicar o que nós estamos estudando, o que a SET faz.

Esta é a agenda que prevê: eu vou falar um pouco o que a Sociedade de Engenharia é, sobre os nossos grupos de trabalho; vou falar um pouco dos testes em estudo no Japão, embora o Paulo já até tenha dito alguma coisa; a proposta da consulta pública, o que ela é, o que ocasiona; o LTE no Brasil, o que é o cenário para recepção de TV; e o Grupo SET de Testes que criamos, que vem trabalhando já desde abril – já temos algumas informações preliminares –; e as situações de interferência, como elas acontecem.

A SET é uma entidade sem fins lucrativos. Ela já tem 25 anos. Ela estuda, discute, testa padrões que envolvem TV, rádio, Internet, novas mídias, tal. Ela congrega os profissionais e empresas dos setores acima. E ela colabora com o poder regulador das comunicações no País. Isso, desde a nossa origem.

Estes são os grupos atuais que a SET tem. São grupos de estudo: Grupo de Loudness, que colaborou nessa norma que foi definida; o Grupo SET de Planejamento de Canais Digitais, que registra um bom tempo; o grupo SET de Boas Práticas de TV Digital; e também o Grupo de Testes; e também participa do Comitê Consultivo de Rádio.

O de Boas Práticas de TV Digital começou em 2008 e tem a ver com a harmonização de normas, atendimento dessas normas, dificuldades em relação a produtos e também *setups* dos sistemas de transmissão. Então isso interage com o módulo técnico do Fórum SBTVD.

Esse Grupo de Planejamento – eu vou dar destaque para os dois grupos que têm a ver um pouco mais com o assunto de hoje – é um grupo que existe já desde 1994. Ele foi criado exatamente para planejar os espaços para a canalização digital. Naquela época não havia nada definido, mas quisemos buscar o planejamento para que houvesse canais disponíveis para a TV Digital. Isso foi feito ao longo desses anos todos.

Isso sempre envolvido com a Anatel, o Ministério das Comunicações, as emissoras e os consultores da SET.

Atualmente, nós estamos trabalhando nesse trabalho de replanejamento de canalizações, em função da cessão da banda. Então nós estamos fazendo isso por regiões. Começamos por São Paulo, Rio, as regiões mais populosas, mais complexas. E isso está seguindo. É um trabalho que vem dando resultado, tem encaminhado bem, envolve o poder regulador, o Ministério das Comunicações, as emissoras, os profissionais da SET e também os consultores que trabalham nesse setor.

O que há de preocupante nesse trabalho todo e nas premissas que foram criadas é não prever um espaço para um futuro padrão de TV Digital mais avançado, isto é, como está, não sabemos o que virá, como as emissoras transitarão para um padrão mais avançado, como o FUBtv, que é a ideia de um padrão mundial, e a SET até faz parte desse grupo. E isso era fundamental, porque, realmente, a televisão em 4K, em 8K já é realidade. Já há muita coisa sendo produzida, fabricada, e isso virá inevitavelmente. Então isso deixa uma interrogação: como fazer isso sem banda? Se não tivermos canais, não faremos isso.

Esse grupo foi criado em abril e está envolvido nessa preocupação dessa interferência. Baseado naquilo que o Paulo Ricardo falou, criamos esse grupo que envolve o Mackenzie – temos um contrato com o Mackenzie para usar o laboratório de tecnologia digital –, especialistas da SET, emissoras e profissionais.

Estamos trabalhando em cima deste modelo APT (*Asia Pacific Telecommunity*), adotado pela Anatel. É uma feliz coincidência para nós porque a canalização e outros padrões são parecidos. No caso do Japão, há uma pequena diferença de um canal, e temos que nos adaptar às condições locais. Nós também estamos usando, como referência, esse trabalho que o japonês fez por dois anos, que contém muito detalhe técnico. Foi um trabalho muito bem feito, profundo, que nos dá referência. Temos boas relações com o outro lado lá, do Japão, que nos municia com informações, tirando dúvidas etc. Então, isso está indo muito bem e nos dá segurança nesses passos dos testes.

Situações de interferência: estou usando um eslaide do MIC do Japão, que esteve aqui, mostrando uma situação típica. Ali, temos antenas de recepção de TV, tanto de VHF quando de UHF, e as antenas de um sistema de estação base, de transmissão de dados. No nosso caso, no Brasil, ainda se usam antenas de VHF, porque os canais ainda estão no ar. As antenas de UHF, que têm a ver, predominantemente, com a TV digital, embora tenha analógica também, estão ali, em duas direções diferentes. E a transmissão de *downlink*, que a que transmite para os dispositivos por-

táteis, *smartphones*, *tablets*, *laptops*, está sendo feita a partir daí. Então, a chance de interferência é altíssima, porque é um nível muito alto para uma sensibilidade muito alta do sistema de recepção da televisão. Então, a preocupação é a interferência, que vai saturar os amplificadores e resulta em perda de recepção.

Os testes feitos no Japão duraram dois anos, envolveram toda a comunidade interessada no tema: fabricantes de equipamentos profissionais e de consumo, emissoras de TV, operadoras de telecomunicações, universidades e institutos de pesquisa. O governo japonês não fez leilão. Na verdade, ele escolheu baseado nos melhores projetos, que tinham propostas de bons serviços, seguros, que não iam destruir a recepção da TV.

As conclusões são estas: interferências danosas ocorrem. O que deve ser feito para evitar? Quais são as medidas de mitigações? Quanto custará para fazer isso? Quem pagará por isso?

No caso do Japão, as conclusões rápidas aqui seriam que os transmissores, que são os *downlinks*, teriam que ter um filtro stupidamente alto, uma janela, um filtro máscara de 120dB. Os filtros nos receptores, antes dos *busters*, amplificadores ou coletivas têm que ter um filtro de 30dB. Isso assegura a não interferência. Sem isso, não dá. É impossível. Lá, os televisores, desde 2011, já temesse filtro interno, isto é, a partir de 2011, o legado parou, de televisores interferidos, porque já estão com esses filtros. Eles estão preparando bem antes das operações em 2015.

Os receptores portáteis e móveis, que eles chamam de *1-seg*, serão prejudicados tanto lá, quanto aqui. Por quê? Não há como colocar filtros externos, que têm volume, no celular, no receptor USB ou no GPS que vai no carro. Isto é, essa massa de produtos portáteis deixará de receber o sinal, principalmente se estiverem mais perto das estações-base. Então, isso é perda. Quem tem o produto ficará sem recepção.

O que eles têm nas mãos hoje? Eles têm conhecimento prévio das dificuldades, pelo menos, da maioria delas. Eles têm um pouco de dúvida ainda sobre em que os dispositivos portáteis nas ruas, dentro de casa, interferirão, porque depende da proximidade que estiver do aparelho de TV. E a operação só começa em 2015. Então, como eu disse, não houve leilão, mas, sim, basearam-se nos melhores projetos. Então, em vez de gastarem com o leilão, a ideia é de que os recursos sejam direcionados para um bom serviço, que é instalação de filtros nas ERBs e nas residências.

São preceitos que nortearam o projeto deles. No caso nosso, temos a questão da consulta pública, que prevê 45MHz para *uplink* e 45 para *downlink*. No Japão, usaram menos: Menos por quê? Para deixar

em uma fixa de proteção maior par aos canais de televisão que estão abaixo.

O nosso Parque Brasileiro de Televisão está estimado em mais de 20 milhões de aparelhos produzidos em TV digital. E isso é crescente. Imaginem, agora com a Copa do Mundo, o que se vai vender de aparelhos até 2014, sem falar das Olimpíadas. No caso brasileiro, as instalações típicas são um pouco diferentes do Japão. É óbvio, então, que as dificuldades serão diferentes.

Aqui, mostro as consulta pública e o que se planeja. Ali, só há um espaço de 5MHz para o canal 51, de banda de guarda. O Japão não adotou nem 5MHz, nem 10MHz. Adotou 8MHz, que é um valor mais seguro, caso os filtros não consigam segurar a interferência. Uma possível proposta seria trabalhar com 10MHz e ter menos banda para os *uplinks*. Seria a solução mais segura.

As interferências se dão por saturação e interferência mesmo, ou seja, ela satura o receptor independentemente de qualquer coisa relacionada ao canal. É pela proximidade, pela intensidade. No caso da interferência, ela se dá por frequência em imagem, que propaga em todos os canais da banda. Esses são os casos típicos de interferência.

As instalações residenciais no Brasil são aproximadamente isto aqui: uma instalação de uma antena sem nenhum equipamento de reforço de sinal, que é o primeiro. O segundo, como vemos, tem um *buster*, um amplificador, e pode ser não só residência, mas, também, no caso de uma antena amplificada – aquelas portáteis internas e externas – teria de haver um filtro entre a antena e aquela segunda caixinha ali. Embaixo, há um sistema coletivo.

(Soa a campanha.)

O SR. OLÍMPIO JOSÉ FRANCO – Nesse caso, o filtro deveria entrar antes para que não intermodule.

Em relação ao grupo de testa da SET, que envolve esse trabalho que começamos em abril, nós estamos nessa fase aqui, aproximadamente. Já fizemos a caracterização dos receptores, alguns estudos, procedimentos de testes, relatórios preliminares, *setup*, e estamos iniciando os testes. Já temos indícios dessas interferências e sabemos o quão graves elas são. Pretendemos fazer um seminário específico para o órgão regulador, para o Ministério, no início de agosto, como fizemos em maio, já dando esse panorama do que estamos encontrando.

No caso nosso, então, estamos procurando conhecer essas dificuldades, os prejuízos que trazem, esse legado de televisores. Deve-se proteger o consumidor que tem esse receptor e que pretende continuar recebendo TV aberta, gratuita. A maioria das recepções atuais usa antenas internas com ou sem ampli-

ficadores. No caso dessas integradas, essas antenas serão perdidas porque não há como inserir um filtro antes. No caso das antenas passivas, sim. Então, há uma série de situações que devem ser administradas. O que estamos concluindo é que a situação é crítica, interfere em todos os canais. E os receptores estão interferindo, independentemente de marcas, modelos e gerações. Pegamos praticamente todas as marcas e gerações desde o lançamento da TV digital, no meio do processo e atualmente. O que vimos é que não há diferença, todos são interferidos.

Em resumo, era isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco/PDT – MG) – Convidamos agora para sua exposição o Sr. José Eduardo Castro de Macedo, Diretor-Geral da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), que poderá manifestar a posição das TVs públicas.

Com a palavra, o Sr. José Eduardo Castro de Macedo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CASTRO DE MACEDO – Sr. Presidente, muito obrigado pela oportunidade. Agradeço o convite em meu nome e em nome do Presidente da EBC, Nelson Breve, e também das demais emissoras públicas. Eu não as represento formalmente, mas acredito que, por fazer parte do grupo, vou expressar grande parte das preocupações que elas têm acerca desse tema, que, para nós, é tão caro.

É tão caro porque as TVs públicas, como institucionalidades – vou chamar assim – são muito recentes no Brasil. As emissoras públicas, até o ano de 2008, existiam de maneira pulverizada. Eram iniciativas muito particulares em um ou outro Estado, em uma ou outra situação.

A partir de 2008, com a criação da EBC (Empresa Brasil de Comunicação), houve a institucionalização do setor, por assim dizer. Houve a criação da própria TV Brasil, da rede pública de televisões, que se forma a partir dessa instituição, e de outros movimentos que acontecem no setor, um pouco antes até, com a iniciativa da definição do padrão de TV digital no Brasil com os canais que viriam a ser obrigatórios depois do carregamento das emissoras públicas.

O fato é que hoje o setor tem uma configuração muito mais evidente, mas é muito iniciante, muito jovem. São apenas cinco anos de EBC e pouco mais do que esse tempo da institucionalização dessa área de atuação existente praticamente no mundo inteiro com grande força, mas que, no Brasil, por razões históricas não teve o mesmo desenvolvimento ao mesmo tempo – a televisão comercial foi a que se desenvolveu mais fortemente por aqui.

E quem são as televisões públicas hoje? Estamos falando de quem? Estamos da TV Brasil, que é a

emissora pública que sai de dentro da EBC (Empresa Brasil de Comunicação), mas também estamos falando da TV Senado, que transmite esta sessão neste momento, estamos falando da TV Câmara, estamos falando da TV Justiça, estamos falando das emissoras educativas dos Estados, como a TV Cultura de São Paulo, do Pará, outras com esse nome, e outras televisões educativas que mantiveram esse nome, como a da Bahia, por exemplo, e tantas outras. Ligadas à rede pública de televisão, capitaneada pela TV Brasil, são 55 emissoras geradoras. E hoje chegamos já, por via terrestre, a quase dois mil Municípios brasileiros, sem contar Banda C, distribuidoras de televisão por assinatura e outras formas de distribuição. Também estamos falando das televisões legislativas estaduais e municipais, estamos falando da possibilidade de a TV NBR, que é a televisão de divulgação de atos e fatos do Governo Federal, vir a ocupar um espaço no espectro aberto. Outros canais do Poder Executivo, como o Canal da Cultura, o Canal da Educação e o Canal da Cidadania. Também estamos falando das demais televisões judiciárias dos Estados, estamos falando das televisões universitárias, públicas e privadas, que trabalham com o chamado caráter público das suas atuações; e também da televisão comunitária, que é nascente no Brasil e poderia ganhar muito mais espaço em sendo garantido o espectro para a atuação de todos nós.

Hoje, estamos na expansão digital, que já está acontecendo. Tem nos sido destinada justamente a faixa dos 700 mega-hertz. Nós estamos colocados entre os Canais 60 e 69, e, em acontecendo a necessidade de deslocamento, acreditamos que é muito necessário saber para onde vão as tevês públicas, para onde vai esse espaço ganho ao longo dos últimos anos. Como esse espaço vai se garantir na televisão digital, uma vez que o povo brasileiro, por intermédio desta Casa e também da Câmara, julgou que é importante que ele exista, que esse setor ganhe força. Onde ele vai se posicionar daqui para diante?

Como já foi aqui colocado, há uma questão técnica em que não vou entrar. Acredito que as exposições anteriores são muito mais valorosas para esta apresentação do que tudo o que eu pudesse vir a dizer, mas colocamos essa preocupação. Se a tevê pública está colocada neste instante na faixa dos 700 e deixa de estar ali, onde ela vai estar? Onde vamos encontrar um espectro, um espaço que garanta a diversidade de informações que hoje já estamos provendo? E acreditamos que vamos prover cada vez melhor num ambiente de mais facilidade para a comunicação da tevê digital. Onde vamos estar todos nós, não apenas a TV Brasil? E aqui não falo apenas nos Canais da

EBC, é óbvio, por evidente. Embora eu não tenha representação para falar em nome dos canais públicos como um todo, sou integrante do setor e acredito que externo aqui a preocupação de vários deles.

A presença da tevê pública é importante no espectro não só pelo tipo de programação que já estamos colocando no ar em âmbito analógico, estamos também colocando no âmbito digital e poderíamos fazer muito mais como, por exemplo, a multiprogramação, que as televisões comerciais não têm neste instante uma solução de mercado para fazer ser mais impulsionada, mas que nós temos, uma vez que não há necessidade de aumento de comerciais. A nossa lógica de negócio não é a mesma. Nós teríamos condições, por exemplo, de disponibilizar mais sessões da Câmara ou do Senado por televisão aberta, por meio da multiprogramação para mais telespectadores brasileiros. A TV Brasil teria a oportunidade de dispor outras espécies de conteúdos ao mesmo tempo, se tivéssemos oportunidade de ter garantido o espectro para a nossa atuação no setor de radiodifusão.

Também é importante ver outras espécies de utilização que a tevê pública vem testando e é importante que estejam garantidos no espectro da televisão digital, como, por exemplo, a interatividade para a prestação de serviço público. Nós, recentemente, fizemos um teste em João Pessoa, na Paraíba, um teste acompanhado pelo Banco Mundial. Vários dos integrantes desta reunião tiveram oportunidade de ver os resultados ou de pelo menos saber dos resultados iniciais desse teste, em que utilizamos, junto com outros órgãos de Estado, a televisão pública interativa digital gratuita universal para prestar serviços. Como é que você faz para ter acesso a informações sobre um posto de saúde, como você pode marcar uma consulta por intermédio da sua televisão, utilizando os botões vermelho, verde, azul e amarelo do seu controle remoto. Esses resultados foram muito auspiciosos. A gente acredita que esses testes devam continuar, esses testes devam indicar que a televisão aberta e digital tem outra utilidade que não essa, que já é importante, fundamental, de levar informação e entretenimento de qualidade, de forma gratuita a todos os brasileiros.

Não quero me repetir, nem repetir o que já foi dito, que certamente será tratado aqui nas perguntas, mas acho que este era o ponto que gostaria de ressaltar: a necessidade de o serviço público ser levado em consideração num ambiente em que a gente sabe – e isso é absolutamente válido – que o interesse dos setores, economicamente falando, também sejam levados em consideração. É fundamental que isso aconteça também. Mas que esse interesse público, representado pelas emissoras públicas de televisão, não deixe de ser

levado em consideração no momento de definir algo tão importante para a radiodifusão, para as telecomunicações e para o povo brasileiro, em geral.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zezé Perrella. Bloco/PDT – MG) – Muito bem. Por fim, nós ouviremos mais dois expositores. Primeiro, o General de Brigada Exmº Sr. Antonino dos Santos Guerra, que passará ao nosso Plenário a posição do Exército Brasileiro sobre o tema desta audiência pública.

Com a palavra o General Antonino dos Santos Guerra.

O SR. ANTONINO DOS SANTOS GUERRA – Bom dia, Senadores. Primeiramente, os meus cumprimentos pela convocação para esta audiência dos órgãos de interesse nessa faixa. É um processo bastante democrático, bastante importante para a sociedade brasileira, essa possibilidade de todos se manifestarem.

O Exército Brasileiro está a serviço da sociedade brasileira. Ainda que não estejamos agora num período de conflitos, diariamente o Exército tem estado presente em mais de cem operações pelo Brasil afora. Operações de não guerra, de garantia da lei e da ordem, de cooperação com os serviços públicos. Agora, na Jornada Mundial da Juventude, no Rio de Janeiro, teremos, em apoio àquela visita papal, mais de 10 mil militares do Exército, Marinha e Aeronáutica apoiando a atividade típica de segurança pública, em cooperação com os outros órgãos que têm que essa incumbência como prioridade.

Há muitas oportunidades em que a capacidade do Estado, das suas polícias, da defesa civil, extrapola e têm estado sempre presentes, por determinação do Governo, as Forças Armadas em cooperação com essas atividades.

Não é diferente no dia a dia em relação à segurança pública. Não estou aqui – ainda que não tenha procuração dos outros órgãos – defendendo o Exército Brasileiro, mas de certa forma representando o interesse nessa faixa de frequência de todos os órgãos de governo que podem utilizar essa faixa de frequência em proveito do cidadão. Não tenho procuração desses órgãos, mas entendo que o interesse é o mesmo.

O rádio é um dos melhores equipamentos para quem trabalha na segurança do cidadão, seja militar das Forças Armadas, bombeiro, policial. É o único meio de comunicação que permite a coordenação de diversos órgãos a serviço da sociedade, livre de interferências e disponível nas situações mais críticas.

Nós temos já instalado no Brasil, nessa área verde, o nosso sistema de rádio digital troncalizado, pulsionado mais recentemente por recursos da Copa das Confederações, e vamos prosseguir agora com

os recursos, ainda que poucos, para atender à Copa do Mundo.

Com esse sistema, este ano, atendemos também, por solicitação do Governo, a diversos órgãos: Anvisa, Secretaria de Ação Civil, Anac, Infraero, Receita Federal, Vigiagro – órgãos de Governo que atuaram em nove aeroportos e precisaram de apoio. E foi o Exército Brasileiro que forneceu.

Então, o sistema de comunicações críticas, que não é absolutamente necessidade do Exército, extingue todos os órgãos que necessitam prestar esse serviço de forma coordenado à sociedade.

Nós temos esse sistema também montado no Haiti, na nossa tropa que atua há alguns anos e funciona muito bem.

Interesse do Exército. O interesse do Exército – e entendo também de outras forças – é a faixa de 20 MHz para operar o sistema de 4G. Mas não é só isso que pretendemos. Pretendemos que o modelo evolua para uma coordenação centralizada para todos os órgãos públicos a serviço da sociedade.

Nós, no Brasil, não temos um padrão a ser seguido na utilização desse tipo de comunicação. Os Estados Unidos, em 1980, decidiram que era tarde para padronizar os sistemas analógicos e padronizaram o digital. A sociedade padronizou o APCO 25. Trinta e quatro anos depois, nós não temos padrão no Brasil. Cada órgão público nessa atividade compra aquilo que decide: tetrapol, APCO 25, tetra. E isso traz uma série de consequências negativas, que poderiam ser evitadas nessa nova tecnologia 4G se adotássemos um modelo diferente.

Não disponibilizasse apenas as frequências aos órgãos solicitantes, mas o modelo que buscasse uma certa padronização.

Então, eu teria um melhor aproveitamento do espectro. Hoje, acredito que as forças policiais e as Forças Armadas até dificultam o trabalho da Anatel, pelas suas solicitações. Cada um quer a sua faixa, que operar do seu jeito. Nós teríamos uma economia de recursos públicos na implantação.

Aqui em Brasília, no Distrito Federal, bastaria que tivéssemos oito sítios, oito *sites* para prestar um serviço a toda a área de bombeiros, polícias, Forças Armadas. Mas, como cada um planeja o seu sistema, a gente vai conseguir ter em Brasília, Distrito Federal, possivelmente, mais de 20 *sites*. Mas o cidadão que paga essa conta é só um e vai pagar um sistema de cada força, porque não existe um padrão.

Nós teríamos, com o padrão, mal a cobertura da rede, possibilidade de criar potencial de nacionalização da produção. Até pelo fato de pulverizar o tipo de tecnologia, nós não criamos volume algum que estimule

trazer para o mercado a produção, iniciando processos de fabricação, de montagem e assim por diante.

Compramos equipamentos de todas as empresas estrangeiras que aqui se posicionam. Cada licitação, movida pelo menor preço, de acordo com a lei, mas uma série de consequências que encarem. É uma lei que nos obriga a comprar pelo menor preço, mas o resultado final é um gasto maior, porque se investe em vários sistemas, não há interoperabilidade. Então, se eu quiser trabalhar com a polícia de Brasília ou com a Polícia Federal, ou qualquer outro órgão, eu gasto muito mais, porque o meu equipamento é diferente.

Então, nós temos que, além da questão da frequência, entender qual o órgão que vai disciplinar e definir por um padrão, para que tenhamos, no futuro, conteúdo nacional nessa solução.

Os recursos são poucos. Fiquei admirado com o Dr. Levy falar que, por dia, nessa área, no ano passado, investiram-se R\$68 milhões. Com certeza, somando-se todos os investimentos em área pública, Forças Armadas e polícias, no ano passado, esse dinheiro não foi investido. Num ano, não foi investido. E ainda que tenha sido investido, foi de forma pulverizada.

Não temos interoperabilidade. Nós teríamos redução de custos de capacitação e uma série de vantagens. Trazendo a empresa que decidir oferecer o equipamento naquele padrão, trazer a produção para o Brasil.

Considerações que podem ser avaliadas para esse interesse do Exército, das Forças Armadas, o espectro como patrimônio da sociedade. Eu ouvi, em todos os discursos, essa questão de forma muito relevante. Ainda que seja para leiloar uma parte da frequência e privatizar, ainda assim, é para atender à sociedade. Mas o fato de deixar o órgão público de fora... nós somos mais lentos na produção alternativa. Nós somos lentos, seja pela própria imposição legal de como licita, seja pelos recursos.

O setor público, como demandas menores do que o setor privado terá que suportar custos maiores. Ao não reservar um espaço nessa faixa, o setor público vai gastar mais, para prover a mesma solução. E operar em outra faixa que um dia será disponibilizada.

A necessidade de operar 4G é urgente para o setor da segurança, ainda que haja todas as considerações de calma, considerações do Sr. Balduino, que ainda não está amplamente sendo utilizado no mundo o 4G, mas isso também é se conformar que nós estaremos sempre atrasados, sempre vamos fazer depois. Então, a hora é esta. Nós precisamos trazer esse serviço agora para a sociedade, para segurança.

Uma definição, ainda que madura, que tenha que ser estudada, mas tem que também ir rápido.

Uso do LTE no cenário para os órgãos de segurança. Por que se faz tão necessário? A cada dia mais, as organizações criminosas estão mais sofisticadas, mais perigosas – essa é a sensação comum do cidadão. O uso de redes sociais para organização de ações criminosas se tornou típico. *Hackers* acessando dados sensíveis do governo. A comunicação de dados passa a ser tão crítica quando a voz já.

Vantagens: alta capacidade de transmissão de dados; mobilidade; acesso a informações necessárias no local e momento adequados para quem atua na segurança; mais informações à disposição do centro de comando e controle.

Por que uma rede privada LTE para o uso de órgãos de segurança? Não se pode imaginar que nós vamos operar segurança pública compartilhada com o serviço privado. A rede projetada para operação em situações críticas deve ser única para as Forças. Por quê? Por causa das falhas ou sobrecargas nas redes. Porque é necessário desligar a rede.

Em Boston aconteceu isso, naquela maratona em que houve aquele acidente, que foi acionada através da rede telefônica. A primeira ação foi desligar aquela rede. Se o serviço de segurança do cidadão estivesse nessa rede, estaria também inoperante. Então, as Forças precisam de uma rede privada para isso, separada da rede de uso público, do cidadão.

Vejam uma manifestação recente do nosso Ministro das Comunicações que, quando há uma concentração muito grande de pessoas, é quase impossível colocar antenas que deem vazão a tanta demanda. Eu mesmo tentei fazer ligações do Estádio de Brasília, agora... O nosso sistema telefônico, nesses grandes eventos, fica sobrecarregado. A ação da polícia, dos bombeiros, das Forças Armadas não pode ficar da mesma forma comprometida.

Por isso queremos uma faixa de frequência exclusiva. Nós já temos operado uma concessão da Anatel, de forma precária, uma pequena faixa, em que estamos em teste há mais de um ano, da solução do 4G dentro do Exército. Já experimentamos, temos uma configuração aqui em Brasília, essa que está exposta, temos um sítio mestre, quatro sítios de repetição, operamos vários tipos de terminais, que estão instalados nessas posições aqui em Brasília – no Colorado, no quartel que eu comando; na Esplanada, Colégio Militar, HFA. Essa instalação permitiu uma ampla cobertura agora nesses grandes eventos. Essa parte em vermelho foi a cobertura oferecida.

Exploramos essas possibilidades do sistema: comunicação por vídeo; por voz e dados, com várias facilidades; acesso à Internet; à Internet do Exército, a EBNet. Nós estamos em uma fase de teste e perce-

bemos que a tecnologia pode trazer muitos benefícios para atuação da segurança.

Nós fizemos vários casos de uso, testamos veículos, motocicletas, já utilizamos no Sete de Setembro, agora na Copa. Foi muito útil recentemente nessas manifestações populares.

Para quem atua em segurança, o fato de colocar o dispositivo em uma moto que acompanha uma autoridade, acompanha a Presidente, é uma vantagem muito acentuada, para acompanhamento, nessa segurança de ação de comando.

Instalamos também em veículos militares que utilizamos recentemente. Havia momentos naquelas manifestações em Brasília que a única imagem disponível era provida pelo 4G do Exército, exceto as televisões que tinham uma imagem nem sempre adequada para atuação das Forças.

O nosso sítio fica bem posicionado, ali no Colégio Militar, permitindo uma ótima cobertura para área de atuação e essa estação de controle que fica no quartel que o comando, o CCONGEX.

Então, esse é o pleito que aqui represento, não só do Exército, mas dos órgãos de segurança pública. É a percepção que entendo que a Anatel deve ter de reservar uma faixa de frequência para que a gente possa avançar rapidamente, instalando esse sistema e disponibilizando a eficácia que ele oferece para a segurança do cidadão, para nossa atuação.

Muito obrigado a todos.

Bom dia!

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco/PDT – MG) – Obrigado, General.

Passaremos, então, agora, ao próximo expositor. Com a palavra o Presidente da Anatel, Dr. João Batista de Rezende.

O SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE – Muito obrigado.

Queria agradecer de novo à Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado, pelo requerimento do Senador Lobão Filho, Senador Zeze Perrella, e outros Senadores que aqui se encontram e demais autoridades aqui presentes neste debate.

Considero este momento importante de definição desse debate sobre a faixa dos 700MHz.

Pelo que nós vimos aqui, existe uma série de questões com que a Anatel está preocupada e está tratando no âmbito do seu regulamento e, agora, com a consulta pública e as contribuições que vieram de vários setores do Exército Brasileiro, das empresas, do setor de radiodifusão, todos colocando as suas preocupações em relação à faixa dos 700.

Evidentemente que o General Santos Guerra colocou algumas questões que fogem um pouco do

escopo da regulamentação da Anatel, principalmente no tocante à padronização de equipamentos dos órgãos de segurança, porque isso depende... ele até faltou das dificuldades da lei de licitação. Se um Estado como Santa Catarina ou Rio Grande do Sul faz uma licitação, ele compra pelo menor preço. Se compra pelo menor preço, evidentemente, nós temos – até pelo espírito federativo do Brasil – muita dificuldade de coordenar essas ações, para que haja condições de fazer uma centralização.

Na verdade, precisaria de uma atuação do Senado e da Câmara no sentido de tentar, pois, assim como a reforma tributária que dificilmente anda pelos interesses federativos, essa também é uma discussão importante e eu considero fundamental que os órgãos de segurança pudessem ter equipamentos padronizados, utilização no Brasil inteiro coordenadamente, até porque há vários setores cuidando disso.

Mas, só para avançar um pouquinho já nesse debate, na nossa volta da consulta pública, nós vamos destinar a quantidade de MHz para a segurança pública. O que nós temos dúvidas, General...

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – O General já ficou feliz ali.

O SR. ANTONINO DOS SANTOS GUERRA – Não, não. (Risos.)

O SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE – O que nós temos dúvidas – isso é muito importante colocar – é que 90% dos Estados brasileiros não têm dinheiro para fazer uma rede de LTE. Quer dizer, isso é importante colocar: que os Estados não têm recursos. Eu até fui a reuniões com secretários de segurança pública, e existe uma dificuldade de se construir uma rede de LTE com recursos orçamentários do Estado. Quer dizer, eu acho que isso pode ser em outro momento, em outro debate, mas, na volta da consulta pública, nós estamos pensando em colocar uma faixa destinada à segurança pública. Agora, como isso vai ser coordenado, nós precisamos contar com a colaboração do Exército para pensar operacionalmente se o Exército e a Segurança Pública de São Paulo, por exemplo, podem usar a mesma faixa e a mesma quantidade em São Paulo. Isto é, como é que se coordena isso, e, tirando-se as vaidades de cada corporação, como é que fica essa coordenação. É um debate importante para o Brasil, esse debate da segurança pública e da coordenação.

Meio rapidamente, vou passar, porque já foi dito quais são os cenários da ocupação do serviço móvel...

Pode passar.

O cenário atual é que a faixa dos 700 MHz hoje está atribuída para o serviço de radiodifusão e também para o serviço fixo em caráter primário. Mas é muito importante colocar uma questão de que essa faixa, que

é a faixa de frequência, todas elas são de competência exclusiva da União. Quer dizer, na verdade, quem detém a faixa é a União. Hoje nós temos o serviço de radiodifusão operando nessa faixa, mas é a União que tem a competência

Então, o que nós estamos fazendo é garantir a coexistência dos dois serviços. Garantir que a radiodifusão avance, em termos da digitalização na canalização dos canais, inclusive preservando também as TVs públicas – o Ministério tem interesse. E eu digo aqui que é uma palavra do Ministro, que é a mesma preocupação da Anatel: “Se algum radiodifusor for prejudicado porque ele tem que ser remanejado ou não vai ter o seu serviço, nós vamos ter de licitar menos quantidade de espectro, para preservar também a radiodifusão. Isso é uma coisa importante. E quero dizer que, na discussão dos 700 MHz, em nenhum momento está se pensando em excluir a radiodifusão de qualquer processo. Mas é evidente que temos hoje, nos estudos que estamos fazendo, cerca de 1.500 Municípios onde o remanejamento, a interferência da locação da TV serão afetados por esse remanejamento. Mas nós temos cerca de 4.200 Municípios em que não existe ocupação dessa faixa. Contudo, é uma faixa importante para o serviço móvel, e nós precisamos dela inclusive para esses 1.400 Municípios que são os Municípios mais competitivos, onde há várias televisões. Mas há muitas áreas no Brasil, mais ou menos 4.900 Municípios, em que não entendemos seja problema a coexistência dos 700MHz com os demais serviços.

Até ouvi uma pergunta aqui, de um telespectador, perguntando por que nós não deixamos os 700MHz para a radiodifusão nas grandes cidades, e nós só colocamos abaixo de 100 mil. É porque aí, evidentemente, não há uma harmonização e não há uma utilização mais plena da faixa dos 700MHz.

Mas, na demanda dos 700MHz, é importante dizer do potencial.

Volte lá por favor, Victor.

Nós, do 450, colocamos no edital a cobertura da área rural, até 30 de junho de 2014. Trinta por cento dos Municípios até 31 de dezembro de 2014; 60% dos Municípios é até 2015 para completar a cobertura rural, com 100% dos Municípios. Mas é importante dizer que essa cobertura rural pode e deve ser antecipada se nós tivermos os 700MHz nessas regiões mais longínquas do Brasil, utilizando-se os 700MHz para ampliar a cobertura do serviço móvel, da banda larga também nas regiões mais afastadas do Brasil. E há regiões onde nem mesmo 450 vão conseguir chegar. E eu acho que os 700MHz, combinados com outras tecnologias via satélite e outras, podem dar essa inclusão de 100% do Brasil com telefonia móvel e banda larga.

Para vocês terem ideia, no leilão do 2,5, nós colocamos que o 3G, que é a terceira geração, vai chegar, nos Municípios brasileiros, em 2018, que é uma velocidade maior, em 2018.

Também podemos utilizar os 700MHz para antecipar a cobertura do 3G para todas as regiões brasileiras, que acho é uma demanda crescente. Eu tenho viajado pelo Brasil – fui a Porto Alegre, fui a Cuiabá, fui ao Espírito Santo, fui a Manaus, fui em Goiânia, fui a diversas capitais –, e a maior demanda hoje, além da pressão por qualidade que o usuário cobra, e cobra por razão – a melhoria da qualidade de cobertura, a melhoria de transmissão banda larga no 3G –, é a demanda dos distritos hoje que não têm serviço móvel. E nós temos de dar uma resposta para isso, para a cobertura dos distritos mais longes do Brasil, que precisam entrar nessa questão.

Inclusive, na portaria do Ministério, que eu queria ler, há outra questão muito importante, sobre a qual sempre estamos sendo cobrados: é a questão de não cobertura nas rodovias federais. E nós só vamos conseguir estabelecer uma cobertura na zona rural – desculpe-me, na zona rural, nas áreas periféricas de longa distância – e nas rodovias federais com os 700MHz, porque é muito importante dizer, primeiro: a Anatel e o Ministério trabalham com duas questões básicas: a questão orçamentária, questão que se discute com o Tesouro, como é que se faz para buscar recursos para isso; e o edital e o leilão, que é uma frequência hoje que tem um valor significativo de arrecadação – e eu até ouvi uma colocação, que não sei se foi da Sete, sobre a questão de trocar recursos por infraestrutura, quer dizer, em vez de você arrecadar com a faixa, você vai trocar por obrigações.

É evidente que nós... Todos os nossos editais são trabalhados junto com o Tribunal de Contas. Nós levamos ao plano de negócio, para que o Tribunal de Contas dê essa avaliação. E já saindo das regiões periféricas para a cobertura dos 700, também há a importância da cobertura das estradas federais através do sinal móvel, porque as empresas evidentemente levam o sinal para aquelas estradas onde tem mais movimento, mais rentabilidade, e as estradas mais afastadas não têm sinal. Então, nós precisaríamos buscar essa cobertura. E eu estou falando isso porque no cálculo do valor de negócio da faixa, que são os 700 megahertz, nós temos que dosar esse valor da faixa com as obrigações que vamos implementar. E isso está em discussão ainda dentro da Anatel.

E eu só quero falar como nós podemos combinar todas as questões. Primeiro, de fato nós temos que discutir a interferência. E eu concordo com a radiodifusão. Nós temos que ver qual é a banda de guarda

necessária para evitar a interferência, quer dizer, cinco mega-hertz, oito, dez; isso nós vamos ter que discutir agora, para ver qual é o tamanho dessa banda de guarda que nós precisamos dar para garantir a coabitação da radiodifusão e TV Digital.

(*Soa a campanha.*)

O SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE – E o mais importante é também discutir a questão dos filtros. Como é que a gente trabalha essa questão dos filtros dentro, para que não haja essa discussão. E a Anatel está à disposição inclusive da radiodifusão, do Paulo Ricardo, para debater essa questão da coabitação.

Eu acho que é fundamental tanto 700 mega-hertz para o serviço móvel como também a garantia da TV aberta e transmissão aberta. Isso é fundamental.

É evidente que nós temos de sobrepesar todas as obrigações, porque, evidentemente, no valor da faixa pode não caber tudo o que nós queremos. Isso é uma coisa que nós sempre... Primeiro, vamos trabalhar no convencimento do Tesouro, de que toda a arrecadação que possa propiciar os 700 seja investida na própria infraestrutura da faixa, na garantia de não interferência com a radiodifusão; e que nós tenhamos uma arrecadação com preço baixo em termos de valor de lote, mas que as coberturas e os compromissos sejam assumidos no sentido de que nós consigamos dar a melhor harmonia possível para os dois setores, tanto a radiodifusão como a Telecom.

É importante dizer que para nós é muito difícil, General, – acho que o senhor colocou... Não, acho que foi, desculpe, o Olímpio – dizer que o Japão não fez licitação, pegou os projetos... Eu acho que aqui no Brasil a possibilidade de que nós façamos leilão é zero, porque realmente nós temos quatro operadoras, tem outros entrantes querendo discutir isso e a legislação nossa não vai permitir jamais que nós façamos outra coisa a não ser o leilão. Quer dizer, então, nós temos que colocar isso claramente: que nós vamos ter que fazer o leilão através do edital. Não tem como escolher um projeto, seria muito difícil, pela legislação brasileira, que nós garantíssemos alguma segurança jurídica para o investidor se nós não seguirmos as regras estabelecidas pela legislação brasileira.

Mas como eu coloquei ali, qual é a perspectiva? Nós temos uma discussão importante da questão da digitalização, das zonas rurais de levar cobertura para as estradas, mas também discutir no leilão da faixa de 700 uma briga que nós temos com a OMC que já foi no leilão de 2,5, a questão do equipamento para a preferência de tecnologia nacional.

Nós tivemos essa questão, os EUA fizeram uma denúncia na OMC contra o Brasil dizendo que nós estamos sendo protecionista, mas nós vamos manter evi-

dentemente essa questão de que no leilão nós temos preferência para produção e tecnologia nacionais. E, evidentemente, garantir de alguma maneira o *set-top box* para os receptores de tevê e dispositivos móveis e criar mecanismos para que as empresas entrantes do mercado possam custear o remanejamento das empresas de radiodifusão, que estão nos canais 52 a 69.

Então, eu quero dizer que até o próprio Senado está nessa faixa que é de TV pública. E os ganhadores dessas faixas terão que arcar integralmente com os custos de remanejamento das empresas de radiodifusão que estão nos canais 52 e 69.

Garantir, de alguma maneira, que, se precisar de outros equipamentos, também no caso da segurança pública, se houver algum lugar que esteja ocupando e precisar remanejar, também nós garantimos de alguma maneira o remanejamento, o custo sendo bancado – o Levi deve ter ficado preocupado aqui, porque é tanta conta, não é, Levi; ele deve estar preocupado –, mas nós precisamos buscar de alguma maneira fazer com que o setor que está entrando, assim como nós fizemos no MMDS, que o setor que está entrando – não vou falar limpeza, Paulo Ricardo, vou falar custeie –, custeie o remanejamento do setor de radiodifusão desta faixa para outra faixa.

E, só para dizer que, no edital, nós vamos colocar claramente que nós vamos garantir a proteção do serviço de radiodifusão e retransmissão de eventuais interferências. Se nós, em uma cidade, percebemos que a locação de canais está muito poluída, nós podemos até licitar menos faixas. Eu vou dar um exemplo aqui. Em cidades como São Paulo, Campinas, Rio de Janeiro, nós estamos fazendo, inclusive, juntamente com a CET, algumas reuniões para replanejamento dos canais.

Pode passar.

Reuniões de planejamento. As empresas têm participado nessa discussão, tem havido várias reuniões. Nós começamos pela cidade com maior problema, que é São Paulo, e estamos descendo cidade por cidade para ver onde precisa disso. Até porque – e aí também quem está do outro lado, que vai pagar a conta desse remanejamento, precisa exatamente saber qual é o custo desse remanejamento, qual é o custo para evitar essa interferência – nós queremos dar a maior transparência possível no edital. E queremos que as regras estejam muito claras; como é que vai funcionar essa questão de você sair da faixa; como é que vai funcionar.

Eu acho que isso é um papel fundamental, porque nós temos que dar segurança jurídica para quem está comprando, é verdade; temos que dar segurança jurídica para quem está dentro desse canal, para que

tenha a garantia de que ele vai operar normalmente e de que as suas operações comerciais não serão afetadas.

Mas não só segurança jurídica, nós temos que também dar segurança operacional, ou seja, de que quem compra a faixa vai poder operar com tranquilidade, e quem vende, e quem vai ter que sair da faixa, ou as novas coberturas digitais, também não terão interferência. Eu acho que esse é o interesse da Anatel: de que não haja prejuízo de um setor pelo outro.

É evidente que nós vamos ter dificuldade, muitas vezes, de consenso em alguns pontos, mas eu acredito que nós possamos chegar a um bom termo nessa relação. E dizer para o General Santos Guerra que também nós poderíamos pensar que, em casos de necessidade da segurança pública, assim como há em outros países, que os órgãos de segurança tenham preferência na rede, mesmo na rede privada. Quer dizer, eu acho que isso também pode ser garantido no próprio edital.

Eu sei que o Exército pode ter algum tipo de restrição a isso, por conta de não ser uma rede, mas muitos países, em momentos de calamidade, utilizam a rede, conseguem fazer uma gestão com as empresas privadas e passam a utilizar a rede preferencialmente.

Aliás, esse é um debate importante que está lá no Marco Civil da Internet. Quer dizer, a Internet deve ser livre, porém ela precisa ter alguns critérios de gerenciamento, por exemplo, com uma ligação Voz sobre IP você ter os serviços de emergência passando na frente de outros serviços na Internet. Eu acho que o Marco Civil teria que debater essa questão claramente em relação a isso. Ou seja, buscar de alguma forma que as redes possam ter um gerenciamento em caso de segurança nacional.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco/PDT – MG) – Muito bem. Vou fazer alguns comentários aqui, não são nem perguntas, às vezes comentários de alguns cidadãos que nos escreveram.

O Sr. André Sarmanho diz que essa faixa deveria ser destinada ao Exército por uma questão de segurança, de soberania nacional, enfim. Ele cita inclusive a espionagem americana.

Outra aqui é do William Antony: é considerar a ideia de que as operadoras que obtiverem a frequência de 700MHz custeiem a digitalização. Você já falou sobre isso.

Este aqui é do Sr. Alexandre Moura, que está reclamando do 3G, que não funciona na cidade dele.

O SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE – E com razão, viu? Pode ser que não funcione mesmo!

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco/PDT – MG) – O senhor também já falou sobre isso.

O Sr. Luís Geraldo Meloni sugere... O Presidente João Batista já falou sobre isso.

O SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE – Abaixo de 100 mil?

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco/PDT – MG) – É, abaixo de 100 mil.

O SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE – Usar os 700MHz...

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco/PDT – MG) – Usar os 700MHz abaixo de 100 mil.

Enfim, são alguns comentários.

Vou passar a palavra para o Senador Lobão Filho.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Obrigado, Sr. Presidente.

Obrigado a todos os convidados que aqui deram uma contribuição extremamente importante para esse debate que afeta todos os brasileiros.

Quero chamar a atenção de todos os presentes para essa fina e tênue linha de tensão, de grande tensão, entre os principais atores desse processo.

Perceba que as Teles têm a necessidade de acompanhar a inovação tecnológica no mundo, têm a necessidade de atender a essa demanda imensa do País inteiro por banda larga e por comunicação. As TVs, todas, estão mortas de preocupação com qualquer modificação nesse *status quo* que possa estragar o que já está implantado, a TV aberta para todos os brasileiros, esse serviço espetacular que o Brasil tem e que considero um dos principais do mundo. Falo da qualidade da TV aberta no Brasil, transmitindo lazer, cultura, informação.

Então, há, é claro, a preocupação do Balduino de que isso possa, de alguma forma, ser prejudicado. Há uma preocupação da Anatel de que esse procedimento todo ocorra sem interferências, sem a diminuição da qualidade do serviço. E há uma pressão imensa em cima do Ministério das Comunicações para atender os grandes eventos mundiais que vêm aí e para dar vazão a todos esses interesses.

Percebam todos o quão delicado, importante e tenso é esse assunto. Parece haver uma tranquilidade, mas essa tranquilidade reside apenas na educação dos aqui presentes, porque a tensão está realmente presente.

Eu gostaria de fazer algumas perguntas. Faço a primeira pergunta.

O Ministro das Comunicações, meu amigo Paulo Bernardo, declarou, recentemente, a possibilidade de esse leilão da faixa de 700MHz financiar a migração do sistema analógico para o digital nas TVs. Financiar como? Financiar a aquisição de TVs digitais, diminuindo o custo das TVs digitais para a população; financiar a questão do *set box* para a plataforma já existente. Ou

seja, de alguma forma, as Teles, que têm um interesse financeiro mais preponderante nesse processo todo, devem contribuir financeiramente para esse processo.

Eu perguntaria qual seria exatamente a posição do Governo, da Anatel, em relação a isso e a posição principalmente do Dr. Levy, que representa, vamos dizer, a parte que iria custear esse procedimento.

Então, essa é a minha primeira pergunta.

A minha segunda pergunta é feita ao Dr. Olímpio Franco.

V. S^a falou longamente sobre o estudo japonês. Tenho aqui, inclusive, todas as publicações na imprensa sobre esse assunto. Nessas publicações, o estudo japonês aponta, conforme V. S^a já havia dito, a possibilidade de US\$3 bilhões, ou R\$6 bilhões, quase R\$7 bilhões, serem destinados para a mitigação das interferências. Também é de conhecimento público, através dessas publicações, que a Anatel está fazendo um estudo, que a SET está fazendo um estudo e que o Sinditelebrasil está fazendo um estudo. Quem é que está coordenando, eu diria, a integração desses três estudos? Quem vai unir os três estudos em prol de um estudo único? E quem, principalmente, vai custear essa mitigação, que, pelo visto, tem um valor muito elevado, como está sendo propagado, propalado pela imprensa?

A minha próxima pergunta é feita para o representante do Sinditelebrasil.

O Gen. Antonino falou uma coisa muito importante sobre a questão da segurança dessas transmissões. Eu perguntaria: como o setor de comunicações vê o debate da privacidade na Internet? E, na questão dos editais para a faixa de frequência, na sua visão, caberia alguma ação, alguma providência por parte do Governo para garantir a privacidade e o bom uso dos dados por parte dos usuários da Internet? Há o recente caso, que estamos vendo aí, da espionagem norte-americana.

Então, essas seriam as perguntas que eu faria neste momento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrela. Bloco/PDT – MG) – Com a palavra, o Dr. João Batista de Rezende.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra para apresentar uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrela. Bloco/PDT – MG) – Pois não.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Eu queria sugerir, já que há três Senadores presentes, que nós...

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Nós faríamos as perguntas em bloco.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Nós as faríamos em bloco, e elas seriam respondidas em bloco.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrela. Bloco/PDT – MG) – Pois não.

Então, com a palavra, o Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Sr. Presidente, eu, na verdade, vou iniciar com a colocação feita pelo Gen. Antonino, que dá uma demonstração clara do quanto este País precisa e deve buscar a eficiência no seu gerenciamento. A área de tecnologia é muito importante, avança muito, têm altos custos, mas pode nos trazer grandes benefícios.

O seu depoimento, o depoimento de V. S^a, General, demonstra, de forma clara, que é inconcebível esses custos que estamos pagando, até pelo detalhe que V. S^a assinalou: quem paga somos nós.

Então, se é possível tecnicamente, na área de segurança... Vou dar o exemplo de Brasília: em vez de sete ou oito *sites*, nós teremos pouco mais de 20 *sites*, para cobrir o modelo atual. Obviamente, esse processo está errado. Temos de buscar alternativas, para que isso possa ser corrigido.

Compreendo a colocação do Dr. João Batista: que tecnologia seria usada? Como isso seria conversado no nosso País continental, já que muitas operações são de autonomia e procedimento estaduais? Mas, com certeza, se houver uma regulamentação, se houver um projeto tecnológico definido, isso irá ajudar muito na redução do custo e, mais do que na redução do custo, na eficiência que todos nós desejamos. Não aguentamos mais pagar pela ineficiência.

Então, eu queria dizer que o que depender desta Casa e desta Comissão... Esta Comissão deveria abraçar esse projeto da forma mais rápida possível, para que isso pudesse ocorrer.

Eu gostaria também de perguntar ao Dr. João Batista: com a liberação da faixa de 700MHz pela Anatel, o Governo ficará apto a realizar leilão da faixa que permita que os brasileiros usem a mesma frequência de 4G que a maioria, no mundo, usa? A faixa de 4G atual, em nível mundial, é restrita.

Já existe meta – também pergunto ao senhor – factível para o prazo de desligamento da TV analógica? Isso será feito de forma paulatina, atendendo à forma cronológica de regiões e de cidades distintas, ou será feito de uma única vez?

Ao representante da SET, pergunto: o que compõe o custo que vem sendo chamado de processo de limpeza – confesso que gostaria de saber sobre isto – da faixa de 700MHz?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco/PDT – MG) – Eu completaria aqui a pergunta ao General: existe um consenso hoje entre as Forças quanto à necessidade dessa padronização? Se ele vier a acontecer... Eu já ouvi – obviamente, não sou especialista neste assunto – que não existe consenso. A Polícia Civil quer um sistema... Isso é verdade? Ou existe esse consenso quanto à padronização? E qual sistema seria esse?

Então, nós vamos...

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco/PDT – MG) – Desculpe-me!

Com a palavra, o Senador Anibal.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Na realidade, a primeira notícia vem da Anatel e é alvissareira, porque, pelo menos, temos a garantia, nessa exposição, de que, na faixa de 700MHz, estarão contemplados os serviços de segurança, que foi a preocupação central do Gen. Antonino e que imagino seja a preocupação de todo o sistema de segurança do Brasil. Desses 104MHz, há uma necessidade, para a segurança, de 20MHz. Então, imagino que seja absolutamente contornável essa demanda, sem colocar em risco aquilo que é estratégico para a segurança nacional.

Ao mesmo tempo, a afirmação de que nenhuma das emissoras de rádio e televisão será prejudicada dá uma resposta, imagino, à nossa Empresa Brasil de Comunicação, porque também é um serviço estratégico o serviço de rádio e televisão, para que os canais públicos estejam plenamente garantidos nessa faixa.

Acho que nós teríamos de construir esse caminho, para que essa afirmação, essa determinação da Anatel, do Governo, do Ministério das Comunicações não ficasse no vazio.

Quero saber se já existe alguma coisa acontecendo em termos de grupo de trabalho envolvendo esses setores interessados, que são estratégicos para o Brasil. Se isso não existe, qual a possibilidade de se constituir um grupo estratégico para tratar dessa situação, de tal maneira que, na constituição do edital para a licitação dessa faixa, já seja garantido aquilo que vai para o sistema público de rádio e televisão e aquilo que vai para a garantia das necessidades estratégicas de segurança nacional, de tal maneira que só seja comercializado para os demais serviços aquilo que, digamos, não vá implicar nenhum risco à segurança nacional e ao serviço de radiodifusão.

Eu gostaria de fazer outra pergunta. É que, de acordo com a exposição do Sr. João Batista, há 4,9 mil Municípios com faixa vazia. E há um programa que foi lançado a partir de dezembro de 2012, que

é o nosso Canal da Cidadania, que, certamente, vai demandar faixa.

Eu pergunto se não é possível contemplar ou se já estão contemplados nessa faixa de 700MHz os Canais da Cidadania para os Municípios, de acordo com esse programa da Anatel.

Entendo que essas questões postas dão um bom ponto de partida para esse debate.

Outra questão que eu colocaria para o General é a seguinte: a Anatel está dizendo que é possível compatibilizar o serviço de segurança estratégico com os serviços privados. Tenho dúvida quanto a isso, mas nada melhor do que alguém especialista em segurança para responder a essa questão.

Nós estamos aqui diante de uma notícia desagradável, a da espionagem americana no Brasil. Imagino que essa mistura do serviço de segurança estratégico com a telefonia móvel privada possa gerar ainda mais fragilidade na segurança e nos serviços estratégicos.

Eu gostaria que o General respondesse se isso é ou não compatível, se não era melhor haver exclusividade e maior reserva dos serviços estratégicos de segurança nacional.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco/PDT – MG) – Com a palavra, então, o Dr. João Batista de Rezende.

Em seguida, falará o Gen. Santos Guerra.

O SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE – Primeiramente, respondendo ao Senador Edison Lobão, é evidente que o remanejamento daquelas empresas de radiodifusão que estão entre o Canal 52 e o Canal 69 terá, evidentemente, de ser custeado por quem entrar na faixa. Essa é uma decisão já colocada na portaria do Ministro, que determinou o início dos estudos, para remanejar a radiodifusão desses canais, do Canal 52 ao Canal 69.

Outras questões, como interferência, filtro para não haver interferência, tudo isso terá de ser quantificado. É preciso ver qual é o valor, para que quem está entrando na faixa possa custear todo o processo de remanejamento. Acho que essa é uma decisão que não tem como ser diferente.

É importante dizer que, caso algum Município – já falei isto e vou falar de novo – não consiga replanejar os canais, caso não seja possível fazer o leilão, por exemplo, de 80MHz, pode-se fazer o de 60MHz ou o de 50MHz. Isso também vamos ter de decidir no momento correto.

Nós estamos com a filosofia de que o serviço de radiodifusão não será prejudicado. Na própria política do Ministério das Comunicações, o Ministro também está discutindo isso. Nós não sabemos ainda qual é o patamar de distribuição do *set-top box* que vai permi-

tir a recepção do canal digital. Isso nós não sabemos. Não sabemos qual será o tamanho, se isso será feito por cadastro do Bolsa Família, se isso será feito até quantos salários mínimos, como é que vamos trabalhar essa questão, até porque essa é uma questão de conta. Esse recurso não sairá do Orçamento público, mas, sim, sairá do próprio leilão da faixa. Essa faixa tem um valor, e é onde nós vamos buscar recursos para tudo isso, para cobrir distritos afastados dos centros urbanos, para colocar sinal móvel nas estradas federais, para arcar com o custo do remanejamento de quem está entre o Canal 52 e o Canal 69, para buscar minimizar as interferências, para financiar a questão dos equipamentos, para permitir que haja a coabitação dos dois serviços. Essa é uma diretriz geral que o Governo vai buscar.

Em relação à antecipação, há a discussão de que, em 2016, terminará o processo analógico. Evidentemente, percebemos que nem todos os Municípios terão televisão digital em 2016. E, em muitos Municípios – eu falei de 4,9 mil, de 4,5 mil Municípios; isso depende do que estudo que você pegar –, não há nada; pode-se utilizar tranquilamente a faixa entre o Canal 52 e o Canal 69, porque não há nenhum tipo de operação lá.

É evidente que nós vamos ter de sentar com o Tribunal de Contas para fazer essa conta da valoração da faixa, para ver quais obrigações cabem dentro desses compromissos de cobertura de remanejamento.

Há outra coisa importante. O Senador Abílio Diniz...

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC. *Fora do microfone.*) – Anibal!

O SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE – Anibal Diniz! Desculpe-me!

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC. *Fora do microfone.*) – A minha conta bancária está um pouco abaixo da dele.

O SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE – Senador Anibal Diniz, eu coloquei esta questão: nós não estamos pensando na faixa, nós estamos dizendo que haverá uma quantidade de mega-hertz exclusiva para a defesa. E vamos ter de conversar sobre isso, para vermos como vamos fazer isso. Há a defesa, que é o Exército, que, hoje, está muito mais estruturado do ponto de vista da segurança. Mas há a segurança pública nos Estados. Nem todos os Estados vão ter dinheiro para fazer rede de segurança.

O que eu coloquei sobre a questão do gerenciamento de rede é que, em muitos lugares, quando há um perigo iminente que afete a segurança nacional, o Exército deve ter prioridade na rede. É isso que eu coloquei, mas não é que não haverá uma faixa exclusiva. É evidente que não há como o Exército circular dentro

da faixa privada. Estou dizendo que, só nos momentos de catástrofe, por exemplo, a segurança nacional, a defesa civil deve utilizar toda a rede existente para atender àquele objetivo. É evidente que há condições tecnológicas para isso hoje, para se dar prioridade, por exemplo, ao serviço de ambulância numa catástrofe. Por exemplo, há o 190 e uma série de outros serviços.

Acho que é possível que haja gerenciamento de redes. Inclusive, no último evento em que eu estive, em Barcelona, pude ver que já há equipamentos que fazem isso. Desloca-se o tráfego aqui, passa o tráfego para lá. Quer dizer, esse é um processo de gerenciamento da rede mesmo. Acho que temos de avançar muito nisso, porque, no futuro, tudo vai ser trafegado via Internet. Essa é uma discussão importante, para que haja esse compartilhamento de rede nos momentos em que isso é necessário. Era só essa questão que eu tinha colocado.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco/PDT – MG) – Com a palavra o Gen. Santos Guerra.

O SR. ANTONINO DOS SANTOS GUERRA NETO – Ex^{mo} Senador Zeze Perrella, sobre a questão do consenso na padronização, numa fotografia atual, ela realmente não existe. A Polícia de São Paulo tem um legado, o Exército tem outro, mas isso não tem nenhuma importância. Não há importância, não existe importância sobre o que interessa ao Exército ou à Polícia. Nós temos que buscar, sim, um modelo de padronização. Pode ser através desse modelo de padronização da TV Digital, que ocorreu. Hoje, o Brasil tem o seu modelo, foi discutido e, depois, foi aceito pela sociedade.

Então, é difícil, numa fotografia atual, sentar a Polícia de um Estado, a Polícia do outro, com as Forças Armadas, e chegar a um consenso. Mas é como foi dito aqui: se colocarem os engenheiros para buscar a melhor solução técnica do Brasil, ela vai ser encontrada. As tecnologias hoje são muitas. Elas são melhores em uma região urbana, melhor numa região rural, mas o estudo técnico permitirá a melhor escolha e depois a padronização e a imposição desse padrão para os gestores, que não devem ter liberdade de escolher uma tecnologia ou outra, pelo seu legado, pelo seu bel-prazer ou pela sua inclinação.

Então, é assim que entendo: o consenso tem que ser buscado acima dessas entidades, incluindo o Exército, que compra os equipamentos, talvez por esta Casa ter promovido a busca desse padrão.

Bem, a segunda questão, que foi apresentada pelo Ex^{mo} Senador Anibal Diniz, é sobre essa convivência do serviço de segurança pública junto com o privado. Eu acho muito difícil isso. Quando o cidadão adquire um serviço, a disponibilidade, um canal

de comunicação, que seja, ele tem direito àquilo. Em que momento será estabelecida, com clareza, a prioridade de um serviço público, e ele, cidadão, deixa de ter disponível aquele serviço que ele paga? Como é que vai ser gerenciado isso? Como é que nós vamos limitar o abuso da própria Força em avançar tudo de emergência e priorizar um serviço?

Então, acho que há necessidade de compartimentação, sim, do serviço privado, com muita clareza, que o cidadão paga e que tem direito àquilo, com o serviço público. E não colocá-los concorrentes, que, com certeza, a inclinação das Forças é sempre a de avançar o sinal e um pouco mais de ampliar sua liberdade, e, às vezes, pode ser um abuso isso aí.

Então, acho que se tem que separar as duas coisas, sim.

Muito obrigado.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente. É só para tirar uma dúvida ainda com o Sr. João Batista em relação ao Canal da Cidadania.

Sobre esses 4.900 Municípios que estão vazios de faixa, que plano estratégico há para atendê-los?

O SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE – Bom, eu não consigo responder diretamente ao senhor essa pergunta porque a competência de radiodifusão é do Ministério das Comunicações. Eu não sei exatamente em que pé está essa questão, mas, do Canal 52 a 69, quer dizer, a intenção nossa, no edital, é utilizar para o serviço móvel. Então, você teria que realocar, ou não sei se está lá o Canal Cidadania, me parece que não está. Teria que colocar o Canal da Cidadania em outras faixas que estão nos Municípios menores, que, com certeza, têm canais de sobra. Há os grandes Municípios hoje, São Paulo, Campinas, Rio de Janeiro, que não têm espaço para mais ninguém entrar, porque os canais estão todos ocupados, mas, nesses Municípios menores, com certeza, há espaço para o Canal da Cidadania. Essa é uma política exclusiva do Ministério.

Vou ficar devendo a resposta dessa pergunta para o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco/PDT – MG) – Então, respondendo à pergunta do Senador Lobão Filho, passo a palavra ao Sr. Eduardo Levy Cardoso.

O SR. EDUARDO LEVY CARDOSO – Senador, o senhor falou sobre privacidade da Internet, e eu achava que o assunto realmente ia surgir hoje. Eu fiz até um eslaide, um último eslaide, apenas para deixar clara a visão do setor de telecomunicações, em que as teles cumprem, efetivamente, no Brasil, tudo aquilo que consta da Lei nº 9.296, de 1996, no seu art. 10, que constitui crime realizar interceptação de comunicações

telefônicas, de informática, de telemática ou quebrar segredos de Justiça sem autorização judicial. As teles, diferentemente de provedores internacionais de conteúdo, guardam as suas informações no Brasil e estão sujeitas exclusivamente às leis brasileiras.

É muito importante – e no momento em que a Câmara está discutindo o projeto de Marco Civil da Internet – deixar claro, na nossa visão, dois aspectos. O primeiro aspecto, e que lembrou bem o Presidente João Rezende, é o de gerenciamento da rede.

Quero lembrar, Gen. Santos Guerra, que, quando eu trabalhava na Telerj, do Rio de Janeiro, eu fiz uma visita a uma central pequena, japonesa, que havia sido adquirida logo após a guerra pela Telerj e estava em Macaé. Um conjunto de clientes reclamava muito da central, e outro conjunto de clientes achava o serviço maravilhoso. A central havia sido construída durante a guerra e tinha toda a preocupação da defesa civil japonesa. Estava colocada dentro da central a programação de dar prioridade para determinados canais em detrimento de outros, porque uns atendiam àquilo que era a defesa civil japonesa.

Se não houver – e a Internet é o futuro, é o que está permeando o mundo inteiro; pela Internet, levam-se inclusive comunicações de voz de celulares, através de um protocolo IP – efetivamente uma gerência dessa rede, essa rede, solta, fica sem controle, sem a sua real eficácia e não vai poder também ser aplicada em questões de segurança.

Em questões mais simples, por exemplo, quando algum pai gostaria que houvesse bloqueio de um acesso em casa de um determinado *site*, é preciso gerenciar essa rede para que esse *site* não chegue até aquele – no caso, estabelecido – filho, cujo pai não quer que faça esse gerenciamento.

Através do gerenciamento da rede da Internet brasileira agora, nós reduzimos o Brasil de 3º colocado como o maior emissor de *spam* para uma posição muito melhor do que 25º. O Brasil, que era um grande emissor de *spam* do mundo, deixou de ser um emissor por um gerenciamento da rede que as empresas de telecomunicações estão fazendo, e é preciso que haja esse gerenciamento.

A questão da privacidade talvez seja até mais grave do que isso. Quando ali está falado a respeito dos dados que nós mantemos exclusivamente no Brasil, as empresas de telecomunicações brasileiras que detêm o número de origem de uma chamada ou terminal que gera um torpedo têm total responsabilidade, e é crime se elas estiverem fazendo alguma coisa diferente de manter a privacidade desses dados, mas essas informações circulam pelo mundo. Não há como

ter segurança de onde essas informações estão sendo captadas – se efetivamente elas estão captadas.

Então, é preciso colocar, no caso do Marco Civil da Internet, no item de privacidade, que as informações devem ser mantidas no Brasil e que essas informações só podem ser utilizadas com a autorização de quem é o detentor da sua informação. O setor de telecomunicações vive não do conteúdo do que se fala; o setor de telecomunicações vive daquela transmissão de informações de um ponto a outro sem o uso do conteúdo.

O setor que trata de conteúdo vive praticamente da venda das informações que são trafegadas na Internet. Não há quem aqui hoje não esteja fazendo uma consulta sobre um hotel numa determinada cidade, Buenos Aires, por exemplo, e que, na próxima semana, não comece a receber algum *e-mail* com ofertas de pacotes de viagem, etc.. Alguém leu a informação que está dentro desse *e-mail*, e, pela legislação brasileira, ler a informação, o conteúdo da informação não pode ser feito. O Marco Civil da Internet tem que deixar isto muito claro: a privacidade do cidadão só pode ser quebrada se ele efetivamente autorizar, e que as bases de dados que são armazenada para uso disso sejam deixadas no Brasil, como são as das empresas de telecomunicações.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Sr. Presidente, atente para a relevância e importância desse tema, abordado pelo Dr. Levy. É uma discussão que está ocorrendo agora na Câmara e que depois virá para o Senado, principalmente para esta Comissão, e temos que ter uma atenção especial para essa questão do Marco Civil da Internet, que está sendo discutido lá na Câmara agora. Depois, vamos reunir nossos colegas, os membros desta Comissão, para determinar uma pauta, para que possamos explorar esse assunto em profundidade.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco/PDT – MG) – Senador Lobão, nós já temos, inclusive, requerimento aprovado para audiências públicas, daqui para frente, para tratar desse tema, cuja seriedade nós conhecemos. Então, acho que o que vai dominar, talvez, a nossa Comissão neste segundo semestre, obviamente, pela relevância, será, seguramente, esse tema.

Passo a palavra, então, ao Sr. Olímpio José Franco.

O SR. OLÍMPIO JOSÉ FRANCO – Bem, vou responder duas perguntas.

Sobre o que se falou dos custos no Japão, daqueles 3 bilhões, na verdade, eles fizeram um levantamento das situações principais: número de residências ou instalações de antenas coletivas e um custo médio de US\$500 por ponto. Há uma visita, vai um técnico, mede, instala um filtro, testa. Foi essa a estimativa. En-

tão, esse valor foi baseado nisso. Não estão inclusos nesse custo os filtros individuais internos, de antenas internas ou de alguma outra solução, isto é, a conta pode ser maior.

A questão dos custos de remanejamento, no caso do Japão, foi diferente. Bem antes, na entrada da TV Digital, o governo pagou o remanejamento das emissoras analógicas para a parte superior da banda de UHF, para deixar todo livre o início da banda do ca-torze até um certo número, para que não tivesse que entremear. O nosso aqui está todo alternado – o analógico e o digital – nos espaços, e lá eles agruparam. Então, o governo pagou uma conta alta para as emissoras mudarem de canal, para depois ser desligado o que foi feito há dois anos. Portanto, o governo já havia pago essa conta para as emissoras. O caso nosso é mais complexo, porque ele está alternado. Não está, vamos dizer, organizado, como o Japão fez.

Quanto à questão da disponibilização das informações, dos testes que nós estamos fazendo, nós já tínhamos oferecido participação para a Anatel e para o Ministério das Comunicações, para se envolverem nos testes, acompanharem os testes. Isso continua valendo. Nós, agora, temos uma visita programada para o final do mês, de um engenheiro do Ministério das Comunicações. Já fizemos algumas audiokonferências com o Ministério, explicando, tirando dúvidas; fizemos um seminário no final de maio, fechado, para o público do Ministério das Comunicações e da Anatel, dando informações preliminares sobre o que nós estávamos fazendo. Nós não abrimos para a mídia, e havia alguns colaboradores da SET, mas, nesse evento, estavam o pesquisador do Mackenzie, o pessoal da SET e o representante do MSI do Japão, que falou de toda a experiência do trabalho deles. Assim, foi muito proveitoso.

Esses testes são científicos, são repetitivos, são comprováveis. Então, se precisar mostrar e repetir um teste, nós podemos fazer isso, e há relatórios frequentes.

Nós pretendemos fazer um seminário, no dia 2 de agosto, dando informações parciais do que nós já estamos sentindo. Queremos fazer novamente para o público Anatel e Ministério das Comunicações para conhecerem o que estamos fazendo. Pretendemos mantê-los informados o tempo todo. Só tem valor se puderem usar isso. Então, o que nós queremos é disponibilizar, contribuir, ajudar.

Então, é isso. A SET está à disposição.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Presidente, o Dr. Paulo Balduino quer também fazer uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco/PDT – MG) – Com a palavra o Dr. Paulo Ricardo.

O SR. PAULO RICARDO BALDUÍNO. (*Fora do microfone.*) – Quero cumprimentar o Sr. Olímpio.

Entendi que a sua pergunta, Senador Lobão, era se os testes que estão sendo feitos individualmente por cada setor, por cada entidade, se eles estão, de alguma maneira, convergindo para um único relatório.

Essa é a coordenação que nós temos. Eu fui até o limite da impertinência. Se fui impertinente, eu peço, Presidente João Rezende, que desconsidere o fator “impertinente”. Mas considero fator preocupação, porque o setor de Telecom realizou testes, nós estamos realizando testes, a Anatel está realizando testes, e o que nós estamos buscando é, realmente, uma coordenação desses trabalhos, porque nós podemos chegar ao ponto de ter três relatórios estruturados, com parâmetros diferentes, parâmetros básicos de entradas diferentes, referências e metodologias diferentes, e, em vez de haver alguma coisa que nos auxilie a concluir, podemos ter, realmente, uma situação muito complicada de ser administrada. O ideal é que haja uma participação dia a dia, mão com mão, esforço colaborativo e interativo em todos os momentos, em todas as fases do teste, não apenas na discussão dos resultados. Isso é extremamente relevante.

Obrigado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE – Não falará momento em que nós vamos nos sentar, não é, Paulo? E vamos nos trancar, pegar os engenheiros da Anatel, do Ministério das Comunicações, da Radiodifusão, e quem sair vivo – Telecom também – vivo leva a tese. Estou brincando! Inclusive o Exército tem nos ajudado a fazer os nossos testes também. Então, no momento certo, nós vamos chamar os setores, e vai voltar o debate.

É muito importante deixar a mensagem aqui, Senador Lobão Filho, Senador Zeze Perrella, de que a Anatel não tem nenhum interesse em prejudicar o setor de radiodifusão ou prejudicar o setor móvel de alguma maneira. É importante que possamos garantir segurança jurídica e segurança operacional nesse processo de transição para o serviço digital, que é importante para o cidadão, mas avançar também na Banda Larga, nos distritos rurais, que precisam hoje de cobertura.

O mais importante é que essas duas indústrias, que são duas indústrias importantes para o Brasil, radiodifusão, e vou acrescentar, inclusive, TV Pública, que também é importante, e também é importante o setor de Telecom... Acho que o Brasil tem muito a ga-

nhar com uma utilização racional e mais eficiente da faixa dos 700.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco/PDT – MG) – Só um comentário aqui do Sr. Luís Geraldo Meloni.

Ele disse que seria lamentável o cenário em que os canais da TV Pública ficassem na faixa alta de VHF, haja vista a necessidade de antenas distintas para essas faixas de frequência. Isso poderia implicar uma drástica redução de audiência por motivos meramente técnicos.

O SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE – Vou passar essa informação para o Genildo, do Ministério das Comunicações.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco/PDT – MG) – Eu não queria estar no seu lugar, para escolher quem vai ficar mais ou menos prejudicado.

O SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE – Ninguém vai!

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO LEVY CARDOSO – A sociedade.

O SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE – A sociedade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco/PDT – MG) – Bom, eu vou passar a palavra agora para os senhores, para as considerações finais.

Passo a palavra ao Sr. Eduardo Levy.

O SR. EDUARDO LEVY CARDOSO – Eu queria agradecer a oportunidade.

A situação, Senador Lobão, já estive mais tensa no passado do que hoje, porque acho que hoje nós caímos nas discussões muito mais dos técnicos, dos engenheiros, como foi falado aqui, e nós vamos encontrar uma solução.

Eu brinco, e vou fazer a brincadeira de novo com o Paulo Ricardo, porque, nas apresentações anteriores, ele dizia que era impossível substituir a televisão aberta. Hoje ele já disse que é difícil. Ninguém está querendo fazer realmente a substituição, obviamente que não, e vai haver a convivência.

Lembro apenas a história de dois estudantes de *marketing* que foram à África verificar a possibilidade de aumentar a venda de sapatos de indústrias. O primeiro voltou dizendo que não havia hipótese de vender sapatos na África porque a maioria da população andava descalça. E o outro disse: “É a grande oportunidade da nossa empresa porque lá todos estão andando descalços”. Então, apesar de o celular ainda não estar atendendo ao limite percentual ou ao nível percentual que está a TV aberta, nós estamos andando muito rapidamente porque achamos que há

oportunidade de oferecer o serviço para quem ainda está descalço.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco/PDT – MG) – Com a palavra o Dr. João Batista de Rezende.

O SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE – Rapidamente, já fiz as minhas colocações, eu queria agradecer de novo a Comissão e dizer que estou à disposição para debater outras questões do setor. Gostaria de agradecer, inclusive, o Senador Lobão Filho por este convite. Eu acho que é realmente importante aprofundar esses debates.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco/PDT – MG) – Passo a palavra, então, para o Sr. Paulo Ricardo Balduino, para as considerações finais.

O SR. PAULO RICARDO BALDUÍNO – Muito obrigado, Senador Perrella. Muito obrigado, Senador Lobão. Agradeço a oportunidade. A Abert e a Abratel prezam muito a oportunidade deste discurso com vocês. Como o Levy bem falou, já houve um clima de tensão e hoje há muito mais um clima de distensão no sentido de buscar uma solução, uma solução técnico. E nós permanecemos à disposição de todos vocês, da Casa, da imprensa e da sociedade em geral, para qualquer esclarecimento posterior que seja necessário. E aproveito a abertura, Presidente João Rezende, para chateá-lo em relação ao estabelecimento desse processo de interação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco/PDT – MG) – Com a palavra o General Antonino dos Santos Guerra.

O SR. ANTONINO DOS SANTOS GUERRA – Meus cumprimentos à Comissão. Foi uma satisfação muito grande representar o Exército brasileiro no espaço mais poderoso deste País, que acreditamos que deve disciplinar todos os órgãos públicos. Todas essas questões de frequência devem passar por aqui e daqui devem emanar as orientações e as decisões para que os órgãos públicos as executem. É assim que entendemos. Ficamos muito satisfeitos de ver o processo conduzido dessa forma.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco/PDT – MG) – Com a palavra o Sr. Walter Vieira Ceneviva.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Obrigado mais uma vez, Sr. Presidente. Quero destacar um ponto que talvez possa passar despercebido por aqueles que estão acostumados a debates como este de hoje. Mais uma vez, agradecemos a honra e a oportunidade da discussão, mas queria destacar, insisto, um ponto que talvez passe despercebido, que é o tema da se-

gurança. O modelo de privatização das telecomunicações do Brasil não cuidou do tema da segurança como deveria. Talvez devesse ter formulado uma lei tão bem concebida e longa como a Lei Geral de Telecomunicações, mas desatenta para a importância de o Estado brasileiro ser equipado com uma infraestrutura de telecomunicações para aplicações de segurança compatível com o tamanho físico, com a complexidade e com a diversidade do Brasil. De tal maneira que as palavras do General Santos Guerra devem ser ouvidas com atenção especial no contexto em que se estabeleceu a discussão.

É de conhecimento de poucos, eu me permitiria, com a licença do General, repetir o fato, que em atentados acontecidos em outros países, a suspeita de que o acionamento de bombas se faça por meio de terminais móveis usando tecnologia móvel, levou a que essas mesmas redes, que servem para nós, a sociedade, nos protegermos, nos comunicarmos e interagirmos, fossem desligadas por receio de que novas explosões acontecessem. Como, então, o Estado brasileiro e as forças da segurança não terem a sua própria rede? Isso não é concebível? É preciso que haja um esforço dos Poderes Executivos envolvidos, do Exército, que é a maior força, a grande força do País, e do Legislativo para que a sociedade brasileira possa contar com essa garantia.

E, fazendo essa consideração, quero usar uma expressão dos americanos que diz: *“first things first”*. Quer dizer, as primeiras coisas em primeiro lugar. De tal maneira que esse senso de urgência a que se referiu o General pode, segundo o nosso entendimento, e deve ser atendido, na medida em que não se trata de uma demanda que congelasse todo o resto da discussão que envolve a faixa de 700MHz. Parece crível que a interação entre os atores, sejam os governantes e reguladores, sejam os usuários dessa faixa, propiciaria que as forças de segurança tivessem, com a urgência e a velocidade a que se referiu o General, acesso a uma tecnologia 4G, para proteger a nós, a sociedade brasileira.

Dizendo isso, quero enfatizar que o foco da discussão deve ser – e talvez nós aqui hoje tenhamos falhado um pouco, pelo nosso viés profissional e o nosso interesse muitas vezes ligado a um ou a outro segmento – o brasileiro, não as teles, não a radiodifusão. O brasileiro deve ser o nosso foco. Esse ser humano, eleitor de V. Ex^{as} Senadores, telespectador de nós radiodifusores e assinante dos serviços prestados pelas teles, é o único destinatário da nossa atenção. Ou seja, assegurar que esse brasileiro possa se beneficiar da digitalização com uma tecnologia do tamanho

do seu bolso e acessível na geografia em que ele se encontra deve ser o objetivo de todos nós.

Com ênfase nisso, ou seja, com ênfase no fato de que é no brasileiro que nós devemos pensar, gostaria de aderir à manifestação do Dr. Eduardo Levy em relação ao tema da confidencialidade. O Brasil tem diante de si o desafio de proteger os dados de todos nós, que ficam tão desprotegidos no ambiente digital. E essa deve ser também uma preocupação, assim como a garantia do serviço gratuito, a garantia de que, nos serviços pagos e/ou gratuitos, mas nos serviços digitais, a confidencialidade seja assegurada.

Mais uma vez, agradeço a Comissão e saúdo que seja este um fórum de discussões tão importantes. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco/PDT – MG) – Obrigado, Sr. Walter.

Com a palavra o Sr. Olímpio José Franco.

O SR. OLÍMPIO JOSÉ FRANCO – Sr. Presidente, eu me sinto honrado de ter estado aqui, de ter tido a oportunidade de apresentar o que nós estamos vivendo, sentindo. Precisando, estamos à disposição para informações que forem necessárias e prontos para colaborar com os órgãos reguladores e do Ministério das Comunicações. As nossas informações são de interesse público dessa comunidade, desse setor.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco/PDT – MG) – Muito bem.

Com a palavra, então, para encerrarmos, o Sr. José Eduardo Castro de Macedo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CASTRO DE MACEDO – Sr. Presidente, em nome da EBC, do Presidente Nelson Breve, agradeço mais uma vez a oportunidade de estar aqui debatendo este tema que para nós é tão importante. E gostaria, já que falamos tanto de oportunidade nos custos, que foi tratado pelo General Santos Guerra tão bem, levantar um tema, que é o tema do operador nacional da rede pública de radiodifusão, que também poderia, no mesmo sentido, coordenar e

ordenar muito melhor os gastos, fazer com que essa informação tão vital para o brasileiro, de forma gratuita, das emissoras públicas, chegasse com mais eficiência e com menor custo. É um tema que eu acredito que merece ser discutido também nesta Casa, assim como por todos os envolvidos nesse tipo de discussão.

No mais, agradeço em meu nome e em nome da EBC. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco/PDT – MG) – Bom, eu parabeno o Senador Lobão Filho pela iniciativa do requerimento.

Nós sabemos, Senador Lobão, da importância de todos os temas discutidos aqui. É com essas audiências públicas que o Senador consegue se inteirar realmente das situações. Eu costumo dizer que aqui os especialistas são vocês. Então, vou sempre defender muitas audiências públicas, para que nós possamos aproveitá-las para uma nova legislação, para fazer modificações na legislação. E que possamos aprender com vocês. É ouvindo muito que aprendemos.

Então, obrigado aos senhores pelos excelentes depoimentos. Agradeço a todos e digo que a nossa Comissão estará sempre aberta a novas sugestões.

Eu estava dizendo ao General Antonino que, se é questão de recursos, nós podemos trabalhar dentro da nossa própria Comissão. Nós temos a emenda de comissão, em que podemos buscar os recursos, como o senhor disse, necessários para implantar esses projetos. Pode ser da nossa iniciativa aqui. O senhor pode mandar me procurar. O Senador Lobão é o Presidente da Comissão de Orçamento. Vamos ver em que podemos ajudar nesse sentido, para resolver o problema, que me parece imediato.

No mais, agradeço a V. S^{as} pela qualidade dos depoimentos, que foram muito importantes para nós.

Obrigado a todos.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 9 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 02 minutos.)

Edição de hoje: 292 páginas
(OS: 14516/2013)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

